Agradecimentos

Ao professor Arnaldo do Espírito Santo e à professora Ana Leal de Faria, sem cuja orientação, amizade e paciência este trabalho não teria sido possível.

A monsenhor Arnaldo Pinto Cardoso, por me ter introduzido nos mundos do Arquivo Secreto Vaticano.

À mestre Isabel Graes, pelas inestimáveis ajudas no campo do Direito.

À Cristina Pimentel e à Ana María Tarrío, pela amizade e encorajamento.

Ao Gustavo Infante e ao Pedro Cordeiro Silva, antigos alunos a quem coube agora ensinar-me a mim.

À família e aos amigos injustamente descurados durante estes anos de trabalho.

A Mario Grili, per la pazienza e la disponibilità dimostrate in tutte le mie consultazioni dell'Archivio Segreto.

Fazia conta quando comecei esta de não fazer a Vossa Majestade mais que uma simples narração do papel sem chegar a individuá-lo, mas falei no do outro frade, toquei um ponto dele, e creio que me poderá Vossa Majestade culpar se deste lhe não disse alguma cousa. Fá-lo-ei muito de leve, que mal poderia de outra maneira, que sendo a minha profissão tão secular zombaria Vossa Majestade de mim como todos os que ouvissem esta carta vendo-me repetir textos, e responder a eles sem os entender; contudo nas matérias a que chegar a minha lança chegarei também com a minha pena, e ria-se Vossa Majestade muito embora.

Francisco de Sousa Coutinho

Carta a D. João IV, finais do Verão de 1656

Siglas

1. Documentos dos Arquivos do Vaticano editados

Sigla	*Documento* (incipit)
AEP	Archiepiscopatus et Episcopatus Regni Portugalliae
BD	Breuis Disceptatio
EA	Epistola Apologetica
EV	Elucidatio Veritatis
IQA	Iohannes Quartus legitimo
PRP	Propositiones Regni Portugalliae
RMS	Roma mihi scribitur
RPD	Responsum Praecipuorum Doctorum
SOE	Sollicitudo omnium Ecclesiarum

2. Documentos dos Arquivos do Vaticano estudados e referidos

Sigla	*Documento* (incipit)	*Localização*
ALE	Accepi litteras Eminentiae Vestrae	BAV: Barb. Lat. 8578, f. 6r
ARP	An Regnum Portugalliae habeat Ius mittendi legatos ad Principes externos	ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 163r-165r BAV: Chig. F. VI. 141, ff. 230r BAV: Chig. O. I. 12, ff. 136r-138r BAV: Chig. R. I. 3, ff. 100r-102r BAV: Ott. Lat. 2435, ff. 484r-485v
CCF	Charissime in Christo Fili noster salutem	ASV: Ep. Ad Princ. 53, ff. 34r-35v
CIS	Cum Iurisdictio Sanctae Inquisitionis	ASV: Segr. Stato Portogallo 1A, f. 178r
EDM	Excellentissimum D. Michaelem	ASV: Misc. Arm I 65, ff. 120r-133v ASV: Misc. Arm. III 31, ff. 857-862 BAV: Chig. O. I. 12, ff. 113-121 BAV: Chig. R. I. 3, ff. 124-136 BAV: Ott. Lat. 2435, ff. 476-482 BAV: Vat. Lat. 10446, ff. 280-284
IQA	Ioanni Quarto Augustissimo	BAV: Chig. R I 3, ff. 57r - 61v

NMM	Nihil mihi magis	BAV: Barb. Lat. 8758, f. 5r
OC	Omissis Comitiis	BAV: Chig. O I 12, ff. 133r-134v BAV Chig. R I 13, ff. 138r-139r ASV: Misc. Arm. III 31, f. 600
PAP	Prudentium Amicorum Princeps	ASV: Misc. Arm. I 64, ff. 560-590.
PMU	Pro Manifestando Uniuerso Orbi	ASV: Misc. Arm. III 31, ff. 866r - 883v
PSA	Passim suppresso authore	ASV: Misc. Arm. III 31, ff. 852v-855v BVA: Barb. Lat. 3206, ff. 66r-67r
RCI	Reuerendissimi, Celsimi, Illustrissimi	BAV: Chig.. O I 12, ff. 140r-149r ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 166r-171v Sveriges nationalbibliotek, F1700
RHP	Responsio Historica, Politica et Iuridica	ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 300r-329v BAV: Chigi F. 141, 246-287 BAV: Chigi O. 12, 97-111
RIP	Responsio Iuris Pro exclusione Legati Ducis Bragantiae	ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 333r - 341r
RIQ	Rationes in Iure Quibus uidetur	ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 144r - 155r
RSC	Rege super Christo	BAV: Chig. R I 4, f. 5r
SRP	Serenissimus Rex Portugalliae	ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 134r-138r ASV: Misc. Arm. III 31, ff. 847r-852r

3. Outras siglas

ANTT	Arquivo Nacional Torre do Tombo
ASV	Arquivo Secreto Vaticano
BA	Biblioteca Nacional da Ajuda
BAV	Biblioteca Apostólica Vaticana
BL	Machado, D. B., *Bibliotheca Lusitana*
BN	Biblioteca Nacional de Portugal
CD	Santarém et al., *Corpo Diplomático Português*
PL	Migne, *Patrologia Latina*

Introdução

Se o conflito militar com Castela terá sido previsível e admitido como inevitável, nas mentes dos conjurados daquele Sábado, primeiro de Dezembro de 1640, a poucos terá certamente ocorrido que mais longa e politicamente desgastante haveria de ser a guerra diplomática travada nos corredores da Santa Sé, tendo em vista o reconhecimento da nova casa reinante. Arrastada por três décadas, a longa sucessão de batalhas não terminaria, com efeito, senão com a recepção oficial a Francisco de Sousa, conde do Prado, em Dezembro de 1669, e a emissão das primeiras bulas de provisão dos bispados, em Maio de 1670. Mais fácil terá sido, pois, para os Bragança vencer no terreno militar, e, diplomaticamente, nas cortes europeias, até chegar à assinatura da paz de Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1668, do que convencer a Santa Sé a receber os seus embaixadores e confirmar os seus bispos, reconhecendo assim o divórcio com a Casa de Áustria e o fim dos 60 anos da união dinástica dos dois estados peninsulares.

Este trabalho não pretende ser uma dissertação de História. O objecto principal da nossa investigação é o acervo de documentos em língua latina presentes no Arquivo Secreto Vaticano, não só enquanto instrumento argumentativo tendo em vista objectivos políticos e religiosos, mas também como objectos físicos sujeitos a análise codicológica e filológica. Tão importante como o seu conteúdo (em alguns casos mais ainda) é, com efeito, o conhecimento, mais seguro nuns casos do que noutros, das suas condições de produção, cópia e distribuição. É possível, de feito, ter uma ideia, nalguns casos bastante clara, dos processos que envolviam a distribuição dos documentos na Cúria. Há-os com anotações marginais, como aquele em que o copista escrupuloso lembra que foi o próprio João de Matos, "iesuita assistente di Portogallo", que o fez chegar ao Cardeal Barberini, em

1641, a propósito da embaixada de D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego[1]. Há-os, também, primorosamente caligrafados, com preciosas folhas de rosto – mesmo se por vezes com erros e omissões – ao lado de cópias menos cuidadas, tantas vezes apressadas, do mesmo documento. E há os borrões por vezes ilegíveis, quem sabe se originais de actas ou rascunhos de textos ditados. E há, ainda, os poemas, por vezes conhecidos também em versão impressa, mas onde nem sempre é fácil perceber o que precedeu o quê, glosando a temática providencialista evidente num número razoável de documentos, quer no ASV quer na BAV.

Por outro lado, há documentos que, não sendo inéditos, são hoje conhecidos em versões truncadas ou imperfeitas, muito provavelmente em razão de as edições terem sido feitas sobre cópias secundárias, nalguns casos bastante posteriores. Veja-se, por exemplo, o caso do arquivo *Symmicta Lusitanica* (Biblioteca da Ajuda), criado já durante o reinado de D. João V, e pensado para conservar cópias de documentos relacionados com Portugal presentes em arquivos italianos. Assim terá acontecido ao editor do Corpo Diplomático, quando, transcrevendo uma carta do Inquisidor-geral D. Francisco de Castro ao Papa Inocêncio X, a propósito do polémico alvará de 1649, dá conta, por meio de um "sic" perplexo, de uma frase que, de facto, com aquela configuração não faz qualquer sentido[2]. Tivesse o editor diante de si o documento guardado no ASV[3], e poderia ter deixado cair o seu "sic", já que esta cópia apresenta uma versão íntegra da dita frase, além da edição impressa do alvará, que não acompanhava a cópia a que Santarém teve acesso, como se depreende da queixa nesse sentido vertida em nota de rodapé.

Não pretendendo este, dizíamos, ser um trabalho historiográfico, não deixa de ser evidente que é nossa intenção disponibilizar à comunidade académica (e não só) um muito considerável acervo documental, constituído por várias dezenas de documentos em língua latina, que só em uma muito pequena parte é conhecido em impressos coevos, na

1 Misc. Arm I 65, f. 120r
2 CD XIII, p. 186
3 Segr. Stato Portogallo 1A, f. 178r

esmagadora maioria dos casos nunca reeditados, e apenas muito esporádica e parcialmente referidos na bibliografia da especialidade. Assim, se não pretendemos, como dissemos, tomar o papel do Historiador (*ne sutor supra crepidam*), permita-se-nos a ambição, mesmo se imodesta, de querer proporcionar uma base documental mais sólida que contribua para alargar e alicerçar a visão, já bastante segura, de uma época fulcral da nossa História.

Organização do trabalho

O nosso estudo organizar-se-á em três partes, distribuídas em dois volumes. Esta última divisão deveu-se a dois factores. Em primeiro lugar, tendo em consideração a dimensão física deste trabalho, que dificultaria o manuseamento de um volume único a rondar as mil páginas. Em segundo lugar, pretendemos facilitar o confronto entre o texto latino editado (Volume I) e a sua tradução e comentário (Volume II). Com efeito, tendo considerado primeiro a edição do texto e da tradução lado a lado, acabámos por rejeitar esta solução, certamente mais cómoda para o leitor, mas, tendo em conta o volume de texto e as nossas limitações tecnológicas, mais complexo para o autor.

Volume I

Na **Parte I**, que designámos "Bellum Vaticanum", alusão à por vezes violenta guerra diplomática que, ao longo de três décadas, se travou na Santa Sé, teremos 3 capitulos.

No **capítulo I**, que intitulámos "Breves notas sobre a Restauração", descreveremos de forma sucinta os antecedentes imediatos da revolução de 1 de Dezembro de 1640, com especial relevo nas diligências feitas, nos anos imediatamente anteriores, no sentido de convencer o duque de Bragança a aceitar a coroa que se acreditava ter pertencido de

direito a sua avó, D. Catarina de Bragança, em 1580.

Abordaremos no **capítulo II**, de forma igualmente breve e sucinta. os principais pontos da argumentação legitimista após o 1.º de Dezembro.

Embora se tratem, nestes dois primeiros capítulos, factos conhecidos e sobejamente estudados, consideramo-los indispensáveis para a contextualização dos documentos a tratar nesta dissertação.

O **capítulo III**, que designámos "Os papéis da Restauração", procurará estabelecer, em primeiro lugar, uma tipologia dos documentos de propaganda política que circularam no reino, tendo em vista obter o apoio, sobretudo popular, para a causa restauracionista.

Estabelecer-se-á, em segundo lugar, uma tipologia dos documentos que circularam na Santa Sé durante o período em estudo, quer quanto à forma, quer quanto aos temas e à génese. Procurar-se-á demonstrar que, tendo em vista os objectivos da diplomacia portuguesa em Roma, diferentes dos interesses subjacentes à propaganda interna, também a natureza dos documentos que circularam em Roma é distinta, e manifesta-se logo à partida no facto de, que, ao contrário do que se verifica no reino, predominarem de forma clara os manuscritos sobre os impressos.

A **Parte II** será também dividida em três capítulos. Designámo-la "Pasce oues meas" a partir do preceito evangélico[4], frequentemente alegado nos documentos estudados para sustentar a obrigação papal de prover de bispos as igrejas, concretamente as de Portugal.

O **capítulo I** consistirá na exposição dos critérios tidos em conta para a selecção dos textos a serem estudados. Definir-se-á um núcleo de 4 documentos, que designámus "Corpus I", relativos à temática da provisão dos bispados, e que se inserem num ciclo de

4 Io. 21:17

debate polémico, motivado pelo memorial que Sousa Coutinho, embaixador de D. João IV em missão a Roma, fez chegar ao Papa no início de 1656, após ter sido recebido em privado, em Dezembro de 1655. Justificar-se-á, igualmente, a inclusão, em apêndice, de um conjunto de textos subordinados ao mesmo tema, que designámos "Corpus II".

O **capítulo II**, "Breves notas sobre a eleição dos bispos na Igreja Ocidental", percorrerá de forma sucinta a evolução do processo de eleição e sagração dos bispos, desde os primeiros séculos até ao século XVII, na Igreja Ocidental, e também em Portugal.

Servirá não só de contextualização geral para este trabalho, mas será também uma introdução ao **capítulo III**, que procurará desenrolar um historial das principais diligências portuguesas, mas também castelhanas, no sentido de resolver (ou adiar) o problema da provisão dos bispados vacantes em Portugal. Procuraremos fazê-lo não apenas para o reinado de D. João IV, período compreendido no incontornável estudo de Antunes Borges "Provisão dos bispados e concílio nacional no reinado de D. João IV"[5], mas também para os anos entre 1657-1668, para os quais falta ainda fazer um estudo aprofundado, de que esperamos venha este a ser o ponto de partida.

Tomaremos como base para estes historial quer os documentos incluídos no nosso trabalho, quer a correspondência coleccionados nos volumes 12, 13 e 14 do Corpo Diplomático Português.

A **Parte III** está dividida em três secções. A primeira secção, posta no Volume I, consiste na edição dos documentos do Corpus I e do Corpus II.

Volume II (anexo)

A segunda secção da **Parte III** está posta no Volume II, e consiste na tradução dos documentos de ambos os *corpora*.

A terceira secção apresenta os comentários a todos os documentos editados e

5 BORGES 1957 e 1958

traduzidos. Cada comentário será organizado da seguinte forma:

I. Autoria e datação

II. Problemas

III. Edições

IV. Organização e conteúdo

No primeiro ponto procuraremos identificar a autoria e estabelecer a datação do documento em estudo. Na maior parte dos casos não foi possível identificar com segurança a autoria. Optámos, contudo, por ainda assim problematizar a questão, ao apresentar todas as hipóteses plausíveis de autoria. A datação, por seu lado, foi estabelecida sem problemas para a quase totalidade dos documentos, em muitos casos por estar indicada no próprio documento, fosse no corpo do texto[6], fosse em cabeçalho da responsabilidade de um ou mais copistas[7]. Em outros casos, a indicação indirecta[8], os eventos narrados ou omissos[9], ou a referência em outros documentos[10] permitiram indicar com alguma segurança a datação do documento.

O segundo ponto, que designámos "Problemas", ocorre apenas nos documentos que apresentam problemas significativos relativos à datação, à autoria, ou, sobretudo, à génese do texto. Foi o caso, entre outros da EA, que nos chegou em duas versões, uma delas bastante reduzida, que procurámos demonstrar não se dever a perda de fólios, mas a

6 É exemplo disto a carta de frei Pedro de Sousa, datada, na fórmula de despedida, de 30 de Abril de 1655.

7 O documento PRP apresentam a data de 1649 apenas em 2 das 5 cópias manuscritas, e não a indicam na edição impressa.

8 No documento RMS, a junta à qual se dirige o rei D. João IV declara que a sua posse decorre há já um septénio, donde se retira que o documento será de finais de 1647, ou, segundo o parecer de Antunes Borges, já de 1648 (BORGES 1957, p. 203).

9 Da leitura da BD, sobretudo na cópia que inclui uma folha de rosto com alusões às profecias de Joaquim de Flora, depreende-se recente a eleição de Alexandre VII (Abril de 1655). A embaixada de Sousa Coutinho (chegada a Roma em Novembro de 1655), por seu lado, não é referida, nem quando se alude às embaixadas portuguesas ao Papa. O documento deverá, pois, ser datado de 1655.

10 Sobre a EA, reacção ao memorial que Sousa Coutinho entregou ao Papa Alexandre VII e fez divulgar a partir de Janeiro de 1656, diz o embaixador, em carta ao rei de Agosto ou Setembro de 1656, que demorou 7 meses a sair (CD XIII pp. 336-337).

intervenção consciente e intencional.

O terceiro ponto, "Edições", ocorre nos documentos em que nos pareceu relevante a referência a determinadas cópias manuscritas ou edições impressas coevas.

O quarto ponto descreve a organização e conteúdo de cada um dos documentos. Considerámos essencial identificar, aqui, as partes significativas em que se organiza cada documento, de modo a permitir uma melhor compreensão da forma como se organiza o seu conteúdo. Procedemos ainda à identificação, que pretendemos exaustiva, dos temas abordados e dos argumentos esgrimidos, a partir dos quais procurámos estabelecer pontos de contacto com outros documentos, que indicámos em nota de rodapé.

Apresentámos, para os documentos do núcleo deste estudo (Corpus I) e para os apêndices relativos à provisão dos bispados (Corpus II), traduções anotadas, que servem dois propósitos. Em primeiro lugar, permitir aos investigadores que não não dominem a língua latina o acesso a este acervo documental, que, se não traz novidades significativas, permite contudo ampliar de forma significativa as fontes disponíveis para o estudo de um período fundamental da nossa História. Em segundo lugar, estas traduções destinam-se a um público não especializado, ao constituirem o primeiro passo de um projecto mais vasto, que visa a disponibilização, em edições acessíveis, destes e de outros documentos relativos ao período da Restauração. É sobretudo a este público mais vasto que se destinam as notas da tradução, que poderão parecer dispensáveis ao leitor especializado.

Para os documentos editados em anexo apresentamos apenas uma breve introdução, com indicações sumárias de autoria, datação e conteúdo. Estes constituem, com efeito, apenas o ponto de partida para um trabalho posterior e já projectado de edição e tradução de fontes documentais dos arquivos do Vaticano relativas ao período da Restauração.

Parte I: *Bellum Vaticanum*

Critérios de transcrição de fontes anteriores ao século XX

Para as edições coevas, conservámos a ortografia e pontuação originais, intervindo apenas nos casos de manifesto erro tipográfico ou, no caso dos manuscritos, de cópia.

Para as edições do Corpo Diplomático, que recorre frequentemente a cópias tardias, modernizámos a ortografia, com excepção dos casos em que podem reflectir a pronúncia da época.

I. Breves notas sobre a Restauração

Numerosos factores concorreram para os acontecimentos de 1 de Dezembro de 1640, não sendo trabalho fácil, num estudo com as características deste que agora se apresenta, decidir quais incluir e quais deixar de parte, confiando na informação prévia do leitor.

Os antecedentes da Restauração

Numa altura em que falar de nacionalismos tal como os entendemos hoje não pode ser considerado senão com grande reserva, a verdade é que logo desde 1580 se fez sentir, por parte de vários sectores da sociedade portuguesa, uma vincada oposição à União Ibérica[1]. Contudo, o ponto de viragem dá-se com a subida ao trono de Filipe IV, em 1620, graças, entre outros factores, à política centralista e às reformas promovidas por Olivares, valido do Rei Católico[2]. Factores externos relevantes acabaram por marcar igualmente este período, criando as condições que desencadeariam o golpe de 1 de Dezembro de 1640. Com efeito, logo em 1621 dá-se o fim da Trégua dos Doze Anos, estabelecida por Filipe III, em 1609, com as Províncias Unidas. Recomeça, assim, a ofensiva holandesa contra Madrid, com consequências dramáticas para as possessões portuguesas na América, África e Ásia.

No Atlântico, os ataques holandeses culminaram, em 1638, na ocupação da importante feitoria de São Jorge da Mina. Contudo, foi a ocupação de grandes porções da costa brasileira que desferiu o mais duro golpe contra os interesses portugueses. Assim, em 1624, a Baía, sede do Governo Geral do Brasil, cai em mãos holandesas, embora tenha sido recuperada rapidamente. Em 1630, porém, as armadas holandesas tomam o

1 *V.* a este propósito o incontornável estudo de António de Oliveira: *Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, 1991

2 RAMOS ET AL, p. 287

Pernambuco, centro da produção açucareira do Brasil[3], golpe tremendo na economia portuguesa, que só viria a recuperar o território depois da Restauração.

Apesar de alguma prosperidade vivida nas primeiras décadas da União[4], assiste-se, a partir desta década de 1620, a uma degradação da situação económica, que foi, sem dúvida, um factor importante no descontentamento português em relação à Monarquia Dual, sobretudo da burgesia comerciante, que fora um dos principais apoiantes, em 1580, de Filipe II. Com efeito, a predação inglesa e holandesa sobre as Conquistas afectara grandemente todo o tráfico atlântico, com os ataques ao Brasil e à consta africana. Pior, a importante rota comercial do Cabo decaíra a tal ponto que o comércio entre Lisboa e a Índia era, naqueles anos, inferior em 1/3 em relação a 1580[5].

Na Ásia, a perda mais relevante é Ormuz, caída em 1622 às mãos de uma aliança anglo-persa[6]. O próprio ataque inglês e holandês às possessões portugueses foi visto por muitos como uma consequência da União, não só porque ao fazer parte da Monarquia Hispânica Portugal passava igualmente a ter de se avir com os inimigos de Castela, mas também porque era popular a ideia de que Madrid deixava ao abandono as conquistas portuguesas. Estas ideias não são, contudo, exactas. De feito, mais do que a causa, a União Dinástica parece ter antes sido o pretexto usado por ingleses e holandeses para cair sobre o império português, que já antes cobiçavam[7].

As dificuldades económicas não afectavam exclusivamente Portugal. Embora por razões diferentes, que se prendiam com o decréscimo da exploração da prata americana e o envolvimento na Guerra dos 30 Anos, também a Espanha se encontrava em dificuldades. Em consequência disso, os comerciantes portugueses, que em 1580 viram como uma oportunidade de ouro a abertura das portas do império espanhol, começavam agora a ser

3 Ramos et al, p. 286
4 Torgal 1981, pp. 74-75
5 Oliveira Marques 1995, p. 297
6 Ramos et al, p. 284
7 Torgal 1981, p. 75

vítimas de ataques por parte dos colonos espanhóis, perseguições muitas vezes a coberto de acusações de judaísmo[8].

Os anos de 1620 assistem ainda ao agravamento da Guerra dos Trinta anos, que eclodira em 1618, na Boémia. Em 1622, por seu lado, Armand Jean du Plessis, que ficará conhecido como cardeal Richelieu, obtém o chapéu cardinalício, e acelera decisavamente a sua ascensão política, que começara em 1616 com a Secretaria de Estado, e que culmina na sua entrada no Conselho do Rei, em 1624, tendo-se tornado então de facto primeiro-ministro de Luís XIII. No início da década, também o então apenas conde Olivares[9] inicia a sua actividade como valido de Filipe IV, empreendendo um ambicioso plano de reestruturação da Monarquia Hispânica, que passava também por fazer Portugal participar nos esforço de guerra, quer financeiramente, através dos impostos, quer com homens. Ambos os aspectos chocavam com o chamado Estatuto de Tomar, que no entanto começara a ser violado desde o primeiro momento, com o estabelecimento de tropas castelhanas nas fortalezas portuguesas, incluindo em Lisboa. O recrutamento, com efeito, chocava com a convicção de que Portugal não se podia envolver em guerras fora dos seus domínios. Por seu lado, o aumento de impostos, em grande parte motivado pelo eclodir ou agravar das guerras em que o governo de Madrid se via envolvido, não podia ser efectuado sem aprovação prévia em Cortes, o que Filipe IV recusou sempre.

O aumento e criação de novos impostos, como a meia anata, o estanco do sal ou o real d'água[10], com o consequente aumento da crispação social, redundou na eclosão de várias revoltas, das quais as mais importantes foram, sem dúvida, as chamadas alterações de Évora, também conhecidas como a revolta do Manuelinho. Tendo rebentado em Évora, em Agosto de 1637, acabou, no entanto, por se estender sobretudo a todo o sul de Portugal, sem deixar de atingir centros urbanos do litoral, como Lisboa, e do interior

8 OLIVEIRA MARQUES 1995, p. 297

9 Gaspar de Guzmán obteria o título de Duque de Sanlúcar Mayor em 1624.

10 VALLADARES 2006, p. 38

centro e norte, como Guarda ou Bragança[11], durante os anos de 1637-1638. Na origem imediata da revolta estiveram duas iniciativas fiscais vindas de Madrid: o cadastro de todas as propriedades da nobreza, ordenado nesse ano por Filipe IV, e sobretudo a aplicação do real d'água, imposto sobre o consumo de peixe e de carne[12], e o aumento em 25% da sisa[13].

O nome da revolta deve-se ao facto de as ordens dos cabecilhas da rebelião serem passadas "em nome de Manuelinho, um doido célebre naquela cidade, entendendo que conseguiam neste disfarce não correr perigo em qualquer acidente o autor do congresso, em quem costuma cair o maior castigo"[14]. Esta não foi, no essencial, uma revolta nacionalista, no sentido em que o entendemos hoje, em que dominassem sentimentos autonomistas ou anticastelhanistas[15], apesar de algumas leituras coevas, que viram nos acontecimentos de 1637-1638 um prelúdio da Restauração. Veja-se, entre outros, o caso de Frei Francisco Escobar, que, mesmo com distorções cronológicas destinadas a caber no paralelo bíblico de intenções providencialistas que em seguida estabelece, declara, no sermão gratulatório pelo restabelecimento da saúde de D. João IV, impresso em 1655:

> Bem ia já mostrando Portugal a impaciência com o governo de Rei estranho no antecipado motim da cidade de Évora, confessando que não tinha já ombros para sustentar tão grande peso: e não deixa de ser mistério, o mover-se na era de trinta e oito. Esperava Portugal na era de quarenta ver-se restituído à glória de ter pai, e rei natural, faltavam-lhe naquele tempo dous anos para chegar à era de quarenta, que muito rompesse em motins, e inquietações! Trinta e oito anos havia, que um miserável paralítico padecia na mesma casa do Remédio; vem um Anjo a mover as águas, e só pera este pobre não havia lugar naquela piscina; impaciente com a opressão de tantos males rompe em brados e suspiros: *non habeo hominem!* E pera que estranha tanto os males, se tão feito está a

11 Ramos et al, p. 292
12 Ramos et al, p. 292
13 Valladares 2006, p. 40
14 Ericeira 1945, tomo I, p. 84
15 Ramos et al, p. 293

> padecê-los? Grandemente Santo Agostinho: *Quid miraris, quia languebat, quia ad quadraginta duos minus annos habebat?* Estava o paralítico na era de trinta e oito anos de enfermidade, faltavam-lhe dous para chegar a quarenta, esta era a causa da sua impaciência: *quid miraris, etc.* Na era de trinta e oito vivia Portugal sujeiro à Coroa estranha, faltava-lhe dous anos para chegar a quarenta, em que havia de lograr Rei e Pai da pátria: que muito rompesse em motins, inquietações, *quid miraris?*[16]

A repressão castelhana, contudo, foi relativamente suave, e foram usadas na pacificação da revolta figuras da nobreza portuguesa, como o próprio Duque de Bragança[17], que fez sair o filho D. Teodósio pelas ruas da vila, a acalmar a população[18].

Em Março de 1639, outro acontecimento, este puramente político, contribui para acicatar os ânimos, quando Filipe IV dissolve o Conselho de Portugal e o substitui por duas juntas, uma em Madrid, presidida por Diogo Soares, e outra em Lisboa, à frente da qual estava Miguel de Vasconcelos[19]. Muitos viram nesta medida mais uma tentativa de reduzir o reino a uma mera província, o que ia contra o juramento feito por Filipe II nas Cortes de Tomar, onde garantira a autonomia e integridade do reino de Portugal.

Também nesse ano de 1639 se dá a determinante Batalha das Dunas, na qual a armada espanhola, onde figuravam vários efectivos portugueses, entre os quais D. Francisco Manuel de Melo, sofre uma pesada derrota às mãos dos holandeses, liderados pelo almirante Maarten Tromp. É da máxima importância esta batalha para o êxito da Restauração portuguesa, ao ter ficado a Espanha sem uma armada em condições que lhe permitisse, após 1640, fazer um bloqueio naval à costa portuguesa.

A tudo isto acrescia a eclosão, em 1635, da guerra franco-espanhola, que não terminaria senão em 1659, à qual estão intimimamente ligadas as revoltas da Catalunha e

16 MARQUES 2007, p. 476

17 ERICEIRA 1945, tomo I, p. 84

18 Outra revolta importante ocorreu no Porto, em 1628, o chamado "motim das maçarocas", motivada pela tributação imposta sobre o linho fiado.

19 VALLADARES 2006, pp. 40-41

de Portugal, em 1640, instigadas em parte por Paris, numa hábil táctica de levar a guerra ao coração do inimigo.

Perante uma Espanha subitamente enfranquecida por várias guerras e vinda de uma derrota copiosa perante os Holandeses, estava criado o ambiente propício para uma sublevação portuguesa, que aliás muitos terão intuído. Não pode ser casual, com efeito, a publicação, em 1639, do *Philippus Prudens*[20], de Juan Caramuel Lobkowitz, obra monumental e inexplicavelmente sem edições modernas, em que o autor demonstra a legitimidade de Filipe II, em 1580, retomando no essencial a argumentação castelhana da crise dinástica de 1578-1580, e rebatendo as alegações de D. Catarina, que viriam a ser recuperadas mais tarde pelo seu neto, D. João IV. Sinal claro de que o previsível levantamento de Portugal não seria um conflito circunscrito à Península é a publicação, em França, logo em 1640, mas antes do 1.º de Dezembro, de uma reacção anónima ao *Philippus Prudens*, intitulada *Observations sur un livre intitulé Philippes le prudent*[21], na qual se rebatem os argumentos do frade espanhol, e se manifesta a esperança de que, em breve, os portugueses se libertem do seu jugo.

Quando Caramuel escreve o seu tratado, contudo, não se tinha dado ainda outro acontecimento decisivo para a eclosão e sucesso da Restauração, o levantamento da Catalunha, na Primavera de 1640, cuja importância fundamental, associada às outras guerras em que Madrid se via enredado, é reconhecida pelo Pe. António Vieira no Sermão dos Bons Anos, pronunciado em Lisboa, a 1 de Janeiro de 1642, mediante um significativo paralelo bíblico:

> Se Portugal se levantara enquanto Castela estava vitoriosa, ou, quando menos, enquanto estava pacífica, segundo o miserável estado em que nos tinham posto, era a empresa mui arriscada, eram os

20 *Philippus prudens Caroli V. Imp. Filius Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimus rex demonstratus*, Antuérpia, 1639

21 *Observations sur un livre intitulé Philippes le prudent, fils de Charles de Quint, verifié Roy legitime de Portugal, des Algarues, des Indes & du Bresil composé en latin par D. Iean Caramuel Lobkowitz*, Paris, 1640

> dias críticos e perigosos; mas como a Providência Divina cuidava tão particularmente de nosso bem, por isso ordenou que se dilatasse nossa restauração tanto tempo, e que se esperasse a ocasião oportuna do ano de quarenta, em que Castela estava tão embaraçada com inimigos, tão apertada com guerras de dentro e de fora; para que, na diversão de suas impossibilidades, se lograsse mais segura a nossa resolução. Dilatou-se o remédio, mas segurou-se o perigo. Quando os Filisteus se quiseram levantar contra Sansão, aguardaram a que Dalila lhe tivesse presas e atadas as mãos, e então deram sobre ele. Assim o fizeram os Portugueses bem advertidos. Aguardaram a que Catalunha atasse as mãos ao Sansão que os oprimia, e como o tiveram assim embaraçado e preso. então se levantaram contra ele tão oportuna como venturosamente.[22]

A guerra da Catalunha contribuiria, efectivamente, de várias maneiras para o sucesso da Restauração. Em primeiro lugar, criou as condições para o golpe de 1.º de Dezembro, pelo descontentamento motivado pelo recrutamento de portugueses para o esmagamento da revolta. Em segundo lugar, por ter desviado das fronteiras portuguesas e do próprio reino efectivos militares castelhanos, o que impediu uma rápida reacção ao levantamento português. Finalmente, porque, depois do 1.º de Dezembro, foi sempre considerada prioritária por Filipe IV e pela generalidade dos seus conselheiros, o que impediu a mobilização de efectivos militares em larga escala para a fronteira portuguesa, coisa que veio acontecer apenas após a queda de Barcelona, em 1652, e o apaziguamento de toda a frente catalã, a partir de 1656[23].

Sem o apoio francês, contudo, dificilmente teria ocorrido o 1.º de Dezembro. Com efeito, e como foi dito, à França, envolvida directamente na Guerra dos 30 Anos desde 1635, interessava aliviar a pressão militar espanhola, através do patrocínio de conflitos internos dentro da própria Monarquia Hispânica: primeiro a Catalunha, na Primavera de 1640, depois Portugal.

22 MARQUES 2007, p. 289
23 RAMOS ET AL, p. 305

Um rei irresoluto

Os factos relativos ao período que medeia entre as primeiras diligências no sentido de se expulsar os Áustrias do trono de Portugal e o 1.º de Dezembro de 1640 são bastante conhecidos e divulgados na bibliografia da especialidade. Ainda assim, e porque parecem demonstrar algumas linhas importantes do carácter do futuro rei D. João IV que se reflectirão na forma como lida com o problema da provisão dos bispados, nomeadamente alguma hesitação que nem sempre é fácil de perceber se se aproxima mais da prudência, se da irresolução, ainda assim, dizíamos, é conveniente recordar as diligências feitas pelos conjurados, no sentido de convencerem o duque de Bragança a aceitar a Coroa.

Apesar de haver notícia de reuniões entre D. Antão de Almada e Francisco e Jorge de Melo logo em 1634, a data mais consensual para o início das diligências conspiratórias é o ano de 1638. Em Novembro desse ano, D. António de Mascarenhas e Jorge de Melo teriam sondado D. Duarte, irmão de D. João, então em passagem por Portugal, no sentido de assumir a Coroa de Portugal[24] em lugar do Duque de Bragança, caso este não a quisesse aceitar. D. Duarte não se terá mostrado demasiado receptivo à ideia, tendo prometido vagamente o seu amparo[25].

A 28 de Janeiro do ano seguinte, D. João é nomeado governador geral das armas do reino, no que pode ser visto como uma tentativa de o manter na órbita de Madrid. A vinda do duque, nessa qualidade, para um Conselho de Guerra, que se efectuaria, em Lisboa, a 2 de Julho de 1639, marca o arranque definitivo do processo que conduzirá ao 1.º de Dezembro, ao ter proporcionado em Almada, onde se instala a partir de 16 de Maio, um significativo encontro com os conspiradores, no qual lhe manifestam o seu desejo de restaurar a monarquia portuguesa. Segunda a *Relação da Felice Aclamação*, D. António de Mascarenhas terá sugerido ao duque a realização do golpe nesse mesmo ano, aproveitando a sua próxima visita à vice-rainha, a duquesa de Mântua, ao que D. João não

24 *Felice aclamação*, p. 4
25 *Felice aclamação*, p. 5

acedeu[26]. As diligências dos conjurados prosseguiram durante a estadia do duque em Almada, porém sempre sem que se obtivesse da sua parte uma resposta mais clara do que um "não é ainda ocasião", expressão que "soltou de quantas vezes lhe falaram na matéria, com a qual todos ficaram com esperança de que algum dia poderiam ver logrado seu desejo."[27]

Com a partida de D. João para Vila Viçosa, após um verdadeiro banho de multidão na sua entrada em Lisboa[28] para o Conselho de Estado, contudo, as esperanças parecem esmorecer entre muitos dos envolvidos, fazendo-se mesmo ouvir de novo as vozes sebastianistas, que esperavam ainda o regresso de D. Sebastião para reclamar a Coroa[29]. Outros desanimavam, perante a improbabilidade de se resistir ao poder tremendo de Castela[30]. As evasivas de D. João, neste período, foram interpretadas de várias formas, mais tarde, pelos seus apoiantes, tendo alguns visto nelas prudência, enquanto outros, como o Pe. António Vieira, não divisavam na hesitação e nas acções dúbias de D. João desde as alterações de Évora senão a mão da providência divina[31].

26 *Felice aclamação*, p. 5

27 *Felice aclamação*, p. 6

28 *Costa e Cunha*, p. 15

29 Vozes que nem depois de Dezembro de 1640 se deixaram de ouvir, a ponto de Vieira, no Sermão dos Bons anos, de 1 de Janeiro de 1642, ainda sentir a necessidade de rebater as suas alegações, e demonstar que o Encoberto é D. João IV: "E já que vai de esperanças, não deixemos passar sem ponderação aquelas palavras misteriosas da profecia: Insperate ab insperato redimeris. De propósito reparei nelas, para refutar com suas próprias armas alguma relíquia, que dizem que ainda há daquela seita ou desesperação dos que esperavam por el-rei D. Sebastião, de gloriosa e lamentável memória. Diz a profecia: Insperate ab insperato redimeris: 'Que seria remido Portugal não esperadamente por um rei não esperado.' Segue-se logo, evidentemente, que não podia el-rei D. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque o libertador prometido havia de ser um rei não esperado: Insperate ab insperato; e el-rei D. Sebastião era tão esperado vulgarmente, como sabemos todos. Assim que os mesmos sequazes desta Opinião, com seu esperar, destruíram sua esperança; porque quanto o faziam mais esperado, tanto confirmavam mais que não era ele o prometido; podendo-se-lhe aplicar propriamente aquelas palavras que S. Paulo disse de Abraão: Contra spem in spem credidit; que 'creram em uma esperança contrária à sua mesma esperança'; porque pelo mesmo que esperavam, tinham obrigação de não esperar." (Marques 2007, pp. 284-285)

30 *Felice aclamação*, p. 6

31 "Da mesma maneira se deu princípio à redenção e restauração de Portugal em tais dias e em tal ano, no celebradíssimo de 40, porque esse era o tempo oportuno e decretado por Deus; e não antes nem depois, como os homens quiseram. Quiseram os homens que fosse antes, quando sucedeu o levantamento de Évora; quiseram os homens que fosse depois, quando assentaram que o dia da aclamação fosse o 1º de

D. João retira-se, pois, para o seu paço de Vila Viçosa, distante e aparentemente alheio aos problemas da política da Monarquia Hispânica, em geral, mas também do reino, entre as quais avulta a expulsão do coleitor apostólico, a 31 de Agosto desse ano[32]. Não deixam os conjurados, apesar disso, de insistir nas suas diligências:

Pero de Mendonça ia muitas vezes a Vila Viçosa a visitar a el-rei nosso senhor, só por ver se podia

Janeiro, hoje faz um ano; mas a Providência Divina ordenou se antecipasse, para que pontualmente se desse princípio à restauração de Portugal a seu tempo: Postquam consummati sunt dies octo. Daqui fica tacitamente respondida uma não mal fundada admiração, com que parece podíamos reparar os Portugueses, em que os sereníssimos duques de Bragança vivessem retirados todos estes anos, sem acudirem à liberdade do reino, como legítimos herdeiros que eram dele. Respondido está; declaro mais a resposta: Cristo, Redentor nosso, ainda em quanto homem, como provam muitos Doutores, era legítimo herdeiro da coroa de Israel: Dabit illi Dominus Deus sedem David Patris ejus: et regnabit. Tinha tiranizado este reino Herodes, homem estrangeiro, a quem por este e por muitos outros títulos não pertencia; e como, sobre ter usurpado o reino, lhe quisesse tirar a vida a Cristo, diz o texto, que o Senhor se lhe não opôs, antes se retirou para o Egipto: Secessit in Aegyptum. Notável acção! Não sois vós, Senhor, o verdadeiro Rei de Israel, como legítimo herdeiro seu, que, ainda que não empunhais o ceptro, Rei sois e Rei nascestes, e assim o confessam as nações e reis estrangeiros: Ubi est qui natus est Rex Iudaeorum? Pois como vos retirais agora, como vos não apondes à tirania de Herodes, como ides viver ao Egipto, e tantos anos? Não vedes o que padecem tantos inocentes? Não ouvis que já chegam ao Céu as vozes da lastimada Raquel, que chora seus filhos: Vox in Rama audita est, ploratus et ululatus multus, Raquel plorans filios suos? Pois se a vós, como a Rei natural, incumbe a restauração do reino, como vos retirais da empresa? Nem me aleguem em contrário os poucos dias que tinha o Senhor de vida ou de idade, depois dos oito da circuncisão, porque na mesma circuncisão e na mesma retirada do Egipto tinha e lhe sobejava tudo o que era necessário para livrar do cativeiro os que nele tinham a esperança da liberdade. Ou Cristo os havia de remir com o sangue próprio, ou com o alheio: se com o próprio, bastava uma só gota do sangue da circuncisão, para remir não só o reino de Israel, senão todo o Mundo. Se com o sangue alheio o mesmo anjo que disse a S. José: Fuge in Aegyptum, podia fazer a Herodes e a todos seus presídios e soldados, o que outro anjo fez aos exércitos de el-rei Senaquerib, matando em uma noite oitenta e cinco mil dos que sitiavam a mesma Jerusalém. Pois se isto era não só possível, mas fácil, ao legítimo e verdadeiro Rei de Israel, porque o não executou então? – Porque não era ainda chegado o tempo, diz excelentemente S. Pedro Crisólogo: Cedens tempori non Herodi. Tinha decretado e disposto, que o tempo da Redenção fosse dali a trinta e três anos' e se a Providência Divina, que tudo pode, espera pelas disposições e circunstâncias do tempo; quanto mais a providência humana, a qual o não seria, se com toda a atenção e vigilância as não observasse, aguardando pelas mais convenientes e oportunas que Deus e o mesmo tempo lhe oferecesse! Assim que, podiam responder aqueles príncipes, como legítimos e naturais senhorios e herdeiros da coroa de seus avós, o que em semelhante caso disseram os famosos Macabeus, assim antes como depois de restituídos ao seu próprio património: Neque alienam terram sumpsimus, negue aliena detinemus, sed haereditatem patrum nostrorum, quae injuste ab aliquo tempore ab inimicis nostris possessu est; nos vero tempus habentes vindicamus haereditatem patrum nostrorum. E foi de tanta importância esperar pela oportunidade do tempo, que por esta dilação se veio a lograr aquela primeira máxima de toda a razão de estado, assim da Providência Divina, como da providência humana, que é saber concordar estes dois extremos: conseguir o intento e evitar o perigo. Já

> conquistá-lo, e era tão grande o fervor e afeito com que lhe falava, que nas cortesias o tratava como rei, e se ele o queria acompanhar até a porta, lhe dezia: − 'Não se mova Vossa Excelência, que lhe quero beixar os pés como a legítimo e verdadeiro rei de Portugal e senhor nosso'. Porém nenhum meio havia que fosse bastante para lhe dobrar a vontade e para fazer que se resolvesse de todo.[33]

A irresolução de D. João leva a que, de novo, os conjurados considerem a hipótese de entregar a coroa a D. Duarte, tendo mesmo pensado em enviar o padre Nicolau da Maia à Alemanha para o convencer[34].

Em Março de 1640 D. João é novamente convocado por Madrid, na qualidade de governador geral de armas do reino de Portugal, perante nova ameaça militar francesa. O duque de Bragança alega a inutilidade da acção e as despesas incomportáveis para a sua casa[35]. Em Agosto do mesmo ano é convocado, com um número significativo de fidalgos e milhares de soldados portugueses, para o esmagamento da revolta da Catalunha, o que fazia aumentar o descontentamento português e fortalecia os argumentos de que se consumiam as forças portuguesas em guerras que não lhes diziam respeito. D. João vai adiando a partida, sem poder recusá-la[36].

---

perguntámos que razão teve Cristo para receber a circuncisão ao oitavo dia conforme a Lei. Agora pergunto: que razão teve a Lei para mandar que a circuncisão se fizesse ao oitavo dia? A circuncisão naquele tempo era o remédio do pecado original, como hoje o é o baptismo, bem que com diferente perfeição. Pois se na circuncisão consistia o remédio do pecado original, e a liberdade das almas cativas pelo pecado; porque não mandava Deus que se circuncidassem os meninos logo quando nasciam, ou ao terceiro ou ao quarto dia, senão ao oitavo? – A razão literal foi, diz o Abulense, porque quis Deus aplicar o remédio de tal maneira, que se evitasse o perigo: Quia ante octo dies potest esse vitae periculum. Quando os meninos nascem, cm todos aqueles primeiros sete dias correm grande perigo de vida, porque são dias críticos e arriscados, como dizem Aristóteles e Galeno; pois ainda que o remédio dos recém-nascidos e sua espiritual liberdade consistia na circuncisão, não se circuncidem, diz a Lei, senão ao oitavo dia, passados os sete que essa é a excelente razão de estado da providência de Deus saber dilatar o remédio, para escusar o perigo: dilate-se o remédio da circuncisão até o oitavo dia, para que se evite o perigo da vida, que há do primeiro ao sétimo: Quia ante octo dies potest esse vitae periculum. " *Sermão dos Bons Anos*, in MARQUES 2007, pp.

32 *Vide infra* p. 76

33 *FELICE ACLAMAÇÃO*, p. 7

34 *FELICE ACLAMAÇÃO*, p. 7

35 *COSTA E CUNHA*, p. 17

36 *COSTA E CUNHA*, p. 17

Por essa altura vai crescendo o número dos conjurados, entre os quais se incluem, agora, o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha e o jurisconsulto João Pinto Ribeiro, agente da Casa de Bragança em Lisboa[37], ao mesmo tempo que se procura garantir o apoio popular, ao fazer chegar a informação, através do Pe. Nicolau da Maia, ao juíz do povo, aos escrivães, aos mesteres e aos da Casa dos Vinte e Quatro[38].

O duque de Bragança permanece, contudo, aparentemente irresoluto, enquanto vai declinando o mês de Outubro de 1640. Assim, e considerando "que era tempo de meter todo o cabedal, e fazer que el-rei nosso senhor se acabasse de resolver"[39], vão a Vila Viçosa o marquês de Ferreira e seu irmão, D. Rodrigo de Melo. A nova da morte do seu filho no Brasil, contudo, impede a viagem de D. Rodrigo de Melo, prontamente substituído por Pero de Mendonça. Este, ao chegar ao paço ducal, "deu conta mui por extenso a el-rei nosso senhor de como os ânimos estavam dispostos, as armas prevenidas, o enemigo descuidado, Castela no maior aperto, a Fortuna favorável e a ocasião chamando-nos e abrindo-nos o caminho mais fácil que podia haver para nossa liberdade."[40]

Em vão, contudo, pois o duque "não estava tão dócil como nós havíamos mister"[41]. Faz-se então vir Pinto Ribeiro a Vila Viçosa, o qual decide enviar António Pais Viegas ao duque. E só então, sem dúvida depois de ter a garantia de que contaria com apoio internacional, nomeadamente da França de Richelieu[42], D. João manifesta, por fim, a sua adesão plena ao golpe. Pinto Ribeiro regressa então a Lisboa. Levava com ele uma carta do duque de Bragança, na qual declarava o seu apoio e dava poder a Pinto Ribeiro para "dispor tudo como melhor e mais seguro parecesse."[43]

Esta carta, lida aos conjurados no Sábado dia 24 de Novembro de 1640, constitui,

37 *Felice aclamação*, p. 9
38 *Costa e Cunha*, p. 18
39 *Felice aclamação*, p. 9
40 *Felice aclamação*, p. 9
41 *Felice aclamação*, p. 9
42 Ramos et al, p. 297
43 *Felice aclamação*, p. 10

assim, o tiro de partida para a revolução, que fica então marcada para o Sábado seguinte, dia 1 de Dezembro.

II. Os papéis da Restauração

1. Natureza e tipologia dos documentos em circulação no reino

O êxito da Restauração dependia, sabiam-no bem D. João IV e seus apoiantes, da capacidade de resistir à ofensiva militar castelhana. A resistência militar, por seu lado, dependia em grande medida do apoio das grandes potências, mas também do apoio interno, para uma guerra que se antevia feroz e incerta, e para a qual era mester reunir homens e recursos. Por outras palavras, era forçoso convencer os naturais do reino a concederem ao novo rei aquilo que tinham recusado ao anterior, e que motivara as revoltas das décadas anteriores: homens para a guerra e dinheiro para os impostos. Nesta frente interna tiveram importância fundamental os sermões que a partir do púlpito divulgavam o argumentário restauracionista, nem sempre passados ao papel[44], mas também os inúmeros impressos de tipologia vária que então circularam, e de que são testemunhas, entre outros, o pesado primeiro volume do catálogo da *Exposição Bibliográfica da Restauração*[45], de 1940, ou o catálogo da colecção Visconde da Trindade[46].

Importantes, também, foram os esforços feitos na frente externa, nomeadamente junto dos inimigos de Espanha, no sentido de obter o reconhecimento de D. João IV e o apoio à causa restauracionista. A tarefa não se afigurava fácil, quando, por força da União Ibérica agora desfeita, os inimigos de Madrid haviam sido também inimigos de Lisboa, cujas possessões ultramarinas cobiçavam e, em alguns casos, ocupavam[47].

44 Veja-se, a este propósito, o trabalho ingente de João Francisco Marques, nomeadamente em *A Parenética Portuguesa e a Restauração*, e *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração* (*cf.* **Bibliografia**).

45 *Biblioteca Nacional de Lisboa. Exposição Bibliográfica da Restauração*, vol. I, Lisboa, 1940

46 Pericão de Faria, 1979

47 Exemplo significativo desta ambiguidade é o caso do tratado assinado com as Províncias Unidas, a 12 de Junho de 1641, que estabelecia a paz na Europa, mas deixava de parte as conquistas (Leal de Faria 2008, p. 120) – ou, nas palavras menos académicas de Pinheiro Chagas, "E era assim que nós estávamos com a

A tipologia desta documentação é variada, podendo ser arrumada, mesmo se de forma imperfeita, da seguinte forma:

- textos de exposição histórico-jurídica;
- textos justificativos ou polémicos;
- textos de temática providencialista;
- textos literários;
- gazetas e relações de sucessos;
- tratados teóricos.

Consideremos, em seguida, de forma breve algumas obras significativas.

Textos de exposição histórico-jurídica

Publicado em 1641, o *Assento feito em Cortes*[48] inaugura a literatura política de legitimação do movimento restaurador, ao mesmo tempo que, ao sintetizar a argumentação jurídica, constituiu um verdadeiro argumentário retomado sem variações significativas em todas as obras do mesmo género.

Também com todas as características de uma publicação oficial é a *Justa aclamação*, publicada em 1644 por Velasco de Gouveia[49], e que mereceu uma tradução latina, destinada a circular pelas cortes europeias[50]. Trata-se, de acordo com Luís Reis Torgal, da

Holanda; abraços na Europa e lambada lá por fora." (Pinheiro Chagas, *História Alegre de Portugal*, 4.ª ed., Lisboa, 1880, p. 110)

48 *Assento feito em cortes pelos tres estados dos Reynos de Portugal da acclamação, restituição & juramento dos mesmos Reynos ao... Rey Dom Joaõ o Quarto deste nome*, Lisboa, 1641

49 *Justa acclamação do Serenissimo Rey de Portvgal Dom Ioão o IV : tratado analytico : diuidido em tres partes …* , Lisboa, 1644.

50 *Ioannes IV Serenissimus Portugalliae Rex iuste consalutatus ab eodem Regno suo*, Lisboa, 1645

"obra de maior valor argumentativo publicada durante o período restauracionista"[51].

Em 1645 sai, em Londres, a importante *Lusitania Liberata*, de António de Sousa de Macedo[52], então embaixador residente em Inglaterra. Trata-se de um *opus historice-iuridicum*, nas palavras do próprio autor, que, como os anteriores, procura demonstrar a legitimidade da Casa de Bragança.

Textos polémicos

De entre os muitos papéis polemizadores publicados logo nos primeiros anos da Restauração, merece destaque o *Manifesto do Reyno de Portugal*, de António Pais Viegas, que teve grande divulgação na Europa, contando mesmo com uma tradução holandesa publicada nesse mesmo ano[53], e que é um marco na literatura legitimadora da Restauração[54]. É um papel marcadamente polémico, ao surgir como resposta ao *Philippus Prudens*, publicado em 1639 por Juan Caramuel, obra que procura demonstrar a legitimidade de Filipe II em 1580, quer por possuir o melhor direito de entre os pretendentes, quer, sobretudo, pelo facto de que todos os reis de Portugal, desde D. Afonso Henriques, haviam sido ilegítimos. Juan Caramuel não tardou a reagir a este *Manifesto*, e logo no ano seguinte publicou uma *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal*, de que António Cruz publicou a 3.ª edição, de 1665[55]. O jogo de resposta e contra-resposta prosseguiu, ainda em 1642, com a publicação do *Caramuel Convencido*, de António de Sousa de Macedo[56], e em 1643, com a publicação do *Anti Caramuel*, de Manuel

51 TORGAL 1981, p. 143

52 *Lusitania Liberata ab Iniusto Castellanorum Dominio…* , Londres, 1645

53 *Manifest van't Koninghrijck van Portugael...*, Amsterdão, 1641. Existem duas cópia na BN, com as cotas RES. 4049//1 P e RES. 4166//1 P. Existe também uma cópia no Fundo do Visconde Trindade, na BGUC, com a cota VT 16-9-5 (PERICÃO DE FARIA 1979, pp. 133-134)

54 TORGAL 1981, p. 136

55 CRUZ 1967, pp. 35-185.

56 *Juan Caramuel Lobkovvitz... convencido en su libro intitulado, Philippus prudens Caroli V imper. filius, Lusitaniae, &c. legitimus rex demonstratus. Impresso en el anõ de 1639. y en su respuesta al manifiesto del reyno de Portugal, impressa en este ãno 1642... por el Dotor Antonio de Sousa de Macedo...*, Londres, 1642

Fernandes Vila Real[57].

A literatura polémica surgiu, igualmente, como reacção a acontecimentos precisos, como a prisão de D. Duarte, irmão de D. João IV, entre 1641 e 3 de Setembro de 1649, data da sua morte. De entre as várias obras polémicas, são de assinalar o *Publico sentimento de injustiça*, de Sousa de Macedo[58]; o *El principe vendido*, de Vila Real[59]; e as *Exclamaciones politicas, juridicas, y morales*, de Martinho de Azevedo[60]. A prisão de D. Duarte motivou, igualmente, obras de teor político e diplomático, de que se destaca o *Manifesto e Protestaçam*[61], de Francisco de Sousa Coutinho, dirigido à Dieta de Ratisbona.

Também a alegada tentativa de regicídio, no dia de Corpo de Deus de 1647[62],

57 *Anticaramuel ó defença del manifiesto del reyno de Portugal. A la respuesta que escrivio Don Juan Caramuel Lobkovvitz... por el capitan M. F. de Villa Real*, Paris, 1643

58 *Publico sentimento da injustiça de Alemanha ao Rey de Ungria*, Lisboa, 1642

59 *El Principe uendido, o venda del inocente y libre principe D. Duarte, infante de Portugal, celebrada en Vianna a 25 de Junio de 1642...*, Paris, 1643. A obra foi originalmente escrita em latim (TORGAL 1981, p. 141, n. 2). Consultámos uma cópia manuscrita desta edição latina, na BAV (Bar. Lat. 8563, ff. 48r-55v), com o título *Innocentis, et liberi Principis Venditio Viennae celebrata die 25 Iunii anno 1642...* .

60 *Exclamaciones politicas, juridicas, y morales. Al Summo Pontifice, Reyes, Principes, Respublicas amigas, y confederadas con el Rey Don Juan IV. de Portugal en la injusta prizion, y retencion del Serenissimo Infante D. Duarte su hermano...* , Lisboa, 1645

61 *Manifesto, e protestaçam que fez Francisco de Sousa Coutinho ... embaxador extraordinario âs partes septentrionaes, enviado â Dieta de Ratisbona, sobre a liberdade do ... Infante D. Duarte... injustamẽte reteudo nas terras do Imperio Traduzido de outro latino impresso na cidade de Holmia em o Reyno de Suecia*, Lisboa, 1641. Trata-se, como o título indica, de uma tradução de um original latino, impresso em Holms, na Suécia, com data de 24 de Julho de 1641. Consultámos a edição presente na Biblioteca Nacional da Suécia (Kungliga biblioteket – Sveriges nationalbibliotek), com a cota F1700. Feitas sobre esta edição, existem duas cópias manuscritas nos arquivos do Vaticano: ASV Misc. Arm. I 65, ff. 166r-171v, e BAV CHIG. O. I 12, ff. 140r-149r.

62 No dia de Corpo de Deus de 1647, que nesse ano calhou a 20 de Junho, D. João IV comungou e foi à procissão, que percorria o que é hoje a Baixa de Lisboa. Alegadamente acoitado numas casas que teria alugado e cujas paredes teria derrubado para poder ter vista para os dois lados da rua, Domingos Leite Pereira esperava a passagem do rei para, supostamente a mando de Castela, matar D. João IV. Ficou-se, todavia, pela intenção. Domingos Leite Pereira ter-se-á arrependido à última da hora, ao ver uma "majestade divina" pairando sobre o rei e que lhe teria paralisado os membros, impedindo-o de alvejar o Bragança. Confessou isto tudo em interrogatório, ou pelo menos assim diz a a crónica oficial, que acrescenta que o regicida frustrado, terá entoado loas a D. João IV, qual Saulo, aliás Paulo, depois da Estrada de Damasco. Mas antes desta confissão, Domingos Leite Pereira fugiu para Madrid, onde alegadamente terá prometido a Filipe IV que tentaria de novo matar o rei. Assim, em finais de Julho de 1647 Domingos Leite Pereira está de novo em Portugal, para tentar matar D. João IV, outra vez. Contudo, traído pelo companheiro, Roque da Cunha, é preso no dia 31 de Julho de 1647. Após a sua confissão, foram encontradas no lugar do crime que não aconteceu a escopeta e as balas embebidas em veneno. Foi

motivou escritos polémicos, de que se destaca o *Manifiesto de Portugal*, de D. Francisco Manuel de Melo, publicado nesse mesmo ano[63].

Textos de temática providencialista

A ideia de que Deus tem nos portugueses os seus filhos dilectos, que protege D. João IV e apoia a Restauração, e que estabelecerá em Portugal o seu Império, promessa feita a D. Afonso Henriques nas vésperas de Ourique, perpassa também por uma parte muito significativa da propaganda restauracionista. Sem falar do seu terreno de eleição, a parenética[64], e referindo-nos a textos que se centram exclusivamente neste temática, é naturalmente incontornável a *Restauração de Portugal Prodigiosa*, do Pe. João de Vasconcelos, sob o pseudónimo de Gregório de Almeida, editada entre 1643 (1.ª e 2.ª partes) e 1644 (3.ª parte), na qual se recolhem relatos de manifestações sobrenaturais que, num primeiro momento, vaticinam a Restauração, e que, após esta, revelam a protecção divina a Portugal e à sua monarquia restaurada. É de assinalar, neste ponto, o tremendo impacte que teve o caso do crucifixo que, ao passar em procissão diante da igreja de Santo António, vindo da sé, no dia da aclamação de D. João IV, teria despregado a sua mão direita da cruz, significando com isto o seu apoio a Portugal e ao rei. O caso, relatado também por Gregório de Almeida[65], impressionou vivamente as mentes da época, como se

executado com requintes de crueldade no dia 21 de Agosto de 1647, apenas 2 meses depois do crime que não chegou a cometer. O lugar onde não aconteceu o atentado está hoje em parte visível na Rua dos Fanqueiros, pois a rainha D. Luísa de Gusmão mandou que as casas fossem derrubadas e ali se fizesse um convento. Hoje apenas restam partes da igreja do convento, destruído em 1755. A relação oficial dos acontecimentos foi composta e publicada logo em 1647, por Frei Francisco Leitão (*Relaçam do assassinio intentado por Castella, contra a Magestade delRey D. João IV...*, Lisboa, 1647).

63 *Manifiesto de Portugal*, Lisboa, 1647

64 Veja-se a recolha de João Francisco Marques, em *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Lisboa, 2007, *passim.*

65 "Sahindo o Arcebispo da Sè na manhaã do Sabbado com os Conegos, fidalgos, & innumerauel gente, que se ajuntou em hum momento, leuaua diante hum clerigo a Cruz Archiepiscopal, chegãdo a jũto da porta da Igreja de Sancto Antonio, lhe pediraõ algũas pessoas lãçasse a bençã, elle pondo os olhos no Crucifixo lhe pedio quizesse bendiçoar aquelle Pouo. Dizẽ algũas pessoas que então despregou o Sancto Crucifixo a mão direita que tinha pregada na Cruz. Porém o que todos viraõ olhando pera o Senhor neste passo, foi,

pode verificar nas incontáveis referências nos manifestos e papéis polémicos[66], até nas gazetas[67], mas sobretudo na parenética[68] e nas obras literárias de carácter apologético.

Textos literários

De entre os inúmeros exemplos que poderíamos dar, assinalemos um volume publicado em Coimbra, no declinar de 1641. Conhecido como *Applausos da Universidade*, título que surge no cabeçalho do verso de cada fólio, a capa identifica-o como *Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua aclamatione*[69]. Recolhe produção literária vária que resultou das comemorações da aclamação de D. João IV em Coimbra. Passemos, contudo, a palavra ao compilador, que melhor do que nós explicará o sucesso.

---

que a mão direita estaua despregada, & com o braço em algũa distancia da Cruz, do que dantes ninguem dera fè, sabendose, que da Sé sahiraõ pregadas ambas as mãos com tarraxas. Com esta admirauel demonstraçaõ do Senhor, conceberaõ os prezẽtes mui grande consolaçaõ em suas almas, & a tiueram por claras prendas de o Senhor os auer de defender, & perpetuar na liberdade principiada. Nos campos de Ourique mostrou Christo Senhor nosso claramente, que o leuantamento de Portugal a Reyno era obra sua, como dissemos no capitulo quinto da primeira parte, quando escolheo o Inuictissimo Rey Dom Affonso Henriquez para Rey de Portugal, e empenhou sua diuina palaura, que nele, & seus descẽdentes estabeleceria seu Imperio, & na decima sexta geraçam attenuada tornaria a por os olhos de sua misericordia. Nesta Cidade de Lisboa, cabeça do Reyno desprega da Cruz o mesmo Senhor em publico sua mão direita leuantando com ella a Portugal attenuado, caido, & prostrado por terra, desempenhando desta sorte a palaura, que dera a seu primeiro Rey, pois em Principe Portuguez herdeiro de seu Real sangue, de nouo vẽ seus diuinos olhos estabelecendo, & confirmando nelle o Imperio Lusitano, conforme o prometera pelo Sancto Iob, *operi manuum tuarum porriges dexteram*. [...] A este admirauel sinal da mão direita do Senhor podemos atribuir a paz, & quietaçaõ, em que tudo ficou despois de Sua Magestade acclamado Rey, & naõ auer mais sangue, nem mais morte em hũa tam subita & nunca vista mudança de hum Reyno, estando viuo o possuidor delle.(ALMEIDA 1643, pp. 272-273)

66 *v. supra* p. 28

67 Logo na primeira página da primeira Gazeta da Restauração, datada de Dezembro de 1641, pode ler-se que "Num lugar da Beira se afirma que ouue hum homẽ, que ouuindo dizer numa cõuersação que na felice aclamação delRey nosso Senhor fizera o crucifixo da Sè o milagre, que a todos he notorio: disse que podia a caso a imagem do Senhor despregar o braço; & assim como acabou de dizer estas palauras cahio huma parede junto da qual estauão todos os da cõuersação, & sò a elle matou" (DIAS 2006, p. 3).

68 MARQUES 2007 *passim*

69 *Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua aclamatione. Iussu Emanuelis de Saldanha...*, Coimba, 1641

Na tarde, & no dia seguinte [6 de Janeiro] ouue o prestito costumado dos Reys, & se celebrou sua festa na mesma Capella.

Decretarãose premios (festa particular das Academias) a quem milhor louuasse a Sua Magestade em Poemas, & Epygrammas latinos, Canções, Sonetos, & todo o genero de versos nas tres linguas, Portuguesa, Hespanhola, & Italiana.

Em oito de Feuereiro seguinte se publicarão os premios aos que se auentejarão nas Poezias; Orou o doutor Ieronymo da Sylua d'Azeuedo, Lente de Instituta, fesse esta solemnidade na Sala grande dos autos que estaua armada de pannos de Rás, & rodeada de Epygrammas, & Poezias de tanta arte, & engenho como se vè das que se seguem.[70]

E as que se seguem são duas centenas e mais de páginas, onde pontificam um sermão em português[71], a dita oração do doutor Jerónimo da Silva, em latim[72], um poema épico, em latim[73], e por fim os anunciados epigramas, canções, sonetos e toda o género de versos[74]. Tudo em louvor de D. João IV, muitos subordinados ao tema providencialista, com referências abundantes à visão de Ourique e, inevitavelmente, ao milagre da mão que se desprendeu da cruz, sucessos frequentemente associados. Vejamos, a título de exemplo, o epigrama que abre a recolha.

Christus reuulsam e cruce manum Ioanni IIII

recens inaugurato regi, lubens porrigit.

EPYGRAMMA I

Alphonso Regum Primo pro stigmate quinque

Stigmata, Ioanni dat Deus ipse manum.

70 *Applausos* XXIV-XXVI
71 *Applausos* ff. 1r-13r
72 *Applausos* ff. 13v-26v
73 *Applausos* ff. 27r-50v
74 *Applausos* ff. 51r-122v

Quem maiora putas dona accepisse? Ioannem.

Scilicet hic, Christo par in honore fuit.

In superis Christo concessa est dextra Tonantis,

Ioanni in terris dextera & ipsa data est.[75]

Assinalemos também, nesta categoria, o *Cantico gratulatorio pello assasinio nam effeituado*[76], de frei Manuel das Chagas, a propósito do regicídio frustrado de Junho de 1647, e, impresso no mesmo ano e versando o mesmo tema, o *Panegyrico sobre o milagroso sucesso, com que Deus liurou a elRey Nosso Senhor da sacrilega treição dos Castelhanos*, de António de Sousa de Macedo.

A parenética

Com um público incomparavelmente mais vasto, ao não requererem competências literárias para a sua recepção, os sermões que por todo o reino escorriam dos púlpitos tiveram um papel assinalável na divulgação dos ideais restauracionistas. Nesse sentido é incontornável a referência ao Pe. António Vieira e a sermões como o dos Bons Anos (1 de Janeiro de 1642)[77] ou o de Santo António (14 de Setembro de 1642)[78]. Muitos destes sermões eram publicados em folhetos, e com esta passagem da oralidade ao suporte material passam também a constituir um importante instrumento de propaganda política

75 *Applausos*, f. 51r

76 *Cantico gratulatorio pello assasinio nam effeituado. Offerece a Dom Ioam Lobo de Faro Dom Prior da Insigne, & Real Collegiada de N.S. da Oliueira da nobre Villa de Guimaraẽs. Canta o P. Frey Manoel das Chagas Olyssiponense, & obseruante Carmelita*, Lisboa, 1648

77 Entre outras coisas, defende-se neste sermão que D. João IV é o Encoberto, e que portanto não faz sentido continuar a esperar a vinda de D. Sebastião. Justificam-se, ainda, o retiro dos duques de Bragança em Vila Viçosa ao longo dos 60 anos de domínio filipino com o facto de ainda não ser o tempo determinado: tal como Cristo só foi circuncidado aos oito dias, porque antes era periogoso, também os Braganças esperaram por 1640, quando, perante Castela enfraquecida pela Guerra dos 30 Anos e do levantamento da Catalunha, a revolta era viável.

78 Pronunciado na véspera das Cortes de 1642, é um sermão que apela à participação de todos os estados do reino no esforço de guerra, nomeadamente através do pagamento de impostos.

não circunscrita ao púlpito da igreja.

Além do emblemático caso de Vieira, não podemos deixar de assinalar igualmente os sermões que se pregaram e publicaram a propósito da já referida alegada tentativa de regicídio, em 1647, de que damos três exemplos:

Luís de Sá, *Sermaõ que pregou o Doutor Fr. Luis de Saa Religioso da Ordem de S. Bernardo, ... na procissaõ solene que o Reverendissimo Cabido do proprio Bispado instituio. Pro gratiarum actione, de Deos aver livrado â sua Magestade da admiravel treiçaõ, que contra elle por ordem de Castella se tinha machinado em dia de Corpus Christi...*, Coimbra, 1647

Manuel das Chagas, *Sermam que pregou o Padre Frey Manoel das Chagas religioso da sagrada Ordem de N. S. do Carmo no seu Convento em o dia da acclamação de S. Magestade…*, Lisboa, 1647

Cristóvão de Almeida, *Sermão do Smo. Sacramento, em acçam de graças, na dedicaçaõ do templo, que lhe edificou a Rainha N. S., no lugar em que a Magestade de El Rey N. S. D. João o quarto que está em gloria, foi livre milagrozamete da morte q lhe intentava dar a sacrilega treiçaõ dos castelhanos, indo acompanhando a Christo Sacrametado na procissaõ de Corpus o anno de 1647*..., Lisboa, 1661[79]

As relações de batalhas e as Gazetas

Importantes pelo seu efeito moralizador são, igualmente, as relações dos sucessos portugueses nos confrontos com as armas castelhanas. Também as chamadas Gazetas da Restauração, cujo primeiro número saiu em Dezembro de 1641, têm uma importância fundamental, ao constituirem verdadeiros órgãos oficiais do novo poder. A primeira

79 Tratava-se da sagração da igreja do convento de Corpus Christi, mandado fazer por D. Luísa em acção de graças pelo falhanço do regicídio. Foi destruído quase totalmente pelo terramoto de 1755. Parte do edifício original pode ainda ser visto na Baixa de Lisboa, na rua de São Nicolau.

página desse primeiro número é ilustrativa do papel desta pubicação. Contém quatro pequenas notícias, das quais a primeira dá conta de uma vitória holandesa sobre a armada castelhana, e da iminência de um ataque às constas andaluzas, com apoio português. A segunda louva a benignidade de D. João IV para com o conde da Castanheira, ao mudá-lo da prisão da torre de Setúbal para o castelo de Lisboa. A terceira notícia relata a ira divina que se abateu mortalmente sobre um homem que duvidada do milagre da mão de Cristo que se despregou da cruz. A quarta notícia refere a execução de três soldados que encabeçaram uma revolta[80]. Ou seja: Portugal conta com o apoio holandês para desviar as armas castelhanas; D. João IV demonstra benignidade para com os seus adversários internos; Deus protege D. João IV e castiga quem não o apoia; deserções e revoltas serão esmagadas sem piedade.

Tratados e exposições destinadas às potências estrangeiras

Destinados a tratar de problemas específicos de política internacional, circulam muitas vezes apenas em manuscrito, por terem frequentemente natureza particular, mas sobretudo por se destinarem a circular nos meios diplomáticos, e serem, portanto confidenciais. Foram, contudo, publicados vários tratados, sobretudo aqueles dirigidos ao sucessivos pontífices, e relacionados ora com a recepção dos embaixadores portugueses, ora com o problema da provisão dos bispados[81]. Pela sua importância, e também se relacionarem directamente com a temática do nosso trabalho, salientamos os seguintes:

- Pantaleão Rodrigues Pacheco, *Alla Santitá d'Urbano VIII. n. s. per Pantaleone Rodrighes Paceco*, Lião, 1642
- Pantaleão Rodrigues Pacheco, *Manifesto do Reyno de Portugal, presẽtado a Santidade de*

80 *Gazeta de Dezembro de 1641*, f. 2r
81 Torgal 1981, pp. 152-153.

Urbano VIII. N. S. pelas tres nações, portuguesa, francesa, catalan em que se mostra o direito com que el Rey Dom João IIII. Nosso Senhor possue seus Reynos, & Senhorios de Portugal, e as rezões, que ha para se receber por seu Embayxador o Illustrissimo Bispo de Lamego : dividido em doze demonstraçe[n]s : traduzido de italiano em portuguez. [Tradução do anterior], Lisboa, 1643

- António de Sousa de Macedo, *Sanctissimo domino nostro papae Urbano VIII in ecclesia Dei praesidi. Planctus catholicus juris gentium. Pro legatione Serenissimi, ac Potentissimi Principis Joannis IV Regis Lusitaniae, &c. contra Castellanorum calumnias*, Londres, 1643
- Nicolau Monteiro, *Vox turturis. Portugalia gemens. Ad Pontificem Summum. pro Rege suo (ut audiatur) juste gemit, acclamat. Clamat nanque, ac gemit, jure civili, humana actione, ordinatione divina, ac obsequio Regio animata. Libellus supplex. D. Nicolai Monteiro Collegiatae insignis de Cedofeita Prioris, cura, & opera ordinatus*, Lisboa, 1649
- Nicolau Monteiro (?), *Balidos das Igrejas de Portugal ao Supremo Pastor Summo Pontifice Romano. Pellos tres Estados do Reyno*, Paris, 1653

Sobre as obras atribuídas a Nicolau Monteiro falaremos a seu tempo, sobretudo sobre os *Balidos*, texto fundamental na problemática da provisão dos bispados[82].

O tratado de Pantaleão Rodrigues Pacheco, por seu lado, tem uma versão latina manuscrita, presente no ASV, sem indicação de autoria nem sequer de que obra se trata[83]. Fora do âmbito do nosso trabalho, mas tarefa já planeada para execução próxima, importa saber até que ponto este documento é uma versão feita sobre a edição italiana, ou se não se trata mesmo de uma versão prévia, a partir da qual teria sido feita a edição impressa[84].

***

82 Vol. 1, p. 125
83 ASV: Misc. Arm. III 31 – ff. 866r - 883v
84 Sobre este documento falaremos mais à frente: vol. I, p. 42

Temos, assim, delineado um quadro breve, certamente incompleto, mas exemplificativo da tipologia da documentação que circulou no reino e nas cortes europeias, ao longo das três décadas quase completas que mediaram entre o 1.º de Dezembro de 1640, e a assinatura da paz com Espanha, a 13 de Fevereiro de 1668, em Lisboa[85].

2. Natureza e tipologia dos documentos em circulação na Santa Sé

A propaganda da Restauração no reino visava, como vimos, essencialmente obter a aprovação generalizada dos súbditos da monarquia restaurada, e, consequentemente, facilitar a aceitação da guerra e dos sacrifícios pessoais e financeiros daí decorrentes. Abundam aí, por isso, as relações de batalhas e escaramuças fronteiriças, as gazetas, os textos polémicos, os textos literários panegíricos, os sermões impressos.

Nas cortes estrangeiras, contudo, importava sobretudo provar a legitimidade de D. João IV. Importava demonstrar que não era um rebelde levantado contra o seu legítimo senhor, mas o herdeiro legítimo de um trono que fora usurpado aos seus avós em 1580. Importava, pois, obter o reconhecimento internacional, e com ele o apoio financeiro e militar para organizar a defesa do reino contra a investida castelhana. Vão nesse sentido documentos como a já referida protestação de Sousa Coutinho à Dieta de Ratisbona, impressa na Suécia[86], onde declara os princípios fundamentais da argumentação legitimista brigantina, sustentada na legitimidade de D. Catarina em 1580, usurpada por Filipe II. É também o caso da *Lusitania Liberata* de Sousa de Macedo, impressa em Londres, e expressamente dedicada, na folha de rosto, ao *Regi potentissimo, Summo Pontifici, Imperio, Regibus, Rebuspublicis, caterisque Orbis Christiani Principibus*.

85 Para um estudo mais aprofundado sobre este assunto, é de consulta imprescindível TORGAL 1981, sobretudo Parte I, capítulo II (pp. 121-219)

86 *v. infra* p. 48

Em Roma, cujo reconhecimento era essencial para o êxito do movimento e para o estabelecimento da paz entre Portugal e Espanha, como não se cansará de repetir, em 1655, Sousa Coutinho, no seu Memorial ao Papa Alexandre VII[87], a tipologia dos documentos é, naturalmente, diferente da que se verifica em Portugal, e mesmo nas outras cortes estrangeiras. Em Roma não importa cativar os povos para a causa restauracionista nem convencê-los a suportar de bom grado os sacrifícios da guerra. Em Roma importa, sim, convencer o Papa, directamente ou através dos cardeais mais influentes, de que D. João IV, e depois dele D. Afonso VI, são os legítimos reis de Portugal.

Por isso, em Roma, ao contrário do que se passa em Portugal, são poucos os impressos, mas incontáveis os manuscritos. Porque em Roma urgem os problemas imediatos: a recepção do embaixador, que vem a caminho ou que já lá está, à espera de obter audiência, ou a provisão dos bispados, quando no reino faltam já os bispos e os sacramentos, e se instala o caos no governo dos negócios eclesiásticos – problemas cuja urgência não se compadece com o tempo – e dinheiro – necessário à impressão de documentos produzidos na altura, em cima dos acontecimentos.

Textos impressos

São poucos, assim, os impressos portugueses que encontramos nos arquivos da Santa Sé, e quase todos vindos de Lisboa. É o caso, por exemplo, do *Sermo Iussu Serenissimi Lusitaniae Regis ab Antonio de Sousa de Macedo, a Secretis Status Ministro, in modum propostionis habitus, coram Ecclesiasticis, Cathedraticis aliisque Regni Lusitani Doctrinae celebrioris uiris, in diui Frãcisci Caenobium Vlyssiponense conuocatis, die 8 mensis Martii anno 1663*, impresso em Lisboa, também com cópias manuscritas[88]. É o caso, igualmente, da *Narratio Compendiosa rerum omnium quae acciderunt super cõfirmãdis a Sũmo Põtifice Regni*

87 MSC, vol. I, p. 295
88 BAV: Chigi. R I 4, ff. 194-198 (manuscrito); 202-205 (impresso).

Lusitani Episcopis..., do mesmo ano de 1663, também ela impressa em Lisboa e enviada para Roma, onde foi depois copiada e distribuída[89].

Circularam também em Roma outros impressos a que já fizemos referência, destinados ao Papa, e por vezes produzidos em Itália. Recordemos Pantaleão Rodrigues Pacheco e o seu *Alla Santitá d'Urbano VIII*, ou os incontornáveis *Balidos*, provavelmente de Nicolau Monteiro, de que, contudo, não achámos exemplares nos arquivos consultados.

Há, contudo, no Arquivo Secreto pelo menos um documento português impresso, com toda a probabilidade, em Itália: trata-se de um *Prudentium amicorum princeps epistolae apologeticae cujusdam asserti amici, adversus anonymum calamo urgentem apud Sedem Apostolicam pro legato, nec non pro praesentationibus Ducis Brigantiae ad Ecclesias Portugaliae admittendis, apologetice etiam respondet*[90], o qual, apesar de declarar ter sido impresso "Olyssipone ex Officina Craesbeeckiana, 1656", Barbosa Machado afirma ter sido feito em Itália:

> Posto que diga ser impresso em Lisboa, certamente he em Italia, como do caracter da letra se conhece.[91]

Além de o tipo de letra e a disposição da página diferirem assinalavelmente, com efeito, de outras obras impressas na mesma altura na mesma oficina, parece confirmar a sua origem italiana o facto de este impresso se inserir, como veremos, numa polémica motivada pelo Memorial de Sousa Coutinho ao Papa Alexandre VII.

Os manuscritos

Os impressos são, pois, raros nos arquivos da Santa Sé, onde, pelo contrário,

89 BAV: Chigi. R I 4, ff. 186-191 (manuscrito); 206-209 (impresso).
90 ASV: Misc. Arm. I 64, ff. 560-590.
91 BL II, 307

abundam os documentos manuscritos. Procuraremos em seguida caracterizar de forma sintética a documentação que serve de base a este estudo.

Tipologia

O estabelecimento de uma tipologia da documentação presente nos arquivos do Vaticano, dadas as condicionantes acima expostas, não pode seguir os mesmos parâmetros usados para os documentos que circularam no reino. A natureza dos documentos é, efectivamente, distinta, como distinto é, como dissemos já, o público a que se destinam. Assim, não encontramos em Roma nem gazetas, nem relações de vitórias militares, nem sermões, e são extremamente escassos os textos literários de carácter panegírico. Abundam, inversamente, documentos produzidos no contexto da intensa guerra diplomática que então se travava na Santa Sé: exposições histórico-políticas, textos polémicos, consultas, pareceres, relatórios, cartas, etc. Vejamos em pormenor cada uma destas categorias.

I. Textos de exposição histórico-política

Entendemos por textos de exposição histórico-política aqueles documentos que tratam de grandes temas, como a questão da legitimidade de D. João IV e a sua capacidade de enviar embaixadores, ou que debatem o problema da provisão dos bispados. Incluímos nesta categoria os inúmeros documentos produzidos entre 1641-1642, a propósito da recepção do bispo de Lamego.

Inserem-se nesta categoria os seguintes documentos:

a) legitimação e capacidade de envio de embaixadores

- ARP: datado de 1641, tem por título *An Regnum Portugalliae habeat Ius mittendi legatos ad Principes externos*, e reflecte a posição castelhana, ao considerar que nem o

duque de Bragança tem poder para enviar embaixadores, nem, consequentemente, D. Miguel pode ser recebido.

- EDM (*Excellentissimum D. Michaelem de Portugal Episcopum Lamacensem Oratorem Serenissimi D. Ioannis Quarti Regis Portugalliae missum ad S. D. N. Urbanum 8.m fore ab eodem Sanctissimo ut Oratorem Regium recipiendum. 1641)*: datado de 1641 em uma das cópias conhecidas, reflecte a posição portuguesa, ao defender a ilegitimidade de Filipe II em 1580, e a legitimidade da Casa de Bragança no trono português. Defende, assim, a necessidade de se receber D. Miguel de Portugal, e apresenta os inconvenientes decorrentes da sua não recepção. Neste ponto, o documento tem a particularidade de anunciar já o previsível problema da vacatura das sés, no que constitui a primeira referência que detectámos em toda a documentação estudada.
- SRP (*Serenissimus Rex Portugalliae Ioannis 4.s tunc Dux Barcellensis*): documento datado de 1641, demonstra que D. João IV não cometeu perjúrio ao ter violado o juramento de fidelidade prestado a Filipe IV, porque o fez contra os seus interesses, porque o juramento foi obtido pela força e pelo medo, e porque o próprio Filipe IV violou o juramento de respeitar os foros e leis portuguesas, ao aplicar impostos sem decisão em cortes e ao lançar diplomas em língua castelhana.
- PSA: datável do período entre 1641 e 1642, o seu *incipit* é *Passim suppresso authore dictitatur*. Defende que D. Miguel é o embaixador de um rei legítimo, que a Santa Sé tem por uso receber os embaixadores dos que estão na posse dos reinos, e que a dilação levará a inevitáveis conflitos.
- RHP: datado de 1642, tem por título *Responsio Historica, Politica, Iuridica. Pro Serenissimo Hispaniarum rege in qua reiectis Portugalliae Coronae Inhiantium praetensionibus realibus fundamentis fundantur Iura Catholicae Maiestatis, Probatur Lusitanorum, et Ducis Brigantiae Rebellio: Negaturque Reuerendissimum Episcopum Lamacensem assertum Oratorem uti talem fore Romae Recipiendum*. É um extenso

documento, que sumariza a História de Portugal, e prova que Filipe II já era o legítimo herdeiro da coroa em 1578, foi-o em 1580, e portanto o duque de Bragança é ilegítimo, logo não pode enviar embaixadores, nem pode D. Miguel ser recebido pelo Papa.

- PMU: datável de 1642, tem, como *incipit*, *Pro manifestando Uniuerso terrarum Orbi*, e é uma versão condensada do tratado de Pantaleão Rodrigues Pacheco intitulado *Alla Santitá d'Urbano VIII*, impresso em 1642[92]. Prova, em 10 demonstrações (e não 12, como os impressos em língua italiana e portuguesa), que D. João IV é legítimo rei de Portugal, logo tem capacidade para enviar embaixadores, logo D. Miguel deve ser recebido.
- RIP: provavelmente do período entre 1641-1642, tem por título *Responsio Iuris Pro exclusione legati Ducis Bragantiae ab eo honore, quem Sancta Sedes tribuere solet legatis Regum*. É da autoria de Antonio Merenda, e declara a ilegitimidade de D. João IV, e consequentemente a impossibilidade de ser recebido o seu enviado, que não nomeia.
- RIQ: Texto cujo *incipit* é *Rationes in iure quibus uidetur dare Ius Serenissimi Domini Regis Portugalliae Ioannis IV eius nominis Nepotis Serenissimae Infantis Catharinae Infantis Eduardi filiae Emanuelis Regis Neptis*. Não tem datação expressa, mas é provavelmente da primeira metade dos anos 1640. Reflecte a posição portuguesa, ao demonstrar a legitimidade de D. Catarina de Bragança em 1580 e, consequentemente, de D. João IV.

b) provisão dos bispados

- RPD: datado de 1649 e intitulado *Responsum praecipuorum Doctorum Parisiensis*

92 *cf. supra* p. 35

Academiae Sorbonicae Potentissimo Portugalliae Regno, apresenta-se como uma resposta a uma consulta de D. João IV sobre o problema da provisão dos bispados. Apesar de, à partida, ser classificável na categoria de "consultas e pareceres", as dúvidas quanto à autoria e circunstâncias efectivas da sua produção, mas sobretudo o seu conteúdo[93], levam-nos a inseri-lo nesta categoria de textos de exposição histórico-política. Defende a realização de um Concílio Nacional para a sagração dos bispos, sem recurso à confirmação papal.

- BD: datável de 1655, tem por título *Breuis Disceptatio de Modo prouidendi Ecclesias Portugalliae Pastoribus uiduatas saluis Iuribus Sedis Apostolicae, necnon et Regum inter se de Patronatu certantium; in positiones quinque distributa*. O documento reflecte a posição espanhola sobre o problema, e defende as provisões de *motu proprio* como solução para o problema da vacatura dos bispados[94].

II. Textos polémicos

Em rigor, poder-se-ia dizer que quase todos os documentos em circulação em Roma são polémicos, na medida em que o debate se processa no momento. Se tivermos em conta o que dissemos acima sobre os papéis polémicos em Portugal, o contraste é evidente: o *Manifesto do reino de Portugal*, de Pais Viegas, publicado em Lisboa em 1641, abre um debate polémico com o *Philippus Prudens* publicado dois anos antes, em Antuérpia, por Caramuel, que por sua vez responde, em 1642, de novo em Antuérpia, a Pais Viegas. Trata-se, é certo, de impressos em alguns casos volumosos, mas não deixa de ser significativo o tempo que decorre entre cada reacção. São, além disso, tratados sobre questões tão vastas como os debates sobre o melhor direito sucessório em 1578-1580, e depois em 1640, e a própria legalidade da existência do reino de Portugal, desde a sua

93 Sobre os problemas relativos a este documento, *v.* vol. II, pp. 380 et seqq.
94 Sobre os problemas relativos a este documento, *v.* vol. II, pp. 119 et seqq.

origem, no século XII. Em Roma o debate faz-se no momento, tantas vezes cara a cara e com violência[95]. Ainda assim, e embora, sublinhamos, esta tensão perpasse pela generalidade dos documentos, há-os assumidamente polémicos, na medida em que citam e respondem directamente aos escritos adversários. É o caso das duas reacções castelhanas ao Memorial de Sousa Coutinho, depositado nas mãos de Alexandre VII no início de 1656, na sequência da recepção a título particular concedida a 14 de Dezembro de 1655 ao embaixador de D. João IV, de que editamos, traduzimos e comentamos apenas a *Epistola Apologetica aduersus Anonymum calamo urgentem apud Sedem Apostolicam pro Legato, nec non pro Praesentationibus Ducis Bragantiae ad Ecclesias Portugalliae admittendis* (EA), pelos motivos aduzidos no seu comentário[96]. Trata-se de um extenso documento, divulgado em 1656, em grande parte devedor da já referida BD, e que defende por um lado a provisão das sés de Portugal de *motu proprio*, e por outro a excomunhão e deposição de D. João IV, por usurpador, perjuro e atingido por vários impedimentos canónicos. A este documento reage o partido português, com um documento também com toda a probabilidade datado de 1656[97], a *Elucidatio Veritatis contra Apologeticam Epistolam Anonimi scribentis contra Anonimum ueris potius rationibus, quam calamo urgentem apud Sanctam Sedem pro admissione Oratoris obedientiae Regis Lusitaniae, necnon pro Ecclesiarum prouisione ab ipsomet Rege facienda iuxta stylum, et Iura Regum praedecessorum suorum ante tempus detentionis Philippi 2.di Regis Castellae*, que rebate os argumentos da EA, e defende o direito de apresentação como única

95 Já sem referir os conhecidos ataques a D. Miguel de Portugal e a Nicolau Monteiro, não podemos deixar de recordar com um sorriso o caso contado por Sousa Coutinho, então em Roma, em carta a D. João IV, datada de finais do Verão de 1656: "Estes fidalgos homiziados que aqui andam o tomaram tão pesadamente que, se os eu deixara, queriam tirar satisfação do castelhano; aquietei-os com lhes dizer que de castelhanos não podíamos esperar outro tratamento: que no que se nos não dizia em nossa presença nos não faziam agravo algum, que a ser nela, que não só deles esperaria eu a boa conta que diriam de si, mas que de qualquer dos seus criados, como havia feito frei Francisco de Assis, que é um frade franciscano da Província de Enxobregas, irmão de Manuel Alves Carrilho, português tão desatinado que um destes dias em Ara Coeli, que é o convento em que está, porque houve um frade castelhano que quis usar dos mesmos termos do Duque de Bragança, saltou nele descalçando uma alparca, e moeu com ela de maneira que se lho não tiram das mãos, houvera de sair delas em muito mau estado: o Assis esteve preso alguns dias, mas pôs os castelhanos em estado que diante dele nenhum falava." (CD XIII, p. 229).

96 Vol. II, pp. 152 et seqq.

97 Sobre os problemas relativos a datação da EV, *v.* vol. II, pp. 236 et seqq.

solução admissível para o problema. Também em reacção à EA, e embora sem fazer parte do nosso estudo, assinalamos ainda o já referido *Prudentium amicorum princeps epistolae apologeticae cujusdam asserti amici, adversus anonymum calamo urgentem apud Sedem Apostolicam pro legato, nec non pro praesentationibus Ducis Brigantiae ad Ecclesias Portugaliae admittendis, apologetice etiam respondet*, datado de 1656.

É esta polémica que constituirá o núcleo do nosso estudo, pelas razões que desenvolveremos mais adiante, e que se prendem precisamente com o facto de ser a única cadeia de resposta e contra-resposta que conseguimos detectar com precisão nos documentos estudados.

III. Consultas e pareceres

Excluímos desta categoria, já o dissemos, os documentos representativos do fértil debate ocorrido entre 1641 e 1642, quando se tratou de decidir se o Papa devia receber o bispo de Lamego como embaixador do rei de Portugal[98]. Optámos, assim, por incluir nela apenas os pareceres comprovadamente determinados por uma consulta, e as próprias consultas, nos casos em que foi possível identificá-las. Todos os documentos desta categoria se reportam ao problema da provisão dos bispados, e são os seguintes:

- RMS (*Roma mihi scribitur*): trata-se de um documento datável de 1648, e contém parte de uma consulta feita por D. João IV a uma junta que reunira para tratar do problema da provisão dos bispados, nomeadamente para saber se era aceitável a solução da provisão de *motu proprio*[99]. O documento contém a resposta da junta à questão proposta, e vai no sentido de recusar tal solução[100].
- PRP: com várias cópias nos arquivos do Vaticano, estas *Propositiones Regni Portugalliae* são a versão manuscrita de um impresso datado de 1649, que contém

98 *v. infra* p. 80
99 *v. infra* p. 109
100 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 333 et seqq.

cinco questões formuladas por D. João IV a nova junta, que reunira nesse ano, e respectivas respostas[101]. Trata-se uma vez mais de decidir o que fazer perante a recusa papal em prover por apresentação do rei, e a junta recomenda que se faça a provisão sem recurso à Santa Sé, através dos cabidos das sés[102].

- SOE: embora assuma a forma espistolar, este documento, datado de 1651, cujo *incipit* é *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, foi remetido pelo Clero Galicano ao Papa Inocêncio X, por intervenção de Sousa Coutinho, então embaixador em Paris. Incluímo-lo nesta secção porque constitui efectivamente um parecer, motivado pela intervenção que Sousa Coutinho fez durante a assembleia geral do clero francês. Defende o direito de apresentação do rei de Portugal, e considera inaceitável a provisão de *motu proprio*[103].
- IQL (*Ioannis Quartus Legitmo*): apresendado numa das cópias conhecidas como *Propositione proposta dal Conte di San Clemente Purtuguese*, este documento, datável de 1663[104], poderá ser o memorando para uma consulta a ser feita aos doutores da Sorbona ou por D. Francisco Manuel de Melo, ou por alguém por ele delegado.

IV. Cartas

Consideramos nesta secção apenas aqueles documentos que foram efectivamente na sua origem cartas privadas.

- ALE (*Accepi litteras Eminentiae Vestre*): trata-se de carta autógrafa de D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, datada de 5 de Janeiro de 1641, e dirigida a um cardeal não identificado, mas certamente Antonio Barberini. Nela enuncia em traços gerais as linhas de força da argumentação legitimista portuguesa, recomenda o Pe. Nuno

101 *v. infra p. 114*
102 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 376 et seqq.
103 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 395 et seqq.
104 Sobre os problemas relativos a datação, *v*. vol. II, pp. 403 et seqq.

da Cunha, assistente da Companhia de Jesus em Roma, e anuncia a ida de D. Miguel como embaixador de obediência do novo rei à Santa Sé.

- NMM (*Nihil magis mihi semper in uotis fuit*): enviada juntamente com a anterior e com a mesma data, é também uma carta autógrafa do arcebispo de Lisboa, agora dirigida ao Papa Urbano VIII, e tratando dos mesmos assuntos.
- CCF (*Charissimo in Christo Filio nostro Philippo*): duas cópias de cartas do Papa Urbano VIII a Filipe IV, datadas de 16 de Novembro de 1641, que se referem por meias palavras e subentendidos aos problemas em estudo, sem declarar abertamente apoio, e sem negá-lo.
- CIS (*Cum Iurisdictio Sanctae Inquisitionis*): datada de 1649, trata-se de uma carta do inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, ao Papa Inocêncio X, a propósito do alvará de 1649, relativo à confiscação dos bens dos condenados da Inquisição. D. Francisco de Castro declara ao Papa o seu profundo desagrado, e pede instruções.
- TL (*Translatio Litterarum*): o documento declara ser a tradução de uma carta datada de 30 de Abril de 1665. O autor, não nomeado, é com toda a probabilidade frei Pedro de Sousa, confessor de D. Afonso VI, e tio do conde de Castelo Melhor. É um interessantíssimo documento que revela de forma eloquente a guerra que se travava, dentro do próprio partido português, entre aqueles que defendiam a razão de Estado, ou seja, aqueles que não admitiam senão a provisão por apresentação ou suplicação do rei, e aqueles que antepunham a salvação das almas, e estavam dispostos a aceitar a solução das provisões de *motu proprio*. Dirigida a um padre também ele não identificado, revela que Castelo Melhor apreendeu e proibiu, por excessivamente heterodoxo, um tratado sobre a provisão dos bispados encomendado a João Cabral de Barros, e que encomendou um novo a Manuel Rodrigues Leitão[105].

V. Relatórios

105 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 412 et seqq.

Consideramos nesta secção os documentos que parecem resultar de investigações levadas a cabo na Santa Sé sobre os problemas da legitimidade de D. João IV e da provisão dos bispados, eventualmente para servirem de guia nas congregações reunidas pelos papas para estudar estas questões.

- OC (*Omissis Comitiis*): datado de 1641, é um relatório das razões de ambos os contendores, ou a acta de alguma reunião da congregação constituída por Urbano VIII, em 1641, para decidir o que fazer em relação à recepção de D. Miguel[106]. Sintetiza em frases curtas toda a argumentação de um lado e do outro, e termina com o que parecem ser declarações de voto. É deste documento que, como referimos, retirámos a frase que deu o título ao nosso estudo.
- AEP (*Archiepiscopatus et Episcopatus Regni Portugalliae*): datável de 1645, é um elenco de todas as sés de Portugal e territórios ultramarinos, com a indicação da forma como foram sendo feitas as provisões entre 1540 e 1609, ano em que os Reis Católicos passaram a fazer uso do privilégio concedido por Adriano VI para as apresentações das igrejas dos seus domínios, e de 1609 em diante.

VI. Discursos

Consideramos aqui um único documento, a cópia manuscrita do original latino do *Manifesto e Protestaçam*, de Francisco de Sousa Coutinho, dirigido à Dieta de Ratisbona, e que designámos, a partir do seu *incipit*, RCI. Trata-se, como indica o título da versão portuguesa, de uma protestação dirigica por Sousa Coutinho, que nesse ano fora embaixador extraordinário em Copenhaga e Estocolmo[107], à Dieta de Ratisboa, a solicitar a libertação de D. Duarte, irmão de D. João IV, e então preso pelo Império.

106 *v,. infra* pp. 79 et seqq.
107 FARIA, A. L. 2008, p. 250

VII. Textos literários

São escassos os textos literários de carácter panegírico, pelas razões já apontadas, e que se prendem com o pragmatismo de que era necessário usar em Roma. Ainda assim é de assinalar um poema com o título *Ioanni Quarto Augustissimo Lusitanorum Regi pro felicitate qua in solemni Corporis Christi pompa proditoris insidias diuinitus euasit Elogium Triumphale*, e que designámos IQA. Trata-se, pois, de um "elogium triumphale" que narra em tom hagiográfico os eventos relativos à alegada tentativa de regicídio, no dia de Corpo de Deus de 1647, acontecimento – ou "não acontecimento" – que, como vimos, motivou importantes obras polémicas e literárias, e se acha incompreensivelmente ignorado pela quase totalidade da bibliografia contemporânea – e importa aqui assinalar e solicitar a emenda de erro grave na biografia de D. João IV, editada pelo Círculo de Leitores, em 2006[108], que abre as poucas linhas que lhe são dedicadas, na página 183, com a afirmação errada de que teria ocorrido em 1646.

De datação mais segura é o epigrama *Rege super Christo* (RSC). Com efeito, o epigrama refere-se certamente ao incidente entre a comitiva de D. Miguel de Portugal e a do marquês de los Vélez, embaixador espanhol em Roma, que redundou em vários mortos e feridos, em 20 de Agosto de 1642[109], ao estabelecer um paralelo entre a vitória do arcanjo Miguel sobre o dragão infernal e uma suposta vitória de D. Miguel sobre o leão de Castela.

Vejamos de forma esquemática a categorização estabelecida:

I. Textos de exposição histórico-política	ARP (1641) EDM (1641) SRP (1641)

108 COSTA E CUNHA 2006
109 *cf. infra* pp. 80 et seqq.

	PSA (1641-1642) RHP (1642) PMU (1642) RPD (1649) BD (1655) RIP RIQ
II. Textos polémicos	EA (1656) EV (1656) PAP (1656)
III. Consultas e pareceres	RMS (1648) PRP (1649) SOE (1651) IQL (1663)
IV. Cartas	ALE (1641) NMM (1641) CCF (1641) CIS (1649) TL (1665)
V. Relatórios	OC (1641) AEP (1645)
VI. Discursos	RCI (1641)
VII. Textos literários	IQA (1647?) RSC

Génese

Nem sempre foi fácil estabelecer a origem dos documentos em estudo. Referimo-nos concretamente a distinguir os documentos produzidos em Roma, redigidos originalmente em latim ou não, das traduções, integrais ou parciais, de documentos impressos em língua vernácula, por vezes vários anos antes.

Para os com edições impressas coevas, pode-se estabelecer a seguinte categorização:

I. Cópias feitas a partir de impressos

Nesta categoria incluem-se dois documentos, que declaram explicitamente a sua dependência de uma fonte impressa ao transcreverem o seu cólofon. É o caso da protestação de Sousa Coutinho à Dieta de Ratisbona (RCI), de que as duas cópias conhecidas reproduzem o cólofon da edição impressa em Holms, na Suécia. Este, contudo, não tem indicação de oficina de impressão, mas apenas a data, o que nos autoriza a não excluir de todo a hipótese de o manuscrito preceder o impresso.

Não é o caso das *Propositiones Regni Portugalliae* (PRP), de que todas as cópias conhecidas reproduzem integralmente o cólofon do impresso de 1649, incluindo a indicação da oficina onde foi feita a edição – a de Lourenço de Anvers.

Em ambos os casos, recordamos, trata-se de cópias de impressos em língua latina.

II. Traduções integrais a partir de impressos

Neste categoria detectámos dois documentos, embora de características substancialmente diversas.

O documento que designámos PMU, a partir do incipit *Pro manifestando Uniuerso Orbi*, representa, como vimos[110], uma versão não integral do tratado de Pantaleão Rodrigues Pacheco, *Alla Santitá d'Urbano VIII*, de 1642. Não nos parece crível que tenha sido feita sobre a tradução portuguesa, de 1643, na medida em que trata da questão da

110 *cf. supra* p. 42

embaixada de D. Miguel de Portugal, que, como veremos, saiu de Roma em 11 de Dezembro de 1642. Trata-se, contudo de uma versão condensada, a partir de certo ponto do texto, já que reduz as 12 demonstrações do documento em língua italiana a apenas 10.

Bastante diferente é o caso da *Responsio Historica, Politica et Iuridica* (RHP), extenso documento que se organiza em três partes: a primeira, que faz a História de Portugal, desde o conde D. Henrique até Alcácer Quibir; a segunda, que descreve com pormenor a Crise Dinástica de 1578-1580; a terceira, que procura provar a ilegitimidade de D. João IV, demonstrar que é perjuro e merecedor de excomunhão, e que, portanto, o seu embaixador não pode ser recebido. Este documento é, no que respeita à primeira parte, em grande medida devedor da obrra de Girolamo Conestaggio, *Dell'Unione del Portogallo alla Corona di Castiglia*, publicada em Génova em 1585. Teve mais cinco edições em língua italiana, a última das quais em 1642, e várias outras em francês, alemão, inglês, castelhano e latim. Embora o documento reflicta calaramente a posição espanhola e esteja escrito em latim, o autor não tem por base nenhuma edição nestas duas línguas. Que não usou nenhuma das versões latinas (1602 e 1603) é evidente pelo facto de que os passos traduzidos não coincidem, formalmente, com nenhuma destas edições. Que não usou a versão castelhana de 1610 é mais difícil de provar categoricamente. Contudo, o facto de citar em italiano o testamento do cardeal D. Henrique, seguindo com grande exactidão qualquer das edições italianas consultadas, indica com toda a segurança que toda esta primeira parte terá sido feita sobre uma edição italiana, e não espanhola nem latina.

É possível que outros documentos do nosso estudo, com a excepção dos que tratam exclusivamente de situações prementes, como a da embaixada de D. Miguel, sejam traduções parciais ou integrais de documentos vernáculos impressos. Não nos foi, contudo, possível detectá-los.

III. Edições posteriormente impressas

Há, finalmente, documentos que só mais tarde conheceram edições impressas

coetâneas. Dos documentos em estudo, detectámos o caso do *Responsum Praecipuorum Doctorum* (RPD), cujas cópias manuscritas apresentam a data de 1649, e cuja primeira edição impressa conhecida, com revisões importantes feitas pelo autor, é de 1655[111]. É também o caso da carta do Clero Galicano ao Papa Inocêncio X (SOE), datada de 1651, e que Sousa Coutinho declara ter feito imprimir, em carta ao rei, de 15 de Janeiro de 1652[112]. Não conseguimos, contudo, localizar este impresso nos arquivos consultados.

Vejamos de forma esquemática a categorização estabelecida:

I. Cópias feitas a partir de impressos	RCI (1641) PRP (1649)
II. Traduções parciais a partir de impressos vernáculos	PMU (1642) RHP (1642)
III. Edições posteriormente impressas	RPD (1649) SOE (1651)

Temas

Embora toda a documentação estudada tenha subjacente o problema da legitimidade de D. João IV, é possível organizar os textos em duas áreas temáticas dominantes.

I. Legitimação e envio de embaixadores

Incluem-se nesta categoria os documentos que debatem em exclusivo o problema da legitimidade de D. João IV, e também daqueles que procuram demonstrar ou negar a sua capacidade para enviar embaixadores, tendo sempre em vista, como é evidente, o

111 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 380 et seqq.
112 CD XIII, p. 192

debate sobre a legitimidade da Restauração.

Entendemos que se incluem nesta categoria igualmente os textos literários de carácter panegírico, já que procuram demonstrar a legitimidade de D. João IV, mesmo se não pelas leis humanas. É o caso evidente do poema IQA, relativo ao regicídio falhado de 1647, mas também do epigrama *Rege super Christo* (RSC), que declaram, de forma mais evidente naquele do que neste, a protecção divina de que goza Portugal, na pessoa de D. João IV e seus representantes.

Incluímos, finalmente, nesta categoria a protestação de Sousa Coutinho à Dieta de Ratisbona, que, embora tenha por tema a prisão de D. Duarte, sustenta grande parte da sua argumentação com a legitimidade de D. João IV.

II. Provisão dos bispados

O problema da provisão dos bispados começa a dominar a documentação produzida a partir da segunda metade da década de 1640. O primeiro documento considerado do nosso estudo é o relatório sobre o modo de provisão das sés portuguesas (AEP) a que já fizemos referência, provavelmente de 1645. A partir desta data, toda a documentação estudada trata em exclusivo da provisão dos bispados. Do lado português pretende-se que os papas façam a provisão dos bispados segundo o uso dos antigos reis de Portugal, o que levanta desde logo o problema que deverá ter motivado o relatório que designámos AEP: como se faziam as provisões? Por suplicação? Por apresentação? Destas questões trataremos em lugar próprio, contudo importa adiantar que, para as sés do reino, o modo de provisão foi predominantemente a suplicação, para as sés antigas, e a apresentação, para as criadas após o reinado de D. Manuel[113]. Apesar disso, e como veremos, em Lisboa, sobretudo durante o reinado de D. João IV, a luta foi no sentido de se obter as provisões por apresentação, fazendo-se valer ora dos privilégios a que os Reis

113 *cf. infra* pp. 73 et seqq.

Católicos recorreram, a partir de 1609, para a provisão das sés do reino, quer alegando privilégios antigos, decorrentes da libertação das sés das mãos dos infiéis. A prova da legitimidade da Casa de Bragança parece ter passado para segundo plano, na medida em que a argumentação dominante se baseia na sessão 24 do Concílio de Trento, capítulo 9, que estabelece como regra que, em caso de disputa sobre o direito de padroado, prevalece o direito dos "reges seu regna possidentes". Este passo será lido pelo partido português como referido aos possuidores, pacíficos ou não, enquanto do lado castelhano se defenderá que, tendo em contra o contexto da redacção, a pedido da república de Veneza, que detinha pacificamente o Chipre, se refere apenas à posse pacífica[114].

Os documentos estudados reflectem também outro intenso debate dentro do próprio partido português, que se verificou pelo menos até 1665, data da carta que designámos TL, e a que já aludimos. Tratava-se de decidir o que fazer, perante a recusa dos sucessivos papas em prover as sés sob a apresentação do rei de Portugal. Como veremos, D. João IV hesitou, ao longo de todo o seu reinado, entre insistir na provisão pontifícia de acordo com as suas apresentações, e uma solução mais radical, de tipo galicano, que passaria pela provisão sem recurso à Santa Sé, com a convocatória de um Concílio Nacional para a sagração e confirmação dos prelados, eleitos pelos cabidos[115]. Houve ainda uma terceira via, significativamente ausente da documentação estudada, se exceptuarmos a insinuação presente na referida TL, que advogava a urgência de se resolver antes de mais o problema religioso, e assim aceitar que o Papa provesse as sés de *motu proprio* – ou seja, sem nomeação e reconhecimento explícito, nas bulas de provisão, do rei de Portugal. A ausência de documentos que reflictam esta posição é natural, na medida em que não só ia contra os interesses políticos da Coroa de Portugal, que não abria mão do que considerou sempre ser uma prerrogativa inalienável, como ia ao encontro dos interesses castelhanos, que, sobretudo a partir do pontificado de Alexandre VII, passaram

114 BD, vol. I, ll. 395-398
115 *v. infra* p. 69

a defender, de forma umas vezes mais aberta do que outras, as provisões de *motu proprio*, que consideravam um mal menor, enquanto não se obtinha a recuperação do reino[116]. Não encontramos, assim, dizíamos, documentos portugueses a defender abertamente as provisões de *motu proprio*, com a ressalva já assinalada da TL, que o faz, todavia, de forma implícita[117]. Encontraremos, sim, esta solução defendida abertamente pelo lado espanhol, em dois documentos, a BD e a EA.

A estas duas áreas temáticas pode-se juntar uma terceira, relativa a assuntos apenas indirectamente relacionados com a Restauração, mas que revelam o ambiente difícil que se vivia. É o caso da referida carta do inquisidor geral, D. Francisco de Castro, ao Papa, datada de 1649, relativa ao alvará de 1649.

Vejamos, de forma esquemática, as soluções propostas na documentação estudada:

Confirmação papal das apresentações do rei de Portugal	RMS (1648) – posição portuguesa EV (1656) – posição portuguesa
Provisão sem recurso à Santa Sé	PRP (1649) – posição portuguesa RPD (1649) – posição portuguesa SOE (1651) – posição portuguesa IQL (1663) – posição portuguesa
Provisão de *motu proprio*	BD (1655) – posição espanhola EA (1656) – posição espanhola TL (1665) – posição portuguesa
Outros	CIF (1649)

Importa aqui recordar, por um lado, que a EA depende em grande medida da BD, de que copia integralmente ou parafraseia quantidades significativas de texto, e que, por

116 *v. infra* p. 131

117 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 412 et seqq.

outro lado, é uma reacção ao memorial sobre a situação das igrejas de Portugal que Sousa Coutinho, no início de 1656, fez chegar ao Papa Alexandre VII. Recordemos ainda, finalmente, que a EV é, por sua vez, uma reaçcão à EA, cujas teses rebate, e contrapõe com o defesa do direito de apresentação do rei de Portugal. Mas sobre este assunto, que será o núcleo do nosso estudo, falaremos em lugar próprio[118].

Assim, no que respeita à distribuição temática, os documentos estudados organizam-se da seguinte forma:

I. Legitimação e envio de embaixadores	**Legitimação**	OC (1641) RCI (1641) SRP (1641) RIQ
	Envio de embaixadores	ALE (1641) NMM (1641) ARP (1641) EDM (1641) PMH (1642) RHP (1642) RIP
	Panegíricos	IQA (1647?) RSC (1642?)
II. Provisão dos bispados	AEP (1645) RMS (1648) PRP (1649) RPD (1649) SOE (1651) BD (1655) EA (1656) EV (1656) IQL (1663)	

118 Vol. II, pp. 236 et seqq.

	TL (1665)

Parte II: *Pasce oves meas*

I. Os documentos: critérios para uma selecção

1. Os documentos

O nosso trabalho partiu de um estudo de Arnaldo Pinto Cardoso[1], que catalogou várias centenas de documentos no ASV e na BAV respeitantes ao período entre 1640-1670 – ou seja, entre o 1.º de Dezembro e a expedição das primeiras bulas de provisão dos bispados, após a paz com Espanha, em Fevereiro de 1668, e a recepção oficial, pelo Papa, ao conde do Prado, em 1669. Os documentos coleccionados estão em português, castelhano, italiano, francês e latim, e apenas, porque se trata de um catálogo, com indicação da foliação e do tema tratado.

Da consulta atenta deste extenso catálogo saiu uma primeira selecção de 139 documentos, que teve por único critério, nesta fase, a indicação de estarem em língua latina. Obtivemos, em seguida, cópias de todos os documentos. No caso do ASV, tivemos acesso a fotografias de alta resolução. Da BAV, por seu lado, fechada e com abertura então não prevista[2], obtivemos apenas cópias de microfilme, frequentemente de qualidade muito má, em certos casos mesmo ilegíveis. Com efeito, ao contrário do ASV, a BAV dificultou, nessa fase, bastante a reprodução de documentos isolados em suporte digital, permitindo apenas, nesses casos, a reprodução de códices inteiros, solução economicamente inviável.

Decidimos, portanto, tomar como base de trabalho os documentos do ASV, de que tivemos acesso a cópias digitais de elevada qualidade, recorrendo aos da BAV apenas nas seguintes circunstâncias:

1. para estabelecer edições críticas, quando para um mesmo documento encontrámos mais do que uma cópia;

1 *v.* Bibliografia

2 A reabertura da BAV está agora prevista para 20 de Setembro de 2010, o que, ainda assim, inviabiliza, dados os prazos académicos, uma viagem a Roma para consulta dos documentos.

2. para textos que considerámos de grande relevância, desde que legíveis.

Neste segundo ponto incluem-se textos literários, como o poema *Ioanni Quarto* (IQA), relativo ao atentado falhado de 1647, de grande importância para o entendimento da propaganda providencialista em Roma, mais ainda ao tratar de um acontecimento – ou, na linguagem mediática contemporânea, um "não-acontecimento" – que verificámos, com perplexidade, ser praticamente ignorado pela historiografia contemporânea, mau grado o enorme impacte que teve na época, notório numa quantidade muito significativa de textos de que foi pretexto ou fonte de inspiração[3] – sem esquecer a influência que teve na produção, em séculos posteriores, de obras literárias de grandes nomes das letras portuguesas, como Camilo Castelo Branco[4].

Incluem-se igualmente neste ponto as duas cartas de D. Rodrigo da Cunha datadas de 5 de Janeiro de 1641, dirigidas ao Papa Urbano VIII e a um cardeal, com toda a probabilidade o cardeal Antonio Barberini, bem como a tradução da carta de frei Pedro de Sousa, confessor de D. Afonso VI e tio de Castelo Melhor, que consideramos de relevância incontornável[5].

Infelizmente não nos foi possível incluir neste ponto um documento importante, a extensa *Responsio Apologetica* divulgada em 1656, em Roma, como resposta ao Memorial de Sousa Coutinho ao Papa Alexandre VII, sobre a provisão dos bispados, uma vez que as duas únicas cópias detectadas estão quase ilegíveis nas reproduções de microfilme a que tivemos acesso, ambas da BAV[6]. Esperamos suprir esta falta em trabalho posterior, com a reabertura em breve da BAV.

3 *cf. supra* p. 30 et seqq.

4 Assinalamos apenas a título de exemplo os romances camilianos *O Regicida*, *A Filha do Regicida*, *A Caveira da Mártir*.

5 Vol. I, pp. 386 et seqq.

6 *v.* vol. II, p. 154

2. O tema

Procurámos na nossa selecção não deixar de lado nenhuma das principais polémicas que dividiam os partidos português e castelhano. Nesse sentido, procedemos à identificação das grandes áreas temáticas da guerra diplomática entre as duas coroas ibéricas nos corredores da Santa Sé, entre 1640 e 1668, que, como referimos já em capítulo anterior, se podem reduzir a duas: a legitimação de D. João IV, por um lado, e a provisão dos bispados, por outro[7]. Como vimos também, a argumentação portuguesa, tendo em vista a provisão dos bispados por apresentação do rei de Portugal, não dependia em exclusivo da sua legitimidade jurídica (embora esta estivesse, naturalmente, subjacente), ao recorrer frequentemente ao argumento tridentino segundo o qual a Santa Sé, em caso de conflito, deve reconhecer o direito de padroado aos "reges seu regna possidentes"[8]. Na contingência de ter de escolher um destes dois grandes temas, visto ser inviável, recordamos, tendo em conta os limites materiais e temporais, tratar os dois, acabou por prevalecer um critério que nada tinha que ver com os temas tratados: a polémica.

3. Razões de uma escolha

Um dos aspectos mais interessantes da intensa luta diplomática que ressoou pela Urbe, por vezes de forma efectiva, com mortos e feridos[9], foi a polémica, a troca de argumentos de um lado e do outro, de que praticamente todos os documentos fazem eco. Contudo, apenas em uma situação foi possível detectar a troca directa de argumentos,

7 *cf. supra* p. 54

8 Conc. de Trento, sessão 24, cap. 9.

9 Referimo-nos, naturalmente, aos confrontos que envolveram as comitivas de D. Miguel, em 20 de Agosto de 1642, e de Nicolau Monteiro, em 2 de Abril de 1645 com comitivas espanholas, mas também a outros menos revelantes, porém não menos interessantes, como a já referida escaramuça entre dois frades franciscanos, um português e outro castelhano, a que Sousa Coutinho faz referência em carta ao rei, de finais do Verão de 1656 (CD XIII, p. 233).

misturada com insultos de forma umas vezes mais mitigada do que outras. Trata-se do ciclo de resposta e contra-resposta representado pela *Epistola Apologetica* (EA), que, em 1656, reage ao memorial que Sousa Coutinho confiou ao Papa, no início desse ano, após a recepção a título particular que obtivera, em Dezembro de 1655, e pela *Elucidatio Veritatis* (EV), que, com toda a probabilidade nesse mesmo ano de 1656, responde à EA, em termos geralmente bem pouco cordatos. O tema, esse é, em ambos os documentos, o que prevalece na documentação portuguesa em Roma a partir de meados da década de 1640: a provisão dos bispados.

Foi, assim, decisivo para a nossa escolha também o carácter polémico que presidiu à sua concepção, e a rede de resposta e contra-resposta que a partir deles foi possível estabelecer. Outros factores pesaram, contudo, nesta decisão. Em primeiro lugar, o facto de estes dois documentos sublinharem de forma bastante significativa um dos momentos mais marcantes da diplomacia portuguesa em Roma, neste período: a recepção, mesmo se a nível meramente particular, de Sousa Coutinho, embaixador de D. João IV, pelo Papa Alexandre VII.

Em segundo lugar, trata-se, no caso da EA como no da EV, de documentos que, mesmo não sendo oficiais, reflectem efectivamente as posições de ambos os contendores no que respeita à questão da provisão dos bispados, numa altura em que o debate sobre a legitimidade política de D. João IV parecia ter, pelo menos aparentemente, passado para segundo plano[10].

Finalmente, não pudemos deixar de ter em conta o facto de a produção e divulgação destes documentos coincidir no tempo com o final do reinado de D. João IV. Constituem, assim, mesmo se não foi essa a intenção dos seus autores e mentores, ao mesmo tempo um ponto da situação e um ponto de viragem, marcado, como veremos, por um abrandamento das diligências em Roma, que só serão retomadas plenamente quase

10 Por estes anos dirá mesmo Filipe IV que maior afronta se lhe faria com a provisão nos nomes apresentados por D. João IV do que a recepção oficial do seu embaixador *(v. infra*, p. 131*).*

uma década mais tarde, com a missão de D. Francisco Manuel de Melo, aliás "comte de Saint Clément", em 1664.

4. As consequências de uma escolha

A escolha da *Epistola Apologetica* e da *Elucidatio Veritatis* para núcleo do nosso estudo implicou a tomada de algumas decisões que temos consciência de serem passíveis de discussão. Pareceram-nos, porém, as mais adequadas, pelas razões que passamos a declarar.

O memorial de Sousa Coutinho

Em primeiro lugar, pareceu-nos inaceitável não incluir a edição do memorial de Sousa Coutinho. Afinal, o autor da EA declara que o seu texto foi motivado pela leitura de uma "elegans oratio" que o próprio Sousa Coutinho não tem dúvidas em identificar como sendo o seu memorial, em carta ao rei de finais do Verão de 1656[11]. Também frei Fulgêncio Leitão, em documento de que falaremos mais adiante, não tem dúvidas em relação a esta identificação, o que nos leva a concluir que, mesmo se por hipótese a EA não fosse uma resposta ao memorial, o facto de ter sido lida enquanto tal só por si justificaria a inclusão neste trabalho[12].

O memorial, contudo, não foi redigido nem traduzido para latim – ou pelo menos não temos notícia disso. Segundo Sousa Coutinho, foi escrito primeiro em português, e depois traduzido para italiano, forma que considerou definitiva e mais perfeita do que o português, e sob a qual o entregou ao Papa, mas também ao rei, no início de 1656[13]. Assim,

11 CD XIII, pp. 229 et seqq.

12 Sobre os problemas relativos com a identificação do documento que motiva a EA com o memorial de Sousa Coutinho, *v.* vol. II, pp. 159.

13 "… dilatou-se tanto, porque além de convir que fosse muito considerado, tinha-o feito em português, e foi força esperar para a tradução dele pelo Padre D. Camilo de San Severino, que nem se podia fiar de outrem, nem ele dar-se mais pressa depois que chegou." (CD XIII p. 229). Para um estudo mais pormenorizado deste documento, *v*. vol. II, pp. 152 et seqq.

decidimos fazer uma edição, deste memorial. Não crítica, porém, uma vez que não dominamos a língua italiana. Tomamos, assim, como ponto de partida uma cópia das várias disponíveis[14], que confrontámos com a edição do Corpo Diplomático[15]. Poder-se-á neste ponto perguntar o que nos levou a não remeter simplesmente para esta edição impressa. Não o fizemos porque infelizmente o Corpo Diplomático carece de uma reedição que o torne de novo disponível, fora das salas de leitura das bibliotecas, das estantes dos alfarrabistas, ou das edições digitalizadas na internet, mas de legalidade duvidosa[16]. Assim, pareceu-nos mais adequada a disponibilidade imediata de um texto essencial para o entendimento cabal quer da EA, quer da EV, sem recorrer a remissão para uma obra de acesso difícil ou problemático.

A *Breuis Disceptatio*

Inaceitável seria igualmente não incluir na nossa edição um documento anterior ao memorial, é certo, mas do qual a EA é devedora, pois prafraseia e copia integralmente quantidades significativas de texto. Decidimos, assim, incluir nas edições que formam o núcleo deste nosso estudo a *Breuis Disceptatio*, documento com toda a probabilidade composto ainda em 1655, possivelmente mesmo pouco depois da eleição, em Abril, de Alexandre VII[17].

A *Responsio Apologetica* e o *Prudentium Amicorum Princeps*

Vimo-nos, por outro lado, na contingência de não incluir na nossa edição dois documentos importantes. Em primeiro lugar, a *Responsio Apologetica*, resposta espanhola ao memorial, de que Sousa Coutinho dá igualmente conta na referida carta ao rei, de finais

14 Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 302 et seqq.
15 CD XIII p. 235 et seqq.
16 http://www.archive.org/search.php?query=corpo%20diplomatico%20portugues
17 Sobre os problemas relativos à datação da BD, *v.* vol. II, pp. 119 et seqq.

do Verão de 1656[18], e de que temos conhecimento de duas cópias, ambas na BAV, uma completa, outra parcial[19]. De ambas apenas tivemos, pelas razões já expostas, acesso a cópias feitas a partir de microfilme, quase ilegíveis. A custo, com efeito, nos foi possível identificar este texto com o que Sousa Coutinho refere na carta, pois não lhe nomeia o título, apenas o conteúdo.

Excluímos também da nossa edição o documento *Prudentium Amicorum Princeps,* resposta mordaz à EA, cuja autoria Barbosa Machado atribui a frei Fulgêncio Leitão e diz ter sido impresso em Itália, apesar da indicação, no cólofon, de ter sido impresso em Lisboa[20]. Excluímo-lo, relutantes, por termos estabelecido como critério inicial para este trabalho estudar apenas os textos manuscritos, relegando os impressos para um segundo estudo, mais amplo, e já previsto. Assim, só o detectámos numa fase demasiado avançada do nosso trabalho, o que impossibilitou, dadas as limitações temporais, um estudo sério e uma edição deste estenso documento, que preenche seis dezenas de páginas de letra miúda. Citámo-lo, ainda assim, sempre que nos pareceu relevante, no comentário e tradução aos textos deste estudo.

5. A escolha

Depois de ponderadas todas as condicionantes acima expostas, decidimos estabelecer a edição dos seguintes documentos, que constituem o núcleo do nosso estudo (Corpus I):

1. *Breuis Disceptatio* (BD, 1655)
2. *Memoriale dato al Papa dall' Ambasciatore di Portugallo* (MSC, 1655-1656)

18 CD XIII, pp. 229 et seqq.
19 BAV: Chigi R I 4 – 36-64; Ott. Latt. 2339 – 24-127
20 BL II, 306-307

3. *Epistola Apologetica* (EA, 1656)
4. *Elucidatio Veritatis* (EV, 1656)

6. Os apêndices (Corpus II)

Dissemos já que um dos critérios que presidiu a esta selecção foi o facto de estes documentos constituirem um ponto da situação e também um ponto de viragem, no que respeita ao problema da provisão dos bispados, ao coincidirem com o final do reinado de D. João IV, falecido em Novembro de 1656. Ora, não é possível estabelecer um ponto da situação, menos ainda um ponto de viragem, sem se saber o que veio antes, sem saber o que virá depois. Declaramo-lo, é certo, no historial que constitui o capítulo III desta Parte II, onde procuramos descrever o essencial das diligências feitas por Lisboa e Madrid tendo em vista a resolução do problema das sés vacantes de Portugal. Num estudo de Literatura Latina, contudo, não nos pareceu que fosse isso suficiente. Juntámos, pois, como apêndice ao núcleo textual deste trabalho a edição e tradução de vários documentos relativos ao tema da provisão dos bispados, os quais recobrem um período que vai desde 1645, data provável do EAP, até 1665, data precisa da carta de frei Pedro de Sousa que designámos TL.

7. Os anexos

Juntámos, finalmente, como anexo a este estudo, uma selecção de documentos a que fomos fazendo referência nos capítulos anteriores, relativos aos problemas da legitimação política da casa de Bragança e à sua capacidade de envio de embaixadores. Para estes documentos não apresentamos ainda tradução nem comentário desenvolvido, que reservamos para estudos posteriores já projectados.

II. Breves notas sobre a eleição dos bispos na Igreja Ocidental

1. Da escolha popular ao Consistório

O processo de provisão dos bispos consistiu, entre os séculos II e XII, essencialmente na eleição por parte dos povos e do clero, tal como recordam os doutores da Sorbona, no parecer que, em 1649, é publicado por Ismael Boulliau[21]:

> Primis Ecclesiae nascentis temporibus Clerus et Populus concordibus suffragiis Episcopos, etiam Romae, elegerunt.[22]

A eleição passava, assim, pela aclamação popular, em assembleias que, contudo, tinham um número variável de elementos, como variável podia ser a forma de exprimirem a sua escolha[23].

Ao longo dos tempos, sobretudo entre os séculos VI e X, a eleição foi sendo progressivamente manipulado pelas autoridades seculares, preocupadas em controlar o mais que pudessem o poder que os prelados detinham de facto nas suas dioceses[24].

Com a progressiva afirmação do poder papal, sobretudo a partir das reformas levadas a cabo por Gregório VII, cujo pontificado decorreu entre 1073-1085, a eleição passa, contudo a pertencer em exclusivo aos cabidos, tendo sido excluída a participação

21 Para a edição deste documento, *v. infra* pp. 354 et seqq. Para um comentário mais aprofundado a este documento, *v.* vol. II, pp. 380 et seqq.

22 RPD, vol. I, ll. 30-31

23 Paiva 2006, pp. 18

24 Paiva 2006, pp. 18-19. Esta evolução é também descrita no RPD, sobretudo a partir da linha 62 da nossa edição.

dos leigos no processo por decisão de Alexandre III, em carta ao cabido de Bremen, datada de 1180, determinação que viria a ser confirmada no Concílio de Avinhão, em 1209. Inaugura-se assim um período, que vai até ao século XIV, no qual a eleição dos prelados está nas mãos dos cabidos, com esporádicas intervenções quer dos papas, quer dos príncipes. Consequência também do aprofundamento do poder papal, inicia-se nos finais do século XI, e generaliza-se entre os séculos XIV e XV, o costume de a eleição do bispo, feita pelos cabidos, ser posteriormente confirmada pelo Papa[25].

A partir do século XV, sobretudo na sequência do Grande Cisma do Ocidente (1378-1414), a autoridade papal foi decrescendo, ao mesmo tempo que aumentava a interferência das autoridades seculares no processo de eleição dos bispos. O processo culmina, no século XVI, na generalização a quase todo o mundo católico da eleição dos bispos pelos reis e imperadores, embora, como bem diz José Pedro Paiva, "sempre sob o olhar atento, vigilante e enquadrador da autoridade papal"[26].

O século XVI assiste, pois, a um processo de regulamentação da eleição episcopal, que tem o seu momento marcante com o Concílio de Trento. Até então, qualquer provisão era ordinariamente precedida de um processo de averiguação sobre a pessoa escolhida pelas autoridades seculares, que podia passar não só pela audição de testemunhas, ou, menos habitualmente, por cartas ou outros depoimentos. O procedimento, regulamentado por bula de Leão X confirmada no V Concílio de Latrão, a 5 de Maio de 1514, e definido na IX sessão desse concílio, passava pelo envio ao Papa, por parte dos eleitores, de cartas de apresentação, credenciais e súplicas, mediante um enviado especial, embaixador, procurador ou agente. Daqui nascia um processo de inquirição, encomendado pelo Papa ao cardeal protector do estado onde se localizava a diocese, mas geralmente delegado em subordinados deste, sobre as necessidades da diocese e as qualidades do eleito. A partir dos anos 50 do século XVI, os resultados da inquirição eram posteriormente apresentados

25 PAIVA 2006, pp. 20-21
26 PAIVA 2006, p. 23

a três cardeais para aprovação, após o que, não havendo objecções, o relator anunciava em Consistório que a provisão podia ser feita na sessão seguinte. Eram entretanto fixadas as taxas, que era mester pagar antes de o processo avançar. Na sessão seguinte do Consistório, o relator transmitia por escrito aos restantes cardeais e ao Papa as informações relevantes sobre o candidato e o benefício requerido, a que se seguia a relação da provisão, ou seja, "facere propositionem"[27]. A votação por todos os cardeais e a emissão das bulas era o passo seguinte e definitivo.

Com o Concílio de Trento (1545-1563), o processo não sofreu alterações significativas, mau grado várias tentativas no sentido de uma reforma profunda. É de assinalar, contudo, que as inquirições sobre o eleito passaram a ser feitas não na Santa Sé, como até então, mas *in partibus*, ou seja nas nunciaturas ou delegações pontifícias do estado a que pertencia o bispo eleito.

A consituição *Immensae Aeterni Dei*, de Sisto V, de 11 de Fevereiro de 1588, marca, por seu lado, um momento crucial na evolução do processo, ao criar a Congregação Consistorial[28], à qual passou a estar reservada a criação de novos bispados, bem como a colecção de informações sobre as provisões de benefícios das dioceses vacantes. A partir de 1588, passou a caber à entao criada *Congregatio super Consultationibus Episcoporum* a conferência das inquirições feitas aos bispos propostos e às suas dioceses[29].

A 15 de Maio de 1591, Gregório XIV, com a bula *Onus apostolicae seruitutis* complementa as normas saídas a partir de Trento, contribuindo para uma maior clarificação de todo o processo. Entre outros aspectos relativos ao candidato, como a idade mínima de 30 anos, uma linhagem católica sem mácula, um grau em Teologia ou Direito Canónico, ordens sacras há não menos de seis meses, integridade de fé e doutrina, determinava ainda com rigor as testemunhas a serem ouvidas nas nunciaturas dos

27 PAIVA 2006, p. 26
28 *Sacra Congregatio pro Erectione Ecclesiarum et Prouisionibus Consistorialibus*
29 PAIVA 2006, p. 33

Estados dos eleitos, excluindo familiares, amigos ou inimigos[30]. Após estes procedimentos inquisitórios, o processo era então apreciado pelos cardeais decanos das três ordens, e por fim apreciado em Consistório.

O processo foi enriquecido por Clemente VIII, em 1592, com a criação da *Congregatio Examinis Episcoporum*, que, como o nome indica, tinha por missão o exame da preparação teológica dos eleitos. A sua acção, contudo, foi limitada pelo facto de deste exame estarem isentos os bispos *in partibus,* os eleitos por apresentação dos príncipes e aqueles a quem o próprio Papa garantia idoneidade.

Só com a promulgação da instrução *Se processus inquisitionis*, de Urbano VIII, em 1627, se verifica, no entanto, a confirmação e estabelecimento definitivo das normas de eleição e provisão dos bispos, que não sofreram, nos 300 anos seguintes, alterações significativas[31].

2. Portugal

No reino de Portugal, a eleição dos bispos pelo rei passou a ser predominante a partir do reinado de D. Afonso V[32], apesar de, ao longo do século XV, não se conhecer qualquer documento que comprove a existência de privilégio papal[33], facto abundantemente denunciado e explorado pelo lado espanhol na polémica da provisão dos bispados, após 1640. Antes disso, e ao longo dos século XIV e XV, verifica-se o provimento das dioceses através de eleição do rei, mas igualmente dos cabidos e, directamente, pelo

30 PAIVA 2006, p. 34

31 PAIVA 2006, p. 36-37

32 "In hoc articulo supponitur quod Episcoporum electio spectabat ad capitulum Reges tamen Hispaniae, a tempore Concilii Tolletani, sub Pontifice Leone secundo, regnante Eruigio Rege Goto, Episcopos Summi Pontifici praesentant, Comarr. in regul. possess. 2 p. §10 Perez in l. 2 titul. 6 lib. 1 Ordin., et in hoc Regno incaepit hoc ius praesentandi a tempore Regis Alphonsi quinti, forsan ex aliquo priuilegio apostolico Hispaniae concesso, Bobad. lib. 2 cap. 18 num. 223 Ceuallos 4 p. q. 1 num. 307 et nu. 380. Guterrez lib. 2 Cano. cap. 11 n. 2 quod priuilegium dicit se uidisse." Pereira de Castro, *De manu regia* I, XXVIII, pp. 233-234

33 ALMEIDA I, 300

Papa, frequentemente, sobretudo a partir do século XIII, com imposição de beneplácito régio[34].

É a partir da polémica em relação ao provimento por Alexandre VI do arcebispado de Braga na pessoa de D. Jorge da Costa, cardeal de Alpedrinha, a 29 de Agosto de 1501[35], que o processo de eleição dos bispos, em Portugal, sofre alteração significativa. Tendo-se sentido vexado pela escolha, para a qual não havia sido consultado nem fizera suplicação, D. Manuel empreendeu todos os seus esforços no sentido de obter a anulação do provimento, ou a renúncia de D. Jorge, como refere nas instruções ao seu representante em Roma, datadas de Setembro de 1501:

> E que por tanto lhe rogamos que elle nos queyra com yso satisfazer como delle o esperamos, pera do dito arcebispado ser prouido aa nosa sopricaçam aquela pesoa por que sopricamos...[36]

Os esforços do soberano foram, contudo, em vão, dada a grande influência e prestígio de que gozava o cardeal em Roma. Assim, esperançado quer na avançada idade de D. Jorge, que no entanto ainda chegaria ao declinar do Verão de 1509, e sobretudo em não pôr em risco outros negócios, acabou por ceder, e, em 22 de Maio de 1503, Alexandre VI, por meio do breve *Cum te in praesentia*, encerra o assunto, autorizando Alpedrinha a sentar-se na cátedra arquiepiscopal, mas, o que é mais relevante, concede ao rei o privilégio de suplicar, daí em diante, para a sé de Braga. O privilégio é estendido, em 7 de Junho de 1514, pelo Papa Leão X, a todas as igrejas das Conquistas fundadas nos dois anos anteriores e nas a fundar no futuro, através da bula *Dum fidei constantiam*. O direito de padroado dos reis de Portugal nas possessões ultramarinas é confirmado definitivamente pelo breve *Dudum pro parte*, de 15 de Março de 1516. Um ano mais tarde, a 15 de Junho de

34 PAIVA 2006, p. 39
35 Mendonça, M., *D. Jorge da Costa "Cardeal de Alpedrinha"*, Lisboa, 1991, cit. por PAIVA 2006, p. 38
36 CD I, p. 9

1517, é ainda concedido aos reis de Portugal o direito de nomeação dos abades de todos os mosteiros e conventos do reino[37]. Ficava, contudo, por confirmar, por meio de documentos oficiais, o padroado dos reis de Portugal para as sés do reino, ainda que a Santa Sé o tenha aprovado de facto, ao aceitar suplicações e apresentações para várias sés. Dão disso testemunho as averiguações levadas a cabo durante os anos em que Lisboa e Madrid se bateram em Roma pela provisão dos bispados portugueses[38], e desta aprovação tácita se aproveita, como veremos, o partido português na sua argumentação.

A fórmula a que os reis de Portugal recorreram predominantemente para a provisão dos bispados do reino foi a de suplicação, mau grado as tentativas frustradas de D. Manuel no sentido de obter o direito de apresentação, que só veio a ser atribuído no reinado de D. João V[39]. O direito de apresentação foi reservado, além das possessões ultramarinas, nas fundações de dioceses do reino feitas após a morte de D. Manuel, ou seja Leiria, Miranda, Portalegre e Elvas, como se verifica nas referidas investigações elaboradas em Roma, das quais faz parte, neste estudo, o documento AEP[40].

É, pois, neste contexto de alguma indefinição jurídica, em que se misturam direitos adquiridos e confirmados com direitos apenas tacitamente admitidos, que se vai desenrolar ao longo de quase 30 anos, no campo de batalha da Santa Sé, uma intensa guerra diplomática tendo em vista a provisão dos bispados de Portugal, e que só terminará quando já na Península as armas estavam silenciosas e frias.

37 PAIVA 2006, p. 42-44

38 *Vide infra* p. 54

39 Nas provisões *ad supplicationem*, o rei ou príncipe suplicava ao Sumo Pontífice a eleição e sagração de determinado nome, enquanto nas provisões *ad nominationem* ou *ad praesentationem* se apresentava um nome para ser confirmado pelo Papa. As sés podiam, ainda, ser providas de *motu proprio* pelo Papa, ou seja, sem apresentação nem suplicação do príncipe.

40 Para a edição deste documento, *v. infra* pp. 331 et seqq.

III. Historial da questão do provimento dos bispados em Portugal (1640-1668)

1. Pontificado de Urbano VIII

1639

Logo após a revolução de Dezembro, uma das primeiras preocupações do governo, ainda antes da chegada a Lisboa do Duque de Bragança e da sua aclamação, foi o restabelecimento de relações harmoniosas com a Santa Sé. Com efeito, as dificuldades de relacionamento entre a Santa Sé e o reino de Portugal não começaram, como é evidente, naquela manhã do primeiro dia de Dezembro de 1640. As fricções entre Roma e o regalismo[41] espanhol, acentuado nos reinados de Filipe III e Filipe IV, haviam levado à expulsão, a 31 de Agosto de 1639, do Coleitor Apostólico em Lisboa, Monsenhor Castracani, por parte do governo do reino, com o apoio de Madrid, em virtude da tomada de posições que eram vistas como interferências nas prerrogativas do reino[42]. Esta acção levou ao lançamento de um interdito sobre todas as igrejas de Lisboa, excepto a arquiepiscopal. Impendia também sobre as relações entre Roma e o reino a questão da usurpação das capelas, conflito motivado pela não aceitação do seu provimento pela Santa Sé, considerado ilegítimo e atentatório contra o padroado régio[43].

1640

Assim, logo no Domingo dia 2 de Dezembro de 1640, os arcebispos de Lisboa e Braga, em cujas mãos ficara provisoriamente o governo do reino, solicitaram de viva voz

41 O regalismo espanhol, com alguns pontos de contacto com o galicanismo e o anglicanismo, afastava-se destes, contudo, na aceitação do Concílio de Trento. Traduzia-se na defesa intransigente do que se consideravam prerrogativas régias, como "a recusa de publicação dos documentos pontifícios sem o 'placet' régio; a defesa dos privilégios do padroado e a não aceitação da intervenção do sumo pontífice, ou seus representantes, no sentido de proverem beneficiados, cuja colação constituía prerrogativa real" (TORGAL 1981 p. 257, n. 1)

42 ALMEIDA 1968 p. 321

43 TORGAL 1981 p. 258

ao vice-coleitor a suspenção do interdito, com a promessa de que seria de novo recebido em Lisboa o coleitor, assim que D. João fosse aclamado rei. Foi obtida uma suspensão por seis meses, apesar das hesitações do vice-coleitor, e graças à insistência dos arcebispos, que a 5 de Dezembro voltavam à carga, com nova solicitação no mesmo sentido, agora por escrito[44].

1641

Com efeito, em carta ao Papa Urbano VIII, datada de 5 de Janeiro de 1641[45], D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, dava conta de que o interdito tinha sido suspenso, por instância do rei, por seu intermédio:

> [...] cum interim ad eiusdem Regis instantiam, me procurante, interdictum, et excommunicatio ad recurrendum ad Sanctitatem Vestram suspensa sint [...].[46]

D. João IV, por seu lado, dava solução ao problema da usurpação das capelas, por meio de decreto datado de 8 de Janeiro de 1641, pelo qual proibiu que se molestassem os providos pela Santa Sé, e se suspendessem as causas em curso[47]. Após este primeiro desanuviamente das relações entre Lisboa e Roma, o rei reúne uma junta com o objectivo de dar parecer sobre o envio de uma missão de obediência à Santa Sé. As opiniões, contudo, dividiam-se entre aqueles que consideravam o envio inoportuno, dada a tremenda influência castelhana e o receio que o Papa teria de ofender o Rei Católico, e aqueles que, pelo contrário, achavam que Urbano VIII, inclinado para a França, não hesitaria em abrir os braços ao representante de um rei proveniente de uma casa real tão fiel e benemérita, além de que ao atrasar-se o seu envio se dariam razões ao Papa para não a receber, "e que, finalmente, com a Igreja nenhuma demonstração era arriscada, sendo os

44 BORGES 1957, p. 117, n. 5
45 Barb. Lat. 8758, f. 5r
46 Barb. Lat. 8758, f. 5r
47 BORGES 1957, p. 118

mais humildes os que mereciam a maior coroa"[48].

Ainda antes de ter definitivamente vingado o parecer destes últimos, contudo, já circulavam informações que davam como certa o envio de um bispo a Roma, sob pretexto da visita *ad sacra limina*, como se pode ler em cifra do núncio em Madrid ao cardeal secretário, Antonio Barberini, datada de 30 de Dezembro de 1640, e em carta datada do dia anterior, dos funcionários da Coleitoria de Lisboa, segundo os quais era certo que fosse D. Miguel, bispo de Lamego[49]. Também na referida carta de D. Rodrigo da Cunha ao Papa, datada de 5 de Janeiro de 1641, se anunciava a embaixada de D. Miguel:

> At cum Serenissimus Ioannes 4 Rex, et haereditario iure, et populi, ac nobilitatis uniuersae acclamatione Regnum adierit, ipseque ea qua est pietate, et ad Sanctam Sedem affectione, uelit immunitatem, et libertatem ecclesiasticam illibatam seruari, de eoque, et aliis Regni negotio, per Oratorem suum Episcopum Lamecensem, acturus sit cum Sanctitate Vestra, his supersedeo [...].[50]

A mesma informação pode ser lida em carta com a mesma data, dirigida pelo arcebispo de Lisboa ao cardeal Barberini[51].

A notícia do envio do bispo de Lamego chegou a Roma nos inícios de Fevereiro de 1641, sendo motivo de grande desconforto para a Santa Sé, que receava a reacção espanhola. A Santa Sé tenta por todos os meios impedir a embaixada, primeiro muito provavelmente pelo envio de Filippo Carpino a Lisboa, com instruções datadas de 10 de Fevereiro, com recomendação do máximo cuidado e secretismo, mas que chega a Lisboa já depois da partida de D. Miguel. Do teor da sua missão, contudo, nada se sabe[52]. Mais seguros são os esforços do cardeal Antonio Barberini, que, baldadas as tentativas de que a

48 Ericeira I, p. 187-188
49 Borges 1957, p. 119
50 Barb. Lat. 8758, f. 5r
51 Barb. Lat. 8758, f. 6r
52 Borges 1957, p. 120-121

França não interviesse, insiste para que, pelo menos, D. Miguel fosse retido na Provença. Apesar dos receios da Santa Sé, D. Miguel saiu de Lisboa a 9 de Abril de 1641, em direcção a Roma. O percurso seria feito via França, de modo a evitar uma possível intercepção castelhana no estreito de Gibraltar. Assim, a primeira etapa seria o porto de La Rochelle, donde D. Miguel seguiria para Paris, e daí para Marselha, donde, por barco se dirigiria a Itália[53].

A primeira derrota de uma missão destinada ao fracasso ocorreu em Paris, destino da primeira parte da viagem, onde o núncio se recusa a receber a embaixada portuguesa, sob o pretexto de não ter recebido ordens de Roma nesse sentido. A chegada a Roma, por seu lado, dá-se apenas a 20 de Novembro de 1641[54].

O embaixador espanhol, D. Juan Chumacero, envidava, entretanto, todos os esforços no sentido de impedir o êxito da embaixada portuguesa, nomeadamente ao insistir junto do Papa para que expedisse um breve que condenasse a acção de 1 de Dezembro de 1640, que ameaçasse com censuras D. João IV, e que desse poder a dois ou três juízes espanhóis para agirem contra os religiosos portugueses que tivessem participado na revolução[55]. O Papa, contudo, excusou-se a tais acções, argumentando, entre outras razões, com o facto de não haver exemplo de tais acções por parte dos seus predecessores, nem lhe parecer justo agir desta forma sem julgamento, nem querer que Portugal negasse obediência à Santa Sé[56]. Sem saber, apesar de tudo, como agir, perante as fortes pressões da corte de Madrid, que ameaçava ainda com o corte de relações em caso de recepção[57], o Papa manda reunir uma congregação de cardeais, mesmo antes da chegada da missão portuguesa.

Os primeiros pareceres vão no sentido de que se deve receber o embaixador de D.

53 ALMEIDA 1968, p. 336. As instruções da sua missão podem ser lidas em CD XIII, pp. 284 et seqq.
54 ALMEIDA 1968, p. 336
55 ALMEIDA 1968, p. 336
56 CD XII, pp. 299 et seqq., cit. por ALMEIDA 1968, p. 336
57 BORGES 1957, p. 122

João IV, mas que, por prudência, se lhe dê residência fora de Roma. Este período de deliberação e hesitação é acompanhado de uma guerra de memoriais e pareceres, de que alguns documentos neste estudo são testemunha[58]. Era, porém, de uma luta desigual, em que a embaixada espanhola tratava directamente com o Papa, nas audiências semanais e extraordinárias, ao contrário da embaixada portuguesa, que o máximo que alcançava era a entrega de papéis a cardeais mais ou menos influentes na Cúria[59]. O ambiente era, com efeito, desfavorável a Portugal, mau grado os pareceres positivos da congregação, como acremente faz saber o Cardeal Secretário ao Dr. Pantaleão Rodrigues Pacheco, na primeira audiência que lhe concedeu[60].

A prisão dos prelados, nomeadamente do arcebispo de Braga, na conspiração contra o rei, ocorrida nesse ano, causara grande consternação em Roma, e constituiria um fantasma que não deixaria de pairar sobre as sucessivas missões portuguesas, além de frequentemente denunciada na propaganda castelhana, que não se cansou nunca de recordar que só por esse facto D. João IV era manifesto excomungado[61].

1642

A notícia do parecer positivo da congregação à recepção de D. Miguel causou, como se receava em Roma, fortíssima reacção castelhana, que voltava a ameaçar com o corte de relações, declarando que Roma, para conquistar Lisboa, perdia Madrid[62]. Não satisfeito com as hesitações que, apesar de tudo, as suas ameaças fizeram no espírito de Urbano, Filipe IV substitui Juan Chumacero, apesar das suas diligências, pelo Marquês de los Vélez, Pedro Fajardo y Pimentel, que liderara as tropas castelhanas na derrota da Batalha de Montjuic (26 de Janeiro de 1641), no contexto da Guerra da Catalunha. O experimentado militar levava instruções do Rei Católico no sentido de usar todos os meios

58 ARP, EDM, OC.

59 É o caso do documento com *incipit* "Autumant qui hanc quaestionem excitarunt", de que uma cópia assinala à margem que "Ioannes de mattos Iesuita assistente di Portugallo diede alle eminentissimo C. Barberini."

60 BORGES 1957, p. 123-124

61 Veja-se, entre outros, o caso da EA, documento já de 1656, e que não deixa de recordar o assunto (EA, vol. I, ll. 933 et seqq.).

62 BORGES 1957, p. 126

necessários contra o bispo de Lamego, incluindo a morte[63].

O embaixador, de feito, não teve contemplações, e, depois de se ter rodeado de soldadesca vinda de Nápoles, acabou por provocar os dramáticos confrontos com a comitiva portuguesa, a 20 de Agosto de 1642, em pleno centro de Roma[64].

Dos confrontos resultaram mortos e feridos, mas sobretudo o golpe de misericórdia no já duvidoso êxito da missão portuguesa. Com efeito, de los Vélez aproveitou os acontecimentos para aumentar a pressão sobre o Sumo Pontífice. Ao não ter conseguido obter da Santa Sé uma informação favorável no processo então aberto, retirou-se de Roma em protesto, acção na qual foi acompanhado pelos cardeais espanhóis. D. Miguel, por seu lado, foi dado como culpado do incidente, o que o tornaria inábil para ser recebido como embaixador. Assim, e depois de ter recusado uma proposta no sentido de ser recebido a título particular, que considerava afrontosa para a sua categoria de embaixador régio, retira-se de Roma, a 11 de Dezembro de 1642. E embora a sua missão fosse no sentido de manifestar a obediência de D. João IV ao Papa, a verdade é que o problema da vacatura dos bispados começava já a fazer parte das preocupações portuguesas, numa altura em que estavam já vários bispados sem prelado. Com efeito, num extenso documento, que faz parte do nosso estudo, produzido durante a sua estadia em Roma e entregue em mão pelo Pe. João de Matos ao cardeal Antonio Barberini[65], antecipa-se já a gravidade de um problema futuro:

> Non est hic omittendum aliud non minus perniciosum inconueniens quod ex dicta exclusione Oratoris praedicti sequitur nimirum uacaturos per plures annos multos in eo Regno Episcopatus, subiturosque necessario Dioecesanos ea omnia incommoda quae teste experientia sustineri solent

63 BORGES 1957, p. 126

64 O relato na primeira pessoa pode ler-se no volume XII do Corpo Diplomático, página 296. Ver também p. 315.

65 Na margem de uma das cópias pode ler-se "Ioannes de mattos Iesuita assistente di Portugallo diede alle eminentissimo C. Barberini."

Sede uacante, quae in ultramarinis maxime in indiarum partibus grauiora adhuc esse solent.[66]

A longa guerra travada a três entre Lisboa, Madrid e Roma no sentido de resolver o problema dos bispados vagos começa, contudo, com uma vitória portuguesa. Com efeito, no Consistório de 18 de Março de 1641 foram preconizados de novo os bispados do Porto e de Portalegre, cujas bulas, anteriores ao 1.º de Dezembro, não tinham sido ainda executadas: a primeira por morte do bispo eleito, a segunda por falta de pagamento. A insistência na provisão destas sés, devida ao cardeal Cueva, tinha certamente por objectivo reafirmar, ao invocar o seu direito de padroado, a legitimidade da posse castelhana, e, consequentemente, a ilegitimidade do movimento restauracionista. Tendo sido, assim, de novo levadas ao Consistório, o partido português consegue que nas bulas não surja Filipe IV "ut Portugalliae et Algarbiorum Rex", expressão que fora mesmo rasurada numa das bulas, sem que nunca se tivesse descoberto o autor de tal ousadia[67]. Esta era, contudo, uma pequena e pouco significativa vitória, perante a dimensão de um problema que se arrastaria durante três longas décadas.

1643

Num primeiro momento, a posição dominante na Santa Sé parece ter sido a de atrasar a provisão dos bispados, numa perspectiva de tentar perceber a evolução política, deixando aos cabidos e vigários capitulares o governo das sés, solução defendida entre outros por Mons. Panziroli, núncio em Madrid, o qual, em cifra datada de 18 de Março de 1643 e dirigida ao Cardeal Secretário, afirma que, com esta solução, maior é o benefício para a Igreja Universal do que o prejuízo para a Igreja de Portugal, razão pela qual não se devia Urbano VIII apoquentar com a dilação nas provisões, antes ficar de consciência tranquila[68], numa altura em que eram já 14 as dioceses vagas, no reino e nas Conquistas.

O Papa não deve, contudo, ter ficado aliviado na sua consciência com estas

66 AQH 222-226
67 Borges 1957, p. 129
68 Borges 1957, p. 130

recomendações, e faz reunir várias vezes a congregação encarregada dos negócios de Portugal. Esta conclui que, embora os bispos portugueses tenham sido providos por suplicação ou petição (*ad supplicationem*) ou por apresentação (*ad praesentationem*), este direito não se deve a qualquer privilégio específico, mas apenas "ex consuetudine tamquam reges Portugalliae"[69]. Além disso, o tantas vezes alegado capítulo 9 da sessão 25 do Concílio de Trento refere efectivamente que o direito de padroado é fruto da posse, não interessando se justa ou injusta, já que o texto refere "reges seu regna possidentes"[70]. Assim, não se pode adiar mais a provisão, sob risco de se perderem as almas, desamparadas de pastores. Acresce a isto o perigo do judaísmo, ainda presente no reino, bem como o risco de virem os bispos a serem eleitos pelos cabidos. Não há, além disso, esperança na recuperação do reino, logo as nomeações feitas por Filipe IV não têm efeito prático. Assim, visto que a Santa Sé sempre usou prover de acordo com as nomeações do possuidor, o Papa deve prover os bispados de Portugal. Por prudência, contudo, devem as bulas vir passadas "ad supplicationem seu nominationem Regis", sem que se indique o nome do rei, de modo a não ofender Filipe IV, a quem de qualquer forma se deve previamente dar disto conhecimento[71].

Apesar da clareza deste significativo parecer, o Papa acabou por não o seguir, muito provavelmente devido, uma vez mais, a factores puramente políticos. Não era, com efeito, tempo de alienar o poderoso apoio espanhol, na sequência da coligação dos príncipes de Itália, que punham pressão sobre os Estados Pontifícios, por sua vez

69 BORGES 1957, p. 131

70 Esta leitura do texto do Concílio era e será, de resto, uma das pedras angulares da argumentação portuguesa, enquanto Madrid tentará fazer valer a interpretação segundo a qual por "regna possidentes" se entende apenas os que detêm pacificamente os reinos.

71 BAV: Chigi R I 4, ff. 246-250. Não fosse esta última recomendação quanto à forma das bulas, e dir-se-ia um documento provindo do partido português: a argumentação, sustentada no Concílio de Trento e no uso da Santa Sé, as prevenções quanto à ameaça do judaísmo e de uma solução de tipo "galicano", o sublinhar da improbabilidade da recuperação do reino por Filipe IV, tudo isto podemos poderemos ler em vários documentos reflectindo a posição portuguesa, dos quais o Memorial de Sousa Coutinho ao Papa Alexandre VII, datado do início de 1656, é um exemplo eloquente (*vide*, além do Memorial propriamente dito, o comentário ao texto, com a discriminação dos seus argumentos principais.

envolvidos na I Guerra de Castro.

A profunda e urgente dependência papal do apoio espanhol é bastante evidente em carta do Cardeal Secretário de Estado ao núncio em Madrid, datada de Maio de 1643[72], na qual se manifesta a intenção de estabelecer uma liga com Espanha, com vantagem para as duas cortes na defesa dos estados italianos de ambas. Para tal, o Papa estaria disposto a fornecer auxílio para a defesa de Milão, e decidira, como prova de boa vontade, não fortificar as suas fronteiras com os reinos de Espanha em Itália. A disponibilidade da Santa Sé vai ao ponto de oferecer dinheiro em troca de apoio, e, finalmente, dar uma solução favorável a Madrid no problema de Portugal. Contudo, se o Rei Católico faltasse ao apoio à Santa Sé e decidisse favorecer os príncipes coligados, então ao Papa não restaria alternativa senão aceitar a obediência de Portugal. Embora Filipe IV não tenha dado resposta, desta carta transparece de forma crua as dificuldades de Portugal numa corte que, assim, se colocava declaradamente do lado espanhol – e por motivos que nada tinham que ver com o negócio religioso.

Por esta altura, nos primeiros meses de 1643, D. João IV envia o Conde da Vidigueira, então embaixador em Paris, em missão extraordinária a Roma cujas instruções se podem ler em carta de 19 de Abril de 1643[73]. Tratava-se de uma missão de obediência, motivada pelas notícias de que o Papa estaria finalmente disposto a receber o embaixador português[74]. O Conde da Vidigueira iria com ordens adicionais para deixar em Roma o Pe. João de Matos, "encomendando-lhe queira, por me servir, fazer ofício de meu Agente para negócios ordinários, enquanto daqui não mando outra pessoa que os possa fazer, o que

72 ASV: S.S. Esp. 86, ff. 220v-224v

73 CD XII, pp. 357-360

74 "Por se ter entendido que Sua Santidade reconhecendo as razões de meu direito na sucessão destes reinos, e as obrigações que lhe correm, como cabeça universal da Igreja Católica, de aceitar, com boa vontade a obediência que lhe mandei oferecer, logo que fui restituído à posse de minha Coroa, que então não quis admitir, e agora, segundo o que me escreveis, detremina aceitar, e que neste caso convirá acudir com toda a brevidade a obrigação de verdadeiro filho da Igreja Romana, enviando àquela corte pessoa que possa representar a minha" (CD XII, p. 357)

será brevemente"[75]. O rumor do envio de um novo embaixador português a Roma faz soar outra vez o alarme em Espanha, que renova as ameaças de corte de relações, como se pode ler em cifra do núncio em Madrid ao Cardeal Secretário, de Abril de 1643, e na qual se insiste na ideia de que a Santa Sé se arrisca a perder a jurisdição eclesiástica em Espanha, para não a perder em Portugal[76].

As continuadas pressões espanholas têm o efeito desejado. O Papa continua, com efeito, hesitante, e na expectativa de uma recuperação do reino por parte de Filipe IV. Em Setembro desse ano de 1643, contudo, acaba por se decidir pelas provisões *de motu proprio*, ao sentir a consciência agravada por tão grande dilação, que se deveu sobretudo à intenção de não ofender o Rei Católico e à convicção de que a recuperação do reino estaria iminente, como se lê em carta do Cardeal Secretário ao núncio em Madrid, data de 12 de Setembro[77].

A notícia da intenção de Urbano VIII de prover *de motu proprio* os bispados vagos de Portugal provocou forte reacção em Madrid. O núncio, depois de muito hesitar sobre como dar a notícia ao rei, acaba por lha fazer chegar, estando Filipe IV em Saragoça, como relata nas cifras ao Cardeal Secretário datadas de 11 e 25 de Novembro de 1643[78]. Contudo, antes de reagir, o Rei Católico procurou, primeiro, resolver assuntos pendentes em Roma, que muito importavam aos interesses castelhanos, nomeadamente o envio de novo embaixador, para substituir o Marquês de los Vélez, que abandonara a cidade na sequência dos confrontos com a comitiva do bispo de Lamego. A escolha recaiu sobre o Conde de Siruela, o que muito desagradou à Santa Sé, que tentou por todos os meios impedir o seu envio. Pela mesma altura, Filipe IV ordena aos cardeais espanhóis que ainda estivessem em Espanha que abandonassem as suas igrejas, e passassem a assistir

75 CD XII, p. 359
76 ASV: S.S. Esp. 86, ff. 258-259, cit. por Borges 1957, p. 135
77 ASV: S.S. Esp. 346, ff. 65v-67v, cit. por Borges 1957, p. 136
78 ASV: S.S. Esp. 87, ff. 52v-53; 57, cit. por Borges 1957, p. 149

permanentemente em Roma, a expensas da Coroa[79]. Mais do que um embaixador, o Rei Católico parecia sobretudo empenhado em ter em Roma um grupo de pressão com acesso privilegiado à Cúria.

1644

Assim, só em 24 de Fevereiro de 1644 o núncio envia para Roma informação do profundo desagrado que a notícia da intenção de Urbano em prover *de motu proprio* as sés vacantes provocara no Rei Católico. Filipe IV, com efeito, fizera saber através do conselheiro José González que consideraria que se lhe faria grande injúria, caso se adoptasse qualquer solução que não a provisão nos nomes por si apresentados, o que o núncio contrariou, ao alegar o caso de Henrique VIII, excomungado por pressão de Carlos V, com a consequente perda da obediência de Inglaterra[80].

Em Lisboa, entretanto, perante os sucessivos fracassos diplomáticos, D. João convoca nova junta de teólogos, por decreto datado de 2 de Dezembro de 1643, no qual, depois de referir todos os esforços empreendidos em vão no sentido de manifestar obediência ao Papa e de obter a provisão dos bispados vagos, encarrega a congregação de estudar e dar resposta às questões expostas[81]. A junta, que reuniu logo nesse mês, apresentou a 22 de Janeiro de 1644 as suas primeiras conclusões, que passavam pela recusa da solução de convocatória de um Concílio Nacional e sagração dos bispos sem recurso à Santa Sé, que considera herética e de influência inglesa e holandesa. Acrescentam os teólogos que o governo das igrejas pode sem prejuízo ficar nas mãos dos cabidos, e que o Papa, se é verdade que ainda não confirmou bispos para as sés vacantes, também verdade é que não disse nunca que não os queria confirmar. Assim, conclui a junta, a solução passa por insistir na confirmação dos bispos pelo Papa, depois de se lhe dar a conhecer de novo a situação[82]. Esta resposta não reflectia, contudo, a opinião de todos os prelados. Com efeito, apesar de ter prevalecido a posição moderada de alguns,

79 BORGES 1957, p. 150
80 ASV: S.S. Esp. 89, ff. 35-42, cit. por BORGES 1957, p. 151
81 ASV: Misc. Arm. I 64, f. 181 (tradução italiana)
82 ASV: Misc. Arm. I 64, f. 178-180 (tradução italiana)

como os bispos de Coimbra e Faro, o Capelão-mor, bispo de Elvas, encabeçava a facção que preconizava a convocatória de um Concílio Nacional[83].

Se, como vimos, em Madrid as nomeações *de motu proprio* eram consideradas injuriosas para o Rei Católico, do lado português a reacção não era substancialmente diferente. Fernando Brandão, agente em Roma, declara, em carta ao Conde da Vidigueira datada de 29 de janeiro de 1644, que a intenção de Urbano VIII de nomear *de motu proprio* as pessoas indicadas pelo rei, mas para bispados diferentes dos pretendidos, é "cosa pregiuditialissima alli nostri interessi", e que "questo non puol esser altro che negotio aggiustato con castigliani, e con il pretesto di remediare in quanto al mondo quello concerne all'anime, fare loro un servitio singolarissimo..."[84].

O rei, por seu lado, em carta ao Pe. João de Matos, datada de 25 de Janeiro de 1644, demonstra uma atitude menos apaixonada. Considerando que embora com as nomeações *de motu proprio*

> se altera o estilo, e ainda parece se prejudica ao direito desta Coroa a que eu devia atender sobre todas as cousas temporais, principalmente passado o triénio da minha posse, e coroação, e por esta rezão vos encomendo o mais apertadamente que posso procureis se passem na forma em que té gora se costumaram expedir, sem cláusula, nem alteraçao em contrário, no que, quando o possais alcançar receberei de vós muito particular serviço. Porém, como o meu primeiro e mais principal intento é acudir a cura das almas dos fiéis que na falta dos prelados padecem o dano que vos é presente, quando as não possais alcançar na forma referida, vos ordeno as expidais na que aponta Ferdinando Brandão na carta do dito bispo eleito, com advertência que na secretaria e ofício por onde se expedirem fique guardada minha nomeação, e cobreis certidão de que ali fica, que virá junto com as bulas, para que nesse Cúria, nesta Corte, e em toda a parte conste que ainda que nas bulas se não faz menção de nomeação minha, se consideram e expediram em vertude dela, e advirtireis mais que nas bulas não venha cláusula algũa de que declaradamente se siga prejuízo a meu direito, e a expedição se fazer assim nesta forma, quando não possais alcançar que se faça na primeira, que vos hei por muito encomendada, me haverei por muito bem servido de vós, e mostrarei a vossas cousas por este

83 BORGES 1957, p. 142
84 CD XII, p. 374

serviço o agradecimento que experimentareis...[85]

O Conde da Vidigueira, a quem D. João enviara cópia da carta a João de Matos, na sua resposta, datada de 20 de Março de 1644[86], enquanto elogia a piedade do rei, desaprova, contudo, esta cedência, ao considerar que uma posição de intransigência, com a consequente manutenção da vacatura das sés, é um modo de fazer pressão sobre a Santa Sé no sentido de reconhecer D. João IV como legítimo rei de Portugal:

> É a primeira e principal ser esta tolerância ou permissão o meo mais certo para que o Papa, dando ũa grande satisfação a Castela, não difira nunca a Vossa Majestade em o recebimento de embaixador, nem em o reconhecimento de sua coroa, pois sabendo-se que Vossa Majestade consente a que ele o não reconheça nas bulas, também ficará quieto a o não reconhecer na embaixada, pois os motivos que o obrigam a não querer exprimir a nomeação, por não declarar a Vossa Majestade, são os mesmos que lhe impedem o reconhecimento solene da obediência que Vossa Majestade lhe manda dar, e assim como é costumne dos príncipes que entram a reinar mandar-lhes embaixadores e de Sua Santidade recebê-los, assi é dereito e costume dessa coroa nomear os bispos, e do Papa aprovar-lhes a nomeação. A causa de Vossa Majestade é ser reconhecido, a causa que Sua Santidade vai sustentando é dilatar esse reconhecimento; e pois como pode deixar de ser prejudicial à de Vossa Majestade o dar-lhe meos para que o não reconheça?
>
> É a segunda rezão ser certo que a maior instância que há, e a que mais aperta a Sua Santidade para reconhecer a Vossa Majestade é o escúpulo de estarem por prover os bispados, e estarem as igrejas sem prelados, e o culto divino com perigos, e em segundo lugar o ser-lhe necessário o dinheiro das letras e das rendas para as despesas da Santa Sé Apostólica. Pois se Sua Santidade com toda esta instância se não resolve a reconhecer a Vossa Majestade, que é o meo para se acudir a tudo, que podemos esperar hoje, que Vossa Majestade lhe desembaraça o escrúpulo, lhe tira a instância e os apertos, consentido em um meo pelo qual acode ele a tudo o que deseja, e fica continuando com Castela, fazendo-lhe grande merecimento de não nomear a Vossa Majestade [...][87]

85 CD XII, pp. 370-371
86 CD XII, pp. 379-381
87 CD XII, pp. 380-381

Esta visão política e pragmática do problema acabou por convencer o rei, que em carta datada de 20 de Abril desse ano de 1644 declara ao Conde Almirante que

> pareceram-me tão bem as razões de vossa carta de 20 do passado, sobre se não haverem de aeitar as letras dos bispados vagos, sem se fazer nelas menção de que são passadas, e confirmados os prelados, em vertude de nomeações minhas, que logo no mesmo dia em que se me leu, mandei revogar aquela ordem, em primeira via por ũa setia, que daqui partiu para Itália, e em segunda em companhia desta vossa carta, para que assi possa chegar a Roma com maior certeza de se não perder, pelo que procurareis logo que receberdes esta carta enviar com toda a brevidade e segurança a que com ela vai para o Padre João de Matos.[88]

O Papa estaria, porém, aparentemente receptivo à solução dos documentos secretos, pois em carta a Filipe IV, datada de 17 de Abril de 1644, o cardeal Montalto diz que, embora fosse intenção do Papa enviar bispos titulares, o Cardeal Secretário "tinha concedido ao Ministro do rebelde de prover os bispados com uma nomeação feita secretamente com a cláusula *sine praeiudicio* de sua Majestade"[89]. Madrid reage violentamente a esta solução com a ameaça renovada de corte de relações com Roma, numa demonstração de que a opinião do Conde da Vidigueira[90], segundo a qual a solução das nomeações *de motu proprio* daria "ũa grande satisfação a Castela".

Em Lisboa, entretanto, e depois de ter notícia de que o Papa persiste na sua recusa em prover os bispados de acordo com forma antiga, o rei solicita ao Conde da Vidigueira, em carta datada de 13 de Junho de 1644, que peça a intervenção do Rei Cristianíssimo e de Mazarino, no sentido de que

> […] com todo o calor recomendem ao embaixador e cardeais de França que estão em Roma que façam as instâncias necessárias para que Sua Santidade aceite minha obediência, como é justo, e

88 CD XII, p. 385
89 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg. 3008, cit. por BORGES 1957, p. 158
90 BORGES 1957, p. 159

> receba minha embaixada, que é o ponto principal em que vai tudo, pois para satisfazer ao zelo de meus vassalos, que se queixavam já de meu sofrimento, fiz fazer ũa junta com cujas resoluções o justificasse, buscando meos para não ser culpado na remissão de meu sentimento, e que advirtam aos ministros de Sua Santidade do prejuízo que há na dilação, com certeza de que se com as últimas instâncias que se lhe fizerem por minha parte, se não resolver receber meu embaixador, e dar satisfação a palavra que se deu ao Padre Frei Miguel Mazarini, mestre do Sacro Palácio, embaixador dessa coroa, me será forçoso usar dos meos que convém à autoridade e conservação de meus reinos, sem que alguém possa culpar-me, e que do mesmo modo avisem que eu não receberei nem admitirei provimento algum em os bispados e prelazias que estão vagas sem ser na forma em que se passaram sempre a nomeação dos reis meus avós [...].[91]

Das palavras fortes, da posição de intransigência, e sobretudo daquela ameaça explícita de que lhe será "forçoso usar dos meos que convém à autoridade e conservação de meus reinos, sem que alguém possa culpar-me", em caso de nova recusa papal, daqui se pode depreender a força que de novo estava a ganhar, entre os teólogos portugueses, nomeadamente os que se haviam reunido na junta convocada em Dezembro de 1643, a hipótese de convocatória de um Concílio Nacional, com a eleição de um patriarca que consagrasse os bispos, sem recurso ao Papa. O impulso não parece, contudo, ter sido duradouro, pois apenas 10 dias depois, em nova carta ao embaixador em Paris, D. João reconhece que

> […] por mais que desejo seguir vosso parecer[92], assi pela autoridade de vosso, como por me parecerem muito poderosas as razões em que se funda, não está em minha mão em matérias de direito apartar-me daquilo que me dizem é conforme à justiça.[93]

Na mesma carta, dá notícia de que o Estado Eclesiástico fazia mais uma tentativa no

91 CD XII, pp. 391-392

92 Ou seja, o expresso na referida carta de 24 de Março desse ano, na qual desaconselhava o rei a aceitar as provisões *de motu proprio*.

93 CD XII, pp. 392-393

sentido de convencer Urbano VIII a tomar uma decisão favorável a Portugal, ao enviar a Roma o Prior de Cedofeita, Nicolau Monteiro,

> eclesiástico de grandes partes, letras e vertude [...] [o qual] não leva carta nem algũa ordem minha, nem eu sofri que para esta deligência se nomeasse ministro meu, como a princípio se tentou[94].

É possível que com este distanciamento, com a recusa de que Nicolau Monteiro fosse como seu embaixador, D. João pretendesse significar perante a Santa Sé o seu desagrado, e o risco que, apesar do tom mais suave desta carta, ainda havia de uma cisão entre Lisboa e Roma. Não é, todavia, de descartar a hipótese de o próprio rei estar por detrás do envio do Prior de Cedofeita, sob pretexto de ser apenas enviado do Estado Eclesiástico[95], talvez para salvar a face em caso de novo falhanço.

A morte de Urbano VIII, cerca de um mês depois, a 29 de Julho, acabou, no entanto, por baralhar de novo os dados, ainda antes da chegada de Nicolau Monteiro a Roma.

2. Pontificado de Inocêncio X

Com a morte de Urbano VIII renasce a esperança portuguesa numa resolução do problema, mais ainda quando se esperava a eleição de um Papa ligado à facção francesa, num conclave dominado pelos Barberini. A 15 de Setembro, contudo, a escolha recaiu no cardeal Giovanni Battista Panfili, ligado à facção espanhola, mau grado a obtenção do cardinalato se ter devido à influência francesa. Ainda assim não esmoreceram as esperanças, pois o novo Papa, com o nome de Inocêncio X, fora um dos cardeais da congregação reunida por Urbano VIII que decidira a favor da recepção de D. Miguel, em 1641. Inocêncio X manifestara mesmo pessoalmente essa opinião, como não deixará de

94 CD XII, p. 393
95 ALMEIDA 1968, p. 338

recordar, no seu Memorial ao Papa, de 1656, o embaixador Sousa Coutinho:

> Hebbero in tanto largo campo di adoprarsi le diligenze di Spagna, ma non poterono già impedire, che in una congregatione di Eminentissimi Cardinali deputata à questo effetto, non si risoluesse, che passati tre anni di possesso, fusse il Re mio Signore riconosciuto, e riceuuti in Roma li suoi Ambasciatori. Fù uno de Cardinali della Congregatione il signore Cardinale Pamfilio, dipoi Papa Innocentio X.º, che fù particolarmente di questo parere.[96]

D. João IV decide então enviar a Roma o Conde da Vidigueira, ainda antes de tomar conhecimento da eleição de Inocêncio X, com a recomendação expressa de que não partisse sem o parecer favorável da rainha e de Mazarino e a certeza de que seria admitido. As instruções seriam as mesmas que já D. Miguel levara, com a recomendação adicional de tentar obter uma decisão favorável quanto à inclusão de Portugal nas negociações de paz a decorrer em Münster, como se pode ler em carta ao embaixador, datada de 18 de Setembro de 1644[97].

1645

A verdade é que, muito graças as diligências de Grémonville, embaixador francês em Veneza em missão extraordinária a Roma, a situação parecia caminhar no sentido de uma solução favorável, no que respeita à admissão das provisões nas pessoas apresentadas por D. João. É o que se depreende de uma carta do Conde de Siruela, embaixador castelhano, a Filipe IV, datada de 18 de Fevereiro de 1645[98], bem como de duas cartas do Conde da Vidigueira, que ainda se achava em Paris à espera da recomendada certeza do êxito da sua missão a Roma, datadas de 18 e 19 de Fevereiro de 1645, e dirigidas ao rei:

> Em 16 do presente, pela manhã, tive audiência do Cardeal Mazarini [...] Passou logo às cousas de Roma, dizendo-me que se entendia que Sua Santidade se despunha a diferir a Vossa Majestade, e a

96 MSC 398-403
97 CD XII, pp. 401
98 BORGES 1957, p. 162-163

> receber seu embaixador [...]. Deteve-se esta carta até hoje, 19, em que chegou o correo de Roma, e com ele essa carta do Doutor Nicolau Monteiro para Vossa Majestade, avisa-me de sua audiência, de que fico com grande gosto por entender a boa disposição que Sua Santidade vai monstrando para difirir os bispados, e ainda ao recebimento de embaixador, o que não contradisse, e confirma com isso, o que me disse o Cardeal Mazarini, e o que se publicou por todas as novas particulares que vêm há três correios de Roma [...].[99]

Esperanças e certezas vãs. Inocêncio X em breve retomaria as hesitações e dilações do seu antecessor. No seu ânimo terá pesado uma carta do Rei Católico, datada de 6 de Abril de 1645, na qual enviava uma lista de nomes para a provisão dos arcebispados de Lisboa (D. Francisco de Castro), Évora (D. Pedro de Lencastre) e Braga (Fr. João de Vasconcelos), e para os bispados da Guarda (D. António de Mendonça), Lamego (D. Pedro de Meneses), Viseu (D. Diogo Lobo), Porto (Fr. Martinho Moniz) e Portalegre (D. Luís da Silveira)[100]. Junto seguia carta para o seu embaixador, o Conde de Siruela, em que preconizava uma estratégia semelhante à que D. João IV concebera, mas da qual fora demovido pelo Conde da Vidigueira: o Rei Católico aceitava as nomeações *de motu proprio*, conquanto "em segredo se passe um breve do qual constem as minhas apresentações e tudo o que Sua Santidade dispõe, ficando assim conservado e salvo o meu direito."[101]

Acrescentava Filipe IV que, caso D. João IV recusasse as nomeações nestes termos, então a Santa Sé deveria agir contra ele. Começa, assim, Madrid a trilhar o caminho que levará, uma década mais tarde, à aceitação sem condições aparentes das nomeações de *motu proprio*, fazendo recair em D. João, ao recusá-las, a responsabilidade pela situação dramática da Igreja de Portugal.

Começava-se, igualmente, a considerar a solução de envio de bispos titulares italianos, bem como a escolha a partir de uma lista de nomes não suspeitos a nenhum dos

99 CD XIII, pp. 13-14
100 BORGES 1957, p. 164, n. 86
101 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg.3107, cit. por BORGES 1957, pp. 164-165

reis[102], soluções consideradas no elenco dos remédios de direito propostos pelo autor da BD, em 1655[103].

D. João IV, por seu lado, mantinha a sua intransigência, ao recusar outra solução senão a provisão não só de acordo com o uso antes da posse castelhana, mas *ad praesentationem*, e não *ad supplicationem*, como se lê em carta de 22 de Abril de 1645 a Nicolau Monteiro:

> E assi vos ordeno que, se Sua Santidade mandar passar bulas aos nomeados por mim, sem alteração nem diferença das que se passavam no tempo dos outros reis que possuiram esta Coroa, as aceiteis e expidais, e lá se avenham embora os nomeados por Castela, de que porocurareis não ter notícia nem sabedoria algũa, advertindo porém que as bulas hão-de ser passadas não *ad supplicationem*, como ouve algũas nos tempos mais antigos de Portugal, senão *ad nominationem et praesentationem*, e que se há-de declarar mais "Ioanis Quarti Portugalliae Regis", e com as mesmas e formais palavras com que nestes últimos tempos se expediam as letras dos prelados, de que aí tendes os registos, sem mais nem menos hũa palavra, por ser isto o mesmo que se tem escrito por vezes ao Padre João de Matos, e o que aqui se vos ordenou, e só podereis admitir a cláusula *sine praeiuditio tertii*, procurando contudo quanto vos for possível porque té esta se tire das bulas, e só a consentireis no caso que não puderdes vencer outra cousa. A cláusula e modo de o Papa prover os bispados de seu *motu proprio*, ainda que nos nomeados por mim (em que também se vos falou), é impraticável, como já tendes entendido; e porque ainda que o Papa não satisfaça a sua obrigação, dilatando dar Pastores a tantas ovelhas como as que estão sem eles em vinte bispados, que tantos estão vagos neste reino e suas conquistas, não quero eu deixar de fazer a minha, nomeando as pessoas que para eles há [...].[104]

Por esta carta se nota também que a alegada dissociação do rei em relação à missão de Nicolau Monteiro era mais aparente do que efectiva.

O prior de Cedofeita não se achava, porém, seguro em Roma. Na referida carta ao Conde de Siruela, datada de 6 de Abril, Filipe IV recomenda ao seu embaixador que tente

102 Borges 1957, p. 166
103 BD, vol. I, ll. 114 et seqq.
104 CD XIII, p. 31-32

"atalhar com particular vigilância e por todos os meios os intentos do Abade de Cedofeita."[105] O que o Rei Católico não sabia, contudo, era que o seu embaixador já fizera mesmo uso de todos os meios para atalhar Nicolau Monteiro.

A 2 de Abril desse ano de 1645, um grupo de soldados reformados, alegadamente a soldo de Siruela, atacara a tiro a comitiva do enviado português, por volta da meia noite, em Santa Maria do Pópulo[106]. O prior de Cedofeita escapou ileso, mas o caso, tal como anteriormente o ataque ao bispo de Lamego, causou forte comoção em Roma. Inocêncio X, que no próprio dia enviara ao prior de Cedofeita um mensageiro a manifestar-lhe o seu pesar[107], ficou profundamente desagradado, como fez saber aos cardeais espanhóis Cueva e Albornoz.

Em carta de 8 de Abril, o Cardeal Secretário ordena ao núncio em Madrid que reúna com Filipe IV, de modo a tentar perceber até que ponto estava envolvida a embaixada espanhola no caso[108]. O caso não era, contudo, inesperado. Com efeito, o Papa havia sido avisado pelo embaixador francês de que se verificava um ajuntamento de militares na casa do embaixador espanhol. O cardeal Albornoz descansara, no entanto, Inocêncio, garantindo que as informações não correspondiam à verdade[109]. Assim, mais do que acção em si, talvez tenha pesado sobretudo na reacção do Pontífice a traição, o sentimento de ter sido defraudado. O incidente causou, com efeito, um grande transtorno nas relações entre o Papa e Siruela, que não só ignorou as ordens no sentido de entregar os atacantes, como continuou a patrocinar novas desordens, perante o incómodo até da comunidade espanhola de Roma, a quem desagradou quer o atentado, quer a relativa benevolência do Papa.

Siruela, por seu lado, negou qualquer envolvimento no caso, o que terá levado

105 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg.3107, cit. por BORGES 1957, p. 165

106 A narrativa do incidente, pela mão do próprio Nicolau Monteiro, encontra-se nas páginas 19-21 do volume XIII do Corpo Diplomático.

107 CD XIII, p. 21

108 BORGES 1957, pp. 168-169

109 BORGES 1957, p. 169

Filipe IV, na audiência concedida ao núncio, a reiterar a ausência de qualquer envolvimento espanhol no incidente. Ainda assim, ordena a Siruela que abandone imediatamente a Urbe, em despacho lá chegado a 5 de Agosto.

Apesar do desagrado da Santa Sé em relação ao sucesso, soava, no entanto, com mais força a preocupação de não parecer, com a sua indignação, estar do lado de Portugal. Assim, em cifra do Cardeal Secretário ao núncio, datada de 13 de Agosto, pede-se que não insista tanto na agressão, mas mais nas más relações que sempre haviam existido entre o Papa e Siruela[110].

Na corte de Lisboa a notícia do ataque provocou, compreensivelmente, profundo desagrado. O rei, ao considerar que nada havia a esperar já de Inocêncio, manda regressar não só Nicolau Monteiro, como todos os residentes em Roma, e, decidido a resolver de uma vez o problema, convoca nova junta, como refere em carta ao Conde da Vidigueira, datada de 22 de Junho:

> […] e confesso-vos que tive muito particular sentimento deste desastre, assi pela grande estimação que faço da pessoa do prior, como porque este sucesso, a que se não atreveram os castelhanos se não tiveram em Sua Santidade confiança para o cometer, me serve de último desangano para o que posso esperar do pontificado de Inocêncio 10. Resolvi-me em mandar recolher logo ao reino ao prior, e noteficar às pessoas que nele têm benefícios, e assistem na Cúria, os venham comer ao reino, por ser necessário a sua defensa e conservação, e convocar ũa junta, pelo decreto cuja cópia será com esta, e enviar da mesma sustância propostas às universidades de Coimbra e Évora, para que, considerada por todos a matéria, tome por ũa vez, com geral aprovação do reino, resolução nas matérias de Roma.[111]

Na mente do rei paira de novo, depreende-se da oração final que conclui o excerto citado, a hipótese de uma solução que passasse pela sagração dos bispos sem recurso ao Papa. A junta, contudo, à semelhança da anterior, toma uma atitude moderada, ao

110 BORGES 1957, pp. 170-174
111 CD XIII, p. 67

considerar que, em relação ao caso do ataque contra Nicolau Monteiro, o Papa agiu correctamente, dando pública manifestação de desagrado. No que respeita às provisões de *motu proprio*, declara que em nada agravam o rei[112]. Quanto à hipótese de sagração de bispos sem recurso ao Papa, diz a tradução italiana presente no ASV que "è cosa fuori d'ogni raggioni", além de heterodoxa. Declara ainda, a respeito da hipótese de expulsão do vice-coleitor, que seria acção inadmissível e merecedora de excomunhão, concluindo com a aprovação da ordem de regresso de todos os portugueses assistentes em Roma, bem como com a proibição de saída de dinheiro para a Cúria. Estava, assim, uma vez mais afastada a hipótese de uma cisão com Roma, neste braço de ferro permanente entre os que colocavam acima de tudo a solução do problema religioso, representados no caso por esta junta, e os que não transigiam na prioridade da solução política do problema.

Inocêncio X reúne, entretanto, uma congregação de cardeais e outros prelados, que lhe recomendam que não atrase mais a resolução do problema, sob pena de não dar cumprimento ao preceito evangélico que lhe ordena "pasce oues meas", acusação de que, no entanto, Inocêncio não se livrará, nomeadamente no Memorial de Sousa Coutinho a Alexandre VII, do início de 1656[113]. Contudo, a solução teria de passar por não prejudicar os direitos de Filipe IV, o que se traduziria na provisão *de motu proprio*, como se pode ler no breve enviado pelo Papa ao Rei Católico, datado de 22 de Abril de 1645, no qual declara que não se faz, com este modo de provisão, qualquer injúria ao direito do Rei Católico[114]. A Santa Sé tinha, além disso, a perfeita consciência de que D. João, cujas solicitações recordava nunca tinham sido atendidas, nunca aceitaria esta solução, como se pode ler em carta do Cardeal Secretário de Estado ao núncio em Madrid, datada de 29 de Abril de 1645[115].

112 ASV: S.S. Portogallo 24A, ff. 138-139 (tradução italiana)
113 MSC 209-216
114 BAV: Chigi R I 4, f. 267
115 ASV: S.S. Esp. 88, ff. 22-23, cit. por BORGES 1957, p. 182

As provisões *de motu proprio*

Provavelmente querendo desta forma aliviar a sua consciência, mesmo consciente de que D. João IV nunca aceitaria estas provisões, ainda assim Inocêncio X decide prover de de *motu proprio*, em consistório de 15 de Maio de 1645, três bispados portugueses, nos nomes propostos pelo rei: Guarda, Miranda e Viseu[116]. A também pouca satisfação espanhola com esta solução manifestou-se de forma clara no facto de que, além de a esse consistório terem faltado os quatro cardeais espanhóis (Albornoz, Cueva, Montalto e Trivulcio) e dez sob a sua influência, o partido espanhol tentou por todos os meios impedir a realização destas provisões[117]. Em carta datada desse mesmo dia ao núncio em Madrid, o Cardeal Secretário explica a falta ao consistório pelo facto de

> não se verem obrigados a louvar esta determinação, como é costume nas provisões dos bispados, o que eles impugnavam, ou a faltarem ao respeito e reverência devidos a Sua Santidade.[118]

Na mesma carta, o cardeal Antonio Barberini justifica a decisão do Papa em prover aquelas igrejas com o perigo do judaísmo e do contacto com a heresia, no que coincide com alguma da argumentação portuguesa no mesmo sentido, de que é exemplo o Memorial de Sousa Coutinho[119]. A ideia é, aliás, clara em outra carta, com a mesma data, na qual declara que

> Sua Santidade persuade-se ainda de que da conservação da religião naquele reino depende principalmente a viabilidade de o readquirir, porque, perdida a profissão católica, aqueles povos mudarão em total aversão a inclinação que talvez alguns deles ainda conservam ao domínio desta Coroa, e ficará impedida toda a entrada àquelas inteligências que, introduzidas por meio da religião, dariam às armas de Sua Majestade grande e fácil realização.[120]

Para a Santa Sé, portanto, a provisão *de motu proprio* não passava de um compasso

116 Almeida 1968, p. 339
117 Borges 1957, p. 183
118 ASV: S.S: Esp. 88, f. 26, cit. por Borges 1957, p. 183
119 É o caso, entre outros de MSC, vol. I, ll. 113 et seqq.
120 ASV: S.S: Esp. 88, f. 26, cit. por Borges 1957, p. 183-184

de espera, favorável ao Rei Católico, enquanto se esperava a recuperação do reino de Portugal. Ou pelo menos assim se declara a Madrid, em 1645, ainda que se possa admitir tratar-se em parte de estratégia da Sé Apostólica, de modo a não afrontar o seu poderoso aliado.

D. João, por seu lado, recusa as provisões de 15 de Maio. Em Lisboa, com efeito, a posição mantinha-se de total intransigência, uma vez que se considerava a solução do problema religioso indissociável do reconhecimento da posse de D. João IV. Assim, qualquer solução que não passasse pelo reconhecimento dos seus direitos, com a aceitação das suas apresentações, era considerada, como temos visto, inadmissível. Disto fazia Nicolau Monteiro eco em Roma, como relata ao rei em carta datada de 20 de Maio de 1645, ao manifestar ao cardeal Spada o seu desapontamento com a situação, que considerava mais política do que religiosa, ao que Spada lhe respondeu que acto político seria decidir a quem pertencia o direito de padroado, sendo puramente eclesiástico o simples acto de prover as igrejas[121] – uma resposta que hoje se poderia chamar "politicamente correcta". Nicolau Monteiro remata a azeda prática manifestando o desejo de que Deus castigasse Castela e a sua prepotência, recordando que "Leanor Rodrigues vira a Cristo Nosso Senhor com as costas viradas para aquele reino, e com os braços abertos para o de Vossa Majestade, e que assim esperava o fizesse o seu Vigário na terra."[122]

Na mesma carta revela, ainda, que fez saber a um deputado da Congregação o sentir de D. João IV sobre as nomeações de *motu proprio*:

> Vesitando despois a um deputado da Congregação, me disse debaixo de segredo de confissão, e obrigando com juramento a não descobri-lo, que se podia aceitar a provisão das igrejas *motu proprio*, porque se passaria um breve secreto em que, sendo Vossa Majestade nomeado por rei, se declarasse

121 CD XIII, p. 45. A questão é, porém mais complexa do que à primeira vista poderá parecer. Com efeito, criada na segunda metade do século XVI, a congregação *Propaganda Fide* tomara a seu cargo a administração dos negócios religiosos dos territórios sem hierarquia eclesiástica definida. O cardeal Spada referir-se-á, também, a isto.

122 CD XIII, p. 48

> que pela forma daquela provisão se não prejudicava ao direito de Vossa Majestade, e porém lhe respondi que nem assi havia Vossa Majestade de aceitar aquela provisão e resolução de Sua Santidade, e que assi esperava que Sua Santidade a desse de novo como a justiça e qualidade da causa pedia.[123]

As recomendações do Conde da Vidigueira continuavam, pois, a ecoar na mente do rei e dos que por ele respondiam, e, numa progressão no grau de intransigência, já nem a hipótese do reconhecimento em breve secreto se considerava aceitável. O embaixador em França, por seu lado, em carta a Nicolau Monteiro datada de 6 de Junho[124], declara que recebeu a notícia das nomeações *de motu proprio*

> … com tal sentimento que o não posso encarecer, basta dizer que se não foi com lágrimas, como o sucesso merece, que foi com a maior pena e desgosto que podia imaginar-se, considerando o agravo que Sua Santidade continuava a Sua Majestade e a todo o reino, contra as vivas rezões de justiça que vossa mercê lhe havia proposto …[125]

Acrescenta ainda o Conde da Vidigueira que "nenhũa dúvida pode haver em que os castelhanos trataram e agenciaram esta resolução", recordando que já em tempo de Urbano VIII esta hipótese tinha sido proposta e recusada pelo rei, e que, não havendo já nada a esperar do Papa, era tempo de Nicolau Monteiro regressar ao reino.

A insistência dos dois homens na inadmissibilidade das nomeações de *motu proprio* era, contudo, aparentemente desnecessária, dadas as ordens anteriores do rei nesse sentido, como se pode ler em comunicação do vice-coleitor para Roma, datada de 24 de Julho desse ano de 1645[126]. Ainda assim, D. João IV manda reunir nova junta para deliberar sobre os assuntos de Roma, mas antecipadamente decidido a não aceitar a solução das provisões de *motu proprio*, se fosse essa a deliberação, como refere em carta ao Conde da Vidigueira, datada de 16 de Agosto:

123 CD XIII, p. 48
124 CD XIII, pp. 53-59
125 CD XIII, p. 53
126 BORGES 1957, p. 186

> Já vos mandei escrever que mandara ver em ũa junta das pessoas de maior importância do reino as matérias de Roma, e que pelo que ali pareceu não conveo por então passar a demonstração algũa das que há tantos dias me aponta vosso zelo. Agora tornei a mandar ver a mesma matéria, e o que sobre ele acreceu de novo, em outra junta de diferentes ministros, e nas universidades de Coimbra e Évora [...] Do que resultar desta deligência se vos fará aviso. Impraticável cousa é falar em confirmação de *motu proprio*, despois de haver cinco anos que com tão justificado título estou possuidor desta Coroa, assi se escreve ao Doutor Nicolau Monteiro, a João de Matos, e ao residente da Companhia que lhe suceder, acrecentando que, enquanto Sua Santidade não melhorar a resolução nos três bispados que confirmou, se lhe não ofereçam papéis de nenhum dos outros para que tenho nomeado pessoas.[127]

Por esses dias, Nicolau Monteiro, ainda em Roma, envia ao rei, em carta datada de 20 de Julho[128], uma exposição onde enuncia 14 razões pelas quais demonstra que, se é evidente que as igrejas têm de ser providas "à petição de Vossa Majestade nas pessoas que pede", contudo "não é tanto sem dúvida" que devam ser providas por apresentação.

Nicolau Monteiro começa por demonstrar as razões pelas quais as igrejas do reino devem ser providas por apresentação e não por suplicação:

1. Por ter sido o reino libertado das mãos dos infiéis.
2. Por terem os reis portugueeses fundado, edificado e dotado as catedrais das terras libertadas.
3. Por privilégio apostólico, como se prova pelas provisões feitas pelos Reis Católicos, enquanto reis de Portugal.
4. Porque assim o dizem os juristas, apesar de se terem perdido os documentos que comprovavam o privilégio, provavelmente por ocasião de guerras.
5. Porque há um breve de Alexandre VI de 21 de Maio de 1508 no qual o Papa declara que a próxima provisão do arcebispado de Braga será feita por apresentação do rei.

127 CD XIII, p. 87
128 CD XIII, pp. 73-83

6. Porque de outro breve, passado a 15 de Julho de 1547 por Paulo III, se depreende que "o Papa tinha a nomeação nos [bispados] que vagavam na Cúria, e não nos que vagavam em Portugal".
7. Porque do breve da criação do bispado de Miranda, passado a 22 de Maio de 1545, se depreende das palavras "de consilio et de consensu" que pertence aos reis o direito de padroado.
8. Porque o privilégio concedido aos reis de Espanha desde tempos antigos se comunicou a Portugal por via de D. Teresa, filha de Afonso VI, a D. Henrique e sua descendência.
9. Por costume imemorial.
10. Não obsta o uso indiferenciado de *ad supplicationem* e *ad praesentationem*, pois "isso era por então se reparar pouco em palavras, e não haver para atentar nelas, quando na sustância eram providas as pessoas que eles apresentavam".
11. Porque Jorge de Cabedo refere que não sejam providas as catedrais em pessoas suspeitas aos reis, ou seja, as que não forem as apresentadas por eles.
12. Porque ainda que não houvesse o privilégio referido em 3, os Reis Católicos apresentaram recorrendo a ele.
13. Porque é costume geral em toda a cristandade prover por apresentação dos possuidores do território.
14. Porque sendo a mesma coisa, na substância, prover por apresentação ou por suplicação, não há razão para não se conceder a provisão por apresentação.

Expostas estas 14 razões para se admitirem as apresentações de D. João[129], Nicolau Monteiro concede que, uma vez que se requerem provas documentais, que em alguns casos não existem[130], a prova não é segura, e passa a contrargumentar as suas próprias

129 CD XIII, pp. 73-76

130 Existe, contudo, e é curioso Nicolau Monteiro não o referir, uma bula de Nicolau V, de 18 de Junho de 1452, que concede a D. Afonso V e sucessores a posse dos territórios e padroados conquistados aos

razões[131]. Assim, conclui Nicolau Monteiro que, em primeiro lugar, não há dúvida de que os reis de Portugal têm direito de suplicação, mas que "o haverem de ser providas as ditas igrejas à apresentação de Vossa Majestade, e nas pessoas por Vossa Majestade apresentadas, não é tanto sem dúvida, que lha não sintam muitos, e que até eu, a quem como o zelo de ver as cousas desse reino de Vossa Majestade no maior auge, não deixo de sentir-lha grande", o que todavia não o impedirá de, mesmo contra o seu sentir, continuar a defender publicamente que sejam as igrejas de Portugal providas por apresentação de D. João IV, e como eram apresentadas durante a União Dinástica. Recomenda ainda que D. João IV se satisfaça "com esta forma de provisão [por suplicação] por ora", dado o prejuízo que a dilação traz às igrejas[132].

É perfeitamente evidente, a partir desta carta, onde se lê o coração de um homem que abertamente defende o direito de apresentação dos reis de Portugal, mas que no seu íntimo reconhece que com justiça só lhes assiste sem dúvida o direito de suplicação, é evidente a partir desta carta desassombrada a complexidade do problema, que é a um tempo político e religioso.

Esta exposição de Nicolau Monteiro não se pode desligar do facto de que, por essa altura, se procurava, na Santa Sé, dilucidar a questão do direito de padroado português, ou seja, se as provisões deveriam ser feitas por suplicação ou por apresentação. É provavelmente testemunha destas diligências o documento AEP, no qual se listam as provisões feitas para todas as sés do reino e Conquistas entre 1540 e 1609, ou seja, antes de os Reis Católicos passarem a usar o privilégio que fora concedido a Carlos V por Adriano VI, e confirmado por Clemente VII e Paulo III, e após 1610, data em que em passou a ser usado esse privilégio também para o reino de Portugal – ou, seguindo a designação do documento, as provisões feitas num "status prior" à utilização do privilégio, e as feitas no

mouros, em África. Embora Nicolau Monteiro aqui se refira apenas aos padroados do reino, e a bula aos das conquistas, não deixa de ser um dado importante.

131 CD XIII, pp. 76-82

132 CD XIII, pp. 82-83

"status posterior"[133]. Outras listas terão sido feitas, como se pode depreender de alguns passos de outros documentos deste estudo que apresentam igualmente listas de provisões, incluindo os nomes dos providos, como é o caso da BD[134], da EA[135] e da EV[136].

Também por esta altura, segundo Antunes Borges[137], em Portugal exigia-se a aplicação do referido privilégio concedido por Adriano VI aos reis de Castela, em virtude da União Dinástica, já que, como referimos, as provisões eram feitas enquanto reis de Portugal, e vão nesse sentido as instruções de D. João IV a Manuel Carrilho, datadas de 11 de Outubro de 1648[138]. Contudo, a EV, datada de 1656, dedica uma parte significativa da sua argumentação a tentar provar precisamente o inverso, ou seja, que os reis de Portugal não precisam das apresentações dos Reis Católicos para provarem o seu direito de apresentação, que é anterior. Mais, as apresentações dos Reis Católicos só provam que esse direito lhes era anterior, já que, como longamente demonstra o autor da EV, esse privilégio não se pode estender a Portugal[139]. Finalmente, o próprio título do documento diz taxativamente que se pretendem as provisões tal como eram feitas antes de 1580:

> Elucidatio Veritatis contra Apologeticam Epistolam Anonimi scribentis contra Anonimum ueris potius rationibus, quam calamo urgentem apud Sanctam Sedem pro admissione Oratoris obedientiae Regis Lusitaniae, necnon pro Ecclesiarum prouisione ab ipsomet Rege facienda iuxta stylum, et Iura Regum praedecessorum suorum ante tempus detentionis Philippi 2.di Regis Castellae.[140]

O argumento de que o privilégio de Adriano VI se estendia a Portugal era, com

133 BAV: Chigi R. I 4, ff. 256-265
134 BD, vol. I, ll. 153 et seqq.
135 A EA, no entanto, copia textualmente da BD a sua lista de provisões.
136 EV, vol. I, ll. 521 et seqq.
137 Borges 1957, p. 189
138 "[...] só mandei requerer a expedição de letras na forma em que se concediam ao reino no tempo da intrusão dos reis de Castela, ou nas que se concediam aos senhores reis de Portugal meus progenitores..." (CD XIII, 0. 169)
139 EV, vol. I, ll. 824 et seqq.
140 EV, vol. I, ll. 1-5

efeito, contraproducente, não só porque com ele se presumia a legitimidade da posse dos Filipes, já que de outra forma não se entende como poderia o partido português reivindicá-lo, mas também porque justificar com ele o direito de apresentação de D. João IV implicava enfraquecer o argumento de que os reis de Portugal por si só possuíam esse direito.

À margem desta discussão sobre se os reis de Portugal têm direito de apresentação ou apenas de suplicação, debate que ainda em 1655-1656 decorria, como se pode verificar quer na BD, quer na EA, que lhe dedica inclusivamente todo o Motivo I da Dúvida II[141], quer na EV, fazia-se entretanto pressão sobre o rei no sentido de aceitar as provisões de *motu proprio* preconizadas por Inocêncio X. O vice-coleitor entrega, no final de 1645, a D. João IV uma exposição sobre o assunto, que no entanto lhe declara que nada achou nela que o convencesse a mudar de posição[142]. Também as Cortes, reunidas em Lisboa em 1645-1646, insistem na aceitação, chegando ao ponto de os três bispos eleitos proporem renunciar aos seus bispados, de forma a permitir a eleição de outros nomes[143].

1646

No início de 1646, a 12 de Janeiro, saiu finalmente de Roma Nicolau Monteiro, como testemunha Fernando Brandão em carta ao Conde da Vidigueira, datada de 15 de Janeiro[144], encerrando-se mais um capítulo nesta longa batalha diplomática.

Tendo decorrido sem desenvolvimentos significativos, o ano termina com o polémico envio a Roma do vice-coleitor por ordem do rei, com o objectivo de expor ao Papa as razões de Portugal. A partida dá-se em Novembro, e não faltou quem visse nesta viagem não uma missão, mas uma expulsão. Contudo, e como nota Antunes Borges[145], a Santa Sé não tomou qualquer acção contra D. João IV, o que seria impossível se de facto tivesse ocorrido a expulsão do vice-coleitor[146]. A missão, contudo, não proporcionou nada

141 EA, vol. I, ll. 120 et seqq.

142 Borges 1957, p. 190

1647

143 Borges 1957, p. 191

144 CD XIII, p. 114

145 Borges 1957, p. 193

146 Não obstante, o próprio embaixador Sousa Coutinho, em carta do início de 1652 ao rei, parece falar de expulsão, quando diz "quando Vossa Majestade lançou do reino ao vice-coleitor, mandara pôr cerco ao

de relevante, se não tivermos em conta a polémica aludida, e foi mesmo considerada com reserva por alguns, como o Marquês de Nisa[147], que em carta a Nuno da Cunha, datada de 1 de Março de 1647[148], diz estimar "que a chegada do vice-coleitor não haja causado grande alteração no Papa".

Era, entretanto, generalizada a convicção de que a resolução do problema estaria para breve. Assim, em carta ao Marquês de Nisa, datada de 12 de Julho de 1647, o rei manifesta o seu contentamento, ao saber por carta do frade agostinho Manuel Pacheco, datada de 10 de Março e reenviada pelo Marquês, que o Papa estaria diposto a incluir nas bulas de provisão a cláusula "tu qui nobis a Portugalliae et Algarbiorum rege fuisti propositus"[149]. A isto reage o rei ordenando a Nisa que diga a frei Manuel Pacheco "que de muito boa vontade aceitarei as bulas com esta cláusula". Pede ainda que dê carta sua com semelhante aviso a Nuno da Cunha, pedindo-lhe no entanto que não a envie até se ter a certeza da viabilidade do negócio[150].

Também Nuno da Cunha, agente em Roma desde 1645[151], se manifesta bastante optimista, após audiência com o Papa, o que terá pesado na decisão de D. João IV de aceitar as provisões *ad supplicationem*, bem como as três de *motu proprio* feitas em 1645, como se pode ler em carta ao Marquês de Nisa, de 1 de Agosto de 1647:

> com ũa carta vossa de 2 de Junho se recebeu a cópia de outra do Pe. Nuno da Cunha em que refere o que passou com o Papa em ũa audiência larga que teve sua, sobre a confirmação dos bispados destes reinos, e na mesma conjunção se recebey esta mesmo carta de Nuno da Cunha e outras muitas, mando-lhe responder que me conformo com o seu parecer de muito boa vontade, e que se o Papa quiser confirmar os bispados na forma ordinária, ainda que seja com a cláusula de suplicação, expida com estas bulas tãobem as de *motu proprio* dos três bispados que sua Santidade confirmou

Papa [...]" (CD XIII, p. 199)

147 Vasco Luís da Gama, 5.º conde da Vidigueira, recebera a 18 de Outubro de 1646 o título de Marquês de Nisa (Leal de Faria 2008, pp. 286-297)

148 CD XIII, pp. 119-120

149 Almeida 1968, p. 340

150 CD XIII, pp. 145-145

151 Leal de Faria 2008, p. 278

> com esta cláusula, cortando nesta parte por mi, por lhe dar gosto, e por acudir às gravíssimas necessidades que padece o governo espiritual destes reinos.[152]

Em carta datada do dia seguinte dá o rei ordens para que, só em caso de não se conseguir obter o que Nuno da Cunha dá como seguro, se avance com a solução proposta por frei Manuel Pacheco:

> Despois de se vos ter feito resposta à vossa carta com que enviastes um papel de frei Manuel Pacheco sobre um arbítrio acerca da confirmação dos bispados, se receberam outras de Nuno da Cunha, em que diz tem por certo que Sua Santidade fará justiça a este reino, e se assi for, de nenhũa maneira convém usar daquele arbítrio; assi o ordenareis, e quando nos desenganemos de que não são verdadeiras as esperanças de Nuno da Cunha, então com esta certeza terá lugar o que escrevi sobre o arbítrio de frei Manuel Pacheco.[153]

Vãs esperanças, as de Nuno da Cunha e as de frei Manuel Pacheco, embora não destituídas de fundamento. Em Janeiro desse ano de 1647, Filipe IV escreve ao cardeal Panziroli, antigo núncio em Madrid, dizendo-lhe que enviava a Roma, como embaixador extraordinário, o conde de Oñate, ao ter-lhe constado que o Papa não só se preparava para prover as igrejas de Portugal, como ainda tencionava receber o embaixador de D. João IV[154], não deixando de, através do Conde de Ostrillo, fazer saber ao núncio em Madrid, como se lê em cifra sua ao Cardeal Secretário datada de 9 de Janeiro, que não deixaria de tomar as medidas necessárias, caso o Papa cedesse aos pedidos de D. João[155]. Terão estas pressões certamente pesado no ânimo de Inocêncio, frustrando as expectativas criadas sobre a resolução próxima do problema.

Nos finais desse ano de 1647, eram cada vez mais manifestos em Portugal os problemas decorrentes da vacatura das sés, como se pode ler na cifra de 25 de Outubro de

152 CD XIII, p. 148
153 CD XIII, p. 149
154 ASV: Ep. Pr. 65, f. 19, cit. por BORGES 1957, p. 198
155 ASV: S.S. Esp. 97, ff. 214-215, cit. por BORGES 1957, pp. 198-199.

Vincenzo Mobili ao Cardeal Secretário. Segundo este funcionário da coleitoria, verificavam-se excessos e anarquia na administração das igrejas, voltando a falar-se na hipótese de um Concílio Nacional[156].

1648

Contudo, D. João não cede a esta solução, e ordena a Nuno da Cunha, em carta de 13 de Junho de 1648[157], que, sentindo pesar cada vez mais os danos decorrentes da falta de bispos, e dando como exemplo a iminência da falta dos óleos sagrados no reino e ilhas do Atlântico, "cousa jamais vista em reino cristão", se decidiu a aceitar as provisões de *motu proprio*, "por esta vez somente". As instruções que se seguem, porém, demonstram bem a extensão do jogo político e diplomático, que passam também pela simulação e pelo dolo. O rei exige, com efeito, que Nuno da Cunha não expida as bulas

> como ministro meu nem em meu nome, ou da Coroa, ou de consentimento meu, mas como quem em nome dos providos tira despacho de uma graça que lhe toca, nem haveis de remeter as bulas à Secretaria de Estado, mas aos mesmos nomeados, sem lhes dizerdes que o fazeis de ordem minha, mas que, por entenderdes é serviço de Deus e meu dar prelados às igrejas, ainda que seja naquela forma, os expedistes, expondo-vos ao perigo e dano de minha desgraça, para com elas procurarem haver meu consentimento para usar delas, o que me pareceu avisar-vos, para estardes seguro que, ainda que faça alguma demonstração, que nisto me não haverei por mal servido de vós.[158]

A aceitação das bulas com cláusula de *motu proprio* dependia, além disso, de duas condições:

> A primeira, que as cousas e requerimentos de meus vassalos que tocam as ordens militares, as pensões que posso dar nos bispados, com mais cousas por que ordinariamente se recorre à Sé Apostólica em nome da Coroa, hão-de ficar correntes, com advertência que em especial se me há-de reservar a quarta parte das pensões que eu posso prover nos bispados e quero dar aos homens nobres e pobres destre reino, como vos tenho avisado, e sem esta reserva não aceitareis nada.
>
> A 2.ª condição é que Sua Santidade há-de mandar logo núncio a este reino, porque para remediar as necessidades espirituais dele e suas Conquistas não basta haver prelados na forma

156 ASV: S.S. Port., f. 73, cit. por Borges 1957, p. 201
157 CD XIII, pp. 524-526
158 CD XIII, pp. 524-525

> sobredita, se não houver núncio que acuda à administração da justiça, ao governo das religiões, aos abusos que se vão introduzindo, que eu não posso remediar, e para evitar os clamores de meus vassalos, principalmente nas Conquistas, que não podendo recorrer a Roma perecem sem remédio.[159]

Aquilo que começara por ser uma cedência acaba, como se vê, por se matizar em demasiadas exigências e condições para ser viável. Mas o rei não conclui a sua missiva sem uma posição de força final que revela a insatisfação e impaciência perante as sucessivas hesitações e dilações papais, ao ameaçar com o corte de relações com Roma, de onde se pode subentender também a ameaça de um Concílio Nacional e a sagração de bispos sem recurso ao Papa:

> Porém, porque aqui se tem entendido que Sua Santidade vos vai entretendo com boas palavras, adverti que isto há-de ser até ao primeiro de Dezembro deste ano de 1648, em que faço nove anos de meu reinado, porque passado esse dia, não tendes que falar mais ao Papa na matéria, e eu cuidarei que está vaga a cadeira de S. Pedro, e que não tenho recurso a ela, e farei o que nesse caso pede a extrema necessidade de meus vassalos, e mandarei notificar a todos os príncipes cristãos e ao mundo a justificação com que procedi, e dos inconvenientes que se seguirem dará conta a Deus o Papa e quem o aconselha. Declarai-o assim a Sua Santidade e aos cardeais, e avisai-me por vias.[160]

Fazem eco desta carta as questões propostas à junta convocada em 1649, com o objectivo de, de novo, deliberar sobre os assuntos de Roma, e de que falaremos mais à frente. Ainda em 1648, contudo, e, segundo Antunes Borges[161], antes desta violenta carta a Nuno da Cunha, D. João convoca outra junta de teólogos, com intenção de saber se a provisão de *motu proprio* prejudicaria os seus direitos ou os do reino, tendo-lhe sido respondido que

> Quibus rationibus tenent Doctores praefatam prouisionem motu proprio non procedere sine scandalo Regni, et perturbatione Status Ecclesiae.[162]

159 CD XIII, p. 525
160 CD XIII, pp. 525-526
161 Borges 1957, p. 203
162 RMS, vol. I, ll. 81-82

Talvez esta opinião da junta de 1648 explique a carta a Nuno da Cunha, onde o que começa por ser uma cedência parcial acaba em uma posição de força recheada de exigências e ameaças.

Vai-se escoando o ano de 1648, sem que haja resposta por parte da Santa Sé às soliticações e ameaças de D. João. É nesse ano, a 24 de Outubro, que é assinada a Paz de Vestefália, pela qual se punha fim à Guerra dos 30 Anos. O acontecimento tem para Portugal um sabor a um tempo agridoce. Se por um lado se mantinha a guerra franco-espanhola, o que impedia Madrid de assestar todas as suas forças contra o reino, por outro lado Filipe IV tinha conseguido que Portugal fosse excluído das negociações de paz. Finalmente, é também em 1648 que estala em França a Fronda, que iria durar até 1653, ficando assim o principal aliado de Lisboa a braços com uma frente de guerra interna, a par da externa.

Em Portugal, contudo, as diligências não paravam. Em Outubro, a pedido dos três Estados, é enviado para Roma Manuel Carrilho, que leva consigo instruções régias datadas de 11 desse mês[163], de que

> um dos [pontos] principais, ou o mais principal de todos, é o da confirmação dos bispados, que a princípio se procurou alcançar a minha nomeação, que era o último estado e a posse em que achei esta Coroa ao tempo de minha restituição.[164]

Acrescenta o rei que, não havendo mais a esperar de Inocêncio, se pretende obter as provisões com a cláusula de *motu proprio,* com as condições apresentadas a Nuno da Cunha, na referida carta de 13 de Junho, de que envia cópia a Manuel Carrilho. Contudo, também nesta missão a estratégia passa por exigir mais do que aquilo que se pretende, objectivamente, obter:

163 CD XIII, pp. 167-176
164 CD XIII, p. 168

> Eu não mandei requerer a expedição dos bispados com cláusula de *motu proprio*, nem propor razões de conveniência deste meio para a Santa Sé Apostólica, só mandei requerer a expedição de letras na forma em que se concediam ao reino no tempo da intrusão dos reis de Castela, ou nas que se concediam aos senhores reis de Portugal meus progenitores, que é o que só haveis de pedir, e requerer, e quando Sua Santidade vos não queiria difirir senão com a cláusula apontada, fareis com ela a expedição das letras sem dilação, pelos grandes danos que das passadas se têm seguido …[165]

1649

Ao chegar a Roma com estas instruções, Carrilho ordena que se ponha fim às negociações que então decorriam no sentido de se enviarem as bulas apenas para a sagração dos bispos, mas não com a sua provisão, ficando assim os prelados como administradores das suas sés, como explica em carta ao Marquês de Nisa, datada de 1 de Março de 1649:

> Na passada[166] dizia a Vossa Excelência o estado em que aqui se achavam nossas cousas, e como o Padre Assistente [Nuno da Cunha], ao tempo em que cheguei, tinha em prática o ajustamento do provimento dos bispados havendo-se de tirar as bulas para se sagrarem os bispos, e com breves de administradores governarem, sem tirar bulas de provimente, por se escusar o inconveniente de faltar nelas a declaração da apresentação e nome de Sua Majestade... [167]

Carrilho, além de desaprovar esta solução, considera igualmente reprovável a provisão de *motu proprio*, não hesitando perante nenhum meio para atingir o objectivo das provisões por apresentação do rei, incluindo a solução proposta por frei Manuel Pacheco,

> que me diz que Vossa Excelência tem aprovado, e assentámos que fizesse a oferta dos 100 cruzados com as declarações seguintes, que nos hão-de difirir logo dar os bispados na forma que sempre se deram aos senhores reis de Portugal e mandar núncio, e que antes de estar tudo ajustado se não há-de desembolsar real.[168]

165 CD XIII, p. 169
166 Refere-se Carrilho a carta de 28 de Dezembro de 1648 (CD XIII, p. 177-178)
167 CD XIII, p. 178
168 CD XIII, p. 179

Em Roma, entretanto, apertava-se o cerco espanhol a todas as tentativas portuguesas, chegando-se ao ponto de o cardeal Albornoz, o novo embaixador espanhol na Santa Sé, ter conseguido interceptar correspondência entre D. João IV e o marquês de Nisa, com data de 14 de Abril desse ano de 1649. Pressiona ainda directamente o Papa, a propósito da chegada de Manuel Carrilho, instância que aliás já fizera logo que, ainda em 1648, tivera notícia do seu envio. Em carta a Filipe IV datada de 6 de Julho de 1649, que acompanhava a aludida carta interceptada a D. João IV, declara que sentiu Inocêncio agitado e mostrando-se disposto a resolver definitivamente a questão, pois "não podia deixar de olhar para a sua consciência, que não lhe permitia que aquelas almas se perdessem"[169].

Agravavam-se assim as relações entre o Papa e a corte de Madrid, que já não apreciara a neutralidade de Inocêncio durante a revolta de Nápoles, iniciada em 1647. Assim, e depois de Albornoz insistir, em cartas datadas de 30 de Novembro e de 5 de Dezembro de 1648, na gravidade da situação, o Rei Católico convoca de urgência o Conselho de Estado para 24 de Janeiro de 1649. Numa assembleia onde os espíritos se achavam bastante exaltados[170], dão-se recomendações no sentido de Albornoz significar de novo ao Papa que receber o enviado português implica o corte de relações com Espanha[171]. Filipe IV reúne-se, além disso, com o núncio, expondo-lhe as suas razões, que seguem logo no dia seguinte para Roma, dirigidas ao Cardeal Secretário.

Em Roma, entretanto, o cardeal Albornoz vai retardando a comunicação ao Papa das ameaças espanholas, o que leva à sua substituição pelo duque do Infantado, com ordens, mescladas de ameaças, no sentido de regressar a Madrid, como se pode ler em carta de Filipe IV ao novo embaixador, datada de 17 de Outubro de 1649[172].

169 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg. 3107, cit. por Borges 1957, p. 208
170 Borges 1957, p. 209
171 idem, ibidem, p. 209
172 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg. 3107, cit. por Borges 1957, p. 211

Nesse mesmo mês de Outubro volta a reunir o Conselho de Estado, com a renovação das recomendações no sentido de se agir contra Carrilho, e de se insistir junto do Papa com as ameaças de corte de relações[173].

Em Roma, as diligências do embaixador espanhol vão surtindo efeito, e não apenas junto do Papa, que desiste da alegada intenção de prover os bispados e de receber Carrilho, mas mesmo junto do Geral da Companhia, que em 1650 faz sair de Roma os padres Nuno da Cunha e António Vieira[174], como refere Albornoz, em carta ao Rei Católico, datada de 15 de Outubro:

> Posso agora dizer que, sem embargo de se ter resistido com todos os meios imagináveis, saiu já [o Pe. Nuno da Cunha], sendo mister que o Geral lhe mandasse dizer que, se não saísse, o expulsaria publicamente, com que tendo sido expulso daqui este sujeito e o Pe. António Biera, ficamos sem duas sevandijas sumamente prejudiciais.[175]

O ano de 1649 não termina, porém, sem a morte de D. Duarte, irmão do rei, no seu cárcere de Milão, a 7 de Setembro, e sem mais uma tentativa portuguesa no sentido de convencer o Papa da justeza das razões de D. João IV, através de uma Carta dos Três Estados, com data de 8 de Outubro[176], onde, depois de se descrever o estado calamitoso da Igreja de Portugal, e se fazer o elenco das anteriores tentativas no sentido de obter do Papa a provisão dos bispados, se ameaça com o regresso de Carrilho a Lisboa, em protesto perante o desamparo a que o Papa vota a sua Igreja.

É neste contexto de falta de esperança na Santa Sé que D. João decide fazer nova

173 BORGES 1957, p. 212

174 Vieira, recordemo-lo, estava em Roma em missão secreta, com o objectivo de reactivar a insurreição do reino de Nápoles contra o domínio espanhol. A sua expulsão deveu-se precisamente à descoberta deste plano.

175 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg. 3107, cit. por BORGES 1957, p. 212

176 CD XIII, 180-185

consulta às universidades do reino e à Sorbona, e manda reunir mais uma junta, à qual propõe cinco questões[177]:

1. Se em caso de extrema necessidade pode D. João IV, se não houver recurso ao Sumo Pontífice, permitir o que as ordens do reino solicitam para se consagrarem bispos.
2. Se Portugal está em extrema necessidade de bispos.
3. Se Portugal tem recurso ao Sumo Pontífice.
4. Se permitir a sagração de bispos sem recurso ao Papa pode ser escandaloso para o restante orbe cristão.
5. De que modo devem ser providos os bispos.

É evidente, na formulação destas questões, o reflexo da carta enviada a Nuno da Cunha, em Junho de 1648, na qual se empregavam igualmente expressões como "extrema necessidade" e "impossibilidade de acesso ao Papa" como justificação para tomar uma posição de força, e ameaçar com a cisão. Assim, e ao contrário das juntas anteriores, é notória nesta a predisposição do rei para tomar uma medida extrema. A resposta da junta vai, aliás, nesse sentido, ao concluir que, estando Portugal sem acesso ao Sumo Pontífice e em extrema necessidade, e visto que é de direito humano, não divino, a obrigação de recorrer à Santa Sé, a qual, por seu lado, não se aplica em caso de extrema necessidade, logo é lícita a sagração dos bispos pelos cabidos, por apresentação do rei e sem recurso ao Papa:

> Ultimo quaeritur quomodo prouidendi sunt Episcopi.
>
> Respondetur, prout de Iure per electionem Capitulorum ad praesentationem Regis, ut olim fiebat in Hispania & Portugallia; & constat ex cap. cum longe dist. 63 ex Conc. Toletano 12 & hucusque seruatur in Germania, & alibi seruatis de caetero, quae Sacri Canones praescribunt de Iuramento fidelitatis Romano Pontifici, & aliis.[178]

177 Fazem parte deste estudo o texto do enunciado e das respostas a estas questões, bem como a sua tradução e comentário: vol. I, pp. 349 et seqq.; vol. II, pp. 337 et seqq.

178 PRP, vol. I, ll. 52-55

Depois de várias juntas, ao longo de uma década, D. João obtém assim, pela primeira vez, uma recomendação clara no sentido de adoptar uma solução alternativa à provisão a partir de Roma.

Publicado com o título "Propositiones Regni Portugalliae" nesse mesmo ano, o documento tem várias cópias manuscritas nos arquivos do Vaticano[179]. Também em 1649 aparece publicado o "Responsum praecipuorum Doctorum Parisiensis Academiae Sorbonicae Potentissimo Portugalliae Regno", da autoria de Ismael Boulliau[180], que Antunes Borges afirma ser resposta a uma consulta de D. João IV feita em 1644[181], afirmação que nos parece decorrer de um equívoco do investigador, como explicamos em lugar próprio[182]. O documento exorta o rei a recorrer à sagração dos bispos sem recurso ao Papa, através dos metropolitas, ao declarar que, tendo o poder de eleição passado das autoridades seculares para os papas, e tendo Urbano VIII e Inocêncio X negligenciado as suas obrigações pastorais, D. João IV deve considerar que o direito de prover as sés lhe está devoluto. Mais, segundo os bispos franceses D. João IV pode sem receio reunir um Concílio Nacional, já que em nada isso o pode tornar cismático, uma vez que apenas retoma o uso antigo de prover as igrejas[183].

O ano encerra com a morte do cardeal Albornoz, a 19 de Dezembro de 1649, da qual dá conta, com evidente regozijo, o Pe. António Vieira, em carta de 23 de Janeiro de 1650 a Pedro Vieira da Silva:

> O coleitor que aqui [em Barcelona] está, que é boa pessoa e desejoso de ser promovido para esse reino, me deu a nova de o cardeal Albernós ser morto; com que teremos menos em Roma um grande

179 *V.* comentário a este documento, vol. II, pp. 376 et seqq.
180 O texto, tradução e comentário deste documento faz parte deste estudo. *Vide* vol. I, pp. 354 et seqq.; vol. II, pp. 340 et seqq.
181 Borges 1958, p. 96
182 *Vide* comentário ao RPD, vol. II, pp. 380 et seqq.
183 *v.* nota anterior.

inimigo.[184]

1650

À Inquisição e a Inocêncio X não agradou certamente a divulgação dos dois impressos acima referidos, uma vez que, em breve datado de 15 de Outubro de 1650, o Papa felicita o Inquisidor, declarando

> praestantem fraternitatis tuae, et collegarum uirtutem in reprobando proclamate de remittenda iudaizantibus et haereticis confiscatione[185] non ita pridem aliis nostris literis eximie commendauimus[186], nunc eadem sui similem agnoscimus in censura propositionum, quae in dobus libellis super prouisione episcoporum isthic nouissime diuulgatis continentur.[187]

A estas recomendações reagiu o Estado Eclesiástico com duas exposições[188], datadas de 1650, e de que há tradução italiana no ASV[189], nas quais se declara a necessidade de recorrer à Santa Sé para a provisão das sés, e, mais, que D. João é obrigado a aceitar as provisões de *motu proprio*:

> Per le quali raggioni tutte lo stato Ecclesiastico ui uede obligato rappresentar a V. M.à che essendo fatte dalla parte sua l'instanze, che si deueuano fare, e persistendo Sua S.tà in proueder motu proprio, è V. M.à in conscienza obligata a consentire, che si spediscano motu proprio...[190]

A segunda exposição vai mesmo ao ponto de atacar, mesmo sem os nomear directamente, todos os que aconselham o rei a seguir o exemplo francês, num ataque que certamente inclui os dois impressos de 1649, as PRP e o RPD:

> Signor, non ui è materia così certa, et euidente che non hauesse alcune raggioni in contrario,

184 Vieira 1997, tomo I, p. 255
185 O Sumo Pontífice alude à reacção do Inquisidor Geral ao Alvará de 1649, sobre a confiscação dos bens dos presos da Inquisição.
186 Alvará de 16 de Maio de 1650 , CD XIII p. 186-187
187 CD XIII, p. 188
188 Borges 1958, pp. 98-100
189 ASV: Misc. Arm. I 64, ff. 394-395
190 ASV: Misc. Arm. I 64, ff. 394v

ne opinione così falsa che non truoui Patrono, per questo nelle materie maggiori e più graui della Chiesa quelli solamente sodisfano a Dio, che seguono il consiglio delle persone, que l'isesso Iddio lasciò nella terra per indrissarli in quelle, perche altrimente nelle Fede Diuina, ne Humana restano secure.

No sodisfà V. M.à inquanto Re a suoi uassalli, perche essendo questa materia tanto importante, tanto publica e commune a tutti li stati del suo Regno, se uuole V. M.à gouernar in esso per consiglio dato in secreto, e per parere di persone, delle quali non si há notitia, ne si sà se concorrano in essi capacità, lettere e Virtù, che sono contioni necessarie de consiglieri per assicurar e quietar le conscienze de Re.[191]

A verdade é que acabaram por mais pesar as exposições do Estado Eclesiástico do que os pareceres da junta e Sorbona no espírito do rei, que, como se sabe, persistiu até ao último dia da sua vida na tentativa de obter da Santa Sé a confirmação dos bispos portugueses.

1651

Já em finais de 1649, antes, pois, da reacção do Estado Eclesiástico, e com insistência definitiva em 1651[192], D. João IV volta a dirigir-se ao clero galicano, com um "Serenissimi Lusitaniae Regis Iohannis IV ad Gallicanae Ecclesiae Praesules libellus", uma longa exposição sobre a situação da Igreja de Portugal e pedido de intercessão junto do Papa, publicado por Ismael Boulliau, em 1655, juntamente com o RPD[193], e com edição mais recente no tomo I das Obras Completas do Cardeal Saraiva[194]. O recurso ao clero galicano verificou-se por recomendação de Sousa Coutinho, uma vez que o rei teria preferido um novo parecer da Sorbona. Contudo, o embaixador dissuadira o rei, em virtude das relações difíceis entre aquela academia e a Santa Sé. É o próprio Sousa Coutinho quem o recorda ao rei, em carta de 15 de Janeiro de 1652[195].

O pedido feito, então, ao clero galicano revela alguma hesitação da parte do rei,

191 ASV: Misc. Arm. I 64, ff. 395r-395v
192 BORGES 1958, p. 105
193 *Pro Ecclesiis Lusitanicis ad Clerum Gallicanum libelli duo*, Paris, 1656
194 CALDEIRA I, pp. 395-407
195 CD XIII, pp. 191-192

que, mau grado os pareceres entretanto divulgados, continua sem querer fechar definitivamente a porta a um entendimento com a Santa Sé. A exposição do rei terá sido entregue por Sousa Coutinho, novo embaixador em Paris, ao clero francês, reunido em Assembleia Geral no Convento de Santo Agostinho. As circunstâncias são relatadas nas *Memoires de Monseigneur l'Ambassadeur:*

> Le 3 Auril Monseigneur l'Ambassadeur fut a l'assemblée de Messieurs du Clergé de France tenue aux Grands Augustins, ou estant arriué, la Compagnie deputa Monsieur l'Euesque d'Auxerre et autres Euesques et Ecclesiastiques pour le uenir prendre a la sortie de son carrosse, et l'amener dans la salle ou estoit l'Assemblée, ou l'ayant fait asseoir Son Excellence haranga. Ensuite le President de l'Assemblée qui estoit Monsieur l'Archevesque d'Ambrun luy respondit et le remercia de l'honneur qu'il faisoit a la compagnie et quelle songeroit aux moyens d'en escrire au Pape. Ce qu'estant fait Son Excellence se retira et fut acompagnée par les mesmes Euesques et Ecclesiastiques qui l'estoint uenu recevoir. Quelques jours apres la Compagnie deputa Monsieur l'Euesque de Cominges pour uoir Son Excellence et luy donner la lettre que la Compagnie escriuoit au pape.[196]

Não esperará mais do que alguns dias para obter uma resposta, sob a forma de uma carta a entregar ao Papa[197], um apelo sentido à sua intervenção, perante o estado calamitoso da Igreja de Portugal[198]. Sousa Coutinho reenvia o documento a Luís Brandão, assistente em Roma, que fica com a incumbência de a fazer chegar aos cardeais d'Este e Barberini, juntamente com duas cartas do rei.

Contudo, como refere o embaixador em carta ao rei datada de 15 de Janeiro de 1652[199], Luís Brandão, por não ter feito as diligências necessárias para contactar o cardeal d'Este, apenas entrega cópias ao cardeal Barberini, "que, como mal visto do Papa, foram

196 ANTT Conselho Geral do Santo Ofício, liv. 190 – 4r

197 O texto, tradução e comentário deste documento faz parte deste estudo. *Vide* vol. I, pp. 376 et seqq.; vol. II, pp. 361 et seqq.

198 Sobre os problemas que se colocam sobre a natureza da comunicação que motivou a carta do clero galicano, *v.* vol. II, pp. 395 et seqq.

199 CD XIII 191-193

de pouco efeito as diligências que fez"[200]. A intenção de Sousa Coutinho seria, certamente, que o mensageiro não se limitasse a fazer chegar a carta ao Papa, mas que sobretudo lhe preparasse e dirigisse o espírito, perante as ideias expressas no documento. Com efeito, Inocêncio não gostou do que leu, como se depreende de carta de Barberini ao núncio em Paris, datada de Agosto desse ano de 1652, na qual declara que o clero de França devia

> dirigir os seus ofícios não a Sua Santidade, que cumpriu plenamente o seu dever de pai [...], mas àqueles que, contra o seu dever e contra a liberdade eclesiástica, antepuseram os seus interesses particulares aos de Deus.[201]

Sousa Coutinho, por seu lado, ainda nos finais de 1651, ao ver que

> […] o Papa não respondia à carta, a fiz imprimir, de que mandei a Vossa Majestade alguns exemplares, e outros a Roma e outras partes; e como nem isso bastou, fiz segunda instância aos bispos [de França], que logo me defiriram, deputando um ao núncio com uma tão galharda resolução, como a de lhe dizerem no fim da conferência que o Clero Galicano determinava chegar com esta matéria tanto avante, que se Sua Santidade não deferisse às suas queixas, até lhe negar a obediência passariam. O núncio se viu muito sobressaltado, respondendo que aquilo era ameaçar ao Papa, ao que o bispo replicou que não era ameaçar, mas advertir do que podiam fazer.[202]

A reacção de Roma as instâncias do clero de França faz-se sentir, de entre outras formas, numa carta do Cardeal Secretário ao núncio em Paris, com data de 11 de Dezembro de 1651, na qual censura as acções de Portugal, ao não aceitar as nomeações de *motu proprio*, e do clero galicano, ao tomar o partido português. Sublinha ainda que as disposições do Concílio de Trento em favor dos "regna possidentes", tantas vezes alegadas pelo partido português, se aplicam apenas em caso de posse pacífica, leitura que vai ao encontro da posição espanhola[203].

Sousa Coutinho, entretanto, e após sondagem prévia nesse sentido junto do bispo

200 CD XIII 192
201 ASV: S.S. Fr. 279, ff. 97v-99, cit. por BORGES 1958, p. 107
202 CD XIII, pp. 192-193
203 BD 395 et seqq. ; EA 492

de Belém, como relata na mesma carta ao rei, de 15 de Janeiro de 1652[204], solicita ao clero galicano o envio de um representante a Roma, pois

> visto que o Papa não deferia por autoridade da Igreja Galicana, convinha chegar com o negócio ao cabo, o que não se poderia fazer sem que do corpo dela se mandasse a Roma uma tal pessoa cuja deligência conseguisse o fim que desejávamos, ou um desengano claro e sem rebuço, para o que eu tinha posto os olhos no bispo de Bethelém, por ser pessoa em que com todas as qualidades se achavam os requesitos necessários.[205]

A escolha do bispo de Belém fora, com efeito, motivada por uma prática prévia entre os dois homens, na qual o prelado

> chorando comigo as sem-razões [da Santa Sé] em ordem a Portugal, me disse por vezes que, pela experiência que tinha de Roma, entendera sempre que Sua Santidade não havia de deferir a carta do Clero, e que era necessário pessoa expressa que solicitasse a resposta, cargo que só por serviço de Deus tomara ele de muito boa vontade, quando Vossa Majestade o houvesse por bem, e o Clero lhe quisesse encomendar.[206]

As instruções do clero galicano ao bispo[207] iam no sentido de que o bispo não declarasse nem negasse, nas primeiras audiências com o Papa, quem o tinha enviado. Não devia, além disso, tratar imediatamente do assunto principal da sua missão, mas antes entreter o Papa com termos gerais, de modo a predispô-lo positivamente:

> Cest pourquoii dans les premiers audiances Monsieur l'euesque de Bethlem ne parlera poins de ce chef, si le pape nellus en ouuerte discours sur le quel il reglera sa responce de telle sorte quil ne dic ni ne nie ausii quil a esté chargé par les Evesques de France de faire un office efficace, pour cela aupres de S. Santité il se saura par des termes generaux qui ne luy donnera aucune exclusion à negotier, et qui tiennent le Pape en bonne humeur.[208]

204 CD XIII, p. 193
205 CD XIII, p. 194
206 CD XIII, pp. 193-194
207 ASV: Fondo Pio 275, ff. 234-236
208 ASV: Fondo Pio 275, ff. 234r-234v

Contudo, a chegada de um breve de Inocêncio X destinado aos arcebispos, bispos e clero francês, datado de 11 de Dezembro de 1651[209], no qual insistia na ideia de que cumprira o seu dever apostólico, no que respeitava aos assuntos de Portugal, e que D. João IV era o único responsável pelo impasse, levou a um recuo estratégico por parte dos prelados franceses, que dão novas instruções ao bispo de Belém, que agora levava uma carta dirigida ao Papa, na qual declarava que a sua missão tinha que ver com a situação da Igreja de França. O verdadeiro objectivo da missão ia, contudo, numa segunda carta, anexa às novas instruções, na qual se expunha a situação da Igreja de Portugal, e se solicita ao Papa lhe dê remédio[210].

A missão do bispo de Belém, que saiu de Paris a 6 de Fevereiro de 1652, estava, todavia, votada a novo insucesso, muito graças à intervenção do novo embaixador espanhol, o cardeal Trivúlcio[211], que em Roma não deixava de ir minando o terreno que portugueses e franceses tentavam trilhar. As diligências de Trivúlcio passavam por pressionar figuras de peso na Cúria, como o cardeal Pamfili, tentando assim influenciar também de forma indirecta o Papa no sentido de não receber o enviado do clero francês, mas também por iniciativas menos visíveis, como a intervenção no Conselho da Companhia de Jesus, que então reunia em Roma tendo em vista a eleição de um novo Geral, tendo com esta acção obtido a saída de Roma do assistente português, Luís Brandão, a quem acusa de "inquieto e sedicioso", ao mesmo tempo que recomenda a eleição de um Geral favorável ao Rei Católico, ameaçando com "inconvenientes" caso a recomendação não fosse seguida[212]. Propõe ainda um verdadeiro suborno à Santa Sé e ao Papa, como conta ao rei em carta datada de 28 de Janeiro de 1652, ao garantir que

> se quisesse ajudar deveras a Sua Majestade na recuperação de Portugal [...] se fariam a Sua Beatitude

209 ASV: Ep. ad Pr. 57, f. 47v, cit. por BORGES 1958, p. 110

210 BORGES 1958, p. 112-113

211 É significativo o recurso espanhol a cardeais, primeiro Albornoz, agora Trivúlcio, como embaixadores, eles que, além da evidente preparação teológica, tão bem conheciam os meandros da Santa Sé.

212 BORGES 1958, p. 115

> e à Santa Sé aqueles partidos e obséquios que considerasse como mais convenientes,[213]

o que o Papa recusou, alegando não querer envolver-se naquela guerra.

Ao não considerar suficientes estas acções, Trivulcio consegue ainda que o novo assistente da Companhia em Roma, o Pe. António Carvalho, não fosse considerado oficialmente como tal, ao verificar que tinha acesso fácil e frequente ao Papa e aos cardeais Spada e Lugo, na esperança de que assim saísse de Roma[214].

Em Madrid, entretanto, o Conselho de Estado recomenda a realização de uma junta de juristas e teólogos para avaliar a questão da provisão dos bispados portugueses, mas também da recepção do embaixador de Portugal[215]. Dessa reunião, onde se renovaram as ameaças de corte de relações com Roma, fica-se a saber, através do voto vencido do conde de Monterrey, que o Papa solicitara uma mercê de Grandeza para o seu 3.º cardeal-sobrinho, pedido que o conde considera inapropriado, salvo

> se o Papa quisesse tomar algum compromisso ou demonstração substancial e consistente nestes negócios de Portugal.[216]

A esta tomada de posição espanhola, ameaçando por um lado, favorecendo por outro, não devem ser alheias as instruções de D. João IV, que, como vimos, havia cedido ao ponto de aceitar, como último recurso, bispos com bulas passadas pela Dataria, mas sem provisão, que exercessem como administradores[217]. Disso mesmo dava conta, em 16 de Janeiro de 1652, o cardeal Trivúlcio em carta ao Rei Católico, informando que de Lisboa haviam chegado despachos de D. João IV com nomeações

> nas mesmas pessoas que noutra vez tinha proposto, com ordem de que, se não fossem nomeados, que, ao menos, Sua Santidade os designasse como administradores, devendo a expedição ser feita pela Dataria e não pela Consistorial, pelo que seriam entregues 60 mil escudos, valendo-se, em tudo,

213 cit. por Borges 1958, p. 116
214 Borges 1958, pp. 117-118
215 Borges 1958, p. 118
216 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg. 3107, cit. por Borges 1958, p. 119
217 *v. supra* p. 111

dos cardeais Orsini e Espada e do assistente da Companhia.[218]

As ordens, com efeito, haviam sido renovadas a Luís Brandão, assistente da Companhia, como se lê em carta de Fevereiro de 1652[219] de Sousa Coutinho ao rei:

> … recebi na posta de ontem as cartas de D. Vicente Nogueira, com a mais estranha nova em que, sonhando, pudera dar. É ela, Senhor, que Vossa Majestade havia ordenado ao assistente da Companhia, Luís Brandão, que aceitasse do Papa a nomeação dos Bispos na forma e maneira que Sua Santidade quisesse conceder... [220]

A solução das bulas passadas pela Dataria e não pela Consistorial, que se devia, recordemo-lo, ao facto de assim se evitar o nomear do rei de Portugal, não só desagradou a Madrid, como contrariou muitos espíritos do próprio partido português. Destes, o mais exuberante no seu desagrado foi sem dúvida Sousa Coutinho, que sobre o assunto declara, na referida carta ao rei de Fevereiro de 1652, que, com a sua característica frontalidade e dificuldade na retenção verbal, declara, que, ao ter tido conhecimento das referidas ordens dadas a Luís Brandão,

> [...] fiquei tal, e tão fora de mim com tal proposta, que dera esse pouco que tenho, e o muito que devo esperar da grandeza de Vossa Majestade, e de meus serviços, por me ver fora na ocasião presente do ministério que eu exercito, pela grande vergonha que hei, e hão-de padecer todos aqueles que fora do reino servem hoje a Vossa Majestade, ou são naturais de seus reinos. [...] Vossa Majestade me há-de perdoar – ou não me perdoe, mande-me cortar a cabeça, porque enquanto a tiver nos ombros hei-de gritar como um desatinado todas as vezes que vir semelhantes resoluções.[221]

O desatino de Sousa Coutinho, além da substância da questão, da qual manifestamente discorda, justifica-se ainda em virtude das aturadas diligências que

218 Arq. Geral de Simancas, Est. Leg. 3107, cit. por BORGES 1958, p. 114

219 CD XIII, pp. 197-202. A carta não está datada, na edição do CD, sendo o mês de Fevereiro de 1652 uma conjectura de Antunes Borges (cf. BORGES 1958, p. 122, n. 204).

220 CD XIII, p. 197

221 CD XIII, p. 197

houvera com o clero de França, e que haviam redundado, como vimos, no envio do bispo de Belém e no radicalizar de posições dos bispos franceses, ao ameaçarem negar obediência ao Papa, vitórias diplomáticas que via desfeitas com esta decisão do rei, que além do mais sentia que por isso mesmo o afrontava. É o próprio embaixador quem o diz:

> Daqui nasce o pouco caso que se faz de mim, pois sendo embaixador em França do Conselho de Estado de Vossa Majestade, e havendo-se-me cometido o negócio da Sorbona, toma Vossa Majestade outra resolução sem sequer me mandar avisar que não falasse mais na matéria, para que eu não chegasse com ela tanto avante, como o estado em que cuidava, e cuidava o mundo, que havia feito a Vossa Majestade o maior e mais autorizado serviço que vassalo, por sua indústria, lhe podia fazer, pois tinha empenhado o clero de França a ameaçar o Papa – e não só ameaçar, segundo ele me diz, senão a negar-lhe a obediência, em caso que não defirisse a Vossa Majestade muito à sua satisfação. Que lhe hei-de dizer agora, Senhor? Com que vergonha lhe direi que sobresteja na resolução, que dizer-lhe que a deixe me não hei-de atrever?[222]

São palavras impressionantes de um homem que na mesma carta já declarara:

> Eu já, Senhor, tomei a salva para dizer desatinos, ou Vossa Majestade me tenha por doudo, e me mande meter na casa dos doudos, ou me deixe liberdade para dizer meu sentimento tão livre, como de quem não espera mais que ser castigado ou aborrecido por dizer o que convém ao serviço de Vossa Majestade, e a sua reputação. Tenho feito as contas comigo, vivi sessenta anos pobre, quero morrer pobre, e que saiba o mundo, que foi por dizer as verdades e não por querer lisongear a Vossa Majestade e a seus ministros, que quanto é saber para isso não me faltará, porque os mais ignorantes o sabem.[223]

Não lhe mandou cortar a cabeça, não o meteu em "casa de doudos" D. João IV. Pelo contrário, provavelmente impressionado pelo desassombro, pelo desprendimento, pela independência de um homem que não hesita em ralhar desta forma com o seu rei, D. João

222 CD XIII, p. 200
223 CD XIII, pp. 199-200

não só acatou as suas opiniões, regressando a uma posição de intransigência em relação às nomeações de *motu proprio*, como o enviará, apenas 3 anos mais tarde, em missão a Roma.

O ano de 1652 assiste ainda à escolha do cardeal Orsini como cardeal protector de Portugal, por despacho de 16 de Abril de 1652, e a consequente melhoria de relações entre Lisboa e Roma[224].

1653

O ano de 1653 é marcado pela publicação dos *Balatus ouium*, obra de autoria incerta, atribuída ora a Sebastião César de Meneses, Pantaleão Rodrigues Pacheco ou Nicolau Monteiro[225], e cuja tradução portuguesa foi impressa em Paris, nesse mesmo ano. O texto defende, entre outras coisas, a não interferência do Papa nas questões temporais:

> Litiguem os Príncipes entre si a iurisdição do corpo dos reinos; que a do spírito ninguém duvida que toca ao Pontífice Romano. Suposto isto, pouco importa que um reino obedeça a este, ou àquele Príncipe temporalmente, pera que o Pontífice exercite o Império spiritual em os Vassalos, nem os Príncipes, nem o Pontífice, deixão de confessar, que pertencem à sede Apostólica.[226]

Insiste ainda na obrigação prescrita pelo Concílio de Trento, no sentido de não poderem as sés estarem desprovidas de pastores, e de, em caso de disputa sobre o direito de padroado, se respeitar o direito dos "regna possidentes", e admitir as suas apresentações:

> Com o mesmo discurso determinou a Igreja Romana em sua Rota, que pelo simples facto da posse de ũa herdade, vila, ou lugar, a que estivesse anexo o padroado, se deferisse as apresentações do possuidor: que vem a ser os próprios termos em que Portugal pretende as confirmações de seus Prelados, maior mente despois de serem passados dez anos, que é o termo em que se pudera reter a posse civil destas apresentações [...].

224 BORGES 1958, p. 123

225 TORGAL 1981, p. 153.

226 *Balidos*, p. 50. Modernizámos a ortografia da edição de 1653, salvo nos casos em que pode denunciar as pronúncia da época, por estar claramente contaminada pelo facto de ter sido executada em França, muito provavelmente por tipógrafos que desconheciam a nossa língua.

> Com esta consideração aprovou o sagrado Concilio de Trento, e de novo deu força ao costume da Igreja, tomando-o por expediente pera os casos de controvérsia sobre o padroado real, e assi ordena seja reconhecido por Rei aquele, que tiver a posse do reino, naquelas palauras: "ibi: *exceptis aliis, quae ad Imperatorem, et Reges, seu Regna possidentes,* et[c]", havendo por fundamento bastante ser admitido à obediência da Igreia, o mero facto da posse, que é o mesmo que se nega a Portugal, por tempo de doze anos, com tanta firmeza; e como se essa própria negação, e não a conçessão, fora decretada do Concílio.[227]

Quanto às provisões de *motu proprio*, declara-a atentória contra os direitos da Coroa portuguesa, declara que

> Perguntariam com grande causa nossos Ministros aos Romanos, se, ensinando o Direito que o Príncipe não pode alhear ũa província, ũa cidade, nem ũa vila, nem qualquer outra cousa em prejuízo de seu estado, como poderá S. Magestade, encontrando seu direito e o do reino, dimitir de sua pessoa a nomeação dos Bispos, privando a dignidade Real de ũa qualidade assi conveniente, e útil ao gouerno.[228]

Muito significativo é facto de que a ortodoxia tridentina, a qual, como nota Luís Reis Torgal[229], embebe este documento, que chega ao ponto de negar e refutar os pareceres dados entretanto no sentido da sagração sem recurso ao Papa, nomeadamente o da Sorbona, de 1649 (na nossa edição, RPD), ainda assim deixar aberta a porta para a sagração dos bispos sem recurso ao Papa. Com efeito, em relação ao Concílio Nacional proposto por alguns sectores, diz que é escandaloso, embora não mais do que a presente situação de abandono, que, lê-se nas entrelinhas, poderá acabar por implicar uma solução desse género:

> Este Concílio não podia deixar de ser escandaloso ao mundo, particularmente para os bons

227 *Balidos*, pp. 50; 56-57
228 *Balidos*, pp. 156-157
229 TORGAL 1981, p. 275

> Católicos, por haver sido semelhante princípio ao de alguns Príncipes da Europa, que se apartaram desta Igreja Romana por se intrometerem desta maneira no governo espiritual, mas tãobem não pode deixar de ser escandaloso este desemparo, pois se nos nega o governo, que Cristo instituiu, e nos expõe essa negação aos precipícios em que tantos Príncipes e Repúblicas do mundo caíram com menos causa. Estes, levados da ambição do mando, e senhorio do Clero se tornaram absolutos dominadores, e cabeças das miseráveis Igrejas; e nós, levados da mesma religião, pedimos o remédio à Igreja Romana. E se aqueles se perderam ambiciosos, porque nos querem perder desemparados?

O texto termina com um último e patético apelo ao Papa no sentido de dar remédio ao desamparo em que está a Igreja de Portugal há 12 anos, ao sublinhado pela citação de dois passos das Escrituras:

> Notam fac mihi uiam, in qua ambulem. Quia non repellet Dominus plebem suam; neque haereditatem suam derelinquet[230].

O efeito deste apelo no ânimo do Papa deve ter sido significativo, pois envia instruções secretas ao núncio em Paris, no sentido de tratar com Sousa Coutinho uma série de propostas de resolução do problema, recebidas em Paris em Outubro de 1653[231], cujo teor se desconhece, mas que não devem ter andado longe das que se enunciam na Posição I da BD[232], divulgada nem dois anos depois. O ano chega ao fim com a substituição do cardeal Trivúlcio pelo duque de Terranova, no cargo de embaixador extraordinário do Rei Católico.

1654

As propostas secretas feitas pelo Papa no sentido de resolver a situação da Igreja de Portugal não terão agradado a Sousa Coutinho, pois ao longo do primeiro semestre de 1654 o núncio em Paris queixa-se, em cifras ao Cardeal Secretário, de que o embaixador

230 *Balidos*, p. 320. Os passos são de Ps. 143:9 ("notam … "ambulem") e Ps. 94:14 (a edição apresente, por lapso, "Psal. 43").-
231 BORGES 1958, p. 125
232 BD 31-144

português tarda em dar-lhe resposta[233]. Sousa Coutinho, com efeito, está esperançado numa resolução definitiva a decidir não em Paris, mas em Roma, como revela em carta ao Pe. Ribarola, datada de 4 de Setembro desse ano[234]:

> De mim confesso que inda que vi circunstâncias que mostravam que não podiam faltar minhas dúvidas, de que fui avisado pelo cardeal Orsini, e de que houve muitos avisos nesta Corte de que o Papa na Congregação próxima queira nomear os nossos bispos e admitir o nosso embaixador, porque então me pareceu que se ia dispondo a fazê-lo, espalhando aquela voz para dispor também os castelhanos, ou que quando chegasse o facto os tomasse com menos sobressalto, isto me fez persuadir a que o senhor cardeal Guige caminhava de bom pé, e me faz crer hoje que está o negócio muito perto de conclusão, e que será infalível mediante as boas deligências de Vossa Mercê.[235]

Contudo, a solução da Santa Sé passava, de novo, pela provisão de *motu proprio*, que Sousa Coutinho rejeita, mesmo depois de Ribarola já ter dado o seu assentimento, intransigência a que Antunes Borges atribui o fracasso e abandono das negociações[236].

3. Pontificado de Alexandre VII

1655

O ano de 1655 abre com a morte de Inocêncio X, a 7 de Janeiro. A 20 de Janeiro de 1655, 13 dias depois da morte de Inocêncio X, entra o Colégio Cardinalício em conclave tendo em vista a eleição de novo Pontífice. A questão reduziu-se, desde o início aos cardeais Sacchetti e Chigi, o primeiro apoiado por Paris, o segundo por Madrid. A escolha acabou por recair, ao fim de 80 dias, sobre o Cardeal Chigi, que tomou o nome de Alexandre VII[237].

Apesar de, tendo em conta as circunstâncias, não se esperar do novo Pontífice apoio

233 Borges 1958, p. 127
234 CD XIII, pp. 205-207
235 CD XIII, p. 205
236 Borges 1958, pp. 128-129
237 Borges 1958, p. 134

para a causa portuguesa[238], ainda assim D. João IV decide fazer nova ofensiva no sentido de ver a posse do reino reconhecida pela Santa Sé, mediante a recepção oficial ao seu embaixador, e consequentemente de prover as igrejas de Portugal e conseguir que o Papa enviasse núncio apostólico para Lisboa. Assim, manda ir de Paris para Roma o embaixador Sousa Coutinho, cuja missão não poderia ter começado melhor. Com efeito, tendo chegado a Roma a 20 de Novembro de 1655, consegue, mesmo sem ter a colaboração activa do Cardeal Protector Orsini, com quem tinha péssimas relações[239], ser recebido por Alexandre VII a 14 de Dezembro, apenas 3 semanas após a sua chegada. O triunfo diplomático não foi, no entanto, completo, pois o Papa nunca lhe deu "título", tratando-o como em audiência particular:

> [...] foi Sua Santidade o primeiro que começou a falar, dizendo-me também, sem me dar título, que folgava de me ver [...][240]

Ainda assim, e como nota Antunes Borges, só o facto de Sousa Coutinho ter sido recebido, mesmo se apenas a título particular, não deixa de ser indicador de alguma perda de influência espanhola junto da Santa Sé[241], e uma primeira vitória, mesmo se pequena e inconsequente, da diplomacia portuguesa.

A relação de tudo quanto se passou nesse auspicioso dia 14 de Dezembro de 1655 pode ser lida na entusiasmada carta que Sousa Coutinho enviou ao rei, editada sem data

238 Além de ter tido a inimizade declarada da França durante o precesso electivo, também durante o Congresso de Münster (1644-1648), enquanto representante de Inocêncio X, opusera-se sempre à admissão dos representantes de Portugal e à sua inclusão nos tratados de paz. *cf*. BORGES 1958, p. 135

239 Veja-se, a título de exemplo, o que dele diz em carta ao secretário Gaspar Faria, datada de 22 de Abril de 1656: "Mas o que sobretudo sinto é o espanto que toda esta Corte tem desde o Papa até o mais ínfimo, de havermos escolhido um Protector que é o ludíbrio dos Cardeais, e homem de quem no Colégio se não faz caso algum, e me dezia nestes dias um autorizado que me não espantasse disso, que começara a vida com a caça e com as putas sem tratar de outra cousa, que assim continuava ainda, e assim havia de acabar: e tal como isto é o Protector que temos." (CD XIII, p. 285)

240 CD XIII, p. 224

241 "Os 15 anos de constantes insistências e lutas alguma coisa conseguiram romper na muralha que impedia chegar até junto do Papa. Isto significava também que o poder e a influência de Espanha tinham já diminuído". BORGES 1958, p. 135

no volume XIII do Corpo Diplomático Português, pp. 223-228, com o título "Memória de Francisco de Sousa Coutinho, Embaixador em Roma". No final desta Memória, escreve o diplomata o seguinte:

> Tinha-lhe dito que, fiando pouco da minha língua, lhe mandaria, dando-me licença, um Memorial em que iriam aquelas razões mais *ad longum*, e tinha-me respondido "lò vedro voluntiere". Ao despedir-me me disse que lhe mandasse o Memorial que o leria, e consideraria, e falaríamos depois (palavras formais, sem acrecentar nem deminuir).[242]

1656

O Memorial de Sousa Coutinho (MSC)[243] com as razões de Portugal, solicitando a provisão das Sés e o envio de Núncio Apostólico para Lisboa, só foi, no entanto, enviado a 28 de Janeiro de 1656, como se dá conta em carta ao rei. O motivo do atraso[244] ter-se-á prendido com a necessidade de traduzir para italiano o documento redigido em português:

> Liorne em 28 de Janeiro de 1656. Com esta mando a Vossa Majestade a cópia do papel que hoje neste dia mandei ao Papa: dilatou-se tanto, porque além de convir que fosse muito considerado, tinha-o feito em português, e foi força esperar para a tradução dele pelo Padre D. Camillo San Severino, que nem se pode fiar de outrem, nem ele dar-se mais pressa depois que chegou: pareceu-me tanto melhor depois de traduzido, que o não quis mandar a Vossa Majestade em outra língua.[245]

A espera, no entanto, compensou, e o MSC em língua italiana é dos documentos do partido brigantino com mais cópias nos Arquivos do Vaticano, facto a que não pode ser alheio o carácter combativo e enérgico, mesmo excessivo, de Sousa Coutinho, bem patente

242 CD XIII p. 228
243 MSC, vol. I, pp. 295 et seqq.
244 Em carta sem data, mas provavelmente de finais de Janeiro de 1656, anunciava-se o envio do MSC a 12 de Janeiro (CD XIII p. 223)
245 CD XIII p. 229

na sua correspondência. O próprio embaixador refere, em carta não datada ao rei[246], que "depois que saiu a público o meu papel, que não poderá V. Majestade crer a ânsia com que se busca, e os aplausos com que se lê"[247]. E as reacções não se fizeram esperar, com pelo menos três respostas, de que dá conta em cartas ao rei, no decorrer do ano de 1656, e de que damos conta no comentário à *Epistola Apologetica*, a mais importante dessas respostas, pela quantidade e qualidade das reacções que, por sua vez, motivou[248].

Com a eleição de Alexandre VII verifica-se uma inflexão na posição espanhola quanto à provisão dos bispados. Até aí insistindo na defesa do direito do padroado régio dos reis Católicos, começa-se, a partir de 1655, a considerar como mal menor as provisões de *motu proprio*. É o que se pode depreender da posição do Conselho de Estado de Filipe IV, que na consulta de 2 de Junho de 1655 diz o seguinte:

> E embora nos princípios da Rebelião houvesse razões para honestar a oposição para que não se provessem senão nos nomeados por Vossa Majestade, depois de tantos anos que a Rebelião dura, e que aqueles Povos se encontram sem Prelados, havendo tão pouca aparência de vê-los brevemente reduzidos à obediência de Vossa Majestade, o negócio muda muito de feição, quando se sabia que o ânimo do Papa estava pouco inclinado a favorecer os interesses de Vossa Majestade, e olhar pelos seus direitos, como sucedeu nos últimos anos de Inocêncio X, isto bastava para uma veemente presunção que se proviam aquelas igrejas a título *de motu proprio*, [quando] era com inspiração, ou pelo menos, conhecimento do Rebelde [...] E, por isso, justamente se podia resistir a semelhante forma de Provisão; mas hoje, que cessa aquela causa com um Pontífice de quem há mais razões para o esperar mais favorável do que adverso, que geralmente se reconhece por pessoa de santa intenção, de máximas justificadas e de consciência delicada, será muito possível que se encontre pronto a tomar partido a dar Prelados àquelas igrejas sem mais dilação, e que seja dos primeiros negócios grandes em que tenha de se encontrar com a Coroa, [...] como é indubitável que o Rebelde não

246 Anterior, porém, à de Agosto ou Setembro de 1656, pois afirma que ainda não há reacção ao seu MSC. No COD. 6432 da Biblioteca Nacional encontra-se arrumada antes de outra datada de 1 de Julho de 1656.
247 BN COD. 6432, f. 172
248 *v*. vol. II, pp. 153 et seqq.

> admitirá bispos cuja Provisão seja feita por Vossa Majestade.[249]

Propõe-se assim ao rei que reexamine a questão consultando teólogos e juristas, abrindo caminho para a aceitação das provisões de *motu proprio*. A solução, porém, não agrada a Alexandre VII, que tem consciência da sua impossibilidade prática, dada a recusa portuguesa em aceitar outra solução que não a admissão das apresentações de D. João IV e o reconhecimento do seu direito de padroado. Esta posição ter-lhe-á sido transmitida por Sousa Coutinho na audiência privada de 14 de Dezembro de 1655, embora certamente com palavras menos assertivas do que as que usou em carta datada de 28 de Janeiro de 1656, dirigida a D. João IV, na qual dá conta do MSC que entregou ao Papa:

> [...] porque, Senhor, não estão já as cousas em altura que Vossa Majestade se deva contentar a lhas darem de meias, ou tudo ou nada, que é a razão por que digo no papel que as vias médias não têm já lugar.[250]

A insatisfação e impaciência da Santa Sé, interessada em resolver rapidamente o problema, são evidentes no Breve enviado a Filipe IV com data de 18 de Janeiro de 1656:

> Ben sà Vostra Maestà che questa via di motu proprio fà, et è sin'ora recusata da chi com la forza possiede ora quel Regno; onde questo non sarebbe un provedere à quelle anime, mà un'accrescere piu tosto gl'impedimenti di soccorrerle dopo sedici anni che sono senza Pastori.[251]

A 19 de Fevereiro do mesmo ano, Filipe IV responde ao Papa, por intermédio do seu embaixador em Roma, insistindo na solução das provisões de *motu proprio*[252]. A cedência castelhana é, no entanto, um último recurso, no caso de se não conseguir o que

249 Arq. Ger. Simancas, Est. Leg. 3107, cit. por BORGES 1958 pp. 141-142.
250 CD XIII, p. 230
251 CD XIII, p. 269
252 BORGES 1958, p. 146

Filipe IV de facto pretende: que Alexandre VII aceite as suas apresentações e lhe reconheça assim o direito de padroado sobre as igrejas de Portugal, enquanto seu legítimo soberano. Mais, o rei Católico faz saber ao Núncio Apostólico em Madrid que

> admitir os propostos pelo Duque de Bragança tinha como consequência maior prejuízo que o receber o embaixador, sendo isso, segundo o pensar dos seus conselheiros, mais apto para o declarar como rei legítimo, e que neste caso todas as defesas se lhe tornariam lícitas.[253]

A convicção de que aceitar as nomeações de D. João seria mais eficaz para a sua legitimação do que receber o seu embaixador, e portanto mais prejudicial aos interesses do rei Católico, explica sem dúvida a defesa convicta e acérrima da solução das provisões de *motu proprio* que se verifica no documento em estudo, e que constrasta com a ideia expressa nos documentos emanados da corte madrilena, no sentido de se encarar este género de provisão apenas como solução de último recurso. Recearia Filipe IV que o Sumo Pontífice, na sua confessada ânsia de resolver a questão da viuvez das Sés de Portugal, aceitasse as apresentações de D. João IV, oficialmente, ou recorrendo ao subterfúgio de prover *de motu proprio* em pessoas benquistas ao rei de Portugal? A verdade é que essa hipótese terá certamente passado pela mente de Alexandre VII, que o fez saber a Filipe IV, como se pode ler nas cifras do Núncio de Madrid, de 10 e 16 de Janeiro de 1656:

> ... com toda a eficácia, por parte de Sua Beatitude ao rei e a D. Luís de Haro que, para se proverem com realidade as igrejas de Portugal [...] não há outro meio senão admitir os sujeitos propostos pelo Português. [...] Que Sua Santidade não quer prestar contas a Deus por aquelas almas, que não têm quem as dirija pelo caminho do céu e lhes administre os meios necessários; por isso, retém que não pode deixar adiar mais a provisão dos bispos de qualquer maneira que tenha efeito, salvas sempre as razões do rei.[254]

253 Cifra do Núncio de Madrid ao Cardeal Secretário datada de 8 de Março de 1656. ASV: S.S. Esp. 113 – ff. 48-49, cit por BORGES 1958, p. 147.

254 ASV: S.S. Esp. 113 – 402 ; 405v-407, cit. por BORGES 1958, p. 145.

Ainda que matizada pela promessa de "salvar sempre as razões do rei", é evidente a ameaça por parte de Alexandre VII no sentido de prover "de qualquer maneira que tenha efeito" as igrejas de Portugal, e isso não poderá ter deixado de condicionar a estratégia espanhola em Roma. Apesar disso, oficialmente insistia-se na tese de que as provisões de *motu proprio* eram solução de último recurso, como se pode ler em carta autógrafa de Filipe IV ao Papa, datada de 8 de Abril de 1656:

> Devo dizer a Vossa Beatitude que, há muitos dias, mandei que os homens mais doutos, pios e zelosos, teólogos e juristas que há no reino, tratassem e estudassem esta matéria, desejando saber o que eu podia pedir a Vossa Santidade e a seus predecessores, e Vossa Beatitude fazer com inteira segurança de ambas as consciências, e todos unânimes e conformes, sem excepção de um só, me propuseram e qualificaram aquela solução [*sc. a provisão* de motu proprio] como o último limite a que eu podia chegar, julgando que, em rigor, podia manter o justo direito de propor e apresentar sujeitos para aquelas igrejas, que me toca como rei legítimo da Coroa de Portugal [...].[255]

No entanto, como se sabe, Alexandre VII não levou por diante a sua intenção de resolver a questão das igrejas de Portugal. Se por efeito da pressão castelhana, se graças à intransigência de Sousa Coutinho no "ou tudo ou nada", é difícil estabelecer. Certo é que haviam de passar mais quase tantos anos como os decorridos até então desde o 1.º de Dezembro, até o problema ficar finalmente resolvido.

A verdade é que, por essa altura, se empenhava Alexandre VII na obtenção de uma paz entre França e Espanha, receando, como declara em instruções ao núncio em Paris datadas de 14 de Novembro, com o reconhecimento de D. João IV e a provisão dos bispados, indispor Madrid, e assim abortar os seus esforços no sentido de se obter um acordo. Decidira, pois, adiar uma vez mais a solução do problema, não só porque

255 ASV: Ep. Pr. 79, 124-125, cit. por BORGES 1958, p. 147.

considerava a paz entre França e Espanha um benefício maior, como lhe havia sido solicitado por Madrid que esperasse mais alguns meses, pois estava em preparação a recuperação do reino[256]. Mais uma vez, portanto, pesavam mais as razões políticas e as pressões espanholas, ficando a resolução do problema de novo adiada.

1657

Com a morte de D. João IV, a 6 de Novembro de 1656, e cuja notícia só terá chegado a Sousa Coutinho, em finais de Dezembro de 1656 ou inícios de Janeiro de 1657, altura em que dá notícia do sucesso ao Papa, as negociações sofrem um revés.

1659

Sousa Coutinho vai-se mantendo em Roma, até que, em carta de 11 de Janeiro de 1659[257], o cardeal Antonio Barberini comunica ao rei Afonso VI a partida de Roma do velho embaixador, mal visto pelo Papa. Já então o embaixador parecia ser mais um obstáculo do que um efectivo auxílio na resolução do problema:

> Contuttociò ho lodata al medesimo Signor Ambasciatore la sua risolutione di partire, tanto più che la sua dimora non poteva essere che infruttuosa per le male impressioni fatte a Sua Beatitudine della sua persona, perche non resti più alcuna difficoltà alla speditione delle Chiese, quando sia vero il supposto, ò apparisca il contrario quando sia falso.[258]

Por seu lado, pouco antes, em carta sem data nem destinatário conhecidos, D. Afonso manifesta a intenção de,

> suposto que o embaixador Francisco de Sousa Coutinho se vem dessa Corte com desengano de se difirir as minhas justas pretensões e que por esta rezão e por não haver de ter mais requerimentos, me não são aí necessários ministros, vos encomendo muito que os despachos para a expedição dos que tendes em vosso poder mandeis entregar todos a Francisco de Távora, assistente da Companhia nessa Corte.[259]

256 CD XIII, pp. 375 et seqq., cit. por ALMEIDA 1968, p. 341
257 CD XIII, pp. 511-512
258 CD XIII, p. 512
259 CD XIII, p. 511

1661

Esta carta pode em grande parte explicar a ausência de notícias de desenvolvimentos significativos nas diligências da diplomacia portuguesa, que parecem suspensas até ao 1661, quando há notícia de uma carta datada de 21 de Julho, de Pedro Fernandes Monteiro, Ministro da Junta das Missões, ao cardeal Orsini[260]. Desta carta retira-se que, de feito, as comunicações entre Lisboa e Roma estariam suspensas. É o próprio cardeal Orsini quem disso se tinha queixado ao ministro, atribuindo o motivo a Sousa Coutinho, entretanto falecido, e que efectivamente, de acordo com Pedro Monteiro, era dessa opinião:

> Mi parla Vosta Eminenza nelle materia del Regno, giudicando per poco politici i mezzi di non continuarsi la comunicazione con cotesta Corte [...]. Attribuisce Vostra Eminenza la risolutione di questo mezzo a Francesco di Souza Coutinho: non niego, che lui fu di questa opinione, così in cotesta, come in questa Corte, però non fu lui quel che lo imprimè [...].[261]

Passa depois Pedro Monteiro a explicar o motivo da quebra de comunicação entre as duas cortes, para o que sente necessidade de recordar os insucessos das embaixadas de D. Miguel, Nicolau Monteiro, Manuel Carrilho e Sousa Coutinho. Recorda, em seguida, o problema da vacatura das sés, e manifesta o desagrado português perante o envio de bispos estrangeiros para as sés da China e da Índia, política delineada pela *Propaganda Fide*. Sublinhando a paciência que o reino de Portugal foi demonstrando perante a indiferença e os agravos da Santa Sé, recorda que o rei de Portugal recebera vários pareceres de universidades estrangeiras que o aconselhavam a que, depois de ter cumprido tudo o que lhe era devido como príncipe cristão em relação ao Papa, e não tendo este cumprido as suas obrigações, ao deixar sem pastores o rebanho português, provesse as igrejas sem recurso à Santa Sé. Apesar de tudo, D. João sempre se manteve fiel

260 CD XIV, pp. 5-9
261 CD XIV, p. 5

à Santa Sé, mesmo se, por altura da sua morte, começava a considerar medidas radicais, e é certo que reagiria à presente afronta:

> 'Vostra Santità non mi provede, mi dica a chi devo ricorrere'; e che questa lettera se gli desse, e non facendo cos' alcuna per essa, s'usassero poi i mezzi, che non è necessario ripetere. Tutto questto, come ho detto, lasciò d'esecutare il Serenissimo Rè per sua gran pietà, e non perche s'intromettesse nella materia alcun Tribunale, che di questo ha preteso servizio, e merito con Sua Santità, ma ancora sono obbligato a dire a Vostra Eminenza, che nel tempo, che Dio lo tirò a se stava con differente opinione, e ben credo che se fosse vissuto, e gli fosse stata fatta la nomina de Vescovi, che ora dicono che sia stata fatta per l'Indie e China, aveva da prorompere con qualche gran dimonstrazione.

Acresce a isto, conclui o ministro, a guerra e outros graves negócios, que vão impedindo o retomar das diligências portuguesas. Apesar destas declarações, a verdade é que as negociações e diligências, mesmo se de forma menos intensa, decorriam.

Com efeito, há na BAV um documento em língua italiana que, ao fazer referência à "Pace già sottoscritta à 6 d'Agosto com Olanda", é datável de 1661. Neste documento não assinado, dá-se conta das duas instâncias feitas até ao momento por Portugal, no sentido de serem recebidas as suas embaixadas de obediência, e de serem providos os bispados vacantes. Entre outros aspectos menos relevantes sobre a questão da provisão dos bispados, refere-se que, dadas as circunstâncias políticas e militares favoráveis, decorrentes do acordo de paz com a Holanda, o rei de Portugal está em posição de retirar a cedência em aceitar as provisões *ad supplicationem Regis regnum Lusitaniae possidentis*, e com cláusula *sine praeiuditio tertii*, proposta que foi, aliás, recusada pelo Papa, e recuar para uma posição de intransigência, aceitando apenas provisões *ad praesentationem*, sem outras cláusulas de reserva[262].

Provavelmente da mesma época[263] é outro documento em língua italiana, um

262 BAV: Chigi R I 4, f. 282

263 Apenas se retira, do documento, que é do reinado de D. Afonso VI, mas não há qualquer referência à pouco secreta missão de D. Francisco Manuel de Melo, de que falaremos em lugar próprio.

impresso que tem por sugestivo *incipit* "Non é sola V.S. in maravigliarsi, che nello spazio di tant'anni la Sede Apostolica, ed habbia ricusata qualsiuoglia corrispondenza com quel Principe [...]; ed habbia tralasciato di prouedere alle Chiese"[264]. Justifica o primeiro ponto com a ilegitimidade política de D. João IV e de D. Afonso VI. Quanto ao segundo ponto, sublinha a intransigência portuguesa em aceitar outra solução senão as provisões por sua apresentação, bem como as ameaças espanholas de corte de relações em caso de se aceitarem as exigências portuguesas. Assim, entre prover as igrejas de Portugal segundo os termos portugueses, ou romper com Madrid e perder jurisdição no seu império, Alexandre VII decidiu-se pelo mal menor, ao adiar a provisão dos bispados portugueses.

Será pouco posterior uma resposta portuguesa, igualmente em língua italiana, e também sem autor nem data[265], que rebate ponto por ponto as alegações daquele impresso. O autor, que não se identifica, diz, contudo, que é da sua pena um dos documentos deste estudo, a EV.

Ou seja, não é certo, insistimos, que o facto de terem cessado as instâncias oficiais equivalha a um cessar das diligências no terreno. Da amostra seleccionada é evidente que, de um lado e do outro, não abrandaram as iniciativas, os papéis manuscritos ou impressos, as polémicas, o travar de razões.

Mais significativo é o facto de que, a 15 de Outubro deste ano de 1661, o Cardeal Protector envia notícia de que o Papa encarregara os cardeais de estudarem o problema, havendo garantia de uma resolução para breve. É o que se retira das instruções que, mais de um ano depois, D. Afonso VI, que entretanto, na sequência do golpe de Junho de 1662, assumira o governo do reino, envia a D. Francisco Manuel de Melo, e de que falaremos mais adiante:

264 BAV: Chigi R I 4, ff. 272-274. Há duas existências na BNP: RES. 2134//4 V ; F.R. 598
265 BAV: Chigi R I 4, ff. 276-281

> E lhe direis [ao cardeal Orsini] vos mando a essa corte a entender o último estado em que se acha o provimento dos bispados destes reinos, que é o mais importante negócio que tenho em Roma; por ser verdade que pelos seus despachos de 15 de Outubro do ano passado [1661] me avisou que sua Santidade lhe segurara resolveria este negócio, e consolaria estes reinos até Dezembro do mesmo ano, para o que tinha ordenado aos cardeais vissem, estudassem e consultassem sobre a matéria para o informarem do que convinha[266].

1662

A 27 de Outubro de 1662, com efeito, D. Afonso VI, escrevia a D. Francisco Manuel de Melo, dando-lhe instruções[267] para uma missão a Roma[268]. Recorda os sucessivos fracassos nas diligências junto da Santa Sé no sentido de resolver o problema da vacatura das igrejas de Portugal, e declara que de Roma já nada tem a esperar. Ainda assim,

> por me não ficar nada por fazer em matéria tão importante, e que tanto necessita o espiritual e temporal deles, aproveitando-me de tão boa ocasião como a de passardes àquela Corte [de Roma], esperando de vossa prudência juízo e capacidade, que estando nela como pessoa particular vos possa o tempo abrir caminho a adiantar as cousas destes reinos, fazendo entender aos ministros de Sua Santidade o grande rigor com que ali tem tratado, e as sem-razões que se têm usado com um reino tão benemérito da Sé Apostólica e que em todas as ocasiões mostrou bem ser verdadeiro e obedientíssimo filho seu, me pareceu mandar-vos a instrução seguinte, esperando do zelo e amor que tendes a meu serviço, que sem vos afastar dela o procurareis adiantar quanto vos for possível, buscando para isso ocasiões acomodadas.[269]

D. Francisco deveria embarcar em naus inglesas destinadas a Génova e Liorne, e daí passar a Roma, sem se fazer acompanhar de qualquer religioso, devido ao "grande descrédito de que são naquela Corte"[270], afirmação que vem fazer justiça às acusações no

266 CD XIV, p. 13

267 CD XIV, pp. 11-22

268 Mesmo com a consciência da sua importância fundamental no rumo político do reino, mas com a preocupação de não nos desviarmos demasiado do problema em estudo neste capítulo, não nos referiremos senão superficialmente às questões relativas à procura de uma solução matrimonial para D. Afonso VI.

269 CD XIV, pp. 11-12

270 CD XIV, p. 12

mesmo sentido que Sousa Coutinho fez no seu Memorial ao Papa[271], e que tão grande reacção haviam provocado entre os religiosos portugueses de Roma[272]. Além disso, não se deverá fazer acompanhar de mais do que cinco ou seis criados, nem se alojará em casa demasiado faustosa, de modo a não denunciar a origem da sua missão. Deverá entrar, então, em contacto com Gaspar de Gouveia, assistente da Companhia, que o porá ao corrente dos negócios de Portugal. Apresentar-se-á sempre como indo em viagem particular, quer ao assistente, quer aos cardeais Orsini e Antonio Barberini, reservando para momento que achar oportuno a revelação da verdadeira natureza da sua missão – que será sempre feita, em primeiro lugar, a Gaspar de Gouveia. Para tal, o rei envia-lhe duas cartas, uma para se apresentar como particular, outra enquanto seu enviado oficial[273]. Em seguida, o rei encarrega D. Francisco de averiguar sobre a fiabilidade do cardeal Orsini, de quem diz ter informações pouco favoráveis (ainda os ecos das denúncias e queixas de Sousa Coutinho?), e a quem se apresentará como fidalgo português a tratar de negócios particulares, apresentando nessa altura a carta do rei nesse sentido. Só então, se dessa primeira prática considerar que Orsini é de confiança, se declarará como enviado oficial, revelando a segunda carta do rei. Nessa altura inquirirá o cardeal sobre os negócios do provimeno dos bispados, e pedir-lhe-á satisfações sobre o não cumprimento da garantia dada no ano anterior de que os bispados seriam providos até Dezembro de 1661. O rei prossegue recomendando que verifique junto do cardeal Antonio Barberini as respostas dadas, sem contudo demonstrar desconfianças em relação a Orsini. Em seguida deverá manifestar, junto de pessoas próximas do Papa, a obediência do novo rei, bem como a necessidade de se resolver o problema da vacatura das igrejas, ameaçando uma vez mais com a realização de um Concílio Nacional:

> […] fareis entender às mesmas pessoas com destreza, sem dizer positivamente, que não faltam

271 MSC, vol. I, ll. 135 et seqq.
272 Vol. II, p. 153
273 CD XIV, p. 12-13

> muitas pessoas doutas que me aconselham que mande fazer neste reino ũa junta de todas as pessoas que constumam formar-se os concílios nacionais, e seguindo o exemplo de outros príncipes, que assim o detreminaram em acções menos justificadas.[274]

O rei justifica esta solução com o facto de o Papa não atender às necessidades do reino, acrescentando que a ele recorrerá sempre que este ou outro Sumo Pontífice recusar dar ao reino a sua bênção apostólica. Não lhe pesará na consciência esta decisão, continua, pois da sua parte foram já feitas todas as diligências para obter do Papa a provisão das sés, e recomenda a D. Francisco que acrescente outras razões que achar convenientes, sublinhando sempre que esta sua missão é a última diligência portuguesa antes da ruptura e de se avançar para a solução do Concílio Nacional – que, diz a instrução, o próprio Inocêncio X intimamente não desdenhara, que permitiria resolver o problema sem ter de afrontar Madrid. Pede ainda que avise os portugueses residentes em Roma que se preparem, nesse caso, para abandonar a cidade e recolher a Portugal[275].

D. Francisco tem autorização para fazer promessas de pensões e benefícios a pessoas ligadas à Santa Sé, tendo em vista o êxito da sua missão. Deverá além disso fazer uso das recomendações do rei de Inglaterra, obtidas por intervenção do embaixador português em Londres, e que lhe deverão chegar a Roma, e demonstrar que, apesar da paz franco-espanhola, Portugal e Paris mantêm as melhores relações, o que poderá significar a adopção, mesmo se tímida, da estratégia seguida em 1655-1656 em Roma, quando, ainda antes da paz dos Pirinéus, ameaçava com o auxílio militar francês, em caso de cessarem as hostilidades entre Paris e Madrid.

Significativas são as instruções sobre o procedimento em caso de audiência com o Papa:

> Tendo audiência de Sua Santidade, lhe dareis de todas as razões que ficam apontadas as que vos

274 CD XIV, p. 14-15
275 CD XIV, pp. 15-16

> parecerem mais eficazes, justificadas e proporcionadas a o presuadir, começando pela humildade e justificação, e acabando porém com as de sentimentos e desengano; mas em nenhum caso dareis memoriais ou papéis sobre o direito deste reino, e pedindo-se-vos, respondereis vocalmente que a Sé Apostólica está muito bem informada da justiça da minha causa, da qual já não consinto que se trate por ser 2.º possuidor destes reinos, que herdei, e em que por direito sucedi a el-rei meu senhor e pai, que Deus tem, que tantos anos o governou pacificamente, e eu faço o mesmo: além de que o mundo está certificado do direito da sua justa aclamação e ristituição.[276]

A recomendação de não entrar na questão da legitimidade da posse, já posta em prática em 1655 por Sousa Coutinho[277], bem como a insistência na posse pacífica quer de D. João, quer de D. Afonso, confirma aquilo que parece ser uma tendência da diplomacia portuguesa pelo menos desde os anos 50, que, ao defender a não intervenção da Santa Sé nas questões políticas, opta por preterir as intrincadas discussões jurídicas sobre os direitos da Casa de Bragança ao trono, em detrimento da insistência da posse pacífica e efectiva do reino, que, de acordo com a prática da Santa Sé, considera suficiente para obter o reconhecimento papal.

Em relação às fórmulas de provisão, D. Afonso exige apenas o direito de apresentação para as sés de Leiria, Elvas, Portalegre e Conquistas, contentando-se com suplicação para as restantes, e cedendo apenas na aceitação da cláusula "sine praeiuditio tertii"[278]. Ou seja, está afastada, uma vez mais, a hipótese de se aceitarem nomeaões de *motu proprio*.

Continua o rei com um argumentário a usar em caso de serem feitos reparos sobre o casamento de D. Catarina com o rei de Inglaterra, um hereje aos olhos de Roma, o qual é justificado com os proveitos que dele decorreriam para os católicos ingleses.

276 CD XIV, pp. 17-18

277 "Quelle, che chiamano il Re mio Signore alla legitima successione de Regni di Porlogallo sono cose chiare, che li nostri inimici istessi le conoscano meglio di quello le uogliano confessare; Se n'è mostrata in tant' occasioni con proue si conuenienti l'euidenza à tutto il mondo, che sarebbe inutile stendermi hora a repeterle." (MSC, vol. I, ll. 15-19)

278 CD XIV, p. 18

As instruções terminam com considerações sobre as missões, reclamando que sejam enviados missionários naturais do reino, ou, "quando sejam estrangeiros que o não sejam de meus inimigos"[279], e finalmente uma recomendação final no sentido de que D. Francisco se não declare como enviado oficial, a não ser que obtenha audiência com o Papa.

As cartas de que o rei fala nas instruções são muito provavelmente as que se encontram nas páginas 24 e 25 do volume XIV do Corpo Diplomático[280]. A primeira é dirigida ao cardeal Orsini, e nela se recomenda D. Manuel de Melo, que o rei declara como seu ministo, e solicita ao Cardeal Protector que prepare o ânimo do Papa para atender às preces do reino de Portugal, e assim proveja os bispados[281].

A segunda carta é dirigida ao cardeal Antonio Barberini, na qual o rei dá notícia do envio de D. Francisco, que "como pessoa particular reside nessa corte em negócios seus", e por quem manifesta de novo a sua obediência ao Papa, visto que

> chegaram a este reino algumas notícias de que se poderia abrir caminho a Sua Santidade deferir as justas pretenções destes reinos, e que se perdera a ocasião por não haver nessa corte pessoa que se aproveitasse dela [...].[282]

1663

A 18 de Janeiro de 1663, D. Afonso volta a escrever a D. Francisco, solicitando-lhe que vá a Londes, antes de seguir para Roma, para se encontrar com D. Catarina de Bragança, que entretanto enviara ao Papa um seu ministro, para lhe manifestar obediência e pedir intercessão pelos negócios de Portugal.

D. Francisco parte para Londres por volta de 7 de Fevereiro de 1663[283], e de lá saiu a 17 de Maio do mesmo ano, rumo a Roma, com escala em Paris, onde procura obter, junto

279 CD XIV, p. 20

280 O CD não indica qualquer data precisa para as duas cartas, conjecturando apenas o ano de 1663. Edgar Prestage, contudo, dá como certo que são as que acompanhavam as instruções (*cf.* PRESTAGE 1914, p. 339)

281 CD XIV, p. 24

282 CD XIV, p. 25

283 PRESTAGE 1914, p. 342

do marechal Turenne, apoio militar e diplomático[284], mas também um novo parecer da Sorbona sobre a questão da provisão dos bispados[285], tendo em vista a reunião por essa altura, em Lisboa, da Junta do Estado Eclesiástico. Pedia, além disso, intercessão dos ministros e cardeais franceses em Roma, no sentido de se dar solução aos negócios de Portugal. É com toda a probabilidade testemunha destas diligências junto da Sorbona o documento IQL, que faz parte do nosso estudo[286], no qual, depois de uma exposição dos esforços feitos, em vão, desde 1640 no sentido de obter o reconhecimento dos Braganças e de prover os bispados, se pergunta o que se deve fazer para resolver o problema. Finalmente, solicitou ao rei de França um novo passaporte, em nome de um Monsieur de Saint Clément, criado do rei de Inglaterra, de modo a poder passar sem risco até Marselha, e daí, de barco, até Génova ou Liorne[287].

Apesar do secretismo da sua missão, ela aparece revelada com todas as letras – apesar do erro no título nobiliárquico com que se disfarçava – na Gazeta de Paris:

> De Gênes le 8 Septembre 1663.
>
> Dom Emanuel, Comte de S. Germain, et quelques autres Gentilshommes Portugais, sont ici arrivés de Londres pour aller à Rome de la part du clergé de Portugal faire de nouvelles instances au Pape de pourvoir aux Êglises de ce Royaume-lá, que manquent de Prélats; esperans que la conjoncture des affaires pourra favoriser leurs négotiations.[288]

O disfarce de D. Francisco era, contudo, um segredo muito mal guardado, pois em Madrid, que já desde o início de 1663 tinha notícia da sua missão, parecia conhecer-lhe *pari passu* todas as movimentações. Em Conselho de Estado de 13 de Junho desse ano de 1663, com efeito, já o assunto era discutido, e a 27 de Agosto, o embaixador espanhol em Roma, o cardeal Aragón, escreve a Filipe IV dando conta da chegada iminente de D.

284 PRESTAGE 1914, pp. 350 et seqq.
285 PRESTAGE 1914, p. 355
286 IQL, vol. I, pp. 383 et seqq.
287 *V.* o texto integral das Memórias de 10 de Junho de 1663 em PRESTAGE 1914, pp. 527-536
288 PRESTAGE 1914, p. 360

Francisco:

> […] y según me escribe de Paris el Marqués de la Fuente, puedo esperar presto aquí a Don Francisco Manuel, que será bien molesto embarazo en esta coyuntura [...].[289]

Ademais, a 4 de Setembro revela o seu disfarce de Conde de São Clemente e a sua presença em Génova:

> Diego de Lavra en fecha de 25 del pasado me avisa como ya habia llegado Don Francisco Manuel vestido a la francesa a aquella ciudad, y también el Embajador de Venecia al mismo tiempo me participó por aviso del Ministro de su Republica que asiste allí el arrivo deste sujeto, intitulándose Conde de San Clemente, añadiendo que le escribía que traya treinta mil doblones, que venía vestido de muchos papeles para la consecución de los Obispados [...].[290]

Acrescenta ainda, em comunicação de 15 desse mês, que já preveniu o Papa dos artifícios pensados pelo enviado português para conseguir ser recebido, tendo Alexandre VII recordado então o sucedido em 1655-1656 com Sousa Coutinho:

> En la audiencia desta mañana, con la noticia de haber llegado Don Francisco Manuel a Génova, representé a Su Santidad todo lo que me pareció conveniente, discurriendo en todo lo que tuve por a propósito sobre los pretextos con que este sujeto quería darse a entender, pues decían venía con ánimo de disimular primero el intento en lo exterior con vestirse de largo, y aun pasando a pretender en Dataría, siendo este medio para facilitar más su introducción con todos [...]. El Papa me respondió con individualidad lo que en tantas ocasiones había hecho, y lo que siendo embajador aquí el Duque de Terranova obró con la persona de Sousa [...]. [291]

A 20 de Novembro dá notícia de que D. Francisco já tem casa em Roma[292], e em 20 de Dezembro de 1663 Aragón declara ter tentado furtar a D. Francisco os papéis da

289 Cit. por PRESTAGE 1914, p. 542
290 Cit. por PRESTAGE 1914, p. 542
291 Cit. por PRESTAGE 1914, p. 543
292 PRESTAGE 1914, p. 545

Sorbona que D. Francisco levava, e todas as diligências no sentido de impedir a sua missão[293]:

> Y porque en todo concurren en lo interior y exterior franceses con Portugueses, en poder de D. Francisco Manuel se hallan unos papeles, que son proposiciones autorizadas de la Sorbona de Paris, que fundam poder el Tirano como en la primitiba Iglesia hacer que se elijan los obispos, no concediéndolos a su Santidad como los piden, diciendo se le deben como a Rey, y [no] me há servido el tiempo para poderlos haber a las manos porque los tiene muy reserbados [...][294]

Por fim, e depois de várias comunicações para Madrid a dar conta de todos os passos de D. Francisco[295], a 30 de Abril de 1664, após manifestar ao Papa as suas preocupações sobre a presença do enviado português em Roma, e uma sua eventual admissão em audiência,

> el Papa me respondió en forma que me dejó satisfecho: aun cuando tenga audiencia Don Francisco, será de suerte que no logre más que Coutiño, antes bien le sirva de más desengaño.[296]

Entretanto, é publicada em 1663 uma *Narratio compendiosa rerum omnium quae acciderunt super confirmandis a Summo Pontifice Regni Lusitani episcopis ad nominationem Serenissimorum Regum Ioannis Quarti … et Alphonsi Sexti ...*, de que há, na BAV, uma versão impressa[297] e duas manuscritas[298], sem autoria indicada, mas que M. Grégoire atribui a Nicolau Monteiro[299]. Do mesmo ano é o discurso apresentado por António de Sousa de Macedo a 8 de Março, na junta havida em S. Domingos, em Lisboa, de que circulou em

293 Prestage 1914, p. 374
294 Cit. por Prestage 1914, pp. 546-547.
295 Prestage 1914, pp. 547-550
296 Cit. por Prestage 1914, p. 550-551
297 BAV: Chigi R I 4, ff. 206-209
298 BAV: Chigi R I 4, ff. 186-191, Barb. Lat. 5253, ff. 169-174
299 Grégoire, p. 405, n. 3

Roma quer a versão impressa[300], quer a manuscrita[301]. Ambos os documentos, versando a questão da provisão dos bispados e sublinhando o abandono a que os sucessivos pontífices votaram as igrejas de Portugal, ao circularem em Roma, apesar de impressos em Lisboa, e sobretudo ao circularem também em versões manuscritas, demonstram que, se os contactos entre Lisboa e a Santa Sé estavam parados, sem que tivesse havido, desde Sousa Coutinho, novas missões oficiais, na verdade não paravam as instâncias e diligências junto da Sé Apostólica, no sentido de pressionar o Papa a resolver uma situação que ameaçava caminhar para uma solução de ruptura, como se pode verificar nas instruções que acompanham a Roma D. Francisco.

1664

Quando entra em Roma, finalmente, a 30 de Dezembro de 1663, D. Francisco Manuel de Melo tem, como vimos, não só toda a sua missão conhecida em Madrid, como todo o seu caminho minado em Roma, pela vigilância e diligências do cardeal Aragón. Não é, pois, de admirar que ali permaneça, sem conseguir obter a desejada audiência com o Papa. Recebe mesmo ordens de Lisboa, em carta data de 12 de Julho de 1664, no sentido de abandonar a Urbe[302]. Decide, apesar disso, ficar, e a 25 de Agosto obtém, finalmente, a desejada audiência, como noticia a Gazeta de Paris:

> De Rome, le 31 Aoust 1664
>
> Ce jours passez le Comte de S. Clement, de la maison de Melo, Ministre du Roy de Portugal, eut, enfim, l'Audience qu'il demandoit depuis si long temps et a laquelle il demeure une heure et demie; de quoy l'Ambassadeur d'Espagne avoit témoigné un tel mecontentement qu'il ne vouloit point aller a celle qu'il a tous les Samedis, si le Pape ne lui eust fait dire qu'il ne devoit point s'en allarmer; de srote qu'il prit a l'ordinaire son Audience, qui dura pres de trois heures.[303]

300 BAV: Chigi R I 4, ff. 202-205
301 BAV: Chigi R I 4, ff. 194-198
302 PRESTAGE 1914, p. 367
303 PRESTAGE 1914, p. 367

A narrativa do punho do próprio D. Francisco, dirigida a Castelo Melhor, pode ser lida no *Esboço Biographico* de Edgar Prestage[304], e nela se percebe a habilidade diplomática do "Conde de São Clemente", que aproveita a onda vitoriosa dos exércitos portugueses[305] e as notícias da morte de Filipe IV[306] para tentar, agora, com sucesso, obter a ansiada audiência:

> Sabereis, Senhor, que vendo eu o curso tão grande de vitórias e aplausos que Deus nos deu, e ouvindo a constante fama que aqui corre vinda por conta de essa corte a morte d'el-rei de Castela, me pareceu tornar a entrar em pretenção de ua audiência do Papa [...]. Sucedeu-me como esperava, e hoje, dia do Sr. Rei São Luís, tive audiência de Sua Santidade, de três quartos de hora.[307]

D. Francisco terá cumprido as instruções que levava em caso de audiência, como se depreende destas palavras:

> Discorreu-se variamente, e no fim o apertei quanto um homem podia a um Papa.[308]

O êxito obtido deixa D. Francisco sem saber o que fazer, pois, como ficou dito, recebera um mês antes ordens no sentido de abandonar Roma, mas dadas as circunstâncias, e sobretudo confirmando-se a morte de Filipe IV, considera que

> será a cousa a mais irracional do mundo deixar só esta corte, adonde então era necessário acudirem muitos ministros juntos [...][309]

D. Francisco vai-se, pois, deixando ficar em Roma, continuando a fazer visitas e

304 PRESTAGE 1914, pp. 368

305 O exército português, sob o comando dos condes de Vila Flor e Schomberg, obtivera, em 1663, a importante vitória na Batalha do Ameixial.

306 As notícias da morte de Filipe IV eram, contudo, manifestamente exageradas, já que o Rei Católico só viria a morrer mais de um ano depois, a 7 de Setembro de 1665.

307 PRESTAGE 1914, p. 368

308 PRESTAGE 1914, p. 368

309 PRESTAGE 1914, p. 369

insistências junto de personalidades, como os cardeais Abbizi, Tineti, Ottobono, Santa Cruz, Palota, Farnesio, e Orsini aos quais faz várias ofertas, desde perfumes a pastilhas para a boca, como relata o cardeal Aragón, que continua mutíssimo bem informado de todos os passos do embaixador de D. Afonso VI[310]. Em carta de 13 de Outubro, o embaixador espanhol dá ainda conta de que se fazem diligências para a aceitação da provisão de *motu proprio* da sé de Goa, e que o cardeal Orsini crê poderem vir a ser aceitas em Lisboa, para alívio de Aragón, que diz mesmo:

> Andan en esto y holgaria lo consiguiese, por la abertura que se da para las demás iglesias en aquel reino, en la forma que Vuestra Majestad tiene dado consentimiento.[311]

Filipe IV parece, pois, nesta altura, conformado, senão mesmo convencido de que as provisões de *motu proprio* são a melhor solução possível, e assim se vê, de novo, a razão que tinham políticos experimentados, como Sousa Coutinho ou o marquês de Nisa, ao considerarem estas "vias médias" prejudiciais aos interesses de Portugal.

A 14 de Outubro de 1664 ainda escreve D. Francisco de Roma ao Marquês de Sande, e a 18 de Outubro o sempre muito bem informado cardeal Aragón relata que continua a tentar nova audiência, recorrendo a expedientes menos ortodoxos:

> Habiendo Su Santidad salido para Castelo, y estado tan adelantada la jornada deste Portugués fuera desta Corte, sabiendo las diligencias que continuaba en orden a conseguir nueva audiencia, como se lo escribió Mos. de Leonne, me pareció conveniente ir a Frascati, y con ocasión de ver aquel sitio, estar más próximo a observar si había alguna novedad en esta parte. Supe que había ido vestido de clérigo a Castelo a solicitar audiencia, respondiósele con exclusiva, con que se volvió, no habiendo logrado el intento. Está de un dia para outra para salir, de cuyo efecto daré cuenta a Vuestra

310 Cit. por PRESTAGE 1914, pp. 554-555.
311 Cit. por PRESTAGE 1914, p. 556

Majestad.[312]

Parte, com efeito, de Roma em Novembro[313], sem ter conseguido obter nada daquilo que se propunha, não obstante a audiência concedida por Alexandre VII.

1665

De 30 de Abril de 1665 é um documento presente na BAV[314], certamente da autoria de frei Pedro de Sousa, confessor de D. Afonso VI e tio do conde de Castelho Melhor, que dá conta de um tratado sobre a provisão dos bispados, encomendado a João Cabral de Barros, o qual teria ficado completo em Março desse ano, mas cuja heterodoxia teria levado Castelo Melhor a apreendê-lo, e a encomendar um outro a Manuel Rodrigues Leitão. Deste documento, cuja edição, tradução e comentário fazem parte do nosso estudo[315], parece transparecer a ideia de que, frustrada a missão de D. Francisco Manuel de Melo, em Lisboa se voltava a considerar a aceitação das provisões *de motu proprio*. Com efeito, declara-se no documento que, uma vez concluído o tratado de Rodrigues Leitão, uma comissão examiná-lo-ia, e decidiria sobre a aceitação ou recusa deste género de provisão[316]. Contudo, o que nos parece nele mais interessante, além das implicações que poderá ter na datação do importante *Tratado Analítico e Apologético* de Manuel Rodrigues Leitão[317], é a assunção clara do braço de ferro que, logo que a questão da provisão dos bispados se colocou, no início da década de 1640, se fazia entre aqueles que consideravam estar em primeiro lugar a resolução do problema religioso, e que portanto se sentiam inclinados a aceitar a solução das proviões de *motu proprio*, e aqueles que, como Sousa Coutinho ou o marquês de Nisa, antepunham a resolução do problema político, e não

312 Cit. por PRESTAGE 1914, pp. 556-557
313 PRESTAGE 1914, pp. 370-371
314 BAV: Chigi R I 4, f. 266
315 TL, vol. I, 386 et seqq.; vol II, pp. 367 et seqq.
316 TL, vol. I, ll. 20-23
317 Vol. II, pp. 412 et seqq.

abriam mão da provisão dos nomes propostos pelo rei, por suplicação ou por apresentação – afinal, os vitoriosos:

> credo … eiusdemque interuentu [*sc.* Manuel Rodrigues Leitão] amplectendam tandem aliquam resolutionem oppositam illi, quam tenent nonnulli Iuristae, et alii qui ad solam Rationem status respicere profitentur.[318]

Contudo, se a encomenda feita por Castelo Melhor resultou no *Tratado analítico e apologético sobre os provimentos dos bispados da coroa de Portugal*, este não veio a ser publicado senão em 1715, não havendo sequer a certeza de que estivesse pronto em 1669[319], ficando assim frustradas as espectativas de frei Pedro de Sousa numa solução para breve, e que esperava, depreeende-se das suas palavras finais, fosse a recomendação da aceitação das provisões de *motu proprio*.

A ausência de notícias e de correspondência diplomática parece indicar que a ameaça de Afonso VI, no sentido de que a missão de D. Francisco seria a última tentativa de resolver a questão, fora, de feito, cumprida. Se por convicção, se por entretanto se terem intensificado as operações militares, não é fácil decidir. A verdade é que só após a paz com Espanha, assinada em Lisboa a 13 de Fevereiro de 1668, e depois da missão do conde do Prado, em 1669, recebido finalmente com honras de embaixador, se expediram em Maio de 1670, as primeiras bulas com as fórmulas usadas pelos reis de Portugal[320], numa altura em que já não havia um único bispo em funções nem no reino, nem nas Conquistas.

318 TL, vol. I, ll. 23-25
319 TORGAL 1981, p. 154, n. 1
320 ALMEIDA 1968, p. 342

Parte III: Os documentos

Critérios de edição

Não foi possível, nos documentos dos Corpus I e II, identificar qualquer autógrafo, nem uma cópia que se pudesse considerar claramente mais correcta. A nossa edição procurou, assim, estabelecer o texto mais completo e mais correcto, a partir das diferentes cópias manuscritas de cada documento.

Nos casos em que verificámos a existência de impressos coevos[1] tomámo-los como base, excepto nos casos em que a versão impressa revela uma revisão posterior do texto. Nessas situações optámos por manter a lição manuscrita, por reflectir o texto que efectivamente circulava em Roma[2]. Assinalámos também, em aparato, as variantes dos documentos com edição no Corpo Diplomático[3]

Normalizámos o uso de maiúsculas e minúsculas, excepto nos casos em que se verifica uma intencionalidade clara, e não, como na generalidade dos casos, uma arbitrariedade muitas vezes decorrente, no caso das maiúsculas, da localização da palavra em início de linha. Conservámos, contudo, as maiúsculas em substantivos como "Rex", "Regnum" ou "Ecclesia", que surgem assim grafados invariavelmente em todos os manuscritos.

Normalizámos e interviemos na pontuação, que na generalidade dos casos não parece obedecer sequer ao uso da época, verificável em textos impressos coevos, e torna o texto incompreensível ao leitor contemporâneo.

1 É o caso dos PRP, RPD
2 É o caso da RPD, cuja edição impressa, em Paris, é posterior à versão manuscrita conhecida em várias cópias nos arquivos do Vaticano.
3 É o caso da SOE.

Desdobrámos as abreviaturas, que assinalámos em aparato apenas quando podem explicar algum erro de cópia. Foi o caso, entre outros, do *Responsum Praecipuorum Doctorum* (RPD), ll. 70-72, onde "Cod*ex* Theodosianus", no manuscrito M, foi lido "eod*em* Theodosianus", no manuscrito N. Mantivemos, porém, a generalidade das abreviaturas nas citações bibliográficas, de modo a não sobrecarregar o texto, sobretudo ao tratar-se de abreviaturas frequentemente ainda em uso.

Introduzimos "aspas" nas citações.

Substituímos os sublinhados por "aspas", quando estes se destinavam a assinalar uma citação. Assinalámos em aparato os sublinhados, quando surgem em alguma cópia com intenção evidente de dar ênfase a uma palavra ou sintagma.

Conservámos as hesitações entre algarismos romanos e árabes, assinalando as variantes em aparato. Substituímos sistematicamente os algarismos árabes por romanos apenas nos casos em que uma das cópias o faz também de forma sistemática.

Omitimos os pontos após os numerais, romanos ou árabes, de regra nos hábitos de escrita seiscentistas.

Omitimos os reclames, nos casos em que ocorrem. Assinalámos em aparato os casos que considerámos relevantes para entender a transmissão do texto.

Corrigimos o texto apenas quando de outra forma a sua compreensão fosse impossível.

O texto *Epistola Apologetica* (EA), por razões desenvolvidas no seu comentário[4], exigiu critérios de edição distintos dos restantes documentos. Assim, assinalámos com ***itálico negrito*** as secções copiadas textualmente do documento que lhe serve de fonte, a *Breuis Disceptatio* (BD), com indicação da sua origem em nota lateral, mesmo nos casos em que se trata de mera paráfrase, sem cópia de texto. Assinalámos com **romano negrito** as

4 Vol. II, pp. 152 et seqq.

secções omissas na cópia P, com referência em aparato. Neste último caso, com efeito, a extensão das omissões, que podem compreender várias dezenas de linhas, pareceu-nos justificadora de uma intervenção mais forte do que o simples assinalar em aparato, de modo a que o leitor tenha sempre em vista que os parágrafos que está a ler não se encontram na cópia porventura mais importante, como demonstraremos em lugar próprio.

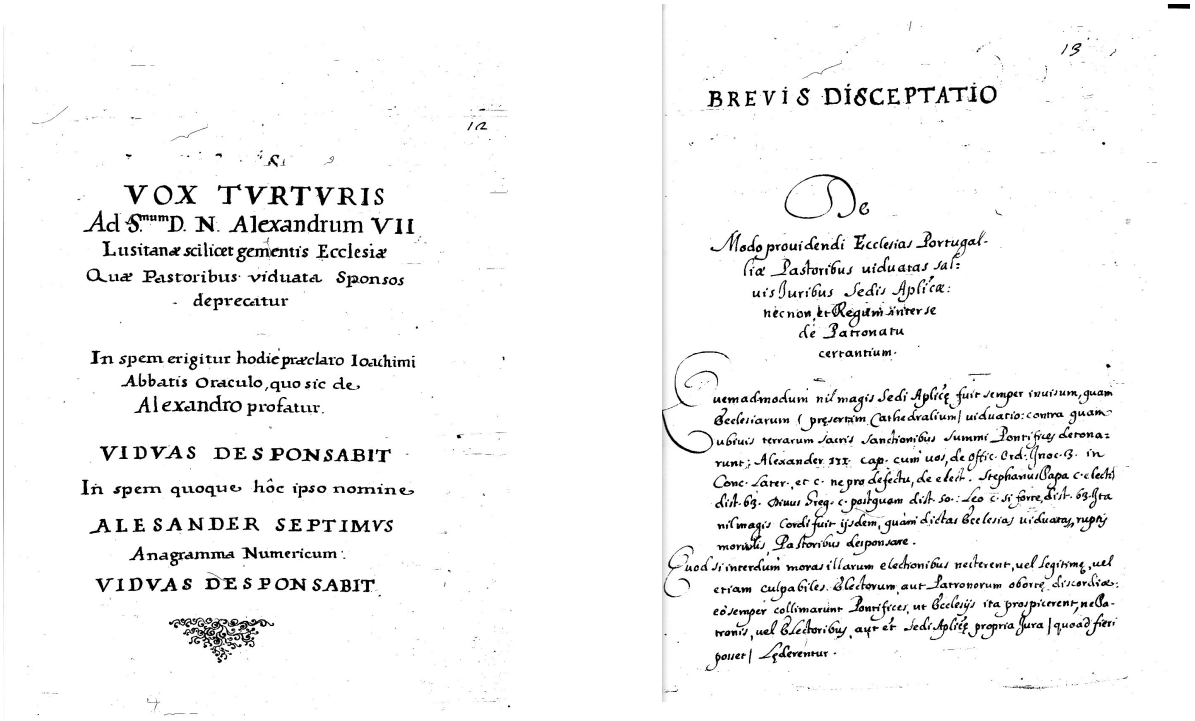
Signa

< >	conjecturas e outras intervenções da nossa responsabilidade.
{ }	notas laterais presentes nos manuscritos.
/ /	mudança de fólio
[...]	secção ilegível

Corpus I

Breuis Disceptatio

(1655)



VOX TVRTVRIS
Ad S.mum D. N. Alexandrum VII
Lusitanæ scilicet gentis Ecclesiæ
Quæ Pastoribus viduata Sponsos
deprecatur

In spem erigitur hodie præclaro Ioachimi
Abbatis Oraculo, quo sic de
Alexandro profatur.

VIDVAS DESPONSABIT

In spem quoque hôc ipso nomine
ALESANDER SEPTIMVS
Anagramma Numericum:
VIDVAS DESPONSABIT

BREVIS DISCEPTATIO

De
Modo prouidendi Ecclesias Portugal-
liæ Pastoribus uiduatas sal:
uis Iurribus Sedis Aplicæ:
nec non et Regum interse
de Patronatu
certantium.

Quemadmodum nil magis Sedi Aplicæ fuit semper curæ, quam
Ecclesiarum (præsertim Cathedralium) uiduatio: contra quam
subinde terrarum Sacris Sanctionibus Summi Pontifices Coronati
runt; Alexander III. cap. cum uos, de offic. Ord. Innoc. 3. in
Conc. Later. et c. ne pro defectu, de elect. Stephanus Papa c. electi
dist. 63. Omnes Sacq. c. postquam dist. 80. Leo c. si forte, dist. 63. Ita
nil magis Cordi fuit ipsidem, quam dictas Ecclesias uiduatas, regni
moribus, Pastoribus desponsare.

Quod si interdum moras illarum electionibus nectierent, uel legitimæ, uel
etiam culpabiles Electorum aut Patronorum obortæ discordiæ;
eò semper collimarunt Pontifices, ut Ecclesijs ita prospicerent, nella
tenus, uel Electoribus, aut et Sedi Aplicæ propria Iura [quoad fieri
posset] Læderentur.

Chigi R. I 4, ff. 12r ; 13r

C: Chigi R. I 4 – 12r-25v

N: Arch. Nunz. Lisb., B. 1, Fasc. 3 – 153r-164v

/C: 12r/ Vox Turturis
Ad summum Dominum Nostrum Alexandrum VII
Lusitaniae scilicet gementis Ecclesiae
Quae Pastoribus uiduata Sponsos
deprecatur.

In spem erigitur hodie praeclaro Ioachimi
Abbatis Oraculo quo sic de
Alexandro profatur
VIDUAS DESPONSABIT

In spem quoque hoc ipso nomine
ALESANDER SEPTIMUS
Anagramma Numericum
VIDUAS DESPONSABIT[1]

/C: 13 r/ /N: 153r/ Breuis Disceptatio[2] de modo prouidendi Ecclesias Portugalliae Pastoribus uiduatas saluis iuribus Sedis Apostolicae, necnon et Regum inter se de patronatu certantium, in positiones quinque distributa[3].

1 Vox turturis ... desponsabit. *om. N*
2 Postig. I. Leg. 7.º N.º V. Lets. C. *ad marg. sin. alia manu N*
3 In positiones quinque distributa. *om. C*

Quemadmodum nil magis Sedi Apostolicae fuit semper inuisum, quam Ecclesiarum (praesertim Cathedralium) uiduatio: contra quam ubiuis terrarum sacris sanctionibus summi Pontifices detonarunt: Alexander III c. "Cum uos", de offic. ord.; Innocentius 3[4] in Conc. Later., et c. "Ne pro defectu", de elect.; Stephanus Papa c. "Lectis[5]", dist. 63; Diuus Gregorius c. "Postquam", dist. 50; Leo[6] c. "Si forte", dist. 63. Ita nil[7] magis cordi fuit iisdem, quam dictas ecclesias uiduatas, ruptis morulis, pastoribus desponsare.

Quod si interdum moras illarum electionibus necterent, uel legitimae, uel etiam culpabiles, electorum, aut patronorum obortae discordiae: eo semper collimarunt Pontifices, ut Ecclesiis ita[8] prospicerent, ne patronis, uel electoribus, aut etiam Sedi Apostolicae propria iura (quoad fieri posset) laederentur.

/C: 13v/ Praestat igitur, Beatissime Pater, in praesenti ecclesiarum Portugalliae uiduitate, nonnullos[9] prudentiales modos, ex Sacris Canonibus ac Conciliis expiscari, quibus Sanctitatis Vestrae decessores similibus uiduitatibus consuluerunt[10], si forte in aliquem tandem incidamus, qui Sanctitati Vestrae arrideat, consonetque praesentium temporum circumstantiis, ac necessitatibus. Mei muneris esto, frequentiores tantum huc transcribere: at uero "separare pretiosum a uili, quasi os Domini", Vestri dumtaxat erit iudicii. Sit igitur.

Positio I[11]

/N: 153v/ Nonnulla Iuris remedia recensentur, expenduntur, quibus consueuere Sedes Apostolica et Concilia prospicere Ecclesiis uiduatis, post exortas inter patronos, uel electores, discordias.

4 Inoc. III *N*
5 Electi *C* lecti *N*
6 leu *N*
7 nihil *N*
8 Ecclesiis ita] ecclesii sita *N*
9 nonnullus *N*
10 consulerunt *C*
11 I.ª *N*

Facem praetulit Sanctissimo Domino Nostro Alexandro VII Alexander III[12] qui in Concilio Lateranense hanc edidit constitutionem, ut in casu discordiae inter patronos, ad quem scilicet pertineat praesentare (uti hodie contingit inter Regem Catholicum, et Regem Portugalliae) si post quadrimestre decursum, adhuc lites non desaeuerint, deuoluatur electio ad Episcopos, si agitur de Ecclesia inferiori, si de Cathedrali, utique ad Summum Pontificem. Cui constitutioni subscripsere[13] omnes uniuersi Orbis Christiani Principes, qui in dicto /C: 14r/ Concilio interfuerunt: Imperatores tum Latinus tum Graecus, Reges Galliae, Hispaniae, Hierusalem, et Angliae. Quam sanctionem in Corpore Iuris inserendam curauit Gregorius IX[14] c. "Quoniam", de iur. patr.. Et ne patronis praeiudicium inferretur, idem Alexander illam mitiorem[15] reddidit, ad Episcopum Lingoniensem rescribens, c. "Si uero" de Iur. Patr.: nam, lite tandem exacta, uel composita inter patronos, disposuit tandem, quod idem Episcopus prouisus a Pontifice praesentetur ab eo, qui euicerit Ius patronatus. Quid suauius?

Secundus[16] modus adhaerenter ad Sacros Canones excogitari posset, si eligeret hodie Summus Pontifex, at cum expressa protestatione "saluo iure utriusque Patroni". Desumitur ex Concilio Toletano 12, et habetur cap. "cum longe[17]", dist. 63, ubi sancitum[18] fuit, quod si quandoque pro electione Episcopi, nec Synodi Congregatio, nec Regis nominatio tam cito haberi possent, ut merito timeretur diuturna Ecclesiae uiduatio cum discrimine salutis animarum, tunc, nata hac iniuriosa necessitate, inquit Concilium, nulla habita ratione, aut Concilii[19] /N: 154r/ Electoris, aut Regii[20] assensus pro illo celebrando

12 3 *C*
13 subsripsere *N*
14 9 *C*
15 *rasura ante* mitiorem *N*
16 2.s *C*
17 lunge *N*
18 sanctum *C*
19 Conciliis *N*
20 Regis *N*

pergeret Primas Hispaniarum, Toletanus Antistes, ad electionem Episcopi: non tamen absolute, sicut disposuit[21] Concilium Lateranense, sed cum expressa protestatione "Saluo Priuilegio, et iure Electoris Ordinarii[22]", nempe Synodi (quanto magis Patroni) in quo (ut eo loci scite aduertit Rodericus de Acuña, Episcopus Bracarensis Lusitanus) "Iuri[23], et praerogatiuae aliorum Antistitum Synodi Prouincialium ad quos pertinebat electio, nullo modo praeiudicabatur".

3.s modus etiam Sedis Apostolicae stylo consentaneus esset, si summus Pontifex delegaret alicui episcopo Portugalliae hodie in humanis agenti, ut una cum /C: 14v/ aliis designandis Ecclesiasticis[24] eligeret Episcopos Portugalliae, aut saltem nonnullos magis necessarios; uel delegaret ipsi Ioanni 4, ut sic eligeret, non quidem qua Rex Portugalliae, sed[25] qua Sedis Apostolicae delegatus, et pro hac uice dumtaxat.

Priorem modum elegit saepius Gregorius IX[26] cum enim pro electione episcopi Maioricanae ecclesiae dubitari potuisset, ad Regemne Iacobum (qui illam e manibus Infidelium redemerat) an ad Capitulum competeret, Pontifex illam delegauit Diuo Raymundo, ut una cum aliis colegis Antistitibus perficeret "circumspectioni Vestrae prouisionem ipsius Ecclesiae duximus committendam". Sic ille in lib. 11. epist. 159. Rursus: pro aliis nonnullis[27] ecclesiis recens e uiribus Maurorum a Ferdinando Castellae ereptas prouidendis facultatem delegauit idem Gregorius Archiepiscopo Toletano, quousque tandem elucesceret, cuinam deberetur Ius eligendi. Sic in epist. Greg. lib. 8 epist. 137.

/N: 154v/ Posterioris uero modi exemplum persaepe reliquit Gregorius XIII[28]. Exorto

21 diposuit *C*
22 ordinariis *N*
23 Iuris *N*
24 designandis Ecclesiasticis] Ecclesiasticis designandis *N*
25 se *C*
26 9 *C*
27 *em. a* nonnulus *N*
28 13 *C*

namque dubio[29], ad quemnam pertineret prouisio quarumdam Ecclesiarum inferiorum in Portugallia, ad Philippumne secundum, an ad Sedem Apostolicam, indulsit Pontifex, ut Philippus pro ea uice praesentaret tamquam Sedis Apostolicae Delegatus, re in posterum maturius decoquenda. Sic egit anno 1578, die 15 Ianuarii, pro Ecclesia Arborensi: et pro Ecclesiis Algarensi[30], et Meluitanensi[31] eodem anno, 11 Augusti. Rursus[32] pro Ecclesia Caleritanensi[33], die 6 Octobris: et tandem pro Ecclesia Sanctorum Petri et Pauli Ciuitatis Messanensis[34], sub 15 Octobris eiusdem anni. Excerpta sunt haec ex Archiuo Consistoriali.

4.us modus adhuc suauior, ac Sacris Canonibus conformis: si Episcopo Olysipponensi, uel aliis hodie eiusdem Regni uiuentibus, darentur Ecclesiae /C: 15r/ uacantes in commendam, et administrationem, et ad tempus, donec dictae ecclesiae, extinctis discordiis, de propriis Episcopis prouiderentur. Huius dispositionis ducem habemus Diuum Gregorium papam, qui Ecclesiae Capuanae dedit Episcopum Gaudentium, quousque ab electoribus de pastore[35] prouideretur: c. "Quoniam Festus", dist. 61 et concinit c. ult. de suppl. neglig. praelat.

Sic quoque egisse Pelagium papam cum Ecclesia Catinensi, cui commendatarium tribuit Episcopum Messanensem: habetur c. "Catinensis", dist. 61.

Quod si hodie desint in Portugallia Episcopi, quibus possint dictae Ecclesiae commendari, posse assumi alios Episcopos titulares beneuisos Regi Ioanni; uel etiam, ex uicinioribus alterius prouinciae confederatae[36]. Obuia sunt Summorum Pontificum exempla, et Conciliorum Decreta. Sic in casu discordiae /N: 155r/ inter electores tradi posse interea Ecclesiae uacanti Episcopos uiciniores qui illas administent, decreuit Concilium

29 dubbio *C*
30 Algaruiensi *N*
31 *fortasse* Melphitensi
32 Quorsus *N*
33 *fortasse* Calatayeronensi
34 Messanem *N*
35 ab electoribus de pastore] de Pastore ab electoribus *N*
36 confederatas *C*

Sardic. can. 6 et c. “Si forte” dist. 65, c. “Quoniam Velina[37]” 12, quaest. prima; c. “Pontifices” 7 quaest. prima; et c. “Qui plures Ecclesias”, 21 quaest. prima.

Praefici etiam solebant, nedum qua commendatarii, uerum etiam interdum qua uisitatores, cum potestate totali Episcopali. Sic Diuus Gregorius praefecit Ecclesiae Panormitanae uacanti Episcopum Barbarum c. “Obitum”, dist. 61, ubi glos. 1, et Ecclesiis Velinae, Vicentinae, et Blandinae Felicem Episcopum, c. “Quoniam <Velina>”, 12 quest. prima. Et hodie consueuit Sedes Apostolica tradere Ecclesiis de patronatu regio etiam Vicarios Apostolicos, nulla praecedente praesentatione.

/C: 15v/ 5.s modus, fauorabilior quidem Regi Portugalliae, nec Sedi Apostolicae nouus: si uidelicet Rex supplicaret pro aliquo sibi bene uiso, Summus autem Pontifex illum admitteret, non tamquam proprium Episcopum, sed tanquam illius Ecclesiae Procuratorem in temporalibus, et spiritualibus. His similia egisse Innocentium III[38] cum Ecclesia Capuana habemus c. “Cum nobis” de elect.. Cum enim in discordia electorum electus fuisset N. de quo dubitabatur, an esset canonice electus, ob aetatis defectum, Pontifex “uolens prouidere”, ut ipse ait “Ecclesiae pariter et personis”, eumdem praefecit dictae Ecclesiae tanquam procuratorem in temporalibus et spiritualibus, quousque constaret de legitima electione.

6.s denique modus expetendus erit ex Alexandri III[39] decretis. Cum enim hodie certent duo Reges, ad quemnam pertineat de iure dictas Ecclesias praesentare: quamuis durante tot annis discordia ad Sedem /N: 155v/ Apostolicam deuoluta sit electio, ut diximus: indulgeat tamen Summus Pontifex, ut uterque Rex nominet unusquisque suos sibi beneuisos: tum Sanctissimus, ex his[40] omnibus eligat magis idoneos, prout in his casibus disponitur c. “Quoniam" de iur. patr. In tali autem casu procul dubio magis idonei reputabuntur nominati a Rege Portugalliae: cum enim isti essent nationales, Regique

37 Velint *N*
38 3 *C*
39 3 *C*
40 ex his *N*

confidentes, uice uersa nominati a Rege Catholico non essent eiusmodi; imo essent Lusitano[41] suspecti, et inuisi. De iure priores deberent admitti[42] a Pontifice, et non posteriores, iuxta c. "Si forte" dist. 63, ubi Leo Papa sanxit, non esse populis inuitis dandum Episcopum inuisum, et suspectum, sed illis bene uisum, quanto magis Principi? et c. /C: 16r/ "Quod sicut", et c. "Cum inter", et c. "Cum terra" de elect., et c. "Lectis" dist. 63.

Et uero si hoc modo eligeret Summus Pontifex, nulli ex Regibus esset iniurius, et utrique fauorabilis. Fauorabilis quidem, quia utrique indulgeret[43] ius praesentandi (a quo hodie ob discordias tam diuturnas ceciderant). Nulli autem iniurius: non quidem Lusitano, quia tandem eius nominationes admitterentur; nec Regi Catholico, quia eius nominationes[44] non reiicerentur quasi ab eo nominati, cum fuisset a Pontifice habilitatus iam ad nominandum, sed ex eo dumtaxat[45] quia non essent idonei: sicuti etiam citra illius iniuriam reiiceretur nominatus ad Ecclesiam Toletanam, si non esset idoneus.

Desumitur hic modus eligendi ab Alexandro III[46] c. "Quoniam" de Iur. patr. § "id ipsum". Cum enim ibi sanxisset, quod in casu discordiae, si plures praesententur a patronis dissidentibus, is qui magis erit idoneus, eligatur a Pontifice, id ipsum concludit agendum, ex se solo, si post elapsos quatuor menses, discordiae non mitescant, id est quod ex praesentatis etiam magis /N: 156r/ idoneus excipiatur.

Haec sunt, Beatissime Pater, Iuris remedia, quae a Vestrae Sanctitatis decessoribus excogitata fuerunt, et Sacris Canonibus inserta, ne ob diuturnas patronorum, uel electorum discordias /C: 16v/ Ecclesiae, pronis in exitium rebus, plus aequo uiduarentur. Adhuc tamen prudentiora, ac salubriora a Sanctitate Vestra in praesenti Ecclesiarum Portugalliae luctuosa viduitate Vniuersus Orbis Christianus, merito praestolatur.

41 Lusitani *N*
42 admicti *C*
43 indulgiter *N*
44 nominati *N*
45 ex eo dumtaxat] ex edumtaxat *N*
46 3 *C*

Audio tamen Lusitanos his fortasse electionibus detrectantes[47] eo quod fieret iniuria Coronae Portugalliae, quae cum semper habuerit ius praesentandi dicti Regni ecclesias, non possent hodie citra suorum iurium laesionem, et iugem Sedis Apostolicae consuetudinem eius Praesentationes non excipi. Sed quam immerito, mox erit aperiendum. Pro quo sit.

/C: 17r/ POSITIO II

Si aliquo ex praefatis modis ecclesiae Portugalliae prouideantur, nulla fit Ioanni IV[48] iniuria: quia nunquam eius Decessores habuerunt Ius praesentandi dictas ecclesias: sed dumtaxat pro illis supplicandi.

Probatur: quia Corona Portugalliae, etsi pro eo[49] tempore, quo unita fuit Coronae Castellae, ecclesias cathedrales praesentauit, ab ea tamen dissita, nunquam, sed supplicauit tantum. Idque manifeste compertum habemus, ex Archiuo Consistoriali, e quo libet huc transcribere quamplures illarum ecclesiarum prouisiones, ad solam supplicationem illorum Regum emanatas. Exemplo sint quae a quatuor ultimis[50] Regibus: Emanuele, Ioanne III, Sebastiano, et Henrico factae fuerunt (ut priores alios sileam), nam "ultima ligant".

/N: 156v/ Anno igitur 1543 sub 8 Iunii Ecclesiae Bracharensi, absque ulla Regis Praesentatione, Paulus III praefecit episcopum.

Anno 1549 die 13 Martii ab eodem Pontifice ad solam supplicationem Regis Ioannis admissus fuit ad ecclesiam Syluensem Ioannes de Bararcos.

Anno 1551 die 22 Aprilis ecclesiae Lamacensi[51] etiam ad supplicationem Regiam

47 detractantes *C*
48 4 *C*
49 eo *om. N*
50 ultimus *N*
51 lumacensi *N*

Iulius III praefecit D. Emanuelem Noronha.

Haec eadem anno[52] 1570, 18 Februarii ad supplicationem Regis Sebastiani, D. Emanueli de Meneses attributa fuit.

Iterum anno 1575, 25 Februarii eodem Rege supplicante, cuidam D. Simoni indulta fuit: pensio tamen a solo Pontifice imposita.

Rursus 1579, 13 Nouembris ad supplicationem Regis Henrici alteri Simoni concessa.

/C: 17v/ Anno 1552, 24 Augusti Ecclesiam Portugalliensem sub Iulio III obtinuit Don Rodericus Pinherus[53] ad solam supplicationem Regiam. Similiter anno 1579 ad Regis Henrici supplicationem concessa fuit D. Simoni N.

Anno 1554, 30 Martii ecclesiam Sancti Thomae, Iulio III largiente, habuit frater Augustinus Gaspar ad supplicationem Regiam.

Anno 1569, 8 Nouembris ecclesia Olysipponensis ad supplicationem Sebastiani data fuit D. Georgio de Almeida.

Anno 1578 die 4 Iulii ecclesia Elborensis ad supplicationem Sebastiani concessa fuit D. Theodosio de Braganza.

Anno 1579, 19 Nouembris ecclesiam Conimbricensem obtinuit D. Gaspar N. ad supplicationem Regiam, et 2 Decembris ecclesiam Mirandensem, ad supplicationem Regis Henrici, indulsit Gregorius XIII D. Antonio de Meneses. Haec omnia fidelissime ex Archiuo Consistoriali excerpta.

/N: 157r/ Ex quibus manifeste deceptionis conuincuntur, asserentes Sedem Apostolicam semper admisisse[54] Praesentationes Regum Portugalliae, cum fuerint simplices supplicationes. Rursus[55], etiam Gabriel Pereyra tomo 1 de Manu Regia, pag. 234, 12, 76 in calce, et alii penes ipsum qui docent Reges Portugalliae habere ius patronatus in illis ecclesiis, ex priuilegio apostolico. Denique Rodericus de Acuñna in c. “Cum longe” d.

52 anno *om. N*
53 Pincherus *C N*
54 admisse *N*
55 rursum *N*

63 et alii dicentes, Reges Portugalliae habere ius praesentandi, ex ui possessionis immemorabilis a tempore, subdunt, Alphonsi V. Sed ex dictis constat, hanc possessionem, uel numquam fuisse, uel saltem notabiliter per tot lustra intercisam. Tum etiam quia si dant illam ab Alphonso V captam, iam non est immemorabilis, cum de illius initio constet, ut semper de communi firmauit Rota apud Seraph. dec. 454 nº 4. Sic etiam in una[56] Bononiensi /C: 18r/ Beneficii 27 Iunii[57] 1625 coram Ramboldo[58] et in Cusentina Abbatiae 20 Decembris 1627 coram Viril.[59] in Barcinonensi Parochialis 10 Iunii 1643.

Praeterea esto daremus dictam possessionem adesse: haec sola, etsi sufficeret pro aliis Regibus ad probandum ius patronatus, pro Rege tamen Portugalliae non sufficere, audio ipsum Barbosam Lusitanum lib. 3 De iure eccles., cap. 12 nº 135 sic fantem: uult namque requiri probationes per authenticas scripturas, fundationes et praesentationes continuatas 50 annorum, quaeque omnes effectum sortitae fuerint, ut disponit Concilium Tridentinum sessione 25 de reformat. cap. 9 et firmauit saepe Rota, praesertim in una Sabinensi beneficiorum coram Aldobrandino.

Reddit huius rationem Concilium: quia in Regibus /N: 157v/ praesumitur plerumque ex usurpatione potius quam ex priuilegio quaesitum ius patronatus. Et quidem in casu nostro, Reges Portugalliae, si dicamus usurpasse sibi ius patronatus illarum ecclesiarum, id non ex sola presumptione, sed ex plurium summorum Pontificum monumentis firmabimus, qui frequenter dictos reges qua minis, qua censuris ab eiusmodi usurpationibus deterrebant.

Producendus Gregorius IX, qui in eius Constitutione, quae incipit: "Si Illustrissimus Rex" lib. 12. epist. 76, acriter obiurgat Sancium II eo quod "in quibusdam Portugalliae ecclesiis Ius patronatus sibi contra iustitiam uendicabat". Haec Pontifex; sic etiam Gregorius X censuris perstringit Alphonsum III eo quia ius patronatus ecclesiarum

56 unam *N*
57 Iunio *C*
58 Remboldo *N*
59 Visil *N*

usurpans, illas pro libito conferebat, ut in epistola ad illum data, quae incipit "Scire debes". Sic quoque Nicolaus IV arguit Dionysium Regem eiusdem usurpationis, ut lib. 2 epistolarum n. 50, cui Dionysius promisit, nunquam id amplius facturum, /C: 18v/ ut in articulis Concordiae legitur apud Raynaldum to. 14 ad annum 1289 art. 25.

Nec Alphonsus V ex indultu pontificio Ecclesias[60] prouidebat, ut praesumunt Acugna[61], et Pereira[62] tomo 1 de manu regia pag. 234 n. 56[63] sed etiam suorum maiorum exemplo, et irrequisitis tum Summo Pontifice, tum ipsius Ecclesiae Capitulo, ut de illo in eius uita testatur P. Vasconcellus pagina 208 cum enim deuicta Tingi, Maurisque pulsis, uictor in urbem illam ingrederetur: "Mox episcopum Ciuitati elegit[64] et Roderico Mello Praefecturam illius tradidit". Dicetne Pereyra[65] id fecisse ex priuilegio, ut se solo irrequisitis tum Sede Apostolica, tum Capitulo, Episcopum urbi praeficeret? Profecto tam insuetum, et animosum /N: 158r/ eligendi modum Sedes Apostolica, nec quidem Imperatoribus unquam permisit. Quare cum Balduinus, expulsis Graecis, Schismaticis, Imperioque orientis adepto, ausus fuit eligere Maurocenum una cum Capitulo S. Sophiae in Patriarcham Constantinopolitanum, irrequisito Pontifice[66], Innocentius III cassauit illius electionem, ut testatur eius epistola 65 lib. 8.

Si igitur Sedes Apostolica, nec quidem Imperatori, adhuc post deuictos schismaticos, indulsit, ut una cum Capitulo episcopum eligeret: qui ueri speciem habuit, ut Alphonso concederet ius[67] eligendi episcopum, etiam sine capitulo? Liquet igitur Reges Portugalliae olim per usurpationem, non ex priuilegio quandoque ecclesias prouidisse, et obnitentibus semper summis Pontificibus.

60 Ecclesia *N*
61 Acũha *N*
62 Pereyra *C*
63 76 *N*
64 elegit *om. N*
65 Peregra *N*
66 Pontefice *N*
67 *super lineam C*

Dicunt[68] aduersarii de iure communi debetur ius patronatus ei, qui de manibus Infidelium[69] Ecclesias redemit: /C: 19r/ argumentandum a[70] Nobis fuit de iure patronatus hoc enim perinde est ac illas de nouo construere, ergo debetur etiam Regibus Portugalliae, qui Regni illius ecclesias prope omnes de manibus Maurorum redemerunt. Haec Barbosa De Iur. Ecclesias. lib. 1 cap. 8 n.º 77, Pereira et Acunha[71] locis citatis. Pro huius argumenti dilutione sit.

POSITIO III

Sola Redemptio ecclesiarum de manibus Infidelium facta a Regibus Portugalliae non dat illis ius ad illarum Patronatum.

Probatur primo: quia cum de Cathedralibus agitur, non sufficit illas construere, aut dotare, nisi accedat /N: 158v/ expressum indultum pontificium, quod ostenditur ex uetusta ipsius Regni Portugalliae, Hispaniarum, Galliarum, aliorumque Regnorum consuetudine. Nam, longe ante Alphonsum V, etiam Alphonsus primus quamplures ecclesias Portugalliae eruerat de manibus Infidelium[72], illasque dotauerat, ut idem Acugna confitetur loco citato n.º 2, et tamen numquam[73] praesentauit: quia, ipso Acugna teste, primus qui praesentauit fuit Alphonsus V. Rursus[74], etiam Ioannes III, et Emanuel plures ecclesias Portugalliae dotarunt, ut idem Acugna habet loco allegato, et tamen, ut ex Archiuo Consistoriali ostendimus, Ioannes III et ante illum Emanuel, supplicabant tantum pro ecclesiis dicti Regni. Iacobus quoque Aragonius anno Salutis 1230 Ecclesiam Maioricanam de manibus saracenorum eripuit, illamque fundauit, et dotauit et tamen Gregorius IX anno 1237 Diuo Raymundo /C: 19v/ a Peñafort commisit ut de Pastore illam

68 dicent *N*
69 Infedelium *C*
70 c. *N*
71 Pereira et Acunha] Pereyra et Acuñna *C*
72 Infidelibus *N*
73 nunquam *N*
74 Rursum *N*

prouideret: “Circumspectioni tuae prouisionem huius Ecclesiae duximus committendam”. Sic ad eum Pontifex lib. II suarum epistolarum 159. Item Ferdinandus Rex Castellae innumeras Ecclesias e potestate Maurorum abstulit anno 1234: quem ideo magnis laudibus effert Gregorius IX; et tamen Patronatum illarum non habuit, sed idem Gregorius, datis litteris ad Archiepiscopum Toletanum[75], illi dictas ecclesias prouidendas de Pastoribus demandauit, ut uidere libet in eius epistolarum lib. 8º[76] epist. 137. Non igitur satis est ad Patronatum obtinendum Ecclesiarum Cathedralium, illas fundasse, ac de Infidelium uiribus eruisse. Et de Regibus Galliarum, non ad redemptionem[77] aut etiam constructionem Ecclesiarum in terris Infidelium subactis referunt, sed ad indultum apostolicum, et hoc post Concordata: Rebuff. tit. de nominat. /N: 159r/ Reg. ad Praelat. 8 Glos. vacantibus pag. 84[78]; Carol. de Grass. Lib. 2 Regal. Franc. iur. 3; Bened. in c. Raynutius de testam. dec. 2 ex n.º 78; Petr. de Gregor. de elect. c. 5 n. 23; Renat. Chappin. de deman. franc. lib. 2 tit. 10, et de sacr. Polit. n.º 1 tit. 7, ex n.º 22.

Eadem de Regibus Poloniae tradit Azor. p. 2 lib. 6. q[79]. 3 in fine; de Regibus Angliae Palatius in rubr. introd. De donat. inter uir. et uxor., 22. 29 ante medium; Anastas. Germon. De imm. lib. 3 cap. 12 n.º 30, 31, 32, ubi etiam de Regibus Neapolis, et Hungariae. Et ratio huius est: quia ad acquirendum ius patronatum, non sufficit fundasse, et etiam dotasse Ecclesiam, sed requiritur, ut id factum fuerit uoluntarie, et non ex aliquo debito, uel gratitudinis uel /C: 20r/ compensationis, et iustitiae. Ita firmauit de communi saepius Rot. dec. 167 nº 5, et 6 part. 2 diuerso, et decis. 758[80] n.º 2. p. 2 recent. in una Camerin. Pensionis 10[81] decembris 1625 coram Pirouano, Lambert. de iur. patr. part. 1 lib. 1. q. 4. art. 7 Barb. in Conc. Trid. sess. 14 de refor. cap 12 n.º 7.

At Reges Portugalliae quotquot ecclesias in terris Infidelium erexerunt, id titulo

75 *em. a* Toletanam *N*
76 - 8º *C N*
77 redemtionem *N*
78 83 *N*
79 9. *C*
80 578 *N*
81 16 *C*

compensationis necessariae praestiterunt, idque totum debebant[82] Sedi Apostolicae: et quod caput[83] est, cum expressa protestatione, quod illarum prouisiones ad sedem Apostolicam competerent: igitur nullum ius ad Patronatum sibi compararunt[84].

Minor sic ostenditur: quia cum Reges Portugalliae terras Infidelium expugnandas aggrediebantur (non obstante quod, ad id tenebantur ex officio, cum Principes sint aduocati, et defensores ecclesiae contra Infideles, hancque tuitionem, in praemium Sacrae[85] Unctionis, iuramento spondeant[86] ex c. "Venerabilem" de elect.), adhuc tamen Summi Pontifices /N: 159v/ in praemium Laborum illis dono dabant[87] ipsas Prouincias Infidelium, quas expugnabant, et in expensarum leuamen, etiam decimarum Ecclesiarum subsidia, ea tamen Lege, ac onere adiecto: ut Ecclesias Cathedrales in dictis prouinciis figerent, ac dotarent, earumque prouisiones iuris essent Apostolici. Sic Ferdinando Regi Lusitaniae indulsit Gregorius XI terras Agarenorum, necnon etiam decimas Regni, pro iisdem expugnandis, cum onere tamen ibi Ecclesias Cathedrales de nouo construendi, earum tamen Pastores a Sede Apostolica deputandos[88] esse. Rayn. tomo 16 ad annum 1376 /C: 20v/ n.º 1 part. n.º 19. 21. Eadem concessisse ac cum iisdem oneribus Alphonso Regi Portugalliae contra Maumetanos pugnaturo Benedictum XII tradit idem Raynaldus[89] ad annum 1341 n.º 5; et Clementem VI Ludouico Comiti[90] Claramontano pro expugnandis Insulis Fortunatis, anno 1344 n.º 39.

Igitur Reges Portugalliae fundando, ac dotando ecclesias in prouinciis Infidelium, cum id fecerint, ex obligatione, et compensatione beneficiorum a Sede Apostolica exhibitorum et cum expressa conditione, ut illarum prouisiones ad eandem Sedem

82 debebat *N*
83 capud *N*
84 *em. a* comparantur *N*
85 *add. rasura N*
86 spondeat *N*
87 dabat *N*
88 deputando *N*
89 *em. a* Rain. *N*
90 Comito *N*

Apostolicam pertinerent, nullum ius ad illarum patronatum sibi comparasse, indubium erit. Quod etiam perspicuum fit, ex supracitato Archiuio, quo palam[91] est tot Reges Portugalliae supplicasse quidem pro Ecclesiis Regni, non uero praesentasse, aut ius patronatum obtinuisse.

Audio tamen Regis assentatores sic mussitantes: Saltem fieret iniuria Regi[92], si eius supplicationes hodie spernerentur cum ad illas semper Reges Portugalliae ius habuerint: et de iure communi debentur Regibus ex c. cum longe d. 63.

/N: 160r/ Sed dictum canonem loqui tantum de Regibus Hispaniae antiquioribus, planum est. Quem si quis contendat adhuc ad alios Reges extendi posse: non tamen hodie ad Reges Portugalliae, propter quamdam concordiam olim initam inter Sedem Apostolicam, et Dionysium Regem, ne scilicet posset unquam obligare Capitula ecclesiarum ad Pastores, pro quibus dictus Rex supplicabat, admittendos. /C: 21r/ Quam constitutionem[93] quia "Perpetuo Seruaturum Iurauit Sedi Apostolicae", sedente Nicolao IV[94], ut testatur Pereyra tomo 1 de Manu Regia pag. 233 nº 76, hodie perseuerare adhuc in suis successoribus perspicuum est. Quod si ita se habet supplicatio Regia cum Capitulis, et pro ecclesiis inferioribus: quanto magis cum summo Pontifice, et pro Cathedralibus?

POSITIO IV[95]

Esto daremus ecclesias Portugalliae esse, semperque fuisse de patronatu regio, adhuc nulla fieret iniuria Regi, si eius praesentationes hodie non admittantur: sed eligat Pontifex aliquo ex modis praefatis, nationales, nec Regi suspectos.

Probatur, ex sacris Canonibus, et Conciliis, ex legibus municipalibus Portugalliaemet, et ex stylo, moreque perenni Sedis Apostolicae.

91 palum *N*
92 Regi *om. N*
93 conventionem *N*
94 4 *C*
95 IIII *C*

Primo ex Conciliis: quia in priuilegiis iuris patronatus, nunquam intellegitur concessa facultas[96] praesentandi in casu discordiae inter patronos, uel non pacificae possessionis, nisi de hoc fiat expressa mentio, et specifica reuocatio Concilii Lateranensis generalis, quo disponitur, /N: 160v/ in casu discordiae, post quadrimestre, deuolui potestatem eligendi[97] ad summum Pontificem: ut Positione prima monuimus. Cum autem in priuilegio Regum Portugalliae (si tamen habetur) nulla possit ostendi clausula derogatoria expressa dicti Concilii, inutile prorsus redditur, ut de communi semper firmauit Rota, /C: 21v/ praesertim de hoc Concilio Lateranensi prout resoluit Mariscott. uariarum resol. 19 et habetur c. "Nonnulli" de rescr.; cap. "Eam te[98]" de aetat., et qualit., et c. "Ex parte" de Cap. Monach..

Conciliis concinunt quoque ipsius Regni Portugalliae leges, et habentur in Ordinat. illius lib. 7 tit. 20 § paenult. in iis uerbis (Se ao[99] iuiz parecer), quibus supponitur quod orto dissidio inter Regem, eiusque uassallum, ad quemnam spectet praesentare aliquam ecclesiam inferiorem, post sex decursos menses possit tandem episcopus se solo de Pastore prouidere, ne diu uiduentur ecclesiae. Idque in praxi saepius contigisse, et seruatum fuisse, Xisto V sedente, adnotauit Cabed. de Patron. Reg. Coron. cap. 51. Quaenam[100] iniuria igitur irrogaretur Regi Portugalliae, si hodie in terminis fortioribus Alexander VII se solo ecclesias Cathedrales iuxta ipsius Regni leges, prouideret, stante discordia inter ipsum Regem, et Philippum IV?

His tandem consonat quoque perennis Sedis Apostolicae stylus. Libet ex multis exemplis hic pauca referre. Sic egit Honorius IV: certantibus namque pro Regno Siciliae Iacobo[101] Aragonio possidente, et Carolo Valesio[102] spoliato, Pontifex, saeuiente[103] bello,

96 facultate *N*
97 eligendo *N*
98 re *C*
99 aõ *N*
100 Quae nam *N*
101 Iacopo *N*
102 Valerio *N*
103 serviente *N*

solus ecclesias illius Regni prouidit, non obstante quod Iacobus possideret, tum iure haereditario praetenso, tum populi /N: 161r/ acclamatione. Haec ex Bibl. Vat. lib 1 ep. 23 Honorii. Sic quoque Bonifacius VIII[104], durante bello inter Andronicum Imperatorem, possidentem Imperii habenas, et Baldouinum, spoliatum, /C: 22r/ neutrius presentationes admisit pro ecclesia Constantinopolitana, sed ad Romanum Pontificem electiones omnes auocauit: extr. "Cum[105] Sancta Romana" de elect..

Rursus[106]. Lugebant olim ecclesiae Capuana, Beneuentana, Salernitana, Auersana, aliaequae quamplures Regni Neapolitani, Pastoribus uiduatae, ob duritiem Imperatoris Fiderici, qui non nisi a se praesentatos Praesules uolebat. Quid tum Honorius? Se solo dictis eclesiis praefecit Pastores, naturales tamen Regni, et Imperatoris amicos, absque praeiudicio Imperatoris in posterum. Rayn. tomo 13 ad annum 1225 n.º 45

Quid multis? Etiam nouissime Innocentius X suorum decessorum uestigia sectatus, anno 1645, sub 25 Maii, motu proprio, nullaque praecedente praesentatione regia, in publico Consistorio ecclesiae Mirandensi in Portugallia Pastorem praefecit D. Petrum de Meneses, Visenti uero ecclesiae D. Emanuelem de Saldagna, et Aegitanensi[107] D. Petrum de Alencastre.

Insurget adhuc quis pro Ioanne IV: tum canones uetustiores, tum Concilium Tridentinum manifeste disponunt prouidendas esse ecclesias, "Ad praesentationes regum, uel regna possidentium". At Ioannes IV hodie possidet Regnum, ergo.

Sed si sacros Canones, et Concilii Tridentini decretum tersis oculis lustremus, stare potius pro Sanctissimo Domino Alexandro VII, quam pro Rege uidebimus.

Quoad sacros canones, admittunt[108] quidem illi praesentationes Regna possidentis, sed duabus concurrentibus /N: 161r/ conditionibus[109], quae in casu nostro prorsus

104 VII *N*
105 *supra lineam N*
106 Rursum *N*
107 Aegiotanensi *C N*
108 admittum *N*
109 condictionibus *C*

desiderantur.

Prior est dummodo constet esse legitimum possessorem. Si uero non constat, /C: 22v/ sed dubium sit de eius possessione legitima, tunc in dubio debet abstinere Antistes ab eius praesentatione approbanda. Sic cauetur expresse c. "Quoniam", et c. "Cum propter" de Iur. patr..

Secunda: dummodo pacifice et nullo turbante possideat, ut habetur in terminis Clemen. 1 de sequestr., ubi gloss. "Pacifice", et c. "Comissa de elect." 6, cum gloss. "Pacificam", et Concilii Basileensis sess. 21. Quae sessio admissa fuit a Sede Apostolica, et recepta in Cancellaria, de Trienn. possess. Pacifica et gloss. in c. "Quaerelam" de elect. 6 et communiter docent Doctores, penes Garc. de benef. par. II c. 5 n. 106.

At hodie in casu nostro nulla ex his conditionibus concurrit. Non prima, quia cum Ioannes[110] IV non possideat authore praetore, ut notum est, sed propria authoritate Regnum sibi arripuerit, non constat iuridice an sit legitimus possessor.

Nec concurrit secunda[111], quia etsi Ioannes IV Regnum possidet, non tamen pacifice: nam, a prima die Rex Catholicus ei semper restitit, et turbauit, tum Regni, tum iuris patronatus possessionem bello, enim scriptis protestationibus, et assiduis instantiis urget apud Sedem Apostolicam ne illius, aut legatum, aut praesentationes admittat, immo[112] ut etiam censuris, et anathemate illum Regno[113] deturbet.

Sed neque ex ui decreti Concilii Tridentini, quod pro Ioanne producitur: hoc enim nullo pacto illi suffragatur. Primo, quia ibi Concilium solum agit, quinam abrogandi patronatus, aut quinam permittendi, et post multos abrogatos admittit tantum regios, et "Regna /N: 162r/ possidentium". An autem Reges, uel "Regna possidentes", ex eo dumtaxat, quod /C: 23r/ possident, debeant eorum presentationes admitti, uel non, nihil statuit ibi Concilium. Quare, cum sit casus omissus, remittitur dispositioni Iuris

110 Ioanne *N*
111 seconda *N*
112 *rasura* Immo *N*
113 Regnum *N*

Communis, per c. "Cum uenerabilis"[114] de relig. dom.; et L. "Cum Praetor." ff. de iudic. At uero, de iure communi possessor pacificus tantum admittitur in praesentationibus, ut uidimus. Cui iuri communi cum Concilium, hoc loco non deroget, fit, ut necessario intelligendum sit de Regna possidentibus "pacifice, et quiete", cuiusmodi nunquam fuit Ioannes IV.

Quod ex hoc etiam conuinci potest, quia uerba illa Concilii, "uel Regna possidentium", apposita fuerunt a Patribus ad instantiam Reipublicae Venetae, quae possidet Regnum Candiae. Quae, cum possideat illud pacifice, fit ut dispositio Concilii tantum cadat super Regna possidentes, non quomodocumque, sed solum pacifice.

Hactenus quid sentiant sacri Canones, et Concilium Tridentinum. Urgent adhuc qui stant pro Rege Portugalliae: Sedes Apostolica saepissime excepit praesentationes Regna possidentium, licet non pacifice possederint. Quis namque Pontifex non admisit praesentationes factas a Ferdinando Catholico eiusque successoribus, uel in Regno Nauarrae, post illud subactum, et Ioannem Albretum pulsum, uel in Regno Neapolis, post illud Gallis et Aragonensibus ereptum? Et tamen tunc non pacifice Regna illa possidebat, quia Albretus pluribus annis illum bello uexauit pro Nauarra, et Galliarum Reges pro Neapoli. Rursus[115]: quis unquam Pontifex spreuit /N: 162v/ praesentationes Philippi II /C: 23v/ pro ecclesiis Portugalliae, quando Regnum illud primo[116] adeptus fuit? Et tamen tunc nec pacifice illud possidebat, quippe bello turbatus per plures annos a D. Antonio Portugalliae. Certe hi omnes Pontifices praefatas omnes Praesentationes admiserunt, ex eo solum, quia Regna illa possidebant, quibus affixi erant Patronatus, etsi pacifice non possidebant. Ergo licet Ioannes IV non possideat pacifice, eius tamen praesentationes sunt excipiendae.

Sed nihil horum iuuat Aduersarios. Nam praefati Reges cum acceperint dicta Regna de manu et de consensu Sedis Apostolicae, consequenter debebatur illis consensus quoque

114 uenerabile *N*
115 Rursum *N*
116 primum *C*

eiusdem in Patronatum dictis Regnis annexum, ex l. “Proinde” ff. ad l. “Aquiliam”, et ex l. “Cum actum” ff. de negot. gest.

Non igitur proficit exemplum Ferdinandi Catholici: hic namque ex concessione Iulii II obtinuit Regnum Nauarrae, pulso Ioanne Albreto, qui, cum tanquam schismaticus et Sedis Apostolicae rebellis fuisset a Pontifice proscriptus, Regno exciderat, illudque Iulius omnibus (praesertim ipsi Ferdinando) exposuerat licite capessendum, teste Ciaconnio in Vita Iulii II, § “Nec solum florentinos”.

Sic etiam Regnum Neapolitanum adeptus fuit, annuente, et confirmante Alexandro VI, ut aduertit Spondanus in Actuar. ad annum 1501. Quare cum Rex Catholicus consentiente, et etiam donante Sede Apostolica, /C: 24r/ Regnum Nauarrae possideret a principio, iuste et pacifice possedisse dicendus erit.

Nec etiam iuuat exemplum Philippi II. Hic namque /N: 163r/ etiam de consensu Sedis Apostolicae Regnum Portugalliae possedit. Statim enim post illud adeptum, suum Oratorem Gomez de Sylua ad Gregorium XIII transmisit, qui anno 1581 die 18 Martii, auditis prius Oratore et Philippi Regis iuribus, publico coram Consistorio, ratam habuit eius possessionem, et Regni adeptionem, ut patet ex Archiuo Consistoriali ad dictum annum 1581. Et haec quidem omnia, antequam Coronam acciperet, quam non nisi mense Aprili eiusdem anni excepit, teste Spondano, loco citato, ad annum 1581.

Haec autem omnia non militant in casu nostro: Ioannes enim IV nec de consensu Sedis Apostolicae Regnum obtinuit, nec ratam hucusque[117] habuit eius possessionem per actum publicum, et legitimum admissionis legati, prout de more. Quare cum alias non possideat pacifice, non sunt eius praesentationes admittendae ab Alexandro VII, cum obstent tum Sacri Canones, tum Concilium Tridentinum, tum denique perennis[118], et diuturna Sedis Apostolicae obseruantia, ut uidimus.

117 *em. a* huc husque *N*
118 peremnis *C*

/N: 163r/ POSITIO V[119]

Dato, et non concesso, Ioannem IV esse hodie in possessione[120] pacifica Regni Portugalliae, adhuc nulla fieret illi iniuria, si non admittantur eius Praesentationes, sed eligat Summus Pontifex[121].

Probatur primo: quia ad hoc, ut quis possit legitime praesentare Ecclesiam, non sufficit quod possideat pacifice Regnum, uel castrum, /C: 24v/ sed etiam quod possideat pacifice ius patronatus[122] illi Regno affixum. Alias, si adsit contradictor iuridicus super ipso patronatu, non esse eius praesentationes admittendas, docent communiter Doctores, quos congerit, ac sequitur Lambertin. De iur. patr. 2 p. 1 lib. 6 quest. 9. articulo 3 n.º 8.

/N: 163v/ Do etiam ipsas Regni Portugalliae Ordinationes, et leges quae id conuincunt. Nam si hodie inter ipsum Ioannem IV et eius aliquem uassalum emergat quaestio, ad quemnam pertineat de iure praesentatio alicuius Ecclesiae inferioris illius Regni, non admittitur eius praesentatio, sed episcopus eliget, durante discordia, ex ui Ordinationum eiusdem Regni, ut supra uidimus Positione IV[123] cum Cabedo. Igitur sola possessio Regni, etiam pacifica, non sufficit ad ius praesentandi, nisi adsit etiam pacifica possessio ipsius patronatus.

Conuincitur hoc ipsum etiam pluribus exemplis. Nonne Rex Catholicus Philippus II possidebat pacifice Regnum ipsum Portugalliae annis 1587, 1590, et 1599? Tunc enim nullo flante bello, nullo aduersario litem excitante, regnabat, et tamen quia iis annis inter ipsum, eiusque uassalos certatum fuit, ad quemnam pertineret praesentare ecclesias S. Michaelis de Agrobon, S. Crucis in Oppido Santarem et aliarum[124], episcopi dictarum Ecclesiarum,

119 IV *C*
120 *em. a* possessionem *N*
121 *em. a* summumontifex *N*
122 patronatum *C N*
123 9 *C*
124 aliorum *C*

post habitis praesentationibus, tum uassalorum, tum Regis Catholici (etsi pacifice Regnum possidentis), ad electiones illarum ecclesiarum processerunt. Videndae sunt decisiones apud Cabedo de Patron. Regiae Coron. cap. 51. Igitur etiamsi daremus hodie Ioannem IV possidere Regnum pacifice, quia tamen non /C: 25r/ possidet pacifice Ius patronatum illarum ecclesiarum, ut planum est, eius praesentationes non sunt recipiendae.

Aduersarii uero, qui partes Portugalliae tuentur, respondent procedere quidem dictam doctrinam, quando patronatus non est annexus Regno, uel castro, uti est in /N: 164r/ casibus allatis; non uero quando patronatus est affixus Regno, uti est in casu nostro: tunc enim, qui pacifice possidet Regnum, pacifice etiam dicitur possidere ipsum patronatum, atque adeo eius praesentationes sunt admittendae.

Sed contra: adest Textus clarus, c. "Ex litteris" de iur. patr. et ibi Gloss., ubi cum miles possideret pacifice uillam quamdam, cui erat annexum ius patronatus, quia tamen non aeque pacifice possidebat dictum patronatum (litem illi excitante Monasterio quodam) Pontifex rescribit, quod constito de discordia, episcopus reiiceret praesentationem militis, et prouideret ipse ecclesiam.

Quam doctrinam firmauit Rota in antiqu. Decis. 140 de iur. patr.; Bellam. Dec 700 Lambert. De iur. patr. 2 p. lib. quaest. 9 art. 3 n.º 8, et alii apud eumdem.

Praeterea Philippus II certe non praetendebat praesentare dictas ecclesias Sancti Michaelis &c. qua[125] Rex Castellae, sed qua Rex Portugalliae: erat igitur patronatus ille annexus Regno Portugalliae, et tamen, durante discordia cum suis uassalis super ipso patronatu, non fuerunt admissae eius praesentationes, sed episcopus elegit. Igitur doctrina tradita uerificatur etiam de patronatu affixo Regnis, adhuc ex legibus, et tribunalibus Portugalliae.

Secundo probatur conclusio principalis: quia is tantum /C: 25v/ dicitur esse in possessione praesentandi, qui fuit ultimus in praesentando, ut de communi firmant Rota apud Seraph. dec. 1472 n.º 2 et in una Lunen. coram Durano dec. 280. Liquet autem

125 quia *C*

Ioannem /N: 164v/ IV[126] non fuisse ultimum, qui praesentauit, cum ille nunquam praesentauerit, ut compertum omnibus est.

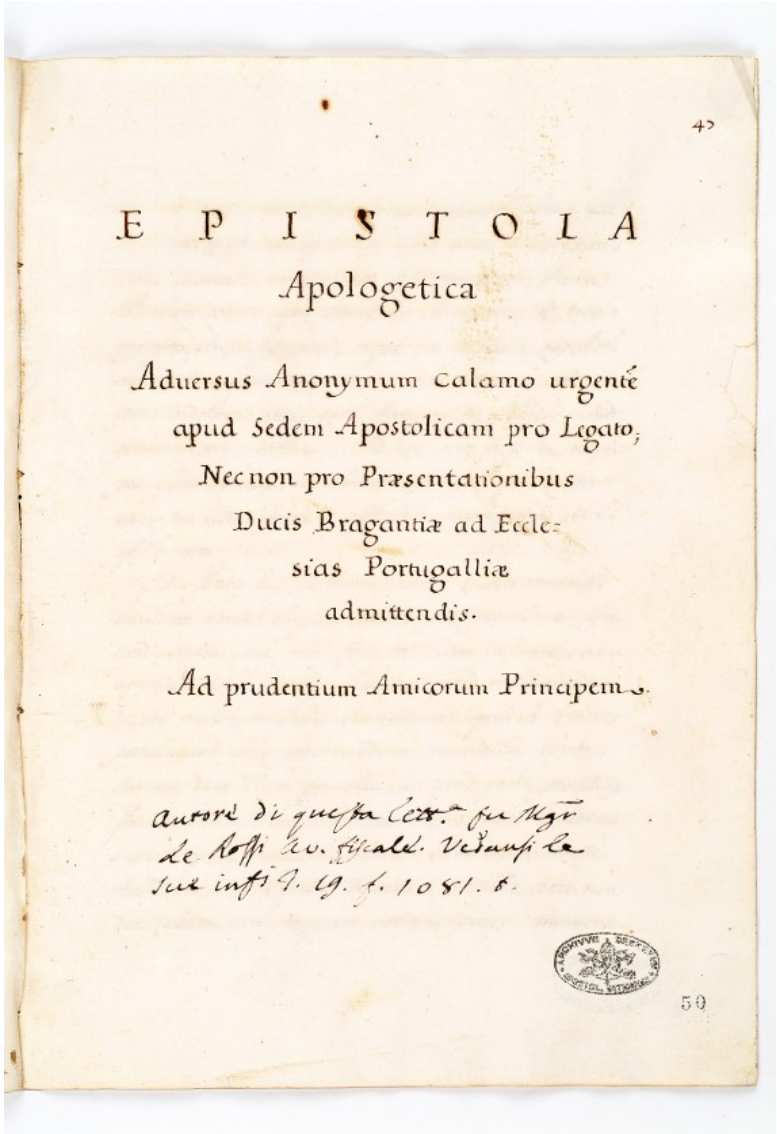
Igitur, licet daremus hodie Ioannem IV esse in pacifica possessione Regni, quia tamen nullo pacto est in possessione praesentandi, eius praesentationes non sunt
490 legitimae[127] nec approbandae, quanto magis sic dicendum, cum nec in pacifica Regni possessione sit?

Ex dictis constat neque Regi Catholico hodie fieri iniuriam, si eius praesentationes ad Ecclesias Portugalliae non admittantur: etenim, durante discordia, electio deuoluitur ad solum Summum Pontificem, ut ex Concilio Lateranensi supra ostendimus Positione 3[128].

126 4 *C*
127 legitime *N*
128 (dal vol. 10 Symmicta) / (Lusitanica, e vol. 17 colezione) / (generale Msso. All'Ajuda &c) *add. N*

Epistola Apologetica

(1656)



EPISTOLA

Apologetica

Aduersus Anonymum Calamo urgentē
apud Sedem Apostolicam pro Legato,
Nec non pro Præsentationibus
Ducis Bragantiæ ad Eccle-
sias Portugalliæ
admittendis.

Ad prudentium Amicorum Principem.

autore di questa Letta fu Mgr
de Rossi Arc. Fiscale. Vedansi le
sue instr. T. 69. f. 1081. t.

50

Fondo Pio 86, f. 50r

M: Misc. Arm. XXXVI 19, ff. 1080v – 1148r

P: Fondo Pio 86, ff. 50r-78v

S: Seg. Stato Portogallo 220, ff. 1r-28r

V: Vat. Lat. 7099, ff. 85-170a

/M: 1080v/ /P: 50r S: 1r/ /S: 1r/ /V: 85r/ Epistola Apologetica aduersus Anonymum[1] calamo urgentem apud Sedem Apostolicam pro Legato, nec non pro praesentationibus Ducis Bragantiae ad Ecclesias Portugalliae admittendis.

Ad Prudentium Amicorum Principem[2]

/P: 51r/ V: 86/ Dum mecum uersabam luctuosissimam Ecclesiae Lusitaniae[3] faciem, quam te haud siccis oculis exactis diebus enarrante conspexeram, totque[4] etiam iura uoluebam animo, quae pro Duce Bragantiae[5] /M: 1081r/ e triuio imperito[6] circumferuntur, teque ex colluuie Populorum corriuante[7] auribus exceperam, tunc primum Ducis ipsius indolentis uox, quae clamitat in plateis, ad pietatem pectus inflexit. Ad haec, non inficior, tantisper haesit animus, et calentior fortasse quam par /V: 86v/ esset, pro illius iuribus efferbuit, ita ut prope illi afflauerim.

Inter haec ad manus uenit (amanuensis cuiusdam opera) elegans oratio pro ipso Duce[8]. Iucundissimum sane mihi fuit in illam incidere, ut ueritate suis e fontibus hausta,

1 Anonimum *V*
2 Autore di questa lett*e*ra fu Mgr. de Rossi Au. Fiscale. Vedansi le sue infi T. 19 f. 1081 t. *add. P alia manu*
3 Lusitanae *S V*
4 Torque *M*
5 Bragantium *M*
6 imposito *M*
7 coriuante *S*
8 elegans oratio pro ipso Duce] elegans pro ipso Duce Oratio *V*

quid mihi tandem de tot malorum fabro sentiendum, quidue, si res postulasset, aliis propinandum, pro uiribus foret. Susque deque illam peruolui, si quid forte pro Duce firmum, ac solidum produceret, quo meus tandem sisteret, /V: 87r/ qui fluctuabat animus. Armatam certe Palladem, aut Equum Troianum pro illo stare non dubitabam, uires, inquam, uocibus pares momentosis /P: 51v/ Sacrorum Canonum, Conciliorum, Summorum Pontificum, ac /S: 1v/ uetustatis monimentis[9], quibus sui Ducis iura /M: 1082r/ extolleret, Regisque[10] Catholici[11] deiiceret, illam arietare[12] putabam. Spes me fefellit. Illam enim non nisi phaleratis precibus, comptoque sermone, quo lectorem mulceret, non distrueret, /V: 87v/ rem agere, ac decertare statim sensi, congerere quidem plura in suam sententiam ueterum[13] testimonia, quae si ad rem, nec infida[14] fide non nihil conficeret, sed adeo infirma, nutantia, et extra lineam cuncta, ut[15] uix fidem oculis, si pro tam inermi rationum acie, tot lamentis, totque etiam[16] paeanis[17] essent omnia /M: 1082v/ complenda. Calor quem prius pro Duce, te flante[18], conceperam prorsus refrixit, elanguit, ut maior inde assurgeret aestus pro ueritate uenanda, /V: 88r/ quem faxit Deus tuae succedam menti.

Praestat[19] igitur, Amice, rem hanc altius, ac peritius[20] uestigare, elimpidare, ne[21]

9 momentis *M S V*
10 Regnique *M*
11 Cattolici *P*
12 acietare *P*
13 ueturum *S*
14 in fida *S*
15 et *V*
16 item *M*
17 poenis *M* peanis *V*
18 testante *M*
19 Praestas *V*
20 penitius *P S V*
21 nos *M S*

sparsis[22] undique per uulgus[23] tot errorum curriculis[24], tuae mentis sinceritas[25] conflagraret[26], aut dehisceret. Te iudicem opto, sed Thebanum, qui tectis oculis non respiciendo personas hominum, sed /P: 52r/ ueritatis tantum fulgorem, /M: 1083r/ sententiam ferat[27].

Haec igitur ad lydium[28] pro ueritate uocemus[29]: /V: 88v/ cuinam ius hodie[30] Ecclesias Portugalliae desponsandi? An sedi tantum Apostolicae? An Regi Catholico? An Duci Bragantiae? Demum an huius Orator hodie a Sede Apostolica sit palam ac[31] solemniter excipiendus? Hinc detegendus tot imminentium Ecclesiae Lusitaniae[32] malorum architectus.

Dubium Primum

An ius eligendi Episcopos Portugalliae sit hodie penes Sedem Apostolicam tantum[33] /S: 2r/ priuatiue quoad omnes praesentationes.

/V: 89r/ Cum prope omnes Portugalliae /M: 1083v/ Ecclesiae ingemiscant hodie, et quidem supra quindecim annos, propter suorum Pastorum absentiam, nec[34] hactenus desaeuerint lites inter Regem Catholicum, et Bragantiae Ducem pro illorum praesentationibus, iam deuolutum esse[35] ad Sedem Ap*osto*licam ius eligendi, nullis

22 passis *P*
23 uulgum *M*
24 cuniculis *P*
25 synceritas *M*
26 conflagaret *V*
27 feras *V*
28 Lidium *M*
29 ~~An Sedi tantum Apostolicae?~~ *add. V*
30 ius hodie] hodie Ius *V*
31 et *V*
32 Lusitanae *S V*
33 tantum *om. V*
34 Hec *P*
35 esse *om. P*

praeuiis praesentationibus, totus conspirat[36] Orbis Catholicus, /P: 52v/ uno dumtaxat Duce Bragantiae[37] excepto, libet modo totius huius[38] Orbis /V: 89v/ colligere, ac[39] numerare suffragia.

Primum sit Concilii[40] Lateranensis sub Alexandro 3.º[41], in quo sancitum[42] fuit his *BD* 369-374
conceptis uerbis: "Si de iure Patronatus /M: 1084r/ quaestio emerserit[43] inter aliquos, cui competat, et intra quatuor menses non fuerit definitum, ordinet Antistes Ecclesiam, sicut ei melius uidebitur. Nostra autem quaestio nec quidem post quindecim[44] annos definita."

2.m sit ex Sacris Canonibus cap. "Quoniam", cap. "Cum propter", et cap. "Si uero" de iure patronatus, quod[45] omnes Canones eamdem /V: 90r/ Concilii sanctionem[46] confirmant.

3.m sit ***ex Concilio Toletano 12 et habetur cap. cum longe dist. 63***[47] ***ubi*** ne diu *BD 61-70*
uiduarentur Ecclesiae statutum fuit posthabendum esse electorem ordinarium, nempe Concilium Prouinciale, /M: 1084v/ quanto magis patronum laicum[48], et ius eligendi relinquendum esse Primati.

4.m sit ex ipsiusmet Portugalliae ordinationibus **et statutis ab ipso Duce Bragantiae iuratis, quae sola sufficerent**[49] ad hanc litem cum illo dirimendam[50]. /P: 53r/ /V: 90v/ Testem do Iuris Consultum Lusitanum Cabedo De patr. reg. cor.[51]; lib. 7.º /S: 2v/ de

BD 336-339

36 cospirat *P*
37 Duce Bragantiae] Bragantiae Duce *M*
38 huius *om. M S V*
39 *em. a* et *M*
40 Conilii *M*
41 Tertio *V*
42 sanctum *P S V*
43 emersit *P*
44 15 *V*
45 Qui *P S V*
46 s*ent**ent*iam *V*
47 cap. cum longe dist. 63] ex c. longe dist. 65 *V*
48 laycum *M*
49 et statutis … sufficerent *om. P*
50 dirimendum *P*
51 Cos. *M*

Ordinat. illius reg. ***tit. 20 § penult. in iis uerbis (se ao[52] iuiz parecer[53])***, ubi ***supponitur, quod orto[54] dissidio inter Regem*** et ***Vassalum, ad quemnam*** pertineat praesentatio alicuius Ecclesiae inferioris, ***possit*** interea ***Episcopus se solo eligere***, /M: 1085r/ ne Ecclesia illa ***diu uiduetur***. In quo casu, si Rege spoliato prouisus ab Episcopo bona illius Ecclesiae dilapidaret, ne hoc urgeret in praeiudicium futuri praesentandi ab eo, qui postea, lite /V: 91r/ absoluta, ius euicerit patronatus. Sequestrentur fructus, quod in praxi pluries[55] sic decisum fuisse in magistratibus illius Regni ***anno 1587, 1590 et[56] 1599***, orta lite inter Philippum 2.m[57] tunc regnantem, ***eiusque Vassalos***, id*em* Cabedo testatur, ibidem. Quid adhuc desideramus Testes? Si ipsamet Portugalliae statuta de consensu suorum Regum edita, et ab eisdem[58] iurata, /M: 1085v/ hoc concedunt absque ulla controuersia Episcopo, cum agitur[59] de Ecclesiis inferioribus, /V: 91v/ quo iure Dux Bragantiae, qui hoc statutum iurauit, id ipsum denegare poterit Christi Vicario, cum agitur[60] hodie de Cathedralibus?

/P: 53v/ 5.m suffragium sit[61] ex stylo, ac[62] immota consuetudine Sedis Apostolicae *BD 345-363* ***lubet[63] ex multis exemplis pauca*** contexere. Iacobus Aragonius Regnum Siciliae sibi comparauerat[64] tum Iure haereditario, tum Populi acclamatione, qui Petrum eius parentem, pulsis Gallis, uocauerat (en casus Ducis Bragantiae). Ex aduerso[65], reclamabat Carolus /M: 1086r/ Valesius[66] /V: 92r/ spoliatus interim nullius praesentationis ad illius[67]

52 oo *V*
53 perecer *M S*
54 orta *P*
55 pluries *om. V*
56 et *om. M*
57 secundum *P*
58 iisdem *V*
59 igitur *S*
60 agatu r *V*
61 si *M S*
62 et *V*
63 labet *P* libet *V*
64 comparuerat *M*
65 ex.º *M*
66 Valerius *M P S*
67 nullius *M*

Regni[68] Ecclesias auditae, sed Honorius 3.s se solo illas prouidit, ut ex eius Epistolis[69], libro primo[70], epistola 23, apud Bibliothecam Vaticanam liquet. ***Sic quoque*** /S: 3r/ ***Bonifacius 8.s***[71] ***durante bello inter Andronicum Imperatorem possidentem Imperii habenas, et Balduinum***[72] ***spoliatum, neutrius praesentationes admisit pro Ecclesia Constantinopolitana, sed ad Romanum Pontificem*** illius ***electiones auocauit: extrauag.***[73] /V: 92v/ comm. "***Cum Sancta Romana***[74]***" de electionibus. Rursus lugebant olim Ecclesiae Capuana, Beneuentana, Auersana,*** /M: 1086v/ ***Salernitana, aliaeque***[75] ***permultae Pastoribus destitutae, ob duritiem Faederici***[76] ***Imperatoris Regnum possidentis, qui nonnisi a se praesentatos Praesules uolebat. Quid tum Honorius?*** Post /P: 54r/ saepius monitum Imperatorem de[77] irrito conatu, tandem ***se solo dictis Ecclesiis Pastores praefecit, naturales tamen Regni, et Imperatoris*** beneuolos. Videndus Odericus ***Raynaldus tom. 13 ad annum 1225. n.º 45.***[78] ***Nouissime*** hoc suum ius more suorum /V: 93r/ ***decessorum*** agnouit ***Innocentius X.s***[79], qui mense maii 1645 ***motu proprio, nullaque*** praeuia ***praesentatione Regia*** pro uacantibus Ecclesiis Portugalliae ***in publico*** /M: 1087r/ ***Consistorio Ecclesiae Mirandensi Pastorem praefecit D. Petrum de Meneses, Visenti D.***[80] ***Emanuelem de Saldagna***[81] ***et Egitanensi***[82] ***D. Petrum de Alencastre.***

Quid multis? Etiam cum agitur de iure praesentandi ad Regna temporalia consueuit Sedes Apostolica se sola eligere Reges, si durante discordia inter praesentatos /V: 93v/

68 Regni *om. V*
69 Epistolarum *P* Espistola *S V*
70 1 *P S V*
71 VIII *S* Bonifatius Octauus *V*
72 Baldouinum *V*
73 ex 2.ª *S*
74 extra *add. M*
75 *em. a* aliaequae *V*
76 Friderici *S*
77 sed *P S V*
78 Videndus … 45 *om. M S V*
79 Decimus *V*
80 Don *M*
81 Sandagna *M V* fandagna *S*
82 Agrotanen. *M S* Agiotanen. *P V*

contingeret[83] Regna diu uacare[84]. Sic Martinus 4.s[85], cum indulsisset[86] Regi Galliae ius nominandi aliquem e suis consanguineis ad Regnum Aragoniae, quo Pontifex exuerat Petrum perduellem, hac lege illud concessit, ut in casu dilationis propter dissidia praetendentium, ad Sedem Apostolicam /M: 1087v/ deuolueretur electio, ut uidere libet in Martini diplomate apud Vaticanum, tomo 1[87], libro 3, epistola 7.

/P: 54v S: 3v/ Igitur si exploratis iam, ac recensitis suffragiis, /V: 94r/ uniuersum hodie consentire Orbem Christianum comperimus (puta Canones, Concilia, Principes[88], Consuetudines, Pontifices, et tandem ipsius Regni Lusitani tum statuta, tum Magistratus) ut durante discordia inter patronos sola Sedes[89] Apostolica ius habeat[90] eligendi Episcopos Portugalliae, cuinam, prudens Amice[91], fit iniuria, et uiolentia hodie? Ducine /M: 1088r/ Bragantiae, si eius praesentationes non admittantur? An Christi Vicario, si impediatur[92], et iure suo eligendi expolietur[93] /V: 94v/ ab illo? In quo igitur tot huius Ducis expostulationes, lamenta fundantur, quibus tu[94] aures meas compleueras[95]?

At[96], inquies, iniuria fit Coronae Portugalliae, tam benemeritae de Sede Apostolica, si tot priuilegia iuris patronatus, quae illi eius Principes[97] proprio sanguine[98] in bellis Infidelium compararunt, hodie illi eripiantur. Et[99] hoc[100] igitur ad examen ducamus.

83 contigeret *M P V*
84 uocare *P*
85 IV.s *S*
86 indulxisset *P V*
87 primo *M*
88 Princeps *M S*
89 sede *M*
90 habebat *P* habet *S*
91 prudens Amice] prudenti Amice *M S V*
92 ~~Si eius praes~~ *add. M*
93 exposcatur *M*
94 et *S*
95 compleueris *M P S*
96 An *M S V*
97 Princeps *M P S*
98 sanguino *V*
99 et *om. V*
100 hoc *om. M*

/P: 55r/ Dubium 2.m[101]

An fiat iniuria Duci Bragantiae, si eius praesentationes non admittantur hodie a Sede Apostolica.

/V: 95r/ Exundant quidem[102], Amice, motiua, /M: 1088v/ quibus conuincitur nullo pacto esse admittendas Ducis Bragantiae praesentationes, ac propterea nullam illi iniuriam irrogari si reiiciantur. Sed ne prolixitate[103] onerem, tria tantum breui aperiam.

Motiuum Primum

Quia Reges Portugalliae /S: 4r/ nunquam habuerunt ius praesentandi, sed tantum supplicandi.

Cum nil[104] frequentius, nil confidentius refricent[105] /V: 95v/ hodie[106] qui pro Duce Bragantiae stant, quam ius Coronae Portugalliae ad eius Ecclesias praesentandas, illudque tam basilice[107] extollant, magnificent, ut tot /M: 1089r/ animarum caedes ex Pastorum absentia, quam /P: 55v/ uel si dum[108] illud malint[109] attenuari; fateor, mecum iam putabam illud fuisse nedum amplissimum, uerum tamen[110] solis radio scriptum, ut otio abuti esset si de illo, uel etiam[111] inquireremus[112]. Quare dum eius amplitudinem tantum non existentiam prorsus nutare sensi, /V: 96r/ tam enim inconstanter, ac uariis linguis

101 Primum *V*
102 quide *S*
103 prolixitatione *S*
104 nihil *V*
105 refrigent *S*
106 quam *add. M*
107 Basilicae *M P S*
108 uel si dum] hilum *P V* uil isidum *S*
109 illud malint] malint illud *M*
110 uerum tamen] uerum etiam *V*
111 uiletiam *S*
112 inquiremus *S*

loquuntur, ut uel ex[113] hoc reiici eorum[114] testimonia merito possint. Alii namque illud referunt[115] ad praesumptiones priuilegii Apostolici. Sic Cabedo Lusitanus tratc. de Patr. /M: 1089v/ Ecclesiae Portugalliae, alii ad possessionem immemorabilem, quae initium duxerit[116] ab Alphonso 5.º[117]. Sic ***Rodericus[118] de Acugna in cap. "Cum[119] longe" distinct. 63*** n.º 2, alii denique ad ius commune. At quis non dicat suspectos de ueritate testes, cum non sint concordes?

/V: 96v/ Statim in mentem incidit Concilii Tridentini, sessione 25, capite 9, testimonium ubi de iuribus patronatus Principum agens, sic loquitur: "in his hoc ius ex usurpatione potius plerumque quaesitum praesumi solet". Quod Concilii dictum, praesertim de Regibus Portugalliae uerificari /M: 1090r/ firmauit Rota /P: 56r/ apud Puteum, decis. 57 alias 55 in correctis[120], et consensit Barbosa de Iure Ecclesiastico, libro 3 cap. 12, n.º 135.

/S: 4v/ Nec leui fundamento, cum ***ex plurium[121] Summorum[122] Pontificum monimentis***[123] constet consueuisse /V: 97r/ ***Portugalliae Reges ius patronatus Ecclesiarum[124] sibi usurpasse***, et[125] a Sede Apostolica fuisse obiurgatos; sic de ***Gregorio 9.º*** constat ex ***eius Constitutione "Si[126] illustris Rex", lib.*** 2 suarum ***Epistolarum***[127] epistola[128] 76 ubi acriter incurrit in Sancium 2.m, eo quia in quibusdam Portugalliae Ecclesiis[129] ius

BD 209-222

113 uile *S*
114 horum *S*
115 ~~ut uel ex~~ *add.M*
116 duxit *S*
117 V *S P*
118 *em. a* Bodericus *M* Bodericus *S*
119 cum *om. M S*
120 concretis *S*
121 plurimum *P*
122 Summorum *om. V*
123 monumentis *S*
124 ~~non posse~~ *add. M*
125 ac *M*
126 sic *S*
127 Epistolarum *om. P V*
128 epistola *om. S*
129 Ecclesiae *P*

patronatus sibi contra iustitiam uindicabat[130]. Sic ***Gregorius*** /M: 1090v/ ***X.s censuris perstrinxit Alphonsum 3.m, eo quia ius patronatus Ecclesiarum*** sibi usurpabat, ***illasque pro libito conferebat, ut in Epistola*** /V: 97v/ ***ad illum data, quae incipit "Scrire debes". Sic*** ***Nicolaus 4.s***, in Diplomate dato sub 7 Martii 1289 libro 2.º epistolarum, n.º 50, ***arguit Dionysium[131] eiusdem usurpationis***, qui ***promisit*** Pontifici ***nunquam id amplius facturum. Raynaldus[132] tomo 14 anni 1289 articulo 25***.

Cum igitur testes qui deponunt de iure patronatus Portugalliae sint de ueritate suspecti et Reges illius de manifesta /M: 109r/ usurpatione conuicti per ipsam Sedem Apostolicam, merito concludit /P: 56v/ ***Concilium Tridentinum*** loco citato /V: 98r/ nonnisi ***per authenticas scripturas***, et per ***praesentationes confirmatas*** per lapsum saltem ***quinquaginta annorum probandum***, esse Regibus Portugalliae ***ius patronatus***[133] praetensum. *BD 202-207*

Quoniam uero authenticas scripturas in hoc casu petendas esse ex actis Consistorii[134] firmauit Rota par. 4 diuers. decis. 544, 580[135], et docent Menochius cons. 336[136] n.º 23, Monet. de comm. cap. 10[137] n.º 210, et Ricc. resol.[138] 36 de iure patronatus; necessario /M: 1091v/ aperiendum nobis erit[139] hodie tabellarium[140] /V: 98v/ Sacri Consistorii, /S: 5r/ in quo omnes ecclesiarum Portugalliae prouisiones[141] registrantur ut inter dissentionum nebulas ueritas tandem emergat, an fuerint semper prouisae ad praesentationes Regum, uel tantum ad supplicationes. At undenam, quaeso, sumendum initium, cum in Beneficialibus ultimus rei status sit inspiciendus? Rota decisione 315, n.º 2

130 uendicabat *M*
131 Dionisium *V*
132 Raym. *M*
133 patronum *S*
134 Consistoriis *S*
135 580 *om. P*
136 366 *V*
137 X *P V*
138 Risol. *S*
139 erit nobis *S*
140 Tabularium *P*
141 prouisiones prouisiones *P*

apud Farinae[142] parte 2; recent.[143] Decius consilio 126 n.º 3; Lambertin. de Iure patronatus lib. 3 quaestione 7.ª principi. art. 7.º, n.º 7.º; /M: 1092r/ Mascardus De probationibus, /V: 99r/ conclus. 132[144], n.º 8; Gonzal.[145] ad regulas Cancellariae; Glos. 5 § 2 n.º 14. Tres ultimos
170 Reges Portugalliae Henricum, Sebastianum, et /P: 57r/ Ioannem 3.m inquiremus ex tabulario[146] praesentauerintne uel tantum supplicauerint. Haec igitur, quae ex illo Summa fide excerpta sunt.

Anno igitur 1543 sub die 8 Iunii Ecclesiae Bracharensi absque ulla Regis praesentatione Paulus 3.s praefecit[147] Episcopum. *BD 164-189*

175 ***Anno 1549 die 13 Martii ab eodem Pontifice* /V: 99v/ *ad solam supplicationem Regis Ioannis admissus fuit ad Ecclesiam Syluensem[148]* /M: 1092v/ *Ioannes de Bararcos[149].***

Anno 1551 die 22[150] Aprilis ecclesiae Lamacensi[151] etiam ad supplicationem Regiam Iulius praefecit D.[152] Emanuelem[153] Noronha[154].

Haec eodem anno 1570, 18 Februarii ad supplicationem Regis Sebastiani, D.[155]
180 ***Emanueli de Meneses attributa fuit.***

Iterum anno 1575, 25 Februarii, eodem Rege supplicante, cuidam D. Simoni indulta fuit,* /V: 100r/ *pensio tamen a solo Pontifice imposita.

Rursus 1579, 13 *Decem*bris ***ad supplicationem Regis Henrici alteri Simoni concessa.***

Anno 1552, 24 Augusti Ecclesiam Portugalliensem* /M: 1093r/ *sub* /S: 5v/ *Iulio 3.º

142 *fortasse* Farinaccii
143 reu: *S*
144 172 *P*
145 Gonsal. *S* Gons. *V*
146 tabullario *V*
147 perfecit *P*
148 Siluen*sem S V*
149 Bararchos *M* Barancos *P*
150 2 *S*
151 Lumacensi *M P S V*
152 Don *M*
153 Manuelem *P* Emanuelem *V*
154 Nororcha *M S* Nororca *V*
155 Don *M*

185 ***obtinuit D. Rodericus Pinherus[156] ad solam supplicationem regiam. Similiter anno 1579 ad Regis Henrici supplicationem concessa*** **/P: 57v/** ***fuit D. Simoni N[157].***

Anno 1554, 30 Martii Ecclesiam Sancti[158] Thomae Iulio 3.º largiente habuit frater[159] Augustinus Gaspar ad **/V: 100v/** ***supplicationem regiam.***

Anno 1569, 8 Nouembris ecclesia Olyssipponensis[160] ad supplicationem Sebastiani
190 ***data fuit D. Georgio[161] de Almeyda.[162]***

Anno 1578[163], die 4 Iulii ecclesia Elborensis ad supplicationem Sebastiani concessa fuit D. Theodosio[164] de Braganza[165].

Anno 1579, 19 Nouembris ecclesiam **/M: 1093v/** ***Conimbricensem[166] obtinuit D. Gaspar N. ad supplicationem regiam[167], et 2.ª Decembris[168] ecclesiam Mirandensem ad***
195 ***supplicationem Regis Henrici[169] indulsit[170] Gregorius*** **/V: 101r/** ***XIII[171] D.[172] Antonio de Meneses.***

Haec omnia fidelissime ex Archiuio Consistoriali excerpta[173].

His quoque fidem adstruunt immo tam Eminentissimi Cardinales omnes[174] ponentes, qui tunc in Consistorio supplicationes, non praesentationes, pro Regibus

156 Pincherus *M P S* Pincherius *V*
157 H. *M P*
158 Sct.s *M*
159 Pater *S*
160 Olysionen. *M* Olyssion. *S*
161 Georgeo *S*
162 Almeida *P S*
163 1579 *V*
164 Theodossio *V*
165 Bragantia *M*
166 Conymbricensem *M*
167 Regis Henrici *V*
168 *noue*mbris *V*
169 eiusdem *V*
170 indulxit *P V*
171 X3 *P*
172 D*omi*no *S*
173 excerpa *V*
174 Cardinales omnes] omnes Cardinales *V*

Portugalliae proponebant, ut ex iisdem[175] actis[176] Consistorii liquet. Nam, pro ecclesia /M: 1094r/ /P: 58r/ Olysipponensi[177] sub Gregorio 13.º[178] proposuit Cardinalis Sancti Sixti[179]; pro ecclesiis unitis Septensi et Trigensi proposuit, sub eodem Gregorio, Cardinalis Farnesius. Idem /V: 101v/ sub Sixto[180] V[181] proposuit ecclesiam Bracharensem, pro qua cum pensionem postulasset Rex renuit Pontifex; sed quia Cardinalis Farnesius subdidit[182] "Beatissime Pater, Rex supplicat tantum", annuit Pontifex.

Igitur dicetne[183] hodie iam[184] Cabedo esse praesumendum in /S: 6r/ Corona Portugalliae ius praesentandi ex priuilegio Apostolico, cum ex Concilio Tridentino est praesumendum praesertim[185] de Regibus /M: 1094v/ Portugalliae, cum ex plurium Pontificum Testimoniis incusati saepius fuerint tanquam usurpatores; /V: 102r/ cum priuilegium, quia est[186] quid facti non praesumitur, sed est probandum: cap. "Cum Ioannes" de fide instrumento[187], et l. "In bello", ff. de captiuis, et postliminio[188] reuersis[189]; cum denique conuincantur ex tabulario Sacri Consistorii nunquam praesentasse, sed tantum supplicasse?

Rursus dicent adhuc cum Acugna[190] praesentasse per possessionem | *BD* 194-199 immemorabilem, cum nullam unquam possessionem legitimam habuisse /M: 1095r/

175 eisdem *V*
176 actibus *V*
177 <Vlixip>ponen*si M*
178 XIII *P S*
179 Sisti *V* Xisti *S*
180 Xisto *S*
181 Quinto *P*
182 subdit *P*
183 dicentne *M S*
184 cum *P S*
185 p*er* Testem *S*
186 quia est] cum sit *V*
187 Instit. *S*
188 post. lim. *S*
189 Possess. *P* seu *S* &c *V*
190 Artugna *M S*

cum[191] ex /P: 58v/ Consistorii actis compertum sit? **Et cum ipsemet *Acugna*[192] fateatur primum qui** /V: 102v/ **praesentauit fuisse Alphonsum V**[193] quomodo erit possessio ***immemorabilis cum illius*** initium sciamus, cum haec definiatur communiter, possessio, cuius initium ignoratur? ***Rota apud Seraph. decisione 454***[194] ***n.º 4.***

Caeterum, quia alii confugiebant ad ius commune, quo conceditur fundatoribus Ecclesiarum ius patronatus[195] ad illas, ex cap. "Nobis" de iure patronatus. Reges autem Portugalliae fundasse omnes illas ecclesias, ac dotasse quando a[196] manibus infidelium illas redemerunt, notum est, nec quidem effugient.

Nam in primis deberent fundare dictas[197] fundationes /M: 1095v/ /V: 103r/ ac dotationes per scripturas authenticas[198], ut praecipit Concilium Tridentinum loco citato. Praeterea etiamsi illas probarent, non statim probant habuisse speciale priuilegium Apostolicum, quod requiri tanquam necessarium quando /S: 6v/ agitur de Cathedralibus docent communiter Doctores, quos late prosequitur **et amplectitur**[199] eruditissimus Ioannes Solorzanus de Iure Indiarum[200] lib. 3 cap. 4 n.º 26 /P: 59r/ et deinceps.

Quod etiam semper censuit et iudicauit Sedes Apostolica. Sic licet[201] ***Iacobus Aragonius anno 1230 Ecclesiam Maioricanam***[202] ***de*** Maurorum ***manibus*** /V: 103v/ ereptam /M: 1096r/ fundauerit ac dotauerit[203], ***Gregorius 9.s*** tamen illam Ecclesiam per Sedem Apostolicam prouidendam censuit ***anno 1237***, quando partes dedit Beato ***Raymundo*** de ***Pegnafort, ut de Pastore illam prouideret***, his[204] uerbis: "***Circunspectioni***

BD 259-267 ; 74 et seqq.

191 *recl.* cum *em. a* iam *M* iam *P S V*
192 Artugna *S*
193 et cum … Alphonsum V *om. M* Quintum *V*
194 434 *V*
195 patronatus *om. V*
196 e *P*
197 duas *S*
198 autenticas *M*
199 et amplectitur *om. P V*
200 Indian. *M* Indeb *S*.
201 scilicet *M*
202 Maioricensem *P*
203 ac dotauerit *om. V*
204 hisce *M*

tuae prouisionem huius Ecclesiae duximus committendam". ***Lib. 2 Epistolarum Gregorii epistola 159***.

Sic ***Ferdinandus Rex Castellae***, etsi ***innumeras Ecclesias e potestate*** Saracenorum redemptas, fundauerit et dotauerit, ut propterea illum miris ***laudibus*** cumulauerit ***idem Gregorius 9.s***, tamen illarum Ecclesiarum prouisiones /V: 104r/ non[205] Ferdinando, sed Archiepiscopo[206] /M: 1096v/ Toletano tradidit, ***ut uidere libet libro 8*** suarum epistolarum ***epistola***[207] ***137***.

Sic pene[208] ***omnes ecclesias*** Hispaniarum redemptas et constructas fuisse ab illarum regibus, constanter affirmant ***Barbosa de iur. eccles. libro primo***[209], ***cap. 8 n.º 77***; Boss. de sing. Eccles., sing. 81, libro X[210], cap. 6; Valdesius[211] de dignit. Reg. Hispan., cap. 21[212]; et tamen /P: 59v/ ius patronatus ad illas nonnisi Carolo V eiusque successoribus per indultum Apostolicum concessum fuit ab Adriano 6.º[213], Clemente 7.º et Paulo 3.º, nempe ut ad omnes ecclesias Hispaniarum praesentarent[214], pro /M: 1097r/ quibus /V: 104v/ prius[215] supplicabant, ut notant isdem[216] uerbis Mariana, libro 25 cap. 5; Gonzal., in Historia Salmanticensi, libro 3 cap. 18; Garzia[217] de beneficiis, /S: 7r/ parte 4, cap. 1[218], n.º 218; Rodericus[219] de Acugna, in cap. "Cum longe", distinct. 63, n.º 1[220]; Barbosa de iur.[221]

BD 243-245

205 non *supra lineam M om*. *P S*
206 Episcopo *S*
207 epistola *om. S*
208 paene *S*
209 1 *P S V*
210 10 *S*
211 Valdens. *M* Valden. *P*
212 22 *S*
213 VI *S*
214 pertentarent *S*
215 secus *S*
216 iisdem *P V*
217 Garc. *P* Gart. *S*
218 primo *M*
219 Boder. *S*
220 primo *M*
221 Ius. *S*

eccles., libro 1[222] cap. 8 n.º 81.

Quare merito ius praesentandi quod habent Reges in Galliis ***non ad redemptionem, aut etiam*** ad fundationes ecclesiarum ab Infidelibus ereptarum ***referunt***[223] Doctores, ***sed ad indultum Apostolicum***, quod concessum fuit ***post Concordata***, et sic ***Rebuff. tit.***[224] ***de nominat. Regum ad praelat.*** § ***Glossa Vacantibus, pag.*** 88; ***Carolus*** /M: 1097v/ ***de Grassis*** in[225] ***libro 2 Regal. Franc. iure 3.º; Benedictus in c. /V: 105r/ "Raynutius***[226]***" de testamentis, decis. 2***[227] ***n.º 78; Petrus de Gregor. de elect. cap. 5 n.º 23; Renatus Choppini***[228] ***de demanio Franciae lib. 2***[229] ***tit. X***[230]***, et***[231] ***de Sacra Politica n.º 1***[232] ***tit. 7.º ex***[233] ***n.º 22***. BD 269-277

Eadem quoque ***de Regibus Poloniae tradit Azor. parte 2, libro 6,*** Institutionum Moralium ***quaestione 3; de Regibus Angliae, /P: 60r/ Palacius in rubrica introductoria de Donat. inter uir. et uxor., n.º 29; Anastasius Germonius, de immunit., libro 3. c. 12 n.º 30. 31 et***[234] ***32, ubi etiam de Regibus Neapolis, et Hungariae.***

Denique, quot Ecclesias /M: 1098r/ de manibus Infidelium redemerunt et fundarunt Reges Portugalliae ante Alphonsum V[235], testis sit Rodericus Acugna[236] loco citato, /V: 105v/ n.º 2.º. Et tamen, ipsomet[237] Roderico confitente, primus qui habuerit Ius patronatus fuit idem Alphonsus quidem.

Igitur ad ius praesentandi acquirendum conuincuntur aduersarii fateri pro Cathedralibus non sufficere illas de manibus Infidelium redemptas fundasse et dotasse,

222 primo *M*
223 referuntur *S*
224 tit. *om. M*
225 in *om. P S V*
226 Raynucius *P* Raynerius *S* Raynuccius *V*
227 6 *M*
228 Coppin. *M* Chiapp. *P* Chiapin. *S*
229 ~~lict. 2~~ *add. M*
230 10 *S*
231 et *om. M*
232 primo *M*
233 et *P*
234 et *om. M*
235 5.m *P*
236 Rodericus Acugna] Rodesic. Arug. *S*
237 *em. a* ipsemet *M*

nisi etiam accedat speciale[238] Sedis Apostolicae indultum.

/S: 7v/ Quod indultum nunquam concessum[239] Regibus Portugalliae satis | *BD* 288-308
conuinceret tabularii consistorialis auctoritas[240], ut[241] uidemus. Attamen sic ulterius[242]
/M: 1098v/ ostendimus. Nam, /V: 106r/ Reges Portugalliae, cum Ecclesias fundarunt ac
dotarunt, non fecerunt gratis et uoluntarie, sed ex iustitia et compensatione Sedis
Apostolicae. Haec enim cum dicti Reges, uenia petita a Summis Pontificibus /P: 60v/
inuadendi et[243] occupandi Terras infidelium, sine qua nullus Princeps potest iuste
expoliare[244] infideles[245] suis Prouinciis, ut uno calculo firmant omnes Doctores, cum hoc
onere illis dictas terras[246] adiudicabant et concedebant, necnon etiam pro illis
expugnandis[247] Decimarum /V: 106v/ Ecclesiarum subsidia conferebant: ut[248] scilicet ibi
/M: 1099r/ ***figerent***[249] Cathedrales, illasque ***dotarent***[250]; illarum tamen ordinatio ad
Romanos Pontifices pertineret. ***Sic*** egit ***Gregorius 9.s*** cum ***Ferdinando*** Lusitano, cum
inuadendi terras Agarenorum copiam fecit, et ***Decimas*** impertiuit[251], ea[252] scilicet[253] lege, ut
in illis erigeret ***Cathedrales a Sede Apostolica*** ordinandas, ut uidere libet in Epistolis
Gregorii ann.[254] 6[255], par*t*e 2, litt. diuers., pag. 235.

238 specialis *P S em. a* specialis *V*
239 concessibus *V*
240 authoritas *M*
241 *em. a* et *M*
242 ueterius *M S*
243 ac *P*
244 explorare *M S*
245 in fideles *M*
246 *add.* ~~pro illis~~ *V*
247 expurgandis *M S V*
248 at *M P S V*
249 fingerent *S*
250 dotarunt *P S*
251 *fortasse* impetrauit] impartiuit *V*
252 et *P S*
253 ea scilicet] e ascilicet *M*
254 adnot. *P* am. *S*
255 6ti *M*

Sic etiam ***Benedictus*** /V: 107r/ ***XII***[256] egit cum ***Alphonso***[257] ***Portugalliae***, cum terras Maurorum capessendas concessit cum iisdem oneribus, ut apparet ex eius diplomate quod incipit "Venerabilis", in tomo suarum Epistolarum curr., epistola 5, anno 7.º.

/M: 1099v/ In quibus casibus, cum **Reges** praefati fundassent ac dotassent **Ecclesias** praedictas, ueluti ex contractu inito cum **Sede Ap*osto*lica**, et in illarum compensationem recepissent tum terras Infidelium, tum /P: 61r/ /V: 107v/ decimarum /S: 8r/ subsidia, etiamsi Sedes Apostolica non sibi[258] reseruasset et[259] expresse Ius eligendi, adhuc tamen non deberi Regibus ius patronatus,[260] quod nonnisi uoluntarie et gratis fundantibus debetur, firmauit semper ***Rota parte 2 diuers. decisione 167 n.º 5 et decisione 758 n.º 1***[261] ***parte 2 recent., in una Camerinen. pensionis 10***[262] ***Decembris 1625 coram Pirouano; Lambert., de iure patronatus,*** /M: 1100r/ ***parte 1***[263], ***libro*** 4, ***quaestione 4, articulo 7.º; Barbosa in Concilio Tridentino, sessione 14 de reformat., cap. 12, n.º 7.***

/V: 108r/ Quo tandem confugient pro hoc iure patronatus propugnando? Nulla pro eis praesumptio priuilegii, sed tantum usurpationis ex Concilio Tridentino, nulla immemorabilis possessio conuincitur ex tabulario consistoriali, nullum denique ius commune ex tot Pontificum testimoniis: quid[264] tandem?

Audire mihi uideor nonnullos, qui manus dantes ad haec omnia praesidium quaerunt ex possessione /V: 108v/ diuturna, quam habet Corona Portugalliae, ex quo Reges Catholici illam adepti sunt, quia omnes praesentarunt dictas Ecclesias, Sede Apostolica /M: 1100v/ consentiente, saltem tacito consensu[265].

Sed neque hoc effugium iuuat Portugalliam. /P: 61v/ Nam Reges Catholici non

256 Duodecimus *V*
257 Alphunso *S*
258 sibi *om. M*
259 et *om. M P V*
260 *add.* ~~nonn~~ *M*
261 primo *M*
262 X *P V*
263 prima *M*
264 *em. a* quod *P*
265 saltem tacito consensu *om. P V*

praesentarunt Ecclesias illius Regni ex ui consensus taciti Sedis Apostolicae, ut praesumunt aduersarii, sed[266] ex ui priuilegii amplissimi olim obtenti ab Adriano 6.º, Clemente 7.º, et Paulo 3.º praesentandi /V: 109r/ omnes Ecclesias omnium Regnorum Hispaniae. Quod priuilegium, ut primum Reges Catholici incorporarunt Portugalliam in Regnum Castellae, extensum[267] fuit quoque ad Portugalliam, idque multis rationibus.

Primo quia priuilegium concessum certo Regno /M: 1101r/ extenditur /S: 8v/ etiam ad eius augumentum[268], ut firmant communiter iurisconsulti: Angelus, in authen. de aequal. dot. § "aliud"; Albertus Brunus[269], de augumento et diminutione monetarum, conclus. 9; Alexander, cons. 178 n.º 11 libro 2.

Augumentum[270] enim regulatur secundum naturam /V: 109v/ sui[271] principalis, cui aequiparatur lex etiam, C. de iur. dot. et lex[272] ultima Cod. de donat. ant. nupt.; Menoch., libro 4, praesumpt. 189, n.º 157.

Hac ratione priuilegium de non soluendis decimis extenditur quoque ad augumentum[273], et ad superuenientes etiam possessiones: cap. "Quia circa" de priuileg.; Nact.[274], consilio 234, n.º 4.º; Abb.[275] in /P: 62r/ cap. /M: 1101v/ penult. de decimis nº. 2.º; Imola in lege "Damni", ff. de damn. infect..

Et priuilegium concessum Ecclesiis, v.g. Bononiae, extenditur quoque ad augumentum[276] et ad alias ecclesias, /V: 110r/ quae de nouo construuntur[277], ex Cyro[278] in

266 sex *S*
267 extensus *V*
268 augmentum *P S*
269 Alba Brun. *M* Ruin. *P* Alb. Porun. *S* Alb. Brun. *V*
270 augmentum *P S*
271 sui *om. P*
272 lex *om. S*
273 augmentum *S*
274 Natt. *S*
275 Alb. *P*
276 augmentum *S*
277 constituuntur *S*
278 Cyric. *S*

l.[279] "Placet", C. de Sacrosancta Ecclesia, et ibi Rayn.[280], et Fulgos.

Et priuilegium recognoscendi litteras[281] Apostolicas, quod fatetur habere Regnum Castellae[282], ut primum Portugalliae unita fuit Castellae[283], extensum fuisse etiam ad Portugalliam, tradit Pereyra[284], de manu regia.

2.ª ratio, quia dictum priuilegium datum fuit per nomina collectiua, et non uniuersalia, nempe concessum Regi[285] /M: 1102r/ Castellae[286], Leonis, Aragonum, Valentiae, Cataloniae[287], et caeteris Regnis Hispaniae, quo casu semper debet extendi ad augumentum[288], et sic ad Regna Hispaniae futura, atque adeo ad Portugalliam, quae, cum sit pars Hispaniae, ut notum est, uenit etiam nomine Regnorum /V: 110v/ Hispaniae, firmat Alexander cons. 178 n.º 10[289] lib. 2[290]. Praesertim cum Pontifices nullam[291] in dicto /P: 62v/ priuilegio concedendo mentionem certi temporis, aut praesentis aut praeteriti, /S: 9r/ faciant, quo casu semper extendi etiam ad futuras Ecclesias, et futura Regna, docet idem Alexander, ibidem[292] n.º 170.

3.ª ratio, quia priuilegium extenditur ad futura /M: 1102v/ illa, quae Princeps uerosimiliter[293] /V: 111r/ concessisset, si tempore concessionis illa extitissent actu[294], uel de illis supplicatum quoque fuisset: l. "Titius" § Lucius ff. de liberis et posthumis, et notant

279 C. *S*
280 Bayn. *S*
281 literas *V*
282 Castillae *S* Leonis, Aragonum *add. V*
283 Castillae *S*
284 Peregrin. *P* Pereya *M S*
285 unita fuit Castellae … Regi *om. V*
286 Castillae *S*
287 Cathaloniae *S*
288 augmentum *P S*
289 X *P*
290 2.ª ratio quia dictum priuilegium datum fuit per nomina collectiua et non uniuersalia ut tradit Pereyr*a* de Man*u* Reg*ia add. V*
291 nullum *V*
292 ibidem *om. V*
293 uerisimiliter *V*
294 acta *S*

Rota[295], et Doctores in l. "Tale pactum" § finali ff. de pactis; Bald. in lege prima[296], C. quae res pignor. Oblig. poss.; Alexander consilio 110, n.º 11[297], libro 6. Praesertim si dictum priuilegium sit late interpretandum, uel collatum fuit ob merita. At uero si tempore concessionis Carolus V supplicasset, Pontifices, praesertim[298] Adrianum 6.m[299], etiam pro Ecclesiis Portugalliae,[300] in casu /V: 111v/ quo uniretur Regnis /M: 1103r/ Castellae[301], uerisimillimum[302] est, quod Pontifices annuissent, cuius euidens argumentum est: tum quia[303] amore[304] affecti erant Carolo, praecipue Adrianus, qui fuerat eius praeceptor, et Caroli opera ad Pontificatum fuerat[305] euectus; /P: 63r/ tum quia in ipsis litteris[306] concessionis nimis exagerant, et declarant causam principalem[307] dicti priuilegii fuisse tot innumera merita Caroli, nedum cum[308] Sede Apostolica, uerum etiam cum tota Republica Christiana[309], quam a bello Turcis et innumeris /V: 112r/ discordiis uendicauerat[310]. Quare uult dictum priuilegium esse latissime interpretandum; tum denique quia dictum priuilegium mirum in modum munit amplissimis, praegnantissimis /M: 1103v/ ac[311] insolitis clausulis, ut legenti palam fiet, quae omnia prorsus suadent, et uerosimilitudinem[312] inducunt, quod si tunc Imperator Portugalliam possedisset, uel /S: 9v/ pro ipsa Pontifices supplicasset in casu unionis cum reliquis suis[313] Regnis

295 Ros. *M* Rosa *S*
296 1 *S*
297 XI *P*
298 per Tertium *S*
299 VI *S V*
300 *add.* ~~quo~~ *M*
301 Castillae *S*
302 uerosimillimum *S*
303 qui[a] *M*
304 ~~...~~amore *M* mire *P V*
305 fuerat *om. V*
306 literis *V*
307 finalem *M P V*
308 sub *M S V*
309 Cristiana *P*
310 uindicauerat *S V*
311 et *S V*
312 uerisimilitudinem *P V*
313 suis *om. V*

Hispaniae, utique Pontifices illi /V: 112v/ concessissent etiam ecclesias Portugalliae sicut omnes alias aliorum Regnorum.

Non igitur ex ui taciti consensus Sedis Apostolicae **Reges Catholici praesentant Ecclesias Portugalliae, ut praesumunt aduersarii, sed**[314] **ex ui**[315] **priuilegii, quod extensum fuit ad**[316] **illas ob rationes adductas.**

Denique etiam si daremus /M: 1104r/ **illos praesentasse ex ui taciti consensus Sedis Apostolicae**[317], hic tamen nullo pacto suffragari possit hodie Duci Bragantiae. Non enim /V: 113r/ praesumi potest, Sedem Apostolicam uoluisse eiusmodi consensum extendi ad successores quoque uiolentos, et de facto[318], ut est hodie[319] Dux Bragantiae, /P: 63v/ sed tantum ad successores legitimos, et de iure, quia mens Principis non potest praesumi, nisi prout de iure (Glos. in cap.[320] "Plerumque", 2.º[321], quaestione 6.ª), nunquam autem quando ius resistit. Ius autem resistit, ne quis uiolenter[322], et propria auctoritate[323] ius sibi dicat, Regnumque apprehendat, quod /M: 1104v/ Rex Catholicus iuste, pacifice, et auctore[324] praetore possidebat.

/V: 113v/ Videsne igitur, Amice, priuilegium illud iuris patronatus, quod te etiam iudice, omnium ora populorum aperiebat pro Duce Bragantiae, et quod hodie in tam enormem Coronae Portugalliae a Sede Apostolica temeratum, ac[325] spretum[326] ingemiscunt Lusitani? Videsne quam infida fide recitetur tanquam luce meridiana clarum ius patronatus, quod nusquam extitit?

314 *supra lineam V*
315 ui *om. M*
316 in *M*
317 Reges … Apostolicae *om. P*
318 Regnum Castellae *add. M P* Regnum Castillae *add. S*
319 est hodie] hodie est *S*
320 l. *V*
321 2.ª *V*
322 uiolenter *om. V*
323 authoritate *M S V*
324 authore *V*
325 et *V*
326 spiritum *P*

Audio tamen quo denique clypeo se posset Dux Bragantiae /S: 10r/ protegere, quia /V: 114r/ etsi pro Ecclesiis[327] Portugalliae non potest /M: 1105r/ Rex praesentare, sed tantum supplicare, cur pro illis non admittendae sint saltem supplicationes, prout ex tabulario consistoriali constat fuisse semper /P: 64r/ admissas? Et pro ecclesiis Indiae Orientalis, quae procul dubio sunt de patronatu Coronae, cur admittendae non erunt etiam praesentationes? Profecto absque iniuria Coronae hoc negare non poterit[328], et hoc ad examen ducamus. Pro quo sit.

Motiuum 2.m

/V: 114v/ Quia esto haberent ius supplicandi pro Ecclesiis Portugalliae et ius praesentandi pro illis Indiae Orientalis, adhuc hodie propter circumstantias praesentes /M: 1105v/ admitti non possunt canonice nec supplicationes nec praesentationes illius.

An re uera[329] Corona Portugalliae habeat ius praesentandi Ecclesias Orientalis[330] Indiae, nolumus in quaestionem uocare, ut[331] sit de hoc, nec enim[332] opus habemus id impugnare, cum ea sit hodie rerum[333] praesentium conditio ac status, ut esto daremus habere /V: 115r/ coronam Regiam ius praesentandi ad /P: 64v/ illas, necnon etiam ad ecclesias ipsas Portugalliae. Hodie tamen tot exceptiones concurrunt in[334] Duce Bragantiae, ut in nullo suffragari illi posset, nec spectatis Sacris Canonibus ac Conciliis /M: 1106r/ admitti ullatenus[335] possent, quod sic ostendo.

327 Ecclesia *V*
328 potest *M*
329 reuera *S V*
330 Orientales *M*
331 ut ut *M S*
332 etiam *V*
333 uerum *S*
334 cum *V*
335 nullatenus *S*

/S: 10v/ Nam ex Sacris Canonibus, ac Conciliis quatuor Conditiones requiruntur omnino, ut patroni cuiuslibet praesentationes legitime admittantur, ***quae*** omnes ***in casu nostro desiderantur***. *BD 377-381*

/V: 115v/ Prima[336], ***dummodo*** quis possederit[337] ***pacifice*** saltem per triennium fundum illum, in quo radicatur ipsum[338] ius patronatus. Cum enim hoc sit fructus dicti fundi, cui non competit pacifice fundus, nec competit[339] consequenter fructus illius. Sic definitum fuit in Concilio Generali Viennensi, et habetur in Clementina prima de sequestr., et ibi Glos*sa* "***Triennio"; cap.*** "C***ommissa" de elect. 6***, ubi /M: 1106v/ Glossa "Pacificum". Sic[340] in ***Concilio Basil., sess. 21, quae a Sede Apostolica fuit*** approbata, et hodie passim ***recepta /V: 116r/ in Cancellaria, tit. de trien. pacific. possess., et docent***, cum Glos*sa* ***in cap. "Querelam" de elect.[341] 6, communiter Doctores***, apud /P: 65r/ ***Garcia[342], de benef., par. 2[343] cap.*** 15[344] ***nº 106***.

2ª conditio, dummodo[345] ***possideat pacifice*** praeter fundum dictum etiam praesentationem[346], seu ius[347] ipsum praesentandi affixum fundo. Quare si possidens fundum pacifice, habeat tamen contradictorem legitimum circa[348] ius praesentandi, non est admittenda **eius** praesentatio quousque[349] constet de eius /V: 116v/ bono iure. Sic[350] /M: 1107r/ cauetur expresse in ***cap. "Ex litteris" de iure patronatus, et ibi Glossa***. ***Cum*** enim ***miles*** quidam ***possideret pacifice*** castrum, ***cui*** affixum ***erat ius patronatus*** ad *BD 475-481*

336 Primo *P*
337 possiderit *P*
338 V: *om.*
339 competet *P*
340 fit *S*
341 in *add. P*
342 Garz. *S V*
343 II *P V*
344 75 *P*
345 dumodo *V*
346 praesentationum *M*
347 uis *V*
348 contra *V*
349 uero *add. S*
350 si *M*

quandam[351] ecclesiam, quia tamen non possidebat aeque pacifice ius ipsum praesentandi, propter quaestionem illi ab uno Monasterio excitatam, ***Pontifex rescripsit*** Episcopo, ***quod, constito***[352] ***de discordia, reiiceret***[353] /S: 11r/ ***praesentationem militis***, ex quo textu sic resoluit in casu simili ***Rota,*** in antiquis, decis*ion*e 140, et firmant ***Lambertini,*** /V: 117r/ ***de iure patronatus, 2.ª parte, libro 6, quaestione 9, art. 3.º, n.º 8***[354], et /M: 1107v/ ***Bellamera***[355], ***decis. 700***

3.ª conditio: etiam si possideat pacifice castrum, et quaestio non fuerit per ***quadrimestre*** definita, tunc nullius praesentatio erit admittenda, sed ius eligendi deuoluatur[356] ad ***Pontificem, si*** sit /P: 65v/ Cathedralis, ad Episcopum ***si*** sit ***Ecclesia***[357] inferior: sic sancitum[358] fuit in ***Concilio Lateranensi***, et c.[359] "Quoniam" de iure patronatus, et de stylo Sedis Ap*osto*licae abunde monstrauimus super dubio primo. *BD 379 et seqq.*

Quarta[360] demum conditio: /V: 117v/ etiamsi in patrono omnes praefatae[361] conditiones concurrant, si /M: 1108r/ tamen ex admissione suarum praesentationum, timeri[362] possent scandala futura, abstinendum esse ab illis excipiendis, statuitur cap. "Quoniam" de iure patronatus, et ex aliis iuribus id probat fusissime[363] Paulus de Cittad., tract. de iure patronatus, quaestione XI[364], n.º 31.

At quis non uideat, Amice, nullam prorsus ex his conditionibus concurrere hodie in Duce Bragantiae, adhuc respectu Ecclesiarum /V: 118r/ Indiae Orientalis, atque adeo eius patronatum non esse hodie admittendum?

351 quamdam *S*
352 consulto *M*
353 reiicerent *P*
354 ~~col~~ *add. M*
355 Billam. *S*
356 deuoluitur *P S*
357 ecclesia *om. V*
358 sanctum *S*
359 c. *om. M*
360 4.ª *P S*
361 pradictae *M*
362 *em. a* timere *M*
363 fusissimo *V*
364 11 *P S*

Non concurrit prima, quando enim ille toto[365] hoc quindecim annorum interuallo, non quidem triennium uel unum diem tantum, /M: 1108v/ possedit pacifice Regnum, in quo ius Patronatus radicatur: ***a prima*** namque ***die*** inuasionis ***Rex Catholicus semper*** illi resistit, ***tum Regni, tum patronatus*** possessioni[366], /P: 66r/ ***bello*** na*m*que, ***scriptis, protestationibus*** et iugibus[367] ***instantiis urget apud*** /S: 11v/ ***Sedem Apostolicam*** /V: 118v/ ***ne illius Legatum, aut prasentationes admittat, imo***[368] ***ut etiam censuris, et anathemate illum Regno***[369] deiiciat.

Non 2.ª: cum enim nunquam Dux Bragantiae praesentauerit, qui dici potest possidere ius praesentandi? Imo cum ultimus qui praesentauit[370] fuerit Rex Catholicus, cuius praesentationes admisit /M: 1109r/ Urbanus 8.s[371] etiam post ereptum sibi Regnum, ut compertum est omnibus, hic dicitur esse in possessione iuris /V: 119r/ praesentandi, ut[372] uno suffragio docent cum Rota Lambertini et alii, quos infra adducemus. Si igitur Bragantia, nec quidem[373] semel possedit, quomodo dicendus erit pacificus possessor iuris praesentandi?

Quo casu, nedum citati Canones illius praesentationes reiiciunt, uerum etiam Regnimet Portugalliae statuta et magistratus. Do plures decisiones illorum. ***Possidebat pacifice Philippus 2.s*** Portugalliam ***annis 1587***[374]***, 1590***[375] ***et 1599***, et quia non /V: 119v/ possidebat /M: 1109v/ aeque pacifice ius praesentandi ad Ecclesias inferiores ***Sancti Michaelis de Agrobon***[376]***, Sanctae Crucis in oppido Santaren.***[377]***, et aliarum***[378], et quaestio

BD 458-468 ; 483-585

365 toto *om. V*
366 possessionem *M*
367 iugibus *om. V*
368 Immo *S*
369 Regnum *P*
370 praesentauerit *V*
371 VIII *S*
372 ꝑl *add. M* et *S*
373 quid *M S*
374 1585 *V*
375 *em. a* 1599 *S*
376 Agrabon *M S*
377 Sanctaren. *V*
378 aliorum *S*

illi erat cum nonnullis /P: 66v/ e[379] suis uassalis, Episcopi elegerunt, nulla praehabita aut Regis, aut uassalorum praesentatione. Testis est[380] Consiliarius Regius ***Cabedo***, qui tract. de manu regia cor., ***cap. 51***, refert casus decisos in illo magistratu: quanto minus admittendae erunt hodie praesentationes Bragantiae pro Cathedralibus, /V: 120r/ cum nec Regnum pacifice possideat, sicut possidebat Philippus, nec ius praesentandi ullo /M: 1110r/ pacto[381] possederit[382] unquam?

/S: 12r/ Non 3.ª conditio: nam adhuc saeuiunt lites inter Regem Catholicum, et Ducem ad quemnam spectet[383] Ius praesentandi, nec finis adhuc post quindecim[384] annorum decursorum spatium, atque adeo suspendi ius praesentandi iubent omnia Canones, Concilia et Regni statuta ut uidimus.

Nec 4.m demum concurrere palam est. Quis enim /V: 120v/ tam plumbeus homo non procul uideat scandala, quae ex indignatione Regis Catholici oriri possent in ecclesia, si quando ipse qui de iure pro manutentione iuris praesentandi urgere legitime possit[385], cum fuerit ultimus qui /M: 1110v/ praesentauit, tamen omni se iure abdicatum pro bono, et /P: 67r/ incolumitate ecclesiarum Portugalliae tum ob reuerentiam, et obsequium Christi Vicarii, ad cuius Sanctissimos pedes fasces submittit, hoc ipso tempore admitterentur praesentationes Ducis, qui nec /V: 121r/ regnum pacifice, nec ius praesentandi unquam possedit, cum nunquam praesentauerit, imo qui tot exceptionibus canonicis laborat, ne eius praesentationes excipiantur, ut uidemus?

Igitur hodie Dux Bragantiae non solum Ecclesias Portugalliae praesentare non potest, /M: 1111r/ quia illarum Patronatum non habet, sed neque ecclesias Indiarum, quarum Patronatum habere dicitur, cum careat requisitis Canonicis nuper allatis.

Audio tamen eius /V: 121v/ assentatores adhuc urgentes, Regnum possidens non | *BD* 366-368

379 e *om. M* ex *V*
380 et *M S*
381 modo *V*
382 possedit *V*
383 spectat *V*
384 15 *S V*
385 posset *P S V*

tenetur docere de titulo, et iure quo illud possidet ad hoc, ut eius praesentationes admittantur, sed ex Concilio Tridentino sessione 25 capitulo 9 satis est si Regnum possideat, ergo conditiones ad ius praesentandi allatae non /S: 12v/ requiruntur[386] in Regna possidente[387], sicut hodie possidet Dux Bragantiae, sed in aliis personis priuatis.

Sed contra: nam tantum /M: 1111v/ abest, ut ex Concilio sola Regni possessio sufficiat, /V: 122r/ quod Regnum possidens /P: 67v/ tenetur probare ius patronatus per pleniores et exactiores[388] probationes, ut probant[389] personae priuatae, nempe per authenticas[390] scripturas, et praesentationes continuatas per cursum saltem[391] 50[392] annorum, ut[393] ibi deponit[394] Concilium, et sic illud intellexit semper Rota etiam de Imperatoribus, et Puteus decis. 60, alias 56, libro 1[395] in correctis[396], etiam de Regibus, ut Mohedanus[397], decis. 10[398], n.º 4 de iure patronatus, et in specie de Regibus Portugalliae Puteus, decis. 57, loco citato, /M: 1112r V: 122v/ et Barbosa de iur. eccles., libro 3, cap. 12, n.º 135.

Quod autem Concilium loquens de Regna possidente non se explicet, de qua possessione loquatur pacifica, uel turbida[399], hoc probat nostrum intentum. Est enim casus omissus a Concilio, et consequenter regulandus iuxta dispositionem Iuris communis ex cap. "Cum uenerabilis" de religiosis domibus, l. "Cum praetor", ff. de iudiciis, et l.[400] "Commodissime", eodem titulo, at[401] de iure communi solus pacificus possessor

386 require^re^ntur *M* requirerentur *S*
387 possidentes *S*
388 ex actiores *V*
389 probans *V*
390 autenticas *V*
391 saltim *M*
392 quinquaginta *V*
393 et *S*
394 disponit *S*
395 primo *M*
396 concretis *S*
397 Moedanus *P* / Moed. *S*
398 X *P V*
399 turbata *V*
400 et l.] col. *V*
401 ac *M*

admittitur in prasentationibus[402], et quando /V: 123r/ ex illis non timentur futura scandala, ut timentur in casu nostro, /M: 1112v/ ut probauimus.

Imo[403] hoc ipsum conuincitur ex ipso Concilio /P: 68r/ ***quia uerba illa "Regna possidentium" apposita fuerunt a Patribus ad instantiam Reipublicae Venetae, Regnum Candiae*** possidentis, ***quae,*** cum possideat pacifice Regnum illud, ***fit ut dispositio*** ipsa ***Concilii cadat tantum super possidentes, non quomodocumque, sed pacifice,*** praesertim cum /S: 13r/ hoc ita sit cautum in iure, et per tot[404] Sacros Canones et Concilia, quibus debuisset Tridentinum per clausulas /V: 123v/ speciales derogare, quod cum non fecerit, Patrum illorum /M: 1113r/ mens est prorsus interpretanda prout de iure: Decius, cons. 64 n.º 7; Ias. in l. "Causas", n.º 6, C. de transactione. *BD 400-404*

Urgent adhuc ex stylo Sedis Ap*osto*licae, ***quae saepissime excepit praesentationes Regna possidentium licet non pacifice possederint. Quis namque Pontifex non admisit praesentationes factas a Ferdinando Catholico[405], eiusque successoribus, uel in Regno Nauarrae, post illud subactum[406] et Ioannem Albrettum[407] pulsum, uel in Regno Neapolis, post /V: 124r/ illud Gallis et Aragonensibus ereptum? Et tamen tunc non pacifice Regna illa possidebat, quia Albrettus[408] pluribus annis illum bello uexauit pro Nauarra,*** /M: 1113v/ ***et Galliarum Reges pro Neapoli. Rursus: quis unquam Pontifex spreuit[409] praesentationes Philippi 2.di*** /P: 68v/ ***pro Ecclesiis Portugalliae, quando Regnum illud primo*** adeptum ***fuit, et tamen tunc nec pacifice illud[410] possidebat, quippe bello turbatus per plures annos a D. Antonio Portugalliae? Certe hi omnes Pontifices praefatas omnes praesentationes*** Philippi 2.i pro Ecclesiis Portugalliae[411] ***admiserunt*** **/V: 124v/** ***ex eo solum,*** *BD 405-443*

402 praesentando *M*
403 Immo *S*
404 tot~~es~~ *M*
405 Cattolico *P*
406 ~~2~~ *add. M* sublatum *V*
407 Albertum *M S*
408 Albrettus *om. M S* Albertus *P*
409 Pontifex spreuit] spreuit Pontifex *P*
410 nec pacifice illud] illud pacifice non *V*
411 Philippi 2.i pro Ecclesiis Portugalliae *om. M S V*

quia Regna illa possidebat quibus affixi erant patronatus, etsi pacifice non possidebat[412]. Ergo licet Ioannes quartus[413] non possideat pacifice, eius tamen praesentationes sunt excipiendae.

/M: 1114r/ ***Sed nihil horum iuuat aduersarios: nam praefati Reges, cum acceperint*** 515 ***dicta Regna de manu et consensu[414] Sedis Apostolicae, consequenter*** debeatur ***illis consensus quoque eiusdem in patronatum dictis regnis annexum, et lege*** **/S: 13v/** ***"Proinde" ff. ad l. "Aquil.", et ex l. "Cum*** **actus"**[415]***, ff. negoc.[416] Gest.*** [417]

Non igitur profuit exemplum Ferdinandi Catholici: **/V: 125r/** ***hic namque ex concessione Iulii 2.di obtinuit Regnum Nauarrae, pulso Ioanne Albreto[418], qui, cum*** 520 ***tanquam schismaticus[419] et Sedis Apostolicae rebellis fuisset a Pontifice proscriptus, Regno exciderat, illudque Iulius omnibus (praesertim ipsi Ferdinando) exposuerat*** **/M: 1114v/** ***licite capessendum Teste Ciacconio[420] in uita Iulii 2.di § "nec solum Florentinos[421]".***

Sic etiam Regnum Neapolitanum adeptus fuit, annuente et confirmante Alexandro 525 ***6.o[422], ut[423]*** a***duertit Spondano in actuar. ad annum 1501. Quare cum Rex Catholicus[424] consentiente, et etiam*** **/V: 125v/** ***donante*** **/P: 69r/** ***Sede Apostolica[425], Regnum*** Neapolitanum ***possideret a principio iuste, et pacifice possedisse[426] dicendus*** erat.

Nec etiam iuuat exemplum Philippi 2.di. Hic namque etiam de consensu Sedis

412 quibus … possidebat *om. V*
413 4.us *P S*
414 ~~Res~~ *add. M*
415 cum actus/ Cumatus *S*
416 S: negot.
417 Sed nihil … Gest *om. P*
418 Alberto *M S* Albretto *V*
419 scismaticus *P*
420 Clauonio *S*
421 Florentino *M* florentio *S*
422 VI *S V*
423 et *M P S V*
424 Cattolicus *P*
425 Sede Apostolica *om. M*
426 possidere *V*

Apostolicae Regnum Portugalliae possedit. Statim enim post illud adeptum[427]***, suum*** ***Oratorem Gomez de Sylua***[428] /M: 1115r/ ***ad Gregorium XIII***[429] ***transmisit, qui anno 1581, die 18 Martii, auditis prius Oratore et Philippi Regis Iuribus, publice coram Consistorio ratam habuit eius possessionem***[430]***, et Regni*** /V: 126r/ ***adeptionem, ut patet ex Archiuio Consistoriali ad dictum annum 1581, et haec quidem omnia antequam Coronam acciperet, quam nonnisi mense Aprilis eiusdem anni excepit, teste Spondano loco citato, ad annum*** ***1581***, in quo casu debitas fuisse praesentationes Regis Catholici. Idem Orator Bragantiae confitetur, qui hodie rogat Sanctissimum Dominum nostrum Alexandrum /S: 14r/ pro legato[431] illius excipiendo, ut /M: 1115v/ sic possit[432] consequenter eius praesentationes admittere. ***Haec autem omnia non militant in casu nostro***: nam Dux Bragantiae, ***nec de*** /V: 126v/ ***consensu Sedis Apostolicae Regnum obtinuit, nec ratam hucusque habuit eius possessionem per actum publicum, et legitimum admissionis legati, prout***[433] ***de more. Quare*** /P: 69v/ ***cum alias non possideat pacifice, non sunt eius praesentationes admittendae ab Alexandro VII***[434]***, cum obstent, tum Sacri Canones, tum Concilium Tridentinum, tum denique perennis***[435]***, et diuturna Sedis Apostolicae obseruantia*** /M: 1116r/***, ut uidimus.***

Instant ulterius etiam in Beneficialibus sola detentio naturalis cum titulo /V: 127r/ colorato, satis est ut dicatur pacifica, et datur illi manutentio ex regula 26 Cancellariae. Cum igitur Dux possideat, et titulo saltem colorato, cur illi est denegandus fructus possessionis Regni, nempe ius praesentandi?

427 acceptum *M* adeptus *S*
428 Silua *S*
429 XII *P*
430 posses-/sessionem *M*
431 legato *om. S*
432 posset *P*
433 prut *S*
434 7 *P*
435 peremnis *P*

Sed e[436] contra: nam is tantum dicitur habere titulum coloratum, qui concessionem[437] habuit a superiore potestatem conferendi habente, ut communiter docent Doctores Lapus alleg. 16 n.º 2. Mandos. super reg. cancell.[438] 16, n.º 6; Bonaccin., tom. primo[439] de matrim., /M: 1116v/ dicta quaestione 2[440], puncto 8, /V: 127v/ n.º 24; Decius, cons. 220; Natta consilio 411, et alii apud[441] eumdem. At Dux Bragantiae cum propria auctoritate[442] sibi arripuerit Regnum, nec populus[443] poterat illud legitime auferre a Rege Catholico, tot iustis titulis possidente, ut latius dubio 3.º monstrabimus. Utique nullo titulo colorato dici potest Dux hodie /P: 70r/ Regnum possidere, sed habendus est ut manifestus inuasor[444], et intrusus.

/S: 14v/ Sed dato, et non concesso habere titulum coloratum. Cum hodie ius eligendi sit deuolutum ad Sedem Apostolicam ob /V: 228r/ discordias tot annorum cum Rege Catholico[445], /M: 1117r/ ut uidimus ex Concilio Lateranensi, et tot aliis iuribus dubio primo, non potest amplius eius praesentatio admitti, adhuc dato titulo colorato.

Saltem, inquient, admittantur Ducis supplicationes: nam de his non ambigitur fuisse illas a Sede Apostolica semper admissas, ut ex ipso tabulario consistoriali compertum est; sed denique[446] hoc effugio aliquid obtinet. Primo quia si ius praesentandi, quod est firmius, et sapit iustitiam, hodie uires non habet, propter discordias cum Rege Catholico[447], /V: 128v/ et alias rationes allatas, quanto magis uiribus[448] carebit ius supplicandi[449], quod est infirmius, et non nisi ex /M: 1117v/ gratia admittitur, ut scite

436 e *om. P S*
437 concessione *S*
438 cancell. *om. M P S*
439 1 *S*
440 6.3 *M*
441 per *M*
442 authoritate *M V*
443 Populis *P*
444 inuasus *P*
445 Cattolico *P*
446 *fortasse* neque
447 Cattolico *P*
448 uiribus *om. V*
449 *em a.* praesentandi *P* praesentandi *S*

aduertit Gonzales ad regulam 8.m, Glos. 49, n.º 50.

2.º, quia ***propter concordiam initam olim inter Sedem Apostolicam, et*** *BD 315- 321 ; 219-221*
Dyonisium[450] ***Regem*** Portugalliae. Cum enim Dyonisius[451] plus aequo urgeret ***Capitula Ecclesiarum*** inferiorum, ut admitterent personas, /P: 70v/ pro quibus ille supplicabat, ***Nicolaus 4.s*** illum acriter obiurgauit[452]; ***cui*** Rex iuramento spopondit seruaturum in perpetuum una cum suis successoribus Nicolai /V: 129r/ mandatum, ut uidere libet apud Pereyram[453] ***de manu***[454] ***regia, tomo primo***[455]***, pag. 233, n.º 76***. Si haec Dyonisius[456] /M: 1118r/ quando agebatur ***cum Capitulis, quanto magis*** hodie Dux Bragantiae, si se Dyonisii[457] successorem legitimum[458] agnoscit[459], tenetur seruare cum Christi Vicario? Quod si Capitulis integrum erat non admittere Dyonisii[460] praesentationes absque ulla laesione sui /S: 15r/ iuris supplicandi, longe magis integrum erit non excipere Sedi Apostolicae[461] Ducis supplicationes, absque ullo suae dignitatis praeiudicio. Et haec de 2.º[462] motiuo, cum[463] /V: 129v/ nulla fiat iniuria Duci Bragantiae, si eius praesentationes sicut eius[464] supplicationes non recipiantur.

/M: 1118v/ Motiuum 3.m. Quia Dux Bragantiae est hodie pluribus censurarum[465] nexibus[466] absque ulla tergiuersatione innodatus.

450 Dionisium *P V* Dionysium *S*
451 Dionisius *P V* Dionysius *S*
452 obiurga[uit]~~bat~~ *M*
453 Pereir. P Peyer. *V*
454 mandat. *P*
455 1 *S*
456 Dionisius *P V* Dionysius *S*
457 Dionisii *P V* Dionysii *S*
458 leg*iti*me *S*
459 agnoscet *P* agnouit *V*
460 Dionisii *P V* Dionysii *S*
461 non excipere Sedi Apostolicae] non excipere *M* Sedi Ap*ostoli*cae non excipere *S*
462 secundo *P V*
463 cur *M*
464 enim *P*
465 censuratum *P M*
466 *em. a* nelibus *P*

/P: 71r/ Neque adhuc finis[467] inhabilitatum Ducis ad praesentandum, uel etiam ad[468] supplicandum, dato, et non concesso, nullo ex praenarratis titulis reiiciendas esse eius praesentationes, adhuc tamen sunt propter tot censuras, quibus /V: 230r/ manifestissime tota coram Ecclesia defigitur[469], quae nulla fuga tergiuersari possunt.

Primo quia statim post Regni inuasionem Nuncium Apostolicum Regno pepulit, quo casu etiam /M: 1119r/ Reges ipso facto excommunicationis sententia[470] uulnerantur, eorumque Regnum interdicto supponitur, per Ioannem 22 in eius extrau.[471] com. "Super gentes" de consuet..

2.º quia redditus tot ecclesiarum uacantium sibi arrogauit, nec excusatur eo quod pro communibus necessitatibus Regni, ob imminentia bella, illa applicauerit, quia /V: 230v/ etiam in his casibus praecedere[472] debet beneplacitum Apostolicum, ut definitum fuit in Concilio Lateranensi sub Innocentio 3.º, et disponitur expresse capitulo "Aduersus"[473] de immunit. eccles., sub poena excommunicationis latae /S: 15v/ sententiae. Quem Canonem seruare tenetur Dux /M: 1119v/ Bragantiae, tum[474] ex ui iuris communis, tum etiam ex iure speciali Coronae Portugalliae. Cum enim Dyonisius[475] Rex olim eiusmodi[476] bona uacantium Ecclesiarum ob necessitates publicas[477] /P: 71v/ consueuisset conuertere, Nicolaus 4.s illum /V: 231r/ illiusque omnes successores deuinxit[478] sub

467 Nec adhuc finis] Nec finis adhuc *V*
468 ad *om. M P V*
469 defigitus *P*
470 sententiam *M*
471 extruct. *P*
472 praesidere *S*
473 admersus *P*
474 *em. a* tunc *M* tunc *S*
475 Dionisius *P V* Dionysius *S*
476 *em. a* eiusmoda *P*
477 pubblicas *S*
478 destinxit *S*

anathematis comminatione[479], ne id in posterum[480] attentarent, quod solemni ritu promisit[481], signatis tabulis, seruaturum se suosque succesores, pro quo uidendus[482] Rodericus[483] Rayn.[484] tom. 14 ad annum 1289, n.º 17[485] §[486] "In nomine Domini", et articulo 25.

Tertio[487] quia innumeros ecclesiasticos notorie uexauit, et Episcopos[488] /M: 1120r/ nonnullos[489] carceribus mancipauit, alios e propriis sedibus extorres[490] reddidit.

Quarto[491] quia litteris[492] Apostolicis, quas in fauorem Episcoporum quos Innocentius X.s[493] /V: 231v/ motu proprio elegerat, nunquam uoluit executionem[494] per tot annos impertire[495], non obstante quod notorium esset electionem illorum hodie ad Pontificem deuolutam[496] esse ex Concilio Lateranensi, et tot aliis iuribus dubio primo allatis. Quae cum omnibus[497] obuia sint, non potest tergiuersari quin deliquerit in Canones Bullae Coenae Domini, eorumque censuras ipso facto incurrendas.

Quinto[498] denique quia cum propria auctoritate[499] iuramentum fidelitatis /M: 1120v/ Regi Catholico praestitum /V: 132r/ uiolauerit, illumque iuste, et legitime possidentem

479 excommunicatione *S*
480 imposterum *M P*
481 praemisit *P*
482 uidemus *P*
483 Bodericus *S*
484 Royn. *M S* Regn. *P*
485 47 *V*
486 § *om. M*
487 3.º *M P V*
488 Episcoporum *M P V*
489 nonnullos *ad marginem M*
490 exterres *M* extones *P* euacuos *S*
491 4.º *M P V*
492 literis *V*
493 Decimus *V*
494 exequutionem *S*
495 impertiri *P* impartire *V*
496 ~~tam~~ *add. P*
497 omnia *M*
498 5.º *M P V*
499 authoritate *M V*

Regno spoliauerit, diu[500] anathemati ipso facto incurrendo[501] subiicitur a Concilio[502] /P: 72r/ Toletano 4.º, § 5.º, et seqq., **his conceptis uerbis can. 75**[503]: "Quicumque ex totius Hispaniae populis qualibet coniuratione[504], uel studio sacramentum fidei, quod pro conseruatione /S: 16r/ regiae[505] salutis pollicitus est, aut praesumptione tyrannica[506] Regni fastigium usurpauerit, anathema sit in[507] conspectu Dei Patris et Angelorum, **atque ab Ecclesia Catholica, quam periurio prophanauerit, efficiatur** /M: 1121r/ /V: 132v/ **extraneus cum omnibus suae impietatis sociis, nec partem habeat iustorum sed cum Diabolo, et Angelis**[508] suis aeternis supliciis condemnatur." Quod iterum, et 3.º repetimus: haec Patres Concilii quos inter aderant Episcopi omnes etiam Portugalliae, et fidem faciunt illorum subscriptiones. Ubi Concilium loquitur[509] etiam de iis, qui aliquo titulo iusto, praesertim haereditario, quo nititur Bragantia, Regem[510] possidentem propria auctoritate[511] deturbare attentauerint[512], mox dubio 3.º aperiemus.

/V: 133r/ Quae omnia[513] cum notorie[514] sint facta[515] a Bragantia, ita ut nulla ualeant tergiuersatione /M: 1121v/ tergiuersari, quis ambigat aeque[516] etiam notorium esse illum[517] hodie tot censurarum ictibus confossum, atque adeo inhabilem, et impeditum, ne[518] eius

500 dici *M*
501 ineundo *S*
502 Conciliis *M S V*
503 his conceptis uerbis can. 75 *om. P*
504 cominatione *S*
505 Regis *P*
506 tyramnica *S*
507 in *om. S*
508 atque … Angelis *om. P*
509 loqui *P S V*
510 *fortasse* Regnum
511 authoritate *M S*
512 attentauerit *M*
513 omnia *om. P*
514 notoria *P V*
515 fuisse *add. P V*
516 atque *M*
517 illud *M P S V*
518 nec *S*

praesentationes adhuc auribus excipiantur, imo priuandum fore etiam[519] iure ipso praesentandi, si quod habet?

Quod ex stylo Sedis Apostolicae[520] confirmare etiam libet. Ausus fuerat Alphonsus[521] 3.s[522] Portugalliae /P: 72v/ /V: 233v/ Ecclesiae iura inuadere, Episcopos[523] e suis Sedibus pellere[524], ecclesiastica bona occupare (diceres fuisse Ducem Bragantiae). Spretis tot censurarum[525] fulminibus, quibus in illum eiusque decessores detenuerant tum Gregorius X.s, tum /M: 1122r/ Innocentius 4.s, quare[526] Gregorius X.s in poenam ipsum eiusque succesores iure patronatus, si quod in illo Regno haberent, priuauit quamdiu in eiusmodi contumacia, et excommunicatione[527] /S: 16v/ perseruerauerint. Sic Pontifex libro 4 epistolarum[528], 44 extrauag. Quidni[529] etiam Dux /V: 234r/ Bragantiae pari plectendus poena, qui in eodem coeno[530], et contumacia perseuerat hodie cum Alphonso[531], cum detrectet suscipere Episcopos ab Innocentio X.º[532] electos? Nonne Gregorius hanc ipsam iuris praesentandi priuationem transmisit etiam in Alphonsi[533] successores, quamdiu[534] in eiusmodi[535] contumacia perseuerauerint[536]? /M: 1122v/ Quod si Bragantia successor est[537]

519 etiam *om. M*
520 Apostholicae *V*
521 Alphunsus *S*
522 Tertius *S*
523 Episcopus *P*
524 scellere *P*
525 censuraris *M*
526 acuere *S*
527 excummunicatione *P*
528 Episcopor. *S*
529 Quidne *S*
530 caelo *P*
531 Alphunso *S*
532 Decimo *V*
533 Alphunsi *S*
534 quamuis *P*
535 ~~huc~~iusmodi *M*
536 praesentauerint *S*
537 Bragantia successor] Bragantiae successores *P*

Alphonsi[538] in Regno, et in[539] contumacia, cur[540] non erit etiam in poena?

Nec effugiet, si dicat nunquam fuisse propter praefatos excessus a Sede Apostolica /V: 234v/ declaratum[541], ac[542] denunciatum[543] excommunicatum, atque adeo ut toleratum[544] posse praesentare: tum quia nec Alphonsum[545] fuisse denunciatum planum est, sed tantum /P: 73r/ comminatae illi fuerant censurae ipso facto incurrendae, et tamen, propter illas incursas, priuatus fuit iure praesentandi; tum etiam quia censurae, quibus Bragantia inuoluitur, non sunt ab homine, sed a iure, quod /M: 1123r/ semper monet, et clamat, et[546] quousque a contumacia, et inobedientia non resipiscit[547], /V: 235r/ semper ius ipsum resistit, ne[548] eius praesentationes admittantur, etiamsi ius praesentandi possideret, cum possessio a Iure damnata in nullo iuuet possessorem[549] (c. ad Decimas de restit. spoliat.), quanto magis non iuuat Bragantiam, qui[550] non possidet, cum hodie **sola Sedes Apostolica[551] possideat, quae per Innocentium X.m[552] ultimo elegit.**[553]; tum denique quia licet excommunicatus toleratus possit agere in iudicio si a iudice admittatur, si tamen pars resistat, et probet sufficienter /M: 1123v/ excommunicationem, /V: 235v/ est omnino /S: 17r/ reiiciendus, **praesertim si adhuc perseuerat in contumacia**[554], ut expresse statuitur cap. 1[555] de except.; cap. "Decernimus" de sent. excommunicationis[556], 6, et docent

538 Alphunsi *S*
539 in *om. P S*
540 cur *om. V*
541 declara tum *P*
542 et *S V*
543 enunciatum *S*
544 tolleratum *S*
545 Alphunsum *S*
546 et *om. P*
547 resepiscit *S*
548 nec *S*
549 S: possessionem *S*
550 quae *S*
551 Apostholica *V*
552 Decimum *V*
553 sola ... elegit *om. P*
554 praesertim … contumacia *om. P*
555 primo *M*
556 in *add. V.*

communiter theologi[557]: Turrian., lib. 2, dec. 14, dubio 3; Diana, parte 5.ª, tract. 9, cap. 110; Hurtad.[558], disputatione 8 de excommun., differ.[559] 3.ª, n.º 6. Cum igitur hodie Rex Catholicus totus quantus est resistat, et probet euidenter tot censuras notorias, quibus Bragantia insordescit per tot annos, et perseueret[560] adhuc in /M: 1124r/ contumacia, nolens[561] obedire electionibus /V: 236r/ Innocentii X.i[562], quo Iure poterit[563] audiri, et tanquam /P: 73v/ Rex Portugalliae solemniter tractari, etiamsi non denunciatus per sententiam?

Profecto, quem lateat[564] eiusmodi excommunicatos, etiam[565] non denunciatos, si tamen sint notorii numquam consueuisse Pontifices illos audire, aut in gratiam Sedis Apostolicae admittere, nisi prius purgata contumacia fuerint de liberalitate ipsius Sedis palam a Censuris absoluti[566]? Abundant exempla, sed uno, aut altero faciemus /V: 236v/ satis.

Exemplo sit Gregorius 7.s. Cum /M: 1124v/ enim Henricus Germaniae Rex[567] haberetur tanquam notorie excommunicatus, quamuis non denunciatus, ob crimen simoniacae[568] labis, et ecclesiasticas dignitates uenditas, Gregorius suos legatos Germaniam transmisit ad congregandam Synodum, Regemque a coeptis deterendum, quibus obuius fuit Rex honoris gratia. At quid tum legati Apostolici[569]? Nec quidem illi salutationem rependere, nec cum illo saepius rogati communicare uoluerunt /V: 237r/ aut

557 communiter Theologi *om. P*
558 Vrtad. *M* Hurt ad *P*
559 diffic. *S*
560 perseruerat *V*
561 nollens *P*
562 Decimi *V*
563 poteri *S*
564 latet *S*
565 etiam *om. M*
566 absolutos *P*
567 Germaniae Rex] Rex Germaniae *P S V*
568 Symoniacae *M*
569 Apostolici *om. V*

illum audire, inquit Baronius tomo XI[570] anno[571] 1075, pag. 672, et anno 1074, n.º primo, /M: 1125r/ donec secundum Ecclesiasticas leges paenitentiam professus[572], per ipsorum /S: 17v/ iudicium /P: 74r/ absolueretur anathemate, propter uenditas ecclesiasticas dignitates, de quo apud Sedem Apostolicam fuerat insimulatus. Haec[573] ibi Cardinalis Baronius. Sed hodie Dux Bragantiae apud eamdem Sedem Apostolicam insimulatur a Rege Catholico[574] notorii anathematis, **quamuis per sententiam non denunciatus**[575]. Quo igitur iure admitti poterit nedum ad praesentationes /V: 237v/ ecclesiarum proponendas, uerum etiam ad salutationem Apostolicam, aut communicatonem in Consistorio publico[576] Cardinalium /M: 1125v/ habendum[577], nisi prius paenitentiam profiteatur secundum leges ecclesiasticas, contumaciam deponat, et demum absolutionem publice, a tot notoriis censuris obtineat?

Protegetne se Dux eo quia per tot annorum spatia plures Pontifices semper siluerunt, nec unquam de absoluendis censuris illum /V: 238r/ monuerunt, quae tolerantia, seu conniuentia, ut absolutum dederunt? At nugae sunt hae. Mitto quod persaepe Innocentius X.s priuatis et extraiudicialibus sermonibus Ducis ministris, eiusque fautoribus[578] has censurarum sordes /M: 1126r/ obiecerit[579]. Sed fac nunquam obiecissent; Quid tum? Ergone statim tacite absolutus, qui palam omnibus tam expresse innodatus? Profecto nunquam sic /P: 74v/ censuere Pontifices. Do testem Nicolaum 3.m, res ita. Ecclesia[580] Orientalis Graeca[581] fuerat olim in /V: 238v/ Concilio Lugdunensi[582] sub Gregorio

570 11 *P* 1 *V*
571 Annal. *M*
572 professas *P*
573 *em. a* Nec *M*
574 Cattolico *P*
575 quamuis per sententiam non denunciatus *om. P*
576 pubblico *S*
577 labendum *M S V*
578 fauctoribus *V*
579 obiecerint *P*
580 Ecclesiae *M*
581 Graecae *V*
582 Lugdnuni *M*

X.º cum Romana foederata, et post concordiam initam omnes clerici, et Antistites Graeci, nulla praehabita absolutione a tot Censuris, quibus a[583] iure[584] propter eorum schisma[585] detinebantur, quamuis non denunciati nominatim, ad proprias lares, et Sedes reuertentes[586], omnes ecclesiasticas /M: 1126v S: 18r/ functiones[587] excommunicatis[588] uetitas oscitanter prosequebantur, et quidem scientibus, et tacentibus nedum tot Concilii Patribus, uerum etiam Gregorio X.º, eiusque successoribus Adriano /V: 239r/ V[589], Innocentio V[590] et Ioanne 21. Dicet fortasse Bragantia fuisse a tot Pontificibus uidentibus, et tolerantibus tacite absolutus[591]? Dicetne fuisse[592] Graecos illos habiles, ut[593] cum Sede Apostolica communicarent, et tanquam Ecclesiae Romanae filii tractarentur? **Audiamus quam mentem induerit[594] Nicolaus 3.s. Hic enim cum Michael Palaeologus apud illum interpellaret pro pristina[595] concordia confirmanda, his /M: 1127r/ uerbis illum reiecit: "Miratur Ecclesia Romana quod Praelati, et alii non curarunt /V: 139v/ adhuc statui eorum praeteriti temporis prouideri[596], cum enim ratione schismatis in quo erant, excommunicati sint, mirandum est quod tam ipsi quam Prelati super irregularitate, quam incurrunt se immiscendo diuinis, nullum adhuc remedium sibi potuerint adhiberi." Haec Pontifex.**[597] Si ergo tot summorum Pontificum per tot annorum interstitia tolerantia non potuit[598] ad mentem Nicolai 3.ii[599] tacite absoluere totam Ecclesiam

583 si *M P*
584 in iura *S*
585 scisma *M P*
586 reuerentes *P*
587 ~~pensiones~~ functiones *M*
588 excommunicationis *P*
589 5 *P S V*
590 5 *S V*
591 absoluta *S*
592 fortasse *V*
593 et *S*
594 induxit *V*
595 pacifica *V*
596 prouidere *S V*
597 Audiamus … Pontifex *om. P*
598 posuit *P*
599 3.ii *om. M S V*

Graecam, quomodo poterit praesumi tacite /V: 140r/ absolutus Dux Bragantiae ex tolerantia Urbani /P: 75r/ VIII[600] et Innocentii X[601], maxime, cum hic saepissime illum in suis fautoribus de suo anathemate nouerit?

Quod si adhuc insordescit /M: 1127v/ in tot censuris, quaeso Amice: quomodo publice et solemniter audiendus a Sede Apostolica in suis[602] praesentationibus aut etiam supplicationibus? **Quomodo palam cum illa communicabit?**[603] Imo[604] quomodo /S: 18v/ poterit Sanctissimus Dominus noster Alexander 7.s[605] ad illum nec quidem /V: 140v/ literas Apostolicas dirigere prout de more pro excipiendis episcopis electis, in quibus literis[606] sic solent Pontifices ad Reges praesentantes praeferri, illisque salutem, et Apostolicam benedictionem? Siccine scribendum cum notorio[607] excommunicato, etiam non denunciato[608]? Nec capacem esse huius tituli, nec posse[609] sic ad illum scribere Summum Pontificem docuit nos Ioannes 22. **Nam Rex Castellae[610] ob contractas uetitas nuptias cum Maria, filia Regis Alphonsi[611] Portugalliae, /M: 1128r/ in censuras ipso /V: 141r/ facto incurrendas inciderat latas in Concilio Generali Viennensi; non tamen[612] fuerat denunciatus unquam[613], sed diu toleratus, eo quia ad pacem cum dicto Alphonso[614] asserendam praefatas nuptias celebrauerat, et tamen cum Rex facti poenitens ad Ioannem supplex accessit pro nuptiarum dispensatione. Sed quid tum Pontifex[615]? Non**

600 8.i *P* Octaui *V*
601 X *om. P S V*
602 in suis *om. M S*
603 Quomodo … communicabit? *om. P*
604 Immo *S V*
605 VII *S* Septimus *V*
606 litterae *M*
607 notario *S*
608 denuntiato *V*
609 possit *S*
610 Castillae *S*
611 Alphunsi *S*
612 tantum *S*
613 denunciatus unquam] unquam denunciatus *S*
614 Alphunso *S*
615 Pontefix *S*

ad Regem, sed ad Antistitem Bracharensem[616] litteras[617] direxit his uerbis: "Regi transcribere omittimus, quia excommunicationis subiacet sententiae Concilii Viennensis ob contractas illicitas /V: 141v/ nuptias, nos autem litteras[618] non dirigeremus nisi tanquam deuoto, et existenti in gratia Ecclesiae, quod non possumus facere, donec absolutus a /M: 1128v/ dicta sententia fuerit". Oder. Rayn[619]. tom. 15 ad annum 1329, nº 92. Praemenda uerba illa non possumus.

In quo Ioannes sectatus fuit uestigia tum Bonifacii[620] Octaui[621], qui in litteris ad Fridericum Regem Siciliae datis abstinuit a titulo "dilecti filii, et Regis Siciliae" eo quia erat tunc censuris defixus, teste eodem Raynaldo[622], tom. 14 anno 1302[623], /V: 142r/ n.º 5; tum etiam Gregorii X[624], qui cum Alphonso[625] /S: 19r/ 3.º[626] Portugalliae ius praesentandi suspendisset propter censuras, quibus[627] perstringebatur, ut supra monuimus, nec quidem litteras[628] ad illum direxit pro /M: 1129r/ dicta suspensione, sed edita Constitutione sub hoc simplici titulo "Ad perpetuam rei memoriam", sententiam in illum tulit priuationis patronatus: Rayn[629]. ibidem ann. 1279[630] nº 21.[631]

Igitur quomodo hodie Sanctissimus Dominus noster Alexander 7.s[632] /V: 242v/ daret

616 Bracarensem *V*
617 literas *V*
618 literas *V*
619 Bayn. *S*
620 Bonifatii *S V*
621 8 *S*
622 Bayn. *S*
623 *em. a* 1202 *V*
624 Decimi *V*
625 Alphunso *S*
626 III *S* Tertio *V*
627 qui *M S V*
628 literas *V*
629 Bayn. *S*
630 1275 *S*
631 Nam Rex Castellae … n.º 21 *om. P*
632 VII *S* Septimus *V*

consuetas litteras[633] Duci Bragantiae praesentanti[634] sub solito titulo "Dilecte fili[635]", una cum salutatione, et[636] benedictione Apostolica, contra stylum Summorum Pontificum, **quod si neque huius tituli[637] capax est, propter eius contumaciam et censuras[638]**? quomodo capax erit, ut eius praesentationes, tot innumeris titulis /M: 1129v/ illegitimae, et nullae, admittantur, praesertim quando nec quidem ad propria crimina expianda ueniam a Christi /P: 75v/ Vicario postulat, sicut humiliter /V: 143r/ supplicabat Rex Castellae[639] pro illicitis nuptiis, sed obfirmato animo in contumacia perseuerat contra Innocentii electiones, et iura eligendi, deuoluta hodie ad Sedem Apostolicam, usurpare contendit?

Accipio quod[640] tandem ad haec Orator Bragantiae qui in eius supplici epistola[641] Sanctissimum dominum nostrum sic Alexandrum interpellat: "Beatissime Pater, /M: 1130r/ admittat Sanctitas uestra hodie legatum Ioannis 4.ti[642] Regis Portugalliae": tunc enim in consequentiam /V: 143v/ uenit praesentationes quoque statim[643] admittendas; speciosissimum sane tot malorum antidotum, ut uitetur[644] Caribdis[645] in Scyllam[646] impellere, quasi[647] uero[648] non esset in maiores Syrtes[649] incidere admittendo legatum quam praesentationes approbando; sed et hoc etiam expendamus.

/S: 19v/ Dubium 3.m

633 literas *V*
634 praesentari *P* praesentandi *V*
635 dilecti filii *M S*
636 ac *M*
637 tituli ~~foeudi~~ *M*
638 quod sineque … censuras *om. P*
639 Castillae *S*
640 quid *S V*
641 qui in eius supplici epistola] sic numquam in eis supplici epistola *M S*
642 quarti *V*
643 quoque statim *om. M*
644 antidotum ut uitetur *om. M* uidetur *V*
645 Carybelis *S* Carybdis *V*
646 Scillam *M V*
647 quas *V*
648 uero *om. V*
649 Sirtes *M*

An de Iure possit hodie Orator Ducis Bragantiae recipi solemniter a Sede apostolica tanquam Regis Portugalliae.

/M: 1130v/ Antequam huius /V: 144r/ dubii resolutio enodetur, erit Rex catholicus a tot lamentis uindicandus, quibus in illum incurrunt hodie, qui pro[650] Duce Bragantiae stant, quasi inimicus[651] illi sit Catholicus, eo quia resistit ne eius orator a Sede[652] Apostolica solemniter recipiatur. Non enim uideo, cur tam insolens uideatur, cum[653] in hoc Rex Catholicus Regum Portugalliae imitetur[654] exempla. Recolant, quaeso, Lusitani quot lapides mouerit olim Rex Alphonsus[655] V Portugalliae, ne Sixtus[656] /V: 144v/ 4.s[657] admitteret Oratorem /M: 1131r/ Ferdinandi Catholici: ut primum a Regni comitiis ad solium fuit euectus, et in possessionem pacifice immissus, caelum terramque miscuit Alphonsus[658], ne eius Orator a Pontifice exciperetur. Tum, quaeso[659], quonam iure aut fundamento Alphonsus[660] sese opponebat Ferdinando? Visne iudicium expectemus[661] ab Hernando[662] Duce Bragantiae, Ducis hodierni ascendente[663]? Audiamus illum sic Alphonsum ut a coeptis desisteret /V: 145r/ interpellantem: quippe erat ueritatis amantissimus. Rem narro cum Zurita[664], tomo[665] 4.º Annalium, libro 19, cap. 9. "Pone, /M: 1131v/ ait, quaeso, hanc mentem, Serenissime Princeps: non enim sunt nostra Regni

650 a *M S*
651 inimico *M S*
652 ☙ *add. M*
653 tam insolens uideatur cum *om. M*
654 immitetur *M*
655 Alphunsus *S*
656 Xistus *S*
657 Quartus *V*
658 Alphunsus *S*
659 quaero *S*
660 Alphunsus *S*
661 expectamus *M S*
662 Homando *S*
663 ascendentis *S*
664 Turit. *V*
665 *em. a* tot. *S*

Castellae iura sed Ferdinandi[666]. Is[667] propter nuptias olim initas cum Helisabetta[668], Regni haerede, est[669] legitimus successor Henrici defuncti; is a Proceribus[670] Regni est iam in possessionem immissus. /S: 20r/ Tu uero, quodnam ius etiam ad rem in Regnum habes? An quia oblatae tibi /V: 145v/ nuptiae olim cum Ioanna Henrici filia? Sed illam esse spuriam palam omnibus est, et etiamsi legitima esset, hodie non est adhuc contractum matrimonium, nec unquam /M: 1132r/ illius nuptiis consensum praestitisti, qui solius Helisabetthae[671] semper petieras, sed negatas". Haec Dux Bragantiae Alphonso[672], qui tamen sibi blandiens a coeptis nunquam destitit, sed in publico consistorio contra Ferdinandum protestationes iuridicas fieri iussit, teste /V: 146r/ eodem Zurita[673], cap. 38. Quibus tamen ab episcopo Ouetensi euacuatis, Pontifex, de bono iure Ferdinandi edoctus, illius tandem Oratorem excepit, et regni possessionem approbauit.

Igitur per Lusitanos licuit Alphonso[674] sic se opponere Ferdinando, quando ipsomet[675] Duce /M: 1132v/ Bragantiae iudice[676] nullum, uel[677] per umbram ius habebat ad Regnum Castellae[678], nec[679] unquam[680] illud possedit[681]: cur tam insolens illis uidetur quod Oratori Bragantiae se opponat hodie Rex Catholicus, qui tot iustissimis titulis per sexaginta[682] annos Portugalliam pacifice possedit, /V: 146v/ et a proprio uassallo iurato

666 Ferdinando *S*
667 His *S*
668 Hlisabetha *S* Elisabetha *V*
669 et *M*
670 Processibus *S*
671 Elisabethae *S V*
672 Alphunso *S*
673 Turit. *V*
674 Alphunso *S*
675 ipsemet *V*
676 ~~Iud. Duce~~ *add. M* Iudice *om. M V*
677 uel *om. S*
678 Castillae *S*
679 nullum … nec *om. V*
680 nunquam *V*
681 possederit *M S*
682 60 *V*

se spoliatum uidet?

Adhuc tamen audio Bragantiae Oratorem in eius epistola ad Sanctissimum data sic scribentem: "Sed quid praeiudicii tandem sentit Rex Catholicus, si Ducis Orator a Sede Apostolica admittatur, cum semper ad Portugalliam repetendam integra eius iura permaneant?" At sic haec ita se habent, cur Alphonsus[683] /M: 1133r/ remis uelisque[684] sese opposuit Ferdinando? Patiatur ergo modo Lusitanus leges quas tulit. /V: 147r/ Sed mittamus haec, praeiudicium expendamus libremusque.

/S: 20v/ Nullus ignorat quod admittere hodie Ducis Bragantiae legatum solemni ac publico ritu, ut solent Reges recipi, perinde sit, ac illum solemniter, et[685] tota coram Ecclesia declarare et approbare tanquam legitimum Regem Portugalliae, ac[686] de usurpatore[687] Regni, uti[688] est manifeste in foro saltem exteriori. Non enim sic recipi solent a Sede Apostolica nisi Reges Portugalliae. /V: 147v/ Conuincitur hoc Constantini Magni Imperatoris exemplo. Hic enim ante susceptum Sacrum Lauacrum non legitimus erat[689] Orbis Christiani Imperator, sed /M: 1133v/ tyrannus, ut communiter docent innumeri iurisconsulti, quos congerit et sequitur doctissimus Solorzanus, de iure Indiarum[690], tom. 1[691], libro 2 cap. 23, n.º 50, cum enim esset infidelis nec de Ouili[692] Christi, sed extra Ecclesiam, et consequenter nullum ius legitimum habere poterat Christi ouibus praesidendi, qui leges ex toto /V: 148r/ aduersas Christi legibus habebat per ea quae[693] de cunctis fidelibus[694] tradunt uno calculo Patres Sancti Cyprianus[695] lib.1

683 Alphunsus *S*
684 uelisger *S*
685 ac *V*
686 ~~atq~~ ac *M*
687 usurpatione *S*
688 c. uti *M S*
689 legitimus era] erat legitimus *V*
690 Iudicum *M*
691 primo *M*
692 ouile *V*
693 ea quae] eaq. *S*
694 Infidelibus *S V*
695 Ciprianus *M V*

epist. 6, et[696] libro 2, epistola prima[697] de poenis, cap. 2; Hieronimus contra Luciferum; Augustinus in Enchiridion, c.[698] 65[699]; Celestinus[700] Papa in epistola ad Cler. Const., et in altera ad Ioannem /M: 1134r/ Antiochi; Nicolaus 1[701] in epistola ad Michaelem Imperatorem, et Bellarm.[702] tomo 1[703], libro 3.º de Eccles. Militari ,cap. X[704] § 2.

Ut primum autem Constantinus per baptismi aquas pedem intulit in Ecclesiam, de tyramno in /V: 148v/ legitimum Orbis Christiani Imperatorem migrauit, Sancti Siluestri[705] auctoritate[706]. At quo ritu[707], quaue[708] solemnitate, docent Bald. in l. "Cum multa", c. de bon. quae liber.[709]; Archid. in cap. "Quoniam" distinctione X; Afflict. in rubr. "Quae sint Regalia", n.º 6; et Mastrill., de magistrat., libro 1[710], cap. 9, id factum fuisse /S: 21r/ quando Constantinus ad pedes Siluestri[711] fasces deposuit, illique publicam[712] obedientiam tanquam Christi Vicario professus fuit, statim de tyranno[713] legitimus /M: 1134v/ ac uerus Imperator fuit /V: 149r/ effectus, et ab uniuersa[714] ecclesia susceptus.

Igitur si hodie Dux Bragantiae tam solemni ritu ac fastu a Sede apostolica recipitur tanquam Rex Portugalliae, quisnam ambigere poterit in tota Ecclesia illum de

696 lib.1 epist. 6 et *om. M*
697 1 *S*
698 c. *om. S*
699 165 *S*
700 Calixtus *M* Calest. *S* Celest. *V*
701 primus *M*
702 Bellani *M* Billam. *S*
703 primus *M*
704 10 *M*
705 Syluestri *M*
706 authoritate *V*
707 mihi *S*
708 quaque *S*
709 Rib. *S*
710 primus *M*
711 Syluestri *M*
712 pubblicam *S*
713 Tyramno *S*
714 uniuersali *V*

inuasore Regni migrasse in uerum[715] et[716] legitimum Regem, saltem in foro exteriori? Quisnam in toto orbe omnem formidinem, quam modo habet de eius Regia dignitate, prorsus non[717] abiiciat, quem uideat in Aula Romana a Summis Pontificibus recipi, ac tractari /V: 149v/ aeque ac omnes alios Ecclesiae Reges ac[718] Principes?

Venetiarum, ac Ianuensis Reipublicae, quae hodie eius Oratorem /M: 1135r/ nolunt[719] admittere, cur post haec illum reiicere poterunt? Vidit hoc ipse Dux Bragantiae, et ideo haec summa eius supplicationis apud Sanctissimum ab Oratore exposita hisce[720] uerbis: "Faccio istanza a[721] Vra. Santitá a[722] nome del mio Ré, e de[723] suoi Regni si compiaccia di riconoscerlo per Ré di Portugallo riceuendomi per suo ambasciatore". Haec Ducis /V: 150r/ orator, et haec si fiant dicetne orator nullum fieri praeiudicium[724] Regi Catholico? Nonne uulnerabitur palam Regis nedum ius[725] ad rem, uerum etiam ius in re[726]?

In quo Sanctissimus Dominus noster Alexander procul dubio nullum ex suis sanctissimis decessoribus[727] imitaretur, cum nunquam consueuerit /M: 1135v/ Sedes Apostolica approbare Principatum alicui, etiam possidenti, cum praeiudicio, adhuc leuissimo[728], iuris[729] tertii, etiam quando pro arbitrio poterat /S: 21v V: 151v/ Principatum illum cuilibet occupanti[730] concedere.

715 a~~d~~ *add. M*
716 ac *S*
717 ~~abiy~~ *add. M*
718 et *V*
719 nolunt *om. M (reclame no fólio anterior)*
720 his *S V*
721 á *M*
722 à *M*
723 de *om. M S*
724 praeiudicii *M*
725 Ius *om. V*
726 ~~Re?~~ re? *V*
727 Decisionibus *S*
728 laeuissimo *S*
729 Iuri *M*
730 occupandum *M*

Exemplum sit Alexander 6.s[731]. Cum enim Ferdinandus Catholicus nonnullas Indiarum insulas gladio ac Columbi solertia sibi comparauerit[732], Oratores statim ad Alexandrum transmisit pro approbatione illarum. Profecto nullus ambigit quin Pontifex duplici titulo id potuisset indulgere. Primo, quia cum habitarentur ab Infidelibus erant sub dominio Christi Vicarii, et /V: 151r/ tanquam[733] uacantes[734] /M: 1136r/ legitimo Principe ius habebat illas occupantibus concedere, et permittere[735], ut docent clarissimi Doctores (Hosten.[736] in cap. "Quod super his" de uot; Bart. in l. "Liber homo", ff. de uerb. signif.; Oldrad. consilio 72; Nauarr. in cap. "Nouit"; not. 3 de iud.; Ancharan. in cap. "Gaudemus" de diuort.; Aluer.[737] Pelag., de planct. Eccles., art. 13; Praepos. cap. "Apud misericordem", 32, quaestione 5; August. Andonit. de pat.[738] eccles., quaestione 5[739], art. 17[740]; Bellug.[741] in spec. princ., rubrica 39, et alii /V: 151v/ innumeri quos refert, et approbat Solorzan.[742] tomo 2 libro 2 cap. 23[743] n.º 53 et seqq.) Alio quoque titulo magis recepto, nempe quia Ferdinandus illas sibi comparauerat[744] ob bonum commune /M: 1136v/ Ecclesiae, scilicet ad fidem propagandam, sicut[745] promiserat Pontifici. Quare citra[746] controuersiam omni iure poterat Alexander 6.s[747] illas Catholico approbare, et subiiciendas permittere, si barbari illi resisterent, impediendo Euangelii praedicationem, ut uno /V: 152r/ calculo docent omnes Theologi apud Dianam, parte 6

731 Sextus *V*
732 comparauerat *S V*
733 nunquam *S*
734 uacante *S*
735 promittere *M S*
736 Hostien. *S V*
737 Aluei *S*
738 Pot. *V*
739 1 *S V*
740 1, et 7 *S*
741 Billug. *S*
742 Solarzar. *S*
743 25 *V*
744 comparuerat *S*
745 sicuti *V*
746 citro *S*
747 Sextus *V*

tract.[748] 9, resol. 18.

Et tamen[749] his non obstantibus putauit Alexander nonnisi hac[750] adiecta conditione potuisse approbare Ferdinando dictas Insulas, quamuis ob commune bonum Ecclesiae possessas: "dummodo[751] scilicet illae possessae non fuerint /S: 22r/ per alium Principem Christianum, quando fuerint[752] per uestros[753] capitaneos inuentae", et paulo /M: 1137r/ inferius reddens rationem subdit, "ne[754] per huiusmodi /V: 152v/ concessionem ius quaesitum tertii sublatum intelligi posset." Haec Alexander in suo diplomate, apud Solorzano, tomo 2, libro 2, cap. 24, n.º 16. Sed quando Regnum Portugalliae inuentum, seu potius usurpatum fuit a Duce Bragantiae, illud fuerat actualiter possessum iuste, et legitime per Regem Catholicum: quomodo ergo posset hodie a Sede Apostolica approbari absque manifesta sublatione iuris quaesiti ipsius Regis Catholici? Praesertim cum /V: 153r/ Regnum Portugalliae non sit de proprietate Sedis Apostolicae, ut[755] ex tot[756] Doctorum placitis erant illae insulae Infidelium, nec Dux /M: 1137v/ Bragantiae illud sibi arrogauerit[757] ob bonum commune ecclesiae, et fidei propagationem sicut Insulas illas sibi[758] comparuerat[759] Ferdinandus, sed ob suum priuatum commodum, et ad quod nullum[760] ius habebat, saltem in foro exteriori.

Adhuc magis urget[761] rem hanc Clementis 6[762] decreto, et constitutione supplex mentem[763] induerat /V: 153v/ olim Ludouicus, Comes Claramontanus, Insulas Canarias

748 tom. *V*
749 tandem *M*
750 hac *ad. marg. M*
751 dum *S* dumodo *V*
752 fuerunt *S*
753 Vestos *M*
754 non ne *M*
755 uti *V*
756 tot *om. V*
757 arrogauit *V*
758 si *M S*
759 comparauerat *V*
760 nullus *S*
761 urge *M* urgeo *S*
762 Sexti *V*
763 inertem *M*

Infidelium suae ditioni[764] bello subiicere, ad fidem ibi disseminandam, et sic ob bonum commune Reipublicae Christianae, quare ad Clementem oratores destinauit pro approbatione, et possessione illarum, et licet potuisset Clemens /M: 1138r/ iisdem de causis ac poterat[765] Alexander 6.s[766] pro arbitrio id concedere: quia tamen Rex Portugalliae se grauatum dicebat, si alteri permitteret Pontifex dictas Insulas /V: 154r/ capessendas, eo quia aiebat is etiam olim[767] hoc facinus armis fuerat incohatum, quamuis irrito /S: 22v/ conatu, atque adeo nulli alteri dictas Insulas capessendi erat permittendum. Quid tunc[768] Clemens? Ne hoc ius Regi[769] laederet, licet tenuissimum, et ad summum ius ad rem nunquam enim possederat, noluit ullo pacto Insulas Comiti approbare, nisi prius Rex, signatis tabulis, suo iuri cessisset: et tunc Comitis legatos admisit. Sic Oder.[770] Rayn. tomo 16 anno 1344 n.º 39, 48. Quid igitur[771] faceret /V: 154v/ Clemens hodie, cum Duce Bragantiae, qui nullo ex praefatis /M: 1138v/ iustis titulis sicut Claramontanus petit Portugalliam sibi approbari, et cum tam enormi[772] laesione iurium Regis Catholici, nulla praecedente huius Regis Iurium cessione, imo iuga, ac perpetua contradictione?

Et quod amplius est, etiam ipsas prouincias schismaticorum et haereticorum, quas citra omnem controuersiam potest Christi Vicarius pro libito cuilibet occupandas tradere, cum /V: 155r/ propter rebellionem ab Ecclesia Romana in poenam ius illas tradendi sit penes Sedem Apostolicam. Hac ratione Iulius 2.s, propter schisma Ioannis Regis Nauarrae, tradidit Regnum illud occupantibus, /M: 1139r/ praesertim[773]

764 dictioni *V*
765 potuerat *V*
766 Sextus *V*
767 olim *om. V*
768 tum *S V*
769 Regis *S V*
770 Sicoder. *S* Roder. *V*
771 agitur *S*
772 aenormi *S*
773 cum *add. V*

Ferdinando Catholico, ut supra cum Ciacconio[774] in Vita Iulii dicebamus. Hoc etiam ipso Iure Leo 4.s Imperium Graecorum ad Ecclesiam[775] Occidentalem transtulit, propter schisma[776] Imperatorum Orientalium, et tamen quando aliquis Princeps Catholicus /V: 155v/ habebat aliquod ius super dictas prouincias, nunquam[777] solebant Pontifices alicui illas approbare, ne laederent ius antiqui possessoris legitimi. Do Clementis 6.ti[778] constitutionem. Cum enim Rex Hungariae[779] Ludouicus terras nonnullas schismaticorum /S: 23r/ suo adiecisset Regno, ut[780] /M: 1139v/ ad obedientiam Sedis Apostolicae reduceret, Oratores ad Clementem direxit, ut possessionem illarum sibi approbaret. Indulsit[781] Pontifex, sed ea lege: dummodo[782] in illis terris nulli alias sit ius[783] quaesitum, uel ex[784] /V: 156r/ largitate apostolica permissum (Rayn., tomo 16, anno 1352 n.º 6). Si hac conditione approbatur Regi[785] Hungariae[786] terra schismaticorum[787], de qua potest Pontifex ad nutum disponere, cur non etiam sub eadem approbari deberet Duci Bragantiae Regnum, cuius libera[788] dispositio non ad Sedem apostolicam pertinet?

At, inquies, ad Regnum Nauarrae ius habebat Ludouicus, Francorum Rex, et tamen[789] Iulius 2.s /M: 1140r/ illud approbauit Ferdinando absolute, et absque ulla conditione, /V: 156v/ nec ulla habita ratione ad ius Ludouici. Cur ergo id ipsum non

774 Ciauonio *S*
775 Ecclesias *S*
776 scisma *M*
777 nunquam *om. M*
778 Sexti *V*
779 Ungaris *S V*
780 et *V*
781 indulxit *V*
782 dumodo *V*
783 Ius *om. V*
784 uilex *S*
785 Regni *M S*
786 Unghariae *S*
787 scismaticorum *M*
788 *em. a* cuiuslibet *S*
789 At inquies … tamen *om. M*

poterit facere hodie Alexander 7.s[790], cum Bragantia, nulla ratione habita[791] ad ius Regis Catholici?

Sed quis non uideat quam latum discrimen? Nam Ludouicus omne[792] ius quod habere poterat prorsus amiserat[793], quia, ut inquit Spondanus, author[794] Gallus, in eius auctario[795] ad Baronium, sub anno 1512, erat declaratus hostis Ecclesiae, propter Conciliabulum Gallicanum et Pisanum, quod contra ipsum dubium[796] Pontificem congregauerat.

/M: 1140v/ /V: 157r/ Ex dictis perspicuum manet, quam immerito Sedem Apostolicam interpellet[797] Orator Bragantiae ut illum admittat, et approbet tanquam Regem Portugalliae, quasi nullum praeiudicium Regi catholico inferatur, rem namque prorsus insolentem[798], ac insuetam Sedis Apostolicae afflagitat, et cum euidenti laesione, ac praeiudicio ipsius Regis Catholici.

/S: 23v/ Caeterum esto daremus nullum hodie fieri praeiudicium Regi Catholico: ideone statim admittendus a Summo Pontifice tanquam Rex /V: 157v/ Portugalliae? Quot exceptionibus /M: 1141r/ quotue impedimentis canonicis laborat in praesenti Dux Bragantiae ne Summus Pontifex illum suscipiat? Enumeremus.[799]

Impedimentum.

Quia nullo Titulo, aut effugio excusari potest Dux Bragantiae, quin, saltem in foro exteriori, sit habendus manifestus periurus, quo casu tum de Iure tum de[800]

790 Septimus *V*
791 ratione habita] habita ratione *V*
792 omnes *S*
793 amisit *S*
794 auctor *S*
795 auetuerio *M* Aueru. *S* actur. *V*
796 dubium *om. V*
797 interpellat *S*
798 prorsus insolentem] insolentem prorsus *S*
799 Accipio quod … Enumeremus *om. P*
800 ex *P*

perenni[801] consuetudine Sedis Apostolicae nec est eius Orator admittendus nec in Regni possessione permittendus, imo[802] nec quidem audiendus a Summo Pontifice.

/V: 158r/ Mittamus quaeso, Amice, quomodo sit habendus Dux Bragantiae in foro conscientiae, nec enim modo /M: 1141v/ in foro sacramentalis poenitentiae sistitur, nec /P: 76r/ Summus Pontifex in eius causa iudicem forensem agit. Tantum quaeramus, qualis sit habendus in foro exteriori[803]. Cum enim actus illius Oratorem admittendi sit quaedam solemnitas, ac caeremonia pro foro tantum exteriori, si in hoc eodem foro habere dignoscatur impedimenta canonica profecto reiiciendus erit ab illa, pro cuius euidentia.

/V: 158v/ Praemitto communem sententiam omnium doctorum, /S: 24r/ nullo prorsus refragante, nempe per iuramentum publice praestitum triplex uinculum oriri in iurante[804]: apud Deum, et hoc in foro /M: 1142r/ conscientiae, apud personam, cui iuramentum praestatur, et apud Principem, seu rempublicam, coram[805] qua publice fit, **ad quam spectat publicam[806] fidem in Populo tueri, ne si uioletur[807] omnia pessum erant, nil firmum, nil tutum sit in Republica.**[808] Haec autem uincula tantam[809] uim, et /V: 159r/ efficaciam habent, ut[810] quamuis aliquando iuramentum sit illicitum et iniquum de sui natura, tunc soluitur quidem primum uinculum apud Deum, et in foro conscientiae, 2.m[811] tamen, et 3.m[812], quod ligat pro foro exteriori, et in quo oppigneratur[813] fides publica,

801 peremni *P*
802 imo *om. M* Immo *S*
803 qualis sit habendus in foro exteriori] qualis in foro sit habendus exteriori *S*
804 Iuramento *S*
805 Corani *S*
806 pubblicam *S*
807 uiolentur *S*
808 ad quam … Republica *om. P*
809 tantum *M S*
810 et *M P*
811 secundum *V*
812 tertium *V*
813 opignoratur *M* oppignoratur *P V*

nunquam habentur[814] in hoc foro tanquam /M: 1142v/ soluta[815], nisi prius relaxetur tum a Principe coram quo dicitur fieri, uel ab ipsa persona, cui praestitum /P: 76v/ fuit, adeo quod ante relaxationem, quis propria auctoritate[816] ueniens /V: 159v/ contra iuramentum habeatur semper in foro exteriori tanquam periurus: cum enim illud iuramentum sit fides publica[817], non nisi publica[818] etiam[819] auctoritate[820] laxari potest.

Hanc sententiam tam[821] constanter, ac immobiliter docent omnes Doctores, **ut[822] nullus omnino sit, qui illi non subscribat, nec ullus qui in magistratibus recedere audeat.**[823]

/M: 1143r/ Hac ratione, si quis propria auctoritate[824] ueniat[825] contra contractum iuratum, /V: 160r/ etiam si[826] iuramento illicito, poena periurii plectendus ex lege, qua canonica, qua caesarea, ex cap.[827] "Venerabilem" de elect.. et l.[828] "Ex falsis" C. de transact. **Quid iniquius, quam usuras prohibitas /S: 24v/ soluere, et tamen si quis iurauerit soluendas, tenetur in foro exteriori illas soluere, quousque a iuramento soluatur, ut in terminis statuit Gregorius 3.s cap. 1[829] de iure iur.[830], et Innoc*entius* 3.s cap. "Tuas" de usuris, ubi communiter Canonistae.**[831] Igitur, cum Dux /V: 160v/ Bragantiae, **sicut, et**

814 habetur *M S*
815 solutam *P V*
816 aut[h]oritate *M* authoritate *S V*
817 pubblica *S*
818 pubblica *S*
819 etiam *om. S*
820 authoritate *M*
821 P: *om.*
822 S: et
823 ut nullus … audeat *om. P*
824 authoritate *M V*
825 ueniens *P*
826 si *om. M*
827 g. *S*
828 col. *P*
829 primo *M*
830 iure iur.] iuram. *V*
831 Quid … Canonistae *om. P*

Populus Portugalliae,[832] /M: 1143v/ publicum[833] fidelitatis Iuramentum **tot continuatis annis**[834] praestiterint[835] Regi Catholico, ut notorium est, si propria auctoritate[836] recesserunt[837] a Iuramento, **non habita uel ab ipso Rege, uel a superiore potestatem habente, qualem esse solam Sedem Apostolicam definiuit Innocentius 3.s cap. "Venerabilem" de electione**[838], notorium quoque[839] erit in foro exteriori, ut sit apud Deum, de quo infra, esse habendum una cum eius populo manifestum periurum[840].

/V: 161r/ In quo casu non esset in dubium reuocandum[841] quod declarandus esset hodie tanquam manifestus periurus, eiusque orator /M: 1144r/ reiiciendus. Nam sic semper consueuisse fieri a Sede Apostolica /P: 77r/ docent nos quamplura exempla. **Sedente Bonifacio 8.º, fuerat in Regem Romanorum electus Adulphus, et Aquisgrani**[842] **prout de more coronatus, cui iuramentum fidelitatis inter alios Germaniae Proceres etiam Albertus, Austriae Dux, praestitit. At nescio qua**[843] **questione**[844] **de nullitate electionis suborta, /V: 161v/ electores, priori cassata, Albertum Regem Romanorum pronunciarunt**[845]**. Hinc ius in armis inter illos, et post cruentum proelium Adulpho necato, electores denuo**[846] **electionem Alberti ratam habere uoluerunt ad maiorem illius firmitatem, statim ad Bonifacium Alberti legatum /S: 25r/ transmitti, ut electionem approbaret. Sed, postulantibus iterum legatis ne Alberto Dignitatem denegaret, in**

832 sicut, et Populus Portugalliae *om. P*
833 ubi cum *M*
834 tot continuatis annis *om. P*
835 praestiterit *P S*
836 authoritate *M*
837 recessit *P*
838 non habita … electione *om. P*
839 quoque *om. P*
840 manifestum Periurum *S*
841 reuocandum *om. P*
842 Aqurigrani *S*
843 qua~~m~~ *M* quam *S V*
844 quaestionem *S*
845 pronuntiarunt *S*
846 de nouo *S V*

haec[847] uerba: /M: 1144v/ Bonifacius non sibi eum uideri[848] tanto honore dignum qui Imperatorem /V: 162r/ interfecisset, sicque illos inauditos remisit (Azor[849], tomo 14 Annal. ad anno 1300 n.º 14). Cum autem electores adhuc urgerent pro approbatione, hisce[850] uerbis respondit Pontifex: Albertum laborare pluribus impedimentis notoriis, et illa recensens[851] connumerat hoc praecipuum, quia cum fidelitatem iurasset Adulpho, nec seruasset, erat manifestus Periurus (Rayn. tomo 14 anno 1301 n.º 2). Et tamen Albertus possidebat tunc Regnum et quidem pacifice[852]: fatis namque cesserat Adulphus, fuerat /V: 162v/ semel, et iterum ab electoribus electus, etiam post obitum Adulphi et, uacante Imperio, iuramentum Adulpho praestitum cum Adulpho expirato iam[853] expirauerat. Quidni[854] cum Duce Bragantiae sic[855] quoque procedendum esset, qui possidet, sed non pacifice, Regnum non habuit[856] ex legitimis electoribus, uti Albertus, sed a factiosis rebellibus: /M: 1145r/ non quidem uacante Regno, sed impleto, et occupato a iustissimo possessore, fregit quamplura[857] fidelitatis iuramenta Regi Catholico praestita. Nec eius /V: 163r/ hodie iuramentum expirauit, nec a Sede Apostolica fuit unquam relaxatum, et hic non erit hodie longe magis, quam Albertus declarandus ut[858] manifestus periurus, eiusque Orator repellendus, nec audiendus? An non haec notoria impedimenta, multo magis in Duce Bragantiae quam in Alberto censuisset Bonifacius?[859]

Sed libet Ducis periurium non exagerare, attenuemus illud, fac non fuisse

847 ~~hae~~ hae *M*
848 uidere *S*
849 Azou. *S V*
850 his *S V*
851 recenses *M*
852 ~~lege~~ *add. M*
853 iam *om. V*
854 Quidne *S*
855 sicque *S* si *V*
856 habet *V*
857 quamplurima *V*
858 ut *om. V*
859 Sedente … Bonifacius *om. P*

manifestum[860] periurum, sed in suspicionem tantum deuenisse periurii: etiam in huiusmodi[861] /V: 163v/ periurio[862], nec[863] /S: 25v/ consueuit Sedes Apostolica admittere Oratores Principum, illorumque possessiones, adhuc pacificas, approbare. Do Paulum 4.m, qui sic se habuit cum Ferdinando Primo, Imperatore Austriaco, Regis Catholici auunculo. Electus fuerat ille in Regem Romanorum, et cum possessionem caepit, iuramentum Sedi Apostolicae de euertendis haereticis[864], prout de more, praestitit[865]; cui tandem Carolus V[866], eius frater, cesserat fasces Imperii, senio confectus. /V: 164r/ Quibus adeptis, Ferdinandus statim ad Paulum 4.m suum Oratorem obedientiae transmisit. At Paulus de Cardinalium suffragiis nunquam illum uoluit publice prout[867] de more suscipere, quamuis clam illo humanissime /M: 1145v/ usus fuerit. Quanam de causa? Eo quia in suspicionem tantum uenerat, ne in conuentu Vormatiensi Haereticorum impediendo segniter[868], et non ea qua[869] decebat Romanorum Regem constantia se gessisset, atque adeo /P: 77v/ in suspicionem quoque inciderat fracti iuramenti de euertendis[870] haereticis[871] praestiti, /V: 164v/ hoc ponderandum fuisse in Senatu Cardinalium annotauit[872] Ciacconius in Vita Pauli IV[873], **cuius Decreti uigorem[874] demisso semper animo tulit Ferdinandus, tulitque Philippus 2.s eius nepos, et nonnisi cessante[875] postea causa illius Decreti, omnique labe suspicionis abstersa, admissus fuit tandem a Pauli successore. Sic igitur actum fuit cum piissimo Imperatore Austriaco. Quando, cum**

860 manifeste *P S*
861 eiusmodi *P* eiusdem *S*
862 *em. a* periurii *S*
863 non *V*
864 Aereticis *S*
865 praestitit *om. M P S*
866 Quintus *P V*
867 prout *om. P*
868 segnites *S*
869 quae *S*
870 uertendis *M*
871 Ereticis *P* Haeretis *S*
872 adnotauit *P S V*
873 4.ti *P S*
874 rigorem *V*
875 cessant e *M*

esset Rex Romanorum, erat legitimus Imperii successor et de iure illi debebatur illudque possidebat[876], non inuito Carolo spoliato, /V: 165r/ non manifesto periuro, sed tantum[877] de periurio suspecto. Quid sane fecisset Paulus cum Duce Bragantiae, qui non erat legitimus successor Regis Catholici, sed /S: 26r/ perduellis, non cessionarius illius ut erat Ferdinandus Caroli, sed inuasor, et intrusus; non possidet pacifice sicut possidebat Ferdinandus, sed cum iugi, ac perpetua Regis contradictione, non inuitante[878] Rege spoliato[879], sed obluctante[880], non suspectus tantum[881] de periurio, sed manifestus periurus, et super haec /M: 1146r/ omnia tot censurarum /V: 165v/ nexibus impeditus et[882] per tot annos in illos[883] insordescens, ut caetera sileam[884].

Dixi satis, cum dixi eius Oratorem non esse admittendum ratione periurii etiam de stylo Sedis Apostolicae, imo de iure communi, esset adhuc e[885] Regno reiiciendus[886]. Definiuit hoc in nostris terminis Innocentius 3.s in cap. "Venerabilem" de elect., ubi Pontifex narrat, quod, uiuente Imperatore Henrico, Philippus, eius frater, iurauit Friderico, Regi Siciliae, quod post obitum Henrici faceret illum eligi in Imperatorem. Quoniam /V: 166r/ autem hoc Iuramento cum ageretur de successore[887] uiuentis damnatur tamquam illicitum, et contra bonos mores per l. "Pactum", C. de pactis, et consensit ipsemet Innocentius 3.s in dicto cap. "Venerabilem", iuncta glosa "illicitum" Philippus ad illud non teneri existimans, defuncto Henrico, non Fridericum eligendum curauit, sed se ipsum. Quem electores ultro elegerunt Imperatorem et legati Imperatoris ad Innocentium directi pro Imperii approbatione. Sed quid Innocentius? Nec /V: 166v/

876 possedit *S*
877 tandem *S*
878 inuitato *S*
879 expoliato *S V*
880 obluctuante *V*
881 tandem *S*
882 et *om. M P S*
883 illis *S*
884 sileant *M*
885 a *M S*
886 deiiciendus *V*
887 successione *S*

legatos admisit, nec Imperium approbauit, imo[888] sententiam tulit depositionis, et reddens[889] huius rationem, subdit propter notorium eius impedimentum[890], quia scilicet Philippus erat manifestus[891] periurus, ob fractam fidem datam olim Friderico, nec ad plenam[892] illius /S: 26v/ excusationem sufficit quod iuramentum illius dicatur illicitum[893], quia super illo iuramento prius[894] Romana Ecclesia[895] consuli debuerat, nec contra ipsum propria authoritate[896] uenire. Cum nemo sanae mentis ignoret[897] ad nostrum /M: 1146v/ iudicium pertinere. /V: 167r/ Haec Innocentius. Quibus conclusit esse ab Imperio deturbandum, etiam si ab omnibus electoribus fuisset concorditer electus, ut[898] ibi notat etiam Glosa, uersiculo "Hunc casum".

Modo sic de Duce[899] Bragantiae non uno tantum iuramento se deuinxerat, sed pluribus Regi Catholico; non priuato sicut Philippus tenebatur Friderico, sed publico[900], et in Comitiis Regni praestito; non illicito, sicut erat illud Phillipi, sed licito et iusto, ut perspicuum est; et nunquam a Sede Apostolica illi relaxato, sed propria authoritate[901], sicut Philippus contra /V: 167v/ illud uenerat. Qua igitur uia effugere poterit notam manifesti periurii, quam nec Philippus in casu fortiori effugere potuit, et consequenter nedum eius Legatus poterit hodie a Sede Apostolica recipi, nec Regni possessio approbari, imo[902] ab ipso Regno mereretur deiici longe magis quam Philippus, qui ab Imperio erat deturbandus, etiam si in illud intrasset ex concordibus electorum

888 immo *S*
889 addens *M*
890 tum *add. S*
891 manifeste *M*
892 ad plenam] plenam ad *S*
893 illicito *S*
894 primo *S*
895 Romana Ecclesia] Ecclesia Romana *V*
896 aucthoritate *S*
897 ignorat *S*
898 et *S*
899 de Duce] sed Dux *S*
900 pubblico *S*
901 auctoritate *S*
902 Immo *S*

suffragiis, cum Bragantia intrauerit in Regnum per perfidias factiosorum, et rebellium.

Maxime cum /V: 168r/ tritissimum[903] sit illud Sacrum Axioma "Periuros[904] non solum non debere[905] promoueri ad honores, sed etiam a promotis debere repelli", ut ex cap.[906] "Querelam" de iur. iur.[907], late probat Glosa "Periurium", in cap. /S: 27r/ "Venerabilem" de elect..

Imo[908] nec quidem in iudicio esse audiendum[909], /M: 1147r/ cum planum[910] sit periurium habere exceptionem litis finitae, prout passim seruatur in omnibus magistratibus, praecipue in Aula Romana. Sed audiendus Dux Bragantiae, qua[911] uia effugere poterit in foro exteriori[912], ne habeatur manifestus periurus[913]?

/V: 168v/ An quia cum se laesum enormiter potuerit[914] per dictum iuramentum in suis iuribus[915] quae habebat ad Regnum[916], non egebat absolutione. Sed cum non constet per sententiam de huiusmodi[917] laesione praetensa, debebat etiam praecedere dicti iuramenti laxatio, ad uitandam[918] in foro exteriori notam periuri, ut docent communiter cum Baldo cons. 11 n.º 2 libro 4, et semper firmat Rota, ne alias unusquisque pro arbitrio eluderet iuramenta sub praetextu laesionis, etiam enormissimae: sic in una Rauennat. transactionis coram Coccino, decis. 268, n.º 34; in /V: 169r/ una Tironen. decimarum[919],

903 notissimum *S* notorium *V*
904 periurios *S*
905 deberi *S V*
906 q *S*
907 ibi *S*
908 Immo *S*
909 audiendus *S*
910 plane *V*
911 quae *M S*
912 esteriori *V*
913 Periurius *S*
914 nouerit *V*
915 per dictum iuramentum in suis iuribus] in suis Iuribus per dictum Iuramentum *V*
916 quae habebat ad Regnum *om. V*
917 eiusmodi *S V*
918 uitandum *S*
919 Xman. *V*

coram Oriolensi[920], in una Romana legitimae, coram Bubalo; in una Segnina castrorum, coram Ludouisio, in una Nepesina Laudi[921] coram Episc. et[922] Archiepiscopo Colon.; et in una Romana usus fructus, coram Sacrato[923].

Nedum coetus omnis doctorum cum Rota, uerum etiam, quod caput est, ipsa Sedes Apostolica sic consueuit iudicare, ut[924] statuit Gregorius 3.s in cap. "Peruenit[925]" de iure iur.. Nam, cum Archiepiscopus Laudicensis, metu uictus[926], iurasset Comiti Arnulpho[927] se nunquam[928] ab eo /V: 169v/ repetiturum nonnulla[929] bona suae ecclesiae, quae illi Comes uiolenter abstulerat, quamuis per eiusmodi[930] iuramentum laesus /S: 27v/ fuisset, tum Archiepiscopus, tum eius ecclesia, /M: 1147v/ tamen decreuit Pontifex esse prius a iuramento, etsi iniquissimo, absoluendum Archiepiscopum, ut[931] citra noxam[932] periurii posset a Comite inuasore dicta bona repetere et uindicare[933].

An se excusabit Dux eo quia cum ad Regnum fuit uocatus non aderat copia superioris, a quo potuisset a iuramento laxari? /V: 170r/ Sed quibus haec narrabit aut suadeat[934]? Cum enim tractatus de immitendo Duce Bragantiae /P: 78r/ in Regnum non fuerit pro instanti conceptus, et statim enixus sed diu meditatus, cur interea non[935] reuelauit[936] Regis Catholici ministris populi iniquos machinatores, cum id expresse etiam promiserit in ipso iuramento fidelitatis? Hoc enim agens, a iuramenti absolutione

920 Oreliensi *V*
921 Nepesina Laudi] Laudi Nepesina *S* Romana Legitimae *V*
922 Episc et *om. M P V*
923 cuius decreti … sacrato *om. P* Caual. *S*
924 et *M P S V*
925 Prouenit *P*
926 ductus *V*
927 Amulpho *S*
928 unquam *P*
929 nulla *P*
930 eiusdem *P*
931 et *S*
932 notam *V*
933 uendicare *M*
934 suadeat*ur*. *V*
935 non *om. P*
936 *em. a* rebelauit *M* releuauit *S*

excusatus fuisset. Aut cur tot inter diligentias pro Regno sibi capessendo meditatas, non etiam[937] ista petendi scilicet iuramenti laxamentum /V: 170v/ adhibita fuit? Cur saltem ab ipso Nuntio[938] Apostolico, qui tunc[939] Olixipponem[940] tenebat, illud non postulauit? An quia non sperabatur, cum iniqua fuisset illius[941] absolutio, uel timebatur reuelatio[942] ab ipso facienda Regi Catholico? Sed[943] cur saltem clandestine a Nuntio[944], coram publico[945] tabellione in proditionem et rebellionem consentiente, **nec enim plures per id temporis deerant**[946], protestatus non fuit de praetenso iure et impotentia /M: 1148r/ petitionis dicti laxamenti pro[947] aliquo pacto potuisset sibi in foro exteriori consulere, et defendere a nota /V: 171r/ periurii.

Nonne denique hoc ipsum iuris remedium datur, et /S: 28r/ admittitur in Regularibus nulliter professis, qui si copiam non habeant[948] intra quinquennium reclamandi de nullitate, uel ob metum cadentem /P: 78v/ in constantem, uel quia non sperent ius sibi fieri a superiore, facta namque protestatione coram testibus idoneis de professionis nullitate, et coram iudice deinde producta data temporis opportunitate audiuntur et moram omnem purgant.

Cum igitur tot iuris remedia habuisset Dux Bragantiae, quibus iuramenti uinculo solui potuisset, et illa neglexerit, uinculum ipsum semper firmum remansit pro foro exteriori, et sic a periurii manifesti labe non poterit ullo modo ablui, si propria[949] auctoritate[950] contra illud uenit. Unde semper uidetur repellendus, et nunquam

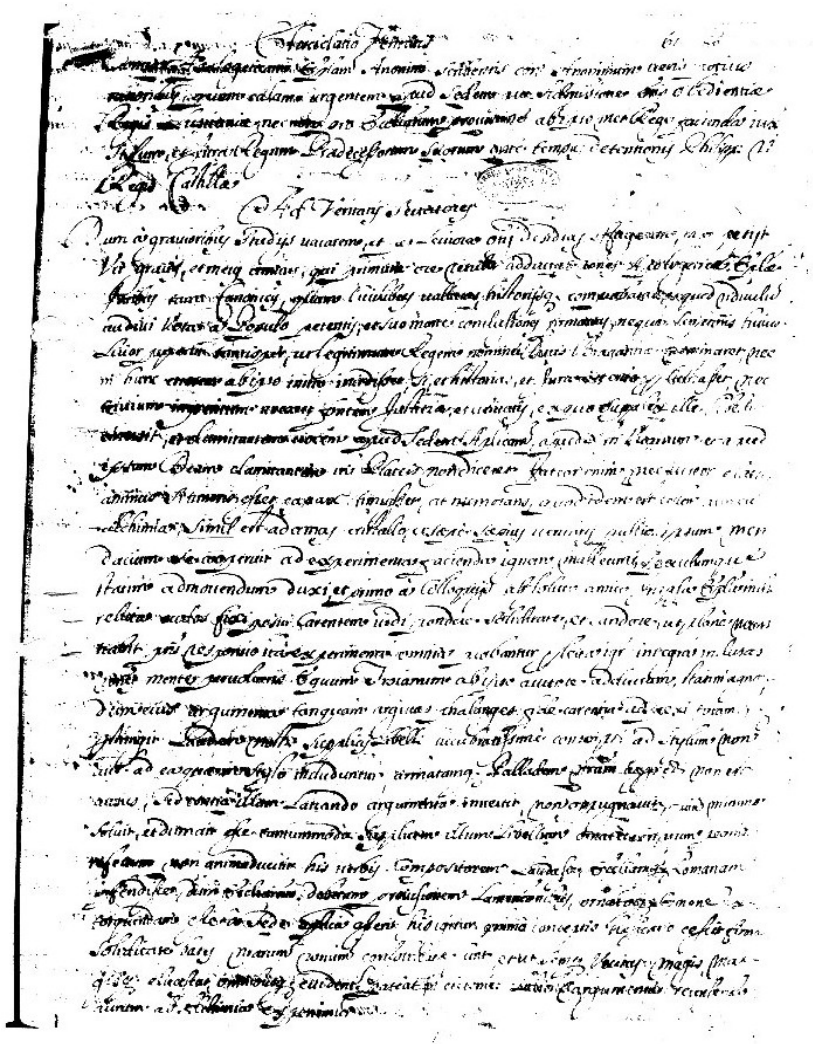
937 ~~ab~~ *add. M*
938 Nuncio *M*
939 tum *V*
940 Olissipponen. *P* Olysipponem *S* Vlixiponem *V*
941 eius *V*
942 releuatio *M S*
943 Sed *om. S*
944 Nuncio *M*
945 pubblico *S*
946 nec enim plures per id temporis deerant *om. P* deerat *S*
947 quo *P*
948 habebant *M S*
949 potra *S*
950 authoritate *M* aucthoritate *S*

recipiendus, nec[951] audiendus a Sede Apostolica, ut dixi.

951 et *M P S*

Elucidatio Veritatis

(1656)



Vat. Lat. 7491, f. 63r

A: Sym. Lus. 10, ff. 414v-468v(a)

C: Chigi R. I 4, ff. 286r-295r

S: Segr. Stato Portogallo 1A, ff. 203r-277v

V: Vat. Lat. 7491, ff. 63r-74v(b)

/C: 286r/ /S: 203r/ /V: 63r/ Elucidatio Veritatis contra Apologeticam Epistolam Anonimi scribentis contra Anonimum, ueris potius rationibus quam calamo urgentem apud Sanctam[1] Sedem pro admissione Oratoris obedientiae Regis Lusitaniae, necnon pro Ecclesiarum prouisione ab ipsomet Rege facienda iuxta stylum, et iura Regum praedecessorum suorum ante tempus detentionis Philippi 2.di Regis Castellae.

Ad Veritatis Sectatores

Dum a grauioribus studiis uacarem, et per leuiora ocii[2] desidias effugerem, me petiit uir grauis, et meus amicus, qui primum ore retulit /S: 203v/ adductas rationes Apologeticae Epistolae &c[3], iuribus tam canonicis, quam ciuilibus uallatas, historiisque comprobatas, et quod ridiculum audiui, uota a populo petentes, et suo Marte conclusiones firmantes. Neque scriptoris huius liuor pepercit tantisper, ut legitimum regem nomine Ducis Bragantiae nominaret, nec in hunc errorem ab ipso initio incidisset si et historias, et iura attente perlustrasset, nec triuium imperitum uocaret fontem iustitiae et ueritatis, ex quo supplex ille libellus emersit[4], et clamitantem /S: 204r/ uocem apud Sedem

(a) Manuscrito feito sobre C, sem variantes relevantes, e que portanto não assinalamos em aparato.
(b) Leitura difícil, fotocópia de má qualidade.
1 Sanctam *om. C V*
2 ocii *C S*
3 &c. *om*. *V*
4 emerxit *S*

Apostolicam, apud Christi Vicarium, et apud ipsum Deum, clamitantem in plateis non diceret. Fateor enim, nec[5] uereor elatus animus, si timoris esset capax, timuisset, at memorans quod idem est color auri cum alchimia, similis[6] est adamas cristallo, et saepe saepius ueritatis pallio ipsum mendacium se cooperuit, ad experimenta facienda ignem, malleum, speculumque statim admouendum duxi, et primum[7] a colloquiis absoluto amico, in ipsa epistola mihi relicta oculos fixe[8] posui. /S: 204v/ Carentem uidi pondere, soliditate et candore, ut plane monstrabit praesens responsio. Ita experimento omnia probantur. Perlecta igitur integra, inclusas rationes mente peruoluens, Equum Troianum[9] ab ipso Auctore adductum statim agnoui, dum eius argumenta tamquam argiuas phalanges[10] fide carentia adspexi[11], totamque perstringit laudem nostri supplicis libelli lucubratissime conscripti ad stylum, non autem ad ea quae in stylo includuntur, armatamque Palladem nostram /S: 205r/ aggredi non est ausus, sed contra illam latrando argumenta inuertit, non oppugnauit, quin minime soluit; et dum ait esse tantummodo supplicem illum libellum ornate scriptum, peanis[12] refertum[13], non animaduertit his uerbis compositorem laudasse, Ecclesiamque Romanam offendisse, dum Ecclesiarum debitam prouisionem lamentationibus, ornatoque sermone extorquendam esse a Sede Apostolica asserit.

His igitur animo[14] conceptis, haesitatio cessit, firma soliditate bases nostrarum /S: 205v/ rationum[15] consolidatae sunt, et ut semper ueritas magis magisque elucescat, omnibusque euidenter pateat, in eiusmet lidio, argumenta recensendo, aurum ab alchimia

5 ne *S*
6 simil *V*
7 primo *V*
8 fixi *V*
9 Troyanum *C*
10 phalances *S*
11 aspexi *C*
12 poenisque *S*
13 euitum *S*
14 omnino *S*
15 rationibus *C S*

experiemur.

/V: 63v/ His igitur praeordinatis uidebimus propositorum ab Anonimo dubiorum fallaciam, ac eius respondebimus argumentis illa soluendo, et quoad[16] dubia, nunquam[17] audiui proponi dubia sine partium consensu, et eo modo quo sua proponit[18], possunt magis dici consultationes partium /S: 206r/ quam dubia, nec unquam fuit dubitatum propositiones Ecclesiarum spectare Ioanni Quarto Regi Lusitaniae, quia si ipsi non spectarent, nec Philipplius Secundus proposuisset, dum Philippus aliam non habuit facultatem nisi quae erat in Regibus Lusitaniae, ut suo loco uidebimus, respondendo dubiis ab eo propositis, non autem a Nobis admissis; et Primum.

In primo ab Anonimo proposito dubio, dicitur: An Ius eligendi episcopos Portugalliae sit hodie penes Sedem /S: 206v/ Apostolicam tantum priuatiue quoad omnes praesentationes.

Bene atque optime ante[19] praemittis gemitus[20] Ecclesiarum in Regno Portugalliae[21], et melius dixisses gemitus[22] totius Orbis uidentis sine Pastore errantem Gregem. At[23] quod lites desaeuerint[24] inter istos duos Reges, scire uellem in quonam foro, quia nunquam fuit contentio nisi ipsa per quindecim annos[25]: /C: 286v/ pacificam possessionem forsan contentionem uocet. Pro responso sit Clemen. 7[26] "Ne lit. penden.", et post illam admiratio, et silentium. Et quod totus Orbis /S: 207r/ Catholicus conspiret pro eius sententia contra nostrum Regem, sine risu respondere non possum, nec mirandum si

16 quod *C V*
17 numquam *C*
18 proponis *C*
19 ante *om. S V*
20 gemitum *C*
21 Lusitaniae C
22 gemitum *C*
23 et *C S*
24 deseuierint *C*
25 ipse per quindecim annos] qui per spatium quindecim annorum *C*
26 2 *C*

unicus Rex Lusitaniae se opponat, quia de eius unico interesse[27] agitur, uerum et[28] pro illo et Iustitia clamitat, Religio gemit, et mirabundus Orbis uidet labentes Ecclesias, dispersa Sanctuaria, et sine Pastore innumerabilem errantem gregem. Sed ne plura, ad allegationes accedo.

Prima Anonimi allegatio est Concilium Lateranense, sub Alexandro 3; quo perlecto attente, nunquam[29] /S: 207v/ adinueni uerba ab eo[30] assignata sub praeciso[31] periodo "si de iure patronatus questio emerserit", unde ad Decretalia recurrere necesse fuit, in quibus cap. "Quoniam" de Iurepatronatus ea[32] uerba[33] ponderans sensum Concilii. Et parum hoc esset, si ad conclusionem conferret, et tantum sit hoc dictum pro demonstratione non iustae assignationis. Et quoad rationes sit ad dictum cap. prima responsio, quod illud loquitur simpliciter de Ecclesiis, nec mentionem facit de Cathedralibus, Episcopalibus et Archiepiscopalibus, cum enim ex una parte doctores /S: 208r/ consentiant dispositionem dictae Decretalis esse rigorosam et exorbitantem, ideoque non extendendam (Rot. /A: 418v/ diuers. parte 4 dec. 586 nº 4). Ex alia uero regula[34] iuris sit, quod sub Ecclesiarum appellatione non compraehendantur Cathedrales: cap. "Dilectus" de concess. praeben.; cap. "Quamuis", eodem tit.; in Consiliis Oldradi consilium 259, nº 2 et 3; Gonzal. ad regulam 8 Cancellarius, Glos. 9, in princ. nº 36; Gratian. discept. forens. 817 nº 5 et 6.

Inde euidenter resultat Decretalem illam pro hisce maioribus Ecclesiis non posse adduci. /S: 208v/ Confirmatur haec prima responsio ex eo quod tam dictum capitulum "Quoniam", quam totus titulus de iure patronatus dirigitur in Episcopum, et ad eius

27 *sic C S V*
28 et *om. C*
29 numquam *C*
30 ab eo *om. S V*
31 praecisa *C*
32 ea *om. S V*
33 possit *add. C*
34 regula *om. S V*

fauorem. At ubi ob causam litigium[35] inter Patronos facienda esset prouisio Cathedralis, illa non pertinet[36] ad Episcopum, sed ad papam, ergo Decretalis praefata nullo modo loquitur de Cathedralibus.

Rursus, in illa et in aliis praecitatis mentio fit temporis quadrimestris seu semestris. At in prouisione, et nominatione Cathedralium diuersa tempora /C: 286v/ sunt per iura canonica assignata, ut uidere est[37] penes Rebuff. in Concord. tit. De regia ad praelaturas nominatione, § primo, uerba "Infra sex mens.". Ergo, ex hoc etiam redditur euidens disposita in dictis capitulis esse omnino inapplicabilia Cathedralibus.

Secunda reponsio sit quod licet Decretalis praefata loqueretur, et applicari posset patronatibus /A: 419v/ Cathedralium, adhuc compraehendere non ualeret patronatus regios, quia nimirum Reges sub speciali nota digni, et patronatus regios[38] ad eos spectantes numquam censentur in generali dispositione compraehensi, sic ex cap. fin. de offic. deleg. in 6, et ex cap. "Ne aliquo" de priuil., pariter in 6, probant Rebuff. in prax. benef., parte 3, signato nº 62 63 et 64; Couar. pract. quaest. lib. unic., quaestione 36, nº 2 uers. "Imo si Ius patronatus pertineat ad Regem"; Gonz. ad reges Canc.; Glosa 24 nº 153, et seqq., ubi plenissime, et ad saturitatem Garzia de benef. parte 5, cap. primo, nº 219; Vivian. de iur. patr., parte prima, lib. 3, cap. primo nº 40; Barbosa de potestate episcoporum, parte 3, alleg. 57, ex nº 87, ubi in terminis Serenissimi nostri Lusitaniae[39] /S: 209r/ Regis, quod et repetit de iur. eccles. uniuers. lib. 1 c. 8 nº 40[40], et dixerat prius Cabedo Lusitanus de patr. reg. cor., c. 10, nº 3, c. 35 nº 7.

Multa in id cumulari possent exempla, sed quia prae oculis adest recens illud Ecclesiarum Metensis, Tullensis, et Virdunensis, mitto caetera. Cum enim Ecclesiae istae, quamuis multis ab hinc annis uacantes, non fuerint per summos Pontifices collatae, ob id

35 litium *C S V*
36 pertineret *C*
37 et *S V*
38 regios *om. A* ~~quia nimirum~~ *add. S*
39 sunt per iura … Lusitaniae *om. S*
40 90 *C*

solum quod Christianissimus Galliarum Rex praetendit illarum prouisionem ad se tamquam de iure patronatus pertinere, ex[41] eiusdem Sedis /S: 209v/ Apostolicae tacita declaratione[42], habemus cap. "Quoniam" non habere[43] locum in Cathedralibus spectantibus ad Reges.

Perlegat Anonimus omnia Apostolica Decreta, Pontificias Constitutiones, papalia Diplomata, et postquam scrutatus fuerit, uideat an possibile sit ut Reges sub generali denominatione compraehendantur. Animaduertat etiam decorem, et honorem quem Romani Pontifices semper[44] Regibus adhibuerunt, /C: 287r/ unde etiam colligendum est quod non sub iuris patronatus simplici /S: 210r/ prouisione[45] ueniunt prouisiones Ecclesiarum Episcopalium Regibus spectantium.

3ª sit responsio quod licet Decretalis praefata loqueretur de Cathedralibus, et compraehenderet Reges, adhuc ratione possessionis quam habet Serenissimus Portugalliae Rex[46] ad casum de quo agimus trahi non ualeret.

Ubi plures altercantur de pertinentia patronatus, canonistae communiter firmant ius praesentandi spectare ad eum qui reperitur in quasi possessione, cum praesentatio /S: 210v/ sit fructus, et fructus pertineat ad possessorem. Text. est in cap. "Consultationibus", 19 de iure patr., et per eum sic Oldrad. cons. 312 nº 2; Couar. Pract. quest., c. 14 nº 2 uers. "Tertium"; Viuian. de iure patr., parte 2, lib. 7, c. 3; Rota coram Seraphin. decisione 449 per tot., et fuit[47] plenissime dictum in Asculana iuris patronatus, 1 Iulii 1650 coram R.P.D. Meltio § "Tota igitur", et § "Non obstat quod Nouellius".

Et descendendo ad terminos casus nostri, dicunt quod etiam si lis fuerit actualiter mota, nec terminari queat, /S: 211r/ instituendus est praesentatus a possessore, eo quod nullo modo talis possessor ob non finitam litem est suo iure priuandus. Sic Lancellot. de

41 ad *S V*
42 tacita declaratione] tacitam declarationem *S V*
43 habet *C*
44 super *S*
45 non sub iuris patronatus simplici prouisione] sub Patronatuum simplici nominatione non *C*
46 Rex *om. S*
47 fuit *om. C*

attent. lit. pend., in praefato n.º 641, quem sequitur Massobr. in prax. haben. concurs. ad paroch. eccles., requis. p.º, dub. 21, nº 20 uers.. Sed plane animaduertendum § "Omnium melius"; Viuian. de iure patr., parte 2. lib. 5, c. 4 per[48] tot., et signanter nº 17, et late in praecitata Asculana iuris patronatus.

Serenissimus noster Portugalliae Rex reperitur sine dubio in possessione Regni, quod sufficit /S: 211v/ ad effectum etiam ut dicatur etiam[49] in quasi possessione patronatuum eidem Regno annexorum, iuxta doctr. Bald. in l. 2 nº 10, C. de seruit. et aqua, et in terminis Innocent. in rubr.[50] de iure patr. nº 4, quem sequitur Rota penes Posth. de manut., decis. 608 nº 5.

Ergo dato millies quod lites inter ipsum et Regem Catholicum uigerent[51], et infra quadrimestre seu aliud tempus terminari nequirent, necnon millies admisso quod Decretalis in dicto cap. "Quoniam" de iure patr. esset apta /S: 212r/ compraehendere Cathedrales et Cathedrales regias, praesentationes factae per ipsum ueniunt admittendae, ex eo solum quod possidet, nullo habito respectu ad lites si quae uigerent.

2.m suffragium ducit[52] Anonimus ex cap. "Quoniam", ex cap. "Cum propter", et ex cap. "Si uero" de iure patr.. Sed cum cap. "Quoniam"[53] sit idem cum text. supradicti Concil. Lateran., illumque solum hic inculcet Anonimus ut pinguiora uideatur habere suffragia, dum[54] uero sequentia nihil ultra Conc. disponant[55] tres supradictae responsiones /S: 212v/ suffragium ex hisce tribus decretalibus[56] ductum satis eneruant.

Tertium[57] quod desumitur ex Concilio Toletano 12, cuius dispositio refertur in c.

48 pex *S*
49 etiam *om. S*
50 in rubr. *om. S*
51 urgerent *S*
52 dicit *S*
53 quoniam ex cap. cum propter, et ex cap. si uero de Iurepatr. sed cum cap. quoniam] et aliis duobus seqq. *C* Sed cum illud *add. S V*
54 duo *C*
55 disponat *C*
56 decretalibus *om. S*
57 3 *S*

"Cum longe", distinct. 63, nec in littera[58], nec in ratione litterae[59] habet ius[60] ad quod Anonimus illud allegat, quantum enim ad litteram[61], dum litteris[62] cubitalibus dicit instituendos esse illos, quos regalis potestas elegerit, euidenter demonstrat Concilium Prouinciale non fuisse ordinarium electorem, ut[63] Anonimus somniat, sed merum et simplicem institutorem. Unde ad hoc /S: 213r/ ut cognoscat Anonimus, quid Concilium in hoc casu disponat, uideat Glos. d. distinct. 63, quae explicando casum dicit esse tantummodo[64] ius confirmandi et consecrandi, non eligendi, et paulo inferius in uerbo "priuilegio" dicit potius esse onus quam ius Primati concessum, dum quod spectabat Concilio omnium Episcoporum ipsi solidatur.

Quantum uero ad rationem, non ex eo quia Concilium Prouinciale commisit Pontifici Toletano institutionem praeficiendorum per Regem /S: 213v/ inferri potest, ut Anonimus infert. Ergo sicut hoc gestum fuit ne diutius Ecclesiae remanerent uiduatae, ita etiam delato[65] negotio[66] ob controuersias regiae nominationis relinquendum est ius eligendi Primati[67].

/C: 287v/ Siquidem et Glosa in dicto Can. Cum longe[68] uerb. Potestas dicit, nihil tamen hic Regi subtrahitur, quia sicut prius eligebat ita et modo post[69] priuilegium Toletano Episcopo concessum. Et scribentes communiter firmant per dictum Canonem non destrui[70], sed astrui intentionem /S: 214r/ Regum quoad prouisiones Cathedralium: innumeros colligit Barbosa in Collect. ad d.[71] tex. nº 2, et late materiam tractat

58 litera *S*
59 literae *S*
60 id *C*
61 literam *S*
62 literis *S*
63 et *S*
64 tantumodo *S*
65 dilato *C*
66 negocio *C*
67 primatis *S*
68 lunge *S*
69 prot *S*
70 dextrui *S*
71 d. *om. S V*

Reuerendissimus[72] Rodericus a Cugna in repet. dict.[73] cap. "Cum longe".

Haec sunt satis clara, sed quia suppositum huius[74] tertii suffragii consistit in delata[75] Ecclesiarum prouisione, percontarer libenter[76] Anonimum[77] quo nomine[78] Serenissimo nostro Regi illam[79] adscribat, si enim ex eo quod is distulerit nominationes suppositum cessat in facto cum immediate post singulas Ecclesiarum uacationes[80] /S: 214v/ Episcopos nominauerit, si ex eo quod Catholico Regi praetendenti forsan ius nominandi ad se pertinere restiterit, et cum ex sola[81] nostri Regis possessione, secluso etiam titulo, et bono iure collatio ad ipsum spectare debeat, ut supra demonstraui, non est cur de dilata Episcoporum prouisione ob minus iuridica ab aliis praestita impedimenta Regem nostrum obiurget, uel ex inde iuribus ipsius preiudicatum esse contendat.

Si demum ex eo quod papae prouidere uolenti motu /S: 215r/ proprio, ac si Ecclesiae essent liberae et non patronatus[82], minime acquieuerit[83], et cum doctores dicant quod quando lis est inter ordinarium et patronum super libertate, uel patronatu Ecclesiae non currit tempus quadrimestre, sed expectandus omnino est finis litis (Abb. in cap. "Cum uos" de offic. ordin. n.º 7, sequitur[84] Barbosa, de potestate episcoporum, parte 3, allegatione 72, nº 140; Viuian. de iure patr., par. 2, lib. 7, c. 3 nº 6, ubi multas allegat Rotae Romanae decisiones; rursus Barbosa in d. collect. ad d. cap. "Quoniam" /S: 215v/ de Iurepatr. nº 6, circa med. uers.[85] "ubi etiam resoluit quod si controuertatur &c", perperam

72 Ill*ustrissi*mus *C*
73 d. *A*
74 huius *om. C*
75 dilata *C*
76 percontarer libenter] percunctancter *S*
77 et *add. S*
78 praetexto *C*
79 illum *S*
80 actiones *S*
81 d. *add. C*
82 patronatae *C*
83 aquieuerit *C*
84 sequuntur *C*
85 uerb. *S*

exprobrat Regi quod per legitimos iuris tramites, et eo modo quo iura disponunt[86], suos patronatus tueatur.

4.um suffragium duxit[87] Anonimus ex ordinationibus Portugalliae, et quasi[88] in illis repererit casum in terminis, exclamat "quid[89] adhuc egemus testibus?" Dixi supra, et probaui, Cathedrales non uenire sub simplici Ecclesiarum nominatione; dico nunc impossibile esse quod Ordinationes /S: 216r/ Portugalliae de illis senserint, cum et loquantur de patronatibus spectantibus ad priuatos, qui ob reseruationes Apostolicas illos in Cathedralibus habere non possunt, et statuant quod durante lite conferant Episcopi, ad quos Cathedralium collatio nunquam potest pertinere. Hoc posito, uel Anonimus ordinationes praefatas adducit[90] uti loquentes in terminis, et suffragium fit ridiculum, quia illae non loquuntur, ut dicebam, de Cathedralibus; uel eas[91] adducit arguendo de minori ad maius, et si tantum nouit debebat /S: 216v/ meminisse huiusmodi arguendi modum in statutis non dari: Farinac., cons. 65, nº 123; Ant. Monach. decis. Lucen. 66 nº 2.[92]

Ulterius cum praefatae Ordinationes intelligantur etiam ipsae prout de iure, quatenus scilicet ex collitigantibus neuter[93] possideret, non est cur allegari queant ad terminationem[94] casus de quo agimus, ubi Rex in pacifica possessione reperitur.

Et dum agitur de iuramento statutorum et ordinationum, suo loco explicabo. Nunc praetereundo dico, quod quando /S: 217r/ per fidelium uassallorum acclamationem ad Regnum fuit restitutus Ioannes 4.s, uassallus uocari non potest, quia semper in scrinio pectoris suam legitimam successionem seruauit, ut aptiori loco demonstrabo.

Exclamemus igitur et Nos, oh[95] Veritatis Sectatores: quid adhuc egemus testibus ad

86 deponunt *C*
87 ducit *C*
88 quas *S*
89 qui *S*
90 audiuit *S*
91 eas *om. S*
92 20 *C*
93 ex collitigantibus neuter] neuter ex collitigantibus *C*
94 determinationem *C*
95 ò *C*

probanda[96] nostrae intentionis fundamenta?[97]

Sed pergamus ad 5.m suffragium, in quo historias inuertit, ueritatem confudit, et propositiones de suo prorsus /S: 217v/ capite formauit. Praetendit in hoc Anonimus ostendere consueuisse Sedem /C: 288r/ Apostolicam, ubi plures de Regno altercantur, nullius praesentationibus attentis per se solam[98] ad Episcoporum electionem deuenire, et ad id adducit primo casum Iacobi Regis Aragonum altercantis de Siciliae Regno cum Carolo Valesio. Fiat hic punctus, et dilucidemus historiam, ut descendamus postea ad constitutionem[99].

Occupauerat Siciliae Regnum Petrus Aragonum Rex, et cum uxore Constantia Manfredi tyranni filia, pulsis Gallis /S: 218r/ et Carolo Valesio, illi iniustissime imperitabat. Petro e uiuis erepto, Iacobus tyrannidis paternae non minus quam sanguinis successor, eiusque mater Constantia, a Martino 4.º monentur primum[100] ut Regnum dimittant, postmodum, legitimo compilato processu, excommunicationis sententia feriuntur[101]. Verum cum pertinaciter in tyrannica[102] Regni occupatione persisterent, ab Honorio 4º, Martini successore, primo eius pontificatus anno, solemni ritu ante Ecclesiam Sanctae Sabinae, in die Cenae Domini, /S: 218v/ iterum excommunicantur.

Ne autem durante Bello Siculo[103], alieni a uoluntate Caroli Valesii ad dignitates Ecclesiasticas irreperent, idem Honorius 4.s curam praeficiendorum in Ecclesiis Cathedralibus Pastorum Sedi Apostolicae reseruauit. Sic Odericus Raynaldus in 4 Annal. tom. ann. 1285 n.º 62 et 1286 n.º 6.

Bene in casu praesenti egit Summus Pontifex, sed cum hic distet a nostro quantum distat Ortus ab Occidente, libeat per uera iuris principia Anonimum confutare.

96 probandum *C*
97 nostrae intentionis fundamenta o*m. C*
98 solum *C*
99 obiecta *C*
100 primum *om. S*
101 feruntur *S*
102 tirannica *S*
103 Bello Siculo] Siculo Bello *C*

/S: 219r/ Dixi quod altercantibus multis de iure patronatus, uno[104] ad exclusionem alterius, admittitur ad praesentandum[105] is qui actualiter possidet, etiam non attento bono iure non possidentis[106] in petitorio; adduxi Text. in cap. "Consultationibus" de iure patr., hucusque iniuriam inferre uidebatur[107] Honorius non admittendo praesentationes Iacobi Regnum Siciliae possidentis. Verum cum limitatio a Doctoribus communiter recepta sit, quod ubi de non Iure possessoris clare, liquide, et indubitate per rem iudicatam constat /S: 219v/ eius presentationes admitti non debent: Barbosa in dicto cap. Consultationibus de Iure patr.[108] Rot. rec. parte 5[109], decis. 362, nº 1, cum aliis seqq., et fuit plene firmatum in supra allegata Asculana Iuris patronatus, prima Iulii 1650 uers. "Non obstat quod Nouellius", coram Reuerendissimo Meltio. Optime Honorius per semetipsum prouidit, cum per legitimos processus constaret de tyrannide Iacobi, isque ob non dimissum Regnum maiori excommunicatione iam esset defixus[110]. In casu de quo agimus, non solum euidenter non constat de non /S: 220r/ iure Regis Portugalliae, sed euidenter constat de eius bono iure, ergo exemplum hoc primum nihil facit ad rem.

Minus ad rem pertinet 2.m, quod exemplum magis, an fabulam eo modo, quo Anonimus refert, uocare libeat, ex historiae ueritate dependet. Michael Palaeologus spoliauerat Imperio Orientali Balduinum, Balduino primum uita functo, ut Odericus Raynaldus 14 Annal. tom. an. 1272 nº 32 commemorat, postmodum eidem[111] Michaeli[112] Imperii habenas Andronicus, Michaelis filius, /S: 220v/ usurpauit, coepitque[113] euertendae Orthodoxae fidei[114] operam dare. Unde Becco, legitimo Patriarcha Constantinopolitano,

104 *em. a* unus *S*
105 praetensam *S*
106 non possidentis] alterius *C*
107 inferre uidebatur] uidebatur inferre *C*
108 nº. *lacuna add. C*
109 rec. parte 5 *om. S V*
110 irretitus *C*
111 eodem *C*
112 Michaele *C*
113 coepitque] coepit Is *C*
114 Orthodoxae fidei] fidei Orthodoxae *C*

pulso pseudo[115] Synodum, contra Lugdunense[116] Concilium Oecumenicum, congregauit, Martino 4º[117] tunc regnante. Sic Odericus dicto tom. 14 anno 1284 nº 44. Res Ecclesiae Constantinopolitanae aliarumque Patriarchalium in Oriente interim quotidie magis sub schismatico Principe pessum ibant. Nam quamuis earum electio fieret per Canonicos, eueniebat saepissime quod, multis a Canonicatibus pulsis, /S: 221r/ unus dumtaxat Patriarcham nominaret. Motus inde Bonifatius[118] Octauus de Cardinalium Consilio, praeuia suddictorum narratiua[119], /C: 288v/ quatuor Orientis Patriarchales Ecclesias Sedi Apostolicae reseruauit "quamdiu Ciuitates ipsae (sunt Verba Pontificiae Constitutionis) schismaticorum[120] aut infidelium subsunt aut suberunt ditioni[121]", expresseque Canonicis mandauit, ut sine eiusdem Sedis speciali licentia in illarum electione amplius se non ingererent[122]. Sic habetur in cap. "Sancta Romana", quae per compilationem /S: 221v/ adscribitur Benedicto XI inter extrauagantes communes, et sic narrando historiam, et referendo per extensum extrauagantem supradictam, tradit Raynaldus dicto tom. 14 anno 1301 n.º 24.

Fabulam ergo an historiam dixerim consertam[123] ab Anonimo? Casum uideant ingenui ueritatis sectatores: ad quid enim memoratur Balduinus, tanto antea tempore defunctus? Ad quid Andronici presentationes, cum Capitula, et non Imperator, eligerent Patriarchas? Ad quid demum facta impii /S: 222r/ et schismatici Imperatoris cum gestis a piissimo, et probatissimo Rege conferuntur?

Sed transeamus ad tertium[124] exemplum, de Ecclesiis Capuana Beneuentana &c, cuius genuina historia talis est. Innocentius 3.s inuestiuerat Constantiam Imperatricem, et

115 psheudo *S*
116 Lugdunense~~n~~ *S*
117 Summo Pont*if*ice *add. C*
118 Bonifacius *C*
119 praeuia suddictorum narratiua *om. S*
120 scismaticorum *C*
121 dictioni *S*
122 inquerent *S V*
123 contextum *C*
124 3.m *S*

Federicum filium, de Regnis Siciliae, Ecclesiae fiduciariis, sub expressa conditione et lege quod Praesulum electiones ad Romanum Pontificem pertinerent. Sic Odericus Raynaldus, 13 annal. tom., an. 1198, nº 68. Innocentio mortuo, Honorius, huius nominis /S: 222v/ Tertius, qui ei in Pontificatu successerat, ad electionem pro Ecclesiis, quas Anonimus commemorat, deuenit. Tulit grauissime Federicus[125] quae Honorius gesserat, et Episcopos sic electos Ecclesiarum gubernacula capessere[126] (sunt uerba Raynaldi dicto tom. 13 anno 1225 nº 46) non permisit. Unde Honorius hac de re, anno sequenti 1226, sic Federico[127] rescribendum putauit: "Insuper asseris[128] nos praeter formam communiter requisitam te inconsulto quibusdam Ecclesiis Regni uacantibus praefecisse personas, /S: 223r/ sed quae sit illa forma nescimus, quae pro certo nimis esset informis per quam Apostolicae Sedis Iudicium ex tuae uoluntatis arbitrio dependeret &c". Sic Raynaldus dicto anno 1226 n.º 6.

Bone Deus! Quid exemplum hoc in praesenti casu[129] iuuat? Nec Regna Portugalliae fiduciaria sunt Ecclesiae, nec Rex fuit inuestitus sub conditione electionum a Sede Apostolica faciendarum[130], nec alios Patronatus quaerit, quam qui[131] sibi legitime debentur. Ex his satis liquet, quod ubi plures de Regno /S: 223v/ altercantur, non consueuit Sedes Apostolica de se sola prouidere, ut Anonimus dicit. Caeterum ut Veritatis Sectatoribus pateat quid reuera agere consueuerit Sedes Apostolica in his[132] casibus, placeat unum ex multis, quae possent hic intexi, exemplum inferre[133].

Rubertus[134] Brusius, Eduardi Primi Angliae Regis uassallus et subditus, anno salutis 1306, affectato[135] Scotiae Regno, rebellionem mouerat, et sub praetextu quod illud sibi

125 Fridericus *C*
126 capexere *V*
127 Friderico *C*
128 Insuper asseris] Asseris insuper *C*
129 praesenti casu] casu praesenti *C*
130 faciendam *C*
131 quae *S*
132 hisce *C*
133 referre *C*
134 Robertus *C*
135 effectuato *C*

haereditario iure debitum Eduardus praeripuisset, et de facto /S: 224r/ regale diadema mense Aprilis eiusdem anni suo capiti imposuerat. Sic Odericus Raynaldus 15 annal. tom. dicto anno 1306 num.º 15.

Orto hinc inter utrumque cruentissimo bello, et fusis pluries ex utraque parte exercitibus, cum[136], defuncto Eduardo primo, alter Eduardus, eius filius, in Regnum successisset, isque a Ruberto[137] opprimeretur, Ioannes 22, anno 1317, ut pacem componeret, inducias primum indixit, mox duos Cardinales legauit, datis ad Rubertum[138] /C: 289r/ litteris[139]. /S: 224v/ Verum cum in his[140] Pontifex regio nomine Rubertum[141] non decorasset, imo ea[142] de re in Epistolis se excusasset[143] ob id, quod ad nominationem huiusmodi fratrum consilium non accedebat, Rubertus[144] adeo exarsit ut nec quidem ad Pontificias litteras[145] admittendas cum de pace agendum esset[146] nisi regio nomine appelaretur, flecti non potuerit. Sic Rainaldus[147] 15[148] annal. tom. anno 1317 n.º 42.

Anno sequenti 1318 ex una parte Rubertus[149] tamquam induciarum uiolator per Cardinales legatos de /S: 225r/ expresso papae mandato anathemate feritur, ex alia uero Eduardus eius frater, Hiberniam inuandens bello, captus ab Anglorum Rege, capite plectitur. At cum Rubertus[150] nihilominus cladibus haud parceret, et ad audienda pacis consilia nisi regio decoraretur nomine trahi non ualeret, Ioannes Pontifex, admissis prius Oratoribus per eum ad Sedem Apostolicam missis, nouas litteras[151] dedit sub hac

136 *em. a* dum *S*
137 Roberto *C*
138 Robertum *C*
139 literis *S*
140 hic *S*
141 Robertum *C*
142 et *S*
143 de re in epistolis se excusasset] de re se in epistolis excusasset *C*
144 Robertus *C*
145 literas *S*
146 cum de pace agendum esset *om. C*
147 Raynaldus *C*
148 25 *V*
149 Robertus *C*
150 Robertus *C*
151 literas *S*

formalitate: “Ioannes &c Dilecto filio Ruberto[152] /S: 225v/ dicenti se Regem Scotiae, et gerenti pro Rege”.

His etiam litteris[153] inrisit Rubertus[154], easque nec excipere dignatus est, unde Ioannes anno 1320, 12 Kal. Nouembris, nouis ad illum[155] missis epistolis, regium titulum adscripsit, et in eis de non facta usque tunc regia denominatione causas assignauit. Rursusque in aliis Constitutionem Clementis V, qua cauetur quod denominatio cuiuslibet dignitatis per Papam factae[156] etiam ex certa scientia nec tribuat, nec adimat iuribus alicuius, innouauit, et /S: 226r/ simili regio nomine illum compellauit.

Eduardo uero, Angliae Regi, insertae eiusdem Clementis V constitutionis litteras[157] scripsit, in quibus illum ut aequi bonique acciperet[158], tributum Ruberto[159] Regium nomen cum id[160] rerum status exposceret fuit adhortatus.

Historia, Epistolae, Clementis V Constitutio et caetera omnia pleno calamo per extensum referuntur ab Oderico Raynaldo in dicto 15 annal. tom., anno Domini 1320, ex n.º 36 usque ad 43.

/S: 226v/ Res hisce mediis taliter composita fuit, ut anno Domini 1328 Eduardus 3.s sororem Dauidi, Roberti filio, matrimonio copularit[161]. Rubertus[162], uero in pacifica Regni possessione, habito etiam a Sede Apostolica subsequenti anno 1329 sacrae Unctionis[163] priuilegio, et eius postmodum successores perdurauerint. Sic Odericus dictis annis 1328 n.º 72 et 1329[164] n.º 79 et 81.

152 Roberto *C*
153 literis *S*
154 Robertus *C*
155 illam *C*
156 facta *S*
157 literas *S*
158 acceperit *S*
159 Roberto *C*
160 id *om. S V*
161 Eduardus 3.s Dauidi Ruberti filio sororem matrimonio copulauit *S*
162 Robertus *C*
163 functionis *S V*
164 annis *C*

Non dissimilis est casus Riccardi[165] Angli, et Alphonsi Castellae Regis, quem per extensum refert Raynaldus /S: 227r/ XIV annal. tom. anno Domini 1263[166] nº 38 et seqq. et praesertim nº 45. Cum enim uterque se ad Imperium Occidentis electum contenderet, negotio pendente, Summus Pontifex Urbanus 4.s, licet Riccardus[167] esset primo loco electus, et ipsi et Alphonso nomen Regis Romanorum adscribendum putauit assignata ratione in haec uerba: "Maxime cum per intitulationem huiusmodi non intelligatur alterutrius accrescere iuri, uel detrahi, donec de ipsius iuris meritis finaliter pateat, /S: 227v/ et doceatur aperte in cuius persona electi descriptio cum electionis ueritate concurrat".

Nec haec[168] exempla Summo Christi Vicario ueris fidei Orthodoxae[169] filiis, candidis Veritatis Sectatoribus afferenda? Non quod illa legitimae[170] nostri Regis acclamationi comparari queant[171], sed ut et ex eis tamquam fortioribus maiorum exemplis inuitati noscant per admissiones Oratorum, per nominis Regii adscriptionem, per Cardinalium legationem, nedum alicuius iuribus non inferri praeidicium /S: 228r/, sed discordias placari, clades euitari, paces componi.

Ad id quod sanctae memoriae Innocentius ius praedecessorum agnoscens prouiderit Ecclesias, multa responderi possent[172], sed quia Pontificum gesta uenerari[173] magis quam examinari debent, silentio praetereram. Unum tamen dico, quod /C: 289v/ Pontifex executioni non demandauit a se factam prouisionem, ex quo dubitari licet, quod uel iudicauerit iniustam, uel non cogibilem: et actus incoepti, et non sequuti[174],

165 Richardi *C*
166 ex *add. C*
167 Richardus *C*
168 Nec haec] Haec haec *C V*
169 Horthodoxae *C*
170 legitimi *S*
171 queant] quae ante *S*
172 possunt *S*
173 timeri *S*
174 et actus incoepti, et non sequuti] ex actu incoepto et non sequuto *S*

praesertim /S: 228v/ a petente[175], pro effectuatione cogeri[176], possent magis[177] dici attentata quam iura. Casus ergo omnes adducti sunt uel de Regnis non habentibus ius, uel de schismaticis[178].

An sedes Apostolica possit de se sola Reges eligere, non est praesentis indaginis, et si aliquando deposuit Imperatores et Reges, hoc fuit ex causa haeresis. At[179] si de potentia phisica[180] papae nolentis, quod petitur concedere, Anonimus loquitur, non adest responsio. Sed si loquendum est de potentia /S: 229r/ morali, Pontifex, ut Christi Vicarius, et uti potentia Deo unita, debet concedere quae iusta, et licita sunt.

Exemplum concessionis Martini 4.i de Aragoniae Regno nihil pertinet ad rem, quia in ipsa concessione cauerat Papa quod ad Sanctam Sedem deuolueretur ius eligendi quatenus Galliarum Rex non nominaret. Facit bene ad rem communis conclusio quod ubi Sedes Apostolica aliqua[181] Imperatoribus, Regibus, aliisque Principibus fundatione, dotatione, /S: 229v/ supplicatione et gratuito concessit[182], eodem modo quo concessa sunt obseruare consueuit, in tantum quod etiam in ipsis beneficiis quorum magis[183] dominium ad papam pertinere dignoscitur, etiam ubi de priuatis personis agitur, negauerint Doctores[184] potestatem papae circa illorum ablationem[185] sine causa (Abb. q.e 1, ante n.º 15; Zabarell. cons. 142; Gemin. cons. 53 per tot.; Roman. cons. 345 per tot.[186], et signanter nº 3, Sess.[187] de iust. et iur. lib. 3, questione 6 art.[188] 2; Coras. de benef. c. 1 ex n.º 2 parte 3[189];

175 potente *C*
176 cogere *C*
177 magis *om. S*
178 scismaticis *C*
179 ac *C*
180 Phisice *S*
181 aliqua *om. C*
182 fundatione, dotatione, supplicatione, et gratuito concessit] fundationem, dotationem, supplicationem *S*
183 maius *C*
184 acto *S*
185 oblationem *S*
186 Roman. Cons. 345 per tot. Nauarr. in tract. de Spol. § 3 per tot *add. C*
187 Less. *C*
188 q*uestion*e P
189 2 *C*

Silu.[190] de Benef. questione 1, parte 2, nº 20; latissime Caramuel in Theol. reg. disp. 56 nº 825[191]).

/S: 230r/ Igitur si exploratis iam ac recensitis a te adductis rationibus allegationibusque, non autem suffragiis totius mundi, quia tam breui tempore hoc facere non potui, et quae audiui, sunt omnia tibi contraria[192], neue puto quod futurus sit Catholicus qui pro negatione Episcopi innumerabili Gregi erranti uota dabit, et si daturus, alio nomine quam impii athei[193] non est appelandus, comperimus nullum aliud stare pro te suffragium, quam illud de quo meminit Cicero, oratione 7[194] /S: 230v/ in Verrem his uerbis, "insignem illius imprudentiam sibi maxime suffragari", concludendum necessario[195] est, ut[196] uidisti[197] in hac nostra responsione, quod Concilia, Canones, Historiae[198], exempla, iura, et aliae a te adductae rationes contra te loquuntur, neue illas a te intellectas, neque bene applicatas, neque suo sensu interpretatas esse, ex quo confusionem, non autem rationes sumere deberes, et ideo Regi fit iniuria propter liuorem, Pontifici[199] propter mendacium, uniuerso denique mundo propter /S: 231r/ impietatem, unde uoces tam iustae lamentationis[200] modo a te aspernatae in die illa ultimi iudicii tanquam Rachaellis ululatus[201] impias aures tuas complebunt.

Neque Nos de meritis Lusitaniae pro continuis contra Infideles[202] bellis[203] uerbum facimus, quia de eis aptius loco suo[204], et haec sint satis dicta pro confutatione primi dubii,

190 Selua *C*
191 25 *S*
192 communia *S*
193 atthei *S*
194 *fortasse* 2
195 nec*essa*rium *C*
196 et *C S V*
197 uidisti] ut uidisse *S*
198 historia *C*
199 liuorem, Pontifici *om. S*
200 lamentationes *S*
201 ullulatus *C*
202 Infidelium *C S V*
203 bella *S*
204 loco suo] suo loco *C*

ostendendo ipsius[205] imbecillitatem, scripturarum apocrifam allegationem, scriptorisque priuatum liuorem. /S: 231v/ Confutatisque[206] primum propositis rationibus, assignabimus in fine nostras per extensum rationes.

Dubium secundum

Quod exundent motiua facile credendum, dum illa quasi folia, quae uento rapiuntur, nullo pondere constant, et potius poeticae figurae, quam historicae bases, appelari possunt. Unica, et nuda est nempe ueritas, et per ambages ad mendacium, non autem ad ueritatem itur. Si ex relatis ergo motiuis nihil contra Nos, quid de non explicatis? /S: 232r/ Certum est enim, quod ualidiora non seruaueris in scrinio, et sic modo ad responsionem trium a te adductorum accedo.

Primum Motiuum[207]

Quod ponit Anonimus est quia Reges Portugalliae nunquam[208] habuerunt ius presentandi, sed tantum supplicandi.

Et amplissimum et solis[209] radio scriptum ius patronatus Coronae Portugalliae, uel ipse fateretur Anonimus, si[210] dictae Coronae iura absque liuore perlustrasset, cum enim Summum Romanae /S: 232v/ Uniuersalis Ecclesiae Pontificem merito solem et Orbis lumen uocauerit D. Bernard. de consid. ad Eugen. in fin., lib. 4, quem cum aliis refert Barbosa de iure eccles. uniuers., libro 1, capite 2, n.º 20. Si /C: 290r/ Anonimus, absque calumniandi animo, Pontificum acta, Consistorii[211] nempe tabelliarium, et fundamenta quibus tabelliarium nititur, percurrisset, reperiisset utique in ipsa Ecclesiarum erectione fuisse reseruatum pro Regibus ius patronatus, ipsosque pro tempore ad omnes Regni

205 illius *C*
206 confutatis igitur *C*
207 Motium *S*
208 numquam *C*
209 soli *S*
210 *em. a* se *S*
211 Concistorii *C*

Ecclesias inuariabiliter /S: 233r/ semper praesentasse, uel supplicasse, ita ut non detur uel una dictarum ecclesiarum prouisio facta per Sedem Apostolicam absque praecedenti Regum nominatione, uel supplicatione, ideoque etiam inuitus fateri debuisset illum uerissimi solis radio scriptum, et in amplissima forma probatum, cum pro amplissima ab omnibus canonistis habeatur probatio, quae resultat ex documentis iustificantibus[212], uel reseruationem[213] patronatus in ipsa Ecclesiarum erectione, uel per /S: 233v/ longissima temporis[214] curricula admissas nominationes, et supplicationes: unus pro omnibus Viuian. de iur. patron., lib. 11, cap. 5, n.º 9 et seqq. Sed de hoc Consistorii tabelliario latius infra.

Asserit tribus modis a nostris praetendi Ecclesiarum prouisionem, et tamen nescit unicam petitionem a nobis factam, ideo suspicio non[215] concordantium testium potest magis dici non concordantium assertionum ab eo adductarum: re uera autem auctores, qui stant pro /S: 234r/ patronatu Regiae Coronae, non sunt discordes, licet diuersis principiis, et titulis illum adscribant, cum non minus uulgare, quam certum sit in iure principium quod in beneficialibus datur multiplicatio titulorum et possessionum: Faelin., in cap. "In nostra", nº 2 de rescript.; Put. Decis. 346 nº 2 lib. 1; et fuit plene dictum in Urgellen. Decanatus et Canonicatus 2 Decembris 1650 § "Placuit enim responsio" coram R.P.D. Cerro.

Prima fronte Concilium Tridentinum, sessione 25, capite 9, in eius /S: 234v/ allegatione se mihi offert, in qua[216] ab eo solummodo adnotantur uerba inutilia ad casum, et praeteritur materia ad propositum faciens. Unde cum Concilium in allegato capite 9 dicat "Exceptis patronatibus[217] super Cathedralibus, et exceptis aliis quae ad Imperatorem et Reges seu Regna possidentes", et ante illud in capite 1 sessionis 24 expresse declaret nihil pro praesenti temporum[218] ratione duxisse innouandum circa Cathedrales ad Reges

212 iustifican-/ficantibus *C*
213 reseruatione *C*
214 tempora *C*
215 non *om. C*
216 quo *S*
217 Exceptis Patronatibus *C*
218 temporum *om. S V*

spectantes, dicendum necessario est cum communi /S: 235r/ Doctorum schola usurpationem praesumptam in capite 9 sessionis 25 non habere locum in his[219] patronatibus regiis. Sic Cardinalis Bellarmino in declaratione ad Concilium dicto cap. 9 in additione n.º 14, Barbosa in collect. ad idem cap. n.º 14 et rursus de iur. ecclesiastico uniuerso lib. 1, cap. 8, n.º 89; Posth. de manut. obseruat. 32 n.º 26.

Decis. Put. 55 in correct. lib. 1 et Doct. Barbos. de Iur. Eccles. Uniuers. lib. 3 cap. 12 n.º 35 de more extra casum allegantur cum in illis[220] Infans Portugalliae, et non Rex, patronatum praetenderet, et quaestio esset de /S: 235v/ simplici Ecclesia, et non de Cathedrali.

Subdit Anonimus non leui fundamento Concilium et doctores sic pro usurpatione determinasse[221], ex quo nimirum consueuerunt Portugalliae Reges patronatus sibi usurpare. At[222] cum Concilium expresse praeseruauerit iura Regum, ut uidimus, melius dixisset, si dixisset non leui fundamento hoc fuisse actum, ex quo nimirum Reges iuxta aliquorum opinionem fundatam /S: 236r/ habent intentionem in omnibus Episcopatibus suorum Regnorum, ut sunt Martinus Laudensis, Corsettus, et alii, quos refert, et sequitur Lancell. in Templo Iudicum[223] lib. 1 cap. 2 § 3 n.º 9 circa finem uers." Sic Reges, et Duces esse patronos &c."

Sed quidquid[224] sit de huiusmodi[225] assumptu[226], cuius non egemus ueritate, uideamus qualem in facto subsistentiam habeant allegatae contra Lusitanos Reges Summorum[227] Pontificum obiurgationes, et qualis possit ex illis /S: 236v/ deduci consequentia, quae praesenti questioni famuletur[228]. Epistolae igitur Gregorii Noni, cuius

219 hisce *C*
220 illius *C*
221 determinasses *C*
222 et *C*
223 Iudicium *C*
224 quicquid *C*
225 huius *C S*
226 assumpti *C S V*
227 Summorum *om. S V*
228 famulatur *S*

tamen non est, ut mox ostendam, Gregorii X et Nicolai 4 non sunt in casu nostro, quia non agunt de iure praesentandi, cuinam illud spectet, sed de excessibus Regum quoad alia res patebit per sinceram historiarum enarrationem.

Sancius, historiam hanc refert Spondanus in continuatione annal. anno 1211, n.º 6, per fere sequentia uerba: "Sancius de Ecclesia de beneficiis ecclesiasticis disponebat /S: 237r/ ad libitum, ac prouentus usurpabat, Clericos male habebat, eosque ac caeteros Religiosos adeo horrebat, ut pro diro /C: 290v/ reputaret augurio, cum aliquis ex eis sibi occurreret. Pitonissam seu diuinatricem secum retinebat. Ecclesiasticos quos[229] extra Regnum peregrinari contingeret[230], iurare[231] prius cogebat Apostolicam Sedem non adituros. Colimbricensem demum Episcopum pessime tractabat, et quod Sedem Apostolicam adire uelle uideretur, publicae custodiae tradiderat." Talibus permotus /S: 237v/ Innocentius 3, non Gregorius 9 ut falso Anonimus autumat: is enim anno 1227, Sancio iam defuncto, ad Pontificatum euectus fuit. Talibus, inquam, permotus Innocentius 3, anno 1211, Regem obiurgauit, et Rex ad paenitentiam euocatus eodem anno mortuus est. Non dissentit ab hac ueritate Raynaldus annal. tom. 13 eodem anno 1211 n.º 11 et 12, in cuius numeri 12 fine loquens de testamento Sancii approbato per papam, uidetur etiam admittere patronatus quoad aliqua /S: 238r/ Monasteria, de quibus dumtaxat Rex disposuerat.

Quid casus iste cum praetensa patronatuum usurpatione? Rex disponebat ad libitum de Ecclesiis, et beneficiis, prouentusque usurpabat, ergo patronatus quos Reges Portugalliae habent in Cathedralibus, fuerunt usurpati. Consequentia non est necessaria, stant enim bene simul, et[232] quod in aliquibus Ecclesiis Rex Legitimum patronatum[233] haberet, et quod in aliis Regia potestate abuteretur, imo et in ipsis /S: 238v/ Patronatibus

229 Ecclesiasticos quos] Ecclesias quas *S V*
230 contigeret *S*
231 Iure *S*
232 eo *S*
233 patronatum *om. S*

male se gereret[234]; et si Sancius, ut Spondanus affirmat, paenitentiam egit, certe usurpatio si quam fecisset, fuisset in pristinum reducta, nec in praesentium patronatuum possessionem posset influere.

Lato per Archiepiscopum Bracarensem[235], et alios <episcopos> Lusitanos interdicto aduersus Regnum ob controuersias, quas super iurisdictione, et immunitate Ecclesiastica cum Alphonso Rege habuerant[236], obtinuit Rex, anno 1268, interdictum praefatum /S: 239r/ per Clementem 4 ad sex menses suspendi ob expeditionem, quam aduersus Infideles se paraturum pollicebatur. Verum cum iactata expeditio euanuisset, et Alphonsus ulterius Matildem[237], Bononiae Comitissam, eius legitimam coniugem, eiecisset, Gregorius X, datis ad Regem epistolis, opera Fratrum Minorum et Praedicatorum, illum ad bonam frugem reducere sategit. Sic Spondanus in continuatione ad annales, anno 1268, n.º 8, et anno 1272, n.º p.º; et Odericus Rainaldus[238], anno 1268 n.º 38, qui /S: 239v/ etiam remissius loquitur.

Qualis consequentia super usurpatione Cathedralium Regni Portugalliae quoad patronatus possit ex hoc facto deduci, uideant Veritatis Sectatores. Crimen enim Regis non fuit usurpatio Ecclesiarum, sed praetensio contra immunitatem et iurisdictione[239], et quod plus est, ipsi Episcopi Lusitani interdictum contra Regnum fulminarunt[240], signum euidens quod Sedes Episcopales non fuerant ab Alphonso usurpatae.

/S: 240r/ Dionisius, Alphonsi praedicti filius (qui fuit etiam uir S. Elisabethae), successerat et in Regnum et in[241] iniurias quas Pater Clero Lusitano intulerat, cum[242] cum interdicto praefato esset irretitus, acceptis a Nicolao 4 epistolis per suos legatos, et Cleri Ministros coram Cardinali Ostiensi[243] primum, deinde coram Papa de iuribus Regni et

234 se gereret *om. S*
235 Braccarensem *C*
236 habuerat *S V*
237 Mathildem *C*
238 Raynald. *C*
239 et iurisdictione *om. S*
240 fulminarant *C*
241 in *om. S*
242 unde *C*
243 Hostiensi *C*

Cleri conuenit, resque ita composuit, ut refectis damnis, et abrogatis legibus contra immunitatem ecclesiasticam promulgatis, /S: 240v/ omnibusque[244] in pristinum restitutis, ab interdicto Regnum liberari obtinuerit. Sic Spondanus in continuatione ad annales anno 1289 n.º primo, et latius referendo per extensum articulos cum Ecclesiis concordatos, Rainaldus[245] 14 tom. annal., dicto anno 1289, ex n.º 12.

Hic nulla Cathedralium narratur usurpatio. Imo in articulo 28 expresse dicitur quod electio episcoporum fiebat per Capitula, conquerentibus solum Ecclesiasticis[246], quod precibus et minis Rex adduceret /S: 241r/ electores ad sui placitum; quod si, ut narratur, res fuisset, cum postmodum omnia auctoritate Summi Pontificis composita fuerint, certe non uideo, cur praesentationes ad Cathedrales deinde factae, et a Summis Pontificibus admissae adscribi potius debeant usurpationi quam legitimis concessionibus.

Ex hoc colligi potest testium esse unicam depositionem, et ideo de ueritate non dubitandum, et[247] cum in Beneficialibus /C: 291r/ detur multiplicatio titulorum, ut dixi, /S: 241v/ cum Reges nostri non sint de aliquo conuincti[248], ut uidimus, et sic omnino excludatur usurpatio[249] pro inuoluendo ab Anonimo adducta[250], et cum[251] allegatum Concilium toto perlecto[252] nostram probet intentionem in uerbo "Praesertim exceptis &c", merito concludendum[253] pro nostris Patronatibus.

Certum est quod authenticae scripturae ad probandum sunt necessariae[254], neque hoc allegationibus indiget, et ipsum tabellarium a te adductum diligenter inspiciemus, ut mundo pateat, quod /S: 242r/ tu ex luce nebulas, non autem ex nebula lucem emergere

244 omnibus *S V*
245 Raynald. *C*
246 *em. a* ecclesis *S supra lineam* asticis *S*
247 et *om. S V*
248 Reges nostri non sint de aliquo conuincti] Reges nostros non esse de aliquo conuictos *S*
249 excludatur usurpatio] excludi usurpationem *S*
250 adductam *S*
251 et cum] cum denique *C*
252 toto perlecto] totum perlectum *C*
253 includendum *S*
254 sunt necessariae] necessariae sunt *C*

facis, et ad instar illius emblematis unius floris, in[255] quo considentes apes[256] et aranea[257] ista[258] uenenum, apes[259] uero[260] mel haurit[261], tu non solum e tabellario, sed ex omnibus scripturis uenenum mendacii[262], et ambagum, non autem ueritatis mel expromere curas[263].

Si status ultimus prouisionum Cathedralium differret a prima illarum bene probata erectione dici posset cum doctoribus communiter statum ultimum /S: 242v/ non esse attendendum: probant alleg. per Lotterius[264] de re benefiaria lib. 1, quaestione 34, nº 30 et 31 plene Rota in Volaterrana[265] Cappellaniae 27 Iunii 1650 coram Reuerendissimo Domino Dunozetto, uerum cum in nihilo[266] differant, status ultimus perquiratur.

Collatio Ecclesiarum Regni Lusitaniae duplici[267] modo fieri consueuit, in aliquibus enim Reges praesentarunt, et nominarunt, in aliis solummodo supplicarunt: sic euidenter demonstrat tabellarium Consistorii.

Hoc idem et nihil /S: 243r/ amplius praetenditur hodie. Inde cum Anonimus ad tabellarium recurrerit, patiatur rem iuxta tabellarii lecturam definiri.

Ecclesia Elborensis anno 1540 in dicto tabellario legitur erecta in Cathedralem cum reseruatione iuris patronatus pro Rege.

Ecclesia Eluensis anno 1570 ibi adnotatur erecta cum simili reseruatione.

Ecclesia Malacana anno 1558 ibidem describitur erecta cum reseruatione patronatus Regii.

/S: 243v/ Goana eodem modo, et eodem[268] Anno.

255 in *om. C*
256 apem *S V*
257 araneum *S V*
258 iste *S V*
259 apes] et altera *S V*
260 et aranea, ista uenenum, apes uero *super lineam C*
261 hauriunt *C*
262 *em. a* mendacio *S*
263 cures *S*
264 Lotther. *C*
265 Volaterana *C*
266 in nihilo] nihil *S V*
267 dupplici *C*
268 eodem *om. S*

Cochinensis[269] similiter.

Illa de Machao anno 1578[270] pariformiter.

Tres Sancti Saluatoris de[271] Funay[272], et Angrensis, singulae de per se apparent[273] simili forma erectae[274] cum patronatu.

Leriensis anno 1545 dicitur in eodem Tabellario erecta cum Patronatu pro Rege.

Ecclesia Funcalensis anno 1573 fuit collata Hieronymo ad praesentationem Regis, et successiuis deinde temporibus eodem modo.

Mirandensi anno /S: 244r/ 1593 fuit consecratus Episcopus quidam Emmanuel ad nominationem Regis, et sic deinde postea.

Portallegrensi anno 1581 praefectus fuit quidam Amator ad presentationem Regis et deinceps.

Septensi anno 1585 fuit datus in Pastorem ad presentationem Regis quidem Didacus[275].

Ecclesia Sancti Thomae ab anno 1578 usque nunc per tres continuas uacationes[276] fuit prouisa presentationibus Regis[277].

Et demum caeterae omnes /S: 244v/ promiscue modo ad nominationem, modo ad supplicationem Regum leguntur[278] in dicto tabellario collatae.

Optime dicit quod Cardinales Protectores ponentes istas Ecclesias[279] ab eo adductas ad supplicationem proposuerint, sed in calamo relinquit alias ut dixi ab iisdem ad nominationem, et presentationem propositas, ac me Hercule erubesco, me facturum

269 Cochien*sis C*
270 1576 *C*
271 del *S*
272 Funaii *C*
273 apparet *C*
274 erecta *S*
275 Mirandensi ... Didacus *om. C*
276 usque ... uacationes *om. C*
277 Regibus *C*
278 legitime *S*
279 istas Ecclesias] Ecclesias istas *C*

semper[280] istam repetitionem fallaciae a te appositae[281], et in hoc puncto considerare debes, o Anonime, quod Cardinales de quibus /S: 245r/ loqueris tanquam Protectores, non tanquam[282] per girum proposuerunt, ex quo clare patet prouisiones libere spectare ad Regem, quia per Protectorem sunt propositae Ecclesiae, quoniam si spectarent ad Pontificem, per girum Cardinalium essent propositae. Hoc probatur ab immemorabili usu Consistorii, et praesertim in Regno Neapolitano, in quo Ecclesiae quae sunt liberae collationis Regis a Cardinali Protectore proponuntur, quae autem Pontificis per girum, quod ualidius nostram fundat /S: 245v/ intentionem. Quod autem a te assignatur de Cardinali Farnesio petente pensionem per supplicationem, intelligere deberes quod est modus reuerentialis loquendi inter Cardinalem et Pontificem, cui supplicare, non autem imperare, licitum est, et prudens Protector cum sciret nullum alium quam papam posse imponere pensionem (Clem. 1 ut lit. pend.; Gigas de pens. quaestione 6), bene dixit quod pensio a Rege expetebatur per modum supplicationis; sed quia est quaestio tantummodo[283] de /S: 246r/ nominatione, illam propterea gaudens, quod loquens coram Pontifice, Cardinalis Protector hoc fecerit humillimis[284] uerbis, ut decet Christi Vicario. Sed de hoc nihil quoad disputationem, in qua uidenda sunt diplomata apostolica super his expedita, /C: 291v/ non autem numeranda uerba quae tanquam[285] folia uento rapiuntur et sunt potius debitae humilitatis testimonia, quam deficientium iurium argumenta.

Colligendum est ergo neminem posse hodie controuertere patronatus /S: 246v/ Coronae Portugalliae, cum Concilium Tridentinum patronatus regios expresse perseruet cum unica Rot. dec.º ex.so allata illos[286] excludat, nec de eis loquatur cum obiurgationes Apostolicae de hac materia uerbum non habeant cum denique tabellarium Consistorii,

280 facturum semper] semper facturum *C*
281 oppositae *S*
282 tamquam *C*
283 tantumodo *S*
284 humilissimis *S*
285 tamquam *C*
286 illos] illos non *C*

priuilegia, erectiones, diuturnas praesentationes, incontrouertibilem Regum[287] Iustitiam conuincat[288].

Vix unquam posset haec elucidatio ueritatis absolui si lectionem super immemorabili <possessione> hic Anonimo /S: 247r/ intexerem. Eam igitur pro nunc praetereo, tanquam ad negocium non facientem, cum ex tabellario pateat, ut supradixi, Sedem Apostolicam nunquam[289] per se solam prouidisse, sed Cathedrales fuisse semper collatas promiscue ad Regum praesentationem et supplicationem.

Circa fundationem Cathedralium post ereptas ab Infidelium manibus ciuitates, multa immiscet anonimus, et arguendo a particularibus Summorum Pontificum dispositionibus firmat conclusiones uniuersales /S: 247v/ de suo capite, ut ueritatem de more confundat.

Aliud est ciuitates Infidelium acquirere[290], in quibus nullae persistunt[291] Ecclesiae, aliud ciuitates, in quibus iam Ecclesiae fundatae erant, ab Infidelibus recuperare. Primo casu, cum detur ciuitas, imo et Metropolis sine Episcopo (Rebuff. in prax. tit. de erect. Eccles. in Cathedrales nº 5), eo ipso quod, sequuta libera[292] acquisitione[293], Reges agunt de fundandis nouis Cathedralibus, possunt et non possunt prout eis libuerit patronatum /S: 248r/ reseruare, quia faciunt actum uoluntarium, et de proprio dant, dum partas sibi uictorias Ecclesiae largiuntur. 2º casu, cum[294] ecclesiae iam fundatae reperiantur, Reges eas subicere[295] nequeunt, ex quo illas[296] iure postliminii redeunt ad eumdem statum libertatis in quo erant antequam ab Infidelibus occuparentur.

Hinc Romani Pontifices erga Reges Castellae, alioquin munificentissimi,

287 Regis *C*
288 conuincant *C*
289 numquam *C*
290 aquirere *C*
291 p*er*existunt *C*
292 libera *om. S*
293 aquisitione *C*
294 cum *om. S*
295 subiicere *C*
296 illa *S* illae *C*

consueuerunt quidem concedere facultatem distribuendi ecclesias, quas e manibus Maurorum /S: 248v/ et Turcharum recuperassent. Sedium uero Cathedralium dispositionem illis expresse interdixerunt, ut uidere est in priuilegio concesso per Gregorium 7, anno 1073, Sancio Regi et eius successoribus, de quo meminit doctissimus Pr. Lezzana[297], in eius libello de Cathedrale Ecclesia S. Mariae de Pilari, cui titulus Columna Immobilis, c. 3, nº 565. Ibi Sedibus dumtaxat Episcopalibus exceptis, et in aliis similibus Eugenio 3, Adriano 4 ac Alexandro 3 parem exceptionem de Ecclesiis Cathedralibus habentibus /S: 249r/ de quibus Rota in Cesaraugusta Cathedralitatis, 6 Martii 1656, coram R.P.D. Bichio § "haec tamen Metropolitani &c.". In tantum quod neque habuerint facultatem transferendi Cathedras de loco ad locum, seu[298] de una Ecclesia ad aliam, ut in praecitata decisione uidere est.

Quid ergo particularia exempla concessionum[299] Cathedralium e manibus Maurorum recuperatarum iuuant ad firmandam uniuersalem propositionem quoad Cathedrales erectas in Ciuitatibus /S: 249v/ quae antequam a Regibus acquirerentur[300] nec quidem Ecclesiae nomen unquam nouerant?

Quid de omnibus fere Hispaniae Ecclesiis commemorare principia, cum, ut uidimus, Romani Pontifices in concessionibus inferiorum ecclesiarum Regibus factis exceperint expresse Sedes Cathedrales?

Quod si aliquas Ecclesias Castellae Reges in ciuitatibus acquisitis, quae illis omnino carebant construxerunt, hae sunt ad quas Concilium Tolet. 12 illos habere ius /S: 250r/ eligendi supposuit, ut bene Couar. uar.[301] tit. de praescript. parte 2, §10, nº 5 et seqq., et praesertim nº 6, quidem multo ante tempora Caroli V, et priuilegii Adriani VI[302] aliorumque Pontificum, ut Anonimus somniat: adeo enim calumniari assuetus est, ut

297 Lezo[...]na *C*
298 *em. a* Sed *S*
299 concessionem *S*
300 aquirerentur *C*
301 uar. *om. C*
302 et … Adriani VI *om. S*

etiam Hispaniae iuribus uel nolens calumniando, dicat Reges ante Carolum Quintum solum ius supplicandi habuisse, cum ex dicto Concilio pateat eos etiam in aliquibus elegisse et praesentasse. Sed de hoc agant Castellani cum Anonimo.

Capitula ergo ista nihil contra Nos operantur, quia /S: 250v/ nihil habet commune Regnum Lusitaniae cum Regno /C: 292r/ Castellae, cum in diuersis Regnis diuersa sint priuilegia, et concessiones, ac insuper sumus in precisa concessione Ecclesiarum affirmatiua, ut dixi, de Regno Lusitaniae, negatiua autem, ut asseris, de Regno Hispaniae.

Cum acquisitio[303] patronatuum possit ex diuersis principiis oriri, imo et in illis prout in caeteris beneficialibus detur multiplicatio titulorum, ut supra dixi, non ex eo quod doctores referant patronatus /S: 251r/ Galliarum, et Poloniae ad indulta Apostolica, et nullam mentionem faciant de acquisitione[304] locorum ab Infidelibus, cuius contrarium nisi breuitati studerem etiam osterenderem, inferri potest ergo acquirens ciuitates et in eis fundans Cathedrales Patronatum non acquirit[305], quia, ut mox ostendam, diuersi generis sunt indulta Apostolica, et dum nominatur indultum, potest etiam sub eius generalitate includi acquisitio e manibus Infidelium. Res dilucidetur Anonimo per /S: 251v/ uulgata principia iuris, quia, ut uideo, ab illis prorsus innocens est.

Aut agitur de Ecclesiis iam fundatis, et in esse deductis sine asserti Patroni opera et ministerio, et dum Papa eas tali[306] Patrono subicit dicitur concedere indultum mere gratiosum, et sic priuilegium (Viu. de Iure patr., lib. 2, cap. 1, nº 24 et cap. 9 nº 5), aut agitur de nouis Cathedralibus fundandis, et cum illae fundari nequeant nisi de auctoritate papae (c. 1 ne Sede uacante cap. quoad translationem /S: 252r/ iuncta[307] glos. de offic. leg.); imo et talis auctoritas sit etiam necessaria ad effectum ut laicus possit esse capax patronatus. Subdistinctio haec est: aut fundantur a Regibus totaliter de proprio, aut solum in parte. Si totaliter, indultum dicitur mere onerosum, ut probant decisiones allegatae per

303 aquisitio *C*
304 aquisitione *C*
305 aquirit *C*
306 trahi *S*
307 uincta *C*

Barbosam, claus. "non obstantibus priuilegiis", quae est 1.ª[308], 85, nº 13; sic in parte potius indultum sonat in priuilegium, quam in titulum oneris plene Barbosa dicta clausula "non obstantibus priuilegiis" nº 11, 13 et 14, et /S: 252v/ utrumque casum complectentes[309] Vivian. de Iure patr., lib. 2, cap. 3, nº 17; Mant. decisione 320 nº 3.

Rursus quantum attinet ad indultum, aut de eo euidenter constat, aut non. Si de eo constat[310], res nullam habet difficultatem, si de eo non constat, et eo ipso quod post fundatas ecclesias patronus[311] fuit a Papa admissus ad presentandum, indultum[312] praesumitur. Imo et talis admissio consensum et indultum operatur, quia satis est quod fundans in fundatione patronatui non renunciauerit, ut pluribus probat Vivian. /S: 253r/ de Iure patr. parte 1, lib. 2, c. 1, n.º 9, 13, et plene ante eum Lambert., in[313] Simili tratc., lib. 1, parte 1[314], quaestione 2, art. 7. Bene Rot. in Fesulana Canonicatus, 6 Martii 1654, coram R.P.D. Peutingerio.

Haec uolui dixisse, ut Anonimus terminos sibi ignotos intelligeret, et non crederet quod, facta per doctores mentione indulti, remaneret exclusum ius quod Regibus acquiritur[315], quando ciuitatibus recuperatis e manu Infidelium uolunt ibi Cathedrales, quae nunquam in eis fuerant, erigere; quantum /S: 253v/ enim attinet ad patronatus nostros, his non indigemus: tum quia tabellarium Consistorii euidenter ostendit erectionem fuisse factam cum reseruatione patronatuum pro Rege, tum quia fere omnes doctores qui de materia loquuntur etiam patronatus nostrae Coronae ad Apostolicam concessionem referunt, ut sunt Nauar. in c. "nouit", notab. 3, nº 165 de Iudic.; Cabedo, De patr. reg. cor., c. 37 nº 1; Barbosa, De potest. Episc., tit. 1, cap. 3, nº 27 et seqq., et praesertim nº 29, ubi latissime, quem sequitur /S: 254r/ Vivian. De iur. patron., lib. 3, c. X.,

308 la *C S V*
309 complectens *C*
310 aut non. Si de eo constat *om. S*
311 Patronus *om. S*
312 indultum *om. S*
313 de *S*
314 parte 1 *om. S*
315 aquiritur *C*

nº 37. Sufficit enim ad hoc sola allegatio priuilegii quando possessio concurrit, ut loquens de ipsis Hispaniarum Regibus dicit Couar. dicta praescript., par., 2 § 10, nº 5, uers. "Hoc idem ius".

Certum est igitur non sufficere solam ereptionem[316] e manibus Infidelium ad obtinendam liberam /C: 292v/ prouisionem, quia duo requiruntur: nempe erectio quae dat titulum, et indultum pontificium, ut specificum, uel tacitum oriens ex admissis praesentationibus et supplicationibus. Unde sciat /S: 254v/ Anonimus indultum pontificium non esse semper separatum, prout est illud ab eo assignatum Ecclesiarum Hispaniae, sed aliquando oriri ex ipsa erectione cum specifica reseruatione, aliquando ex praesentationibus et supplicationibus, ubi in fundatione patronatui[317] non fuit renunciatum.

Quod autem Reges Castellae ex indultis Adriani, Clementis et Pauli modo presentent ad Ecclesias, nihil contra Nos: nam eodem modo petimus concedi Ecclesias quo concedebantur tempore ultimorum Regum Lusitaniae usque ad detentionem[318] /S: 255r/ Regis Castellae.

Quot ciuitates et oppida a Mauris occupata Portugalliae Reges ante Alphonsum V acquisiuerint, uideat Anonimus ex litteris Alex. 3 datis anno 1179 ad Alphonsum[319] Henricum, primum Portugalliae Regem; uideat ex uetustissimo dicti primi Regis lapide, in eius sepulchro, posito: ibi Ulixiponense, Sanctarense, Heborense[320], aliaque quatuordecim munitissima oppida in uniuersam fere Lusitaniam ab Infidelium manu recuperans Christi peculio adiecit. Habet utrumque per extensum /S: 255v/ Lusitana Liberata Antonii Sousa fol. 110 et fol. 141.

Gesta Gregorii 9 cum Ferdinando a Serpa Lusitano non possunt ad presentem questionem trahi. Illi enim, qui Rex Portugalliae non erat, in suorum criminum

316 erectionem *S*
317 patronatui *om. S*
318 usurp*ati*onem *C*
319 Alphonsum, Henricum *S C*
320 Heboram *C*

expiationem et pro salutari penitentia fuit iniunctum, quod arma in Saracenos Aragones moueret, et in manu forti pro modo suarum uirium per tres annos pugnaret, ut[321] referendo historiam dicit Rainaldus[322] 13 Annal. tomo, anno 1239, nº 63. Nos agimus in presenti de /S: 256r/ uoluntaria et libera acquisitionem facta per Reges, nec ulla Regni Aragonum Ecclesia quae a dicto Ferdinando fuit acquisita in controuersiam cadit.

Benedictus XII egit quidem Alphonso Lusitaniae Rege de excitandis Ecclesiis in locis quae a Saracenis eriperentur, et dependendis sacerdotibus decimis[323], ut refert Rainaldus[324], a quo Anoninus transcribit[325], ad annum Domini 1341, nº 5, annal. tom. 16, ac[326] tantum abest quod per eius epistolas patronatus /S: 256v/ Ecclesiarum Algarbii et Portugalliae aliquod passi fuerint detrimentum, quin potius mirifice remanserint comprobati, dum Papa in praefatis Epistolis loquutus fuit de Ecclesiis Regnorum Portugalliae et Algarbii, sic de eorum Regibus ait[327]: "et in eis diuersas Ecclesias et loca Ecclesiastica fundarunt pariter et dotarunt et pro defensione ipsorum ac[328] impugnatione hostium eorumdem multa et magna fortalitia construxerunt".

Dum uero de locis in Regno Granatae, aliisque Regnis /S: 257r/ imposterum acquirendis[329], sermonem habuit, ad nouas Ecclesias excitandas uoluit Regem teneri: sic Rainaldus[330] dicto anno 1341, nº 4 et 5.

Ecclesiae horum Regnorum nunc in controuersiam non cadunt, cum de solis Portugalliae, Algarbii, et Indiarum agamus, ergo dum ex litteris[331] papae istae patent approbatae, nulla uidetur remanere difficultas, &c.

321 et *S*
322 Raynald*us* *C*
323 Decumis *C*
324 Raynald*us* *C*
325 transcripsit *C*
326 at *C*
327 ut *C*
328 de *C*
329 aquirendis *C*
330 Raynald*us* *C*
331 literis *S*

Quo confugiendum nobis sit pro nostri[332] patronatus et propugnatione et executione[333] nemo non uidet: ad solem /S: 257v/ Iustitiae[334] confugimus. Stat enim pro nobis praesumptio priuilegii, cum patronatus regios Concilium Tridentinum expresse praeseruet immemorabilis cum non datur actus in contrarium primordialis Ecclesiarum erectio cum illam iustificet Consistorii tabellarium; ius denique commune, cum ciuitates e manibus infidelium acquisitae id positiue concludant.

Non est igitur cur[335] pro tuendis nostris patronatibus recurramus ad nominationes et supplicationes factas per /S: 258r/ Reges Catholicos tempore eorum occupationis: habemus enim antecedentem diuturnam nostrorum Regum possessionem, et legitimae Coronae Portugalliae iura nullo unquam contrario actu labefacta /C: 293r/ uel imminuta. Caeterum, ut etiam in iis quibus prorsus non indigemus, pateat quam infaeliciter et de facto, et de iure Anonimus lapsus fuerit, non ab re erit deductis respondere.

Dicit Reges Catholicos usos fuisse in Ecclesiis Portugalliae priuilegiis Adriani 6, /S: 258v/ Clementis 7 et Pauli 3, quibus, ut alias permisit, eis concedebatur quod pro Regnis Hispaniae Ecclesias ad quas antea supplicabant per nominationem prouiderent, et multa ad id probandum intexit.

Quantus sit error iuris, ex[336] mox confutadorum[337] inspectione patebit. Sed uideamus prius quantus sit error facti.

Si Reges Catholici uti Reges Catholici nominabant et praesentabant, cur ad Ecclesiam Eluensem, anno 1614, rex Catholicus nominauit Laurentium, sub expressione /S: 259r/ Regis Portugalliae et Algarbiorum?

Cur ecclesiae Malacanae, anno 1604, sub pari denominatione Portugalliae et Algarbiorum Regis, petiit perfici Pastorem?[338]

332 n*ost*ris *C*
333 exequut*io*ne *C*
334 solam Iustitiam *C*
335 cur *om. S*
336 *em. a* et *S*
337 confuntandorum *C*
338 Cur ecclesiae … Pastorem *om. S*

Cur anno 1624, pro Ecclesia Goana, postulauit Episcopum sub solo nomine Portugalliae et Algarbiorum Regis?

Cur pro eadem, anno 1631, fuit in Consistorio dictum pro Emanuele ad praesentationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Cur Ecclesiae de Machao, anno 1604, fuit datus Pastor Ioannes ad presentationem Catholici[339] Portugalliae et Algarbiorum Regis?

Cur ad illam Sancti Saluatoris, anno 1609, Cardinalis Protector retulit in /S: 259v/ Consistorio quod Rex Catholicus uti Portugalliae et Algarbiorum nominabat quemdam Emanuelem?

Cur Episcopatus[340] Colimbriensis[341], anno 1619, fuit collatus cuidam Martino[342] ad supplicationem, ut etiam infra repetam, Regis Catholici uti Portugalliae?

Cur anno 1617 Cathedra Egittanensis prouisa fuit ad nominationem Catholicae Maiestatis uti Portugalliae?

Cur anno 1619 passus est Rex Catholicus quod Ecclesia Funcalensis concederetur /S: 260r/ cuidam Hieronymo ad supplicationem Regis uti Portugalliae?

Cur Lamacensi Cathedrali, anno 1627, fuit praepositus quidam Ioannes ad presentationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Cur pro[343] Leriensi, anno 1604, praesentatuit sub expressione Catholici et Algarbiorum Regis, et cur iterum pro eadem Ecclesia, anno 1625, in nominatione addidit uti Portugalliae?

Cur anno 1627 ad praesentationem Regis sub simili taxatiua uti Portugalliae Ecclesia Mirandensis fuit prouisa?

/S: 260v/ Nonne[344] Ecclesiae Portugalliensi, anno 1618, primum, deinde anno 1627

339 Catholi *S*
340 E*pisco*patui *C*
341 Colimbrien. *C*
342 Martyno *C*
343 pro *om. C*
344 Nonnae *S*

ad nominationem et presentationem Regis Catholici uti Portugalliae apparet facta prouisio?

Nonne Ecclesiae Portallegrensi[345], anno 1632, fuit prepositus quidam Ioannes ad praesentationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Nonne Septensis Episcopus, anno 1601, fuit constitutus ad supplicationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Nonne Episcopatus S. Thomae, anno 1604, fuit /S: 261r/ concessus ad praesentationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Nonne Visensem contulit Summus Pontifex, anno 1594, sub hac formali expressione "ad supplicationem Philippi Portugalliae Regis", et annis 1625, 1630 et 1632 ad praesentationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Nonne demum anno 1626[346] Ecclesiae Ulixbonensi fuit consecratus Episcopus Alphonsus ad presentationem Regis Catholici uti Portugalliae?

Maiores nostri dicunt quod actus adscribitur nomini /S: 261v/ cum quo gestus fuit (Alciat., De praesumpt. reg., 2 praesumpt., 24, nº 4, quem cum aliis allegat, et sequitur Menoch. simili tract. De praesumpt., lib. 3, praesumpt. 46, nº 9). Ergo, si nomine Regis Portugalliae Rex Catholicus praesentauit et nominauit, tales actus huic nomini, non priuilegiis quae diuerso nomini et diuersis respectibus competebant, adscribendi sunt.

Item nemo in Iure dubitat, quod dictio "uti" sit taxatiua et demonstratiua ad oculum ueritatis (Tex. /C: 293v/ /S: 262r/ "Sunt" in l. scio[347], 20, § fin., ff. de fund. instrum., l. "quaesitum", 76 § "praedia" et § "peto", ff. de leg. 3; Corn., cons. 305. ante num. 12 uers. "nec obstant &c", lib. 4; Barbosa dict. 402 nº 2).

Ergo, dum Reges Catholici pro tempore presentarunt uti Reges Portugalliae, demonstrarunt euidenter quod tamquam tales, et non in uim assertorum priuilegiorum

345 Portugallengsensi *S*
346 1628 *C*
347 seie *C V* seio *S*

ipsis uti Regibus Catholicis competentium[348] praesentabant.

Rursus: si Reges Catholici in uim priuilegiorum Adriani 6 et aliorum Summorum Pontificum habebant ius /S: 262v/ presentandi ad Ecclesias pro quibus antea[349] supplicabant:

cur anno 1595[350], et sic paucis annis post usurpatum Regnum, supplicarunt conferri Ecclesiam Faraonensem[351] cuidam Ferdinando?

Cur Ecclesia Colimbriensis[352] fuit concessa anno 1619 ad supplicationem Regis Catholici?

Cur Ecclesia Funcalensi, alias prouideri solita ad praesentationem Regis Portugalliae, ut supra probauimus, prouisa fuit anno 1619 in personam cuiusdam Hieronimi ad supplicationem Regis?

/S: 263v/ Cur Lamecensis[353], anno 1599, fuit creatus Episcopatus quidam Martinus[354] ad supplicationem Regis Catholici[355]?

Cur Portugalliensi[356] fuit praefectus, anno 1592, quidam Hieronymus ad supplicationem Regis, et anno 1602 quidam Gundisaluus pari modo ad supplicationem Regis?

Cur Portallegrensi Episcopatui fuit, anno 1598, designatus[357] quidam Didacus ad supplicationem Regis Catholici?

Cur pro Septensi, ad quam, ut superius probaui, consueuerant Reges Portugalliae /S: 263v/ praesentare, anno 1601 Rex Catholicus non praesentauit, sed supplicauit?

348 ipsis uti Regibus Catholicis competen. *om. S*
349 ante *C*
350 1590 *S* 1294 *C*
351 Faro *C*
352 Colimbricen. *C*
353 Lamacensis *C*
354 Martynus *C*
355 Catholici *om. C*
356 Portugallensi *C*
357 disignatus *C*

Cur ad Visensem[358] Episcopatum, anno 1594, fuit assumptus quidam Antonius, ad suplicationem Philippi Portugalliae Regis?

Fateatur Anonimus ueritatem, et dum tabellarium Consistorii in medium attulit, illud fideliter uel percurrat, uel adducat: omnia enim quae de praesentationibus et supplicationibus supra notaui ex tabellario praefato sunt desumpta. /S: 264r/ Verum est quod aliquando Ecclesiarum prouisio (loquor etiam[359] de supradictis) facta fuit ad praesentationem et nominationem Regis Catholici, sed cum precedentes et subsequentes supplicationes de illis factae euidenter demonstrent obseruantiam[360] fuisse promiscuam et non uniformem, et quod[361] modo praesentarunt, modo supplicarunt, et e conuerso necessario dicendum est alterum de duobus: uel quod scilicet ipsi uti Reges Portugalliae id egerint, et non uti Catholici in /S: 264v/ uim praetensorum priuilegiorum, uel quod fuerit[362] habitus pro eodem terminus supplicationis et terminus praesentationis, prout quoad effectum re uera idem sunt. Nam ex quasi possessione supplicandi oritur prescriptio sufficiens ad obtinendum, etiam[363] secluso iure patronatus, quo ad solius supplicantis instantiam Ecclesiarum collatio fiat (Argel. Tex. in c. "Quod Dei timorem" de stat. Monach., quem cum aliis allegat Viuian. De iur. patr., lib. 2, c. 9, nº 16 et seqq. /S: 265r/); praesertim in Regibus, cum eorum summopere intersit quod eligantur ad Episcopatus personae gratae et non suspectae[364], ut pro motiuo etiam patronatus considerant Couar., De prescript., dicta parte 2, § 10, nº 5, uers. "Nam et iure aequum est, et honestati conuenit &c"; Barbosa, De potestate Episc., tit. 1, c. 3, nº 29 in fine, uers. "Facit tandem ratio &c".

Si Anonimus fatetur primum, quod scilicet Reges Catholici prouiderint uti Reges Portugalliae, eorum quasi possessio est apta nobis /S: 265v/ proficere quatenus illa indigeremus.

358 Vicensem *C*
359 loquor etiam] loqueretur *S*
360 obseruatam *S*
361 et quod] ex quo *S*
362 fecerit *S*
363 et *C*
364 suspecti *S*

Si admittit 2.m, quod nempe respuitur iuris nominandi idem sit supplicare et presentare, et comprobata ex hoc remanet diuturna, et nunquam interrupta possessio nostrorum Regum ergo &c.

/C: 294r/ Haec dicta sint ad demonstrandum errorem facti, transeamus modo ad[365] confutationem eorum, quae Anonimus praesumpsit adducere in iure.

Dicit primo quod priuilegium concessum Regno /S: 266r/ extenditur etiam ad eius augumentum, multaque congerit ad id probandum. Transeat propositio, quae tamen multis declarationibus et limitationibus posset impugnari. At de suppositio quid? Quis unquam ausus est dicere Regnum Portugalliae esse augumentum Hispaniae[366] Regni[367], cum Regnum diuisum omnino sit[368], ac[369] distinctis legibus, Ordinationibusque[370] gubernetur, ipsique Catholici Reges diuersa a caeteris[371] omnibus iuramenti forma ad earumdem legum /S: 266v/ et priuilegiorum obseruantiam se obstringant?

Conatus fuit quidem[372] Castellae Rex[373] in regio quodam diplomate appellare Lusitaniam sub nomine prouinciae, sed cum hoc praecise esset contra iuramentum ab eo prestitum, ut infra de periurio loquens demonstrabo, forti strenuoque animo restitit in faciem Ferdinandus Cabral, Cancellarius Maximus, et regias litteras[374] exequutioni demandare recusauit. /S: 267r/ Ratione situs et ratione dominii quod iniuste Castellani praetendebant, poterat quidem numerari Lusitania inter regna Hispaniae, prout hisce respectibus illam numerauit Rota in Bracaren. fructuum, 3 Decembris 1627 coram Pirouano[375], in fine; sed quod esset augumentum eorumdem Regnorum, nemo firmare

365 *em. a* qd *S*
366 Hispanici *C*
367 Regni *om. C*
368 cum Regnum diuisum omnino sit] cum sit Regnum omnino diuisum *C*
369 et *C*
370 gubernationibusque *S*
371 ipsique Catholici Reges diuersa a caeteris *om. C*
372 fuit quidem] quidem fuit *C*
373 Rex *om. S*
374 literas *S*
375 Rota … Pirouano *om. S*

usque adhuc attentauit, cum a contrario in Chron. Ostrog., cap. 17, Sueui Reges, qui in sola Lusitania imperabant, Hispaniae Monarchi nuncupentur. Signum euidens quod potius caetera augumentum /S: 267v/ Lusitaniae, quam Lusitania caeterorum augumentum appellari, et reputari deberent. Rota in Barchinonensi Canonicatus, 16 Aprilis 1646, coram Reuerendissimo Roias[376], disputans an indultum concessum Regi Catholico pro Ecclesiis Cathedralibus suorum Regnorum compraehenderet Principatum Cataloniae, mota fuit ad dicendum quod non, quia fuisset et[377] ire contra pactiones a Rege initas cum eodem Principatu: si admitteretur in praesenti /S: 268r/ Lusitaniam esse augumentum Regnorum Hispaniae, esset ire contra pactiones iuratas, cum Philippus 2.s[378] et alii postmodum successores promiserunt se habituros[379] dictum Regnum tanquam diuisum, et independens ab aliis, ergo &c.

Si pestiferus abusus recognoscendi litteras[380] Apostolicas in Portugalliam irrepsit, de quo summopere doleo, non in uim priuilegiorum Regis Hispaniae id actum fuisse, sed mera et formali ui /S: 268v/ ministrorum dicere debemus. Quicquid[381] enim Anonimus fateatur, catholice sentientium[382] Doctorum et Theologorum schola talia priuilegia omnino negat, et huiusmodi abusum Sacris Canonibus infensum[383] asserit: uideatur ipse Castellanorum propugnator P. Diana in suis Resolutionibus moralibus, parte 1, tractatu 2, resolutione 12, et parte 4, tractatu primo, resolutione 9, in fine.

Ponit pro 2ª ratione Anonimus quod priuilegium concessum Regibus Catholicis cantat per nomina collectiua et non uniuersalia, et exinde /S: 269r/ infert porrigi etiam ad Regna futura, allegando[384] Alexandri consilia 178 ex nº 10.

376 Royas *C*
377 et *om. C*
378 2.s *om. S*
379 habiturum *S*
380 literas *S*
381 quidquid *C*
382 sensientium *S*
383 infertum *S*
384 allegando *om. S*

Haec ratio est eadem cum antecedenti de augumento, et taliter eadem, ut iuste, et[385] exempla, quae in corroboratione primae rationis Anonimus retulit, omnia sint ad unguem transcripta a Consilio Alexandri, cum igitur Alexander in dicto consilio firmat[386] quod immunitas concessa Collegio Sexdecim Bononiae extenditur etiam ad nouiter aggregatos /C: 294v/ eidem Collegio Sexdecim, quia dispositio facta per nomen Collectiuum, seu uniuersale, non autem per nomen /S: 269v/ collectiuum et non uniuersale ut Anonimus somniat, compraehendit etiam sunt eius uerba nº 10, "augumentum de futuro".

Quemadmodum hoc suppositum quod nimirum Regnum Portugalliae sit, uel iudicari debeat tanquam augumentum Regnorum Hispaniae nullibi probatur, ut superius demonstraui, ita et Consilium Alexandri adaptari nequit.

Dixit superius Anonimus quod Adrianus 6 aliique Pontifices indulxerunt Regibus Catholicis /S: 269 *bis* r/ ut in posterum praesentarent ad illas Ecclesias pro quibus antea supplicabant. Ergo, cum Summi Pontifices se[387] restrinxerint ad tempus praeteritum, et praesens eorum dispositio trahi nequit ad futura, dato etiam millies quod futura in solo augumento consisterent ut admittit, et abunde probat Alexandri[388] consilium 178 nº 16 uers. "Nunc restat", lib. 2.

Et reuera si de omnibus Regnis regiis[389] Hispaniarum intelligenda essent priuilegia per Adrianum et alios concessa, intelligi deberet etiam pro Regno Neapolis[390]: non deberent[391], ex quo /S: 269 *bis* v/ alia concessio facta Philippo pro Regnis ipsius intellecta fuit a Rota coram Mant. decis. 59 per tot., etiam pro Regno Neapolis.

Hoc attentare circa Episcopatus Regni esset ridiculum, ergo uel ex hoc[392] clare datur

385 iuste et *om. C*
386 firmet *C*
387 si *C*
388 d*icto add. C*
389 Regis *C*
390 intelligi deberet etiam pro Regno Neapolis *om. S*
391 non deberent *om. C*
392 hoc *om. S*

intelligi dicta priuilegia esse restricta ad Regna et Ecclesias pro quibus antea Reges Catholici supplicabant, non autem ad futuras, uel ad illas ad quas nullum habebant ius.

Quantum /S: 270r/ attinet ad tertiam rationem, regula iuris est quod priuilegia contra ius commune stricte ueniunt interpretanda: sic Bar. in l. pº in princ. C. de leg. Anton. de Butr. in c. "Olim", Verborum significat.; Oldrad. cons. 168, per tot., pleniss. Fel. in cap. "Causam", questione 18[393], nº 11 de rescript.

In tantum quod non extendatur ad casum habentem eamdem rationem uel maiorem, ut dicit incertus Auctor post regul. soccin. reg. 8, in p.ma amplissime inter regulas iuris diuersorum /S: 270v/ V. priuilegium reg. 381 neque etiam ad id quod large uerba possent importare, Bero. cons. 146 nº 8 et seqq. libro 3.

Hoc posito licet uerum sit quod aliquando ex uerisimili mente concedentis possit argui ad casum omissum, ut probat Alexandri consilium 110, nº 11, lib. 6, a quo caeteros allegatos Anonimus transcribit[394], id intelligendum est cum grano salis, quod[395] scilicet priuilegium non est contra ius commune, sed contra Ius /S: 271r/ priuatum, cum enim tali casu latam recipit[396] interpretationem (Fel. in[397] dicto cap. "Causam quae", numº 11 uers. "prima declaratio, ubi priuilegium non priuat[398] legem communem &c"), potest etiam in eo argui uerisimili mente, et tale erat priuilegium de quo in consilio Alexandrini, ut uidere est in fine numº 10, ibi "et per consequens talis concessio Clementis cum non esset contra Ius &c".

/S: 271v/ Priuilegium Regibus Catholicis concessum est contra ius commune[399]. Ulterius debent ad istum effectum arguendi, scilicet a uerisimili mente, concurrere causae efficaces et tales per quas id quod pretenditur sit adeo uerisimile, ut omnes ita faterentur: sic Gabr., cons. 156, nº 18, lib. 1, quem refert Barbos. in Locis communibus, loco 121, numº

393 *em. a* 12 *S*
394 transcripsit *C*
395 quando *C*
396 recipiat *C*
397 Faelin. *C*
398 prima ... priuat *C*
399 ergo &c *add. C*

3, uers. “intellige &c”.

/C: 295r/ Unde in iis quae exorbitant a Iure communi, /S: 272r/ uel in mere uoluntariis tale arguendi genus non admitti prosequitur Barb. loco supra allegato[400], nº 9 et 13.

Quod Papa Cathedrales ciuitatum tunc possessarum, et in futurum acquirendarum[401] donare uoluerit Regibus Catholicis, non solum omnes non faterentur, sed expresse negarent[402], attento quod Princeps de pluribus sibi reseruatis aliqua concedens, censetur noluisse concedere ea de quibus mentionem non /S: 272v/ facit, ut ex cap. “Quoad translationem”, de offic. de leg., probat Osasch., decis. 101 numº 11, ergo &c.

Impium autem est dicere quod Adrianus uerisimiliter concessisset ex quo fuerat praeceptor Caroli Quinti, eiusque opera ad Summum Apostolatum euectus, cum Romani Pontifices non ad carnem et sanguinem, non ad mundanos fauores, sed ad maius Ecclesiarum bonum respicere[403] consueuerint.

Quamuis ergo /S: 273r/ presentationibus Regum Catholicorum non indigeamus, bene ex sub dictis[404] inferre poterunt Veritatis Sectatores illas pro nostrae Coronae iustitia posse adduci[405]. De succesione nostri Regis, quam uiolentam et de facto uocat Anonimus, non loquor: uolumina enim pro eius iustitia hucusque impressa euidenter ostendunt illam esse legitimam deductamque non a Castellanis, sed a legitimis Portugalliae Regibus.

/S: 273v/ Videtisne igitur, Veritatis Sectatores, quam bene fundata sit iustitia nostrae Coronae, cum et formali erectione patronatuum, et diuturnis nulloque tempore interruptis prouisionibus, et liberis acquisitionibus ciuitatum e manibus Infidelium, et priuilegiis demum Apostolicis, tot enim priuilegia sunt quot admissae nominationes, quasi petrae angulari, quae facit utraque unum, inmitatur. /S: 274r/ Nimis benigne agit Anonimus

400 cit. *C*
401 aquirendarum *C*
402 sed expresse negarent *om. S*
403 recipere *C*
404 sudictis *C*
405 posse adduci] adduci posse *C*

nostras rationes proponendo, sed quia eas refert, ut de more confundat, descendamus ad earum elucidationem ut sit semper ueritati locus.[406]

Motiuum secundum

Admisso quod de legitimis patronatibus Coronae Portugalliae constat, conditiones seu requisita ab Anonimo desiderata uel non sunt necessaria, uel concurrunt, ideo etiam ex his quae ipse ad /S: 274v/ exclusionem nostrorum iurium adduxit, illa apprime confirmari, et euehi mox patebit.

Primo, facit conditionem seu requisitum de triennali pacifica possessione fundi, in quo patronatus radicatur. Hoc requisitum non est necessarium, quia sola et simplex unius diei possessio sufficit ad effectum praesentationis, quod questio non est super existentia patronatus quam in hoc /S: 275r/ motiuo ad effectum disputationis Anonimus admittit[407], sed super pertinentia: sic ex cap. "Consultationibus" de iure patronatus firmauit Rota in una Pisana Cappellaniae, quam refert Garzia, De benefic., par. 5, c. numº 141, et dixerunt etiam prius eodem cap. 5, num. 9, et seqq., et numº 59, ubi quod ex unico actu acquiritur hic quasi possessio.

Et ratio est quia ubi ius patronatus praetenditur tanquam /S: 275v/ annexum castro seu Regno, sufficit possessio in consequentiam, ut dicit Garzia dicto cap. 5, nº 9. Unde quemadmodum ad acquirendam possessionem Castri seu Regni non requiritur triennium, ita neque ad possessionem patronatus quae uenit in consequentiam.

Regula igitur triennalis nec parum nec multum adaptatur in praesenti, similique modo non adaptantur authoritates ab Anonimo adductae, ut /S: 276r/ in eis uidere est. Solum enim firmant dispositionem et effectum regale in suis casibus sequestrandae nimirum possessionis; quando sententia fuit lata contra Possessorem non triennalem, et similia faciendi, quae Anonimo explicare non est praesentis elucidationis: Veritatis enim

406 *explicunt A C V*
407 ~~adducit~~ admittit *S*

Sectatoribus loquor, quibus haec notissima sunt.

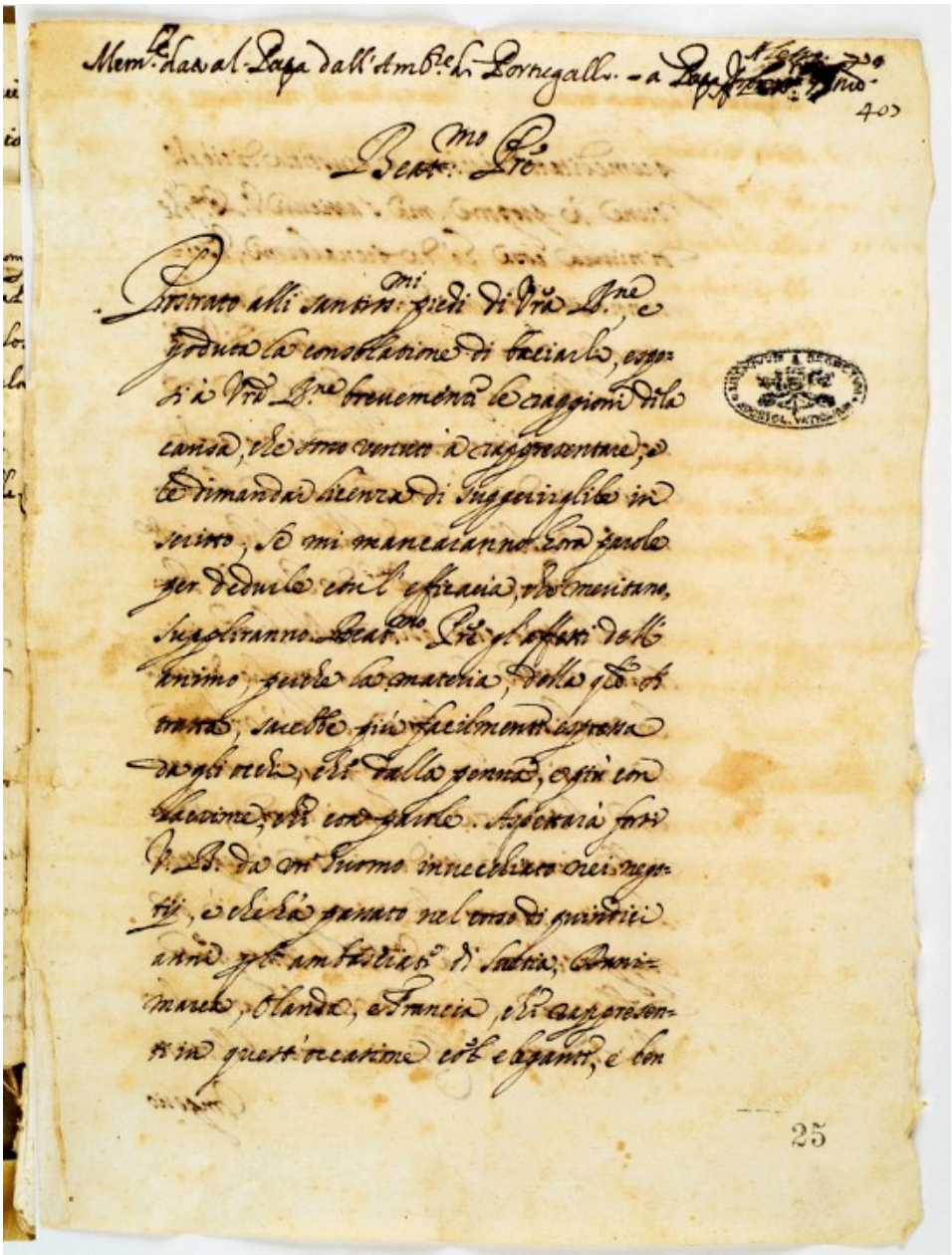
Ex his satis liquet neque secundum requisitum esse necessarium, quod scilicet ultra /S: 276v/ fundum in quo patronatus radicatur possideat is, qui praesentare intendit etiam Patronatum ipsum quia ut ex Garzia premisimus satis est possessio in consequentiam. Auctores concordantes allegat ipse Garz. dicta par. 5 c. 5 nº 9 et nº 15 et 16: unde eos non transibo.

Non obstat tex. in cap. "Ex literis" de iure patronatus ceterae doctrinae ad illud comprobandum adductae, quia procedunt ubi is qui contendit se /S: 277r/ possidere ius patronatus controuertit etiam assumptum principale, quod scilicet non sit annexum fundo castri, seu Regno, uel non competat occasione fundi castri seu Regni ut in literam Tex. ibi: "non excepto Iure patronatus &c."; e conuerso enim is qui praetendit ad se spectare patronatum alias presentauit occasione possessionis quam habebat Regni seu castri, uel uti dominus et Rex, tantum abest quod possit ex talibus /S: 277v/ praesentationibus inpingere jius nouo possessoris Regni, ut potius ex illis magis remaneat confirmatum: sic Rota in una Bracarensis Parochialis, quam allegat refert et sequitur Garz. De benef. d. par. 5 c. 5 nº 39.

Imo cum Papa in dicto cap. "Ex literis" mandet admitti praesentatum per possessionem castri, et Glosa in figuratione casus in fine notet possessionem fundi principali etiam in his terminis admitti ad presentandum, patet euidenter dicto capite "Ex literis" retorqueri.

Memoriale dato al Papa dall'Ambasciatore di Portogallo

(1656)



Misc. Arm. I 74, f. 25r

M: Misc. Arm. I 74, ff. 25r-58r

D: CD XIII, pp. 235-258

/M: 25r/ Memoriale dato al Papa dall' Ambasciatore di Portugallo – a Papa Alessandro 7.º[1]

Beatissimo Padre

Prostrato alli Santissimi piedi di Vostra Beatitudine, e goduta la consolatione di baciarli, esposi à Vostra Beatitudine breuemente le raggioni dela causa, che son uenuto a rappresentare, che dimandai licenza di suggerirglile in scritto; Se mi mancaranno hora parole per dedurle con l'efficacia, che meritano, suppliranno Beatissimo Padre gl'affari dell'animo, perche la materia, della quale si tratta, sarebbe più facilmente espressa da gli occhi, che dalla penna, e più con lagrime, che con parole. Aspettarà forse Vostra Beatitudine da un huomo inuecchiato nei negotii, e che hà passato nel corso di quindici anni per le ambasciate di Suetia, Danimarca, Olanda, e Francia, che rappresente in quest' occasione col' elegante, e ben /M: 25v/ premeditato discorso la giustitia di ciò, che uiene a proporre; ma s'assicure Vostra Beatitudine, che di niuna cosa hó da preualermi; Usciranno solo da me liberi sensi in semplici parole, e confido nella giustitia di Vostra Santità che habbino da fare maggior colpo in un'animo cosi incorrotto, come il suo poche uerità nude, che molte raggioni ben adornate; Quelle, che chiamano il Re mio Signore alla legitima successione de Regni di Porlogallo sono cose chiare, che li nostri inimici istessi le conoscano meglio di quello le uogliano confessare; Se n'è mostrata in tant' occasioni con proue si conuenienti l'euidenza à tutto il mondo, che sarebbe inutile stendermi hora a

1 Memoriale dato al Papa dall' Ambasciatore di Portugallo – a Papa Alessandro 7.º *om. D* ~~a Papa Alessandro 7.º~~ *M*

repeterle. L'unico oggetto, che mi propongo è di rappresentare a Vostra Santità lo stato presente delle cose; l'eccesso de mali, a quali hà ridotto il Christianesmo nel Vasto /M: 26r/ Imperio di Portogallo, l'essersi negata si longo lempo in questa Corte al Re mio Signore una giustitia cosi douuta; gl'inconuenienti estremi, che minaccia la continuatione del disordine, e la precisa necessità, nella quale uiene costituita Vostra Beatitudine d'apportarui il douuto rimedio, che consiste unicamente in riconoscere per Re di Portogallo il Serenissimo D. Giouanni Quarto di questo nome, possessore quasi pacifico de suoi stati, doppo ben quindici anni, accettandomi, e riconoscendomi per suo Ambasciatore, punto dal quale non solo mostrarò a Vostra Santità, che dipenda la quiete, e la salute di tanti milioni d'anime interessate in questa causa, ma che sarà anco di gran giouamento al riposo di tutto il Christianesmo, mentre non u'è cosa più necessaria di questa nella Christianità, per ottenere una uera pace, alla quale con sentimenti /M: 26v/ degni di un Padre commune Vostra Santità aspira, e i[2] di[3] cui frutti crede tutto il mondo riseruati a questo tempo, che non può non essere felice, già che il braccio onnipotente di Dio hà costituito nel trono, e nell'autorità di S. Pietro un Principe di tante e si gloriose qualità, che concorrono nella persona di Vostra Beatitudine. Si estende, Beatissimo Padre il dominio del Re mio Signore alle quattro parti del mondo; in alcune di esse son priue totalmente le chiese di Pastori, e nell'altre n'è ridotto il numero à cosi pochi, che poco disuguale ne riesce il bisogno.

Nell' America, Imperio cosi grande, che ne possiede il Re mio Signore solo di costa maritima mille ducento leghe non u'è più hoggi di' Vescouo alcuno, non u'è chi esserciti l'officio di Pastore, ne Ministro, sopra la cui diligenza possa Vostra Santità riposarsi della cura dell' anime, /M: 27r/ discendole: Pasce oues meas: secondo il precetto di Giesù Christo; Imperio è questo fin da suoi principii di si gran consideratione appresso la Sede Apostolica, che quel glorioso e santo, Pontefice Pio V, delle cui Virtù è Vostra Santità si

2 *rasura M*
3 si *M*

degno herede, et imitatore, scriueua al Gouernatore di quei stati raccommandandoli, che facesse che quelli gentili rinati di fresco con l'acqua del battesimo fossero conosciuti per Christiani, non solo nelli costumi, ma ancora nell'habiti, già che prima non usauano altre uesti, che quelle che le ueniuano somministrate dalla natura. Sapeuano Beatissimo Padre in quei tempi i Sommi Pontefici i nomi anco de Gouernatori delle Prouincie di Portogallo, e nei presenti, ne meno quello del Re hanno uoluto sapere; Cominciaua allhora in quelle parti la Fede, e sino ai corpi di quei nuoui Christiani dauano pensiero alla Sede Apostolica, e doppo coltiuata, e stabilita essa per si longo /M: 27v/ tempo sono state in questi ultimi quell'anime reputate di si uil prezzo, che lasciatele in abbandono fra tanti lupi feroci gentili, et heretici, non u'è chi le pasca, ne le difenda.

Nell'Africa comprendendo i Regni di Angola, e Congo, l'Isole di Capo Verde, di S. Thomasso, e Tangere più uicino à noi sono tutte le chiese senza Vescoui, e pur ue ne sono quattro Catedrali.

Nell'Imperio dell'Asia, doue con tanto zelo, e dispendio dell'Antichi Re di Portogallo, à costo di tanto sangue Portughese si piantò la Fede cattolica, e che hà dati alla Chiesa tanti Santi, e tanti Martiri; stà la purità della Fede a rischio euidente di rouina, e fa più certo naufragio la bontà de costumi nella communicatione degli heretici; che in tempo del Re Cattolico Filippo 3.º, entrorno in quello uasto Imperio. Non hanno hoggi di', Beatissimo Padre tutti quei gran /M: 28r/ paesi <più> che un Vescouo solo con titolo di Patriarca di Ethiopia, ed era già questo Prelato di età si decrepita, che <o> sarà morto à quest'hora, ò già reso inhabile ad esercitare il suo officio; Ciò che ne patisce la Religione Cattolica, e quel di più funesto se ne deue temere, facilmente si può comprendere dal successo di Crangalor, doue Beatissimo Padre, sono obligato à dirlo, con esempio pernicioso, un Archidiacono di quella Chiesa, fattosi non sò come consacrar Vescouo, et intitolatosi Patriarca, è passato anco à consacrare altri Vescoui.

In Europa habbiamo solo un Vescouo d'essercitio, e questo pure non può gouernare se non da lontano la sua Chiesa, assistendo in Corte con licenza della Sede Apostolica,

come Capellano Maggiore di Sua Maestà.

Un'altro uene è puramente[4] titolare, e questi sono tutti i Vescoui, che sono nel Regno, /M: 28v/ uacando dentro di esso quattordici Chiese senza le due altre dell'Isole di Madeira, et Assores.

Gli inconuenienti, che nascono da una priuatione si generale di Pastori, chi può meglio conoscerli, Beatissimo Padre, di Vostra Santità, che sà, et adempisce cosi perfettamente le parti dell'obligo pastorale? Non bastarebbero uolumi intieri à narrare le qualità, et il numero de mali, che ne risultano, e son sicuro che cagionarà horrore all'animo zelante di Vostra Beatitudine se intraprendessi di narrare le miserie caggionate dall'abbandono di quelle Chiese.

Dall' Africa, e dall' America son ridotti in necessità di andare à pigliare in Lisbona gl'olii santi per amministrare i sacramenti del battesimo, e dell' estrema Untione. E chi sà se à quest' hora n'è ridotta l'India nell' istessa necessità? /M: 29r/ Diamo, Beatissimo Padre, che arriuino con ogni sicurrezza i Vascelli, sopra i quali si mandono, il uiaggio del Brasile, à ben esser felice, è di doi mesi, quel di Angola è di cinque, e di sette, è quel dell' India, e tal uolta di tredici. Consideri Vostra Beatitudine con quanto danno, et à quante migliara di persone mancherà nella morte questo Ultimo Sacramento, e che sarà del Crisma per il battesimo?

Danno è questo pur troppo certo, benche succedono felicemente i Viaggi, et arriuino le naui a saluamento; Ma che sarà Beatissimo Padre, quando si perdono per ingiuria de tempi, ò uadano in mano de Turchi, o di Olandesi, ò e d'Inglesi, che infestano con gran numero di Vascelli quei mari? Seruiranno gli olii, e Vasi santi ad uso profano degli Empii, e la materia de più augusti[5] sacramenti di beffe, e derisione agli heretici, et infedeli, mentre i Cattolici /M: 29v/ per si longo tempo li staranno[6] aspettando con priuatione si lacrimeuole.

4 parimente *M*
5 angusti *M*
6 staranno] staranno in uano *D*

Alla mancanza delle materie sacramentali succede la scarsezza di operarii immediati, che amministrino i sacramenti più necessarii alla salute. A Portogallo dalli soli due Vescoui, che ui sono, uanno a riceuere gli ordini sacri gli Ecclesiastici tanto secolari, quanto[7] regolari, dal Brasile, e dall' Africa. In si longo traghetto ne cascano molti in schiauitudine soprapresi da Mori, e da Corsari Inglesi, et Olandesi; Quindi è che si trouano pieni di persone dedicate a Dio i bagni de schiaui in Africa, e con miseria anco[8] maggiore l'officine più Vili in Olanda, doue godono quei nemici arrabiati della Fede di strascinarli con modi indegni per trarne profitto nelli impieghi seruili, ma più per pascere il /M: 30r/ loro odio contro la Chiesa nel disprezzo degli habiti religiosi, e di ciò Beatissimo Padre nessuno può informare la Santità Vostra meglio di[9] me, che in sette anni, e mezzo, che hò assistito in Olanda sono stato tante uolte spettatore di queste miserie, et hò hauuto[10] à sudar tanto in procurarne il rimedio. Aggiunga Vostra Santità il terrore di simili accidenti alle spese, et alle fatiche inseparabili[11] di[12] si lunghi Viaggi, à che numero di operarii crederemo ridotta la Vigna del Signore in quelle parti remote, e se Vogliamo considerarne la qualità, à quanti Mercenarii restarà in preda? Bisogna per forza, che molti restino mesi, et anni senza udir messa, senza confessioni, ne prediche, e chi sà il numero di quelli, che uengono a morire priui del rimedio dell' Eucharistia, e quel che importa della penitenza? Forza è, che s'alleuino i fanciulli /M: 30v/ senza instruzzione, uadino[13] in disuso i sacramenti; restino abbandonate le chiese, derelitte le Vedoue, et i pupilli, estinta la carità Christiana, et in una parola si uadino[14] sradicando i fondamenti del Christianesimo, ridotto il negotio a termini, che in quei paesi non si farà più caso dell' abuso de sacramenti, e felici si stimaranno quei popoli, che non ne sentiranno la priuatione

7 come *D*
8 anche *D*
9 da *D*
10 hauto *M*
11 *em a* insuperabile *M*
12 da *D*
13 vadano *D*
14 vadano *D*

totale, restando essi in tanto esposti all' insidie degli heretici, quali Beatissimo Padre, non tardano anni et anni ad esser prouisti di Ministri di iniquità da loro Maggiori, intenti con somma prontezza à non risparambiare cosa alcuna per seminare da per tutto il Veneno dell' heresia.

Argomenti Vostra Beatitudine lo stato della Chiesa nel Mondo nuouo così lontanto[15] dalle benigne influenze della Sede Apostolica da quello, in che si ritroua hoggi dì in Portogallo /M: 31r/ Regno dei più Cattolici di tutta Europa. Lo dico con rossore Beatissimo Padre, ma è necessario dirlo, poiche Vostra Santità sola può rimediarui; Nel clero di un Regno si pio come fù sempre quello di Portogallo si sperimenta da un[16] tempo in quà tale libertà di Vita, e tale corrutela di costumi, che si deue con ragione temere che il disordine caggionato dalla mancanza di Prelati, che li corregono, si renda in appresso irremediabile per zelante, che sia in reprimergli il trauaglio di quelli, che saranno assonti à Vescouati.

E se dentro Lisbona istessa a uista di un Re, che hà dato tante proue alla Sede Apostolica del suo zelo, e della sua pietà non meno, che della sua patienza si prouano questi danni, che sarà[17] Beatissimo Padre nelle parti più interiori del Regno, e che danni, e che disordini non caggionarà l'istessa causa nell'ampiezza di si Vaste, /M: 31v/ e si[18] remote conquiste?

Hò da dir tutto in questa materia. Si è introdotta Beatissimo Padre ne' Religiosi, non sò se debba dire l'istessa, ò maggior libertà, e ben che ui[19] siano molti che uiuono con essemplarità degna della loro professione, come è inclinata la nostra natura al male, si deue temere ch'il mal essempio di tanti corrompa il costume de buoni, più tostó, che sperare uenghino[20] quelli rimessi nella buona strada dall' esemplarità di questi altri. Per

15 lontano *D*
16 un *om. D*
17 sara *M*
18 si *om. D*
19 ui] ui ne *D*
20 vengano *D*

mancamento[21] di Nuntio Apostolico in Portogallo succede, che non si celebra[22] capitolo alcuno, che non uenga annullato in Roma, ò che non ui si statti di annullarlo. E piena questa Corte di Religiosi Portoghesi, che uengono ad essa sotto pretesto di uoler procurare miglior gouerno alle loro prouincie, gridano, e contrastano gl'uni con[23] gl'altri nei Tribunali, e nelle sacre /M: 32r/ Congregationi discreditando[24] non solo le persone loro uicendeuolmente, ma tutti insieme le loro Religioni.

Ne questo è il solo danno, che ne risulta; le rendite delle Religioni son quelle che pagano i disordini de Religiosi; rari son quelli, che possano uenire a spese loro, e come spendono de beni altrui, si regolano molto poco nelle spese. Piacesse a Dio non fosse senza comparatione maggiore il disordine, et[25] il dispendio dell' anime loro, mentre illaqueati molti delle scommuniche fulminate da superiori, la lunghezza del ricorso, che fanno in Roma, ritarda con graue danno il rimedio delle loro piaghe; sono essi tali Beatissimo Padre, che solo un Ministro scelto dalla mano di Vostra Santità, e mandato in quel Regno può[26] guarirle curandole da Vicino, ne mai di altra maniera si rimediarà a un disordine, che hà stommacata la Corte, scandalizato il Popolo, et afflitto sensibilmente l'animo del Rè /M: 32v/ mió Signore. Haueuo io sentito dir molte cose in questa materia, ma in questi pochi giorni di dimora in Roma hò uisto, e toccato con mani assai più di quello, che[27] mi potea[28] persuadere. Viuono in Roma questi religiosi con maggior licenza, che se fossero secolari di cappa, e spada, la libertà, che hanno come forastieri, et il pretesto d'essere sempre in uolta per loro negotii, caggiona in loro, tale deprauatione de costumi (non parlo di tutti, che[29] sarebbe un' offendere molti buoni, e mancare alla uerità, che professo, se non

21 mancanza *D*
22 non si celebra] non si celebra in quel Regno *D*
23 contro *D*
24 *supra lineam M*
25 il disordine, et *om. M*
26 puol *M*
27 che *om. D*
28 potevo *D*
29 perche *D*

eccettuassi molti) che nelle piazze, e[30] nelle case di gioco, e sino nell' Anticamere fanno arrossire[31] i secolari istessi, e tutto prouiene, Beatissimo Padre, dal non essere in Portogallo un Ministro di Vostra Santità col carattere e[32] la autorità douuta.

Non sono così presenti agl' occhi della Corte di Roma i disordini[33], che la mancanza /M: 33r/ de Prelati, e di Nuntio Apostolico appresso il Re mio Signore caggiona nelle monache di tutto il Regno, perche sono ristretti gli Autori nelle muraglie de Monasterii, e[34] quanto meno ponno uenire à farsi sentire in persona, tanto più deplorabili sono le miserie, che l'inuiluppano, e scatenate le furie, dalle quali sono agitate.

Degnisi Vostra Beatitudine di fare una scorsa col pensiero sin nel ristretto di quei chiostri, e son sicuro piangerà amaramente la scompostura delle spose di Christo, e gradirà altretanto il zelo del Re mio Signore, che con pietà hereditaria alla sua casa reale scacciando da quei parlatorii con diuieti rigorosissimi i secolari, hà[35] ben discolto quelle fiere d'iniquità, ma per non ingerirsi nell' altrui messe non può tagliare con la falce del castigo douuto le male herbe, che pur troppo /M: 33v/ germogliano in quei recinti.

Non considero Beatissimo Padre per minore inconueniente lo scandolo, che da si lunghe ripulse di questa Corte hanno[36] riceuuto i popoli, non solo di Portogallo, ma quelli delle conquiste. Dal Pastore[37] commune de fedeli si prometteuano essi non solo gli affetti della giustitia douuta, ma ancora gli aiuti d'una paterna pietà, et un regno tanto benemerito della Sede Apostolica, et inclinatissimo sempre[38] alla sua obbedienza, s'è uisto per quindici anni chiuder le porte in faccia, quando altre non erano le sue pretensioni, che

30 e *om. D*
31 molte volte *add. D*
32 e *supra lineam M*
33 diserdoni *D*
34 ma *D* ~~*ma*~~ e *supra lineam M*
35 han *D*
36 han *D*
37 Padre *D*
38 sempre *om. D*

fare gli atti di filiale obedienza al supremo capo di Santa Chiesa[39]. Da queli[40] motiui giudica Vostra Santità concepiscano i popoli per nata una simile risolutione? Piacesse a Dio credessero fussero stati altri, che quelli di una pura politica temporale, et una mera /M: 34r/ accettatione di persone.

Materia è stata pur troppo discussa nella boca anco[41] de più uolgari, e soggetto di grauissima mormoratione tra gli heretici, et infideli contro la Sede Apostolica, e se la ueneratione di questa Santa Sede non fosse stata si profondamente radicata negli animi de Portoghesi, et hauessero uoluto in Portogallo pratticare la libertà, che si arrogano molte altre Chiese che pure son riconosciute e trattate per Cattoliche, à che partiti non si sarebbe appigliata la necessità del rimedio? Quando uediamo che in Portogallo stesso contro i sforzi di un Re così pio, e sempre uigilante alla conseruatione del douuto rispetto alla Chiesa, per fatale necessità si è raffreddato insensibilmente con la continuatione dell' ingiuria quel grand' amore, e rispetto, ch'era si esemplare uerso Roma nell' animo de /M: 34v/ Portoghesi, e son scorse alcune coselle trauagliose? Ben conosce Vostra Santità che nell' ampiezza di si uasto Imperio non può uedere, e conoscere tutto il Re mio Signore; forza è, che commetta il gouerno immediato a molti Ministri subalterni, e questi partecipando della sua autorità, non del suo zelo, tal uolta fanno conoscere l'animo loro ulcerato dalle piaghe di Roma.

Mi sono steso molto in questa materia, ma non tanto, come richiedeua la di lei necessità, e così riducendo il tutto a due sole parole, dico Beatissimo Padre col rispetto, che deuo al uero successor di S. Pietro, ma con quella libertà Christiana, che deuo ancora alla sua Catedra, che i mali caggionati dalle durezze passate, hanno[42] bastato à perdere tante anime, che non sò se i due predecessori immediati di Vostra Santità hauran[43] potuto allegare al Tribunal di Dio per scusa /M: 35r/ legitima di non hauer pasciuta quella gregge

39 al supremo capo di Santa Chiesa] al Padre commune de Fedeli *D*
40 che *D*
41 anche *D*
42 han *D*
43 haueranno *D*

si numerosa per hauerli i Ministri del Re Cattolico sollecitati a non farlo, quando il precetto di Dio è si rigoroso al contrario, che Giesù Christo si dichiarò con suo Padre di non hauer trascurata pur una dell' anime à lui commesse: Quos dedisti mihi non perdidi ex eis quemquam. Ben sò, che nel morire ne sentirono acuti stimoli di rimorso, ma non permise Iddio, che chi haueua in uila trascurato si longamente negotio di tanta importanza lo rimediasse nel fine.

Impresa così gloriosa era riseruata dal Cielo ad un' Alessandro, e tale fù la certezza, che ne ispirò[44] Iddio[45] nell' animo del Re mio Signore, e di tutto il Regno, che la doue, o finte, ò inefficaci furono stimate le Volontà, e le mosse del Predecessore per terminarla; alla prima uoce della esaltatione di Vostra Santità al Pontificato, si portò subito il Re mio Signore alla /M: 35v/ Catedrale à[46] render gratie à Dio di cosi degna elettione, e mi spedì incontinente per suo Ambasciatore in questa Corte senza che fossero bastante ad impedire tale risolutione, ne il parere di chi allegaua non conuenire al decoro della Corona di farlo doppo le cose successe, ne la memoria del scandaloso caso del Vescouo di Lamego in tempo di Urbano 8.º, nel[47] assassinamento del Priore di Sodofeitta in quello d'Innocentio X. Preualse la pietà nell' animo della Maestà Sua, et il desiderio di far conoscere ancora con questa dimostratione l'obbedienza, et amor filiale, che ad onta de mali incontri hà conseruato uerso questa Sede Apostolica, perche come l'istessa Voce diuulgò nel medesimo tempo l'epilogo delle rare Virtù di Vostra Beatitudine, tenne per indubitato esser gionta quell' hora felice che dando principio ad un secolo d'oro terminasse quello di ferro, sotto il quale geme una parte si nobile del Christianesimo. Di[48] qui /M: 36r/ nacque spingermi Sua Maestà da Francia à uista de suoi primi ordini, e con tutta la fretta possibile à piedi di Vostra Beatitudine, lasciando l'importanti negotii, che si agitauano in quella Corte, perche conoscendo la sua causa per tanto giusta com' è; et il Giudice per Vero

44 inspirò *D*
45 Dio *D*
46 à *om. D*
47 nel] ne del *D*
48 da *D*

imitatore[49] di S. Pietro, le parue che tutto quel tempo tardaua à sollecitarla, era egli stesso la causa di dilongarsi quella consolatione, per la quale trauaglia, e sospira sono[50] quindici[51] anni, e sono[52] quindici[53] anni li[54] uiene[55] negata.

Qui stò Beatissimo Padre, e benche[56] secondo gli ordine del Re mio Signore non douerei[57] esserui, che come Ambasciatore, ne con altro trattamento, che quello è douuto ad[58] un Ministro di un si gran Re, con tutto ciò il desiderio grande di non lasciar mezzo intentato, che non prouassimo per incaminarsi con maggiore dolcezza al fine proposto, spingendomi ad interpretare la Volontà del mio Prencipe, mi son contentato /M: 36v/ di fare per questi primi giorni figura d'huomo particolare.

Faccio hora instanza à nome del Re mio Signore, e de suoi Regni, si compiaccia Vostra Santità riconoscerlo per Re di Portogallo con accettare gli atti di filiale obedienza, che mi hà commesso di rendere à[59] nome suo à Vostra Santità, riceuendomi, e trattandomi per suo Ambasciatore.

In questo colpo ne farà mille Vostra Santità. Questo è il rimedio di tutti i mali, e la fine dei disordini: con l'accettarmi Ambasciatore resta corrente la prouisione delle Chiese, la missione nel Regno di un Nuntio Apostolico, si stringono più che mai i legami di un Vicendeuole amore tra questa Santa Sede, e quei Stati. Trouarà Vostra Beatitudine nel Re mió Signore ogni prontezza in cooperare con tutto lo sforzo allo ristabilimento dell' ordine più douuto, e senza questo, che si può aspettare Beatissimo Padre, se non che si metta la cancrena in un male di già infistolito? Lo deue Vostra Santità all' equità, che è /M: 37r/ sua

49 imitator *D*
50 son *D*
51 quindeci *D*
52 son *D*
53 quindeci *D*
54 le *D*
55 vien *D*
56 benche] ben vero *D*
57 dovrei *D*
58 a *D*
59 in *D*

propria, lo deue al desiderio, et all' espettatiua di tutto il mondo, lo deue alle lagrime di tante anime, che si perdono, lo deue all' esempio de suoi antichi Predecessori, e lo deue sopratutto alla giustitia della causa.

Sono[60] quindici[61] anni, che[62] si troua il Re mio Signore in possesso de suoi stati, e ne corre il decimosesto[63], et è sempre stato inuiolato costume della Sede Apostolica per ouuiare ad infiniti inconuenienti, che seguirebbero, di riconoscere, e trattare da Re quello, ch'è in possesso del Regno.

Piene sono[64] l'istorie di esempii, che ne danno[65] chiara proua in tutti i secoli. Alessandro 3.º quel gran Pontefice, del cui Valore rinoua hoggi[66] Vostra Beatitudine la memoria, et il nome, con gratitudine esemplare, e ben douuta à beneficii, che gli antenati di Vostra Santità gli hanno trasmessi col sangue, confirmò il titolo Reale à D. Alfonso Henriquez[67] di gloriosa memoria Primo Rè di Portogallo, ch'era stato eletto da /M: 37v/ popoli, perche n'era in possesso, benche di pochi giorni, non ostanti le contraditioni del Re di Leone[68] per le sue pretensioni.

Nelle differenze, che uerterono[69] tra Carlo Rè di Ungaria[70] figlio di Cario Martello, e Roberto suo Zio, giudicò Papa Bonifatio 8.º col consiglio del Sacro Collegio douer esser[71] riconosciuto per Re di Napoli Roberto, perche si trouaua in possesso di quel Regno. Confermò Gregorio X nell 'Imperio Ridolfo, per quanto contradicesse il Re D. Alfonso il Sauio, non per altra cagione, che per star egli in possesso, et esser[72] Prencipe naturale di

60 son *D*
61 quindeci *D*
62 che *om. D*
63 sesto decimo *D*
64 son *D*
65 dan *D*
66 hoggidi *D*
67 Alfonso Henriquez] Afonso Henriques *D*
68 Lione *D*
69 Verte^{ro}no *M*
70 Ungheria *D*
71 essere *D*
72 essere *D*

Alemagna. Pio 2.º figlio dignissimo di quella patria, che non sà dar à Santa Chiesa Pontefici, se non augusti, riceue gli Ambasciatori di D.[73] Alfonso di Aragona, che possedeua il Regno di Napoli, dando per risposta à Renato, che si opponeua, quelle sensate parole: Vos Regno caruistis, et tandiu carebitis, donec Vires adsint, quibus hostes possitis eiicere. Poco /M: 38r/ si curò quel gran Pontefice delle contradittioni dell' Ambasciatore del Re di Francia, dal quale dicono i Commentarii di Pio, che instaua alla gagliarda, che non fosse riconosciuto[74] Ferdinando per Re, protestando per parte del Christianissimo: Laturum id aegre Regem, atque in Apostolicam Sedem ulturum dictitans[75]. Non meno, che dell' oppositioni del Vescouo di Marsiglia Ambasciatore di Renato, che dimandaua: quod preces audirentur suae, sin minus inituram Curiam affirmabat.

Riceue il medesimo Pontefice Pio 2.º gl'Ambasciatori di Matthias Re di Ungaria[76], non ostanti le resentite querele di Federico 3.º Imperatore, che elletto prima Re dalli medesimi Ungari, haueua accettato il Regno, e si riferisce negli Annali del medesimo Pontefice: Pontifex ea re cognita iniustam esse querelam dixit, quando Sedis Apostolicae mos esset eum Regem appellare qui Regnum teneret.

Riconobbe Paolo 3.º per Duca di Milano /M: 38v/ l'imperator Carlo V, che[77] n'era in possesso, non ostanti le doglianze[78] del Re Francesco, che n'era stato inuestito da Massimiliano[79] Imperatore, ch'aueua comprato quello stato con proprii denari[80].

Nota è la querela di Enrico 3.º Re[81] di Francia, e le acri oppositioni che fece in Roma

73 D. *om. D*
74 conosciuto *M*
75 dubitans *D M*
76 Ungheria *D*
77 perche *D*
78 diligenze *D*
79 Massimigliano *D*
80 proprii denari] pochi danari *M*
81 Re *om. D*

al riceuimento degli Ambasciatori[82] di Stefano Battoro eletto[83] Re di Polonia, per le sue raggioni ad un Regno, che non haueua rinunciato[84], e pure Gregorio XIII l'ammise per la ragione[85] del possesso.

Allego à Vostra Santità questi esempii, non perche m'imagini, habbia il mio riceuimento dubbio alcuno nell'animo di Vostra Santità. Sarebbe questo negare à Vostra Beatitudine quelle prerogatiue, che tutto il mondo confessa, e quel Vigore di animo intrepido, che la canonizza[86] anco[87] appresso à[88] nemici di Santa Chiesa, e[89] per ottimo Padre de Fedeli, e per rettissimo giudice, quando i meriti della nostra causa son così triti, e conosciuti, che non /M: 39r/ posono[90] non essere presenti a Vostra Beatitudine, seruono solo per giustificare agli oppositori delle sodisfationi, che domandono, quanto ne siano solidi i fondamenti, e per conuincerli con esempio più adattato, e più proprio, domandarò[91] giustitia con quelle armi istesse, che nel caso di Portogallo l'hanno esatta già loro medesimi dalla Corte di Roma.

Deuoluto il Regno al Cardinale D. Enrico, e disputandone la successione col Serenissimo Duca di Braganza, uero herede, D. Antonio, figlio illegitimo dell' Infante D. Luigi, il Re Cattolico Filippo 2.º, li Duchi di Sauoia, e di Parma, e la Regina di Francia Caterina de[92] Medici, il Cardinale Re[93] imbarazzato per la sua fiacolezza naturale, ò impaurito[94] in quell' età decrepita dalla potenza uicina del Rè Cattolico, ò pure, come uolsero molti, per il poco affetto, che sempre portò alla Real Casa di Braganza, non

82 Ambasciatore *D*
83 eletto *om. M*
84 rinuntiato *D*
85 ragion *D*
86 canonisa *D*
87 anche *D*
88 i *D*
89 e *om. D*
90 ponno *D*
91 dimanderò *D*
92 di *D*
93 Cardinale Re] Re Cardinale *D*
94 imparvito *D*

hauendo ardito, ó uoluto dichiarare gli heredi[95] del Regno /M: 39v/ ordinò alli Stati Generali, radunati allhora in Lisbona, che[96] elegessero Giudici per decidere la causa della successione, in caso uenisse egli a morire senza hauerla decisa. Elessero gli Stati 24[97] giudici, con dar facultà al Re Cardinale di sceglirne[98] undici[99] dal detto numero, quali in nome delli Stati dassero la sentenza. Ma morto il Re, il Cattolico in disprezzo delle leggi, e della uolontà del Testatore, senza aspettare il giuditio degli undici[100] Commissarii, inuase con esercito poderoso il Regno, e ne scacciò D. Antonio, che col fauore di alcuni suoi adherenti s'era impadronito di una gran parte di esso.

Spedi per impedir Filippo d'inuadere quel Regno à forza d'armi la Santità di Gregorio il Cardinale Riario per legato di ambi i[101] Regni, et arriuato à Barcellona, sotto pretesto che haueua toccato in luoghi infetti di peste, con dilationi affettate, fu tratenuto iui due mesi, e /M: 40r/ poi in Badajos[102] ne li permisero di uscirne se non doppo che il Re Filippo fù entrato[103] in Portogallo con due armate di terra, e di mare le più forti ch'hauesse posto sù piedi in tutto il corso della sua uita quel potente Monarca.

Dalla narratione del fatto si uede che procedette il Re Cattolico, quando non uogliamo dire con poco rispetto alla Sede Apostolica, almeno con non farne stima, ne caso alcuno. Con tutto ciò, mandò subito Ambasciatori[104] à Roma, come Re di Portogallo, e non ostanti le male sodisfattioni, et una Usurpatione si chiara lo riceuè subito in tale qualità Papa Gregorio. Certo è, che non dichiarò quel buon Pontefice, che fosse giusta la pretensione di Filippo à quell Corona[105], ne diede sentenza à fauor suo, ma inherendo agli

95 gli heredi] l'herede *D*
96 che *om. D*
97 uenti quattro *D*
98 scieglierne *D* scergline *M*
99 undeci *D*
100 undeci *D*
101 li *D*
102 Badayos *M*
103 il Re Filippo fù entrato] fù entrato il Re Filippo *D*
104 Ambasciatore *D*
105 a quella Corona] a quel Regno *D*

esempii de suoi predecessori riconobbe per Re quello ch'era in possesso del Regno. Hora con che ragione ponno i Ministri del Re Cattolico pretendere non siano riceuuti /M: 40v/ in Roma gli Ambasciatori del Re D. Giouanni doppo il possesso di quindici[106] anni, quando bastò al Re Filippo il possesso di pochi mesi? Eguale è, Beatissimo Padre, la bilancia della giustitia per tutti, ne deue preualere il rispetto di maggiore, ò minore potenza tra gli interessati appresso di chi l'esercita in uece di Dio in terra, et è cosa dura, Beatissimo Padre, che essendosi questo costume immemorabile pratticato inuiolabilmente dalla Sede Apostolica, solo per Portogallo si hauesse d'alterare, con pregiuditio cosi grande dell'istessa Santa Sede, quando oltre gli allegati, ne sono[107] piene l'historie d'esempii, e ne posso addurre a Vostra Santità uno in terminis tra Portogallo, e Castiglia.

Era riconosciuto in questa Corte per Re di ambi quei Regni il Re D. Alfonso V di Portogallo per il matrimonio, che[108] haueua concertato con sua nipote la Principessa D.Giouanna[109] figlia di Enrico 4.º Re di Castiglia, e per tale dichiarata /M: 41r/ dal Padre nella morte. La repugnanza[110] de Castigliani all' unione di questi due Regni fece che dichiarassero ingiuriosamente la Principessa D. Giouanna per illegitima, attribuendo essa ad altro Padre, et il ius del Regno alla Principessa D. Isabella sua Zia sorella del Re Enrico, e questa maritandosi col[111] Re D. Ferdinando il V, doppo molte guerre restò decisa la causa dalla forza maggiore, e rimase Ferdinando Re di Castiglia; fù però nelli[112] principii il negotio si dubbioso, che essendosi impadronito Alfonso di si gran parte della Castiglia, che ne fù riconosciuto in Roma per Re di ambi li Regni, si dubitò poi in questa Corte, se doueuano essere riceuuti gl'Ambasciatori di Ferdinando, ma sciolse Papa Sisto 4.º la diíficoltà con le celebri parole di Pio 2.º riferite di sopra, di essere ciò[113] costume della Sede

106 quindeci *D*
107 son *D*
108 che *om. D*
109 Joanna *D*
110 ripugnanza *D*
111 col] con il *D*
112 ne *D*
113 cioè *D*

Apostolica riconoscere per Re quello che commanda nel Regno.

Hor come possono pretendere i Ministri /M: 41v/ del Re Cattolico non si prattichi hoggi dì in fauor[114] di Portogallo quello si pratticò allhora in fauore[115] di Castiglia? Anzi pure in fauor della Chiesa è necessario pratticarlo, Beatissimo Padre, che ne hà nel caso presente bisogno tanto maggiore, quanto più si è retardato à seguire il costume, al quale ricorreuano subito gli antichi Sommi Pontefici, et hà caggionato questa tardanza una serie si lacrimeuole[116] di mali, e di disordini.

E che l'ouuiare à simili inconuenienti sia l'unico motiuo di essersi stabilito nella Sede Apostolica questo costume ne fà ampia dichiaratione nel caso sudetto di Ferdinando il medesimo Sisto con Bolla espressa, nella quale referendone[117] un'altra promulgata da Pio 2.º nella Gionta di Mantoua, et in essa un Decreto del Concilio di Vienna, dichiarò congiontamente con essi, che non riceuesse pregiuditio alcuno, un Prencipe che pretendeua ad un[118] Regno dall'esser[119] riceuuti dalla Sede Apostolica gli Ambasciatori del suo Competitore, e trattato /M: 42r/ esso da Re, e che in qualsiuoglia maniera, che la Sede Apostolica ò in detto, ò in fatto tratti gl'uni, e gl'altri Prencipi, ò Ministri, non dà, ne leua cosa alcuna a qualsiuoglia di loro.

Il mió riceuimento non sarà, Beatissimo Padre[120], di pregiuditio alcuno alle pretonsioni del Re Cattolico, e sarebbe cosa troppo fuora di raggione, se[121] pretendessero i suoi Ministri fare una piaga si pregiuditiale alla Chiesa, et all'anime, per impedire un alto che non apporta nocumento alcuno alle loro ragioni.

Ponno ben ricordarsi in termini anco[122] più forti, che è stata sempre così gelosa la

114 favore *D*
115 favor *D*
116 lagrimevole *D*
117 riferendone *D*
118 un *om. D*
119 essere *D*
120 non sarà, Beatissimo Padre] Beatissimo Padre, non sarà *D*
121 se *om. D*
122 anche *D*

Santa Sede di prouedere in qualsiuoglia modo al bisogno dell' anime, che si è indolta altre uolte anche a riconoscere due de loro antichi Re di Castiglia, puramente intrusi nel Regno, come furono D. Enrico il bastardo, che ammazzò suo fratello il Re D. Pietro, per farsi Re, et il Re D. Sancio, che essendo restato tutore di suo /M: 42v/ nipote[123] l'infante D. Ferdinando, che chiamarono della[124] Cerda, herede del Regno, si solleuò contro di lui, e si pose nel throno dell' Infante, caso di cui è si uiua la memoria in Spagna, che li Duchi di Medina Celi descendenti[125] da[126] detto Infante, anco[127] hoggi dì nell' atto solenne del giuramento de Prencipi di Castiglia, protostano per le loro ragioni.

Ma perche trattener d'auuantaggio Vostra Beatitudine con allegare esempii di quello hà pratticato la Sede Apostolica in altre occorrenze, quando il riceuere gli Ambasciatori[128] del Serenissimo Re D. Giouanni mio Signore è punto non solo discusso, ma risoluto in Roma sin dal tempo d'Urbano 8.º di felice memoria, benche non per anco eseguito.

All' arriuo del Vescouo di Lamego in questa Corte, benche tanto nei principii della felice acclamatione di Sua Maestà, e nelle crudezze di una piaga, che non si era[129] pur anco[130] potuta maturare nell' animo dei Ministri del Re Cattolico, /M: 43r/ risolse quella grand' anima d'Urbano di riceuerlo, e trattarlo da Ambasciatore Regio[131], e ui è più d'uno de signori Cardinali che hoggidì uiuono, che ne potrebbero fare ampia fede, quando non fosse per altro cosa notoria. I disordini cagionati dal Marchese de los Veles, Ambasciatore Cattolico, e la guerra di Parma, che soprauenne[132], impedirono la risolutione, che Sua

123 nepote *D*
124 de la *D*
125 discendenti *D*
126 di *D*
127 anche *D*
128 gli Ambasciatori] l'Ambasciatore *D*
129 è *D*
130 pur anco *om. D*
131 Regio Ambasciatore *D*
132 sopravennero *D*

Santità n'hauea[133] presa per ouuiare à mali, che preuedeua ò[134] haurebbe[135] caggionato il rifiuto, e che pur troppo hà fatto prouare al Christianesimo la malignità dei tempi, che hanno[136] succeduto.

Hebbero in tanto largo campo di adoprarsi[137] le diligenze di Spagna, ma non poterono già impedire, che in una congregatione di Eminentissimi Cardinali deputata à questo effetto, non si risoluesse, che passati tre anni di possesso, fusse il Re mio Signore riconosciuto, e riceuuti in Roma li[138] suoi Ambasciatori. Fù uno de Cardinali della Congregatione il signore Cardinale Pamfilio, dipoi Papa Innocentio X.º, che fù particolarmente di questo parere. Insto appresso di lui il Re /M: 43v/ mio Signore passati più anni, che mettesse in esecutione essendo Pontefice quello hauea[139] risoluto già Cardinale. À queste instanze deputò Sua Santità una nuoua Congregatione sopra la materia, e fù di nuouo risposto da quelli Eminentissimi, nemine discrepante, che era Sua Beatitudine obligata in conscienza à riceuere l'Ambasciatore[140] di Portogallo, ma mosso il Pontefice da qualche rispetto politico[141], ordinò che[142] non si publicasse la risolutione in quanto ne daua parte alla Corte Cattolica. Dimostrò Monsignore Nuntio à quei Ministri le fortissime raggioni che obligauano Sua Santità in conscienza à non ostinarsi più in[143] una repulsa così pregiuditiale alla salute dell' anime. Et[144] è souerchio ridire i particolari delle conferenze si tennero in quella Corte[145] sopra questa materia, mentre non ui è chi l'ignori. Le risposte furono quali si poteuano presupporre, et il peggio è, che non sò da quai motiui,

133 haveva *D*
134 ò *om. D*
135 haverebbe *D*
136 han *D*
137 adoperarsi *D*
138 i *D*
139 haveva *D*
140 gl'Ambasciatori *D*
141 qualche rispetto politico] qualchi rispetti politici *D*
142 che *om. D*
143 ad *D*
144 et *om. M*
145 in quella Corte] la *D*

ò da quali[146] uincoli stretto, ò mosso /M: 44r/ il buon Pontefice, seguito in effetto il parere del Consiglio di Spagna, non della Congregatione de Cardinali. In Roma si hà da fare[147] Beatissimo Padre la risolutione, non da[148] Madrid, et aspettare da quella Corte risposte differenti è tempo perso. Il Re Cattolico è parte, non giudice[149], è giuditio questo commesso da Dio à Vostra Santità, et il dominio del regno si hà da decidere con l'armi in campagna, non nelle Diete, e nelle conferenze ne Gabbinetti.

È tempo Beatissimo Padre di mettere in esecutione quello hà sempre pratticato la Sede Apostolica in casi simili, e risoluto già nel presente. Richiede il Re mio Signore, e con esso i suoi Regni, che si compiaccia Vostra Santità di eseguire la sentenza già datta in fauor suo, e questo in ultima instanza, perche si appellammo da Urbano ad Innocentio, e da Innocentio al nuouo successore, da Alessandro VII, Beatissimo Padre, non ui è appellatione. Da chi speraremo giustitia, se non la trouassimo in Vostra Santità doppo 15[150] anni /M: 44v/ passati, nel principio di un Pontificato, che piacerà a Dio far durare longissimi anni per augumento[151] di Santa Chiesa, e da un Papa, che il mondo canonizza per retto, e uero immitatore degli antichi Pontefici. In Vostra Beatitudine, e nel caso presente si terminano, e[152] rinchiudano le speranze di un Regno deuotissimo sempre alla Sede Apostolica, e son sicuro offenderei notabilmente l'integrità, e rettitudine della Santità Vostra, se dubitassi, che ella lo uolesse esporre à estremità si pericolose, non considerando le graui conseguenze di questo fatto, e lo scandolo molto più graue del passati, riceuerebbe il mondo, se mi uedesse uscire da questa Corte senza giustitia.

Ingiuria mi pare[153], che facciano à questa Santa Sede i Ministri Cattolici,

146 quai *D*
147 far *D*
148 a *D*
149 no giudice] e non è giudice *D*
150 quindeci *D*
151 aumento *D*
152 si *add. D*
153 par *D*

dimandando che Vostra Santità non riceua in Roma gli Ambasciatori[154] di Portogallo. Già, come si è detto, hanno dichiarato sempre i Sommi Pontefici, et il /M: 45r/ Concilio di Vienna con essi, che riceuendo Ambasciatori[155] in simili occorrenze, intendono non pregiudicare in modo alcuno alle ragioni de Prencipi oppositori di quelli, che possedono i[156] Stati. Hor come ponno senza ingiuria pretendere, che Vostra Santità non riceua quelli del Re mio Signore correndole obbligatione si precisa[157], come Pastore Uniuersale, di riceuer[158] gli atti d'obbedienza di tutti i Fedeli, e di[159] rimediare alle loro necessità, mentre non è loro questo atto di pregiuditio alcuno. Ma quando anco[160] questo non fosse, tengono per uentura Vostra Santità per[161] meno Prencipe in Roma di quello lo siano nei loro stati tant' altri in Europa, nelle Corti de quali si uedono doppo tant'anni Ambasciatori di Spagna e del Re mio Signore senza ui sia successo il minore disordine? Sarà priuilegio solo del Settentrione godere una piena libertà d'ammettere ognuno, e non uorrano più, che Roma sia una Patria commune? Non lo temo io Beatissimo Padre /M: 45v/ sotto un Prencipe così augusto come Vostra Santità. Con raggione senza comparatione maggiore deuono essere aperti ad ogniuno gl'aditi di una Città, che sempre è[162] stata capo del mondo più, che non lo sono quelli di Munster, di Olanda[163], della Suetia, e dell' Inghilterra, e tocca à Roma dar[164] legge, non à riceuerla.

Panici furono i timori, che concepirono alcuni delle conseguenze del dispiacere poteua riceuere la Corte di Spagna nell' adempimento delle douute sodisfattioni[165] al Re mio Signore. È molto Cattolica, Beatissimo Padre, e molto santa la casa d'Austria, e molto

154 gli Ambasciatori] Ambasciatore *D*
155 Ambasciatore *D*
156 li *D*
157 si precisa *om. M*
158 ricevere *D*
159 di *om. D*
160 anche *D*
161 per *om. D*
162 sempre è/ è sempre *D*
163 di Olanda/ dell'Hollanda *D*
164 la *add. D*
165 douute sodisfattioni] sodisfattioni dovute *D*

pia[166], per imaginarsi possa ella mai trauiare dalla purità de suoi principii, e dal rispetto douuto alla Sede Apostolica per qualsiuoglia occasione, tanto più per una causa si ingiusta. Ne hanno[167] mostrato ben si i Ministri qualche amarezza, ma alla uoce di un degno Vicario di Christo e i uenti, et il mare obediranno. Ben è /M: 46r/ noto alla Santità Vostra ciò che rispose quel gran Pontefice Sisto V[168] al Conte d'Oliuares Ambasciatore Cattolico, quando per parte del suo Re li ricordò, che l'hauea[169] fatto far Papa. Con più raggione può Vostra Santità rispondere à Prencipi, che lo lascino esser Papa, quando nessuno si può uantare d'hauerlo fatto, e deue solo il mondo questa gran[170] felicità, al braccio onnipotente del[171] Dio. Ma dato, e non concesso, che si potesse temere, che la Corte di Spagna trascorresse à mostrar qualche resentimento[172] di questo fatto, per[173] qualsiuoglia tempesta, che si leui, non può il uero giudice lasciare di far giustitia, non può il Pastore Apostolico abbandonare la cura dell' anime, et inseparabile è dal suo carico l'obbligatione imposta da Christo di mettere, quando bisognasse: Animam suam pro ouibus suis.

Ben differenti sono le massime, che uorrebero si pratticassero in Roma di quelle hanno pratticato eglino stessi in questi /M: 46v/ ultimi tempi. Tagliò un Parlamento, contro tutte le leggi diuine, et humane, la testa al suo legitimo Re, et al miglior[174] Re, ch'habbino hauuto[175] quei Regni da che ne fù smarrita[176] la uera credenza, e passarno[177] pochi giorni che il Re Cattolico con esempio pernicioso riconobbe per mezzo del suo Ambasciatore quel Parlamento per Padrone della Gran Bretagna, approuando più, che tàcitamente attione

166 e molto santa la casa d'Austria, e molto pia] e molto pia, e molto santa la Casa d'Austria *D*
167 N'han *D*
168 Sisto V *om. M*
169 aveva *D*
170 grande *D*
171 di *D*
172 risentimento *D*
173 per *om. D*
174 migliore *D*
175 havuti *D* hauto *M*
176 sbandita *D*
177 passarono *D*

così sacrilega, e che tiraua seco conseguenze si grandi per tutte le case[178] reali, e per tutti li Stati.

Alcuni anni dopoi scacciò Cromuele[179] quel Parlamento, s'impadroni delli Regni, e se ne intitolò Protettore, et hebbe appena[180] ciò fatto, che il medesimo Re Cattolico per mezzo del' istesso Ambasciatore fù il primo a riconoscerlo, non solo per Protettore, ma per Monarca de più potenti della Terra obligando con l'esempio in quelle congiunture gli altri Prencipi à riconoscere quella nuoua potenza. /M: 47r/ E pure facile è il uedere, che quando una di queste[181] attioni fosse stata giustificata, non lo poteuano essere tutte due, perche se il Parlamento hauea[182] la legitima autorità del gouerno, e procedè bene in tagliare la testa al suo Re, come poteua poi il Re Cattolico riconoscere per legitima l'attione di Cromuel, che disciolse, e scacciò il Parlamento? Non dimeno questo è l'istesso Re, che uorrebbe, che Vostra Santità non riconoscesse un Re[183] legitimo per discendenza, e per acclamatione, che hà più di quindici[184] anni di possesso, et è riconosciuto, et approuato da tutti i Prencipi independenti di Casa d'Austria, quando in nessuno deue esser maggiore l'independenza, che nel Sommo Pontefice.

Hanno i castigliani impedito sin hora la Santa Sede di trattare con i Ministri del Re mio Signore, e tra tanto in più di una occasione hanno trattato eglino medesimi: con essi noi, si pongano di gratia al petto la mano[185], e uedano /M: 47v/ se si ricordano, che stando io in Olanda mandò il loro Ambasciatore à trattar meco per agiustare il modo di uenire ad una compositione tra li due Regni[186]. Non sono[187] più di 3 anni, che hauendo io fatto un

178 teste *D*
179 Cromuel *D*
180 hebbe appena/ apena hebbe *D*
181 due *add. D*
182 haveva *D*
183 Re *om. M*
184 quindeci *D*
185 al petto la mano] la mano al petto *D*
186 Re *D*
187 son *D*

uiaggio da[188] Francia à Portogallo, comparue in Lisbona un Castigliano mandato da Madrid a trattare con i Ministri del Re mio Signore di dar qualche fine alla guerra, e fù sentito da Commissarii deputati da Sua Maestà à quest' effetto. Appena sono[189] otto mesi, che la prattica di una tregua offerta da Sua Maestà Cattolica al Re mio Signore per tale tempo, che desiderasse Portogallo, fù maneggiata con tanta caldezza dalli Ministri[190] Generali delle frontiere, dall' Arciuescouo di Sant'Iago, e dalli Vescoui di Badayos[191], e Ciudad Rodrigo, che ne concepirono altri Prencipi non mediocre gelosia.

Non è di questo luogo il discorrere, se facesse il consiglio di Spagna queste aperture, /M: 48r/ e queste instanze di buona, ò mala fede. Punto, che ha datto a molti larga materia di discorso, benche a giudicarne conforme la raggione, e la necessità de tempi piu necessaria è loro la pace con noi, di quello lo sia di presenti a noi stessi, già che il Re Cattolico hà sù le braccia nemici[192] molto potenti, e noi habbiamo amici con egual[193] potere, che trattano di stringere con noi tutta uia più i uincoli d'amicitia per ottenere da essi unitamente con noi partiti auantaggiosi nella pace generale.

Deuo solo mostrare à Vostra Beatitudine, che non può la Santità Vostra ottenere una pace, che dia riposo al Christianesimo, se non cessa la guerra tra Spagna, e Portogallo, e che per ottenersi una pace tra il Re mio Signore, el il Cattolico, è necessario sia riceuuto da Vostra Beatitudine l'Ambasciatore della Maestà del Re mio Signore[194]. Spero, Beatissimo Padre, che haurà[195] sempre à uenerar la mia Patria Vostra Santità /M: 48v/ per singolar[196] benefattore, e dourà[197] al zelo di Vostra Beatitudine lo ristabilimento, non solo del Sacerdotio, e de più augusti Misterii, ma l'apertura del Tempio della Pace, per dedicarui

188 di *D*
189 son *D*
190 Ministri *om. D*
191 Badajos *D*
192 inimici *D*
193 ugual *D*
194 del Re mio Signore] del mio Re *D*
195 haverà *D*
196 singolare *D*
197 doverá *D*

una statua all' immortalità del di lei merito, e tramandare à posteri l'osseruanza del nome degli Alessandri.

Ad Alessandro 3.º deue la confermatione del titolo, e della Corona Reale nella persona del glorioso, e Santo Re D.[198] Alfonso Henriquez[199], primo tra li Prencipi di Portogallo, che regnasse in quel paese.

Alessandro 6.º fù quello, che accordò nella diuisione de mari il Re[200] D. Ferdinando il Cattolico, et il Re D.[201] Emanuele di Portogallo di sempre augusta memoria, con gettar quella linea, che chiamarono imaginaria.

Toccarà[202], se piace à Dio, ad Alessandro VII nella pace generale la diuisione delle terre, e l'unione de cuori di due Prencipi Cattolici /M: 49r/ uicini, parenti, e benemeriti della Sede Apostolica, così per la pietà loro propria, come per quella che rappresentano de loro gloriosi progenitori. Sarà questo, Beatissimo Padre, non solo dar Vostra Santità al Christianesimo una pace generale[203], ma gettar[204] per la di lei durata i più solidi fondamenti, che si possano sciegliere.

Son ridotti per i nostri peccati i Prencipi Cattolici à molti pochi, potentissimi sono gli infedeli, et heretici. È tempo hormai di aprir gli occhi, e di unire le forze per impedire la rouina del Christianesimo inuestito da tutte le parti dal Turco, dal Suezzese, e dall' Inglese. Questi potenti tutti di tesori, e di forze hanno[205] concepiti disegni non ordinarii contro la fede Cattolica, la memoria delle uittorie suezzesi in Alemagna hanno[206] inuitato hoggi dì quel nuouo Re à continuarle in Polonia. Piangono i Cattolici, e piangeranno[207] sempre più

198 Dom *D*
199 Henriques *D*
200 grande *D*
201 et il Re D.] e Dom *D*
202 Toccherà *D*
203 universale *D*
204 gettare *D*
205 han *D*
206 ha *D*
207 piangeran *D*

con lacrime[208] /M: 49v/ di sangue le rouine[209] di quel miserabil Regno, quando toccaranno[210] con mano le conseguenze di si grande conquista, e l'animo del Vincitore sitibondo di continuarle altroue, e sempre à danni della Chiesa.

In difesa di questa Sede Santa[211], e della Chiesa Cattolica, douunque il bisogno lo porti, hò ordine d'offerire a Vostra Santità in nome del Re mio Signore tutte le sue forze così di terra, come di mare, e ciò più di cuore, che con la bocca, per impiegarle à cenni di Vostra Santità quando egli resti libero dall' impegno, in che l'esercita la querela, che hà contro di lui il Re Cattolico.

Di questa piaga Vostra Santità sola può essere il Medico. Tocca al Sommo Pontefice ex officio, come Padre commune di[212] curarla, e lo può sopra gli altri Vostra Santità per la confidenza totale, che hà tutto il mondo nella sua rettitudine, e per la singolar prudenza, di cui è dotata da Dio. Non u'è altro Mediatore, che ne sia /M: 50r/ capace, ne mai le parti sole potranno aggiustare tra di loro cosa, che uaglia senza l'interuentione d'un terzo di tale stima, et autorità, che possa rendersi, come sarà[213] della buona fede de trattati, che si faranno.

Ma come potrà la Santità Vostra terminare queste differenze, et essere arbitro di questa causa, se non riceue appresso di se un'Ambasciatore di Sua Maestà, con chi possa trattare, e non assiste reciprocamente appresso il Re mio Signore un Nuntio di Vostra Santità. I negotii è impossibile conchiuderli senza trattarli, ne si ponno trattare, che con quelle persone, che ne hanno poteri sufficienti, e sono a quest' effetto commessi dai loro Prencipi.

Dunque à questo effetto è anche necessario, che Vostra Santità me di modo di

208 lagrime *D*
209 ruine *D*
210 tocheranno *D*
211 Sede Santa] Santa Sede *D*
212 il *D*
213 sicurtà *D*

potere[214] assistere appresso la sua persona con riceuermi Ambasciatore del mio Re[215], ne più difficile sarà la proua dell' altro ponto, che non possa, cioè, Vostra Beatitudine, /M: 50v/ ottenere una pace, che dia riposo al Christianesimo, se non ui è compreso il Re mio Signore, e non cessa la guerra tra Spagna, e Francia[216], e Portogallo.

Ben sò, Beatissimo Padre, che era linguaggio del predecessore di Vostra Santità, che sendo[217] necessaria la pace tra le due corone di Spagna, e Francia[218] per dare quiete alla Christianità, non douea[219] lasciarsi di fare anche con l'esclusione di Portogallo, e ch'era minor inconueniente, che ne patisse un solo membro, come è quello regno, che tutto il corpo. Questa opinione, Beatissimo Padre, salua pace[220] dell' autore, non solo è contraria alla pietà Christiana, ma l'è parimente alla più fina politica humana, e dirò d'auuantaggio, che è più contraria al bene della Monarchia di Spagna, che quanto le possa succedere di dannoso, e tutto lo conosce ella medesima, che da questo solo principio hanno hauuto[221] origine[222] le propositioni, che /M: 51r/ più uolte ci hà fatto, et i progetti d'accordo che ella hà gettato.

Membro ben lontano dal centro[223] della Monarchia erano i Paesi bassi, e sette di quelle Prouincie unite, non solo sostennero la guerra ottanta anni contro i[224] potenti Monarchi Filippi 2.º, 3.º, e 4°, ma furono l'origine di quanti mali hà patito quella Monarchia. Riceuettero nel principio assistenze d'Inghilterra, entrò subito Francia nel gioco di[225] qualche tempo in secreto, e poi in publico, e nacque alla fine dà questo principio la rottura tra le due Corone, Nell' anno 1634 mandarono i Stati delle Prouincie un

214 poter *D*
215 del mio Re *om. M*
216 e Francia *om. D*
217 essendo *D*
218 di Spagna, e Francia] di Francia e Spagna *D*
219 doveva *D*
220 salua pace] salua la pace *M*
221 hauto *M*
222 ~~opinione~~ origine *M*
223 dal centro *om. M*
224 tre *add. D*
225 di *om. D*

Ambasciatore straordinario in Francia[226] à dichiararsi, che se non rompeua il Re Christianissimo la guerra à Spagna, haurebbono[227] essi fatta la loro[228] pace. Si ruppe nel seguente anno dell' 35, e sono 20 anni, che dura.

Non furono sole la Francia, e l'Inghilterra /M: 51v/ nell' assistere agli Olandesi; altri Prencipi, e qualcuna[229] delle Repubbliche meglio gouernate d'Europa fecero lo stesso, e lo faranno sempre, quando una delle due potenze[230] eccederà nel peso della bilancia, che tutti uogliano[231] sia eguale[232]. Una guerra così poco necessaria alla Corona di Spagna, come fù quella di Mantoua, pose tutta l'Italia in pericolo, e rouinò l'Imperio, perche restando disarmato l'Imperatore diede occasione al Re di Suetia di entrare con sette mila huomini solamente in Alemagna, doue unito con i Prencipi protestanti hebbe in pochi mesi un essercito di sessanta[233] mila combattenti. Lo stato, à che fù ridotto l'Imperio nessuno lo sà meglio di Vostra Santità che l'hà uisto, ne bastò la morte di quel Re per fare cessar le uittorie, e le rouine, che furono causa di quella pace così indecente, che si celebrò con tanta repugnanza della Sede /M: 52r/ Apostolica, e della persona di Vostra Santità. Hora, Beatissimo Padre, se un membro così lontano dal corpo della Monarchia di Spagna, come i Paesi bassi, l'ulcerò tutta, e se un'altro membro alieno, che solo una politica erronea uolse far proprio, pose in pericolo, come hò detto, tutta l'Italia, e rouinò l'Imperio, che rouine, che desolationi, e che miserie non uengono minacciate al corpo della Monarchia, se finite le altre guerre, si uanno tutte à giontare in Spagna? Bell' auuanzo haurà[234] fatto il Re Cattolico, se finite le guerre di fuora, se le chiamarà tutte in casa. Possiede, Dio mercè[235], il Re mio Signore amplissimi stati, che le somministrano abbondantemente ricchezze, per

226 in Francia *om. M*
227 hauerebbero *D*
228 loro *om. M*
229 qualcheduna *D*
230 francesa ò spagnuola *add. D*
231 voglino *D*
232 uguale *D*
233 settanta *D*
234 haverà *D*
235 Dio mercè] merce di Dio *D*

sostenere non solo, ma per portare in casa d'altri la guerra. Non mancono al Regno ne forze, ne risolutioni[236], ne cuore per diffendere la libertà. Sono /M: 52v/ i popoli naturalmente guerriere, e restano hora esercitati alla guerra. L'antica auuersione delle due nationi, et il gran successo de nostri tempi, fà stimare ad ognuno per propria la querela dello stato, e non è frutto più di stagione l'hauer il cuore castigliano in Portogallo. La giustitia del Re mio Signore ne ha sradicate le piante col rigore del douuto castigo, ne cospirano ad altro i portoghesi hoggidì, che alla conseruatione del loro Prencipe, et ad una ostinata et esemplare difesa in caso di attaco. Ma quando fosse disuguale la partita, et il torrente delle forze della Monarchia Spagnuola uenisse à cascare sopra di noi, non ci assisterà per uentura la Francia in publico, et in secreto, e con danari e con gente? Chi ne può dubitare? Hà sempre mostrato[237] l'esperienza che le due Corone di Francia, e Spagna non hanno /M: 53r/ mai mancato di assistere gli inimici una dell' altra. Sarebbe in questo caso mutata la sede della guerra, ma non fatta la pace tra il Christianissimo, et il Cattolico. Tante sono[238] le conseguenze che risultano à Francia dal mantenersi separati dalla Corona di Spagna i Regni di Portogallo, che non risparmiarebbe quella impiego di forze, ne di danari per impedirne l'unione, e non sarebbe poco diuersiuo all' humori torbidi della Francia mandarli in Portogallo à far la guerra. Correrebbero da tutte le parti d'Europa ad arrolarsi i soldati sotto l'insegne del Re mio Signore, che non è riputato per pouero, e fuora quelle di Francia, ci mancarebbero[239] per auuentura[240] in caso di bisogno l'armi ausiliari del Settentrione? Lascio li suezzesi et ollandesi, benche prouino questi ultimi per esperienza, quanto è loro /M: 53v/ nociua la pace, che hanno[241] fatta con Spagna. Forse[242] si farebbe pregare il Prottetore d'Inghilterra, che è àndato a cercare li spagnuoli sino all' India, se hauesse si grande porta aperta, e si uicina? Sarebbe non hà dubbio, una gran miseria, ma

236 risolutione *D*
237 sempre mostrato] mostrato sempre *D*
238 son *D*
239 mancherebbero *D*
240 ventura *D*
241 han *D*
242 Forsi *M*

chi non sà che la difesa è de iure naturae, e che per saluare il corpo si danno tal uolta de tagli à tutti i membri. Deplorabile è ancora la memoria del capriccio del Conte Giuliano di Casliglia, che fece entrare i Mori in Spagna, e sà la Christianità quanto ne hà pianto. Che sarebbe, che Dio ne liberi, se l'estrema necessità di saluare li beni, l'honore, e figli, e la propria uita, riducesse in tale disperatione quei popoli, che li facessero entrare[243] in Portogallo? Permetta Iddio, Beatissimo Padre, che non si ueda ne tempi nostri catastrofe si lacrimeuole[244], che pur troppo è pieno di tragedie il nostro secolo, ma certo è, che sarebbe /M: 54r/ la pace Universale[245] nel nome, non negli effetti, se si facesse all' esclusione di Portogallo, e sarebbe in essenza una guerra uniuersale, che diretta, ò indirettamente desolarebbe la Christianità. Una buona pace con Portogallo è necessaria alla quiete di Spagna, e non sò uedere perche non sia pratticabile. Non faccia Beatissimo Padre difficoltà la uolgare opinione di quelli, che stimano troppo fresca la piaga di Portogallo, e che dolga molto à spagnuoli che se le tocchi. Ben fresca era ancor[246] quella delle sette Prouincie ribellate, quando nella pace di Veruins non uolse Enrico 4.º Re di Francia cominciare i trattali, se Filippo II non daua passaporti all' Ambasciatori dei Stati, perche si potessero trouar con sicurezza al congresso, come li diede in effetto, benche non se ne uolsero i Stati ualere giudicando, che loro conueniua più la /M: 54v/ continuatione della guerra, che una tregua, ò pace con Spagna. Quest' esempio, Beatissimo Padre, tanto più è[247] in nostro fauore, qnanto non ui è comparatione alcuna tra un caso, e l'altro. I Paesi bassi erano patrimonio hereditario di Filippo 2.º, e li possedeua con titolo il più giustificato, che possa essere, come preuenutoli, non con forza d'armi, ma per legitima successione da Padre à figlio; con tutto ciò in quel tempo pochi anni doppo la ribelione, uolse il Re Cattolico entrare[248] in trattato con essi loro, e nel 1609 fece con essi una tregua

243 entrar *D*
244 lagrimevole *D*
245 generale *D*
246 ancora *D*
247 tanto più è] è tanto più *D*
248 entrar *D*

Filippo 3.º suo figlio. Staua allhora la Monarchia di Spagna nell' auge della sua grandezza, hauendo uniti a tanti Regni, che possedeua[249], quelli anco[250] di Portogallo, e la raggione che hebbe quel potentissimo, e prudente Monarca di uoler[251] ammettere al trattato gli olandesi, e di entrar con la Francia in una pace cosi suantaggiosa, /M: 55r/ che restituì al Re Christianissimo un'infinità di piazze, fù la consideratione che hebbe di trouarsi uecchio, e[252] con un figlio unico, che hauea[253] poca inclinatione alla guerra, e uolse lasciarle pacifica l'heredità.

Corrono al contrario con noi raggioni molto differenti. Il Regno di Portogallo è sempre stato separato da quel di Castiglia, da questi ultimi tempi in fuora; la giustitia del Re mio Signore è più chiara che il sole, e quando li spagnuoli non uogliano confessare, che sia tale[254], non ponno almeno essi negare, che anche i loro amici hanno[255] sempre stimata la loro dubiosa, e più da fondarsi nella forza dell' armi, che delle ragioni, come scrisse Marc' Antonio Borghese à Filippo 2.º inuitandolo ad accompagnare con 20 mila huomini il Consulto, che hauea[256] fatto in fauor suo. E ui sono molte raggioni, che cohonestano l'entrar egli in trattato col Re /M: 55v/ mio Signore, massime hauendo fatto l'istesso Re Filippo al presente regnante la pace con gli Olandesi, col spogliarsi del dominio di sette Prouincie, che erano suo patrimonio, e riconoscendone in primo articolo li Stali Generali per Signori sourani.

La consideratione del[257] suo Auo rispetto al figlio poco bellicoso, quanto più corre nel nipote, che si troua solo con due figlie, e quando Nostro Signore gli[258] faccia gratia di

249 che possedeua *om. D*
250 anche *D*
251 uoler *om. D*
252 e *om. M*
253 haveva *D*
254 confessare, che sia tale] confessarla tale *D*
255 han *D*
256 haveva *D*
257 di *D*
258 le *D*

un maschio, come spera, le uiene in[259] età di cinquanta anni, hanno che passar molto Padre, e figlio, prima che sia questi in stato di poter gouernare, e l'incertezza della uita ne fà soggiacere a gran uarietà di accidenti. Se morisse il Padre lasciando il figlio in età tenera, à che pericoli non l'espone[260] con una guerra così uicina, essendo il successore di Portogallo parente in grado molto prossimo dei maggiori, e più potenti Signori di Spagna. /M: 56r/ E se non dà Dio benedetto un'herede maschio alla Corona Cattolica, che può aspettare da questa guerra la Spagna appoggiata à due femine, e queste figlie di differenti Madri? Sono[261] note queste raggioni al Re Cattolico, ma rappresentate dal paterno affetto di Vostra Santità saranno di peso maggiore, et haueranno[262] forza di Oracolo.

Già resta disoccupato il Re mio Signore dalla guerra degli Olandesi, che há discacciati[263] non solo dal Regno di Angola, e da Maragnon[264], ma anco[265] da tutto il Brasile. Ben si è uisto, dal modo di guerra che hà falta Sua Maestà, che il suo fine non era di mettere il fuoco in Spagna, e rouinare il Cattolico. Si contentó di hauer dilatato i suoi confini, assicurandosi quanto bastasse dall' inuasioni de casligliani, e si uoltò con tutte le sue forze contro gli heretici, che haueuano occupata parte si nobile, e si grande delle sue conquiste. Fece gloriosamente l'impresa di /M: 56v/ Pernambuco, e de Recife[266], con che rimandò in Olanda le reliquie di quella gente, e dell' heresia, della quale, Dio mercede, è purgato tutto il Brasile.

Suo desiderio è, Beatissimo Padre, impiegarsi più contro i nemici della Chiesa, che continuare la guerra à Cattolici. Piange tulla la Christianità minacciata da nemici così potenti, e sospira una buona pace. Vostra Santità uede, quanto per farla buona sia

259 nell' *D*
260 ~~si~~ l'espone
261 son *D*
262 haveran *D*
263 scacciati *D*
264 Maranhao *D*
265 anche *D*
266 Rexife *M*

necessario includerui Portogallo, e che per arriuare a questo fine, non u'è altro mezzo, che di riconoscere, e trattare Vostra Santità col Re mio Signore riceuendo i suoi Ambasciatori, come per tanti altri capi, e si importanti ne corre à Vostra Beatitudine l'obligalione.

Non è più tempo di parlare di mezzi termini; le propositioni, de quali l'esperienza di quindici anni hà rese inutili. È questo un punto unico, et indiuisibile, /M: 57r/ ne può in modo alcuno il Re mio Signore cedere ad[267] un minimo punto de deritti della sua Corona Reale, come quello che sà molto bene, che non lo può in conscienza, essendo i Re amministratori, e depositarii, non padroni, e signori delle prerogatiue dei Regni, da quali sono essi inalienabili.

Tenga però Vostra Santità per infallibile, che non sarà meno zelante il Re mio Signore in segnalare la sua pietà nell' ossequio di Santa Chiesa, e nel rispetto particolare alla persona di Vostra Beatitudine di quello le sia[268] in conseruare le sue reali prerogatiue. Posso dire con uerità, che non ui è Prencipe in Europa, che al pari di lui si rallegrasse dell' eroica attione del Sacro Collegio in promouere[269] Vostra Beatitudine al Pontificato, quando è cosa certa, che ne riceuettero tutti un sommo contento. Desidera Sua Maestà che la Santità Vostra lo riceua per figlio, e sono[270] /M: 57v/ sicuro, che darà tali proue del suo amore à questa Santa Sede, che meritarà dal paterno affetto di Vostra Beatitudine di essere accarezzato come il più diletto, e come il Beniamin della Chiesa.

Consoli Vostra Beatitudine l'humilissime[271] preghiere di un Re così[272] pio, e di un Regno, che sempre è stato così[273] benemerito della Sede Apostolica. Apra Vostra Santità le braccia ad un Prencipe, che apre con ogni candore à Vostra Beatitudine il suo[274] cuore, e che tanto confida nella rettitudine, et affetto di quello di Papa Alessandro, che si getta à

267 a *D*
268 le sia] lo è *D*
269 promuovere *D*
270 son *D*
271 humilissime *om. M*
272 si *D*
273 tanto *D*
274 suo *om. M*

suoi piedi, a lui immediatamente ricorre, e[275] stima inutile sotto un Pontificato così[276] augusto l'opera de più grand' Auuocati, e intercessori.

Sarà sempre celebre nei fasti Romani quel giorno in cui si è uista riceuuta da Vostra Beatitudine quella grande Regina, che lasciando nel Settentrione à costo di un Regno le tenebre dell' heresia, hà illustrato non meno il suo nome, che il nostro secolo. /M: 58r/ Riceua hora Vostra Santità un Re, che manda dall' Occidente a render obedienza à questa Santa Sede Apostolica, ne tratta, che di conseruare la purità della uera fede nell' ampiezza di quei stati, che lo riconoscono per Padrone nelle quattro parti del mondo, e mi assicuro sarà quel giorno ben gratto à tutta Roma.

Lo tengo, Beatissimo Padre, per infallibile, ne mi resta hora che a supplicare humilmente Vostra Beatitudine à degnarsi di compatire, se l'importanza di materia si graue mi hà fatto forsi[277] trascorrere à rappresentarglila[278] con souerchia libertà, assicurandosi ch'è proceduta dal buon zelo di un animo, che è, e sarà sempre deuotissimo, et ossequiosissimo à Vostra Beatitudine.

Fine[279]

275 i *D*
276 si *D*
277 forse *D*
278 rappresentarla *D*
279 Fine *om. D*

Corpus II

Archiepiscopatus et Episcopatus Regni Portugalliae

C: Chigi R. I 4 – 256-265

/C: 256r/ Status Prior

Archiepiscopatus et Episcopatus Regni Portugalliae

Bracharensis Metropolis, cui subsunt Ecclesiae

Portugallensis

Visensis

Egitaniensis

Lamacensis

Mirandensis
Leriensis[1] } Isti duo Episcopatus erecti per Paulum III.m

Vlixbonensis Metropolis

Colimbriensis

Portalegrensis Episcopatus institutus a Paulo III.º

Septensis, et Tingensis in Africa uniti

Funchalensis

Agrensis

Congensis als. S.ti Saluatoris, et Angola in Regno Congi in Africa.

S.ti Iacobi Capitis uiridis in mari Atlantico.

S.ti Thomae in Africa sub linea aequinoctiali

1 Lecien*sis C*

Brasiliensis, als. S.ti Saluatoris in Prouincia Brasiliensi.

Elborensis Metropolis

Siluensis, et Faraonensis Uniti

Eluensis

Tingensis unitus cum Septensis, ut supra in Prouincia Ulixbonensi.

Goanae Metropolis in Indiis Orientalibus erecta in Archiepiscopatum a Paulo III.º

Malacanae

Cochinensis

/C: 256v/ Hadrianus P.P. Sextus concessit Iuspatronatus Ecclesiarum in Hispaniis Imperatori Carolo V.º.

Clemens P.P. VII.us

Et Paulus P.P. III.us dictum Iuspatronatus confirmarunt.

/C: 257r/ Prouisiones Ecclesiarum Prouinciae Bracharensis

ab anno 1540, usque ad annum 1609.

Bracarensis 1540 simpliciter die 24 Septembris

6.ª Februarii 1542 ad supplicationem Regis Portugalliae

22 Maii 1545 ad supplicationem

23 Maii 1550 simpliciter

27 Ianuarii 1559 ad supplicationem

Sub Rege Philippo

13 Iunii 1588 ad supplicationem

40 ……[2] 1609 ad supplicationem

Portugallensis

15 Nouembris 1536 ad supplicationem Regis

12 Augusti 1553 ad supplicationem Regis

12 Augusti 1573 ad supplicationem Regis

45 13 Nouembris 1579 ad supplicationem Regis

Sub Rege Philippo

20 Octobris 1581 ad supplicationem Regis

26 Iulii 1602 ad supplicationem Regis

Visentis

50 27 Iunii 1555
23 Iulii 1568
4 Iulii 1578 } ad supplicationem Regis

Sub Rege Philippo

21 Martii 1586
55 20 Augusti 1594
7 Februarii 1599 } ad supplicationem Regis

9 Decembris 1609 ad praesentationem

/C: 257v/ In sequentibus prouisionibus magna confusio

2 *sic C*

Egitaniensis

23 Martii 1556 ad supplicationem Regis

Sub Rege Philippo

20 Augusti 1594 ad supplicationem Regis

……[3] 1609 ad praesentationem Regis

Lamacensis

24 Septembris 1540 simpliciter

22 Aprilis 1551 ad supplicationem Regis

28 Februarii 1575 ad supplicationem Regis

13 Nouembris 1579 ad supplicationem

Mirandensis

5 Aprilis 1560 ad supplicationem Regis

2 Nouembris 1679 ad supplicationem

Sub Clemente P.P. VIII.º

4 Iulii 1597 ad supplicationem

Leriensis[4]

Iurispatronatus 20 Decembris 1557 ad praesentationem, quia Iurispatronatus

27 Nouembris 1579 ad praesentationem

3 Iunii 1503 ad praesentationem

……[5] 1604 ad praesentationem

3 *sic C*
4 Lecien*sis C*
5 *sic C*

/C: 258r/ Prouisiones Ecclesiarum Prouinciae Ulixbonensis ab anno 1540

Ulixbonensis Metropolis

1540 24 Septembris
1564 21 Iunii
1569 14 Nouembris
} Ad supplicationem Regis

Sub Rege Philippo

1586 26 Februarii ad supplicationem Regis

Colimbriensis

15 Nouembris 1536
16 Decembris 1573
27 Nouembris 1579
} Ad supplicationem Regis

Sub Rege Philippo

3 Iunii 1585 ad supplicationem

Portalegrensis

Cum reseruatione Iurispatronatus

5 Aprilis 1560 ad nominationem

Sub Rege Philippo

3 Iunii 1595 ad supplicationem Regis

Septensis, et Tingensis

Ecclesia Tingensis 24 Nouembris 1540 ad supplicationem

15 Decembris 1557 ad praesentationem Regis, quia Iuspatronatus

30 Octobris 1581 ad praesentationem

Ecclesia Septensis 1534 4.ª Martii enunciatur Iurispatronatus Regis Portugalliae ad praesentationem Ioannis Regis

14 Ianuarii 1577 ambae ecclesiae ad praesentationem

/C: 258v/ Sub Rege Philippo

XI Martii 1598 ad praesentationem Regis

27 Augusti 1603 ad supplicationem

24 Ianuarii 1601 ad praesentationem

Funchalensis

Iurispatronatus

1556 9 Martii sub Paulo P.P. IIII.º ad praesentationem Regis quia Iurispatronatus

1568 14 Nouembris
1573 22 Aprilis
1610 27 Ianuarii
} Ad praesentationem

Angrensis

Iurispatronatus

1567 25 Octobris
1569 15 Octobris
1578 4 Iulii
1598 7 Ianuarii
} Ad praesentationem

Congensis
Brasiliensis } Istae duae Ecclesiae reperiuntur expeditae sub denominatione S.ti Saluatoris, ideo non potuit haberi certa distinctio, ideoque confunduntur.

1540 24 Septembris ad praesentationem Regis, uti de Iurepatronatus.

1596 20 Martii Clemens P.P. VIII.s erexit Ecclesiam S.ti Saluatoris cum reseruatione Iurispatronatus Regum Portugalliae.

25 Decembris 1609 S.ti Saluatoris de Congo, et Angola ad praesentationem Regis.

23 Septembris 1602 Brasiliensis ad praesentationem Regis.

19 Iulii 1604 S.ti Saluatoris, ad praesentationem Regis.

Non potuit haberi relatio dilucidior.

/C: 259r/ Prouisiones Ecclesiarum Prouinciae Elborensis ab anno 1540

Elborensis Metropolis.

1540 die 24 Septembris ad supplicationem Regis.

1564 21 Iunii ad supplicationem.

1574 15 Decembris ad supplicationem Regis Sebastiani

Sub Rege Philippo

1602 27 Nouembris ad nominationem

1619 p.ª Martii ad praesentationem.

Siluensis, et Faraonensis

1564 21 Iunii ad supplicationem

Sub Rege Philippo

1581 5 Iunii
1583 3 Iunii } ad supplicationem
1589 30 Augusti

Eluensis

1591 20 Nouembris ad praesentationem Philippi Regis.

/C: 260r/ Prouinciae Goanae[6]

Goanae hodie Metropolis

1537 XI Aprilis, uti episcopatus, ad praesentationem Regis.

4.ª Ianuarii 1558, a Paulo P.P. IIII.º erecta in Metropolim, et Cathedrales Malachensis, et Cochinensis in episcopatus, cum reseruatione Iurispatronatus Regibus Portugalliae.

Iurispatronatus

13 Ianuarii 1567 ad praesentationem
9 Nouembris 1582 ad praesentationem
Ultima Ianuarii 1583 ad praesentationem
13 Februarii 1595 ad praesentationem

Cochinensis

13 Ianuarii 1567 ad praesentationem
19 Februarii 1588 ad praesentationem

6 Goan

Malachensis

/C: 262r/ Status posterior

Ab anno 1610

Prouincia Bracharensis

Bracharensis

19 Maii 1612 ad praesentationem

12 Nouembris 1618 ad nominationem

27 Ianuarii 1627 ad praesentationem

9 Iunii 1636 ad nominationem

Portugallensis

12 Nouembris 1618 ad supplicationem

3 Augusti 1627 ad praesentationem

9 Iunii 1636 ……[7]

p.ª Iulii 1641 ad praetensam nominationem

Visentis

9 Decembris 1609 ad praesentationem

p.ª Decembris 1625 ad praesentationem

22 Decembris 1631 ad praesentationem

19 Decembris 1633 ad praesentationem

9 Iunii 1636 ad nominationem

7 *sic*

Egitaniensis

22 Decembris 1609 ad praesentationem

18 Septembris 1617 ad nominationem

7 Iunii 1632 ad praesentationem

7 februarii ……[8] ad praesentationem

Lamacensis

p.ª Iunii 1615 ad nominationem

11 Iulii 1622 ad ……[9]

14 Iulii 1627 ad praesentationem

14 Maii 1636 ad nominationem

/C: 262v/ Mirandensis

10 Maii 1616 ad praesentationem

14 Maii 1612 ad praesentationem

18 Maii 1615 ad nominationem

p.ª Octobris 1618 ad nominationem

9 Augusti 1621 ad nominationem

20 Septembris 1627 ad praesentationem

Leriensis[10]

24 Nouembris 1604 ad praesentationem

8 Februarii 1616 ad praesentationem

23 Augusti 1625 ad nominationem

9 Iunii 1636 ad praesentationem

8 *sic*
9 *sic*
10 Lecien*sis*

/C: 263r/ Prouincia Ulixbonensis

Ulixbonensis

24 Nouembris 1632 ad nominationem

3 Decembris 1635 ad nominationem

Portalegrensis

6 Iulii 1615 ad praesentationem

22 Aprilis 1618 ad nominationem

5 Iulii 1632 ad praesentationem

Septensis

21 Octobris 1613 ad praesentationem

Funchalensis

21 Iulii 1613
2 Maii 1622
8 Februarii 1627
4 Decembris 1634 } ad praesentationem

Angrensis

21 Iulii 1613
2 Maii 1622
8 Februarii 1627
4 Decembris 1634 } ad praesentationem

S.ti Saluatoris in Regno Congi

S.ti Iacobi capitis uiridis

24 Februarii 1615 ad praesentationem

15 Augusti 1625 ad praesentationem

/C: 263v/ S.ti Thomae in Africa

9 Ianuarii 1606 erectio episcopatus ad praesentationem

p.ª Martii 1627 ad praesentationem

10 Februarii 1631 ad praesentationem

17 Decembris 1635 ad praesentationem

S.ti Saluatoris Brasiliensis

19 Iulii 1604 ad praesentationem

13 Octobris 1621 ad praesentationem

Colimbriensis

15 Septembris 1616 ad praesentationem

2 Decembris 1619 ad supplicationem

19 Februarii 1625 ad praesentationem

9 Iunii 1636 ad nominationem

22 Martii 1638 ad nominationem

/C: 264r/ Prouincia Elborensis

Elborensis

P.ª Martii 1610 ad praesentationem

18 Iulii 1632 ad praesentationem

9 Iulii 1635 ad praesentationem

Eluensis

18 Septembris 1617 ad nominationem

27 Maii 1626 ad nominationem

13 Februarii 1638 ad nominationem

Faraonensis, et Siluensis

20 Nouembris 1617 ad supplicationem

5 Iulii 1627 ad praesentationem

9 Iunii 1636 ad nominationem

/C: 265r/ Prouincia Goana

Goanae

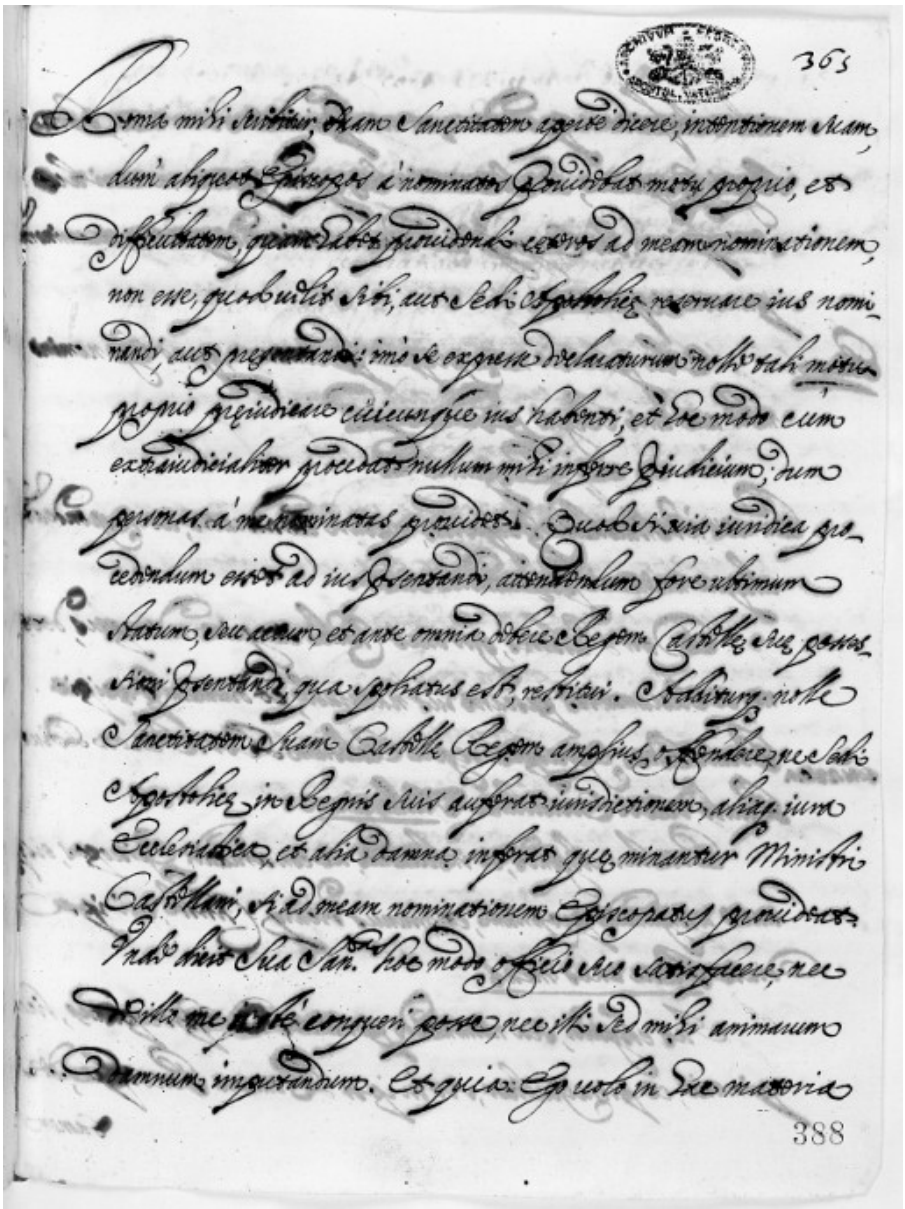
12 Nouembris 1612
7 Octobris 1624
10 Februarii 1631
3 Decembris 1635
} ad praesentationem

Cochinensis

16 Februarii 1615
18 Martii 1615
10 Septembris 1631
} ad praesentationem

Roma mihi scribitur

(1648)



Misc. Arm. I, 64, f. 388r

M: Misc. Arm. I, 64, ff. 388r-391r

/M1: 388r/ Roma mihi scribitur, Suam Sanctitatem aperte dicere, intentionem suam, dum aliquot Episcopos a nominatos prouidebat motu proprio, et difficultatem, quam habet prouidendi caeteros ad meam nominationem, non esse quod uelit sibi aut Sedi Apostolicae reseruare ius nominandi, aut praesentandi: imo se expresse declaraturum nolle tali motu proprio praeiudicare cuicumque ius habenti, et hoc modo, cum extraiudicialiter procedat, nullum mihi inferre praeiudicium, dum personas a me nominatas prouidet. Quod si uia iuridica procedendum erit ad ius praesentandi attendendum fore ultimum statum, seu actum, et ante omnia debere Regem Castellae suae possessioni praesentandi, qua spoliatus est, restitui. Additurque nolle Sanctitatem Suam Castellae Regem amplius offendere, ne Sedi Apostolicae in Regnis suis auferat iurisdictionem, aliaque iura Ecclesiastica, et alia damna inferat quae minantur Ministri Castellani, si ad meam nominationem Episcopatus prouideat. Unde dicit Sua Sanctitas hoc modo officio suo satisfacere, nec de illo me iuste conqueri posse, nec illi sed mihi animarum damnum imputandum. Et quia Ego uolo in hac materia /M1: 388v/ tali iustificatione procedere, ut non praeiudicem iuri meo, boni Regni perspiciam, et Sanctitati Suae quoad potero in omnibus satisfaciam, in Congregatione ad hanc materiam deputata examinen[tur] puncta sequentia.

Primum. An prouisio motu proprio personarum, quas Ego nomino, mihi aut iuri Regni praeiudicet. &c

Responsio

Punctis a V. Maiestate propositis, mature consideratis, ut respondeat, aliqua necessario praemittenda sunt.

Dari Pastores, qui oues Christi sanguine redemptas, doc[tri]na, et sacramentis pascant, ius naturale, et diuinum, praecipit. Posuit Deus Episcopos regere Ecclesiam Dei.

Ita ex Diuo Paulo docet Concilium Tridentinum[1]. Sessione 23 c. 4[2].

Potestas eligendi, et instituendi, ac conseruandi Episcopos, eisque oues assignandi proprium, et munus Vicarii Christi, cui ipse dixit: "Pasce oues meas".

Ius eligendi, seu nominandi personas ad Episcopatus, licet primario et principaliter sit in ipso Romano Pontifice, de [...] /M1: 389r/ tamen est indifferens, ut laicae personae committi possit, cum sit tantum disignatio personae. Iurisdictio uero, et potestas ordinis per institutionem, et consecrationem concessa, tota est spiritualis, nec laicae personae communicari potest.

Summi Pontifices attendentes indigere Ecclesias Patronis, qui eas defenderent, et augerent, ius eligendi seu nominandi concesserunt Regibus, et Principibus ob benemerita erga Ecclesiam, uel Sedem Apostolicam, et praeterea iis omnibus, qui Ecclesias extruerent, fundarent, aut dotarent.

Antiquas Cathedrales Regni Lusitaniae omnes, ex Maurorum manibus Reges abstulerunt, restituerunt, et amplissimis donationibus auxerunt. Modernas, tam intra Regnum, quam extra in Insulus adiacentibus, in Africa, Asia, et America denuo extruxerunt, fundarunt, et dotarunt, hodieque sustentant. Unde ex quasi contractu eis competit ius patronatus ex promissione Sedis Apostolicae. Sunt in possessione praesentandi a tempore immemorabili.

Quibus positis, ad primum respondetur.

/M1: 389v/ Prouisione motu proprio multum praeiudicare Vestrae Maiestati, in his temporum, et rerum circunstantiis, non solum apud exteros Principes, sed praecipue apud populos sibi subditos, qui uidentes post septennium suae possessionis, in dubium uocari a Christi Vicario post tot instantias ius praesentandi, quod possessionem Regni sequitur, sibi persuadere poterunt quod Rex Castellae intendit Suam Sanctitatem, uel negare ius Vestrae Maiestatis ad Regnum, uel illud contemnere prouidendo motu proprio; cum Vestra

1 Tridentinum *M*

2 Sessione 23 c. 4 *ad marg. sinistram M*

Maiestas Regnum possideat; et alias notorium sit Summ[um] Pontificem ad nominationem eiusdem Regis Castellae et aliorum Principum multos Episcopatus prouidere, ad quos illi melius ius non habens, quam possessionis, quae ad hunc effectum e Sacris Canonibus, et Conciliis praecipue attenditur. Multum deinde praeiudicatur Vestrae Maiestati, quia prouisione motu proprio non occurritur multis aliis rebus et necessitatibus tam spiritualibus, quam temporalibus horum Regnorum, ad quas leuandas, licentia seu confirmatio Sedis Apostolicae nomine Vestrae Maiestatis petenda est. /M1: 390r/ Quae omnia manebunt, ut antea, sine remedio. Talia sunt omnia negotia Militiarum Christi, Sancti Iacobi, et de Auis, quae nomine Vestrae Maiestatis, ut magni Magistri, a Sede Apostolica obtinentur. Omnes pensiones, quae imponentur in Episcopatibus, et alia Regni priuilegia circa beneficia, quae resultant ex prouisionibus, quae fiunt nomine Regiae Coronae. Eaque expediebantur a Collectoribus, ut dispensationes in 3.º et 4.º gradu consanguinitatis, et affinitatis inter pauperes, qui, cum non possint Curiam adire, sunt in peccato mortali; commissiones in partibus ad omnes causas iustitiae, cum pro singulis Romam reccurri non possit praesertim ob iter bello impeditum: unde non administratur iustitia. Quod etiam in detrimentum iurisdictionis, et Iurium Sedis Apostolicae resultabat. In India uero, et Brasilia plura alia, et maiora necessaria sunt, quae non possunt expediri sine supplicatione nomine Vestrae Maiestatis facta.

3.º, cum Vestra Maiestas Romae non habeat qui nomine suo agat, nec si habeat audietur, ut decet Ministrum /M1: 390v/ Vestrae Maiestatis, quotidie multa fiunt in graue praeiudicium iustitiae, et priuilegiorum Regni. Sic enim non expecta[...] concursu Parochialium, prouidentur Ecclesiae. Causae committuntur in prima instantia et alia Romae fiunt, quae licet Sua Sanctitas ignoret, et credendum sit, maiores Ministros etiam ad ea non concurrere, tamen cum nullus sit qui agere poss[it], necessario multa omittuntur necessaria, et committuntur iniusta.

Praeterea cum Generales Religionum non possint in Lusitaniam uenire quod bello impediantur, et non s[it] Nuntius Apostolicus, Religiones sunt ualde inquietae et furtim

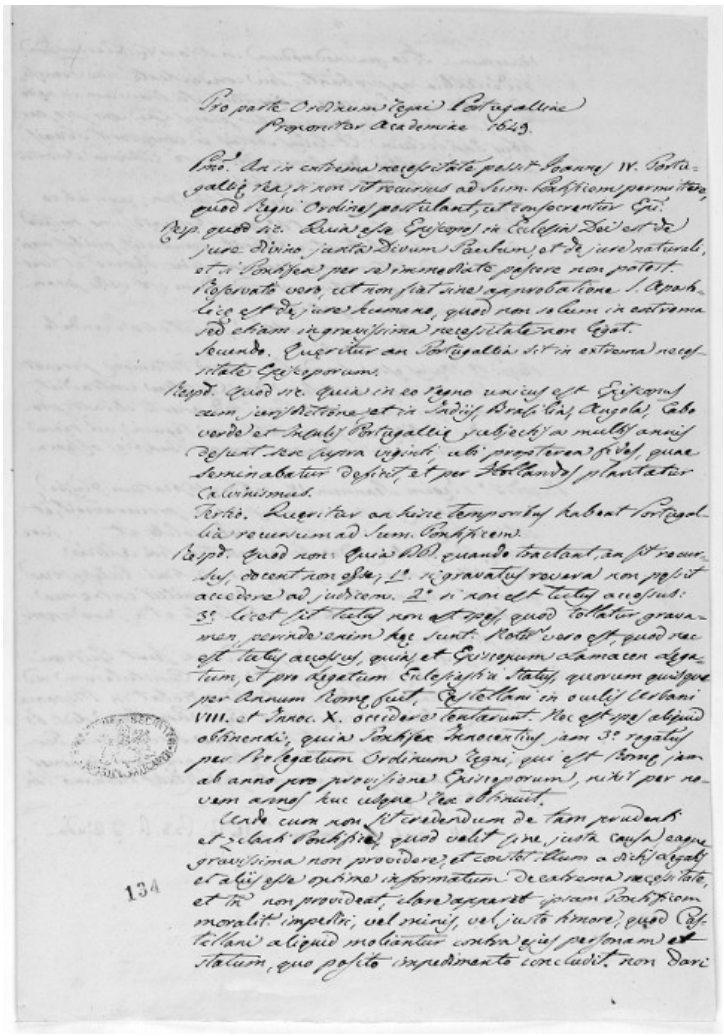
plures praetextu adeundi Romam, e Regno abeunt non sine periculo, et damno publicae, et priuatae quietis propter communicationem cum Inimicis, et commorationem in locis suspectis. Quo fit ut necessarium sit, ut uenientes secularis potestas, et compraehendat[3], et examinet, ac punire aliquando cogatur.

Quibus rationibus tenent doctores praefatam prouisionem motu proprio non procedere sine scandalo /M1: 391r/ Regni, et perturbatione Status Ecclesiae.

3 *rasura M*

Propositiones Regni Portugalliae

(1649)



Arch. Nunz. Lisbona, Busta 1 Fasc. 3, f. 134r

A: Arch. Nunz. Lisbona, Busta 1 Fasc. 3, ff. 134r-134v

B: Barb. Lat. 5253, ff. 149-150

Co: Chigi O. I 12, ff. 252r -253

Cr: Chigi R. I 3 – 226-228

T: ANTT, Armário Jesuítico, liv. 10 – 27r-29v (impresso)

V: Vat. Lat. 10445 – 107-108

/Co: 252r/ Propositiones Regni Portugalliae 1649[1]

/A: 134r/ /B: 149r/ /Cr: 226r/ /T: 27r/ /V: 107r/

Pro parte Ordinum Regni Portugalliae Proponitur Academiae.[2]

I. An in extrema necessitate possit Ioannes IV, Portugalliae Rex, si non sit recursus ad Summum Pontificem, permittere quod Regni ordines postulant, ut consecrentur Episcopi.

Respondetur quod sic. Quia esse Episcopos in Ecclesia Dei est de iure diuino iuxta Diuum Paulum {Act. 20}[3], et de iure naturali, quia sunt Pastores animarum[4], et Summus[5] Pontifex per se immediate pascere non potest. Reseruatio uero ut non fiat sine approbatione Sedis Apostolicae est de iure humano, quod non solum in extrema, sed etiam in grauissima necessitate non ligat.

1 Propositiones Regni Portugalliae 1649 *om. A Cr T V*
2 1649 *add. A*
3 *add. ad marg. Cr V om. A Co T*
4 quia sunt Pastores animarum *om. A Cr*
5 si *A*

II. Quaeritur an Portugallia sit in extrema necessitate episcoporum.

Respondetur quod sic. Quia in eo Regno unicus est Episcopus cum iurisdictione, et in Indiis, Brasilia, Angola, Cabo Verde[6], et insulis /T: 27v/ Portugalliae subiectis a multis annis desunt sex supra uiginti; ubi /Cr: 226v/ propterea fides, quae seminabatur, deficit, et per Hollandos plantatur Caluinismus.[7]

III.[8] Quaeritur an hisce temporibus habeat Portugallia recursum ad Summum Pontificem.

Respondetur quod non. Quia DD. quando tractant, an sit recursus, docent non esse: I. si grauatus reuera non possit accedere ad Iudicem. II. si non est tutus accessus. III. licet sit tutus non est spes quod[9] tollatur grauamen, perinde enim haec sunt. Notum uero est, quod nec est tutus accessus, quia et Episcopum Lamecensem[10] Legatum, et Prolegatum Ecclesiastici Status, quorum quisque per annum Romae fuit, Castellani in oculis Urbani VIII et Innocentii X occidere tentarunt. Nec est spes aliquid obtinendi, quia Pontifex Innocentius iam /T: 28r/ ter[11] rogatus per Prolegatum Ordinum Regni, qui est Romae[12] iam ab anno pro prouisione Episcoporum, nihil per nouem annos hucusque[13] Rex obtinuit.

Unde cum non sit credendum de tam prudenti, et zelanti Pontifice, /B: 149v/ quod uelit sine iusta causa, eaque grauissima, non prouidere, et constet illum a dictis legatis, et

6 Cabo Verde] Capouerde *Co* Cabouerde *Cr T V*
7 II. Quaeritur … Caluinismus *om. B*
8 IIº *B*
9 non *add. B*
10 Lamacen *A*
11 3.º *I A Cr*
12 Romé *Cr*
13 huc usque *A*

aliis esse[14] optime informatum de extrema necessitate, et tamen, non prouideat, clare apparet ipsum Pontificem moraliter impediri, uel minis, uel iusto timore, quod Castellani aliquid moliantur[15] contra eius personam, et statum. Quo posito impedimento, concluditur non dari /A: 134v/ recursum. Ideo quemadmodum in ditionibus[16] Turcarum Sede Apostolica approbante, seu consentiente, sine recursu ad Pontificem Episcopi ordinantur, ita /T: 28v/ dicendum in nostro casu, maxime cum requirantur plures Episcopi pro partibus infidelium, et Iulius Tertius id concesserit Serenissimo Portugalliae Regi Iohanni Tertio, pro Ethyopia[17] Orientali ob solam difficultatem recursus.

Nec[18] ex hoc conqueri[19] iure potest Summus Pontifex, cum ab eo fuerit supplicatum 2.º et 3.º per Prolegatos; imo fortasse id clarum[20] habebit, ut se liberet scrupulis, quibus angi debet, quod tot animae pereant sine pastore, et sciat extremam necessitatem, cui[21] credendum est uelle prouidere, iniuste tamen impediri.

Quaeritur 4.[22] An hoc permittere, possit esse scandalo reliquo christiano Orbi.

Respondetur I. Maius esse scandalum, quod tot animae[23] pereant sine Episcopis, quia solum Rex Castellae contradicit, cum antiqui Canones, /T: 29r/ et Conc. Tridentinum aperte dicant prouidendas[24] Ecclesias ad praesentationem Regum, uel Regna possidentium, et ita semper SS. Pontifices obseruarunt.

Respondetur 2. Regem Iohannem IV satis iustificatum fuisse, cum toties[25]

14 esse *om. B*
15 moliuntur *A B Co V*
16 dictionibus *B*
17 Aethiopia *B Co* Ethiopia *A Cr*
18 Haec *A*
19 conquaeri *A B Cr Co T V*] conqueri *em. a* conquaeri *supra lineam T*
20 charum *T*
21 uti *B Co*
22 IIII Quaeritur *B Co*
23 *Explicit V*
24 *Explicit Co*
25 toties *em a* totius *T*

consuetam prouisionem procurauerit, et sit paratus eam acceptare modo solito, et illaeso[26] Iure Coronae Portugalliae, adeo benemeritae[27] Sedi[28] Apostolicae. 3.º[29] Illum non immisceri iurisdictioni Ecclesiasticae quia ut supponitur, solum permittit extremae subditorum necessitati modo licito, et a Iure approbato prouideri.

Ultimo quaeritur quomodo prouidendi sunt Episcopi.

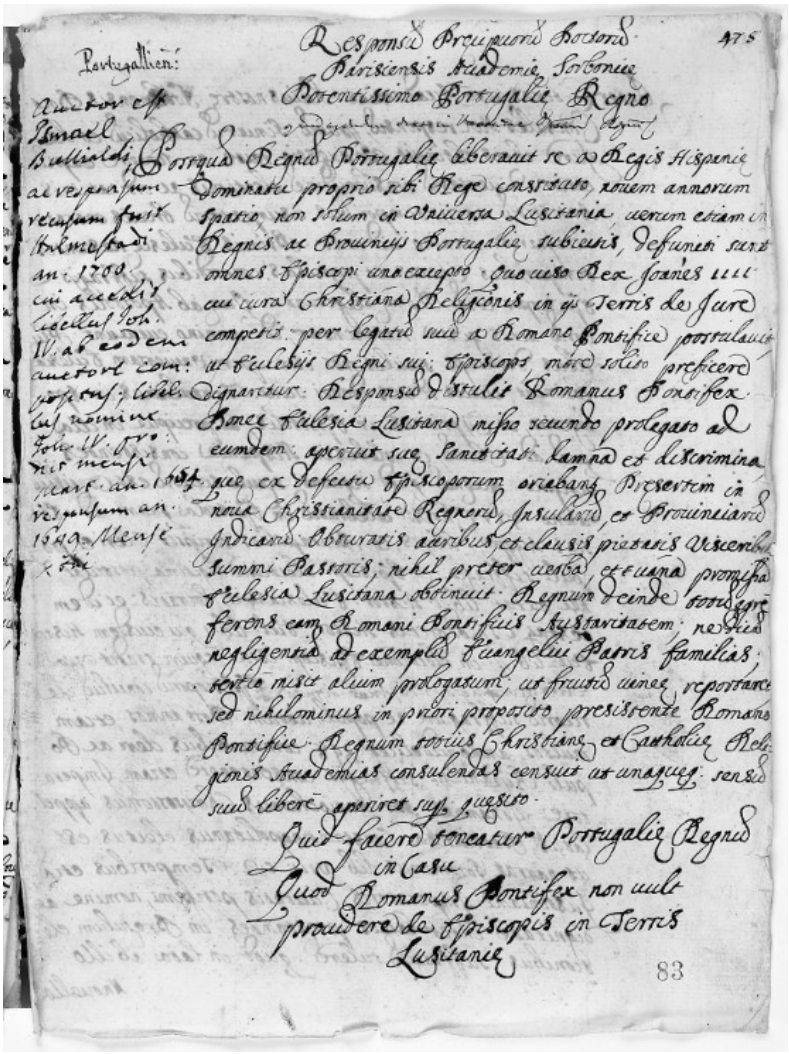
Respondetur, prout de iure per electionem Capitulorum ad /Cr: 228r/ praesentationem /B: 150r/ Regis, ut olim fiebat in Hispania et Portugallia, et constat /T: 29v/ ex cap. "Cum longe", dist. 63, ex Conc. Toletano 12, et hucusque[30] seruatur in Germania, et alibi, seruatis de caetero, quae Sacri Canones praescribunt de iuramento fidelitatis Romano Pontifici, et aliis.[31]

Olyssipone
superiorum permissu.
Ex officina Laurentii de Anueres
Anno Domini M. DC. XLIX[32]

26 *lacuna A* illeso *B*
27 bene meritae *A Cr*
28 Sedis *B*
29 Tertio *A*
30 huc usque *A*
31 Coll Soner. mp. Romana della R. Bib. R. d. Ajuda ..... 16 Symm. Supp. ..... 9 *add. A*
32 Olyssipone ... M. DC. XLIX *om. A* 1649 *B*

Responsum Praecipuorum Doctorum Parisiensis Academiae

(1649)



Misc. Arm. I 74, f. 83r

C: Chigi R. I. 4, ff. 27r-36v

I: *Pro Ecclesiis Lusitanicis ad Clerum Gallicanum libelli duo*, Paris, 1656, pp. 1-25 (imp.)

M: Misc. Arm. I 74, ff. 83r-93r

N: Arch. Nunz. Lisbona, Busta 1 Fasc. 3, ff. 138r-149r

/N: 138r/ Responsum Praecipuorum Doctorum Parisiensis Academiae Sorbonicae Potentissimo Portugalliae Regi Super quaesito: Quid facere teneatur Portugalliae Regnum in casu, quod[1] Romanus Pontifex nolit prouidere de Episcopis in Terris Lusitaniae.

Portugallien.: Auctor est Ismael Bullialdi, ac responsum recusum fuit Halmestadi an. 1700 cui accedit libellus Ioh. IV ab eodem auctore compositus; libellus nomine Ioh. IV prodiit mense Mart. an. 1654 responsum an. 1649 Mense Xbri.[2]

/C: 27r/ /M: 83r/ /N: 139r/ Responsum praecipuorum Doctorum Parisiensis
5 Academiae[3] Sorbonicae Potentissimo Portugalliae[4] Regno[5] quid agendum erat in Vacatione Episcoporum Regni[6]

Postquam Regnum Portugalliae[7] liberauit se a Regis Hispaniae dominatu, proprio

1 que *N*
2 *ad marg. sin. alia manu M om. I C N*
3 Acadamiae *N*
4 Portugaliae *M*
5 Responsum praecipuorum Doctorum Parisiensis Academiae Sorbonicae Potentissimo Portugalliae Regno] Responsum Pii Viri potentissimo Portugalliae Regno datum *I*
6 quid agendum erat in Vacatione Episcoporum Regni *om. I C N alia manu M*
7 Portugaliae *M*

sibi Rege constituto, nouem annorum spatio, non solum in uniuersa Lusitania, uerum etiam in Regnis ac Prouinciis Portugalliae[8] subiectis, defuncti sunt omnes Episcopi, uno excepto. Quo uiso, Rex Ioannes IIII[9], cui cura Christianae[10] Religionis in iis terris de iure competit, per legatum suum a Romano Pontifice postulauit, ut Ecclesiis Regni sui Episcopos, more solito, praeficere dignaretur. Responsum distulit Romanus Pontifex, donec Ecclesia Lusitana, misso secundo prolegato ad eundem, aperuit Suae Sanctitati damna et discrimina quae ex defectu Episcoporum oriebantur, praesertim in noua Christianitate Regnorum, insularum, et prouinciarum Indicarum. Obturatis /I: 3/ auribus, et clausis pietatis uisceribus Summi Pastoris, nihil praeter uerba et uana promissa Ecclesia Lusitana obtinuit. Regnum deinde totum aegre ferens eam Romani Pontificis austeritatem, ne dicam negligentiam, ad exemplum Euangelici Patrisfamilias[11], tertio misit alium prolegatum, ut fructum uineae reportaret. /C: 27v/ Sed nihilominus in priori proposito persistente Romano Pontifice, Regnum totius Christianae et Catholicae[12] Religionis Academias[13] consulendas[14] censuit, ut unaquaeque[15] sensum suum libere aperiret[16] super quaesito:

Quid facere teneatur Portugalliae[17] Regnum in casu, quod Romanus Pontifex non uult prouidere de Episcopis in terris Lusitaniae.

/M: 83v/ Inter caeteras uero Academias[18] huius nostrae Sorbonensis Doctores

8 Portugaliae *M*
9 quaut. *C* IV *I N*
10 Christiana *C M*
11 Patris familias *M*
12 Catolicae *C*
13 Academias] Academias et pios uiros *I* Accademias *M*
14 consulendos *I*
15 et singuli *I*
16 aperirent *I*
17 Portugaliae *M*
18 Accademias *M*

consulens hoc responsum, purum, sincerum, catholicum, et de Iure ab eis obtinuit.[19]

Ut quaestio recte ac sincere explicetur, diuersarum consuetudinum electionis ac ordinationis Antistitum, uariis temporibus usurpatarum breuis enarratio necessaria omnino uidetur.

Primis Ecclesiae nascentis temporibus Clerus et populus concordibus suffragiis Episcopos, etiam Romae, elegerunt. Quae ab Apostolis in eorum Actis gesta recensentur id omnino euincunt. Pluribus deinde[20] seculis mos iste per Uniuersam Ecclesiam obtinuit, cuius testes idonei sunt Tertullianus in Apologetico, et Cyprianus in Epistolis, ac praecipue in illa quam ad Clerum et plebes in Hispania consistentes scripsit. Nicaenum quod sequenti saeculo secutum est Concilium, /I: 4/ /N: 139v/ anno 325 Christi celebratum, in Epistola quam ad Ecclesias Aegypti, Libyes[21], et Pentapoleos scripsit, cleri et populi suffragia in Episcopi electione legitima postulat. Haec extat lib. 1 Historiae Ecclesiasticae Socratis, et idem testatur Theodoretus Historia Ecclesiastica lib. 1, qui eiusdem Historiae Ecclesiasticae libro 4 in electione Episcopi ista requiri tradit /C: 28r/ σύνοδον ἐπισκόπων ψῆφον κληρικῶν αἴτησιν λαῶν[22]: Episcoporum Concilium, clericorum suffragium, ac populi uotum. Post annos etiam multos, anno uidelicet 398, communibus cleri ac populi Byzantini[23] suffragiis, consentiente etiam Imperatore, Iohannes Antiochenus, Chrysostomus appelatus, Patriarcha Constantinopolitanus electus est[24], ut narrat Sozomenus libro 8.º cap. 2.º. Temporibus etiam Iustiniani Imperatoris, ciuitatis potissimi nomine ac dignitate inter laicos praestantes, in Praesulum electionibus suffragium tulere, quod in lata ab illo /M: 84r/ Nouella 137 cap. 7 legimus. Hocce equidem modo se res habet, neque aduersatur Canon 3[25] Laodicenae Synodi circa annum 317 celebratae, quae ὄχλον[26]

19 Inter caeteras uero … obtinuit *om. I*
20 deinceps *I*
21 Lybies *C N*
22 συνοδον επισκόπον ψηφον κληρικῶν ἀιτησωλιων *C M puncti usque ad finem lineae N*
23 Bizantini *N*
24 est] est et *N*
25 tertius *I*
26 ὄχλου *N*

ut electionibus intersit prohibet. Nam per ὄχλον[27] turba forensis ac populi fex intelligitur, quae tumultus ut plurimum seditionesque[28] excitat. Nusquam uero remouet τὸν λαὸν[29] populum, quem adesse synodus Nicaena[30] prior, ista Laodicena posterior decernit; neque excludit honoratorum testimonium, iuxta Leonis papae I epistolam tertiam ad Episcopos Prouinciae /I: 5/ Viennensis adhibendum, nec tandem τοὺς πρώτους Nouellae Iustiniani. Non etiam Diui Hieronymi[31] ad Euagrium Epistola illi usurpatae consuetudini contradicit, in qua haecce leguntur uerba: "Nam et Alexandriae a Marco Euangelista usque ad[32] Heraclam[33] et Dionysium[34] Episcopos, Presbyteri[35] semper unum ex se electum in excelsiori gradu collocatum, Episcopum nominabant, quomodo si exercitus Imperatorem faciat, aut Diaconi eligant de se, quem industrium nouerunt, et Archidiaconum uocent[36]". Illic enim de ordinatione loquitur, et successionis ratione, quae in[37] illa Ecclesia ad Heraclam[38] uiguit, ut is Episcopus ordinaretur, qui tempore /C: 28v/ electionis in presbyterio ceteros anteibat. Eiusmodi uero electioni populum non interfuisse, ac suffragia non tulisse, minime asserit.

Quamuis uero liberas[39] Ecclesiae ministrorum electiones[40] christiani facti Imperatores permiserint, ius tamen sibi in illis quaesierunt, et ad Ecclesiasticam /N: 140r/ πολιτείαν[41] manus admouerunt. Constantinus enim Magnus, praeterquam quod suis auspiciis ac nutu Synodum Nicaenam indixit, authoritate etiam sua Episcopos Eusebium,

27 ὄχλου *N*
28 ac seditiones *C N*
29 τον λαον *M*
30 Nicena *M* Nycaena *C N*
31 Hyeronimi *N*
32 ad *om. I*
33 Heraclum *N*
34 Dyonisium *C N*
35 Presbiteri *M*
36 uocant *I*
37 item *N*
38 Heraclum *N*
39 liberam *C M N*
40 electionem *C M N* ~~Ecclesiae~~ electionem *M*
41 πολιτείαυ *N*

et Theognim, sedibus suis restituit, eisque suffectos Amphionem et Chrestum[42] deiecit. Tyri iussu imperiali congregatos Episcopos, ad se Constantinopolim decretorum rationem reddituros uenire, minis[43] additis, iussit; de Athanasio prout ipsi uisum est nullo reclamante statuit. Constantinus deinceps, et Constans /M: 84v/ legem /I: 6/ tulere, qua Presbyterum[44] uel Diaconum factum, patrimonium probabilis instituti, ac proprias facultates retinere uoluerunt, dummodo adsistente Curia, ac sub obtutibus iudicis promente consensum, ad ordinem peruenisset. Codex[45] Theodosianus lib. 12 de Decurionibus, cui affinem Carolus Magnus in Capitularibus lib. 1 cap. 120 his uerbis edidit: "De liberis hominibus, qui ad seruitium Dei se tradere uolunt, ut prius hoc non faciant quam a nobis licentiam postulent". Atque etiam per illa tempora, quibus libera populi suffragia erant, Imperatores Episcopos designarunt, ipsosque Romanae Sedis Summos Pontifices sede expulerunt, deturbatisque alios suffici imperarunt, quod fecisse Constantinum, Valentem, et alios Historiae testantur. Ipseque Belisarius Iustiniani legatus, anno Christi 538, Syluerium papam Pontificatu remouet, proditionis accusatum quod Gothis fauere crederetur; cui Syluerio Vigilius suffectus est, postquam Iustiniani /C: 29r/ iussu de Syluerii causa cognitum fuit. Verba Socratis, libro 5, statim ab initio ualde notanda sunt, quando rationem reddit[46] quare frequentem[47] de Imperatoribus in historia sua mentionem faciat διότι ἀφ'οὗ[48] χριστιανίζειν[49] ἤρξαντο, τὰ τῆς[50] ἐκκλησίας πράγματα[51] ἤρτετο ἐξ αυτῶν καί αἱ μέγισται[52] σύνοδοι τῇ αυτῇ γνώμῃ[53] γεγόνασίτε[54]

42 Chrestum *C N*
43 minis *om. M*
44 presbiterum *C N*
45 cod. *M* eod*em N*
46 reddidit *M*
47 frequenter *C N*
48 ἀφ'οὗ] ἀφ' *M*
49 χρισιανίζειν *C I M*
50 τηρ *M*
51 πράγμαλα
52 μέγισαι *C I M*
53 τῇ αυτῇ γνώμῃ] τῆ αυτῆ γνωμη *C M N*
54 γεγονασησε *M*

καὶ γίγνονται[55], id est[56], "siquidem ex quo Christianam religionem professi sunt, ab eorum[57] nutu et potestate res ecclesiasticae pendebant, maximaque Concilia eorum[58] decreto celebrata sunt, atque /I: 7/ etiamnum[59] celebrantur." Sequentibus temporibus Imperatores ius eligendi Episcopos etiam contranitente Clero ad se traxerunt. Ipsique Pontifices Romani electionis suae confirmationem ab illis[60] diutissime petierunt. Ex Canone quidem 3[61] Nicaenae Synodi secundae, quae anno 787 celebrata /M: 85r/ est, discimus[62] τοὺς ἄρχοντας[63] id est Imperatores, uel Magistratus ab ipsis ordinatos, Episcopos elegisse, quandoquidem ab ipsis electiones peractas, irritas Synodus pronuntiat[64]. Ad hunc etiam /N: 140v/ Canonem Balsamo et Zonaras adnotarunt, ante illud concilium τοὺς ἄρχοντας[65], id est, summas potestates, ius illud eligendi usurpasse. Verum Imperatoribus cessit tandem[66] clerus, et a populo et clero ad illos ius electionis, et confirmationis, seu inuestiturae totum translatum est, praecipue uero Patriarcharum mortuis aut depulsis suffectorum. Quo iure etiam fruebantur, e[67] Palaeologorum familia Imperatores, quando a Turcis Imperii reliquiae deletae sunt. E tribus namque, quos clerus Constantinopolitanus nominabat, unum Imperator a se delectum confirmari[68] iubebat, et talis fuit in Orientali Ecclesia rerum status.

/C: 29v/ Populis[69] autem ius suffragiorum ademptum est, quod seditiones in electionibus orientur, caedesque patrarentur, quemadmodum Constantinopoli accidisse

55 γήνοτε *C M* ..... *N*
56 id est *om. M*
57 horum *C N*
58 horum *C N*
59 etiam nunc *M N*
60 illis] ~~aliis~~ illis *M*
61 tertio *I*
62 diximus *N*
63 τους αρχοντας *M*
64 pronunciat *M*
65 τους αρχοντας *M*
66 cessit tandem] tandem cessit *C N*
67 e *om. C N*
68 consecrari *I* conformari *M*
69 Populus *N*

apud Socratem libro 2[70] legimus, mortuo[71] Archiepiscopo Alexandro, qui successorem sibi non delegerat[72]. Romae pariter seditio ingens excitata est, dum aduersus Damasum papam[73], contrariae[74] factionis studio, Ursicinus[75] eligitur. In quo tumultu centum et triginta[76] homines[77] perierunt. Antiochiae similiter plebs /I: 8/ tumultuata est, dum Meletium, Paulino Coepiscopum, in throno sedere studiis contumacibus contendit, quod Socrates lib. 5 et Sozomenus lib. 7 narrant. Alia praeterea de causa ius istud in se transtulerunt Imperatores. Reipublicae siquidem[78] interesse putarunt, ut Episcopos sibi notos ac beneficio deuinctos eligerent, quos commodi ac boni publici pacisque studiosos nossent. In Ecclesia quoque Occidentali Romae, per Galiam, et Hispaniam /N: 141r/ ius electionis penes clerum et populum diutius quam in Oriente stetit, quod luculenter[79] testantur historiae: /M: 85v/ praeterea etiam Isidorus Hispalensis, libro 2, capite 5, De diuinis officiis, Concilium Toletanum IV[80] can. 19, et tandem Ordo Romanus in Decreto "quod clerus et populus firmare debet <de[81]> electo Episcopo[82]". Galliae concilia plurima plebis suffragia in electionibus accedere[83] debere asserunt: Aruernense[84], cap. 2, Aurelianense V, anno Christi 549 celebratum, Clotarii II[85] edictum in Synodo Parisiensi V, anno 615 promulgatum, Valentinum Concilium III[86] canone 7, et ex ipsis Summis Pontificibus: Leo Magnus in epistola ad Episcopis Prouinciae Viennensis, et in alia pariter

70 4 *I*
71 *em. a* mortuos *N*
72 sibi non delegerat] eligendum designarat *I*
73 Damasum papam] papam Damasum *M*
74 *em. a* contrarium *M*
75 Urscinus *M*
76 centum et triginta] 130 *N*
77 *em. a* hominem *N*
78 si quidem *M*
79 suculentissime *N*
80 IV *om. M* IV in *N*
81 de *om. C I M N*
82 de electo Episcopo] Episcopos *I*
83 accidere *N*
84 Aruerense *M* Auernense *N*
85 secundi *C*
86 3.m *N*

ad Prouinciae Episcopos; Caelestinus[87] quoque Papa epistola 5 ad Viennenses eundem morem tunc uiguisse[88] confirmant[89].

/C: 30r/ /I: 9/ In Gallia porro (ut doctissimus ac religiosissimus Iacobus Sirmondus[90] in praefatione ad appendicem tomi II[91] Conciliorum Galliae iam adnotauit) clerus et populus elegerunt Episcopos, ipsosque consecrauit Metropolitanus, quamdiu sub Imperio Romano Galli uixerunt. Postquam uero Reges, pulsis Romanis, Galliae imperarunt, Episcoporum eligendorum, uel electionis confirmandae[92] ius ad se traxere, cum suprema illa in Ecclesia dignitas eiusmodi momenti ipsis uideretur, ut ad securitatem commodumque Regni spectaret uiros ad eam promouere qui tali nomine ac beneficio deuincti ipsis obnoxii[93] essent. Illius certe iuris a Populo in Galliae Reges translati plura exempla extant, sine quorum iussu, uel saltem consensu, quemquam /N: 141v/ promoueri uel consecrari non licebat, nec si quis Episcopus, inuito aut inconsulto Rege, consecratus foret, inultus abibat. Sane, cum Leontius Metropolita Burdigalensis Emerium Santonensem Episcopum Clotarii Regis iussu consecratum, habito anno 563 Concilio, ut minus canonice ordinatum deiecisset, eique Heraclium[94] quemdam[95] suffecisset, hunc ad Charibertum Regem, /M: 86r/ Clotarii filium[96], Parisios misit. Heraclius, cum Turones uenisset, ab illius urbis Antistite Euphronio[97] frustra petit, ut Concilii Santonensis capitulis subscribat. Cumque Lutetiam accessisset, a Chariberto male mulctatus in exilium pulsus est, denuoque in Santonum /I: 10/ Sedem Emerius restitutus collocatur. Variauit nihilominus usus eodem simul tempore. Clerum namque et[98] populum elegisse Episcopos,

87 Coelestinus *I*
88 uigisse *M*
89 firmant *N*
90 Srm^{on}dus *N*
91 2.i *C N*
92 uel electionis confirmandae *om. N*
93 non *supra lineam alia manu add. M*
94 Heraclitum *M*
95 quendam *I M*
96 F. *C I M N*
97 Eumphronio *M*
98 et *supra lineam M*

Reges uero consecrari iussisse, legimus, uel Reges aliquem e Palatio uirum delegisse, eiusque merito ac doctrina examinatis, a Metropolitano consecratum esse. Hoc aperte constat edicto Clotarii II /C: 30v/ in[99] Synodo Parisiensi V publicato anno Christi 615 cuius haec sunt uerba: "Ut Episcopo decedente, in loco ipsius, qui a Metropolitano ordinari debet, cum prouincialibus a clero et populo eligatur: et si persona condigna fuerit[100], per ordinationem Principis ordinetur, uel certe si de Palatio eligitur[101], per meritum personae et doctrinae ordinetur": de qua tunc usurpata consuetudine fidem haud dubiam[102] adhuc faciunt formulae antiquae[103] a Marculpho[104] collectae.

Non solum autem Dynastiae primae Reges, sed et /N: 142r/ secundae, ius illud regium, clero uniuerso consentiente nec reclamante, sibi uendicarunt, nec ullus, nisi regio decreto confirmata electio foret, consecrari poterat. Caput illud "Adrianus" distinct. 63[105] cap. 22, notissimum est, quo Papa Imperatori Carolo[106] Magno, eiusque successoribus, ius et auctoritatem de electione Summi Pontificis statuendi, eamque confirmandi tribuit. Praeterea concedit, ut aliarum prouinciarum Archiepiscopos, et Episcopos designet, et in possessionem mittat, ita ut consecrari nequeant, nisi prius accepta ab eo in inuestitura. Et adnotauit Goldastus[107], hoc capite aliarum prouinciarum /I: 11/ nomine intelligi Italiae, praeter Romanam, prouincias caeteras: quandoquidem extra Italiam per uniuersas ditiones suas /M: 86v/ Carolus Magnus illo iure fruebatur.

Concilium Valentinum III[108], anno 855, imperante Carolo Caluo, celebratum, capite 7, sic loquitur: "Ut si quando[109] alicuius ciuitatis Episcopus a uocatione Domini decesserit,

99 in *om. I*
100 fuerint *N*
101 elegitur *M*
102 dub~~itam~~ *N*
103 et *add. N*
104 Merculpho *M N*
105 62 *N*
106 Carlo *M*
107 adnotauit Goldastus] adnotarunt quidam *I*
108 3.um *C N*
109 aliquando *M*

a gloriosissimo Principe supplicando postuletur, ut canonicam electionem clero, et populo ipsius ciuitatis permittere dignetur". Anno uero qui fuerat 844 Concilium Vernense II[110] a Rege ratam haberi petit electionem et ordinationem /C: 31r/ Agii Episcopi Aurelianensis. Quare caput illud 2 Capitularis Ludouici Pii, quod anno 816 promulgatum est, de libera Episcoporum electione clero ac populo restituta, ita intelligi debet, ut electio[111] omnino restituta uideatur a Ludouico, seruato sibi eam confirmandi iure. Et inde concludere possumus per multos /N: 142v/ annos, omissa ut plurimum electione, Reges Pipinum ac[112] Carolum Magnum Episcopos designasse, et consecrari iussisse. Illud clare satis narrare uidentur Wenilo[113], Archiepiscopus Senonensis, et Gerardus Comes in epistola ad Amulum, Archiepiscopum Lugdunensem, anno 848 scripta, quae extat tomo 3[114] Conciliorum Galliae, cuius haec sunt uerba: "Idque uestrae prudentiae Dominus noster nobis iussit suggerere, non esse nouitium, aut temerarium, quod ex palatio honorabilioribus, maxime Ecclesiis procurat Antistites. Nam Pipinus a quo per maximum Carolum, et religiosissimum /I: 12/ Ludouicum Imperatores duxit Rex noster originem, exposita necessitate huius Regni Zachariae Romano papae, in Synodo, cui Martyr Bonifacius interfuit, eius accepit[115] consensum, ut acerbitati temporis industria /M: 87r/ sibi probatissimorum decedentibus Episcopis mederetur, ne forte simplicitate Pontificum posset contingere, quod in hac Aeduorum urbe euenit". Quibus indicant[116] Pipinum non expectata electione, sedibus uacantibus sibi probatos, quorum industriam nouerat designasse, et consecrari iussisse, et Carolum saepius hoc factitasse.

Tertiae quoque Dynastiae, seu familiae, Reges eodem iure usi sunt, quod testantur in epistolis suis[117] Fulbertus Carnotensis Episcopus, qui sub Rege Roberto floruit; Iuo

110 secundum *C* 2.um *N*
111 electo *C N*
112 et *N*
113 Vuenilo *C M N*
114 tertio *I*
115 accipit *N*
116 indicarbit *N*
117 suis *om. C N*

quoque Carnotensis, qui epistola 60 de regio illo[118] iure sic loquitur: "Legimus sanctae recordationis Summos /C: 31v/ Pontifices aliquando apud Reges pro electis Ecclesiarum, ut eis ab ipsis concederentur Episcopatus ad quos electi erant, intercessisse: aliquorum, quia concessiones /N: 143r/ Regum nondum[119] consecuti fuerant, consecrationes distulisse, quorum exempla proposuissem, nisi prolixitatem epistolae uitassem". Acre quidem iurgium inter Summum Pontificem et Ludouicum Iuniorem, Galliarum Regem, intercessisse anno 1141 narrat Robertus de Monte in appendice ad Chronicon Sigiberti[120], quod Papa quemdam Archiepiscopum Biturícensem, inscio ac non consentiente Rege, consecrasset, quem propterea urbe Biturigum accipi Ludouicus uetuit.

Ab his initiis Summi Pontifices[121] supremae ac primariae potestati innixi[122], ius /I: 13/ in electionibus et ordinationibus Episcoporum per Galliam sensim ac pedetentim[123] usucapione acquisiuerunt: dum primo inconsultis Regibus consecrant, ac de electorum contendentium litibus[124] ut pote maioribus causis, cognoscunt, et sententiam ferunt; deinde[125] cum de prouidendo in posterum Ecclesiis uacantibus facultatem sibi reseruant, quantumuis Ecclesia Gallicana reluctante, ac opposita Pragmatica Sanctione renitente /M: 87v/. Denique electionum memoria prorsus[126] periit, ita ut Episcoporum nominatio penes Regem, designationis uero, et ordinationis bullis pontificiis decernendae penes Summum Pontificem potestas remanserit, conditis inter Leonem X[127] et Franciscum I foederis, quod Concordatum uocant, tabulis.

In Germaniae equidem quibusdam locis electiones Episcoporum hactenus in usu sunt: uerum in illis solus clerus laicis remotis suffragium ferre consueuit. Et uerum est

118 ille *N*
119 nundum *N*
120 Robertus de Monte in appendice ad Chronicon Sigiberti] Sigibertus *C M* Sigebertus *N*
121 Pontificis *M*
122 inuxi *N*
123 pedetentiam *M*
124 ritibus *N*
125 deide *N*
126 prorsum *N*
127 X *om. M*

electionem ad clerum solum tandem in Gallia pertinuisse, et laicos ab illa exclusos fuisse.

/C: 32r/ /N: 143v/ Per Hispaniam uero, ut ex Cypriani iam allegata epistola constat, electio Pastorum penes clerum ac populum primis seculis stetit. Illius uerba supra omissa hic referemus: "Propter quod plebs obsequens praeceptis Dominicis, et Deum metuens, a peccatore praeposito separare se debet, nec se ad sacrilegi sacerdotis sacrificia miscere, quando ipsa maxime habeat potestatem, uel eligendi dignos sacerdotes, uel indignos recusandi. Quod et /I: 14/ ipsum uidemus de diuina authoritate descendere, ut sacerdos plebe praesente sub omnium oculis deligatur, et dignus atque idoneus publico iudicio comprobetur. Sicut in Numeris Dominus Moysi praecepit, dicens &c." Isidorus quoque Hispalensis nobis supra citatus, qui floruit circa annum 630, lib. 2 De diuinis officiis, cap. 5 de Sacerdotibus, de Episcoporum electione haec uerba scripsit: "Tertium genus (Apostolorum scilicet) tantum per hominem, sicut his temporibus fauore populi et potestatum in sacerdotium subrogantur". Sed clarius et maiori cum auctoritate[128] Concilium Toletanum IV iisdem temporibus, aerae uidelicet Hispanicae anno 671, Christi 633, Sisenandi /M: 88r/ Regis anno tertio celebratum, de recepto tunc more testimonium fert can. 19, his uerbis: "Sed nec ille deinceps Sacerdos erit, quem nec clerus, nec populus propriae ciuitatis elegerit, uel authoritas Metropolitani, uel comprouincialium Sacerdotum assensio exquisiuit." Verum nondum[129] elapso illo septimo seculo morem electionis in Hispania mutatum uidemus, et iura populi ac Cleri, quantum ad electionem pertinet, /N: 144r/ ad Reges translata esse. Aerae enim anno 719, Christi 681, Eruigii Regis iussu celebratum Toleti Concilium XII de eligendis Ecclesiarum Praesulibus aliter statuit canone 6, cuius haec sunt uerba: "Illud quoque collatione mutua[130] decernendum nobis occurrit, quod in quibusdam ciuitatibus, decedentibus Episcopis propriis, dum differtur diu ordinatio successoris, non minima creatur, et officiorum diuinorum offensio, /C: 32v/ et Ecclesiasticarum rerum nascitur /I: 15/ perditio. Nam dum longe lateque diffuso tractu

128 Authoritate *N*
129 nundum *N*
130 mutata *M*

terrarum commeantum[131] impeditur celeritas nunciorum; quo aut non queat Regis auditibus decedentis Praesulis transitus innotesci, aut de successore morientis Episcopi libera Principis electio praestolari, nascitur semper et nostro ordini de relatione talium difficultas; et regiae potestati, dum consultum nostrorum pro subrogandis Pontificibus sustinet iniuriosa necessitas. Unde placuit omnibus Pontificibus Hispaniae, ut saluo priuilegio uniuscuiusque Prouinciae, licitum maneat deinceps Toletano Pontifici, quoscumque[132] regalis potestas elegerit, et iam dicti Toletani Episcopi iudicio dignos esse probauerit, in quibuslibet prouinciis in praecedentium sedibus praeficere Praesules, /M: 88v/ et decedentibus Episcopis eligere successores &c." Ex cuius canonis uerbis constat, Hispaniae Reges maxima eaque summa authoritate[133] in electionibus Episcoporum ualuisse, nec sine ipsorum imperio ac consensu, quemadmodum etiam apud Gallos, eas ratas fixasque fuisse, ipsorumque iussu consecratos fuisse Episcopos.

/N: 144v/ Post annos 33, anno scilicet Christo 713, euocati in Hispaniam Arabes omnia susque deque habuerunt, omnem politeian[134] Ecclesiasticam una cum ciuili euerterunt: penes Reges tamen Hispaniae Episcopus eligendi ius remansit: quod rerum Hispanicarum[135] historiae florentissimus author Ioannes[136] Mariana[137] aliquot locis ostendit: libro 7 cap. 4, Alphonsus Catholicus appelatus, uictis Mauris, pluribusque urbibus ab eis receptis anno Christi 753, Praesules ciuitatibus dedit. Libro /I: 16/ quoque 9 cap. 17, Alphonsus VI[138], anno 1085 Toleto Mauris erepta[139], Bernardum, S. Facundi Abbatem, omnium communi Episcoporum, et procerum suffragio electum, Toletanae Ecclesiae, anno 1087, praefici curat. Idem Mariana[140] eiusdem libri 9 capite 7, et libri 10 capite 6, Didacum

131 commeatur *C I M N*
132 quoscunque *C* quosquumque *N*
133 aucthoritate *M*
134 politicam *C M N*
135 Hispaniarum *N*
136 Ioannes *om. N*
137 Marianna *C N*
138 IV *N*
139 ~~recepta~~ erepta *M*
140 Marianna *C N*

Pelagium[141] a Sanctio Castellae Rege Compostellanae Ecclesiae Rectorem impositum tradit.

Ab illis deinceps temporibus, Summorum Pontificum authoritas per Hispaniam, /C: 33r/ ut etiam per Gallias, creuit, et illorum beneplacito ac uoluntate ordinationes fieri coeperunt; quem in Hispania morem ab alio manasse notat idem Mariana[142] lib. 9 cap. 18, cuius haec uerba sunt: "Erat praeterea ea tempestate moribus Hispaniae fixum, ex Concilii postremi[143] Constantinopolitani (sic arbitror) praescripta lege: /M: 89r/ ut Metropolitani priusquam inaugurarentur, electionem legibus iubentibus[144] esse factam, neque uitio creatos esse, Romano Pontifici probarent, priusquam id[145] factum esse, sacrari aut aliquam Reipublicae partem attingere, nefas erat. Pontificii assensus indicio laneum pallium, quod sacris[146] peragendis insigne gestare soliti sunt, ut impetrarent, in more positum[147] erat. Id institutum ab hoc initio susceptum, tempore procedente ad alios Episcopos, causas explicare non /N: 145r/ attinet, sed ad inferiores certe Praesules deriuatum est. Hoc effecit[148] ut nullius Episcopi rata electio[149] sit nisi Pontificis authoritate firmata fuerit."

Tunc etiam inconsultis Regibus, ac sine ipsorum consensu, coeperunt adire homines[150] Summos Pontifices, ut ab eis consecrarentur, et sacerdotia obtinerent. Ita se gessit statim /I: 17/ post annum 1100 Burdinus quidam Lemouix (qui Pseudopontifex Gregorii VIII nomine, Henrici V Imperatoris fauore et authoritate, postea factus est) et Paschalem II adiit rogauitque ut ab ipso Ecclesiae[151] Toletanae praeficeretur, sicut idem Mariana[152] narrat libri 10 capite 11. Unde animaduertere licet illis temporibus tam in Gallia

141 Pelasgium *C N*
142 Marianna *C N*
143 Concilii postremi] postremi Concilii *C N*
144 iuuentibus *N*
145 in *N*
146 ~~soliti sunt~~ *add. N*
147 peritum *N*
148 efficit *I*
149 rata electio] rata electio rata *M*
150 adire homines] homines adire *C N*
151 Eccesiae *I*
152 Marianna *C N*

quam in[153] Hispania inductam[154] fuisse consuetudinem adeundi Pontifices Summos, et ab eis Episcopatuum[155] inuestituras adipiscendi, neglectis aliquando cleri electione, uel Regis consensu, ac decreto. Bernardo, Toletano Praesuli, de quo iam locuti sumus, Raymundus Uxamensis Praesul, anno 1129, sacerdotum Toletanorum praerogatiua, Honorii[156] Romani /C: 33v/ Pontificis uoluntate suffectus est, ut narrat idem Mariana[157] libri 10 capite 14. Summi deinceps Pontifices res Ecclesiasticas per legatos in Hispaniam missos pro arbitrio ac libitu rexerunt, iure Regio inuestituras conferendi, ac simul antiquo ritu[158] /M: 89v/ Ecclesiastico Gotthico fere extinctis, principumque tacito consensu, iura illa omnia sibi adquisiuerunt, quibus aucti pro uariis temporibus uarie se gesserunt, donec his postremis saeculis electio, et nominatio ad Hispaniae Reges, et collatio ad papam pertinuit. Necessarium uisum est ista praemittere, ut diuersae consuetudines aliis atque /N: 145v/ aliis temporibus usurpatae[159] innotescerent.

Supra dictorum autem summa haec est. Clerum et plebes[160] Episcopos olim sibi elegisse. Imperatores deinde[161], /I: 18/ postquam Christiani facti sunt, populi authoritatem in ecclesiasticis ad se paulatim traxisse, et tandem populis suffragiorum ius ademisse. Imperatorum[162] tandem, ac Regum consensu Summos Pontifices illud sibi acquisiuisse[163], ita ut sine ipsorum iussu ac Bullis Pontificis nullus hodie consecrari possit. Cum uero ius illud ac potestas Pontificibus acquisita ab authoribus legitimis descendant[164], legitimos possessores illorum procul dubio credere debemus. Imperatores siquidem legitimi quoque possessores fuere, qui populorum consensu, ad quos diuina authoritate deuenerant illa

153 in *om. C I*
154 inducta *N*
155 episcopatum *N*
156 Honorarii *C N*
157 Marianna *C N*
158 in *add. M*
159 usurpatae *ad marg. sin. M*
160 ~~olim~~ *add. M*
161 deide *N*
162 Imperatorem *M*
163 adquisiuisse *C N*
164 descenda~~n~~t *N*

iura, ut Cyprianus loco citato loquitur, adepti sunt, ut res Ecclesiasticas, quae ad Reipublicae regimen[165] pertinent, atque cum politicis arctissime coniunctae sunt, simul gubernarent.

His ita constitutis, Pontificisque Summi iure stabilito, ut nullatenus in dubium uocato, respondendum est Portugalliae Regni interrogationi.

Post exhibita hactenus Summis Pontificibus Urbano VIII et Innocentio X a Serenissimo Rege Lusitaniae Iohanne[166] IV[167] filialis obedientiae omnia officia, Legatos et Prolegatos ad[168] Beatorum /M: 90r/ pedum oscula missos, post /C: 34r/ continuas preces per octennium integrum repetitas, quibus submisse sed frustra rogati atque interpellati sunt, ut ipsi iure suo uterentur, quo possunt atque etiam tenentur Ecclesiis uacantibus ac[169] Pastore destitutis prouidere, personasque dignas ad ministeria tam /I: 19/ archiepiscopalia, /N: 146r/ quam Episcopalia obeunda praeficere; si ultra differat Summus Pontifex Episcopos instituere, et imminenti Ecclesiarum Lusitanicarum ruinae consulere, potest ac debet Serenissimus Rex, iure prouidendi ad se reuoluto, ac tamquam pro derelicto in illius possessionem reuersus, ob affectatas[170] a Pontificibus minime honestis de causis moras, Episcopos iuxta formam antiquam deligere, et a[171] Metropolitis Regni sui, atque Episcoporum coetu consecrari iubere.

Cum enim ex ante actorum temporum historiis, constet[172] Summos Pontifices ius illud bullis suis designandi ac instituendi Episcopos Principum consensu tacito uel liberalitate acquisiuisse, dum disciplinam ecclesiasticam summarum potestatum neglectu ac incuria aut bellorum tumultibus labantem ipsi per se uel per legatos apostolicos[173]

165 *em a* regimem *N*
166 Ioanne *C N*
167 IV IV *M*
168 ad] ad ꝑ *M*
169 et *N*
170 affectata *N*
171 a *om. N*
172 stet *N*
173 apostolicos *om. M*

instaurare aggressi sunt, tenentur ipsi praestare illa, ob quae non praestita a Regibus et Principibus, ius illud Episcopos designandi quasi ad se deuolutum usu ceperunt. Quod[174] si Ecclesiae disciplinae, et necessitatibus haud subueniant, negligantque quacumque de causa illis prospicere, certissimum est ad Reges, et Principes ius, quod[175] olim cesserunt, reuolutum esse, et ipsos ad prospiciendum Ecclesiae rebus, et imminentibus periculis occurendum[176], conscientiae[177] et officii sui nomine obstrictos teneri. Nullum autem grauius ac formidabilius periculum ingruit, /M: 90v/ quam dum Ecclesiae, /I: 20/ Pastoribus orbatae prauorum hominum[178] corruptelis ac maleficiis, tamquam luporum rapacium feritati caulae desertae obiiciuntur. Imperatores et Reges tuendam Ecclesiam semper susceperunt, /C: 34v/ utque /N: 146v/ ecclesiastica disciplina sarta tecta seruaretur adlaborauerunt[179]: utque id[180] strenue[181] agerent, Summi Pontifices enixe semper rogauerunt, ac hortati sunt. Obsecutus itaque illorum sanctis monitis, debet Serenissimus Rex, neglectis ab Urbano et Innocentio Pontificibus Summis Ecclesiae Lusitaniae rebus, auctoritate[182] sua, quae legitima[183] est, consulere; quodque factitasse ante aliquot saecula Imperatores et Reges constat, praestare debet. Cessante igitur ordinaria Summi Pontificis per affectatas ab ipso moras cura pastorali, Serenissimus Rex eam suscipere formulis antiquis usurpatis potest. Et quamdiu cessabit Papa, operari ipse debet, Pastoresque praeficere, ne disciplina ecclesiastica penitus collabatur.

Et in hac urgenti necessitate, attente notanda sunt illa, quae de facultate, iure ac auctoritate Regum Hispaniae, cuius pars nobilissima Lusitania est, scripsit Ferdinandus Vasquez senator, libro 2 Illustrium Controuersiarum, capite 51, ubi docuit: "Hispaniarum

174 Quid *N*
175 quo *I* cui *C M N*
176 obtinendum *C N*
177 conscentiae *M*
178 *em. a* homine *N*
179 Ecclesiastica disciplina sarta tecta seruaretur adlaborauerunt *om. M*
180 *em. a* ad *N*
181 ~~rogauerunt~~ *add. N*
182 authoritate *C N*
183 legittima *N*

Regi etiam hodie integrum saluumque esse[184] ius, et facultatem conferendi omnes Archiepiscopatus, Episcopatus, &c. per uniuersam Hispaniam non secus quam olim; neque illud ius ulla[185] ex parte praescriptionis, consuetudinis uel allia quauis ratione, aut occasione immutatum, debilitatum, aut[186] /I: 21/ imminutum uideri, non magis quam olim foret ac fuisset". Et inferius talia addit: "Nam ad perfectam huius rei cognitionem praefari oportet non esse solum aut simplex ius patronatus, id quod habent Hispaniarum Reges in[187] talium beneficiorum collatione siue /M: 91r/ nominatione, neque ex sola iuris canonici concessione, sed potissimum ex ipsomet iure regali, /N: 147r/ et sic ex iure naturali". Necessaria adeo fuit semper Pastorum in greges sibi creditos inspectio, ut omnia Concilia quam primum decedentibus nouos suffici statuerint, maximum quippe periculum est in mora, et Summorum Pontificum decretis statutum est, ut si patronus laicus uel Ecclesiasticus prouidere /C: 35r/ uel minimi Ecclesiis et Capellis intra definitum tempus negligat, ius prouidendi, non expectata amplius nominatione, ad Sanctam Sedem deuoluatur. Hanc equidem causam obtenderunt Summi Pontifices, ut ad se legitime pertinere ius conferendi probarent, Regum etiam obmissa nominatione, "ut" scilicet "dispendiosae Ecclesiarum huiusmodi uacationi celeriter consulatur", ipsaque[188] sunt uerba pactorum inter Leonem X papam et Franciscum I Galliae Regem concordatorum. Et sane si Summus Pontifex, qui in tota Ecclesiae Monarchia nullum superiorem agnoscit, ad quem tale ius deuoluatur, fuerit[189] negligens, et periculis ingruentibus occurere spernat, Imperatores et Reges ueteri iure subnixi iuxta antiquas formulas et Conciliorum decreta illis prouidere tenentur. Neque merito Summi Pontifices, /I: 22/ cum per ipsos steterit, et acquisito sibi iure agere noluerint, atque etiam officio ac ministerio fungi recusauerint[190], querelas aduersus summas potestates hac de re instituere possunt.

184 docuit: Hispaniarum Regi etiam hodie integrum saluumque esse *om. M*
185 nulla *C M N*
186 ac *C N*
187 id *C M N*
188 ipsaque] ipsa quae *I*
189 fuerit] si fuerit *C M N*
190 recusauerunt *C N*

Ut pax uigeat, et omnium dissidiorum[191] causae tollantur in singulis regnis, politicarum ac Ecclesiasticarum rerum arcta concordia coiungi ac sociari debent regimina, labefactari siquidem alterutrum nequit, quin simul cuiuslibet Regni res in peius ruant omnino, /N: 147v/ itaque Reipublicae interest, utrumque integrum seruari, et propterea unusquisque Regum ac summarum potestatum /M: 91v/ labanti disciplinae Ecclesiasticae succurrere potest[192], si a ministris Ecclesiasticis neglecta iaceat. Non solum autem decem saeculis prioribus exempla frequentissima sunt, quibus constat authoritate Principum sacram disciplinam instauratam et in meliorem statum reformatam fuisse; nobile sed etiam ante duo secula exemplum Gallia praebuit, constituta a Carolo[193] VII Pragmatica Sanctione, quam etsi uehementissime improbarint Summi Pontifices, et omnibus modis ac artibus exagitatam /C: 35v/ confodere tentauerint, non tamen illius memoria et usus animis Gallorum excidere potuerunt[194], antequam Leo X et Franciscus I concordato his de rebus Ecclesiasticis, tamquam de re dubia[195], transegissent.

Sane cum Summus Pontifex ius auctoritatemque suam[196] cessare uelit, ut Regis Castellae utilitati ac commodis seruiat, /I: 23/ et Lusitaniae Regis <ius> in[197] Regni successione agnoscendo confirmare non uideatur[198], uel ut neutri plus aequo faueat, et expectare decreuerit, fortunae quo se momenta inclinent, durante illo partium studio, uel neutralitate, haud aequum Lusitanicam interim Ecclesiam legitimis pastoribus destitui, et imminentis ruinae periculis obiectam[199] deseri. Idem propterea consilium[200] inire potest Lusitaniae Rex Serenissimus ac olim Henricus III Castellae Rex iniit[201] anno 1399, quando,

191 discidiorum *C M*
192 possunt *C M N*
193 Carlo *M*
194 potuit *C M N*
195 dubia] ~~dubb~~ dubia *M*
196 ius auctoritatemque suam] auctoritatem suam *I*
197 in *om. M*
198 et Lusitaniae Regis <ius> in Regni successione agnoscendo confirmare non uideatur] ne Iohannem Lusitaniae Regem appelando, ipsius in regni successione ius confirmare uideatur *I*
199 obiecta *N*
200 concilium *C M*
201 iniuit *M*

schismate rupta Ecclesiae unitate, Benedicto XIII obedientiam renunciauerunt[202] Castellani. Archiepiscoporum[203] equidem ac Episcoporum[204] ministerio totius Ecclesiae Castellanae res crediderunt, et ab illis /N: 148r/ prouideri, quibus Summi Pontifices prouidere solebant, uoluerunt[205]. Hoc factum est ab Henrico Castellae[206] /M: 92r/ Rege, quoniam ipsi et Ecclesiae Castellanae quisnam[207] ex duobus tunc uerus esset Papa, non constabat {Hist. De las Antiguedades de la Ciudad de Salamanca. por Gil Gonçales de Auila Diacono, y Rationero en la S. Iglesia de Salama*nca*. 1606 lib. 3 cap. 14}[208]. Lusitaniae uero Rex Serenissimus Iohannes[209] IV[210] sibi et suis Ecclesiis papam deesse cognoscit, et[211] Lusitanos tamquam spurios post se abiicere[212], patrisque communis officia deserere; propterea tenetur subditis suis, eorumque saluti cauere, et pastores praeficere, qui eos intra Ecclesiae caulas contineant[213], nec[214] extra eas aberrare patiantur. Idem etiam in Gallia initum concilium est, trium simul Pontificum schismate Ecclesiam uniuersalem ab anno 1408 in partes distrahente. Huius concilii[215] talis est inscriptio "Aduisamenta super modo /I: 24/ regiminis Ecclesiae Gallicanae durante neutralitate, deliberata et conclusa Parisiis per Concilium Ecclesiae praelibatae, congregatae, mandato Regis, post Missam solemnem /C: 36r/ &c." Caput de Dispensationibus articulo 6 sic decernit: "Item[216], quoad[217] illa quae concernunt Episcopos, et maiores <Ecclesias>, sicut electiones Episcoporum per suos

202 renuerunt *M*
203 Archiepiscorum *M*
204 equidem ac Episcoporum *om. N*
205 uolueruerunt *M*
206 Castellanae *M*
207 quinam *M*
208 *ad marg. sin. C I* Hist. De las Antiguidades de la Ciudad de Salamanca. por Gil Gonzales de Avila Diacono, y Rationero de la Iglesia de Salamanca. 1606 lib. 3 cap. 14. *N*
209 Ioannes *C M N*
210 4.us *C*
211 et *om. N*
212 adiicere *M N*
213 contineat *N*
214 ne *C M*
215 consilii *I M*
216 idem *I*
217 quoad] quod ad *M*

Archiepiscopos, aut sede[218] Metropolitana uacante, per Capitulum Ecclesiae Metropolitanae, possunt de iure confirmari[219], sic electiones Archiepiscoporum per suum Primatem, si habeant[220], alias si non habeant, aut dubitetur quis sit, ille per suffraganeos prouinciae congregatos[221] poterit confirmari[222], et etiam approbari iuris solemnitate seruata, ad quos etiam dicti Archiepiscopi consecratio indubitanter noscitur pertinere. Sed Pallii receptionem expectabit sic promotus, nisi sit aliquis a quo /148v/ pallium possit recipere" {Tom. 2 Libertatum Ecclesiae Gallicanae cap. 20}[223].

Accedere etiam debet illa ratio quam Doctores afferunt de recurrendo ad Regem, quando /M: 92v/ aditus ad summum Pontificem difficilis est, et periculum est[224] in mora. Si illa ratio supremo Castellae Consilio, deinde Doctori Salgado Somozae[225] 1 p. c. 1 § unico Tractatus de supplicationibus ad sanctissimum, &c., aliisque etiam doctoribus, ualidissima uisa est ad retinendas Curiae Romanae literas, et ut interim ad Regem recurratur, multo magis cum Lusitanicis Ecclesiis facit illa ratio. Non solum enim periculum est in mora, et ad Pontificem aditus difficilis, sed etiam impossibilis: quodque mirandum, earum respectu Pontifex ipse nullus esse uult, quamobrem ad Regem recurrere debent; ac tanto magis quod grauior sit, et maioris momenti Ecclesiae /I: 25/ desertae causa, quam litterarum Pontificiarum examen.

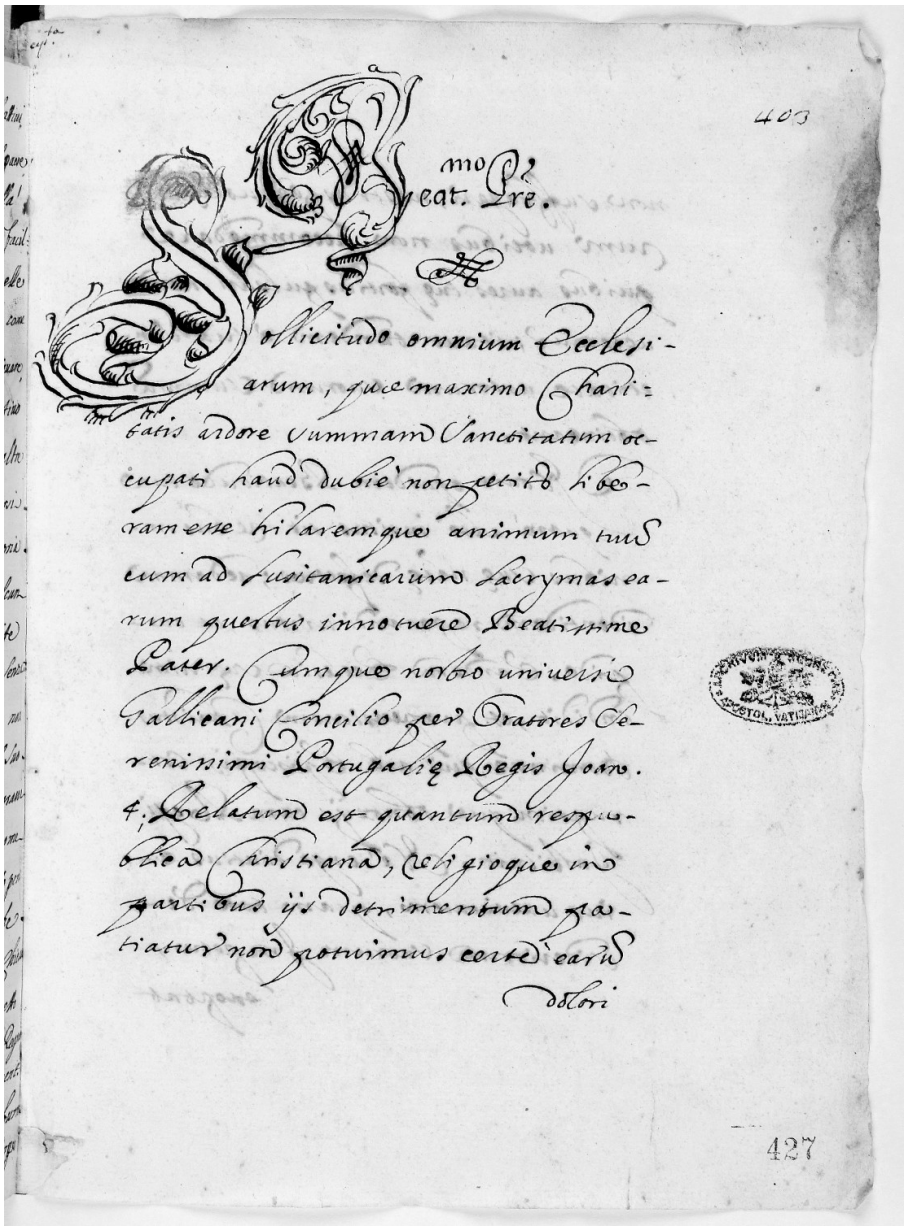
Nulla porro schismati nota Serenissimo Regi[226] inuri poterit, qui a Pontificibus[227] spretus Episcoporum institutionem[228] ac consecrationem aliunde non quaerit, quam a legitime, et per Sanctam Sedem Apostolicam institutis Praesulibus, quibus alios consecrare

218 sede] se de *M*
219 confirmare *N*
220 habeat *N*
221 congregatam *N*
222 *em. a* confirmare *N*
223 *ad marg. sin. C I N*
224 ~~et perie~~ *add. N*
225 Somosae *I*
226 *em. a* Rege *N*
227 Pontifici *N*
228 irrestitutionem *N*

Episcopos, ipsisque manus imponere iure competit. Summi Pontificis ac[229] Curiae Romanae iura integra ac illibata esse uult, neque, quod necessitate summa urgente[230] faciet, illis obesse, et officere contendit; aut /C: 36v/ praeiudicio eiusmodi quidquam noui inuehere[231] in animo non habet. Reuerentiam Sanctae Sedi debitam /N: 149r/ intactam esse decreuit, a cuius communione nusquam, Deo propitio, discedet. Quin etiam ab ipsa, quando Austriacis minus deditus[232], /M: 93r/ aequiorque Lusitaniae Regno ei[233] praefuerit Pontifex, uel quotiescumque Sanctissimo Domino Nostro Innocentio aequiori facto libuerit, consensum, et eorum qui ordinati fuerint[234] confirmationem[235] expetere statuerit.[236]

229 ad *C M N*
230 urgiente *N*
231 inu^{e}here *M*
232 dedit *N*
233 et *N*
234 fueri^{n}t *M*
235 confirmatione *N*
236 Coll. Gener. Romana ..... della Re. Bib. d'Ajuda Vol. 17 Symmicta Lusitan. Vol. 10. *add. N*

Sollicitudo omnium Ecclesiarum (1651)



Misc. Arm. I 64, f. 427r

C: Chigi O. III 28, ff. 189r-190r

D: Corpo Diplomático Português, XIII pp. 189-191 (impresso)

M: Misc. Arm. I 64, ff. 427r-432r

T: ANTT, Cons. Geral do Santo Ofício, liv. 190 – 4r-5v (sem foliação anotada)

/C: 189r/ /M: 427r/ /T: 4r/ Beatissime Pater[1]

Sollicitudo[2] omnium Ecclesiarum, quae maximo Charitatis ardore tuam[3] Sanctitatem occupat[4], haud dubie non patitur[5] liberum[6] esse hilaremque animum tuum, cum ad lusitanicarum lachrimas[7] ac gemitus conuertitur, quas a decem[8] annis uere uiduas ac desolatas esse non ignoras[9]. Earum[10] questus nobis[11] insonuere[12], Beatissime Pater, nostroque[13] uniuersi Gallicani Cleri[14] Concilio per Oratores Serenissimi Portugaliae Regis Ioannis IV[15] delatum[16] est quantum Respublica Christiana, Religioque iis in partibus[17] detrimentum patiatur. Non potuimus certe[18] earum /M1: 427v/ dolori non suffragari, nostrasque uoces earum uocibus non accommodare, quibus aures tuae fortius pulsentur[19]

1 Beatissime Pater] Beat*issi*mo P*ad*re *M*
2 Sollicitudinem *C*
3 Summam *C M*
4 occupati *M*
5 petito *M*
6 liberam *M*
7 lacrymas *C M*
8 X *C M*
9 ac … ignoras *om. M*
10 harum *D*
11 nobis *om. C M*
12 innotuere *C M*
13 nostroque] cumque nostro *C M*
14 Cleri *om. C M*
15 4 *M*
16 relatum *C M*
17 iis in partibus/ in partibus iis *C M*
18 certe *om. M*
19 pulsari *C* pulsare *M*

non ueremur, ita ut[20] tandem[21] a sua Sanctitate[22] uotorum suorum[23] Summam[24] obtineant.

Nouit equidem Beatitudo tua quam alte insita[25] sit rebus omnibus suae naturae defectus[26] ac[27] damna identidem[28] reparandi uirtus, et cupido. Eandem Ecclesiae suae uim indidit et propensionem Christus Dominus[29] qui ab Episcopis morti[30] corruptionique obnoxiis eam Regi instituit. Ne ergo diutius eius uacuitatem, quam toto desideriorum /T: 4v/ suorum impetu /M1: 428r/ exoptat[31] resarcire, apud Lusitaniam sustineas[32], Sanctissime Pater; neque tantam illius Populi multitudinem sine Pastoribus uagam, et[33] errantem[34] patiaris.

Non ignorat uniuersus Orbis Sanctitatem Tuam ad haec usque tempora nominatos a Lusitaniae Rege Episcopos suo calculo confirmare noluisse, ne Catholici Regis iura infirmare uideretur, maluisseque communis parentis amore fungentem[35], librante[36] ueluti aequitatis manu utrumque[37] sustinere, quam aliquid moliri, quod alterutrum offenderet. Verum quid inter[38] haec peccauit Lusitanus orbis, ut dum mutuis /M1: 428v/ odiis dissidiisque Regis de suo contendunt imperio, religionisque destructo fundamine[39] pereat?

20 non ueremur it ut *om. D*
21 tandemque *D*
22 Santitate *D T*
23 suorum *om. C*
24 summum *C M*
25 insitus *C M*
26 defectas *C*
27 ad *D*
28 idemtidem *C*
29 Domini *C*
30 morti *om. C M*
31 exoptat *ad marginem sinistram M* exortat *C*
32 sustinens *C M*
33 e *D T*
34 aberrantem *C M*
35 fungente *C M*
36 libertate *C M*
37 utramque *M*
38 ing. *C*
39 Episcopatu *D T*

Necesse est ut[40] auxiliis officiisque destituatur[41]? Quid miseri populi peccauerunt, ut Summi totius ecclesiae capitis priuentur communione, quae praecipue[42] in constituendis ordinandisque[43] ab ipso episcopis singularum Ecclesiarum uerae et Catholicae communionis[44] fontibus sita est[45], sanctumque ac suaue est ligamen[46]? Quid /C: 189v/ miser Portugalliae Clerus peccauit, qui sine Praesidibus et Pontificibus iacet exanimis[47] trunco simillimus?

Voluisti, ut nobis relatum est, Sanctissime[48] Pater, eam[49] Ecclesiae mestitiam[50] proprio motu /M1: 429r/ leuare, ac solari, selectosque a te ipso[51] Antistites ordinare. Verum sicuti[52] nihil augustius[53] sanctiusque suae Coronae adhaerere existimat Portugalliae Rex, quam ius[54] summos sacerdotes tuae sanctitati praesentandi. Ita[55] illud[56] imminutum[57] pati non[58] posse per suos legatos nostro conuentui significauit. Abstrahat[59] Beatitudo tua, Sanctissime Pater, a mortalium Regum[60] ambitione Ecclesiarum Lusitanicarum[61] iura, et ne aliquem laedere uideatur suis diplomatibus praeseruationis uerba "sine detrimento", seu

40 ut *om. D T*
41 destitutus *C M*
42 prae^{ci}pue *C*
43 ordinandisque *om. C M*
44 uerae et Catholicae communionis fontibus] ueri et catholici consortii *C M*
consortii *em. a* consortium *C*
45 sita est *om. C M*
46 sanctumque … ligamen *om. D*
47 examinis *M*
48 Beatissime *C M*
49 et *M*
50 moestitiam *D T*
51 ac solari, selectosque a te ipso] ac solos, ac selectos a te *C M*
52 ut *D T*
53 augustus *C* angustius *D T*
54 quantus *C M*
55 ita] ne tantisper etiam *D*
56 illum *C*
57 imminatum *M*
58 se *T*
59 Extrahat *C M*
60 Regum *om. C M*
61 lusitanicrum *M* lusitaniarum *C*

ut aiunt[62] "sine praeiudicio partium" inserat[63].

/M1: 429v/ Imitare Sanctissimae[64] memoriae Gregorium XIII[65], decessorem[66] /T: 5r/ tuum, qui, cum Henrico[67] III, Galliarum Regi, Polonia[68] egresso, Stephanum Battorium[69] Poloni suffecissent, saepiusque[70] Pontificem per legatos suos[71] fatigasset Rex Christianissimus[72] rogassetque ne Stephani Oratores admitteret, respondit[73] Sedem Apostolicam utpote terrenarum rerum[74] cupidine[75] uacuam eiusmodi dissidiis[76] non nisi[77] ad pacem interesse intereaque Regem eum agnoscere, qui rerum summa potiatur[78] ne scilicet aliquod Ecclesiae damnum eueniat[79], quod a te, Beatissime Pater, utriusque Iuris supra[80] omnes mortales /M1: 430r/ peritissimo[81], inter[82] particularium[83] ecclesiarum Patronos usurpari solitum esse non ignoratur.

Ipsis igitur Lusitanis episcopatum a decem annis quasi exulantem[84] postliminio

62 aiut *C*
63 et ne aliquem laedere uideatur suis diplomatibus praeseruationis uerba sine detrimento, seu ut aiunt sine praeiudicio partium inserat] et si aliquem laedere uereatur; inserat haec si ita uideatur suis diplomatis uerba sine detrimento, aut ut aiunt sine praeiudicio partium *D*
inserat] inseratur *C*
64 Sanctae *C M*
65 Decimum Tertium *M*
66 praedecessorem *C M*
67 Enrico *C*
68 Poloniam *T*
69 Batorium *C M*
70 saepius *C M*
71 suos *om. C M*
72 ep p.mus *C*
73 respondet *M*
74 terrenarum rerum] terrena *C M*
75 cupiditate *M*
76 dessidiis *M*
77 nissi *M*
78 potiretur *C M*
79 eueniret *C* eueniunt *M*
80 inter C *M*
81 peritissime *C M*
82 ing. *C*
83 particularum *C M*
84 exultantum *M*

restituas reddasque pupillis[85] defensores, orphanis parentes, uiduis sponsos, Christianae plebi rectores, neque diutius patiaris catholicos homines totius orbis scandalo confirmationis ordinationisque sacramentis, quae solis[86] episcopis competunt, uacuos esse: unarum[87] paternarum uiscerum tuarum zelus contempletur[88], uix[89] in Regno pene immenso[90], si adiectas /M1: 430v/ ei prouincias[91] intuearis[92], infirmorum atque ad ultimam luctam[93] destinatum a Christo[94] oleum reperiri, praedicationem denique[95] Euangelii exulem[96] esse.

Prospiciat sagacissima aeque ac Christianissima carnique[97] inimicissima prudentia tua, ne tandem Ecclesia lusitanica, quae Romanae omnium aliarum Matri, et Magistrae coniunctissima est[98], et obedientissima communionis necessitudinem abrumpat[99], aut suis uiribus destituta omnino intereat, et eo maxime cum[100] ad eius gentis celeberrima emporia[101] /C: 190r/ ab omnibus orbis uniuersi partibus populi, uariis[102] ac peregrinis /M1: 431r/ religionibus[103] imbuti confluent[104]. Videat tua Sanctitas[105] ne si lusitanos episcopis[106]

85 pupillos *M*
86 solitis *C M*
87 unque *C*
88 unarum … contempletur *om. D T*
89 uit. *M*
90 immensos *M*
91 prouintias *M*
92 intueris *C*
93 ultimam luctam] ultimum luctum *C M*
94 clerico *C M*
95 praedicationem denique] praedicationis *C* praedicationique *M*
96 Ecc*lesi*ae *M*
97 carnis *C M*
98 esse *M*
99 obrumpat *C M*
100 et eo maxime cum *om. D T*
101 emporia] emporia confluunt *D T*
102 uariis *om. C M*
103 religiosique *M*
104 confluent *om. D T*
105 tua Sanctitas] Sanctitas tua *C M*
106 episcopos *C M*

uerae religionis interpretibus[107] diutius[108] destitutos inuenerint, aliae tandem caeremoniae, alii cultus[109], alia sacerdotia, aliae religiones[110] inuehantur. Talibus[111] periculis procul dubio, Beatissime Pater, ocurres[112] lachrimisque[113] Lusitanicae[114] simul ac Galicanae Ecclesiae tandem solus dabis quod /T: 5v/ a plenario totius Orbis Concilio, si ad tantum negotium[115] terminandum cogeretur[116], negari omnino non posse nemo est qui non fateatur. Hoc ergo[117] enixe petimus a te, Sanctissime Pater, /M1: 431v/ quem toto saeculo florentem et incolumen ad Ecclesiae bonum exoptamus.

Datum Parisiis pridie[118] idus Aprilis[119] anno Domini MDCLI.

Sanctitati tuae

Obsequentissimi, ac[120] deuotissimi filii et serui Archiepiscopi, Episcopi, et alii Ecclesiastici uiri in generalibus Cleri Gallicani Comitiis congregati.

Georgius[121] Archiepiscopus Ebredenensis[122] Praeses.

De mandato Illustrissimorum /M1: 432r/ et Reuerendissimorum Archiepiscoporum

107 interpetribus *C*
108 diuitias *C M*
109 ritus *C M*
110 aliae religiones/ alia religio *D T*
111 Talis *M*
112 Talibus periculis procul dubio Beatissime Pater ocurres] Prouidebis sine dubio tantis periculis Sanctissime Pater *D T*
113 lacrymisque *C M*
114 Lusitanicae *C M*
115 negocium *C*
116 urgeretur *C M*
117 ergo *om. C*
118 pridie *om. M*
119 Iulii *C M*
120 et *C M*
121 Gregorius *C M*
122 Ebiodonensis *C M*

et Episcoporum totiusque coetus ecclesiastici in Comitiis Generalibus Cleri Galliae
75 Congregati.

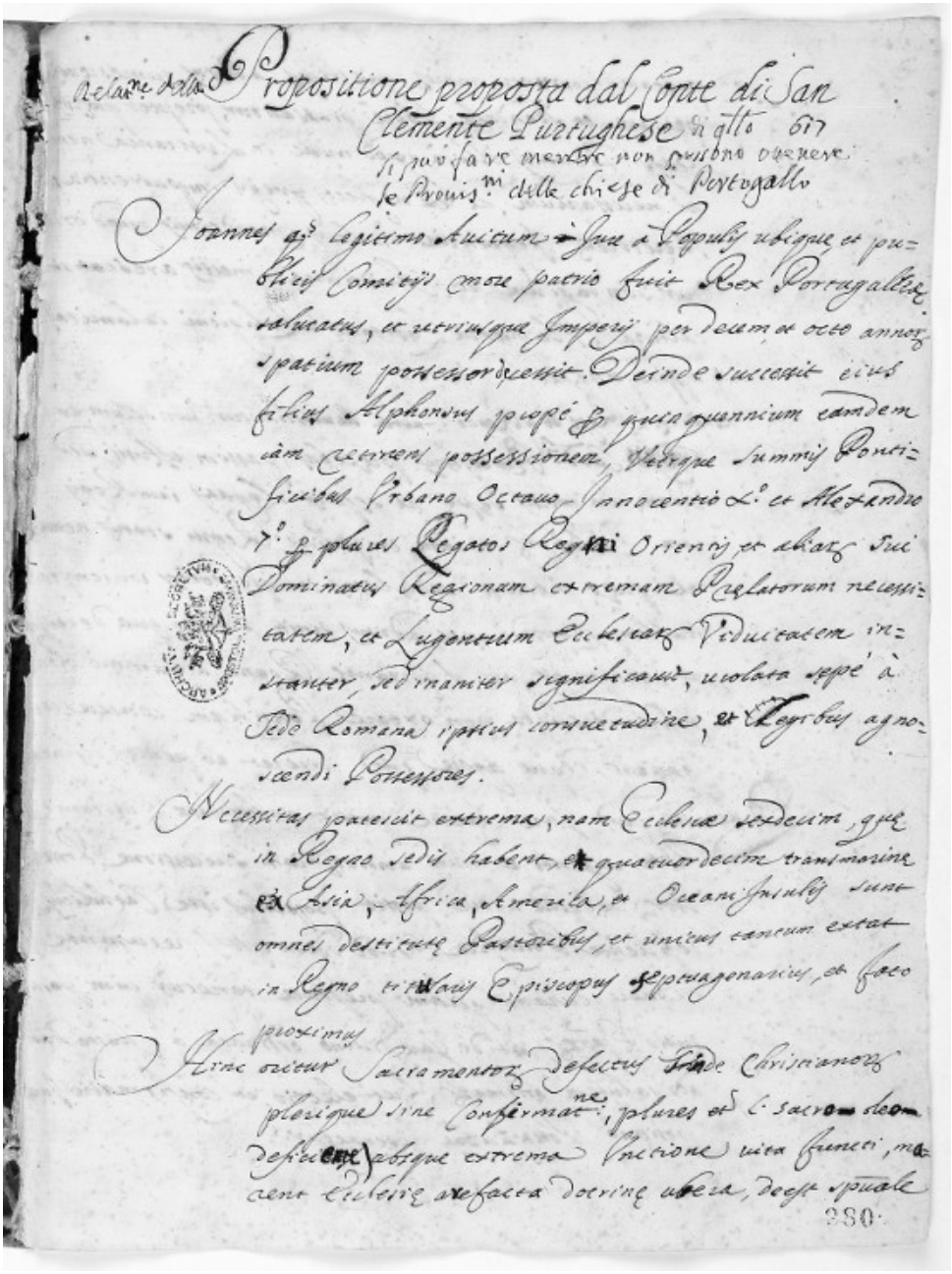
M. Tubeuf[123] a Secretis.

FINIS[124]

123 Sabeus *C M*
124 FINIS *om. C D*

Propositione proposta dal Conte di San Clemente Purtuguese

(1663)



Misc. Arm. III 2, f. 280r

C: Chigi. R I 4, ff. 200r-201v

M: Misc. Arm. III 2, f. 280

/M: 280r/ Relatione della[1]

Propositione proposta dal Conte di San Clemente Purtuguese

di quello si può fare mentre non possono ottenere le Prouisioni delle chiese di Portogallo[2]

/C: 200r/ Ioannes Quartus legitimo[3] auito[4] iure a populis ubique, et publicis comitiis, more patrio[5] fuit Rex Portugalliae salutatus, restitutique[6] Imperii per decem, et octo annorum spatium[7] possessor, decessit[8]. Deinde successit[9] eius filius Alphonsus prope per quinquennium eamdem iam retinens possessionem, uterque Summis Pontificibus Urbano Octauo, Innocentio Xº, et Alexandro 7º per plures Legatos, Regni[10], Orientis et aliarum sui dominatus regionum extremam Praelatorum necessitatem, et lugentium Ecclesiarum uiduitatem instanter, sed inaniter significauit, uiolata saepe a Sede Romana ipsius consuetudine, et legibus[11] agnoscendi Possessores.

Necessitas patescit extrema. Nam, Ecclesiae sexdecim[12], quae in Regno sedes[13]

1 Relatione della *alia manu M*
2 di quello … di Portogallo *alia manu M*
3 legitime *C*
4 auito] auitum *C* auitum ~~a~~ *M*
5 patriae *C*
6 restitutique] et utriusque *M*
7 spatio *C*
8 *em. a* cessit *M*
9 ~~decces~~ successit *C*
10 *em. a* Regnae *M*
11 *em. a* Regibus *M*
12 Terdecem *C*
13 sedis *M*

habent, et quatordecim transmarinae, in[14] Asia, Africa[15], America, et Oceani insulis sunt omnes destitutae Pastoribus, et unicus tantum extat[16] in Regno titularis[17] Episcopus, iam[18] septuagenarius, et fato proximus.

Hinc oritur sacramentorum defectus, unde[19] Christianorum plerique sine confirmatione[20], plures etiam cum[21] sacro oleo[22] deficiente absque Extrema Unctione uita functi, maerent[23] Ecclesiae arefacta doctrinae[24] ubera, deest spirituale /M: 280v/ pastum, corrupti mores, uictrices abusus, tumescentia peccata, et scandala libere grassantur, propter quae Ecclesiis uiduatis illico quod nunc in Lusitania nemini necessarium, re ex neglecti gregis impatientia, et Hereticorum frequentia in locis maritimis quod oriatur contagium et Christiana messis arescat sine cultura, ultimaque Lusitanae Religioni calamitas appropinquet.

Instantiae a Rege et a Regno factae demonstantur non solum ex assiduis Cardinalis Protectoris praecibus passim effusis, sed etiam ex missis saepe ac saepius legatis iam Regis, iam Ecclesiarum, et iam triplicis Regni status nomine, quae precum sedulitas ita est toties contempta nullam remedii, nec aditus sinit spem, qua de causa eo uentum est, ut Lusitaniae[25] Regna a Summo Pontifice derelicta non extare Pontificem censere cogantur, idque agere quod liceret eo penitus deficiente.

Quaeritur quid Iure facere possit in hoc casu Lusitaniae Rex uiginti et trium annorum iam successione Possessor, uel quid agere possit populus ipse Catholicus

14 ex *M*
15 Affrica *C*
16 extat *om. C*
17 *em. a* titolaris *M*
18 iam *om. M*
19 *em. a* inde *M*
20 *em. a* Confermat*i*one
21 c. *M*
22 sacro oleo] *em. a* sacram oleam *M* sacrum oleum *C*
explicit C
23 marent *M*
24 docrinae *M*
25 Lusitanie *M*

deficiente Pontifice (quod idem est) recusante tribuere curam quam prestare tenetur cum institutio Episcoporum sit de iure diuino ordinata a Christo Domino ad salutem animarum, licet electio, et confirmatio iure positiuo Pontificibus reseruetur.

Translatio Literarum de Episcopis

C: Chigi R I 4 – 266

Translatio literarum, quae missae sunt e Lusitania de Episcopis

Super negotio spectante ad Episcopos, bis scripsi ad P. V., semel Olisipone, et iterum ex haec Urbe. In is retuli quomodo iniunctum fuerat Doctori Ioanni Cabral de Barros, ut hac de re tractatum conficeret, in quo huiusmodi punctum accurate discuteret. Addidi insuper, illum tractatum eatenus non comparuisse.

Prodiit igitur mense Martio, et continebat quinque quaestiones cum uniuscuiusque resolutionibus. Et postea subiiciebatur ad finem conclusio ex praemissis deducta, quae cuicumque qui in Anglia non uiueret nimis dura non posset non uideri. Caeterum, priusquam tractatus euulgaretur, illum intercepit, atque apud se retinuit Comes de Castelmelhor, et iussit alium fieri per Doctorem Manuelem Rodriguez Leitam, qui in Academia Conimbricensi est iuris Canonici Professor, uir quidem doctus, et indole praeditus mitiori.

Interea peruenerunt literae P. V., quae citra ullam adulationem, mihi uisae sunt tales, ut si Ecclesiastes haec de re caput institueret, uelletque describere qualem oportebat eligi uirum, cui causa tanti momenti discutienda committi deberet, easdem prorsus in eo exigeret dotes, et conditiones, quas exigunt hae P. V. literae. Idcirco eas illico transcripsi, transumptumque ad Comitem meum nepotem remisi, ut inde addisceret quali consulente opus erat, ut illi tam graue negotium expendendum committeretur.

Expectatur nunc praedicti Doctoris responsum: quod inspiciendum est, et examinandum ab aliquibus ad id specialiter deputatis, et iuxta horum sententiam acceptabitur, uel recusabitur motus proprius. Mihi profecto maior effulget spes hodie,

quam /C: 266v/ superioribus diebus, quibus meas ad aures perlatae sunt propositiones ualde absonae, quas credo a postremo hoc consulente fore corrigendas; eiusdemque interuentu amplectendam tandem aliquam resolutionem oppositam illi, quam tenent nonnulli Iuristae, et alii qui ad solam rationem status respicere profitentur. Faxit Deus ut negotium hoc talem habeat exitum, qualis suae ipsius Dei Ecclesiae magis expedit.

30 Aprilis 1665

Conclusão: reflexões sobre o trabalho realizado

De qualquer trabalho desta natureza é uso dizer-se que constitui apenas o início de uma investigação maior. No caso presente, esta profissão talvez devesse ser reformulada, talvez se deva antes dizer que se trata dos primeiros passos para o início de uma investigação que se afigura difícil de caber no espaço de uma vida, perante a dimensão impressionante, incalculável, da documentação produzida durante o período 1640-1668, de ambos os lados em confronto, em língua latina, mas também nas línguas vernáculas.

Porque este é, efectivamente, o primeiro passo de um trabalho maior, já em projecto, tendo em vista a edição e tradução, numa primeira fase, dos documentos em língua latina, relativos ao período da Restauração, presentes nos arquivos do Vaticano. O presente estudo contempla apenas uma selecção de textos condicionada pelos constrangimentos materiais, mas sobretudo temporais, a que nos referimos na Introdução.

1. A provisão dos bispados e a evolução da estratégia diplomática em Roma

Declarámos igualmente, nas primeiras páginas, que este trabalho não pretendia trazer novidades a um período da nossa História bastante estudado e bem conhecido. Verificámos, contudo, ao longo da nossa investigação que, se é verdade que os aspectos directamente relacionados com a legitimação jurídica de D. João IV e D. Afonso VI estão efectivamente bem estudados em bibliografia abundante, não é certo, contudo, que o mesmo se verifique em relação ao problema da provisão dos bispados. Questão central e determinante nos esforços diplomáticos em Roma, a partir da segunda metade da década de 1640, não tem merecido o destaque que era mester. É, de feito, escassa e incompleta a bibliografia sobre o assunto. Mesmo o incontornável estudo de Antunes Borges, nos anos

50 do século passado[1], depois do qual não se voltou a fazer nenhum trabalho de fôlego equivalente, é incompleto, ao tratar apenas o reinado de D. João IV, mas sobretudo ao recorrer apenas de forma muito esporádica à documentação presente nos arquivos do Vaticano. Da leitura de outros estudos de História da Igreja, quer os mais antigos, como a *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, quer os mais recentes, como o de José Pedro Paiva[2], deprender-se-ia mesmo que, depois de 1656, se teria verificado uma cessação da actividade diplomática tendo em vista a resolução do problema. Paiva di-lo, tomando por base o relativo silêncio do Corpo Diplomático, que nos volumes XIII e XVI é escasso em documentos entre 1658 e 1663, e omisso entre 1663 e 1668. Fortunato de Almeida, por seu lado, deixa-o implícito, pela omissão de qualquer referência a esse período. Contudo, como esperamos ter demonstrado quer nos estudos introdutórios, concretamente no capítulo III da Parte II, quer na edição e estudo dos documentos deste trabalho, não só se mantiveram activas as diligências em Roma, pelo menos até à missão de D. Francisco Manuel de Melo, em 1664, como também no reino se prosseguiram os esforços para tentar resolver o problema, como testemunha a carta de frei Pedro de Sousa, datada de Abril de 1665, da qual se retira que por essa altura Castelo Melhor, depois de censurar um tratado previamente encomendado a João Cabral de Barros, encarregava Manuel Rodrigues Leitão de estudar a questão e escrever um tratado sobre o assunto, que depois seria analisado por uma congregação deputada para o efeito.

A razão de Estado

A carta de frei Pedro de Sousa, que na nossa edição denominamos TL, declara, além disso, e como vimos, de forma explícita uma guerra que a restante documentação já permitia adivinhar. O tio de Castelo Melhor manifesta, de feito, a esperança de que o tratado encomendado a Manuel Rodrigues Leitão contrarie aqueles "qui ad solam

1 BORGES 1957, 1958

2 PAIVA 2006

rationem status respicere profitentur", ou seja, em linguagem, aqueles que apenas têm em conta a razão de Estado. Esperança vã, como sabemos, pois Manuel Rodrigues Leitão, como se verá no seu *Tratado Analytico e Apologetico*, publicado apenas em 1715, era precisamente um dos que mais acerricamente defendiam a razão de Estado, ao defender como inalienável o direito de padroado da Coroa de Portugal, e portanto inaceitável a solução das provisões de *motu proprio*. Frei Pedro de Sousa alude explicitamente, dizíamos, a esta guerra surda que grassou entre as fileiras portuguesas, unidas na defesa da Casa de Bragança enquanto legítima herdeira e detentora do reino de Portugal, mas divididas na forma de obterem o reconhecimento papal. De um lado, representados nesta carta por frei Pedro, aqueles que consideravam o problema da provisão dos bispados uma questão essencialmente religiosa, e portanto se manifestavam dispostos a aceitar as provisões de *motu proprio*, e deixar a legitimação política para os políticos. Esta era, claramente, uma posição minoritária, tanto mais que coincidia, se não nos objectivos, pelo menos nos meios, com o partido habsburgo. Madrid, efectivamente, sobretudo a partir do pontificado de Alexandre VII, passou a encarar as provisões de *motu proprio* como um mal menor, porventura na esperança de ir adiando uma decisão papal, até à recuperação do reino, e consequente resolução do problema[3]. Ainda assim, como vimos, a junta reunida em 1645 por D. João IV considerou que as provisões de *motu proprio* em nada agravavam o rei de Portugal, opinião que o rei ignorou[4].

Do outro lado da barricada estiveram os vencedores desta luta interna, os defensores da razão de Estado: aqueles que, com diferentes matizes quanto à atitude a tomar em relação a Roma, defenderam que o direito de padroado era uma prerrogativa inalienável do rei de Portugal, e que as provisões de *motu proprio* eram inaceitáveis, e, a verificarem-se, uma vitória de Madrid. Representantes deste partido foram sem dúvida o o conde da Vidigueira, mais tarde marquês de Nisa, e Francisco de Sousa Coutinho, que

3 *V. supra* pp. 131 et seqq.
4 *V. supra* pp. 96 et seqq.

demoveram, em ocasiões diferentes, D. João IV de aceitar qualquer solução que não passasse pela provisões por apresentação do rei de Portugal. É especialmente significativa a violenta carta, que não hesitamos em citar de novo, enviada por Sousa Coutinho a D. João IV, datada de Fevereiro de 1652:

> ... fiquei tal, e tão fora de mim com tal proposta, que dera esse pouco que tenho, e o muito que devo esperar da grandeza de Vossa Majestade, e de meus serviços, por me ver fora na ocasião presente do ministério que eu exercito, pela grande vergonha que hei, e hão-de padecer todos aqueles que fora do reino servem hoje a Vossa Majestade, ou são naturais de seus reinos. [...] Vossa Majestade me há-de perdoar – ou não me perdoe, mande-me cortar a cabeça, porque enquanto a tiver nos ombros hei-de gritar como um desatinado todas as vezes que vir semelhantes resoluções.[5]

Sousa Coutinho referia-se à solução considerada por D. João IV, no sentido de aceitar a provisão dos bispados através da Dataria, e não do Consistório, por dessa forma se contornar a necessidade de nomear, nas bulas, o rei de Portugal[6]. Sempre com a cabeça sobre os ombros, Sousa Coutinho representa, assim, a corrente dominante, a vencedora desta guerra interna, que considerou que a provisão dos bispados nos nomes apresentados pelo rei poderia ser a forma mais eficaz de obter a legitimação papal, e de que a aceitação das provisões de *motu proprio* seria, inversamente, uma derrota da qual dificilmente se poderia recuperar. Temos de incluir ainda neste lado da barricada Nicolau Monteiro, exemplo extraodinário de fidelidade à causa restauracionista, ele que, não convencido da justeza da exigência do direito de apresentação para todas as sés portuguesas, declara ainda assim, como vimos, em carta ao rei, datada de Junho de 1645[7], que o defenderá com todas as suas forças.

5 CD XIII, p. 197
6 *V. supra* p. 111
7 CD XIII, pp. 73-83

Parece, de feito, poder ler-se na documentação estudada neste trabalho e nas fontes consultadas, nomeadamente na correspondência publicada nos volumes XIII e XIV do Corpo Diplomático, uma evolução na estratégia portuguesa. Predominam nos primeiros anos, sobretudo entre 1641-1642, durante a permanência do bispo de Lamego em Roma, os documentos que, do lado português como do lado espanhol, procuram tratar a questão de um ponto de vista estritamente político. São disso exemplo os documentos que apresentamos em anexo, tratados histórico-políticos e pareceres jurídicos que recorrem essencialmente ao direito sucessório para demonstrar o direito da Casa de Bragança ao trono português, quer em 1580, quer em 1640, e o consequente direito a enviar embaixadores – ou, do lado espanhol, a sua ilegitimidade e consequente incapacidade de envio de embaixadores.

Se é verdade que o problema da vacatura das sés não era ainda determinante, não é certo que não se adivinhasse já as suas terríveis consequências, do ponto de vista religioso. Quando o bispo de Lamego entra em Roma, em 20 de Novembro de 1641, estavam vagas 9 sés, no reino e territórios ultramarinos[8]. Em 11 de Dezembro 1642, quando se retira de Roma, estavam vagas 11 sés[9] – ou seja, mais de um terço das 27 dioceses portuguesas[10].

Encontramos, ainda assim, as primeiras referências ao problema da provisão na EDM[11], datável de 1641-1642, ao tratar da recepção ao bispo de Lamego. Apesar de a alusão ocorrer apenas como mais um exemplo dos inconvenientes que decorreriam da não recepção do embaixador Português, sublinhamo-la como uma evidência de que o problema estava longe de ser desvalorizado, mais ainda de ser inexistente. Os esforços diplomáticos portugueses apostavam, contudo, em obter o reconhecimento de D. João IV

8 No reino: **Miranda**, desde Junho de 1636; **Portalegre**, desde Março de 1638; **Viseu**, desde Janeiro de 1639; **Porto**, desde Julho de 1639; **Guarda**, desde Novembro de 1640; **Braga**, desde Julho de 1641. Nas possessões ultramarinas: **Angra**, desde Abril de 1637; **Meliapor**, desde Junho de 1638; **São Tomé**, desde Setembro de 1640 (PAIVA 2006, pp. 578 et seqq.).

9 Às anteriores juntara-se **Congo-Angola**, vaga desde Janeiro de 1642 (PAIVA 2006, p. 590)

10 PAIVA 2006, pp. 578 et seqq.

11 EDM 118 et seqq.

mediante a prova do seu bom direito, como está bem patente nos documentos que apresentamos em anexo ao nosso estudo. Desse reconhecimento viria, naturalmente, a provisão dos bispados. O cálculo estaria correcto, todavia as circunstâncias haveriam de forçar uma inflexão nesta estratégia.

A partir sobretudo da segunda metade da década de 1640, com o agravar do problema da vacatura das sés, verifica-se uma evolução na estratégia diplomática em Roma, que se traduz no relegar para segundo plano a argumentação legitimista (que não é, contudo, em circunstância nenhuma abandonada) para procurar obter o reconhecimento de D. João IV, e depois D. Afonso VI, mediante a provisão dos bispados. Ou seja, com recurso repetido aos cânones que prescrevem a posse como bastante para a obtenção do direito de padroado, e sobretudo ao texto do Concílio de Trento, sessão 24, cap. 9, segundo o qual em caso de disputa se devia conceder aos "reges seu regna possidentes" o direito de padroado, procurou-se obter do Papa o reconhecimento da posse de facto do reino de Portugal, e a consequente provisão das sés por apresentação do rei de Portugal, assim nomeado nas bulas de provisão.

A opção por esta estratégia é evidente quer na progressiva escassez, em Roma, de documentos dedicados em exclusivo à fundamentação jurídica da Restauração, a partir sobretudo de 1645[12], quer na superficialidade com que Sousa Coutinho se lhe refere, no referido memorial a Alexandre VII, de inícios de 1656, onde declara logo nas primeiras linhas que

> Quelle, che chiamano il Re mio Signore alla legitima successione de Regni di Porlogallo sono cose chiare, che li nostri inimici istessi le conoscano meglio di quello le uogliano confessare; Se n'è mostrata in tant' occasioni con proue si conuenienti l'euidenza à tutto il mondo, che sarebbe inutile stendermi hora a repeterle. L'unico oggetto, che mi propongo è di rappresentare a Vostra Santità lo stato presente delle cose; l'eccesso de mali, a quali hà ridotto il Christianesmo nel Vasto Imperio di

12 Não será coincidência o facto de 1645 ter sido o ano em que Inocêncio X proveu de *motu proprio* três sés portuguesas.

> Portogallo [...][13]

Mas, como vimos[14], esta estratégia é declarada e assumida nas instruções enviadas em nome do rei D. Afonso VI, em Outubro de 1662, a D. Francisco Manuel de Melo, tendo em vista a sua missão a Roma, nas quais se declara que

> [...] em nenhum caso dareis memoriais ou papéis sobre o direito deste reino, e pedindo-se-vos, respondereis vocalmente que a Sé Apostólica está muito bem informada da justiça da minha causa, da qual já não consinto que se trate por ser 2.º possuidor destes reinos [...][15].

Permita-se-nos duvidar, tendo em conta a documentação estudada, que fosse o facto de ser já "2.º possuidor destes reinos" que leva D. Afonso VI (ou quem por ele escreve) a proibir D. Francisco de dar papéis sobre a sua legitimidade. O facto de, como vimos, esta estratégia ter sido seguida já desde a segunda metade dos anos de 1640 leva-nos a considerar como mais provável tratar-se de uma tentativa de obter a legitimação não através de intrincadas, difíceis, e nem sempre seguras provas jurídicas, mas mediante o reconhecimento da posse de facto do reino, através da provisão dos bispados nos nomes apresentados pelo rei de Portugal.

Do estudo dos documentos em língua latina constantes neste estudo é também notória a relativa abundância de documentos que deixam, uns de forma mais clara do que outros, a ameaça de uma ruptura com Roma, no que respeita ao processo de provisão dos bispados. Embora nunca tenha vingado, tiveram alguma força, como vimos, as teses que defenderam a provisão dos bispados sem recurso à Santa Sé, ou por eleição feita pelos cabidos, por apresentação do rei[16], ou pelos bispos e arcebispos reunidos em Concílio

13 MSC, vol. I, ll. 15-21
14 *V. supra* p. 142
15 CD XIV, pp. 17-18
16 PRP (1649)

Nacional[17]. Manifesta sem rebuço nos documentos PRP e RPD, esta ameaça encontra-se mitigada, por vezes apenas insinuada, em outros documentos estudados, de que sublinhamos, por serem de proveniência oficial, o memorial de Sousa Coutinho (1656) e a consulta de D. Francisco Manuel de Melo (IQA), provavelmente aos doutores da Sorbona, em 1663[18].

Apesar de terem, como vimos, apoiantes de peso em Portugal, estas teses não vingaram, como se sabe. No entanto, quer as ameaças nesse sentido, no memorial de Sousa Coutinho e nas instruções de D. Francisco Manuel de Melo[19], quer sobretudo a presença de documentos em Roma que fazem delas eco, bem como o facto de serem documentos com razoável divulgação, reflectida em várias cópias manuscritas[20], pode indicar que, mesmo rejeitadas oficialmente, estas teses mais radicais terão sido instrumento de pressão sobre a Santa Sé, no sentido de se obter uma resolução favorável ao rei.

2. Documentos e copistas

Optámos por, nestes primeiros passos para um estudo mais amplo, abdicar de um estudo codicológico profundo. A nossa decisão deveu-se, essencialmente, ao facto de considerarmos que, neste fase, deveria ter prioridade o estudo do conteúdo dos documentos e a sua edição, mesmo tendo consciência de que o estudo codicológico poderá esclarecer algumas questões surgidas, nomeadamente a distinção sem ambiguidades entre cópias de arquivo coevas e cópias posteriores. Só nos foi possível fazê-lo em relação àquelas que indicam, com a mesma mão do restante documento, a existência de outras cópias na Biblioteca Nacional da Ajuda, no arquivo *Symmicta Lusitanica*. É o caso, por

17 RPD (1649)

18 Sobre os problemas relativos a este documento, *v*. vol. II, pp. 403 et seqq.

19 *V. supra* pp. 140 et seqq.

20 Das PRP demos conta de 4 cópias, do RPD de 3. É de recordar, e sublinhar, que ambos os documentos tiveram edições impressas.

exemplo, da cópia N[21] da *Breuis Disceptatio*, que assim fica datada pelo menos do reinado de D. João V, que foi quem promoveu a criação do referido arquivo.

Por fazer ficou, também, um estudo sobre os copistas, embora pareça evidente que os documentos estudados serão cópias de arquivo, como se depreende dos fólios com sumários de conteúdo, com a mesma mão do restante documento, que precedem alguns dos textos estudados. É o caso, entre outros, da cópia Co[22] do anexo que designámos OC, ou da cópia M[23] da protestação de Sousa Coutinho à Dieta de Ratisbona (RCI).

O distanciamento dos copistas em relação a alguns dos documentos revela-se também nos erros, por vezes desconcertantes, que, se não adulteram irremediavelmente o texto, podem, pelo menos, dificultar o seu entendimento para um leitor desprevenido. Damos alguns exemplos significativos.

A cópia S[24] da *Epistola Apologetica* (EA) não entende "Bragantia" como referindo-se a um homem, se não for determinativo de "Dux", como por vezes ocorre no texto. Nesses casos, coloca qualquer adjectivo ou particípio que com ele concordam na forma feminina:

> Dicet fortasse **Bragantia** fuisse a tot Pontificibus uidentibus, et tolerantibus tacite **absoluta**.[25]

> [...] quanto magis non iuuat **Bragantiam**, **quae** non possidet [...].[26]

Tal erro, num documento do partido espanhol, é revelador do alheamento do copista de S, que aparentemente não sabia de quem se falava, e tratou de emendar para o género feminino aquilo que via como inexplicavelmente flexionado no género masculino.

21 ASV: Arch. Nunz. Lisb., B. 1, Fasc. 3, ff. 153r-164v
22 BAV: Chig. O I 12, ff. 133r-134v
23 ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 166r-171v
24 ASV: Seg. Stato Portogallo 220, ff. 1r-28r
25 EA, vol. I, l. 703
26 EA, vol. I, l. 654

Porventura mais significativo, uma vez que se trata de um documento de apoio a D. João IV, é o erro que, no documento que designámos SRP, o copista de M3[27] introduz, ao emendar o que para ele seria um "Dux Barcellensis" para um mais natural – mas evidentemente disparatado – "Dux Barcellonensis". Não se pode entender este erro senão enquanto revelador de um copista que pouco ou nada sabia do assunto em questão.

No mesmo documento, ambas as cópias conhecidas tropeçam no português "real d'agoa", que é transcrito "real dagon" por M1[28], e "real d'acqua" por M3.

Os erros na transcrição de datas são também frequentes, mas revelam na generalidade dos casos apenas dificuldades de leitura, com pequenas variações não relevantes. Há, contudo, um caso muito significativo. Trata-se da data do início do reinado de D. Manuel, em que nenhuma das cópias conhecidas da *Responsio Historica Politica et Iuridica* (RHP), datada de 1642, acerta:

> **Cf**[29]**:** Horum postremus Emanuel anno **1595** Regno Coronatus auctores Principum Regiae Coronae inhiantium genuit.
>
> **Co**[30]**:** Horum postremus Emanuel **milles.º quingentes.º V.º** Regno Coronatus auctores Principum Regiae Coronae inhiantium genuit.
>
> **M1**[31]**:** Horum postremus Emanuel anno **1195** Regno Coronatus autores Principum Regiae Coronae inhiantium genuit.

Parece evidente que foi o copista de M1 quem teve diante dos seus olhos a data correcta, tendo confundido o "4" com um "1". Qualquer dos erros revela, assim, um profundo desconhecimento da História de Portugal, e dos problemas que então se

27 ASV: Misc. Arm. III 31, ff. 847r-852r
28 ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 134r-138r
29 BAV: Chigi F IV 141, ff. 246-287
30 BAV: Chigi O I 12, ff. 97-111
31 ASV: Misc. Arm. I 65, ff. 300r-329v

debatiam.

Os erros podem atingir também a própria língua, com erros de morfologia e de sintaxe, muitas vezes devidos a más leituras, mas ainda assim reveladores de um domínio por vezes insuficiente do latim. O caso mais significativo é da cópia C[32] da carta do clero de França (SOE) ao Papa Inocêncio X, que abre logo com um erro que não se pode explicar como má leitura, ao trocar o correcto "Sollicitudo" por um sintacticamente inexplicável "Sollicitudinem".

Estas e outras incorrecções, nem sempre, como vimos, motivadas por erros de cópia, demonstram que a generalidade das cópias era produzida por copistas pouco conhecedores dos assuntos em debate, porventura destinadas mais a arquivo do que a divulgação. Esta é, recordamos e sublinhamos, uma conclusão provisória, que parte de uma análise superficial, e que necessita de um estudo codicológico profundo, só possível após a reabertura da BAV.

***

O degrau imperfeito

O estudo codicológico é apenas uma de entre as várias tarefas que ficam por fazer, concluído este estudo, primeiro degrau imperfeito de uma escada sem patamar final previsível. Chamamos-lhe imperfeito também no seu sentido etimológico. Esta é, com efeito, uma obra incompleta, e professamo-lo sem qualquer intenção de *captatio beneuolentiae*.

Porque é imperfeita a selecção dos textos, porventura pouco representativa da amplitude cronológica do período em estudo. Uma nova releitura de toda a documentação

32 BAV: Chigi O III 28, ff. 189r-190r

consultada, e sobretudo o acesso à BAV, em breve reaberta, permitirão com toda a probabilidade alargar de forma significativa o acervo agora estudado, editado e traduzido.

Porque são imperfeitas as notas e comentários à tradução, para as quais é mester uma profunda e atenta revisão científica por parte de especialistas em Direito Civil e Canónico, disciplinas nas quais não temos formação sequer básica.

Porque é imperfeita a leitura e análise, pelas nossas limitações, que a cada dia tentamos suprir pelo estudo esforçado.

E assim fazemos de novo nossas as palavras que Francisco de Sousa Coutinho dirigiu ao rei D. João IV, em finais do Verão de 1656, antes de avançar para o comentário à *Epistola Apologetica*[33].

> Fazia conta quando comecei esta de não fazer a Vossa Majestade mais que uma simples narração do papel sem chegar a individuá-lo, mas falei no do outro frade, toquei um ponto dele, e creio que me poderá Vossa Majestade culpar se deste lhe não disse alguma cousa. Fá-lo-ei muito de leve, que mal poderia de outra maneira, que sendo a minha profissão tão secular zombaria Vossa Majestade de mim como todos os que ouvissem esta carta vendo-me repetir textos, e responder a eles sem os entender; contudo nas matérias a que chegar a minha lança chegarei também com a minha pena, e ria-se Vossa Majestade muito embora.

Explicit

33 CD XIII, p. 338

Bibliografia

Estudos

- ALMEIDA, F. de, *História da Igreja em Portugal,* vol. II, Porto-Lisboa, 1968
- AMBROSINI, M. L.; WILLIS, M., *The Secret Archives of the Vatican*, Little Brown and Company, 1969
- BARATA, M.ª do R. T., "Poder - Redes de Poder no Portugal Moderno - Séculos XV a XVIII". *in* Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida. Edições Colibri, 2007
- BAUMGARTEN, P. M., *The Vatican Library And Its Secret Archives*, Kessinger Publishing, 2005
- BERNABÉU ALBERT, S., « Juan de Solórzano y Pereira: De Indiarum Iure (Liber III: De retentione Indiarum), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001. », Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Reseñas de libros y CD roms, 2005 URL : http://nuevomundo.revues.org/251. Consultado em 3 de Julho de 2010.
- BORGES, A., "Provisão dos bispados e concílio nacional no reinado de D. João IV", in *Lusitania Sacra*, tomo II, 1957, pp. 117-219; tomo III, 1958, pp. 95-164.
- BRASÃO, E., *A importância da diplomacia na Restauração de Portugal em 1640*, Coimbra editora, Coimbra, 1940
- BRASÃO, E., *A missão a Roma do Bispo de Lamego*, Coimbra editora, Coimbra, 1947
- BRASÃO, E., *A Restauração: relações diplomáticas de Portugal de 1640 a 1668*, Bertrand, Lisboa, 1939
- CAMPOS, Deoclécio Redig de, *Quatro documentos originais e inéditos, tirados do Arquivo Secreto Vaticano e da Biblioteca Apostólica, para servirem à história da restauração da independência portuguesa, em 1640,* Coimbra, 1940
- CANAVARRO, P. M. G., *Portugal e a Dinamarca durante a Restauração (Relações diplomáticas: 1640-1668)*, Lisboa, 1967

- CARDOSO, A. P., "A Restauração de Portugal no Arquivo Secreto e na Biblioteca do Vaticano",
- COELHO, A. Borges, *A Inquisição de Évora (1533-1668)*, Caminho, 2002
- COSTA, F. D., *A Guerra da Restauração. 1641-1668*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004
- COSTA, L. F.; CUNHA, M. F., *Dom João IV*, Círculo de Leitores, 2006
- CRUZ, M.ª A. L., *D. Sebastião*, Círculo de Leitores, 2006
- CUNHA, M. F., *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, 2000
- DELGADO, I., *Escritores políticos de Seiscentos*, Biblioteca Breve, ICALP, Lisboa, 1986
- Eduardo Brasão, *A diplomacia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, Vol. I, Resistência*, Lisboa, 1979-1980
- ESPÍRITO SANTO, G. do, *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração. 1640-1668*, Lisboa, 2009
- ESPÍRITO SANTO, G. do, *Guerras e Campanhas Militares. Restauração. 1640-1668*, Quidnovi, Lisboa, 2008
- FARIA, Ana M. H. L. de, "História Diplomática e História das Relações Internacionais. Prática e Prospectiva", *in* Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida. Edições Colibri, 2007
- FARIA, Ana M. H. L. de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna da História, 2008
- FARIA, Ana M. H. L. de, *Os Cadernos de Duarte Ribeiro de Macedo. Correspondência Diplomática de Paris. 1668-1676*, Col. Biblioteca Diplomática do MNE, Lisboa, 2007
- FARIA, Ana Maria H. L. de, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno. 1618-1680*, Col. Biblioteca Diplomática do MNE, Lisboa, 2005
- FÉRET, P., La Faculté de théologie de Paris et ses docteurs les plus célèbres, vol. 2, 1895
- FONSECA, F. T. DA, "A man for all seasons: A acção de António Vieira na conjuntura

da Restauração", *in* Brotéria 4/5, vol. 145, Lisboa, 1997

- GRÉGOIRE, M., *Éssai Historique sur les Libertés de l'Église Gallicane et des Autres Églises de la Catholicité*, Paris, 1829
- HOBERG, H., *Inventario dell'Archivio della Sacra Romana Rota (sec. XIV-XIX) a cura di Josef Metzler*, Collectanea Archivi Vaticani 34, Vaticano, 1994
- HORCH, R. E. (ed.), *A missão de D. Miguel de Portugal e a prisão de D. Duarte de Bragança. Dois folhetos referentes à época da Restauração em Portugal*. Coimbra Editora, 1983
- KAZHDAN, A. P. (ed.), *The Oxford Dictionary od Bizantium*, 1991
- LIMA, D. P., *Francisco de Sousa Coutinho*, Ed. Ocidente, Lisboa, 1943
- MARQUES, A. H. Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa, 1995
- MARQUES, J. F., "A parénese patriótica de Vieira no Brasil filipino e primórdios da Restauração", in *Brotéria 4/5*, vol. 145, Lisboa, 1997
- MARQUES, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*. 2 vols., INIC, Lisboa
- MARTÍNEZ, P. S., *História Diplomática de Portugal*, Verbo, Lisboa, 1986
- OLIVEIRA, A. de, *Dom Filipe III*, Lisboa, 2005
- OLIVEIRA, A. de, *Poder e oposição política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, 1991
- PAIVA, J. P., *Os Bispos de Portugal e do Império : 1495-1777*, Coimbra, 2006
- POMBO, M. Ruela, *A Aclamação de El-Rei D. João IV no Arquipélago dos Açores*, separata da II série da revista 1640
- RAMOS, R. (coord), Vasconcelos e Sousa, B., Monteiro, N. G., *História de Portugal*, Lisboa, 2009
- SÁNCHEZ HERRERO, J., *Historia de la Iglesia en España y Hispanoamérica desde sus Inicios hasta el Siglo XXI*, Madrid, 2008
- SARAIVA, A. J., *História e Utopia. Estudos sobre Vieira*. ICALP, 1992
- SERRÃO, Joaquim V., *Fontes de Direito para a história da sucessão de Portugal*, Coimbra,

1958

- SERRÃO, Joaquim V., *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Colibri, 2004
- SERRÃO, Joel (org.), *Dicionário de História de Portugal,* Figueirinhas, Porto, 1990
- SOARES, M., *A justificação jurídica da Restauração e a toeria da origem popular do poder político,* Lisboa, 1954
- TARRÍO, A. M., "La memoria de los godos en João de Barros (Geographia d'Entre Douro e Minho)", in *Actas do IV Congresso Internacional de Latim Medieval (Lisboa, 12-15 de Outubro de 2005)*, Lisboa, 2006
- TORGAL, L. R., *A Restauração. Reflexões sobre a sua Historiografia. Instituto de História e Teoria das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1976
- TORGAL, L. R., *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1981-1982
- VALLADARES, R., *A conquista de Lisboa. 1578-1583. Violência militar e comunidade política em Portugal,* Lisboa, 2010
- VALLADARES, R., *A independência de Portugal*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2006
- VEIGA, C. M., *Guerras e Campanhas Militares. A Perda da Independência. 1578-1583*, Quidnovi, Lisboa, 2008
- VIANA, A., «La doctrina postridentina sobre el territorio separado, *nullius dioecesis*» in *Ius Canonicum*, vol. 42, n.º 83, 2002, pp. 41-82

Instrumenta

- A.A.V.V., *Biblioteca Nacional de Lisboa. Exposição Bibliográfica da Restauração*, vol. I, Lisboa, 1940
- BLOUIN, F. X., *Vatican Archives*, OUP, 1998
- FARIA, M.ª da Graça Pericão de (org.), *Restauração. Catálogo da Colecção Visconde da Trindade*, Coimbra, 1979

- LIVINGSTONE, E. A. (org.), *Oxford Concise Dictionary of the Christian Church*, Nova Iorque, 2006
- LIVINGSTONE, E. A. (org.),*The Oxford Dictionary of the Christian Church*, Oxford, 1974
- MACHADO, D. B., *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*, 4 vol., 1741-1759
- SCHAFF-HERZOG, *Encyclopedia of Religious Knowledge*, 1914
- SILVA, INOCÊNCIO F.; ARANHA ET AL., *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva....*, INCM, Lisboa, 1973 (t. XVIII, pp. 174 et seqq.)
- TOSI, R., Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas, São Paulo, 2000

Fontes (edições modernas)

- A.A.V.V., *Collectio canonum Ecclesiae Hispanae ex probatissimis ac pervetustis codicibus nunc primum lucem edita a Publica Matritensi Bibliotheca*, Madrid, 1808
- BRANDÃO, A., *Monarquia Lusitana*, Parte IV, INCM, Lisboa, 1974
- CALDEIRA, A. C. (ed.), *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, 10 volumes, Lisboa, 1872-1883
- COSTA, M. A. (ed.), *Ordenações Manuelinas*, Lisboa, 1984
- DIAS, E. G., (ed.), *Gazetas da Restauração (1641-1648). Uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas (edição transcrita)*, Col. Biblioteca Diplomática do MNE, 2006
- ERICEIRA, Conde da, *História de Portugal Restaurado*, 4 vols. Lisboa, 1945
- MARQUES, J. F., (ed.), *A Utopia do Quinto Império e os Pregadores da Restauração*, Quasi, Lisboa, 2007
- MELO, Francisco Manuel de, *Tácito Português*, Sá da Costa, 1995
- MESERVE, M., SIMONETTA, M. (eds.), *Pius II Commentaries*, Harvard University Press, 2004
- PAIVA, Sebastião de, *Tratado da Quinta Monarquia*, ed. José Eduardo Franco, Arnaldo do Espírito Santo, Lisboa, 2006

- SANTARÉM, V. DE; SILVA, R. DA; MONIZ, J. C. F.; FERRÃO, A., *Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relaçoes politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo desde o seculo XVI ate aos nossos dias,* 16 vol., 1862-1891
- VALE, T. L. M. (ed.), *Diário de um embaixador português em Roma (1676-1678)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2006
- VEIGA, A. B. da Costa (ed.), *Um diplomata português da Restauração. António da Silva e Sousa. Correspondência relativa à sua missão no norte da Europa*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1940
- VERDELHO, E. (ed.), Relaçaõ de tudo o que passou na felice aclamaçaõ do mui alto, & mui poderoso Rey Dom Joaõ o. IV. nosso senhor, Coimbra, 2007 (edição electrónica: http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/03relacaodetudooquepassou)
- VIEIRA, António, *Apologia das coisas profetizadas*, Lisboa, 1994
- VIEIRA, António, *Cartas*, 3 vols., Lisboa, 1997
- VIEIRA, António, *História do Futuro*, 2 vols., Lisboa, s.d.
- VIEIRA, António, *Representação Perante o Tribunal do Santo Ofício*, Lisboa, 2008
- VIEIRA, António, *Sermões I*, Arnaldo do Espírito Santo (coord.), Lisboa, 2008
- VIEIRA, António, *Sermões pregados em Portugal. A crise da Restauração*, vol. IV, 2ª ed., Agência Geral das Colónias, 1940

Fontes (edições coevas)

- A.A.V.V., *A Acçaõ de acclamar a elRey Dom Ioão...,* 1644
- A.A.V.V., *Allegações de direito que se offereceram ao muito alto e poderoso Rei Dom Henrique nosso Señor na causa da socessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catherina sua sobrinha filha do Iffante dom Duarte seu irmão a 22 de Outubro de MDLXXXIX*, Almeirim, 1580
- A.A.V.V., *Assento feito em cortes pelos tres estados de Portugal...*,of. de Paulo

Craesbeeck, 1641

- A.A.V.V., *Capitulos gerais apresentados a elRey D. João nosso senhor IIII deste nome..., Nas Cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28 de Janeiro de 1641, Com suas Repostas de 12. de Setembro do anno de 1642... Com as replicas, repostas & declarações dellas em 1645*, Lisboa, 1645
- A.A.V.V., *Commentarios dos valerosos feitos, que os portuguezes obraram em defensa de seu Rey, & patria na guerra de Alentejo que continuava o Capitaõ Luis Marinho d'Azevedo*, Lisboa, 1644
- A.A.V.V., *Invictissimo Regi Lusitaniae Joanni IV. Academia Conimbricensis libellum dicat in felicissima sua aclamatione...*, Coimbra, 1641
- A.A.V.V., *Relacion verdadera de los sucessos de las armas de Portugal y Castilla en la campaña del año 1661...*, Lisboa, 1661
- Almeida, Cristóvão de, *Sermão do Smo. Sacramento, em acçam de graças, na dedicaçaõ do templo, que lhe edificou a Rainha N. S., no lugar em que a Magestade de El Rey N. S. D. João o quarto que está em gloria, foi livre milagrozamete da morte q lhe intetava dar a sacrilega treiçaõ dos castelhanos, indo acompanhando a Christo Sacrametado na procissaõ de Corpus o anno de 1647...*, Lisboa, 1661
- Almeida, Gregório de, *Restauração prodigiosa de Portugal*, of. de António Alvarez, 1643
- Almeida, Gregório de, *Terceira parte da Restauração de Portugal Prodigiosa*, Lisboa, 1644
- Anónimo, *Observations sur un livre intitulé Philippes le Prudent...*, Antuérpia-Paris, 1640
- Azevedo, L. Marinho de, *Exclamaciones politicas, juridicas, y morales. Al Summo Pontifice, Reyes, Principes, Respublicas amigas, y confederadas con el Rey Don Juan IV. de Portugal en la injusta prizion, y retencion del Serenissimo Infante D. Duarte su hermano...*, Lisboa, 1645
- Besold, C., *Disserationum Nomicopoliticarum libri III...,* Tübingen, 1617
- Boulliau, I., *Pro ecclesiis Lusitanicis, ad clericum Gallicanum libelli duo; accessit ejusdem*

[...] dissertatio de populis fundis, Estrasburgo, 1656

- BRANDÃO, Francisco, *Discurso gratulatorio sobre o dia da felice restituiçaõ...*, 1642
- BRANDÃO, Francisco, *Relaçam do assassinio intentado por Castella, contra a Magestade delRey D. João IV Nosso Senhor, & impedido miraculosamente*, Lisboa, 1647
- CABEDO, Jorge de, *De Patronatibus Ecclesiarum Regiae Coronae*, Lisboa, 1602
- CARAMUEL LOBKOWITZ, J., *Philippus prudens Caroli V. Imp. Filius Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimus rex demonstratus*, Antuérpia, 1639
- CARAMUEL LOBKOWITZ, J., *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal...*, Antuérpia, 1642
- CASTRO, Gabriel Pereira de, *De manu regia tractatus*, 2 vols., Lisboa, 1622-1625
- CHAGAS, Manuel das, *Cantico gratulatorio pello assasinio nam effeituado. Offerece a Dom Ioam Lobo de Faro Dom Prior da Insigne, & Real Collegiada de N.S. da Oliueira da nobre Villa de Guimaraẽs. Canta o P. Frey Manoel das Chagas Olyssiponense, & obseruante Carmelita*, Lisboa, 1648
- CHAGAS, Manuel das, *Sermam que pregou o Padre Frey Manoel das Chagas religioso da sagrada Ordem de N. S. do Carmo no seu Convento em o dia da acclamação de S. Magestade…*, Lisboa, 1647
- CIACCONIUS (Alfonso Chacón), *Vitae et gesta summorum pontificum a Christo Domino vsque ad Clementem VIII necnon S.R.E. cardinalium cum eorumdem insignibus*, Roma, 1601
- CICCARELLI, A., *Le vite de Pontefici*, Roma, 1588
- CONESTAGGIO, J. F., *De Portugalliae Coniunctione cum Regno Castellae Historia Hieronymi Conestaggii, patritii Genuensis, diuisa in decem libros, & ex Italico sermone in Latinum conuersa*, Frankfurt, 1602
- CONESTAGGIO, J. F., *Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia...*, Florença, 1642
- CONESTAGGIO, J. F., *Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia...*,

Génova, 1585

- COUTINHO, Francisco de Sousa, *Manifesto, e Protestaçam que fez Francisco de Sousa Coutinho... seu embaxador extraordinario âs partes septentrionaes, enviado â Dieta de Ratisbona, sobre a liberdade do... Infante D. Duarte... injustamete reteudo nas terras do Imperio. Traduzido de outro latino/ impresso na cidade de Holmia em o Reyno de Suecia, Lisboa*, 1641
- COVARRUBIAS, *Practicarum quaestionum liber unus*, Salamanca, 1560
- FARINACCI, P., *Consilia siue responsa atque decisiones causarum criminalium*
- FARINACCI, P., *Sacrae Rotae Romanae decisionum... pars II*, 1649
- FLORA, Joquim de, *Vaticinia, siue Prophetiae Abbatis Ioachimi & Anselmi Episcopi Marsicani*, Veneza, 1600
- GONZÁLEZ DE ÁVILA, G., Historia de las Antigüedades de la Ciudad de Salamanca, Salamanca, 1606
- IVO DE CHARTRES, *Iuonis episcopi Carnotensis Epistolae. Eiusdem Chronicon de regibus Francorum*, Paris, 1585
- LEITÃO, Fulgêncio, *Prudentium amicorum princeps epistolae apologeticae cujusdam asserti amici, adversus anonymum calamo urgentem apud Sedem Apostolicam pro legato, nec non pro praesentationibus Ducis Brigantiae ad Ecclesias Portugaliae admittendis, apologetice etiam respondet*, Lisboa, 1656 (BN: F. 7501)
- MACEDO, A. Sousa de, *Falla, que fez o D. Antonio de Sousa de Macedo, do Conselho da Fazenda de Sua Magestade, no Iuramento de Rey do Muito Alto, e Muito Poderoso Dom Affonso VI nosso Senhor*, Lisboa, 1656
- MACEDO, A. Sousa de, *Lusitania Liberata ab Iniusto Castellanorum Dominio*... , Londres, 1645
- MACEDO, A. Sousa de, *Panegyrico sobre o milagroso sucesso, com que Deus liurou a elRey Nosso Senhor da sacrilega treição dos Castelhanos*, Lisboa, 1647
- MARCA, Pierre de, *De concordia sacerdotii et imperii seu de libertatibus ecclesiae gallicanae*,

Paris, 1641

- MARESCOTUS, Hercules, *Variarum Resolutionum Libri*
- MARIANA, Juan de, *Historiae de rebus Hispaniae libri XX*, Sevilha, 1592
- MELO, Francisco Manuel de, *Manifiesto de Portugal, of. de Paulo Craesbeeck*, 1647
- MENESES, F. de, REIS, A. dos, *Historiarum Lusitanarum ab anno MDCXL. usque ad MDCLVII Libri Decem...*, (dois volumes) Lisboa, 1734
- MONTEIRO, Nicolau, *Balidos das Igrejas de Portugal ao Supremo Pastor Summo Pontifice Romano*, Paris, 1653
- MONTEIRO, Nicolau, *Vox turturis Portugalia gemens...*, Lisboa, 1649
- OLIVIER, Séraphin, *Decisiones aureae*, Francoforte, 1615
- PACHECO, Pantaleão Rodrigues, *Alla Santitá d'Urbano VIII. N. S.*, Lyon, 1642
- PACHECO, Pantaleão Rodrigues, *Manifesto do Reyno de Portugal presentado a Santidade de Urbano VIII...*, Lisboa, 1643
- REBUFFI, H. *Concordata inter Sanctissimum dominum nostrum Papam Leonem X et Sedem Apostolicam ac Christianissimum Do. nostrum Regem Franciscum hujus nominis primum*. Paris, 1538.
- SÁ, Luís de, *Sermaõ que pregou o Doutor Fr. Luis de Saa Religioso da Ordem de S. Bernardo, Lente da Cadeira de S. Thomas, & Gabriel na Universidade de Coimbra na procissaõ sole[n]ne que o Reverendissimo Cabido do proprio Bispado instituio. Pro gratiarum actione, de Deos aver livrado â sua Magestade da admiravel treiçaõ, que contra elle por ordem de Castella se tinha machinado em dia de Corpus Christi...*, Coimbra, 1647
- SALA, Gaspar, *Segredos publicos. Pedra de toque dos intentos do inimiguo, & luz da verdade que manifesta os enganos, e cautelas de huns papeis volantes, que vai espalhando o inimigo por o Principado de Catalunha com Tres cartas del Rey Christianissimo, & Duas do Arcebispo de Burdeos..., & hua Provisão do... Rey de Portugal em favor dos catalães... Traduzido de Catalão em Portugues*, Lisboa, 1641
- SALGADO SOMOZA, *Tractatus de supplicatione ad sanctissimum …*, Madrid, 1639

- VASCONCELOS, António de, *Anacephalaeoses id est, summa capita actorum Regum Lusitaniae.* Antuérpia, 1621
- VÁZQUEZ DE MENCHACA, Fernando, Illustrium controversiarum aliarumque usu frequentium libri tres, Veneza, 1564
- VIEGAS, António Pais, *Manifesto do Reyno de Portugal, no qual se declara...*, Lisboa, 1641

INDEX

Introdução....5

Parte I: Bellum Vaticanum....12
I. Breves notas sobre a Restauração....14
II. Os papéis da Restauração....27
1. Natureza e tipologia dos documentos em circulação no reino....27
2. Natureza e tipologia dos documentos em circulação na Santa Sé....38

Parte II: Pasce oves meas....60
I. Os documentos: critérios para uma selecção....61
II. Breves notas sobre a eleição dos bispos na Igreja Ocidental....69
1. Da escolha popular ao Consistório....69
2. Portugal....72
III. Historial da questão do provimento dos bispados em Portugal (1640-1668)....75
1. Pontificado de Urbano VIII....75
2. Pontificado de Inocêncio X....90
3. Pontificado de Alexandre VII....127

Parte III: Os documentos....151
Critérios de edição....151

Corpus I....154
Breuis Disceptatio....155
Epistola Apologetica....179
Elucidatio Veritatis....245
Memoriale dato al Papa dall'Ambasciatore di Portogallo....292

Corpus II....327
Archiepiscopatus et Episcopatus Regni Portugalliae....328
Roma mihi scribitur....342
Propositiones Regni Portugalliae....347
Responsum Praecipuorum Doctorum Parisiensis Academiae....352
Sollicitudo omnium Ecclesiarum....375
Propositione proposta dal Conte di San Clemente Purtuguese....383
Translatio Literarum de Episcopis....387

Conclusão: reflexões sobre o trabalho realizado....389
1. A provisão dos bispados e a evolução da estratégia diplomática em Roma....389

2. Documentos e copistas.....396
O degrau imperfeito.....399

Bibliografia.....401